



Pablo Victor Fontes Santos

**As representações orientalistas da P(p)olítica
E(e)terna estadunidense durante e no Pós-Crises
Humanitárias - os casos da Somália e Ruanda em
Perspectiva Comparada**

Tese de Doutorado

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Instituto de Relações Internacionais, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-RIO), Área de concentração: Política Internacional

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marta Regina Fernandez Y Garcia

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Monica Herz

Rio de Janeiro

Agosto de 2022



Pablo Victor Fontes Santos

**As representações orientalistas da P(p)olítica
E(e)xterna estadunidense durante e no Pós-Crises
Humanitárias - os casos da Somália e Ruanda em
Perspectiva Comparada**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de
Doutor, ao Instituto de Relações Internacionais, da Pontifícia
Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-RIO), Área de
concentração: Política Internacional

Prof^a. Dr^a. Marta Regina Fernandez Y Garcia
(Orientadora e Presidente)
PUC-Rio

Prof^a. Dr^a. Monica Herz (Coorientadora)
PUC-Rio

Prof. Dr. Kai Michael Kenkel
PUC-Rio

Prof. Dr. Ricardo Oliveira dos Santos
PUC-Rio

Prof^a. Dr^a. Mônica Leite Lessa
UERJ

Prof. Dr. Danilo Marcondes de Souza Neto
ESG

Rio de Janeiro, 17 de Agosto de 2022

Ficha Catalográfica

Santos, Pablo Victor Fontes

As representações orientalistas da P(p)olítica E(e)xterna estadunidense durante e no pós-crisis humanitárias : os casos da Somália e Ruanda em perspectiva comparada / Pablo Victor Fontes Santos ; orientadora: Marta Regina Fernandez y Garcia ; co-orientadora: Monica Herz. – 2022.

402 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2022.

Inclui bibliografia

1. Relações Internacionais – Teses. 2. Mídia. 3. Elites. 4. EUA. 5. Somália. 6. Ruanda. I. Fernandez y Garcia, Marta Regina. II. Herz, Monica. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. IV. Título.

CDD: 327

EPÍGRAFE

‘This misleading stock interpretation of the African realities has been popularised by the western media which likes to deflect people from seeing that imperialism is still the root cause of many problems in Africa’ (WA THIONG’O, 2011).

O que a descoberta de escritores africanos fez por mim foi isto: salvou-me de ter uma história única sobre o que são os livros (...) A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história (...) A consequência da história única é esta: ela rouba a dignidade das pessoas (...) As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar (...) Acho que essa história única da África veio, no final das contas, da literatura ocidental. (...) Eu gostaria de terminar com esta ideia: quando rejeitamos a história única, quando percebemos que nunca existe uma história única sobre”. (ADICHIE, 2019).

Dedicatória

Esta tese é dedicada a minha mãe Thereza Christine Fontes Santos, fonte inesgotável de inspiração, resistência e orgulho de uma nordestina que sempre acreditou no poder transformador da educação.

Agradecimentos

Esta tese reflete a luta, resistência, reexistência e a fome pelo conhecimento adquirido ao longo de anos, de um nordestino que há 11 anos deixou sua terra natal (Aracaju) na busca por ampliar e questionar as diversas (sub)agendas envolvendo as Mídias e as Relações Internacionais no Rio de Janeiro. Cidade reluzente, assustadora, violenta e ao mesmo tempo aconchegante em alguma medida, embora as ambiguidades e paradoxos que atravessam as fronteiras dessa cidade e pessoas que aqui habitam, me permitiram um outro olhar sobre a cidade e sobre mim mesmo. O rastro disso são as diversas cisões diante dos encontros, desencontros e reencontros.

Neste sentido, agradeço a minha orientadora Marta Fernandez, que me ajudou a galgar múltiplos e longínquos espaços, onde me ressaltava com generosidade, carinho, solidariedade e, sobretudo, com paciência, a importância da minha tese para o Instituto de Relações Internacionais da PUC-RIO. Não há palavras que traduzam o amor que sinto por você, desde o momento que me recebeu ainda enquanto aluno, e posteriormente, como orientando e amigo.

À Monica Herz, reitero as palavras acima, que na condição de co-orientadora, professora e amiga jamais deixou de colaborar e, principalmente, de compartilhar seu conhecimento, carinho e afeição para comigo. As conversas online e físicas em tempos onde a pandemia não havia nos atingido, foram essenciais para o meu crescimento, amadurecimento e promoção da minha liberdade que por vezes, as inseguranças me interpelaram rotineiramente, sobretudo, diante de um tema tão complexo como Mídias e Estado.

Agradeço aos professores(as) do IRI que a cada disciplina realizada, a cada conversa trocada nos diversos pavimentos da PUC-RIO, bem como fora dela, ajudaram-me nesta tese. Além disso, gostaria de ressaltar o carinho, a generosidade e a receptividade com que me receberam e a grandiosidade com que valorizaram a minha tese. João Nogueira, Paulo Esteves, Maíra Siman, Andrea Hoffman, Kai Kenkel, Jimmy Klausen, Paula Drummond, Paula Sandrin, Jana Tabak, Carolina Moulin, Roberto Yamato, Claudia Fuentes, Luis Fernandes, Rob Walker, Anna Leander, Paulo Chamon, Isabel de Siqueira e Stepano Guzzini.

Gostaria de agradecer também aos funcionários do IRI, amigos afetuosos e generosos que a vida pode compartilhar comigo, Lia Gonzales, Clara Costa, Geisa Alcântara, Claudia Darze, Peterson, Vinícius Kede, Dayse Rufino, Luana.

Aos meus amigos de doutorado e mestrado, simplesmente obrigado, você foram e permanecem sendo essenciais na minha vida. A cada café, chá, conversa trocada, choro, alegria, tristeza que compartilhamos nessas travessias por vezes turbulentas, nunca faltou amor e generosidade. Gustavo, Luisa(s), Cristiana, Rachel Coutinho, Camila, Victória, Thiago, Lucas, Marina, Ana Carolina, Antonella, Thaís Vivacqua, Laís Ramalho e Isa Mendes.

Aos amigos-irmãos que o IRI me proporcionou como Clara Costa, Rachel Coutinho, Iago Drummond, Ana Carolina Macedo, Marcelle Trote e Camila Luppi. Vocês me tornaram potência e resistência ao longo destes processos de desconstrução e reconstrução que envolvem as minhas experiências, vivências e existência, sem que para isso eu perca a esperança de dias melhores.

Aos amigos-professores de outras universidades, como Cristina Luz, Eliane Ivo, Ingrid Sarti, Mônica Lessa, Flávia Guerra, Lená Menezes, Erica Resende, Ana Carolina Delgado, Inês Maciel e Jana Tabak que sempre me impulsionaram com conselhos, diálogos frutíferos e que me receberam nas respectivas universidades, departamentos de modo tão generoso. Não há palavras que digam, reflitam o meu sentimento de gratidão, respeito e amor a todas vocês.

Aos amigos-irmãos de outras universidades, vivências fora e dentro do mundo acadêmico, Eduardo Monteiro, Thauan Santos, Solange Pestana, René Couto, Fernanda Carneiro, Alana Camoça, Taísa Rezende, Danielle Costa, Yesa Portela, Marcelle Bessa, Marina Vale e Taissa Naara que me proporcionaram conversas e trocas com muita sabedoria e bondade durante as travessias da vida, que por vezes nos coloca em situações devastadoras, mas que ao mesmo tempo nos permitem um repensar sobre a vida e sua potência.

Aos meus alunos, sobretudo, Victoria Motta, Vitoria Faria, Valquíria Souza, Daniela Arturi, Leonardo Luppi que a cada conversa abordada me permitiram um outro olhar sobre a relação entre o ensino, a pesquisa e a extensão universitária. Você me ensinaram que existem questões que mesmo sendo colocadas nas universidades, ainda permanecem invisíveis aos nossos olhares e perspectiva. E que por mais que eu leia sobre algo, existem diálogos e conversas que nem os livros por vezes conseguem traduzir.

Aos meus amigos do Curso Beta, especialmente a Ana, Erica, Hugo, Matheus, Thiago, e Breno. Breno Blandy, sobretudo, te agradeço eternamente por tudo que você me proporcionou e me potencializou enquanto ser humano dentro e fora de uma universidade.

Ao meu companheiro Beto Duarte, que durante esses 11 anos de relacionamento, conseguiu me ajudar a caminhar e entender diante de momentos turbulentos, silêncios, distâncias que nos atravessaram, para que eu pudesse alcançar os meus objetivos profissionais.

A minha família, sobretudo, aos meus pais que sempre reconheceram o importante papel que a educação, exerce na vida das pessoas, como uma forma de emancipação e autonomia a fim de que um pensamento crítico possa ser expressado de modo a modificar a realidade social.

Por fim, gostaria de agradecer a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO) pelos financiamentos da minha pesquisa.

Resumo

FONTES, Pablo Victor; Fernandez, Marta Garcia (Orientadora); Herz, Mônica (Co-orientadora). **As representações orientalistas da P(p)olítica E(e)terna estadunidense durante e no Pós-Crises Humanitárias - os casos da Somália e Ruanda em Perspectiva Comparada.** Rio de Janeiro, 2022. p.402. Tese de Doutorado – Instituto de Relações Internacionais. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A tese oferece uma leitura pós-estrutural e pós-colonial/decolonial sobre a intersecção entre os atores políticos e midiáticos estadunidenses, especialmente o The New York Times (NYT), sobre Somália e Ruanda. O argumento principal que discursos calcados na política do *statecraft*, disseminados em perspectiva comparada, pelos atores políticos e midiáticos estadunidenses sobre Somália e Ruanda, durante as décadas de 1990 frente aos anos 2000, foram caracterizados mais pelas continuidades, do que pelas descontinuidades das narrativas, tendo em vista as práticas coloniais reiteradas ao longo de décadas sobre os países africanos. Salienta-se que esta tese visa preencher a lacuna sobre os estudos multidisciplinares entre as Relações Internacionais e a Comunicação Social, especificamente nas agendas sobre (P)olítica E(e)terna estadunidense, por intermédio da análise discursiva à guisa da semiótica. Argumenta-se, nesta tese, que as narrativas orientalistas disseminadas pelos atores políticos e midiáticos estadunidenses sobre Somália e Ruanda no transcorrer do tempo replicaram hegemônicas representações que diz mais sobre o Ocidente do que propriamente sobre o Oriente – leia-se Áfricas. Estes discursos foram mobilizados por meio de uma política comparada que vem posicionando os atores africanos aqui analisados em relações hierárquicas entre si. Propõe-se chamar a atenção para o modo homogêneo e monolítico pelo qual as sociedades africanas são abordadas. A tese sugere que as práticas coloniais são mantidas tendo em vista a reprodução de hierarquias das sociedades africanas em relação ao *Self* estadunidense. Veremos como ao longo do tempo a Somália deixa o *status* de sociedade faminta e passa ser retratada enquanto país símbolo do terrorismo. Já Ruanda antes vista como uma sociedade produtora da guerra civil/geno(cídios), torna-se nos anos 2000, o país símbolo do sucesso e prosperidade no continente africano na medida em que adere à paz híbrida no pós-genocídio. Ao fazer adesão a paz híbrida, Ruanda, à luz do etnocentrismo, permaneceu vinculada, mediante múltiplas resistências, a uma determinada concepção de modernidade, já que suas reformas estatais estiveram alinhadas ao ‘melhores’ modelos de gestão traduzidos na forma de um trinômio segurança-humanitarismo-desenvolvimento.

Palavras-Chave:

Mídia; Elites; EUA; Somália; Ruanda; Pós-estruturalismo; Pós-colonialismo/Decoloniais; Operações de paz.

Abstract

Fontes, Pablo Victor; Fernandez, Marta Garcia (Advisor); Herz, Mônica (Co-advisor). **The Orientalist representations of American F(foreign P(p)olicy during and after the Humanitarian Crises - the cases of Somalia and Rwanda in Comparative Perspective.** Rio de Janeiro, 2022, p.402. Dissertation – Instituto de Relações Internacionais. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The dissertation offers a post-structural and post-colonial/decolonial reading on the intersection between US politicians and media, especially The New York Times (NYT), on Somalia and Rwanda. The main arguments that speeches grounded in the perspective of the state, by politicians and mid-American discourses Somalia and Rwanda, during the decades to the 2000s, were characterized more of continuities by 1990, than front of continuities of the narratives, for now in view of colonial practices reiterated over decades on African countries. It should be noted that this thesis fills a gap on multidisciplinary studies between International Relations and Social Communication, specifically in the agendas on American (F)foreign (P)policy, through discursive analysis in the guise of semiotics. It is argued, in this thesis, that the eastern narratives disseminated by US political and media actors about Somalia and Rwanda over time replicated hegemonic representations that say more about the West than about the East itself – that is, Africa. These relationships were mobilized through comparative politics that have been positioning the actors here between more hierarchical discourses. It is proposed to draw attention to the homogeneous and monolithic way in which African societies are approached. The thesis suggests that colonial practices are maintained in view of the reproduction of hierarchies of African societies in relation to the American Self. We will see how, over time, Somalia leaves the status of a starving society and starts to be portrayed as a country that is a symbol of terrorism. Rwanda, previously seen as a society producing civil war/geno(cides), becomes, in the 2000s, the country symbol of success and prosperity on the African continent as it adheres to the hybrid peace in the post-genocide. By joining peace, Rwanda to light and trinity, determined, maintained already secure, to a creation of modern management models, that its improvements are linked to the creation of modern management models, that its improvements are linked to a creation of management models, which are their best models of creating an age, that their improvements are linked to a management model translated into security. humanitarianism-development..

Keywords

Media; Elite; US; Somalia; Rwanda; Post-Struturalism; Post-colonialism/Decolonial; Peace operations.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	21
1.1. Argumento central da tese.....	28
1.2 Estratégia analítica da tese.....	31
1.3 Justificativa da escolha do tema.....	49
1.4 Passos analíticos.....	50
1.5 Desenho da tese.....	51
PARTE I.....	55
II. OS CONSENSOS E DISSENSOS DA MÍDIA E O ESTADO: AS RELAÇÕES ENTRE O NORTE E O SUL GLOBAL	55
2.1 Em busca de um (re)desenho do Sistema Internacional: alternativas e manutenção do establishment entre as mídias e o estado.....	56
2.2 Um (re)escrever sobre a (P)política (E)externa estadunidense: entre o pós-estruturalismo e o pós-colonialismo/decolonias.....	74
2.3 Interseções entre Mídia, P(p)olítica E(e)xterna e as elites: entre consensos e dissensos na reprodução do Self estadunidense.....	87
2.4 Uma análise do discurso dos atores estadunidenses em perspectiva comparada: uma combinação pós-estrutural e pós-colonial	101
2.5 As subjetividades dos gatekeepers: as ações ban-panópticas no pós-operações de Paz	110
III. O MODO DIPLOMÁTICO DO INTERNACIONALISMO LIBERAL ESTADUNIDENSE DE FAZER A GUERRA E PROMOVER A PAZ: A REITERAÇÃO COLONIAL SOBRE A POPULAÇÃO SOMALI.....	116
3.1 Modernidade italiana I: colonização, nacionalismo e o problema da diferença sobre as colônias africanas	118
3.1.1 Modernidade italiana II: fascismo, colonização e a naturalização dos racismos na Somália.....	127
3.2 Os discursos orientalistas da diplomacia estadunidense durante a Guerra Fria: a ratificação das práticas coloniais sobre a Somália.....	132
3.3 ‘Em defesa da sociedade somali’: a política intervencionista e o discurso da soberania como uma forma de ‘proteção’ nas operações de paz.....	141

3.4 As ações necro-biogeopolíticas estadunidenses: o modo liberal de produzir a ‘ajuda’ humanitária e/ou militar na Somália.....	166
3.5 O discurso da estratificação racial a partir a reprodução do self estadunidense: em busca da ‘reconstrução e a reconciliação’ somali.....	179
IV OS DISCURSOS SOBRE O(S) (GENO)CÍDIOS RUANDÊS: A ‘(NÃO)INTERVENÇÃO’ E A SOBERANIA À LUZ DOS ATORES ESTADUNIDENSES.....	187
4.1 Uma ontopologia sobre Ruanda: um (re)visitar das representações da história colonização belga.....	189
4.2 Uma segunda ontopologia sobre Ruanda: uma (re)análise da independência colonial e a emergência do(s) geno(cídios).....	198
4.3 Uma política sem princípios da diplomacia estadunidense: as operações em Ruanda durante o(s) geno(cídios).....	208
4.4 O fantasma da Somália: a ‘não - intervenção’ e a reiteração da soberania ruandesa à luz da política estadunidense.....	226
PARTE II.....	240
V A SOMÁLIA NO PÓS-11 DE SETEMBRO DE 2001: AS CONTINUIDADES DOS DISCURSOS ORIENTALISTAS ESTADUNIDENSES VIA O TERRORISMO GLOBAL NO PÓS-MOGADÍSCIO.....	240
5.1 A perpetuação de uma política intervencionista: a (re)produção dos mitos e/ou ficções estadunidenses na Somália - o Orientalismo militarizado no pós-Mogadíscio.....	241
5.1.1 A manutenção das práticas coloniais: a imposição de mitos e/ou ficções das/nas R(r)elações I(i)nternacionais no Sul global	242
5.1.2 A jornada do herói na diplomacia estadunidense: a (re)produção da estética das síndromes na sociedade somali – a ‘gênese’ do T(t)errorismo Global	248
5.1.3 O paradoxo da tolerância e a erradicação da (in)diferença na Somália: entre o TGF e a existência da Al-Shabaab.....	257
5.2 A (re)produção da americanidade frente a cultura da (in)segurança: acoplamentos imagéticos dos grupos terroristas — <i>Al-Qaeda</i> e o <i>Al-Shabaab</i>	265
5.3 Redes (inter)nacionais e a tirania dos <i>experts</i> na agenda T(t)errorista da P(p)olítica E(e)terna: (des)proteção, vigilância, controle, monitoramento na Somália.....	278
5.4 A 'origem' das missões de estabilização: a fórmula do crescimento, desenvolvimento e evolução	291

5.4.1 Os tratamentos terapêuticos da diplomacia estadunidense: o Orientalismo militariza- do nas missões de estabilização.....	293
5.4.2 Busca-se horizontalidades, mantém-se as verticalidades: os turbulentos laços socioculturais entre Somália e Estados Unidos na normativa da estabilização.....	297
5.4.3 O logocentrismo da diplomacia ocidental na AMISOM: a tradução do discurso orientalista e a perpetuação da islamofobia.....	299
5.4.4 A tradução dos mitos da Torre de Babel: o logocentrismo estadunidense nas operações de estabilização na Somália.....	300
5.4.5 A manutenção da matriz racial da AMISOM: a tradução da etnicidade na diplomacia ocidental	304
VI UMA RELEITURA DA AJUDA INTERNACIONAL ESTADUNIDENSE NOS PÓS- GENO(CÍDIOS) EM RUANDA: O TRINÔMIO HUMANITARISMO-SEGURANÇA-DESEN- VOLVIMENTO.....	311
6.1 Imagens do pós-genocídios) em Ruanda: o sujeito pós-colonial e a perpetuação do internacionalismo liberal via a ajuda internacional/externa	312
6.2 As práticas de statebuilding e peacebuilding mediante a normativa da paz híbrida: a lógica do discurso do pós-desenvolvimento em Ruanda.....	324
6.3 A cultura da (in)segurança(s) segundo os discursos dos Gatekeepers: em nome da 'proteção' da sociedade ruandesa – a reiteração da tutela via o ressoar do R2P	338
6.4 O trinômio humanitarismo-segurança-desenvolvimento: o modelo de paz híbrida no pós-genocídios) ruandês	347
VII. CONCLUSÃO.....	351
VIII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	364

LISTA DE SIGLAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

AFI's – Administração Italiana da Somália

Al-Shabaab – Harakat al-Shabab al-Mujahideen

AOI – Africa Orientale Italiana

BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CLACSO – Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

CIA – Central Intelligence Agency

CNN – Cable News Network

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

DFSS – Frente Democrática para a Salvação da Somália

DoD – Departamento de Defesa dos Estados Unidos

DPKO – Departamento de Operações de Paz de Peacekeeping

DPO – Departamento de Operações de Paz

EUA – Estados Unidos da América

FBI – Federal Bureau of Investigation

FFP – Office of Food for Peace

FMI – Fundo Monetário Internacional

FPR – Frente Patriótica de Ruanda

HIV/SIDA – Virus da Imunodeficiência Humana

HRW – Human Rights Watch

ICISS – International Commission on Intervention and State Sovereignty

ICTR – International Criminal Tribunal for Rwanda

LEA – Liga dos Estados Árabes

MSP – Movimento Patriótico Somali

NRA – Exército de Resistência Nacional

NRM – Movimento Nacional de Resistência

NSA – Agência de Segurança Nacional

NURC – National Unity and Reconciliation Commission

NYT – The New York Times

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OCHA – Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários

OCI — Organização da Conferência Islâmica

OFDA – Office of Foreign Disaster Assistance
OHCHR – Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organizações das Nações Unidas
OUA – Organização da Unidade Africana
OTAN – Organização do Atlântico Norte
PCI – Partido Comunista Italiano
PDD – Presidential Decision Directives
PGD – Patterns of Global Terrorism
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POC's – Protect of Civis
RADER – Comício Democrático Ruandês
RtoP – Responsibility of Protect
SOFAs – Status of Force Agreements
SNM – Movimento Nacional Somali
SYL – Liga Juvenil Somali
TGF – Governo de Transição Federal
TPIR – Tribunal Penal Internacional em Ruanda
UCI – União das Cortes Islâmicas
UA – União Africana
UNAMIR I – Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda I
UNAMIR II – Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda II
UNAR – União Nacional Ruandesa
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNITAF – Unified Task Force
UNOMUR – Missão de Observação das Nações Unidas em Uganda-Ruanda
UNOSOM I – Operação das Nações Unidas na Somália I
UNOSOM II – Operação das Nações Unidas na Somália II
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento
WSLF – Frente de Libertação da Somália Ocidental

LISTA DE FIGURAS

FIGURA I: Modelos das Agências Internacionais - p.67

FIGURA II: Fita de Moebios - p.76

FIGURA III: Circuito Elite, Tomadores de Decisão e Jornalistas - p.92

FIGURA IV: Análise Estratégica sobre Somália e Ruanda (1990) - p.102

FIGURA V: Análise Estratégica sobre Ruanda e Somália no tempo (2001) - p.103

FIGURA VI: Teoria Clássica do Gatekeeping - p.113

FIGURA VII: Uma revisão da Teoria do Gatekeeping - p.114

FIGURA VIII: Espelhos Côncavos por meio da (re)produção da Diferença via a Equivalência entre as colônias italianas do Norte e a(s) Itália(s) - p.122

FIGURA IX: Espelhos Côncavos por meio da (re)produção da Diferença via a Equivalência entre as colônias italianas do Sul e a(s) Itália(s) - p.123

FIGURA X: Sobreposição dos Espelhos Côncavos por meio da (re)produção da Diferença via a Equivalência entre as colônias italianas e a(s) Itália(s) - p.124

FIGURA XI: Cinematografia produzida pela Itália sobre suas colônias africanas - p.129

FIGURA XII: Mission To Somalia: U.S. Is Sending Large Force As Warning to Somali Clans - p.160

FIGURA XIII: Black Hawk Downs - p.171

FIGURA XIV: Discurso de Bill Clinton que ratifica a UNITAF - p.172

FIGURA XV: Les Aspin ao NYT e a manutenção da intervenção: associação imagética entre colonial e o terrorismo – p.176

FIGURA XVI: A instauração da paz quando os somalis resolvem estender as mãos aos soldados estadunidenses – p. 181

FIGURA XVII: Barrier to Somali Unity: Clan Rivarly – p.182

FIGURA XVIII: Promoção da política da (in)diferença durante a gestão belga em Ruanda – p.191

FIGURA XIX: Um colonialista belga com o povo ruandês, no final do século 19 - p.192

FIGURA XX: Marcadores e sistemas classificatórios realizados em Ruanda feitos pelos médicos belgas – p. 195

FIGURA XXI: A ontopologia da política da (in)diferença durante o processo colonial belga – p. 196

FIGURA XXII: A ontopologia da política da (in)diferença – p.198

FIGURA XXIII: Encontro entre Gregoire Kayibanda e oficiais belgas – p. 201

FIGURA XXIV: Refugiados tutsis durante a década de 1990 – p. 203

- FIGURA XXV: Relatório para o Comitê para Refugiados Estadunidense – p. 207
- FIGURA XXVI: 25 anos do Genocídio em Ruanda – p. 212
- FIGURA XXVII: O presidente Clinton se encontrou com o secretário-geral das Nações Unidas, Boutros Boutros-Ghali, à esquerda, em 1994 para discutir situações no Haiti e em Ruanda – p. 218
- FIGURA XXVIII: Discurso do Supervisor da Segurança Nacional Estadunidense na Coletiva de Imprensa sobre o conflito ruandês e as operações estratégicas que serão feitas pelos EUA – p. 225
- FIGURA XXIX: Documentos Secretos dos Estados Unidos sobre os países africanos – p. 228
- FIGURA XXX: Telegramas Secretos dos Estados Unidos sobre o caso ruandês – p. 229
- FIGURA XXXI: For West, Rwanda Is Not Worth the Political Candle – p. 232
- FIGURA XXXII: Documento sobre o Governo de Transição Federal na Somália - p.260
- FIGURA XXXIII: Presidente George W. Bush fala ao Congresso Estadunidenses sobre a Guerra ao Terror - p. 261
- FIGURA XXXIV: No lado esquerdo, temos a fotografia da década de 1990, intitulada: Somalia Self-Destructs, And the World Looks On; No lado direito, temos a imagem de Peter Deleure da Agence France-Press, mas publicizada – p. 265
- FIGURA XXXV: Série Terror - The Rise of al Shabaab in Somalia – p. 269
- FIGURA XXXVI: Filmes da Década de 1980-1990 que tiveram grande bilheteria – Além da Linha Vermelha, Rambo e o Resgate do Soldado Ryan – p. 273
- FIGURA XXXVII: Pesidents of Dusa Marreb, Somalia, walked Thursday through the rubble of a compound that was destroyed by an American missile – p. 275
- FIGURA XXXVIII: Espaço, Raça e Terror - p. 276
- FIGURA XXXIX: Raça, Terror, Islã, Americanidade - p. 277
- FIGURA XXXL: Raça, Árabe, Americanidade, Islã e Terror - p. 277
- FIGURA XLI: Discurso de Colin Powell na Assembleia Geral da ONU - p. 284
- FIGURA XLII: Documentário The War don't See - p. 285
- FIGURA XLIII: Selling War in Iraq Scene - p. 286
- FIGURA XLIV: Experts da indústria de Hollywood - p. 289
- FIGURA XLV: O Futuro da AMISOM – p. 303
- FIGURA XLVI: Women at the Maraba cooperative sorting coffee cherries, so that only the choicest ones will be processed - p. 314
- FIGURA XLVII: Ciclo do Café - p. 320

FIGURA XLVIII: Do lado esquerdo – representado por Ruanda (2014), símbolo da arte e prosperidade; A imagem do lado esquerdo a Somália, símbolo do terrorismo e do atraso (2017) – p. 332

FIGURA XLIX: A Decade After Massacres, Rwanda Outlaws Ethnicity - p. 333

FIGURA XL: Fotografias dos relatórios da USAID sobre Ruanda - p. 334

FIGURA LI: Babies, not Ghosts - p. 346

FIGURA LII: Triângulo Equilátero: trinômio humanitarismo-segurança-desenvolvimento - p. 349

FIGURA LIII: Triângulo Isóscele: trinômio humanitarismo-segurança-desenvolvimento - p. 350

FIGURA LIV: Triângulo Escaleno: trinômio humanitarismo-segurança-desenvolvimento - p. 350

LISTA DE TABELAS

TABELA I: Comunicação, Sistemas de Controle e Ordem Mundial - p.59

TABELA II: Gastos com Assuntos/Questões Militares dos EUA na Somália (1980-1989) - p.141

TABELA III: Despesas durante as Operações de Paz na Somália - p.157

TABELA IV: Número de Tropas e Custo na Guerra Civil na Somália durante as Operações de Paz/Intervenções Humanitárias e/ou Militares - p.159

TABELA V: Assistência Humanitária da USAID/OFDA à Somália (1990-1997) - p.165

TABELA VI: Office of U.S. Foreign Disaster Assistance - p.214

TABELA VII: Office of U.S. Foreign Disaster Assistance - p.215

TABELA VIII: Office of U.S. Foreign Disaster Assistance - p. 215

TABELA IX: Office of U.S. Foreign Disaster Assistance - p. 215

TABELA X: Número de Correspondentes internacionais em Ruanda - p. 237

TABELA XI: Ajuda Humanitária promovida pela USAID pós-batalha de Mogadíscio - p. 295

TABELA XII: Assistência Externa Estadunidense para Ruanda frente aos diferentes atores dos Estados Unidos - p. 348

LISTA DE MAPA

MAPA I: Mapeamento da região entre a África e o Oriente Médio como rota da reprodução do terrorismo. p.263

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO I: Empréstimo nos múltiplos setores de produção do café ruandês por meio da Ajuda Internacional/Externa – p.317

GRÁFICO II: Despesas realizadas pela comunidade internacional por meio da Ajuda Internacional/Externa em milhões dólares – p.322

GRÁFICO III: Custo da Ajuda Internacional/Externa realizada pela USAID em parceria com outros órgãos estadunidenses entre 2001-2009 – p.323

GRÁFICO IV: Assistência Humanitária pela USAID para os países do centro e do leste africano entre 2002-2011 - p.346

LISTA DE QUADROS

QUADRO I: Atores envolvidos na AMISOM p.306

QUADRO II: Estrutura da AMISOM p.307

INTRODUÇÃO

When it comes to the common rights and needs of men and women, there is no clash of civilizations. The requirements of freedom apply fully to Africa and Latin America and the entire Islamic world (BUSH, 2005)¹.

We fly high, see from above and know, what's best for the world (...) It is from the best efforts of those citizens that a new Africa can be built. It is my belief that we are seeing just that from Africa's ground-breaking leaders--and people. (ALBRIGHT, 1997)².

If you are going to enter this war, we are going to need to sell this war to the american people (BARNEY, 1917)³.

Historicamente, os países africanos tiveram suas histórias inventadas por meio de imagens criadas à luz dos valores ocidentais (universalismo, liberdade, igualdade, respeito aos Direitos Humanos etc), embora essas imagens também tenham sido cotidianamente negociadas, resistidas e subvertidas pelos meios de comunicação e os estados. Esses processos inventivos ocidentais podem ser visualizados no momento em que as guerras civis e os genocídios ocorridos no continente africano passaram a suscitar preocupação mundial e pressões para uma rápida ação da chamada comunidade internacional sob a forma de intervenções humanitárias e/ou militares. Especialmente durante as décadas 1990, múltiplos países sofreram com os projetos intervencionistas promovidos pelo Ocidente⁴, como Somália e Ruanda. E, neste sentido, Somália e Ruanda tiveram suas histórias narradas à luz dos enquadramentos realizados pelos Estados e mídias ocidentais⁵, sobretudo, os estadunidenses, sem que para isso, as agências das sociedades africanas e tampouco suas múltiplas

- 1 Discurso de formatura em West Point do ex-Presidente George W. Bush Disponível em: <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/06/20020601-3.html>. Acessado em: 30/09/2021.
- 2 Discurso da Secretária de Estado dos Estados Unidos da América Madeleine Albright para a União Africana. Disponível em: <https://1997-2001.state.gov/statements/971209.html>. Acessado em: 30/09/2021.
- 3 Edward Barneys foi o político, empresário e jornalista que cunhou o termo Relações Públicas (RP). Ele ficou famoso por criar uma propaganda de guerra durante a gestão de Woodrow Wilson (1913-1921), quando os Estados Unidos resolveram adentrar na I Guerra Mundial.
- 4 Entendo o termo Ocidente a partir das reflexões pós-coloniais realizadas por Patrick Porter em seu livro *Orientalism Military*, influenciado pela perspectiva teórica de Edward Said, quando afirma que A própria ideia de “Ocidente” continuamente se reabastece através guerra. Em 1917, o governo dos Estados Unidos pediu às faculdades que ministrassem cursos sobre Civilização Ocidental, sobretudo, aos militares que retornavam dos conflitos armados, ensinando-lhes pelo que haviam lutado. O conceito de Ocidente foi institucionalizado na OTAN, a aliança fundada em 1949, ainda que sua energização tenha ocorrido pelas forças coreanas e a Guerra do Vietnã, a ameaça soviética do Leste foi então ligada ao perigo “amarelo” do despotismo oriental. (PORTER, 2010, p.4). Não pretendo reduzir o conceito de Ocidente aos Estados Unidos, muito embora reconheça que os Estados Unidos fazem parte dele na medida em que endossa visões de mundo eurocentradas e etnocentradas.
- 5 Esta tese trabalha com as mídias ocidentais advindas dos Estados Unidos, especialmente, as que estão atreladas ao mercado, cujo capital é privado. Seu funcionamento e atuação ocorreram por meio de um regime de concessão política, já que os conteúdos publicados e publicizados são do tipo impresso, por vezes em formato online e/ou audiovisual como o New York Time (NYT), embora não tenha me limitado a ele.

resistências fossem consideradas, ao contrário preponderou a política da violência⁶. (DILLON; CAMPBELL, 1993;).

A partir disso, é preciso sublinhar também que os Estados Unidos ao longo da história não possuíram colônias, muito embora, isso não tenha impedido a promoção do imperialismo nos países africanos e demais regiões do mundo. No entanto, cabe ponderar também que os Estados Unidos refletiram as visões europeias, mediante a relação colonizado-colonizador, na medida em que o país foi colonizado pela Inglaterra (1607) – treze colônias. A relação colonizado-colonizador reafirmada pelos Estados Unidos, por meio de sua diplomacia, se fez presente na Conquista para o Oeste (1803), na Guerra hispano-americana (1812), com a ocupação da Filipinas (1898-1946). Já durante a Guerra Fria, os Estados Unidos endossou o discurso de (in)segurança (inter)nacional por meio de sua política externa, através do macartismo – fenômeno cuja tradução destacou-se pela caça às bruxas contra aqueles(as) considerados comunistas, vinculados a URSS, dentro e fora do território estadunidense os indivíduos passaram a ser perseguidos já que eram considerados inimigos da nação estadunidense.

Neste período (1947-1991), outro importante discurso político e midiático, a partir da representação da (in)segurança (inter)nacional, evocado pelos atores estadunidenses, foi mobilizada a partir da construção do Outro. As resistências das populações pretas, grupos como Panteras Negras (1966), advindas de movimentos afrodiáspóricos do atlântico e pacífico negro, diante das desigualdades com que eram submetidos pelo estado estadunidense, diante do não-reconhecimento dos direitos políticos e cidadãos, lutavam por inclusão sociocultural. Outra forma de representação do Outro ocorreu por intermédio da cultura da (in)segurança, através da criminalização das pessoas que vendiam e/ou traficavam drogas, eram considerados como um problema, portanto, precisavam ser expurgadas dos Estados Unidos, diante das Guerras as Drogas (1971) – Era Nixon (1969-1974), tendo em vista os discursos de defesa nacional. Entre as décadas de 1980-1990, a criminalização das populações latinas que migraram para os Estados Unidos passaram a ser vistos como um problema, promovedores da insegurança, cuja solução ocorreria pela deportação e/ou prisão nos centros de detenção estabelecidos nas fronteiras entre Estados Unidos e México. (CAMPBELL, 1992; WELDES, 1997; HANSEN, 2006).

Na contemporaneidade, a tradução das ações econômicos-políticas estadunidenses, por meio da criação do adversário e/ou inimigo nacional na diplomacia, teve sua veiculação midiática quando as regiões/países do Sul global passavam por fome/miséria humana, onde deveriam ser socorridos pela ajuda internacional/externa, mediante um conjunto de normativas condicionantes, a

6 Compreende-se pelo conceito de política da violência a partir das reflexões feitas por Dillon e Campbell, quando em *The Political Subject of Violence* examinam e problematizam vários aspectos da relação entre a razão moderna e a violência política moderna. A política moderna por meio da violência é a *ultima ratio* da política. A base do sujeito político moderno em seu aspecto fundacional tem como consequência a violência. O alicerce do sujeito político moderno é a violência (DILLON; CAMPBELL, 1993, p. 1).

empréstimos bancários, dependência externa dentre outros. (CAMPBELL, 1992; DOTY, 1997; ESCOBAR, 2012; RESENDE, 2015). Outra importante forma de atuação estadunidense no resto do mundo foi por meio dos discursos orientalistas, onde o país buscou rotineiramente reproduzir o seu *Self*, por meio de um conjunto de estereótipos e essencializações sobre o Outro, tendo no terrorismo (inter)nacional o inimigo a ser perseguido, presentes nos países do Sul global, como os do continente africano. À vista de reproduzir o seu *Self*, os Estados Unidos traduzem a história oficial dos Estados Unidos e como consequência, desconsidera outras histórias inerentes ao país, vistas alternativas/margens, que questionam e, portanto, resistem as concepções hegemônicas. Estas visam apagar e/ou relembrar quando necessário, certos aspetos históricos e socioculturais do seu país, quando consideram pertinentes ou não para as ações políticas que serão desenvolvidas dentro e fora do seu território, a partir da promoção de uma política intervencionista (ZEHFUSS, 2007; JABRI, 2013; HOBSON; SAJED, 2017).

Por isso que a tradução das narrativas acima ocorreram por intermédio de discursos orientalistas que, segundo Edward Said (2007), em sua obra seminal o *Orientalismo*, são uma forma de dominação ou de relação de poder que por meio de histórias, ideias e culturas (re) produzem tanto no Ocidente quanto no Oriente. Como resumiu Said (2007, p.18), ‘o *Orientalismo*, portanto, não é uma fantasia avoada da Europa sobre o Oriente, mas um corpo criado de teoria e prática em que houve, por muitas gerações, um considerável investimento material’. Said (2007, p.210) informa que o Orientalismo é *um modo de escrita, visão e estudo regularizado (ou orientalizado), dominado por imperativos, perspectivas e preconceitos ideológicos, ostensivamente adequados ao Oriente*. O Oriente, neste caso as Áfricas aqui representadas, é ensinado, pesquisado, administrado e pronunciado em certos modos discretos. Na atualidade, o novo Orientalismo diz respeito a uma influente tradição acadêmica e urna área de interesse definida por viajantes, empresas comerciais, governos, expedições militares, leitores de romances e de relatos de aventuras exóticas, historiadores naturais e peregrinos para quem o Oriente é um tipo específico de conhecimento sobre lugares, povos e civilizações específicos. (SAID, 2007).

Portanto, a partir das relações de poder e saber, múltiplas foram as formas de representar o Oriente à luz do Ocidente. Diante disso, analiso como as Áfricas foram representadas pelos discursos orientalistas promovidos pelo Ocidente através de suas redes de atores, especificamente, os atores estadunidenses. Dentre as múltiplas formas de representações coloniais (re)produzidas pelo Ocidente, destaco as interações que envolvem as mídias, o Estado e as elites⁷, especialmente,

7 As elites são um conjunto de pessoas e representantes de diversos setores político-econômicos que não se restringem ao Congresso, a Suprema Corte e/ou ao Executivo. Ao contrário, alguns têm sua atuação de cunho transnacional, não residindo nos Estados Unidos, mas cuja influência e *lobby* político conseguem adentrar no país. A maioria destas elites são homens brancos, algumas têm como religião o cristianismo, sobretudo as visões puritanas, embora também seja composta por judeus, que exercem influência e atuação política. Alguns destes representantes advêm de diversos setores como agronegócio, produção e vendas de armas leves, outros dos setores

no âmbito da P(p)olítica E(e)terna estadunidense. Partindo dos trabalhos de David Campbell, compreendo a política externa como uma política divorciada do Estado – ou seja, como uma prática política, que envolve diferentes questões, como a etnicidade, a raça, a classe, o gênero ou a geografia, tendo em vista a co-constituição de identidade e diferença (CAMPBELL, 1992, p.76).

Ao revistar os estudos sobre P(p)olítica E(e)terna estadunidense, é necessário também entender como e o quanto as práticas discursivas (re)produzem o perigo, atuando enquanto ‘*an art of domesticating the meaning of man by constructing his problems, his dangers, his fears*’ (CAMPBELL, 1998, p.69). Foca-se nesta tese nas práticas discursivas das mídias e das elites políticas, chamando atenção para suas interseções na produção das sociedades africanas como Outros. Portanto, refletir sobre a P(p)olítica E(e)terna estadunidense é considerar o (re)escrever das suas respectivas inseguranças, que são constantemente fomentadas pelos atores políticos e midiáticos via processos de produção da diferença que nos são apresentados de forma semiótica (signos, significados, significantes, etc.)⁸. Isso ocorre como apontarei nesta tese por meio de uma análise discursiva, quando atores políticos e midiáticos estadunidenses narram perspectivas sobre as Áfricas, mas que dizem mais sobre si.

A partir de Said e de Campbell, entendo que ao falar sobre os países e sociedades africanas, os Estados Unidos e suas redes de atores, estão, antes de mais nada, produzindo uma história oficial entre uma multiplicidade de histórias possíveis. Essa História, por sua vez, é produzida através de um processo, conforme destacado por Campbell, de silenciamentos das suas próprias margens e contenção das diferenças e ambiguidades internas à sociedade estadunidense. Como apontou Campbell: ‘*The histories of Americans are located in places other than the one in which they live, such that '[t]he flag and the Pledge are, as it were, all we have.'*’ I Defined therefore more by absence than presence, America is peculiarly dependent upon representational practices for its being. Arguably more than any other state, the imprecise process of imagination is what constitutes American identity’ (CAMPBELL, 1992, p.105).

Esta tese pretende analisar as (des)conexões existentes entre as mídias, o Estado e as elites, especialmente, no âmbito da P(p)olítica E(e)terna estadunidense. Como bem salientou Campbell (1998, p.54), ‘*the media's representations thus go beyond simply repeating those on whom they rely for the story. They authorize and circulate representations in their own right, sometimes through editorials, other times through the journalist's voice*’. A diferenciação entre a P(p)olítica E(x)terna com letras minúscula e maiúscula é realizada por David Campbell. Para o internacionalista, a

da informática e telecomunicações, bem como banqueiros e corporações multinacionais. Além disso, nem todos são neoconservadores, porém são em sua maioria neoliberais e capitalistas.,

8 A semiótica é a ciência geral, nascida no século XX, que visa estudar todas as linguagens. A semiótica tem por objeto de investigação todas as linguagens possíveis, ou seja, tem por objetivo os modos de constituição de todo e qualquer fenômeno como fenômeno de produção de significação e de sentido. A semiótica busca divisar e deslindar seu ser na linguagem, isto é, sua ação de signo (SANTAELLA, 1983).

primeira se refere a todas as práticas de diferenciação ou modos de exclusão, possivelmente figurada como relações de alteridade, que constituem estes objetos como ‘*foreign*’ e a forma como lidar com eles.

Aqui a ‘política externa’ é divorciada do Estado, como uma resolução particular, tendo em vista uma certa categoria da identidade e diferença e, por sua vez, aplicada entre o *Self* e o *Other* em diferentes localidades e envolvendo diferentes temáticas, como a etnicidade, raça, classe, gênero ou geografia. No que concerne à Política Externa, com iniciais maiúsculas, ela tem como base o Estado, assim como convencionado pela disciplina - aqui a política externa não está implicada na constituição da identidade. (CAMPBELL, 1992; 1998). Nesta tese, me distancio de uma visão tradicional sobre Política Externa e me alinho ao pensamento pós-estruturalista de Campbell (1991; 1992; 1996; 1998) que, em suas diversas obras, destaca a diferenciação entre refletir sobre Política Externa com as iniciais maiúsculas, e a política externa, com minúsculas. Para o autor, a primeira se refere à política do Estado convencionalmente entendida como uma disciplina das Relações Internacionais, mas que não coloca a identidade como um principal ponto de discussão. Já a segunda forma de ler a política externa em letras minúsculas atesta que a constituição do *Self* depende de uma série de práticas que promovem diferenciação, inscrição de fronteiras entre um Eu e um Outro construído como ameaçador e moralmente inferior a partir de marcadores como raça, classe e gênero (CAMPBELL, 1992; 1998). A diferenciação realizada por Campbell sobre P(p)olítica E(e)xterna, permite compreender o lugar da linguagem, das narrativas, dos discursos que as mídias realizam na reprodução de regimes de poder e verdade.

Por meio das agendas de segurança, desenvolvimento e humanitarismo, exploradas substancialmente na política externa estadunidense por meio de suas redes de agentes vinculados ou não ao Estado, argumento que *The New York Times*, enquanto uma das principais mídias dos Estados Unidos e os demais atores da política internacional mobilizaram múltiplas representações orientalistas sobre os países africanos. Somália e Ruanda, de diferentes formas, durante as décadas de 1990, foram produzidas a partir de diferentes rótulos como “Quase-Estados”, “Estados falidos”, “fracassados”, “colapsados”, “anárquicos” e párias (*rogue-states*) (ZARTMAN, 1995; GROS, 1996; JACKSON, 2000; ROTBERG, 2003) pelos atores estadunidenses. Tais representações se verificam quando examino as histórias contadas por agentes estadunidenses sobre Somália e Ruanda durante (i) as crises humanitárias na década de 1990, (ii) o período após tais episódios e (iii) o pós-11 de setembro de 2001. Nesse processo de produção de narrativas orientalistas e espetacularizadas, operacionalizadas pelos atores políticos e midiáticos, demonstrarei como Estados africanos foram retratados de modo monolítico, homogêneo e essencializante pelos atores estadunidenses. Uma das operações discursivas que receberá particular atenção nesta tese refere-se à comparação entre Somália e Ruanda estabelecida pelos atores estadunidenses aqui estudados. E, nesse sentido,

apontarei como o Ocidente tem se utilizado de uma política de comparação supostamente neutra e da produção de hierarquias entre esses dois Estados e como tais recursos fundamentaram as ações políticas dos Estados Unidos, suas operações de paz durante os conflitos armados.

O *Fragile Index State*, uma plataforma on-line publicada pelo *Foreign Policy* por meio do *Fund for Peace*, define e mensura, a partir de determinadas práticas metodológicas quantitativas e qualitativas promovidas por *experts* ocidentais, onde diversos Estados africanos se encaixam em termos de graus de fragilidade estatal, escalonando normativamente as soberanias africanas. De acordo com o Index (1990), Somália detinha uma taxa de crescimento de 0,5% ao ano, enquanto que Ruanda crescia cerca de apenas 1,5% ao ano, segundo dados do *World Bank Development Report*. Se considerar as posições destes países e os demais países, de acordo com o relatório acima, a partir do Produto Interno Bruto (PBI) e Rendimento Nacional Bruto (RNB), Somália ocupava a 7ª colocação, enquanto Ruanda ocupava a 20ª posição. Ressaltava-se na década de 1990, por exemplo, que faltava a ambos coesão social, bem-estar econômico e Direitos Humanos, entre outros elementos.

Já nos anos 2000, Ruanda transitou entre diferentes posições, encerrando, em 2009, no 43º lugar, enquanto a Somália, embora também tenha variado no ranking, ocupou o 1º lugar em termos de falência e vulnerabilidade estatal em 2009⁹. Na medida em que Ruanda adotava dinâmicas modernizantes, ela passou a ser lida como mais próxima do Ocidente e, conseqüentemente, como menos África, tendo em vista a oposição historicamente construída entre essas duas regiões. Se nos anos 90, Somália e Ruanda eram vistas de forma similar, agora, os atores ocidentais aqui analisados passaram a compreendê-los como países que se afastaram tendo em vista que Ruanda passou a adotar dinâmicas modernizantes e a Somália passou a ser construída como (re)produtora do terrorismo em escala global.

Cabe sublinhar que os dados apresentados acima foram produzidos por um *think tank*¹⁰ e, nesse sentido, por uma rede de *experts*. O conhecimento produzido sobre tais países não é inocente ou inconsequente, mas conforme argumenta-se aqui passou a explicar, justificar e fundamentar, as

9 Disponível em: <https://fragilestatesindex.org/>. Acessado em 16/07/2021

10 O *Think Tank Fund for Peace* é uma importante rede de pesquisa e policy que visa analisar a temática do conflito. Sua origem emergiu em 1957, durante a Guerra Fria, tendo como uma das principais lideranças as figuras de Randolph P. Compton e sua esposa Dorothy Danforth. Após 60 anos de sua existência, o *Fund for Peace* teve seus primeiros trabalhos realizados em Washington (EUA), contando posteriormente com filiais em diversos países como Nigéria, Gana dentre outros. Enquanto um importante *Think Tank* que influencia a O(o)pinião P(p)ública na medida em que suas análises e projeções de cenários políticos interferem nos comportamentos socioculturais, o *Fund for Peace* tem utilizado métodos quantitativos e qualitativos com foco nas agendas de segurança humana e desenvolvimento econômico. Diante disso, o *Fund for Peace* coloca-se como importante centro de referência em pesquisas e política a fim de que sociedades mais pacíficas e prósperas possam ser evocadas, através da engenharia de metodologias mais inteligentes e parcerias mais inteligentes. O *think tank* tem como importante missão empoderar os *stakeholders*, como desenvolver métricas e ferramentas de modo a ajudar a sociedade civil global. A produção de conhecimento destes centros de poder são diversas, com diferentes abordagens e perspectivas a partir da cooperação entre as iniciativas pública e privada. Isso significa que múltiplas têm sido as ideias que interferem, influenciam e foram implementadas nas diplomacias e suas redes (inter)nacionais por intermédio dos *Think Tanks*. (TEIXEIRA, 2007).

ações políticas empreendidas pelos Estados Unidos em relação aos países construídos como frágeis, advindos em sua maioria do Sul global. Principalmente porque a forma com que essas análises são feitas possuem como principal característica metodológica, a instrumentalização de métodos quantitativos, baseado em estatísticas, que visam comparar e ranquear os países. E, ao fazer isso, o Ocidente busca disciplinar e legitimar formas desiguais, a partir de classificações, por meio de múltiplos índices que variam de agência para agência, como pobreza, fome, democracia, desenvolvimento, segurança etc.

Como apontou Isabel de Siqueira em sua obra *‘Managing State Fragility: Conflict, Quantification and Power’*, a política dos números ditam os ‘melhores’ modos de administração, gestão e/ou regulação das populações do Sul global à luz de certas visões (neo)modernizantes do Norte global. Principalmente, quando as dinâmicas políticas foram realizadas à guisa da política comparada que endossou o isomorfismo estatal, a fim de reiterar múltiplas formas de desigualdade, hierarquias e sistemas classificatórios. A política de ranqueamento, portanto, impede que outras formas alternativas de governança política e cultural possam ser mobilizadas pelos sujeitos pós-coloniais segundo suas respectivas visões de mundo. Principalmente, tendo em vista que as políticas de ranqueamento e quantificação, mobilizadas pelos atores ocidentais, têm sido caracterizadas por tipologias, organogramas e escolhas de temáticas enquanto categorias analíticas cujas onto-epistemes e metodologias advêm de um conjunto de políticas racializadas e brancas.

Isso significa dizer que o logocentrismo¹¹, tendência do Ocidente de colocar o logos como epicentro de qualquer texto ou discurso, é mobilizado pelo Ocidente, através de seus diversos mecanismos disciplinadores, por meio de um conjunto de seleções de temas, agendas e processos que atuam de modo excludente. A política de ranqueamento mobilizada pelas agências e redes (inter)nacionais como os *Think Tanks*, e, conseqüentemente, utilizada pela diplomacia estadunidense buscam por meio de procedimentos isomorfos, realizar análises comparativas a partir de métodos (neo)positivistas que reproduzem o logocentrismo. A política de números publicizada pelos especialistas do Norte constitui, nos termos foucaultianos, um regime de poder/saber que produz e hierarquiza mundos. Nesse sentido, a política dos números reduz as possibilidades de produção de novos sentidos para os países africanos, fixando-os em estágios de falência e (sub)desenvolvimento. Por fim, tal política (re)cria constantemente uma política de rivalidade e distanciamento entre os países do Sul global, induzindo os países africanos a seguirem as normativas da política de boa governança global ditada pelo Ocidente caso queiram se distanciar do Sul global. (HILL, 2005; SIQUEIRA, 2014; 2017).

¹¹Compreende-se por logocentrismo a perspectiva de Jacques Derridá em seu livro *‘Escritura e Diferença’* onde o filósofo desconstrói as predisposições modernas que (re)produzem as oposições binárias e maniqueístas.

As representações etnocêntricas acerca dos países africanos estereotipam, essencializam e/ou criminalizam tais países a partir da sua localização como mais distantes e/ou próximos do Ocidente. Quando tais representações aproximam determinados países da África ao Ocidente, simultaneamente, distanciam as imagens e imaginários de tais países do continente africano que continua sendo entendida como uma unidade monoliticamente atrasada, reduzindo as múltiplas Áfricas a sociedades tribais, clânicas e/ou terroristas – símbolos do primitivismo e/ou barbárie.

1.1. ARGUMENTO CENTRAL DA TESE

Esta tese busca responder à seguinte questão: o que as rearticulações discursivas por parte dos atores políticos e midiáticos estadunidenses sobre Somália e Ruanda no pós-11 de setembro de 2001 nos dizem sobre a produção de identidade dos Estados Unidos?

Para tanto, tenho como argumento **central** que os discursos sobre a Somália e Ruanda baseados na política do *statecraft*, práticas políticas que fazem com que o Estado e sua importância pareçam naturais e necessários, disseminados pelos atores políticos e midiáticos estadunidenses durante a década de 1990 vis-à-vis os anos 2000, foram caracterizados mais pelas **continuidades** do que pelas **descontinuidades** dos discursos. Argumento que essas continuidades dizem respeito à reprodução de discursos orientalistas, que reatualizam os imaginários coloniais sobre o continente africano. As estratégias de produção do afastamento entre Somália e Ruanda através dos momentos históricos analisados não serão entendidas aqui como estratégias que apontam para uma mudança da política externa estadunidense ou que aponte para uma ruptura em relação à orientalização do continente africano. A produção de diferenciações entre estes Estados por parte de atores estadunidenses relevantes não indica um ponto de virada ou um sinal de que os Estados Unidos, enfim, atentariam para as múltiplas Áfricas e suas heterogeneidades. Mas, diferentemente, veremos como a imagem de uma África selvagem e bárbara se mantém intacta. Ademais, dialogando com Campbell, esta tese argumenta que ao disseminarem tais discursos, os Estados Unidos estão dizendo mais sobre si do que necessariamente sobre os Outros.

Durante a década de 1990, Somália (1990-1993) e Ruanda (1994) foram equiparadas pelos agentes estadunidenses a países/sociedades símbolos do caos diante, respectivamente, da guerra civil e dos geno(cídio)¹². Por meio de discursos orientalistas, tais países foram construídos como símbolos do fracasso, do colapso e/ou da falência estatal. Os discursos mobilizados pelos atores políticos e midiáticos estadunidenses em meio a diferentes dissensos e consensos mostraram o quanto a pobreza, a fome e a miséria social assolavam estes dois Estados, de modo que algum tipo

¹²Esta tese está em concordância com as reflexões estabelecidas pela antropóloga Liisa Malkki (1996) em sua obra *Purity and Exile*, especialmente, quando aponta que um duplo genocídio ocorreu no país principalmente com as mulheres hutus, que, em relação a outros grupos, sofreram uma dupla violência. A autora também pontua que, apesar disso, pouco se debate ao falar sobre o genocídio ruandês, e, quando existe algum tipo de problematização, não se considera na reflexão produzida a questão de gênero.

de ajuda/provisão humanitária e militar deveria ser provida. O Ocidente, por meio de determinados agentes da ‘comunidade internacional’ e simbolizado neste caso pelos atores estadunidenses, transfere para si a ‘responsabilidade ético-moral’ via as operações de paz de modo a promover a prosperidade e estabilidade dos Estados africanos que, como já dito, foram lidos como espaços anárquicos.

A chegada dos anos 2000, imediatamente saturados pelas imagens dos atentados do 11 de setembro de 2001, criou as condições para a emergência de uma ‘nova’ estratégia discursiva que fundamentou uma nova agenda de (in)segurança (inter)nacional a partir da qual o Outro somali deixou de ser visto prioritariamente na condição de selvageria referente a um estágio primitivo, mas como bárbaro, haja vista a associação que foi estabelecida entre esse Outro e o terrorismo em escala global. Nesse contexto, discursos orientalistas foram rearticulados pelas mídias e pelos atores políticos estadunidenses, que passaram a associar, de um modo geral, o Outro a organizações e líderes políticos do Oriente, sobretudo à *Al-Qaeda* via a espetacularização da figura de Osama Bin Laden (Afeganistão) e Saddam Hussein (Iraque).

Nesse contexto, a Somália foi relida pelo Ocidente através das novas lentes do terrorismo transnacional como um “rogue state” (SALLY-ANN TOTMAN, 2009; MORTON; BILGIN, 2004), um Estado que desrespeita e se encontra desconectado dos princípios normativos ocidentais; o que criou as condições de possibilidade para operação de paz, a *African Union Mission to Somalia* (AMISOM) (2007-2017), marcada pela cultura da estabilização. A AMISOM possuiu três grandes objetivos: 1) reduzir a ameaça representada pelo *Al-Shabaab* e outros grupos armados; 2) assistir as forças de segurança da Somália para fornecer segurança para o processo político em todos os níveis, bem como estabilização, reconciliação e construção da paz na Somália; 3) permitir a transferência gradual das responsabilidades de segurança da AMISOM, para as forças de segurança da Somália, a depender das capacidades de garantir a segurança da Somália. (WILLIAMS, 2018).

No contexto de “Guerra ao terror”, Ruanda foi enaltecida pela “comunidade internacional”, que por meio de atores, redes e organizações internacionais definiram o modo como suas histórias seriam contadas, bem como os seus enquadramentos. A história de Ruanda passou a ser contada como uma história de transição, um caso de sucesso. O país africano teria deixado seu lugar de “problema” em grande medida atrelado aos geno(cídios) (1994), e passou a ser retratado enquanto uma nação símbolo do sucesso/prosperidade no contexto pós-geno(cídios) como uma nova Taiwan/Singapura (CRISAFULLI; REDMOND, 2017). Conforme argumentarei isso se deu,

sobretudo, quando o país fez adesão à nomeada paz híbrida¹³ e a virada-local¹⁴ que, ao mesmo tempo em que promoveu a perpetuação dos princípios advindos do Ocidente (modernização, desenvolvimento, inovação), reconheceu e se utilizou das dinâmicas locais como formas de mediação, gerenciamento e resolução de conflitos. (CRISAFULLI; REDMOND, 2017)

A paz híbrida passou a ser lida como chave para o ‘sucesso’ dos processos de reconstrução do Estado-nação (1994), e, conseqüentemente, como uma chave para que Ruanda abandonasse a categoria de Estado falido/fracassado/colapsado e passasse a ingressar na linha histórica de desenvolvimento e progresso construída pelo Ocidente. Como veremos, o discurso acerca do progresso ruandês pode ser observado nas representações confeccionadas por meio de fotografias, filmes, etc., produzidas pelos diversos atores ocidentais, que destacaram a inovação e a modernização do processo de produção do café. A modernização da plantação e colheita do café, fazendo uso de técnicas e tecnologias inovadoras, contou com investimentos internacionais dos Estados Unidos, Reino Unido, bem como do Banco Mundial¹⁵. (GALLAGHER, 2013; CRISAFULLI; REDMOND, 2017). Ruanda tornou-se símbolo de um país que conseguiu se reinventar à luz dos processos de reconciliação nacional e da reconstituição de sua nação promovidas pelas mediações ocidentais, sem abrir mão de sua cultura. Torna-se necessário sublinhar que Ruanda, em muitos momentos, resistiu às perspectivas jurídico-política do etnocentrismo, nos processos de reconciliação nacional, ao negociar suas cosmovisões advindas de outros entendimentos culturais e comunicacionais.

13 Entende-se por paz híbrida como uma forma dos atores locais responderem e resistirem as iniciativas propostas pela paz liberal proposta pelo *peacebuilding* ou *state-building* tendo em vista as diferentes nuances e composições que envolvem os conflitos. E, nesse sentido, a hibridização é uma forma encontrada por pesquisadores que busca engajar com a paz liberal, a partir de diversos tópicos como segurança, desenvolvimento, democracia e administração dentre outros, sem que haja o desconsiderar da agência, as formas de resistência, de subversão e/ou autonomia dos indivíduos. Para alguns analistas, a paz híbrida é uma maneira de superar as narrativas hegemônicas do conflito e diante do apoio internacional no que concerne a intervenção de paz. O local é redefinido, de modo que as visões romantizadas, paroquiais, essencialistas, monolíticas e homogeneizante buscam ser desfeitas no imaginário social. Portanto, o local é compreendido como um espaço condicionado as práticas tradicionais do cotidiano, valores, identidades e moral, ético ou ‘radical’ dos grupos. A partir dos encontros e confrontações entre os indivíduos do local e do global diante dos diversos tipos de conflitos, onde busca-se encontrar alternativas considerando e valorizando a agência daqueles(as) que estão no local (RICHMOND; MITCHELL, 2012, p.8-11; MAC GINTY, 2012, p.1-5).

14 Compreendo por virada-local enquanto uma prática de *peacebuilding* que emergiu inicialmente na década de 1990, durante o fim de Guerra Fria, a partir dos primeiros trabalhos de John Paul Lederach, que visavam por um fim aos conflitos, por meio da concepção de transformação dos conflitos. Durante a década de 1992, com as crises humanitárias, a ONU focada predominantemente nos processos de mediação e implementação dos acordos de paz, via a Agenda para a Paz, vigorou a concepção de que era preciso por um fim a violência e reconstruir os estados depois das guerras. Foi diante deste cenário, que os estudos sobre a virada-local foi sendo incorporada por diferentes autores e instituições de modo crítico a literatura de *peacebuilding*. Especialmente, quando os trabalhos realizados pelos acadêmicos e políticos passaram a questionar as idiossincrasias quanto ao entendimento entre os conceitos binários de Global e Local, sem que para isso os entendem como dialéticos, mas sim como co-constitutivos. Por fim, os analistas políticos e acadêmicas compreendem que as normativas da virada-local fazem parte do projeto do institucionalismo liberal internacional que o Ocidente mobiliza, descartando suas ambivalências e contradições seja por meio da romantização da interpretação da paz híbrida diante dos regimes de governança global, ou pelo fato de que uma há uma cegueira quanto aos dominantes papéis que as elites locais. (PAFFENHOLZ, 2015, p.858-859).

15 Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/112231468010012428/pdf/Creating-jobs-in-Africas-fragile-states-are-value-chains-an-answer.pdf>. Acessado em 16/07/2021.

1.2 ESTRATÉGIA ANALÍTICA DA TESE

Esta tese tem, por **estratégia analítica**, a análise de discurso, segundo as perspectivas pós-estruturalistas e pós-coloniais/decoloniais, tendo em vista as narrativas disseminadas pelos atores políticos e midiáticos estadunidenses sobre Somália e Ruanda que, no transcorrer do tempo, replicam representações orientalistas que dizem mais sobre o Ocidente do que propriamente sobre o Oriente, ou, como vimos, sobre a “África”. Estes discursos permanecem ancorados na política comparada, área na qual diversas formas de reprodução de classificações se dão por meio da produção de relações hierárquicas, silêncios e exclusões. Os tropos coloniais que informam os discursos dos agentes estadunidenses (re)produzem imagens/imaginários uniformes, monolíticos e homogêneos sobre as diversas Áfricas, ou seja, uma “história única” (MUDIMBE, 1988) sobre as sociedades/Estados africanos é narrada.

Por meio da análise de discurso enquanto ‘teoria-método’, contribuo para uma **desestabilização e de(s)colonização** dos discursos orientalistas reiterados pelos atores estadunidenses, tendo em vista as representações naturalizadas sobre as Áfricas em geral e sobre Somália e Ruanda, em particular, todas elas forjadas à luz do *Self* estadunidense. (CAMPBELL, 1992; SHAPIRO, 1989; 1990; 2005; SAID, 1997; DOTY, 1996). Os discursos estadunidenses sobre a Somália, Ruanda e suas relações podem ser compreendidos pela reflexão foucaultiana acerca da produção discursiva que é: *‘ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesa e temível materialidade’*. (FOUCAULT, 2014, p.9).

Ou seja, existe uma rede de atores que determinam os contornos dos países africanos por meio de uma política de seleção, monitoramento, organização e sistematização de discursos. Nesta tese, ressalto que o material coletado advém de fontes, desde o The New York Times (NYT), enquanto principal meio de comunicação estadunidense até a utilização de filmes, documentários, relatórios jornalísticos, bem como de conteúdo produzidos por ONGs; o que me permite complexificar a rede de atores, seus discursos e ações políticas desenvolvidas.

A escolha pelo *The New York Times* (impresso e digital)¹⁶, na secção *world*, deve-se ao alcance que o jornal tem em média no mundo. Segundo o relatório produzido pela *World*

¹⁶ A inclusão do conteúdo digital do *The New York Times* nesta pesquisa deve-se às inovações e às transformações pelas quais os meios de comunicação passaram no tempo e no espaço, principalmente, após os anos 2000, quando diversas plataformas digitais e redes sociais (Twitter, Facebook, Instagram, etc.) passaram a compor a forma de interação com os públicos (heterogêneos). No entanto, vale ressaltar que os mecanismos de acesso aos conteúdos digitais exijam, em certa medida, um olhar e uma análise mais cuidadosa, como lembra John Postil (2012). Segundo o autor, há, cada vez mais, um aumento do uso de mídias digitais e de redes sociais por parte de diversos atores políticos (jornalistas, ativistas, políticos e líderes religiosos). Ainda que seja muito recente, o termo digital começou a adquirir moeda, ou seja, por meio da digitalização, a política tradicional começou a perceber as novas formas e maneiras de se pensar, de se construir e de constituir a política. A adesão de novas técnicas de marketing constrói um Estado digital, onde se busca melhorar as imagens não apenas do político, mas, também, das agências pertencentes ao Estado.

Association of News Publishers (WANO-IFRA)¹⁷ em 2014, o NYT ocupa a décima oitava colocação do jornal mais vendido do mundo. Ainda que ocupe esta colocação, chamamos atenção para sua influência junto à opinião pública e sua relação estreita com as elites políticas e comerciais estadunidenses e mundiais, sendo considerado a “Bíblia dos Negócios” (BERGER, 1970; SCHUDSON, 2010). Desde a sua fundação, em 1815, o NYT conquistou a liderança dos maiores investidores estadunidenses de modo que o jornal já contava com o maior número de notícias e ao mesmo tempo detinha um elevado nível de investimento em publicidade, ultrapassando os demais jornais da época do século XIX e do início do XX (TUNSTALL; PALMER, 1991; DIAMOND, 1993; SUSAN; TIFFT, 1999).

Na atualidade, os Estados Unidos ocupam a primeira colocação, comparativamente com os demais países, como um dos países que mais investem nos veículos de comunicação por meio de anúncios. De acordo com *World Association of News Publishers* (WAN-IFRA)¹⁸, somente em 2019, segundo o último relatório produzido pela associação, os Estados Unidos investiram cerca de 229.680 milhões de dólares realizados nos jornais estadunidenses. É importante sublinhar que a WAN-IFRA é uma organização global da imprensa mundial, que historicamente surgiu em 1948, tendo como missão, proteger os direitos de jornalistas e editores em todo o mundo para operar mídia independente. Seus escritórios estão espalhados por diversos países no mundo, sobretudo, em Paris e Alemanha onde estão algumas de suas matrizes. De acordo com os dados atualizados da WAN-IFRA¹⁹, ao considerar as receitas dos meios de comunicação no mundo, o jornal impresso possui cerca 25,9% contrariamente a 9% de circulação digital; no âmbito do jornal impresso, em média temos 30.3% corresponde as receitas adquiridas pelas publicidades frente 21.6% em publicidade digital.

De acordo com o Blog Biz Vibe²⁰ e o WAN-IFRA, o NYT em 2020 teve uma circulação em média de 2.134 mil com cerca de 4.3 milhões de leitores diários mundialmente. Em 2020, o NYT ocupou o 3º lugar nos EUA em circulação diária e é um dos jornais diários mais famosos do mundo, perdendo somente para o The Guardian e o USA Today que ocuparam a 2º e 1º colocação respectivamente. Já no mundo, o jornal ocupa a 18º posição de jornal mais lido. Em 2020, o NYT teve um ano estelar quanto ao crescimento digital e as receitas de assinaturas (adicionando 2,3 milhões de assinaturas somente digitais em 2020), mas mesmo assim, a Dama Cinzenta, como também é chamado o jornal, sofreu com um grande golpe no que se refere aos anúncios. A receita total de anúncios do NYT caiu 26% em 2020, com a receita de anúncios impressos sofrendo o

17 Disponível em: <http://www.wan-ifra.org/microsites/world-press-trends>. Acessado em 04/10/2015.

18 Disponível em: https://anri.org.ru/wp-content/uploads/2019/11/WAN-IFRA_WPT_2019.pdf. Acessado em 18/08/2022.

19 Disponível em: <https://wan-ifra.org/2021/11/world-press-trends-preview-publishers-upbeat-about-future-business/>. Acessado em 22/08/2022.

20 Disponível em: <https://blog.bizvibe.com/blog/top-newspapers-world> Acessado em 22/08/2022.

impacto do declínio anual, em 39%, a empresa disse em seu relatório de ganhos do 4º trimestre em fevereiro de 2021²¹.

Por isso que Walter Lippmann (2008, p.255), enquanto importante jornalista, intelectual e político estadunidense, já anunciava que o jornalismo estadunidense, cujo investimento advém das famílias burguesas e/ou das elites políticas, pode até insultar as elites e as burguesias, mas jamais o público, na medida em que ele é o principal consumidor. Além disso, o jornal impresso é ainda considerado um dos principais canais de informação sobre a política mundial, lida pelas elites estadunidenses e mundiais; ainda que na atualidade tenha-se observado os impactos dos meios de comunicação digitais e as redes sociais com o advento da internet. Outro importante aspecto do NYT envolve o impacto que o jornal impresso exerce na formação da opinião pública. Isto é, os jornais impressos e suas versões digitais possuem a capacidade de influenciar sua audiência, por meio de um conjunto de narrativas confeccionadas pelo veículo de comunicação sobre um determinado fato.

Dentre as diversas formas de pautar a agenda política, mundial, o NYT na sua Editoria Mundo, uma das principais seções lidas elites estadunidenses e mundiais, tem utilizado de múltiplos discursos políticos, a partir de um conjunto de narrativas orientalistas que visam promover a política identitária e, consequentemente, a diferença sobre o Outro. A promoção da alteridade pelos atores políticos e, principalmente, os midiáticos haja vista o NYT, tem sido um dos principais instrumentos de condução dos valores universais (direitos humanos, liberdade, democracia liberal etc) sobre países/sociedades tratadas como autoritárias, totalitários etc, como Somália e Ruanda. No que concerne a seção mundo, uma das principais editorias do NYT, foram analisados algumas matérias e/ou reportagens jornalísticas, confeccionadas pelos correspondentes internacionais, que abordam sobre Somália e Ruanda, destacando o papel dos atores políticos estadunidenses e demais representantes da comunidade internacional, entre os períodos de 1990-1995 e 2001-2010. Em ambos os períodos: crise e pós-crises humanitárias, os conteúdos selecionados na Editoria Mundo e algumas reportagens da Editoria Opinião (visão do dono do jornal sobre um acontecimento), endossavam a responsabilidade ética advindas dos valores humanistas, universalizados pelo Ocidente, por meio da reprodução do *Self* estadunidense.

A partir da escolha do NYT, através dos conteúdos digitalizados pelo jornal, vinculados a Editoria Mundo, foi realizado um recorte temporal considerando as décadas de 1990 (1991-1995) – período caracterizado pelas crises humanitárias em Somália e Ruanda, tendo em vista a guerra civil e os geno(cídios) respectivamente; bem como analisei os conteúdos jornalísticos do NYT, considerando os anos 2000, durante e pós-11 de setembro de 2001 (2001-2009), por meio do pós-

21 Disponível em: https://wan-ifra.org/wp-content/uploads/2021/04/WAN-IFRA-Report_WPT2020-21.pdf Acessado em 22/08/2022.

geno(cídios) em Ruanda e a instauração das missões de estabilização na Somália como a Missão da União Africana para a Somália (AMISOM). Os conteúdos jornalísticos selecionados e analisados em ambas as décadas, fez uso da análise de discurso, a partir da semiótica, que possibilita visualizar, por meio de um conjunto de ferramentas analíticas, onde sublinham a colorimetria das fotografias, o enquadramento dos textos, a seleção quanto ao uso das palavras (significados e significantes), os jogos de linguagens (explícito e implícito, óbvio e obtuso, conotação e denotação etc), a forma com que a narrativa é mobilizada pelos atores políticos etc.

Além disso, a semiótica por meio das contribuições das obras de Roland Barthes, sobretudo, ‘*Óbvio e Obtuso*’, destaca que a fotografia jornalística é mensagem, constituída por uma fonte emissora, um canal de transmissão e um meio receptor. (BARTHES, 1982, p.7). Ainda segundo semiólogo francês, a fonte emissora é a redação do jornal, neste caso os *gatekeepers* midiáticos do NYT. Os *gatekeepers* midiáticos, constituídos por jornalistas, editores, revisores, fotógrafos etc são os que legendam, retocam, editam o material midiático que será publicizado para o público. O meio receptor é o público que lê o material de modo a concordar com tudo que o jornalista/jornal publicou, porém o público pode concordar com certas questões e discordar em outros aspectos ou discordar por completo das visões do jornal. Esta última o público estabelece múltiplas resistências quanto a forma, bem como o modo com que o conteúdo está sendo abordado, sobretudo, quando envolvem questões socioculturais pautada que endossem a colonialidade e a modernidade, através do etnocentrismo fotograficamente disseminado mediante as imagens das guerras – vistas como *smal wars* ou guerras clânicas/tribais e da paz (MIGNOLO, 2009; BARKAWI, 2016; FERNANDEZ, 2019).

Já o canal de transmissão, por fim, é o próprio jornal tendo em vista o complexo de mensagens concorrentes, cujo centro é a fotografia. (BARTHES, 1982). O jornal pode atuar como um condutor de conteúdos políticos e midiáticos, que ao narrarem sobre as histórias dos países/sociedades africanas, dizem mais sobre seus valores culturais vistos como etnocêntricos, que precisam ser disseminados para audiência que os leem. Estes devem replicar as imagens da soberania estadunidense enquanto normas, colocando os demais países, sobretudo, os africanos vistos como exceção. Por isso, os países africanos precisam findar com suas patologias e, conseqüentemente, devem retomar para o padrão. Os Estados Unidos ao proporem os discursos políticos e midiáticos sobre os países do Sul global, calcados em norma e exceção, tiveram como fio condutor a alteridade, que atua como uma fronteira, mediante uma geopolítica imaginativa, onde habitam as relações entre identidade e diferença. Semioticamente, tradução da alteridade por intermédio da diplomacia estadunidense e suas redes de atores (inter)nacionais como as mídias e as elites podem ser observadas pela diferença entre a representação e o representado.

Nessa diferença entre representado e representação é que existe a localização da política. (BLEIKER, 2001; 2009). Principalmente, quando na relação representado e representação opera a colonialidade e modernidade, enquanto formas de representação, que visam a essencialização, objetificação e confecção de estereótipos sobre os sujeitos pós-coloniais, por intermédio da alteridade. (MIGNOLO, 2008; 2010). Rune Andersen, Jusha Vuori e Can Mutlu (2015, p.85) traduzem as afirmações no campo dos estudos sobre conflitos, ao fazerem uso da semiótica, quando assinalam que a análise visual, exemplificadas nas fotografias, cinemas etc, que tem nas imagens como foco, são formas de representação que permitem a reflexividade. As imagens análises semioticamente possibilitam que técnicas de conhecimento possam ser desenvolvidas sobre um determinado fato que está sendo explorado.

Em especial, quando as técnicas de conhecimento examinam ou silenciam as relações de poder, que do ponto de vista pós-colonial/decolonial necessitam ser descortinadas haja vista as subordinações, explorações e alienações que foram (e continuam) sendo realizadas sobre as populações pós-coloniais do Sul global. Por isso que torna-se preciso sublinhar o impacto que as imagens exercem na opinião pública já que a circulação, distribuição, reprodução e vendas dos produtos midiáticos e políticos visam direcionar a audiência, sobretudo, quando valores universais estão sendo colocados como uma forma de colonialidade do ser, saber e poder. (MIGNOLO, 2008; 2010; SOUSA SANTOS, 2010; GALLAGHER, 2015).

Entre o visível e o invisível, óbvio e obtuso, explícito e implícito enquanto importantes aspectos do sistema de significação que ao serem (re)enquadrados nas temáticas de segurança, humanitário e desenvolvimento, atrelados a agenda política externa, implicam na dinâmica sociocultural entre o Norte e o Sul global, sobretudo, através de um conjunto de mitos/ficções que exemplificam o racismo e a branquitude (BARTHES, 2010). Em vista disso, torna-se preciso de(s)colonizar as visões de mundo que partem do particular mundo anglo-saxão e que visam ser universalizadas sobre o resto mundo, para tanto, como demarcou Jacques Rancière (2014), é necessário desmitificar as imagens circulantes.

Por sua vez, é preciso apontar também que os gêneros das narrativas (drama, persuasão etc) também têm se tornado importantes aspectos socioculturais que semioticamente ao serem confeccionados pelos atores midiáticos visam promover um fato, que no imaginário social, busca cristalizar uma visão de mundo, mediante a unidirecionalidade com que a argumentação é explorada pelos *gatekeepers* jornalísticos. Porém, cabe apontar também nesta análise que as imagens são caracterizadas pela polissemia ou ambiguidade implicando em diferentes conotações e denotações que de modo intertextual tendem a ser recuperadas pelos atores políticos e midiáticos a fim de construir e, conseqüentemente, disseminar a imagem do adversário e/ou inimigo como a fome, as lutas clânicas, o genocídio, e o terrorismo em Somália e Ruanda. Isso faz com que as imagens ao

serem usadas pelos atores políticos e midiáticos estadunidenses endossem hegemônicos discursos, por intermédio da infantilização, essencialização e construção de estereótipos sobre o Outro mediante a identidade ocidental, tendo na modernidade e a colonialidade como um rastro sociopolítico oriundo do etnocentrismo. (MIGNOLO, 2008; 2010; ANDERSEN; VUORI; MUTLU, 2015).

A alteridade é uma formas discursivas utilizadas pela diplomacia estadunidense e suas redes de atores (inter)nacionais como as mídias, via o NYT, que enquanto práticas segurança, ditam o dentro e o fora, norma e exceção, anarquia e hierarquia dentre outros. Como destacou Lene Hansen em sua obra *'Security Prattice'*, ao refletir sobre a análise de discurso, segundo uma perspectiva pós-estruturalista, pontua que: *'foreign policies rely upon representations of identity, but it is also through the formulation of foreign policy that identities are produced and reproduced'*. (HANSEN, 2006, p.20). Segundo a autora, compreender as relações entre atores nas políticas externas é também ponderar o papel das linguagens instrumentalizadas, sobretudo, considerando suas ambiguidades na medida em que *'language is ontologically significant: it is only through the construction in language that 'things'—objects, subjects, states, living beings, and material structures—are given meaning and endowed with a particular identity'*. (HANSEN, 2006, p.16).

Particularmente, quando os discursos políticos e midiáticos são mobilizados, mediante um conjunto de narrativas orientalistas disseminadas, tem na linguagem uma ação política. Isto é, a *'language as political is to see it as a site for the production and reproduction of particular subjectivities and identities while others are simultaneously excluded'*. (HANSEN, 2006, p.16). No que concerne aos discursos políticos e midiáticos e as linguagens evocadas pelas redes estadunidenses, argumenta-se a forma com que os estados são construídos, mediante a delimitação com o Outro, visto como alinhados aos cães vermelhos – comunismo disseminado pela ideologia da URSS durante a Guerra Fria; no Pós-Guerra fria – décadas de 1990 – a relação entre identidade e diferença retrata o Outro vis-à-vis aos Estados Unidos, como famintos/esquálidos, portando subdesenvolvidos que precisam ser salvos diante da insegurança que geram ao Sistema Internacional – Somália e Ruanda; ou durante os anos 2000, com o advento do 11 de setembro de 2001, quando os países do Sul global são retratados como redutos dos terroristas, gerando insegurança, desordem, caos ou problema a comunidade internacional, segundo as lentes do Ocidente. (CAMPBELL, 1992; NEUMAN, 1996; DOTY, 1996; HANSEN, 2006).

Cabe ressaltar também que os discursos políticos e midiáticos analisados nesta tese, confeccionados pela diplomacia estadunidense, bem como pelas mídias, sobretudo, o NYT, e demais atores da política mundial, como as organizações internacionais a exemplo da ONU, não apenas estão atrelados ao campo das ideias. Ao contrário, os discursos políticos e midiáticos possuem materialidade, portanto, é preciso não desvencilhar ideia de materialidade, já que nesta

tese são vistos como indissociáveis. **Apontarei** nos demais capítulos desta tese o aspecto relacional entre ideia e materialidade quando retoma-se a história dos Estados Unidos, bem como dos demais países como Somália e Ruanda ao fazerem uso da intertextualidade. Isto é, os textos da diplomacia ocidental e das mídias constroem seus argumentos e autoridade por intermédio de referências a outros textos: fazendo citações diretas ou adotando conceitos-chave e frases de efeito.

Ao fazer conexões com textos mais antigos, os novos textos dependem do *status* dos mais antigos, mas esse processo de leitura e a ligação também produz um novo significado: as referências nunca reproduzem os originais de forma maneira que é totalmente idêntica, mas tecem-nos no presente contexto e argumento (DER DERIAN; SHAPIRO, 1989, p.XVIII; HANSEN, 2006, p.7). À vista disso, observou-se a produção da cultura da (in)segurança, à luz da reafirmação da identidade estadunidense e, conseqüentemente, da promoção da diferença, representadas através dos múltiplos discursos políticos e midiáticos; bem como, observou-se semelhante processo a partir das normativas produzidas pela ONU e relatórios confeccionados por Organizações Não-Governamentais (ONG's) durante das décadas de 1990 e nos anos 2000, onde diversas narrativas históricas quanto a produção do adversário e/ou inimigo foram resgatadas rotineiramente, porém com outros (re)enquadramentos como apontarei nos capítulos desta tese. (CAMPBELL, 1992; DOTY, 1996; WELDES, 1997). Isso significa dizer que do ponto de vista textual, a política externa dos estados nação são baseadas no que tem sido mostrado como uma prática da representação através de várias formas globais de construir o Outro. (SHAPIRO, 1989, p.15).

Esta tese **realiza** uma análise de discurso, pós-estruturais e pós-coloniais/decoloniais, através da valorização do campo das ideias, que possuem materialidades e que advém das subjetividades das redes de atores (inter)nacionais da diplomacia estadunidense. Outro importante aspecto da análise de discurso é que *‘não há materialidade ‘extradiscursiva’ que se proponha independentemente de sua representação discursiva’* (HANSEN, 2006, p.22). Além disso, esta tese, mediante a análise de discurso, questiona as concepções racionalistas e utilitaristas, baseada na ideia de um mundo real e imutável, onde conceitos como objetividade, neutralidade e imparcialidade entre sujeito e objeto analisado (KEOHANE; KING; VERBA, 1994). Isso significa dizer também que esta tese não parte de teorias e/ou hipóteses, mas sim, fazem uso de argumentações, já que compreende as ações socioculturais mobilizadas pelos atores políticos e midiáticos estadunidenses ocorrem de modo dinâmico e fluído.

Embora, as abordagens tradicionais (positivistas) critiquem as escolas dos discursos de modo regular já que os retratam como uma má/péssima forma de produzir ciência. Além disso, segundo as visões tradicionais - positivistas, afirmem que as análises de discursos não possuem sistemas de testagem ou análises empíricas, portanto, devem ser vistas como uma não-ciência. (ASHLEY; WALKER, 1990a; 1990b; MILLIKEN, 1999). Contrariamente, as visões deterministas e

essencialistas das visões *mainstream* acima que replicam na forma com que compreendem a diplomacia estadunidense e das mídias; esta tese por intermédio das análises de discursos, enquanto onto-epistemologias e métodos pós-positivistas, vistas como dissidências, questiona as narrativas orientalistas a fim de destabilizar e de(s)colonizar imagens e imaginários sobre o Outro. (SHAPIRO, 2005; SHAPIRO; OPONDO, 2012). Por isso, este trabalho assinala que através da análise de discurso, as identidades devem ser vistas como algo que deve ser articuladas como a razão pela qual as políticas devem ser promulgadas, mas também são (re)produzidas por meio desses mesmos discursos políticos. (HANSEN, 2006, p.17). Realizar uma análise do discurso é compreender que as Relações Internacionais são relações intertextuais posto que há uma série de política da representação que semioticamente se fazem presentes e ausentes nas hegemônicas narrativas disseminadas por atores políticos e midiáticos. Principalmente, quando os discursos políticos e midiáticos proferidos visam subjugar, excluir e silenciar o Outro, mediante a reiteração do *Self* ocidental (DER DERIAN; SHAPIRO, 1991; DOTY, 1996; MILLIKEN, 1999).

Diante de tudo isso, **argumenta-se** que as diferentes elites políticas que constituem a política estadunidense possuem diversos tipos de interferências (diretas e/ou indiretas) nos meios de comunicação, mediante o *lobbys*, tendo em vista que são tratados enquanto empresas, diante dos investimentos econômicos-políticos realizados por intermédio da publicidade circulante. Walter Lippmann (2008, p.X) em '*Opinião Pública*', já havia assinalado as relações econômico-políticas no que concerne a publicidade circulante entre Mídias, Política e Elite. De acordo com o autor liberal, um copro fiel de leitores é o maior poder que um anunciante individual pode lidar, e um poder suficientemente grande para se impor a uma combinação de anunciantes. (LIPPMANN, 2008, p.280). Para o intelectual estadunidense, o leitor é o único juiz diário de sua lealdade, e, portanto, não pode haver ação contra ele pelo rompimento da promessa ou falta de apoio. (LIPPMANN, 2008, p.281). Em sua visão liberal e utópica o jornal que pode realmente depender da lealdade de seus leitores é tão independente quanto um jornal pode ser das as condições econômicas do moderno jornalismo. Isso significa dizer que, de acordo com o jornalista estadunidense, se os leitores não pagam em dinheiro pelas notícias, pragarão ao jornal em lealdade. (LIPPMANN, 2008, p.281).

Além disso, Walter Lippmann (2008, p.279) argumenta a importância do apoio econômico para a coleta de notícias gerais. O apoio econômico advém das famílias que são públicos consumidores e que tem se utilizado da *merchandising* como uma forma de direção da manufatura e das finanças. Por isso que o autor estadunidense também enaltece que estas famílias não apenas são os melhores consumidores anunciantes, mas também tornam-se fundamentais por que trazem outros anunciantes (LIPPMANN, 2008, p.279). À vista disso, as diversas elites estadunidenses e mundiais compreendem a importância que o jornalismo/jornal exercem na vida pública e consequentemente

na democracia, tendo em vista que atuam como guardiões, a serviço de proteger a sociedade civil das arbitrariedades, exclusões e silenciamentos que possam surgir contra estados/grupos autoritários. Todavia, as elites estadunidenses e mundiais possuindo um maior nível de envolvimento ou distanciamento econômico-político com os meios de comunicação, contribuem para o silenciamento, sistemas de exclusão e criminalização de certas agendas políticas e midiáticas de grupos/estados que resistem ao *status quo através* dos discursos disseminados junto a sua audiência. (CHOMSKY, 2006; ROBINSON, 1999; CAMARGO, 2012).

Da mesma forma as mídias, que por vezes se colocam como independentes e/ou autônomas frente as visões do Estado e governo, muitas das vezes servem as instituições de modo direto e/ou indireto. Muito embora, utilizem-se de um conjunto de narrativas políticas, mediante o uso da retórica, que enaltece o respeito aos valores universais por meio da gramática da proteção dos direitos civis e dos cidadãos. Ao fazer isso, as mídias procedem com práticas políticas diametralmente opostas aos discursos midiáticos por elas mobilizados. Portanto, silenciam, criminalizam e condenam aqueles(as) que são vistos como um problema (TRAQUINA, 2005; CHOMSKY, 2006; ROBINSON, 1999; CAMARGO, 2012). Diante disso, esta tese compreende que tanto os estudos elencados pelas Teorias do *Manufacturing Consent*, bem como do *Efeito CNN* não dão conta, seja porque a primeira possui uma visão determinista sobre as mídias como subservientes ao Estado ou pelo fato da segunda compreender que as mídias detêm autonomia ao questionarem e modificaram a visão de um tomador de decisão. Por isso, argumenta-se nesta tese à luz das reflexões feitas nas obras do francês Jacques Rancière, que não há como precisar e/ou determinar quem pauta o quê ou quem, seja a mídia, o Estado e/ou as elites estadunidenses quando trata-se das questões da agenda pública. (RANCIÈRE, 2004; 2006; 2009).

Outro ponto a ser **sublinhado** nesta tese, são as elites estadunidenses compostas em sua maioria por homens brancos, cuja atuação na política estadunidense, tem como cultura normativa, a perpetração de discursos orientalistas, calcados na disseminação de práticas racistas. Não apenas as elites políticas, mas também os *gatekeepers* midiáticos do NYT, que na Editoria Mundo destacadamente, são compostas por jornalistas brancos estadunidenses, em sua maioria são homens e heteronormativos. Muito embora, seja preciso sublinhar que existam mulheres brancas heteronormativas que compõem o corpo jornalístico. Novamente, resgata-se a análise de discurso já que as narrativas orientalistas operacionalizadas pela diplomacia estadunidense, pelas mídias como o NYT via os *gatekeepers*, bem como pelas elites produzem regimes de verdade. A fim de conferir legitimidade, os regimes de verdade, estabelecidos pelos países do Norte, visam promover uma política intervencionista nos países do Sul global, enquanto formas de correções econômicas-políticas e ajustes estruturais, de modo que a identidade estadunidense seja reafirmada, mediante o pagamento de outras cosmovisões. (CAMPBELL, 1992; MILLIKEN, 1999). Diante deste quadro,

assinalasse que a forma, bem como o conteúdo que foi publicado pelos Estados Unidos, sobre a Somália e Ruanda durante e pós-crisis humanitárias estiveram vinculados à guisa dos valores universais da branquitude, calcados no iluminismo e humanismo, como direitos humanos, democracia liberal, liberdade de expressão etc.

Porém, em nome dos valores iluministas e humanistas, não impediu que a diplomacia estadunidense e suas redes de atores (inter)nacionais, como as mídias e as elites promovessem práticas racistas, observadas mediante a alteridade já que Somália e Ruanda foram vistos durante a década de 1990, como espaços desgovernados, caracterizados pelo caos e desordem. Além disso, os países estiveram atrelados a um tempo a-histórico, onde progresso e desenvolvimento não foram possíveis já que resistem a modernidade, tendo em vistas suas lutas clânicas e tribais, bem como os atos genocidas, segundo às lentes estadunidenses. O racismo se fez presente onto-epistemologicamente nos discursos orientalistas mobilizados pelos atores políticos e midiáticos estadunidenses, no século XXI, tendo em vista os estereótipos e essencialismos, presentes nas narrativas comparativas, já que Somália foi reduzida ao terrorismo promovido pelo *Al-Shabaab* e seu vínculo com a *Al-Qaeda*, bem como Ruanda retratada como símbolo do progresso tendo em vista o discurso teleológico.

Por isso que o racismo deve ser visto enquanto algo estrutural como elencou Sílvia Almeida (2010). Isso significa, que o racismo não se limita a uma determinada espacialidade e/ou temporalidade, o problema da (in)diferença está circunscrito à ideia de uma linha global da cor²². Portanto, o racismo é uma história específica do poder global moderno, que reafirma ao longo de décadas a supremacia branca, ao promover múltiplas hierarquias e desigualdades mediante sua naturalização, normatização e normalização. (SABARATNAM, 2020, p.1). No que se refere à P(p)olítica E(e)xterna, Sarabatnam (2020, p.5) e Hobson (2007) têm mostrado que *the life experiences and ideological exposures of scholars racialised as White tend to normalize and render invisible Whiteness and White supremacy*. Especialmente, quando os atores buscam tratar o racismo e a branquitude como algo que está preso ao passado, embora o que observe é a sua *that race and Whiteness continue to organize the field* (SABARATNAM, 2020, p.3). A posição do sujeito branco visa retroalimentar os *modus operandi* da P(p)olítica E(xterna) estadunidenses e sua rede de atores cuja *whiteness is not an 'identity' so much as a 'standpoint' rooted in structural power* (SABARATNAM, 2020, p.3). Logo, a política dominada por brancos visa investir na proteção e/ou justificativa de expandir e/ou manter os privilégios advindos da supremacia branca.

Isto posto, **inspirada** por perspectivas pós-estruturais e pós-coloniais/decoloniais, esta tese pretende pensar a política externa dos Estados Unidos a partir de uma análise de discurso que

²² Entende-se por linhas das cores, segundo a visão de Du Bois, o simbolismo presente na Arquitetura do SI, sob o amparo da lógica Ocidental, onde diversos modelos de desigualdade, diferença, hierarquização e práticas raciais, a fim de manter o racismo estrutural. (ANIEVAS Et All, 2015, pp.1-3).

investigará o poder produtivo dos discursos das mídias e elites estadunidenses. Por isso que o conceito de política externa deve ser visto como uma prática discursiva implicando que a política e a identidade devem ser vistas como ontologicamente interligadas. Isto é, *‘only through the discursive enactment of foreign policy, or in Judith Butler’s terms ‘performances,’ that identity comes into being, but this identity is at the same time constructed as the legitimization for the policy proposed’* (HANSEN, 2006, p.19). Nesse sentido, os discursos não serão entendidos aqui como retratos de um mundo lá fora, preexistente, mas como produtores de hierarquias, entre os Estados Unidos e a África, entre os Estados Unidos e a Somália, entre Estados Unidos e Ruanda e entre Ruanda e Somália a partir de um complexo jogo de distanciamentos e aproximações.

Além disso, os pós-estruturalismos²³ me permitem analisar como os discursos produzidos pelos atores estadunidenses se estabelecem como regimes de verdade, poder e conhecimento (FOUCAULT, 2017a), que, ao serem socializados, legitimam as ações políticas que serão desenvolvidas no âmbito da diplomacia e as múltiplas intervenções nas sociedades africanas. (DERDERIAN, 1989; DEBRIX; WEBER, 2006). Por meio do pós-estruturalismo, pontuo que os discursos políticos e midiáticos estadunidenses produzem subjetividades, identidades e diferenças. Por intermédio de tais discursos: *‘meanings are produced, identities constituted, social relations established, and political and ethical outcomes made more or less possible’* (CAMPBELL, 2013, p.234-235). Para Hansen (2006, p.6), a política da alteridade, especialmente no que concerne à identidade, via política externa, *‘implies that identity is always given through reference to something it is not. To speak of the ‘American,’ ‘European,’ ‘barbaric’ or ‘underdeveloped’ is to constitute another identity or set of identities as non-American, non-European, civilized or developed’*.

Entre os consensos e dissensos articulados pelos atores políticos e midiáticos no âmbito da política externa, destaco as narrativas confeccionadas pelos intérpretes participantes (agentes políticos) e pelos intérpretes observadores (mídias e acadêmicos), que, de modo macro e micro, produzem e disseminam discursos orientalistas. Gostaria de enfatizar que aqui compreendo que as mídias e a comunidade acadêmica não se limitam a ‘intérpretes observadores’, mas participam dos processos de operações de paz quando corroboram ou não as agendas da política externa estadunidense por meio das suas narrativas. David Campbell, à luz da reflexão de Arjun Appadurai em sua obra *‘Modernity at Large Cultural Dimensions of Globalization’*, diferencia as

23 Não busco neste projeto de tese reduzir a palavra pós-estruturalismo a uma homogeneidade, mesmo porque a teoria em si tem carácter multidisciplinar. Mesmo porque há diversos autores (as) que buscam por caminhos diferentes em suas respectivas análises e reflexões criticar o estruturalismo feito a partir do seu interior: ou seja, há uma retomada ao estruturalismo a fim de apontar as inconsistências fundamentais em seu método e consistências que os estruturalistas ignoram. Portanto, o movimento pós-estruturalista é decididamente interdisciplinar que apresenta muitas e diferentes correntes, onde as visões estadunidenses e francesas têm o merecido destaque mediante a ousadia em questionar, sem desfazer do pensamento estruturalista de Ferdinand Saussure e Roman Jakobson. (PETERS, apud STRUOCK, 2000, p.28-29).

‘macronarrativas’ das ‘micronarrativas’, salientando as implicações entre as dinâmicas espaciais que *might draw us toward the notions of correspondence we are trying to overcome. And the suggestion of a difference between "participants" and "observers" (while insisting that both are nonetheless "interpreters") could delineate more clearly than is either necessary or possible a distinction between two realms of discursive practice.* (CAMPBELL, 1998, p.43).

Além disso, por meio do pós-estruturalismo, pontuo que os discursos políticos e midiáticos estadunidenses estão ancorados na subjetividade e na identidade, sobretudo, quando fazem referência a uma série de representações e práticas coloniais que *‘through which meanings are produced, identities constituted, social relations established, and political and ethical outcomes made more or less possible’* (CAMPBELL, 2013, p.234-235). Doty (1996, p.4) por sua vez, propõe refletir sobre a temática proposta acima, ao ponderar e mesmo substituir o *why* pelo *how*. Ao promover a substituição quanto ao problema de pesquisa, permite que *‘The goal of analyzing these practices is not to reveal essential truths that have been obscured, but rather to examine how certain representations underlie the production of knowledge and identities and how these representations make various courses of action possible’.* (DOTY, 1996, p.5). A minha tese foi influenciada por esta perspectiva, sobretudo, quando estabeleço o seguinte problema de pesquisa: como as rearticulações discursivas mobilizadas pelos atores políticos e midiáticos estadunidenses sobre Somália e Ruanda no pós-11 de setembro de 2001 nos dizem sobre a produção de identidade dos Estados Unidos?

A reflexão aqui proposta também tem uma forte influência pós-colonial tendo em vista que objetiva refletir sobre as realidades construídas pelos atores políticos e midiáticos estadunidenses sobre a Somália e Ruanda a partir da política do encontro colonial que nos fala de um encontro assimétrico com uma distribuição desigual das agências. Segundo Doty: *‘the idea of asymmetrical encounters in which one entity has been able to construct "realities" that were taken seriously and acted upon and the other entity has been denied equal degrees or kinds of agency’* (DOTY, 1996, p.3). Em relação à P(p)olítica E(e)terna, destaco que, por intermédio das narrativas teleológicas, o Ocidente, de modo pedagógico, apaga, e, portanto, não reconhece outras estruturas sociais, que advêm de outras regiões do mundo, cujos valores culturais e comunicacionais (universalismo, liberdade, igualdade, respeito aos Direitos Humanos etc) são estranhos ao olhos do anglo etnocentrismo (OPONDO, 2017; ALLAHSAN, 2010; SHOME, 2016). Opondo (2017, p.109) recupera o pensamento pós-estruturalista, acrescentando como, por meio das reflexões pós-coloniais e segundo os aspectos culturais e comunicacionais, o encontro colonial no âmbito da diplomacia permitiu que *‘missionaries acted as informants for metropolitan populations thus enabling conceptions of race, class, gender, sexuality and nationalism emanating from slavery and colonialism to enter metropolitan public discourse’.* Ainda, segundo Opondo (2017, p.112), a

diplomacia exercida pelos atores ocidentais, via política externa, sobre os países africanos, tem sido caracterizada pela violência que é inerente aos discursos hegemônicos sobre a África.

Analisar a diplomacia sob aspecto cultural e comunicacional, no âmbito da política externa, é refletir sobre a narrativa infantilizada que o etnocentrismo (re)produz sobre as sociedades africanas, por meio de uma geografia imaginativa (SAID, 2003), sobretudo, quando o seu *self* se coloca na condição de adulto – que detém a capacidade de melhorar as condições daquele país/sociedade. Para promover a narrativa infantilizante, o eurocentrismo povoa a África como 'pessoas infantis' - adultos cujas capacidades devem ser construídas em valores culturais europeus (universalismo, liberdade, igualdade, respeito aos Direitos Humanos etc) por meio de trabalho missionário, 'diplomacia cultural' e iniciativas humanitárias, mantendo-se em silêncio sobre a violência fundamental e as exclusões contínuas que criam as condições de possibilidade para tais práticas (OPONDO, 2017, p. 117 minha tradução). Portanto, refletir sobre o discurso disseminado pelos atores políticos e midiáticos nesta tese é considerar as práticas coloniais por intermédio de uma análise de discurso que, segundo Loomba (2001, p.45 minha tradução), *'permite traçar conexões entre o visível e o oculto, o dominante e o marginalizado, ideias e instituições. Permite-nos ver como o poder funciona através da linguagem, literatura, cultura e das instituições que regulam a nossa vida quotidiana'*.

Na contemporaneidade, analisar o discurso orientalista via pós-colonialismo é reconhecer que *'colonial discourse studies today are not restricted to delineating the workings of power — they have tried to locate and theorise oppositions, resistances and revolts (successful and otherwise) on the part of the colonised'* (LOOMBA, 2001, p.48). Por fim, refletir sobre a dinâmica do discurso segundo o aspecto pós-colonial é identificar também a sua composição inter e transdisciplinar, na medida em que envolve uma série de temas/agendas, indicando uma nova forma de conceitualizar a interação cultural, intelectual, processos econômicos, políticos buscando a perpetuação do discurso colonial. (LOOMBA, 2001, p.50-51). No âmbito da diplomacia, os discursos orientalistas produzidos pelos atores políticos ocidentais, via políticas externas, apagam histórias locais e reiteram binarismos que promovem o *Self* Ocidental e criam condições de possibilidade para intervenções, como o dentro/fora, a hierarquia/anarquia, a identidade/diferença e norma/exceção. Nesse sentido, o sistema de Estados, ao ser estabelecido pelo anglo etnocentrismo, ao mesmo tempo que silencia as estruturas locais, instrumentaliza-as a fim de reforçar as dinâmicas globais.

Por outro lado, resgato as análises de Inayatullah e Blaney (2004), que, ao refletirem sobre o trabalho de Tzvetan Todorov, trazem para o campo das RI um duplo movimento segundo as lógicas da assimilação e/ou da aniquilação, compreendendo-as à luz da teoria da (neo)modernização e tendo em vista a política da diferença. Esta, por meio da demarcação espaço-temporal, de modo geopolítico, mas não tão somente, (re)afirma a diferença, vendo, nos discursos teleológicos, os

múltiplos etapismos como guias estruturantes e tendo na segregação seu principal objetivo. Segundo Inayatullah e Blaney (2004, p.95), a teoria da (neo)modernização opera quando alguns teóricos começam a confundir o binário interno/externo tratando o SI como um objeto de modernização, da diferenciação, integração e universalização progressivas características da modernidade liberal. Ou seja, *'this theme retains the hopes of eradicating difference, and is, therefore, less interesting to us except as a precursor to a contemporary recycling of these claims'*. (INAYATULLAH; BLANEY, 2004, p.95) No que concerne à lógica da assimilação, a mesma busca cooptar os sujeitos colonizados de modo a forçá-los a ingressar na cultura do colonizador ou dos seus sucessores.

O sucesso desta lógica faz com que o colonizado credite superioridade aos valores socioculturais do colonizador, embora, como aponta Homi Bhabha (2018) em “*O Local da Cultura*”, a lógica da assimilação nunca se complete totalmente. Já no âmbito da lógica da aniquilação, a relação de alteridade entre colonizador e colonizado acaba por reiterar a política da valorização da morte – isto é, torna-se impossível conviver ou mesmo integrar o colonizado à cultura do colonizador, de modo que matar o primeiro é o meio pelo qual o segundo exerce seu domínio e afirma sua identidade contra a do colonizado. Compreendo nesta tese que ambas as lógicas, de assimilação e de aniquilação, foram operacionalizadas mutuamente ao longo da história de tal sorte que a vida e a morte do sujeito colonizado acontecem para além da vida biológica; ou seja, ocorre uma morte social que permanece na política do cotidiano, já que os indivíduos são (re)tratados como objeto e/ou abjeto, e, portanto, suas vidas e/ou mortes não detêm nenhum valor (MBEMBE, 2014).

Isto posto, durante e após as operações de paz e/ou realizadas na Somália e em Ruanda, diante da guerra civil e do(s) geno(cídios), respectivamente, busco refletir sobre como as narrativas disseminadas pelos atores midiáticos e políticos estadunidenses calcadas na lógica da comparação permaneceram sendo (re)escritas à luz da cisão entre suas biografias e dos seus Outros a partir do afastamento entre ‘Nós’ e o ‘Eles’. Não obstante, para além da comparação, existe a tentativa por vezes de individualizar os casos, mas, ao fazer isso, o objetivo é compará-los com os Estados

Unidos, seja por meio da (re)produção da norma²⁴, seja por intermédio da reiteração do desvio (CAMPBELL, 1992; DOTY, 1996).

Evoco Michel Foucault (2017a, p.71) em sua obra o *‘Nascimento da Biopolítica’*, na medida em que propõe reflexões sobre as análises discursivas em perspectiva comparada segundo a lógica da estratégia, que tem por função estabelecer quais conexões possíveis podem ser observadas entre termos díspares e que continuam a ser díspares. A lógica da estratégia é a da conexão com o heterogêneo e, portanto, não está vinculada com a lógica da homogeneização que visa essencializar, estereotipar e tratar os atores e as suas respectivas agendas e processos de modo monolítico e/ou calcado em uma (re)produção de história única à luz do Ocidente. No campo das Relações Internacionais, destaco o trabalho de Helle Malmvig (2006), que, por meio de perspectivas pós-estruturalistas à luz dos trabalhos de Foucault, estabelece uma análise comparativa entre países que sofreram com a política da intervenção e aqueles que não foram impactados por esta dinâmica.

Ao fazer tal procedimento, a autora reflete como as discontinuidades foram operacionalizadas pelos discursos políticos diante da lógica da (não) intervenção vis-à-vis à soberania, tendo como estudos de caso Kosovo e Argélia, países/sociedades que sofreram, ou não, com as operações de paz respectivamente. Estes estudos de caso me inspiraram, bem como a metodologia empregada pela autora, já que me permitem refletir sobre Somália e Ruanda, e, principalmente, sobre os atores estadunidenses, tendo em vista a política da alteridade.

A perspectiva apontada pela autora permite-me complexificar diversas questões, sobretudo, quando aponto que os discursos comparados promovidos pelos atores políticos e midiáticos estadunidenses sobre Somália e Ruanda ‘inflexionaram’ no pós-11 de setembro de 2001 – embora eu argumente nesta tese que, mais do que inflexão ou discontinuidade, o que prevaleceu foi a

24O conceito de norma é caracterizado por diversas correntes e perspectivas ‘teóricas-metodológicas’ no campo das RI’s. Historicamente, três pensamentos se destacaram na literatura ocidental: os (neo)liberalismo(s), a Escola Inglesa e o(s) construtivismo(s). Embora, as literaturas tenham se mantido por diferentes formas analíticas entre si, na atualidade as visões neoliberais, escola inglesa e o(s)construtivismo(s) têm sido questionados pelas reflexões pós-coloniais e pós-estruturais, considerando a manutenção de práticas coloniais, via o Orientalismo, bem como a perpetuação de hierarquias, desigualdades e sistemas de exclusão, através da retórica da cooperação, calcada em competições e disfuncionalidades à luz das dos ideais de liberdade e igualdade. Por fim, destaca-se que a criação das normas pretende corrigir, segundo a lógica de soluções de problemas, questões consideradas patológicas ou disfuncionais, contudo não há uma problematização quanto ao que é compreendido como patologia ou disfuncionalidade. Os ‘ajustes’ ou ‘correções’ evocados pelos discursos orientalistas do Norte global são feitos à luz das dinâmicas e valores ocidentais, calcados no iluminismo e no humanismo, que promovem, segundo Epstein (2017), a cultura da infantilização, mediante os discursos de socialização. Ao fazer isso, a colonialidade/colonialismo é perpetrado nas sociedades pós-coloniais, sobretudo, quando uma concepção de sociedade calcada à guisa de uma estrutura e dinâmica que reflete o etnocentrismo, principalmente, quando sublinha imagens/imaginários sobre a concepção de ser humano, ao silenciar a agência política daqueles indivíduos considerados primitivos e/ou bárbaros pertencentes aos países do Sul global (EPSTEIN, 2017; JABRI, 2017; INAYATULLAH; BLANEY, 2017).

continuidade dos discursos orientalistas que continuaram contribuindo para conferir sentido a identidade estadunidense por meio de sua autoetnobiografia²⁵.

Ao refletir sobre as comparações realizadas pelos atores políticos e midiáticos estadunidenses sobre Somália e Ruanda ao longo de décadas, argumento que as análises propagadas pelos agentes estadunidenses por meio da comparação incorrem no movimento de homogeneizar e sintetizar realidades complexas e diversas como as da Somália e a de Ruanda ao longo de décadas entre si, mas também vis-à-vis os EUA. Para Inayatullah e Blaney (2004): *'commitment to homogenizing cultural difference has its deepest basis in a nondialectical logic of comparison that, though presuming human commonality, resorts to the claim that commonality must be created'*. (INAYATULLAH; BLANEY, 2004, p.95).

Roxanne Doty (1996) aponta, por sua vez, como são diversos os sistemas de classificação por meio das representações disseminadas pelos atores políticos estadunidenses, quando informa como e de que modo os estereótipos são reiterados pelos *gatekeepers* ocidentais, neste caso atores políticos, mas que também permitem que outros agentes, como as mídias, pela via política da comparação, possibilitem que as lógicas da equivalência e/ou diferença sejam (re)produzidas. Isto é, a lógica da equivalência revela a contingência e a instabilidade da natureza do sistema de diferenças e subverte uma identidade positiva, criando por sua vez as distinções; já a lógica da diferença fixa as posições dos agentes sociais como estáveis e com positivas divergências. Ambas as lógicas são faces de uma mesma moeda, e, portanto, operam separadas e mutuamente diante de determinadas conjunturas históricas. (DOTY, 1996, pp.11-12). Os casos da Somália e do Ruanda exemplificam a dinâmica acima, já que por vezes tais países foram retratados de modo negativo e depreciativo durante a década de 1990, sendo considerados símbolo da fome e da miséria humana, diferentemente dos anos 2000, quando Ruanda passa a ser visto como símbolo do sucesso e da prosperidade, funcionando como referência aos demais países africanos, embora a Somália permaneça estereotipada – antes vista como faminta, agora considerada símbolo do terrorismo. Diante disso, destaco como a prática colonial à luz do *Self* ocidental, neste caso o estadunidense, serve como espelho ou padrão a ser seguido, sobretudo, quando naturalizado e normalizado.

Ao adentrar no *modus operandi* pelo qual a naturalização discursiva foi realizada sobre Somália e Ruanda pelos atores estadunidenses ao longo de décadas, observo como os múltiplos

25 No caso dos EUA, suas autoetnobiografias são (de)marcadas por processos de exclusão e violências que oscilam entre o apagar/(re)lembrar de certas histórias vinculadas e veiculadas sobre o seu passado colonial. Estas histórias, porém, também retornam para o presente, inclusive projetando para o futuro. A autoetnobiografia narrada pelos EUA, via os seus atores políticos e midiáticos (traduzidas em filmes, fotografias etc), foi fruto de uma série de invenções das tradições, advinda de uma comunidade imaginada, fruto das cisões, fricções, marginalizações, exclusões diante das políticas de extermínio e encarceramento em massa que no transcorrer do tempo-espço, via a política do *statecraft*, sobre as populações indígenas, pretas e latinas, foi reiterada por práticas pós-coloniais (representações a partir da disseminação de estereótipo, sistemas de classificação etc) não apenas para além das suas fronteiras, mas dentro do seu território, via suas fragmentações e o (não) reconhecimento de suas minorias. (INAYATULLAH, 2011; DAUPHINEE, 2012; RESENDE, 2015; MOULIN, 2016).

sistemas de classificação foram reiterados pelos atores ocidentais, via seus *experts*. (CAMPBELL, 1992; DOTY, 1996, pp.11-12; TRAQUINA, 2005b). Segundo Doty (1996, p.10) a naturalização dos discursos ocidentais, calcados em práticas coloniais, em perspectiva comparada, pode ser refletida através da *'presupposition, which create background knowledge that is taken to be true. The North's encounters with the South have been accompanied by such of various kinds of implicit theorizations, however crude they have been. Naturalization can occur simply through statements of 'fact', that is, ostensible descriptions of what simply 'is', or through a process of substitution whereby one term in a pair of binary oppositions trades places with or merges with its counterpart from another pair'*.

Por fim, nesta tese, a partir do diálogo entre Relações Internacionais e Comunicação, faço uso da semiótica enquanto um campo de conhecimento que me ajuda a refletir sobre a economia discursiva dos atores estadunidenses sobre os países africanos, em particular, sobre Somália e Ruanda. A semiótica me ajuda a desestabilizar as imagens disseminadas por vídeos, fotografias, entre outros conteúdos, sobretudo, quando problematiza os signos, os significados, os significantes, o canal e a mensagem presentes nos discursos produzidos pelos diversos atores ocidentais, principalmente quando se utilizam da ambiguidade como uma forma de traduzir e mobilizar a audiência de modo óbvio e/ou obtuso²⁶ (BARTHES, 1986; 2010). Der Derian e Shapiro, ao fazerem uso da semiótica, especialmente, em *Internacional Intertextual Relations*, afirmam que *'to see the world as a text is to confront the issue of meaning in a radically new way. If things such as photographs and wrestling matches may be said to have meanings quite independent of what the photo meant to the mother who snapped it or what the meant to the wrestler who fought it, then written things too may somehow have meanings independently of the author'* (DER DERIAN; SHAPIRO, 1989, p.XIX).

Shapiro, em suas diversas obras, como *'The Politics of Representantion'*, *'Violence Cartographies'* e *'Cinematic Geopolitic'*, me possibilita também compreender como politizar os discursos e as linguagens operacionalizadas pelos atores estadunidenses sobre sociedades/estados africanos, de modo inter e transdisciplinar, na medida em que *'it is intimately connected with a thoroughgoing opposition to frames of meaning that detextualize and thereby sequester forms of*

26 Barthes (1986; 2012) compreende por óbvio, o primeiro sistema de signos, o denomina intencional e existente a priori. Já, o conceito de obtuso, um sistema de signos, que já seria um sentido complementar ao primeiro, algo que vem do entendimento interpretativo do sentido óbvio. Além disso, o sentido do obtuso é construído de duas formas: a importância dada ao significante ou do significado do signo óbvio. Quando o sentido obtuso é construído a partir do elemento do significante, ou da expressão do signo óbvio, produz-se uma semiótica conotativa, onde, a expressão do signo óbvio se transforma em denotação, enquanto o signo obtuso se transforma na conotação. Na semiótica conotativa proposta, formam-se signos baseados no significante do signo óbvio, e dessa forma, defenderá Barthes, a significante/expressão, do signo obtuso se tornará a retórica para mediar o significado/conteúdo, desse signo obtuso, a ideologia. Portanto, a semiologia conotada advém de um conhecimento interpretativo, de modo que o sentido obtuso sempre traz alguma emoção, sendo ditado pela preferência do agente que construirá esse sentido pela sua avaliação, pelo o que deseja defender. E, desta maneira, o sentido obtuso se naturaliza, torna seus significados "verdades" ahistóricas e apolíticas, onde há a criação de mitos. (ABREU, 2018).

power and authority' (SHAPIRO, 1989, p.21). Além disso, refletir sobre a relação entre texto, textualidade e suas práticas políticas é entender que *'surviving textual practices that give rise to the systems of meaning and value from which actions and policies are directed and legitimated'* (SHAPIRO, 1989, p.13).

Segundo uma perspectiva pós-colonial, a semiótica também me possibilita compreender as histórias que os atores estadunidenses elaboraram sobre os países africanos por séculos a partir da intenção voltada *'to create images of Africa, in fiction, travel writing, anthropological research, maps, missionary accounts, colonial records and reports produced by aid agencies'* (GALLAGHER, 2017, p.1). Problematicar as Áfricas é analisar a questão da representação, considerando *'The creation and negotiation of images of Africa in the wider world has usually been achieved on an uneven playing field'*. (GALLAGHER, 2017, p.1). Além disso, destaco que, por meio da semiótica, é possível descortinar as múltiplas perspectivas propagadas sobre a região, baseadas em estereótipos, observando principalmente as *'questions about the agency of the various actors involved in image creation – state elites, journalists, local leaders, political parties, militia groups, artists and authors – and their relation to ideas, actors and forces beyond Africa'*. (GALLAGHER, 2017, p.3). Said (2006) contribui nesse sentido: embora não fale sobre as Áfricas, já aponta que o Orientalismo, como a materialidade destas representações mobilizadas pelo Ocidente sobre o Oriente, pode ser visto através de obras de arte, de conteúdos jornalísticos, de desenhos arquitetônicos das cidades e museus, etc.

As imagens homogeneizam o continente, tornando-o despolitizado, monolítico, culturalmente desviante e atrasado, um lugar onde o medo, o risco e a insegurança são entendidos como advindos de processos endógenos às suas sociedades representadas como selvagens, primitivas e/ou bárbaras (MUDIMBE, 1989; HAWK, 1992; GALLAGHER, 2017). Ao longo do tempo, as sociedades/estados africanos permanecem sendo enquadrados a partir de uma ótica negativa – formas de afro-pessimismo (BUNCE; FRANKS, PATERSON, 2018, p.3), ainda que alguns deles sejam vistos, como no caso de Ruanda, como capazes de evoluir ou de aprender a partir de referenciais ocidentais inscritos nas ideias de desenvolvimento e segurança disseminadas na esfera pública internacional (BUNCE; FRANKS, PATERSON, 2018). Portanto, em ambos os casos (negativo e/ou positivo), a política da alteridade opera por meio, a partir da referência do Self ocidental, que, nesta tese, é representado pelos atores estadunidenses selecionados, mídia e decisores políticos. Como sintetizaram os autores, *'The concept of "Africa Rising" was warmly welcomed by politicians, civil society advocates, diaspora groups, and business professionals, all eager to embrace a more positive image for the continente'* (BUNCE; FRANKS, PATERSON, 2018, p.4). Nos casos vistos como símbolos de sucesso e prosperidade, houve um deslocamento de imaginários a fim de legitimar as ações perpetradas pelo Ocidente, quando este realiza uma

intervenção. Nesses casos, o Ocidente enfatiza, amplia e amplifica para a audiência as benesses desses processos, envolvendo as operações de paz.

Por fim, destaco que os períodos analisados nesta tese serão de 1990 a 1994 (George H. Bush e Bill Clinton) e de 2001 a 2009 ('política externa' estadunidense na Era George W. Bush). Estes períodos históricos, ao serem analisados, sublinham a minha reflexão elencada acima, na medida em que nos permite visualizar as continuidades das práticas coloniais mediante os discursos de descontinuidade que operam como jogos de simulação e dissimulação²⁷.

1.3 JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TEMA

Esta tese visa, a partir de uma abordagem multidisciplinar, estabelecer um diálogo produtivo entre as Relações Internacionais e a Comunicação Social, como já começaram a fazer, no Brasil, Lessa, Fontes Et Al (2019). Essas produções de conhecimento ainda se mantêm, em grande medida, desconectadas, sobretudo, quando, envolve os estudos de Política Externa. Nos estudos sobre Política Externa enquanto subárea das Relações Internacionais, não há reconhecimento sobre a importância dos estudos comunicacionais, principalmente quando as agendas deste subcampo são dominadas por perspectivas centradas no Estado ou quando a política externa é entendida, nos termos da Política Externa com maiúsculas de Campbell, como uma relação entre atores com identidades pré-existentes e seguras.

Quando existem conexões entre as áreas, no que concerne às Relações Internacionais os estudiosos tendem a tratar as mídias como tão somente fontes que provisionam material empírico para suas pesquisas, e não como um agente social e, por outro lado, não mobilizam as contribuições que as teorias da comunicação e do jornalismo, a exemplo dos estudos do *gatekeeping* e *agenda-setting*, que trazem uma releitura sobre o internacional, complexificando as RI's. Por sua vez, as mídias, quando dialogam com as RI's, incorrem no mesmo equívoco ao não levam em conta as potencialidades que existem entre os campos, e, principalmente, ao não se engajarem como as abordagens críticas das RI's produzidas por estudos pós-estruturais e/ou pós-coloniais²⁸, como são os estudos de David Campbell, James Der Derian, Michael Shapiro, Cynthia Weber, Roxanne Doty, Helle Malmvig e Sam Opondo. Estes autores, vistos como dissidentes (ASHLEY; WALKER, 1990), influenciados pelas perspectivas foucaultianas e por vezes saidianas, contribuíram para desestabilizar e/ou de(s)colonizar²⁹ as visões tradicionais que reduzem as RIs às relações entre

27 Segundo Jean Baudrillard (1980, p.9) em sua obra '*Simulação e Simulacro*' informa que dissimulação é fingir não ter o que se tem. Já a simulação é fingir ter o que não se tem. O primeiro refere-se a uma presença, o segundo a uma ausência.

28 Compreende-se que o pós-estruturalismo e o pós-colonialismo advêm de outros campos do conhecimento. Ainda que tenham sido utilizada nas RI's.

29 A de(s)colonização tem a seguinte escrita porque envolve os hibridismos, ambivalências e especificidades entre os estudos pós-coloniais e decoloniais. Além disso, a de(s)colonização não se restringe às perspectivas históricas e jurídicas hermeneuticamente pré-determinada e/ou circunscrita a um certo contexto e/ou conjuntura política que

Estados, sobretudo no âmbito dos estudos de Política Externa. Ademais, os autores críticos das RIs mobilizados nesta tese adentram na filosofia, realizando importantes discussões na linguística, nos estudos (inter)culturais e na estética (LAPID, 1996; CAMPBELL, 2003; BLASER, 2009; BLEIKER, 2015).

No que concerne às conexões entre as mídias e as RIs, os estudos sobre política internacional de modo tradicional e mesmo as visões críticas (em uma menor escala e perspectiva) ignoraram e/ou desprestigiaram – não de modo totalizante, mas consideravelmente – as importantes análises realizadas pela Comunicação, principalmente, diante dos importantes e reconhecidos trabalhos realizados na Comunicação Social por Karlle Nordestreng, Hebert Schiller, John Thompson, Walter Lippmann, Jeremy Tunstall, Michael Palmer, Paolo Mancini, Michael Schudson, entre outros. Tais autores têm trabalhos valiosos que envolvem a mídia e o internacional, observando os fluxos e os contrafluxos comunicacionais, tendo em vista as linguagens e as narrativas disseminadas em consonância com os valores orientados pela hegemonia e/ou pelo imperialismo. Além disso, eles destacaram as dinâmicas que as mídias produziram na formação da esfera pública e o modo como as comunicações conectaram, expandiram e propagaram as práticas coloniais, já que muitos dos aparatos comunicacionais públicos e privados serviram aos Estados europeus e estadunidense. Por fim, abordaram, em suas análises e obras, como ocorreram as relações entre os agentes políticos e midiáticos e de que forma os atores exerceram suas ações por intermédio do capitalismo transnacional, tendo em vista a ratificação das desigualdades culturais entre o Norte e o Sul global.

Esta tese se localiza na interseção entre os autores supracitados, tanto aqueles envolvendo as RI's segundo as abordagens críticas, quanto os que abrangem os estudos de mídias. Nesse sentido, tenho, como objetivo, preencher os silêncios entre os campos, tendo como enfoque o fato de que, na linguagem disseminada pelos conglomerados comunicacionais e políticos, há a reprodução de práticas coloniais que, conforme argumento em linha com as perspectivas pós-coloniais, se mantêm

dita de modo programado os processos de emancipação, luta política e/ou resistências. A de(s)colonização enquanto um processo envolve a auto-libertação dos sujeitos pós-coloniais/decoloniais, como um processo contínuo que não tem fim, na medida em que múltiplas são as formas que o internacionalismo liberal, bem como as diferentes modalidades do capitalismo exercem sobre aqueles vistos como subalternos. A de(s)colonização não pode ser reduzido aos sujeitos políticos que sofreram e permanecem a ser impactos pelos processos coloniais e pós-coloniais, é preciso rever as formas ocidentais onto-epistemológicas que ditam o saber, poder e ser. Isso significa que não objetiva-se negar o que já foi confeccionado pelo Ocidente, porém é necessário considerar as diferentes cosmologias cujos processos socio-políticos e culturais advém de outras perspectivas e compreensões espaço-temporais que foram silenciadas e despolitizadas já que não possuem o *status* científico que o Ocidente demarca como verdadeiro diante do seu não-reconhecimento e legitimidade. Por isso, que é necessário também compreender que a dinâmica da de(s)colonização, mas do que somente incidir sobre os sujeitos pós-coloniais/decoloniais a guisa de sua libertação, torna-se necessário rever a Europa, seus processos de cisão a partir da alteridade. Isso significa dizer que, embora o continente africano tenha sido tratada como objeto de fruição e de aversão, ela precisa ser ressignificada de modo que o Ocidente permaneça a promover a política da intervenção, sob a máscara do humanismo e universalismo, de modo a 'corrigir' as disfuncionalidades e/ou patologias. A de(s)colonização não se traduz como anti-europa, pelo contrário advém dos diversos cruzamentos entre a Europa e os mundos (SOUSA SANTOS, 2011, MBEMBE, 2019).

mesmo após o processo de descolonização afro-asiática e se evidenciam por meio de imaginários coloniais sobre as Áfricas.

Por fim, esta tese não distingue, tampouco promove, uma predeterminação entre o que ou quem pauta agenda política na medida em que não há como precisar se é a política que pauta as mídias ou se são as mídias que pautam a política.

1.4 PASSOS ANALÍTICOS

Nesta tese, realizo, em um **primeiro momento**, um levantamento do processo histórico sobre as crises humanitárias na Somália e no Ruanda durante a década de 1990, revisitando o passado colonial africano e refletindo sobre como os discursos operacionalizados pelos atores ocidentais, sobretudo pelos Estados Unidos, foram justificados à luz da política da intervenção e da ‘não intervenção’ na Somália e em Ruanda, respectivamente. Em uma **segunda etapa**, reflito sobre as possíveis ‘mudanças’ discursivas refletidas nos discursos midiáticos e políticos em relação aos casos da Somália e do Ruanda ao longo das décadas de 1990 e anos 2000. Nesta etapa, saliento também que houve uma aparente **descontinuidade** diante dos discursos orientalistas promovidos pelo Ocidente sobre Somália e Ruanda, já que, ao realizarem a comparação entre as duas nações e, também, vis-à-vis com os EUA por meio de sua rede de atores, o Ocidente colocou Ruanda na condição de superioridade, uma vez que tal país aderiu à paz híbrida diante do trinômio segurança-humanitarismo-desenvolvimento.

A Somália, por sua vez, passa a ser reduzida e simplificada como país (re)produtor de grupos terroristas, e isso ocorre, principalmente, quando os atores estadunidenses no pós-11 de setembro de 2001 aderem à normativa da Responsabilidade de Proteger (R2P) e à ‘nova’ doutrina de (in)segurança (inter)nacional, passando a correlacionar o terrorismo com a cultura islâmica por intermédio da relação entre a *Al-Qaeda* e o *Al-Shabaab*. Em um **terceiro momento**, aponto as diferenças e similaridades entre a cobertura jornalística do NYT e dos conteúdos políticos disseminados pela política externa estadunidense para Ruanda e para Somália nos dois momentos históricos analisados, ou seja, década de 1990 e anos 2000. Além disso, reflito sobre os documentos produzidos pela ONU e suas redes parceiras, visto que traduzem os princípios defendidos pelo

Ocidente³⁰, tendo na modernidade as condições e as potências para a perpetuação da política da violência ao tratar os países de modo negativo e/ou positivo.

Nesta etapa, novamente busquei exemplificar, a partir das fontes analisadas, que a comparação realizada pelo Ocidente mantém a **continuidade** das ações políticas promovidas pelos atores estadunidenses, principalmente, porque os Estados analisados separados e conectados traduzem as experiências e vivências da história estadunidense diante de suas cartografias – que, enquanto representações, promovem a política da (in)diferença. E, por fim, em um **quarto momento**, analisei criticamente os discursos orientalistas, a fim de desestabilizá-los e descolonizá-los, entendendo-os como a política da alteridade perpetrada pelos atores estadunidenses sobre os países africanos. Tais discursos, assim, traduzem as vivências e as experiências da sociedade estadunidense, e as histórias africanas, marginalizadas ao longo de décadas, permaneceram sendo omitidas tendo em vista os jogos de simulação e simulacro.

1.5 DESENHO DA TESE

O **primeiro capítulo** desta tese teve como principal objetivo refletir, a partir dos estudos pós-estruturais e pós-coloniais, sobre a complexa e ambígua relação histórica entre os atores políticos e midiáticos no desenvolvimento da arquitetura do Sistema Internacional (SI) por meio do discurso da soberania. Para tanto, estabeleci uma análise pormenorizada acerca da dinâmica entre os atores estadunidenses sobre os países africanos – neste caso, Ruanda e Somália – no âmbito da política externa, no que concerne à agenda de segurança, desenvolvimento e questões humanitárias.

No **segundo capítulo** desenvolvo uma análise histórica sobre diferentes fases vivenciadas pela Somália, durante e após os processos coloniais, quando o país foi uma tutela italiana na ONU. Em nome da salvação somali, durante a guerra civil e as operações de paz e/ou a intervenção humanitária e/ou militar na Somália (1986-1995), diversas atrocidades foram cometidas contra os somalis. Naquele contexto, a comunidade internacional operacionalizou discursos ambíguos em defesa da vida e/ou da morte diante da problemática da fome. A partir da representação da fome, os discursos dos atores ocidentais normatizaram, via seus *experts*, discursos tecnocráticos que, por meio da paz e do desenvolvimento, reiteravam práticas coloniais, onde a branquitude representada

30 Entendo o termo Ocidente a partir das reflexões pós-coloniais realizadas por Patrick Porter em seu livro *Orientalism Military*, influenciado pela perspectiva teórica de Edward Said, quando afirma que A própria ideia de “Ocidente” continuamente se reabastece através guerra. Em 1917, o governo dos Estados Unidos pediu às faculdades que ministrassem cursos sobre Civilização Ocidental, sobretudo, aos militares que retornavam dos conflitos armados, ensinando-lhes pelo que haviam lutado. O conceito de Ocidente foi institucionalizado na OTAN, a aliança fundada em 1949, ainda que sua energização tenha ocorrido pelas forças coreanas e a Guerra do Vietnã, a ameaça soviética do Leste foi então ligada ao perigo “amarelo” do despotismo oriental. (PORTER, 2010, p.4). Não pretendo reduzir o conceito de Ocidente aos Estados Unidos, muito embora reconheça que os Estados Unidos fazem parte dele na medida em que endossa visões de mundo anglo-eurocentradas e anglo-etnocentradas.

pelo Ocidente em defesa da vida pretendia salvar o Outro (somali), ao mesmo tempo em que se promovia políticas de morte.

No **terceiro capítulo**, da mesma forma que no capítulo anterior, revisito os processos históricos descritos sobre o Ruanda durante e após os processos coloniais, diante da descolonização afro-asiática, à luz da Bélgica, que promoveu específicas formas de gestão diferentes das realizadas na Somália pelos italianos. Em ‘defesa da sociedade ruandesa’, formas de intervenção vistas como um modo de ‘proteção’ ratificaram o discurso da soberania segundo os valores ocidentais, a fim de fazer com que a mediação e/ou a espetacularização fossem disseminadas por meio de categorias como selvagem e/ou bárbaro, que foram atreladas reiteradamente à sociedade ruandesa como uma forma de exclusão e racismo. Além disso, desconstruo o imaginário político-social de que os atores estadunidenses não promoveram intervenção; ao contrário, demonstro que há muitas formas de intervir em um país sem que, para isso, seja realizada uma operação militar. Por fim, aponto que por meio do discurso da política externa estadunidense, sua rede de atores simula e dissimula um discurso ético-moral, calcado no humanismo, mas o que observa-se é uma política sem princípios, que só tem um único objetivo: o discurso do ‘interesse nacional’.

O **penúltimo capítulo** tem como objetivo principal demonstrar como os discursos dos atores políticos e midiáticos no pós-11 de setembro de 2001 propagaram práticas coloniais sobre a Somália, especialmente, quando se estabeleceu uma associação entre os terrorismos (re)produzidos pela *Al-Qaeda* e pelo *Al-Shabaab*. Influenciados pelo R2P e pela ‘nova’ doutrina de (in)segurança (inter)nacional, os *gatekeepers* midiáticos produziram mecanismos políticos ancorados na **necro-biogeovigilância**³¹, que, ao mesmo tempo que enaltece a vida, não impossibilita que a morte permaneça sendo reiterada por meio dos discursos orientalistas. Para tanto, destaco que a (re)produção da americanidade sobre a Somália, ao ser propagada de acordo com os valores ético-morais do puritanismo, tornou-se a principal narrativa disseminada, tendo em vista as imagens/imaginário sobre o adversário e/ou inimigo, especialmente quando a Missão da União Africana para a Somália (AMISOM), enquanto uma operação de paz, ratifica o terrorismo orquestrado pela *Al-Shabaab*, e mesmo pela *Al-Qaeda*, como importante ator a ser combatido.

Por fim, o **último capítulo** busca trazer algumas reflexões diante dos argumentos de que, a partir de um *discontinuum* discursivo, há, de fato, a permanência de um *continuum* discursivo que reitera discursos orientalistas, enquanto práticas coloniais sobre Ruanda pós-genocídio(s), praticadas pelos EUA via USAID e veiculadas pelo NYT por intermédio da ‘ajuda internacional/externa’. Durante a Era Bush (2001-2009), os jornalistas do NYT, enquanto *gatekeepers* políticos, da mesma forma que os tomadores de decisão dos EUA e os *experts* das suas

31 Fusão entre os conceitos de *biopolítica* estabelecido por Michel Foucault, as considerações conceituais de Achille Mbembe a partir do termo *necropolítica*, por fim, as concepções feitas por Caroline Alphin e François Debrix mediante a terminologia *necrogeopolítica*.

respectivas instituições, como a USAID, ao fazerem uso de técnicas de persuasão, calcadas nas lógicas de exclusão-inclusão e de inclusão-exclusão, reproduziram práticas coloniais, a partir da naturalização e da normatização do trinômio humanitarismo-segurança-desenvolvimento, segundo a normativa da paz híbrida. Os processos advindos do trinômio permaneceram ancorados na lógica da assimilação e/ou da aniquilação, da equivalência e/ou da diferença em países/sociedades pós-genocídio(s), como foi o caso de Ruanda, onde o pós-colonialismo foi ratificado, vis-à-vis a Somália, e, principalmente, com os EUA, por meio da interação entre o Global-Local. Porém, Ruanda, diferentemente da Somália, que foi associada ao terrorismo, ao aderir à paz híbrida, passou a ser enquadrada como símbolo de prosperidade e de desenvolvimento, tendo como espelho o *self* estadunidense.

PARTE I

I

Os consensos e dissensos da mídia e o Estado: as relações entre o Norte e o Sul global

A arte da impressão disseminará tanto conhecimento que as pessoas comuns, sabedoras de seus direitos e liberdades, não serão governadas de forma opressora (HARTLIB, 1641).

Donald (falando com o médico bruxo na África): “Vejo que são uma nação moderna. Têm telefones?” Médico-Bruxo: “Se temos telefones? De todas as cores e formas. O único problema é que só um está ligado: em linha direta com o banco de crédito mundial.” (DORFMAN; MATELLARD, 2010, p. 61).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1712520/CA

Este capítulo tem como **principal objetivo** refletir sobre a complexa e ambígua relação histórica entre os atores políticos e midiáticos no desenvolvimento da arquitetura do SI, sobre os países africanos. Para tanto, estabeleci uma análise pormenorizada que envolve as dinâmicas entre os atores estadunidenses sobre esses países, no âmbito da política externa, no que concerne ao entrelaçamento da agenda de segurança, desenvolvimento e questões humanitárias. Nesse sentido, revisei os discursos orientalistas disseminados pelos atores estadunidenses sobre Somália e Ruanda que foram retratados de modo comparado, ao estabelecerem hierarquias, classificações e sistemas de exclusão, durante as décadas 1990 vis-à-vis os anos 2000, no pós-11 de setembro de 2001.

Durante a década 1990, **argumento** nesta tese que Somália e Ruanda foram retratados pelos atores estadunidenses como países falidos e/ou colapsados na medida em que a guerra civil bem como os geno(cídios) foram os responsáveis pela fome e miséria humana. Cabendo, portanto, à “comunidade internacional” diplomaticamente realizar procedimentos a favor da construção da paz, a fim de garantir a segurança e o desenvolvimento por meio das operações de paz. No pós-11 de setembro de 2001, afirmo que os atores estadunidenses mantiveram as práticas coloniais, via a lógica da comparação sobre os países influenciados pelas ‘novas’ doutrina de segurança (inter)nacional e o R2P ³², por meio da governamentalidade pós-colonial³³, tendo em vista os

³² A normativa da Responsabilidade de Proteger (R2P) foi criada em 1999, através do relatório da *International Commission on Intervention and State Sovereignty* (ICSS), embora tenha tido uma maior execução somente durante e após o 11 de setembro de 2001, especialmente em 26 de julho de 2002, na 57ª Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas. O R2P pretendeu, desde sua existência, garantir a ‘proteção’, a partir de três questões: 1) a responsabilidade de prevenir (objetiva-se a prevenir conflitos mortais e outras formas de catástrofe provocadas pelo homem, portanto, cabe aos Estados soberanos e as instituições (FMI, Banco Mundial etc) ter a responsabilidade de proteger); 2) responsabilidade de reagir (busca garantir a proteção humana de modo permanente, sobretudo, quando as medidas preventivas falharam diante de um Estado que é incapaz ou que não deseja corrigir a situação); e 3) responsabilidade de reconstruir (ação de reconstruir um Estado, mediante um colapso, onde por meio da intervenção militar haja a promoção da boa governança e do desenvolvimento sustentável atreladas a segurança e ordem pública); (R2P, 2001).

³³ Contrariamente a governamentalidade foucaultiana que considera a história o papel do liberalismo na ordem internacional, a governamentalidade pós-colonial difere-se do conceito anterior, já que seu alicerce no fixa na genealogia do liberalismo, mas sim considera a historicidade do poder político moderno e o legado colonial. As regras

mecanismos de vigilância, controle e monitoramento. Neste momento, a Somália passa a ser compreendida como símbolo do terrorismo, tendo em vista a associação entre a *Al-Qaeda* e o *Al-Shabaab*, enquanto que Ruanda foi enquadrada como um país que aderiu ao trinômio segurança-desenvolvimento-humanitarismo, tornando-se um país símbolo da prosperidade e do sucesso.

Destaco que, mais do que somente narrar as histórias sobre os países africanos, tendo em vista sua homogeneização e essencialização, os atores estadunidenses traduzem suas respectivas histórias de acordo com a sua própria história, operando, portanto, de forma narcísica. Este capítulo foi dividido em cinco seções: 1) Em busca de um (re)desenho do SI: alternativas e manutenção do *establishment* entre as mídias e o estado; 2) Um rescrever sobre a (P)política (E)externa estadunidense: entre pós-estruturalismo e o pós-colonialismo/decoloniais; 3) Interseções entre Mídia, P(p)olítica E(e)terna estadunidense e as elites: entre consensos e dissensos; 4) Uma análise do discurso em perspectiva comparada: uma combinação pós-estrutural e pós-colonial 5) As subjetividades dos *gatekeepers*: os discursos *ban-panópticos* no pós-operações de paz.

2.1

Em busca de um (re)desenho do Sistema Internacional: alternativas e manutenção do *establishment* entre as mídias e o estado

Compreender a dinâmica do Sistema Internacional (SI) nas Relações Internacionais é obrigatoriamente refletir sobre o complexo e ambíguo papel realizado entre as comunicações e os Estados. Estes exerceram mutuamente, ao longo de séculos, sobre a sociedade internacional, formas de mediação³⁴, visando a reiteração dos discursos orientalistas, ao destacar a visão logocêntrica da soberania ocidental. Principalmente, quando os discursos orientalistas possuem um *conhecimento do Oriente (neste caso as Áfricas) que põem as coisas orientais na aula, no tribunal, prisão ou*

coloniais não circunscrevem exclusivamente às questões tributárias e o poder disciplinar que garantem ao colonizado a obediência. Isso significa dizer que a nova estratégia foi caracterizada pelo racismo. A ideia de ciência também passou por mudanças na medida em que as populações passaram a ser dominadas mediante o racismo, de modo que a liberdade e amizade nunca foram a base do colonialismo, mas sim a dominação e a violência, tendo sua continuidade em um mundo pós-colonial diante da descolonização dos países periféricos. Por fim, a dinâmica da governamentalidade pós-colonial faz uso de uma contínua produção e circulação de conhecimento e informação tendo na burocracia seu *modus operandi* inclusive fazendo uso da tutela, perpetrado por organizações internacionais como a ONU, como gestão das populações (BONACKER, 2021, pp.4-6).

³⁴ Entendo por mediação um processo complexo, caracterizado pela dificuldade de estabelecer regularidades e correlações, ocupando um ponto intermediário, principalmente quando há o envolvimento de diferentes culturas. Portanto, as análises discursivas político-culturais e midiáticas são caracterizadas por diversos significados/significantes e tendo em vista os múltiplos sistemas simbólicos que a sociologia e a antropologia nos oferecem como alternativa (DEBRIX; WEBER, 2003). Debrix e Weber (2003, pp. XXI-XXIV) compreendem o conceito de mediação internacional segundo as interpretações e subjetividades dos(as) filósofos(as) pós-estruturais enquanto uma teoria/método. Como apontou Debrix (2003, p.XXIII) “*The method of mediation can give rise to multiple social rituals, including the rituals that may be found to be part of the transnational cultural interactions*”. Na antropologia, e mesmo na sociologia crítica (pós-estrutural), observo trabalhos que abordam a interseção entre os estudos culturais, midiáticos e políticos. Nessas análises, os autores consideram que diversas reflexões sobre a mediação (representação, transformação e pluralização) podem ser extraídas a partir das fotografias e materiais audiovisuais. Nas produções políticas e midiáticas, múltiplos significados são (re)produzidos pelos atores tendo em vista os diversos tipos de construções discursivas e (re)enquadramentos realizados pelas instituições político-comunicacionais.

manual para ser examinado, estudado, julgado, disciplinado ou governado pelo Ocidente. (SAID, 2006, p.51). Além disso, as atuações dos discursos orientalistas, por meio da linguagem e diante de múltiplas formas de tecnologias e técnicas comunicacionais, enquanto formas de intervenção societal, (re)criam no âmbito da diplomacia, *“these fundamental changes in diplomacy, politics and global communication have created new modes of interactions between media and diplomacy”*. (GILBOA, 2002, p.3).

Sociedades, portanto, que não possuem o modelo soberano, confeccionado pelas diplomacias ocidentais à luz de suas respectivas identidades, são banidas e/ou quando capturadas, necessitam performar a estrutura pré-estabelecida pelo anglo-etnocrismo. Como já destacava Said (2006, p.48) *‘as instituições nativas livres, a ausência de ocupação estrangeira, urna soberania nacional auto-sustentada: estas propostas pouco surpreendentes foram consistentemente rejeitadas’*. Em alusão ao político Lord Cromer que narra a história do Egito, Said (2006, p.48) sublinha que *‘o verdadeiro futuro do Egito não está na direção de um nacionalismo estreito, que só incluirá os egípcios nativos (...) mas, antes, de tudo de um cosmopolitismo ampliado. As raças submetidas simplesmente não o tinham o que era preciso para saber o que era bom para elas’*. Ainda de acordo com Said (2006, p.122) ao fazer referência ao autor francês Alphonse Lamartine, destaca que os tipos de soberania extra mar assim definida, é consagrada como direito europeu. E nesse sentido, *‘consistirá principalmente no direito de ocupar tal parte do território ou do litoral, para aí fundar cidades livres, ou colônias europeias, ou portos e escalas de comércio’*.

Mediante o cenário supracitado, atesto que, após séculos desde a fundação das RI's (1919) enquanto uma disciplina, as comunidades epistêmicas persistem em ignorar o campo da Comunicação Social, seja pelo desconhecimento quanto ao importante papel que as mídias realizaram na ordem político-jurídica do SI e/ou seja diante do fato de que as RIs necessitam reiterar o discurso da soberania, apartada da comunicação. O que me parece ser um contrassenso na medida em que reler o discurso sobre a soberania, é analisar a mediação entre os atores políticos e midiáticos, que, do ponto de vista diplomático, ocorreram principalmente quando *“these boundaries in three interpenetrating ways: there is the vertical differentiation between ‘high’ (civilized and Western) and ‘low’ (barbarian and non-Western) culture the horizontal of culture which distinguishes individual and human attributes”*. (DER DERIAN, 1987, p.34).

Ainda segundo Said (2013, p.37-38) em sua obra *Imperialismo e Cultura*, as comunicações eletrônicas, o alcance mundial do comércio, da disponibilidade dos recursos, das viagens, das informações sobre os padrões climáticos e as mudanças ecológicas unificaram até mesmo os locais mais remotos do mundo. Na visão de Said (2013, p.38), portanto, os conjuntos de padrões elencados acima possibilitaram e inauguraram os impérios modernos por meio dos temperamentos e posição filosófica, já que o imperialismo significa *pensar, colonizar, controlar terras que não são nossas*,

que estão distantes, que são possuídas e habitadas por outros. Isso significou que a diplomacia precisou ser operacionalizada pelo Ocidente, sobretudo quando mobilizou as comunicações, haja vista que era preciso produzir um *sentimento expansionista formado durante o apogeu do movimento geográfico, de modo que fosse lançado uma espetacular campanha de imprensa.* (SAID, 2006, p.227).

A partir disso, argumento que os meios de comunicação, em sinergia com os Estados, traduzem os processos acima descritos, tanto no que concerne a corrida tecnológica – responsável pelo ‘desenvolvimento’ e ‘inovação’ das sociedades/Estados (INNIS, 1959; MCLUHAN; 1961; ANGUS, 2000), bem como por meio da linguagem, que diplomaticamente, media e impõe valores e normativas como condicionantes para o Outro via os discursos orientalistas. Além disso, aponto também que através das narrativas teleológicas e por meio do colonialismo, o Ocidente, de modo pedagógico, apaga e, portanto, não reconhece, outras estruturas societais, que advém de outras regiões do mundo, cujos valores culturais e comunicacionais são estranhos aos olhos do etnocentrismo (OPONDO, 2017; ALLAHSAN, 2010; SHOME, 2016). O Ocidente, por meio de suas políticas externas, mediante a comunicação, reproduz a cultura da diferença sobre as sociedades africanas, autorizando práticas intervencionistas, a fim de promover o suposto “desenvolvimento”, o “crescimento” e/ou como forma de garantir a segurança destas regiões. (GALLAGHER, 2015; BUNCE; PARTENSON, 2019; ENGHEL; NOSKER-TURNER, 2019).

Macmilliam (2008) em “*Toward a Critical Theory of the Media in International Relations*” é influenciado pelo pensamento do filósofo Ian Angus em sua obra “*Primal Scenes of Communication*”, na qual utiliza a Teoria da Mídia Comparativa (TCM) de modo a explicar e refletir sobre a dinâmica Mídia e Estado via a dinâmica societal, deslocada para o âmbito das RI’s. Para o autor, “*the constitutive process of social life*”, já que “*Though related to technology, a medium is not simply a technology, but the social relations within which a technology develops and which are re-arranged around it. A medium is thus a mode of social organization, defined not by its output or production, but by the relations obtaining within it*” (ANGUS, 2000, p. 37). Macmilliam (2008, pp.40-45), segundo uma visão holística, complexifica a questão acima, embora não se utilize de visões pós-coloniais, ao apontar que “*Power relations embedded in media environments - central components of the media environment (systematic explanation of power relations. (...) Accordingly, media are not considered autonomous forces, but are politically and ethically imbued*”.

Datas	Comando, Comunicação e Sistemas de Controle	Ordem Mundial
550 BC	Sistema Postal equipado com estações e retransmissão	Império Persa
500 BC	Sistema Postal com tripulador	Império Chinês
350 BC	Voz e Sinalização de incêndio	Império Grego
BC-476 AD	Sistema de rota do centro para a periferia 90 mil milhas	Império Romano
632-1259 AD	Correio por superfície via a cavalo e espaço aéreo - pombo-correio	Império Islâmico
1500-1970	Tipografia, impressão	Império Europeu
1844-1914	Telégrafo	Império Britânico
1900-1945	Rádio	Impérios Competindo
1945-1989	TV, satélites, computadores e a Internet	Sistema Bipolar
1989-presente	Iniciativa de Defesa Estratégica, Cyberborgs	Sistema Globalista

Tabela (1): Comunicação, Sistemas de Controle e Ordem Mundial

Fonte: Innis (1950) e Tehranian (1997).

Para tanto, esta tese utiliza, em um primeiro momento, uma perspectiva pós-estruturalista, tendo em vista as questões envolvendo linguagem, representação, especialmente quando mobiliza cartografias e estéticas. (CAMPBELL, 1992; 1993; 1998; SHAPIRO, 1988; 1997; 2005; DERDERIAN, 1989; 2005). A literatura pós-estrutural me permite também refletir como, a partir do discurso da soberania, o Ocidente (re)reproduziu, por décadas, economias discursivas segundo formas de saber/poder (FOUCAULT, 2017a) sobre as demais sociedades do resto do mundo (WALKER, 1993; WEBER, 1999; BARTELSON, 2000; MALMVIG, 2006). Além disso, a literatura destacou as disjunções temporais e espaciais elencadas pelo Ocidente, traduzidas por meio do discurso da soberania, ao serem evidenciadas à luz do continente europeu entre a passagem da Idade Média para a Moderna, através de um movimento circular onde é possível observar a tensão entre o particular e o universal, a partir de hierarquias e (re)produção de fronteiras que são (re)imaginadas geograficamente, ainda que na prática fossem fragmentadas.

A história do SI, narrada pela Europa de modo teleológico apaga as diferenças e heterogeneidades dentro do próprio continente, bem como entre outras sociedades, diante de outras formas soberanias que coabitavam, paralelamente, dentro e fora do continente europeu. Os discursos da soberania reenquadrados ao longo de décadas pelo Ocidente produziram, enquanto um regime de verdade, poder e conhecimento, o dentro e o fora, identidade e diferença, norma e exceção. (WALKER, 1993) Portanto, um regime disciplinar, de acordo com uma economia discursiva, reconhece determinadas dinâmicas e procedimentos históricos, através de geometria que a teoria/filosofia política ocidental (re)criam, ao mesmo tempo que apaga outras formas institucionais e societais.

No que concerne à espacialidade, a dinâmica ocorreu quando a diplomacia reafirmou sobre o mundo não-ocidental, narrativas³⁵ que essencializaram e despolitizaram as regiões africanas, vistas na condição de estágio primitivo, selvagem e/ou bárbaro³⁶. Esses espaços foram tidos como frágeis, fracassados, colapsados e a partir de diversas outras taxonomias organizadas pelo Ocidente. De acordo com tais taxonomias, a Europa e/ou os EUA, eram vistos como possuindo uma estrutura desenvolvida, próspera. Todavia, as mesmas não nos contavam a história de colonialismo, exploração e violência que sustentavam tal prosperidade. (JAHN; 1999; MORTON; BILGIN, 2010; TOLEDO, 2020). Muitos dos discursos orientalistas acima citados, podem ser visualizados com os discursos políticos e midiáticos traduzidos nas falas atores estadunidenses, como os ex-presidentes, jornalistas do NYT, nas cinematografias da indústria de *Hollywood*, bem como as normativas da ONU, durante e no pós-operações de paz, seja na década de 1990, bem como nos anos 2000, como apontarei nos capítulos desta tese.

Majid Tehranian (1997) em seu livro “*Global Communication and World Politics: Domination, Development, and Discourse*” denuncia algumas das visões acima, quando aponta para as dinâmicas de controle, poder e gestões perpetradas sobre os países do Terceiro Mundo foram estabelecidas pelo Ocidente, através da relação complexa e ambígua entre suas mídias e os Estados. As mídias e os Estados ao mesmo tempo que estabeleceram mecanismos que normatizam a dependência entre os países, projetaram discursos calcados na ideia de empoderamento societal dos países do Sul global. Ao fazer isso, os atores políticos e midiáticos do Ocidente promovem mitos,

35 Narrative representation often implies “the illusion of a centered consciousness capable of looking out onto the world, apprehending its structure and processes, and representing them to itself”—one of the assumptions related to modern thinking and its apprehension of time and human experience in time and which was transposed to the discourse of modern sciences. (OLIVEIRA, 2020a, p.25).

36 Tvetzan Todorov, em ‘*O Medo dos Bárbaros*’, afirma que o conceito/categoria bárbaro esteve associado a dois fenômenos específicos históricos. Um destes fenômenos advém da Grécia, que compreendia a alteridade, a partir da separação que o *Ancien Regime* estabeleceu, onde de um lado ficaram os gregos e do outro lado os bárbaros (estrangeiros). Essa divisão considerava a questão da língua, neste caso o grego, tanto para aqueles que não sabiam falar, entender e/ou escrever. Outra forma de segregação, utilizava a língua enquanto uma forma de exclusão, as formas de segregação consideravam os valores morais (TODOROV, 2008, p.14). Levi Strauss (2008) antecede a esta discussão feita por Todorov, compreendendo que tanto o bárbaro, quanto o selvagem (*foreign*), devem ser vistos enquanto categorias/conceitos etnocêntricos e eurocêntricos. Ambas inclusive devem ser interpretadas como ruins - um duplo negativo, posto que recusam a humanidade que habita no outro. Ou seja, as categorias e/ou conceitos são vistas como negativas, à luz do progresso e das teorias evolucionistas (melhoramento da espécie) (STRAUSS, 2008). Contrariamente a Levi Strauss, Foucault (2017a, p.169) aponta que existe uma diferença entre os conceitos de selvagens e bárbaros. Para o filósofo francês, ao refletir genealógicamente sobre estes conceitos, refratando os teóricos do estado moderno (contratualistas), sobretudo, o historiador francês Henri de Boulainvilliers e seus discípulos. O selvagem diferente do bárbaro pode ser visto de modo positivo, já que ele pode ser inserido na civilização. Desde os séculos XVIII e XIX, o pensamento contratualista como Jean Jacques Rousseau, compreende o selvagem, enquanto uma categoria jurídico-política. E, nesse sentido, o selvagem ao aderir o contrato social, permite que ele seja inserido na sociedade, tornando-se ‘cidadão’. Todavia, o fato do selvagem ser visto enquanto ‘cidadão’, não o impede de ser excluído de outros processos de exclusão e formas de desumanização. (FOUCAULT, 2017a, p.163). Por outro lado, o bárbaro é diametralmente oposto ao selvagem, na medida em que está fora da civilização. Não há bárbaro sem que haja de modo comparativo uma civilização. Segundo, estas perspectivas, o bárbaro é aquele que despreza e/ou inveja a civilização. O bárbaro é o *outside*, aquele que vem lutar e que inclusive invade as fronteiras. Ou seja, o bárbaro não tem o vetor da troca, mas o da dominação. (FOUCAULT, 2017a, p.164). Atualmente, o conceito de bárbaro está atrelado aos grupos terroristas que segundo a visão ocidental, desprezam o conjunto de normas da civilização, ao promoverem a cultura do ódio e do terror, produzindo risco, medo e pânico aos indivíduos. (PASHA, 2017).

ficções, jogos de simulação e simulacro nas sociedades africanas, de acordo com as suas visões socioculturais, estabelecidas pelo etnocentrismo. (FREDERICK, 1993; TEHRANIAN, 1997; SHOME, 2016).

Global communication at the turn of the 21st century has brought about many effects. On the one hand, it is blurring technological, economic, political, and cultural boundaries. Print, photography, film, telephone and telegraphy, broadcasting, satellites, and computer technologies, which developed fairly independently, are rapidly merging into a digital stream of zeros and ones in the global telecommunications networks (...). Economically, separate industries that had developed around each of these technologies are combining to service the new multimedia environment through a series of corporate mergers and alliances. Politically, global communication is undermining the traditional boundaries and sovereignties of nations (TEHRANIAN, 1997, p.1, Grifos meu).

Ronald Deibert em “*Parchment, Printing and Hypermedia – Communication and World Order Transformation*”, ao fazer alusão aos trabalhos de Marshall McLuhan e Benedict Anderson, descreve o importante papel de Estados, mídias e corporações transnacionais ocidentais, que, por meio da tecnologia da informação e da comunicação, conduziram a liturgia do SI através de mediações, especialmente quando refletem a passagem da Idade Média para a Moderna. Em alusão a Benedict Anderson, a partir de sua obra “*Comunidades Imaginadas*”, Deibert (1997) aponta que, com a Reforma Protestante (1517), via a figura de Martinho Lutero, múltiplas foram as traduções de livros realizadas, onde diversas formas de mediação foram promovidas entre as comunicações e os proto-estados ou proto-soberanias. Se antes somente o latim era a língua adotada pela Igreja, após a Reforma, as línguas vernáculas passaram a ser instrumentalizadas como uma forma de estabelecer a comunicação junto com a população, por meio da transferência de conhecimento via a impressão dos livros em larga escala.

Anderson (2012) compreendeu essa passagem comunicacional histórica e nacionalista, tendo a soberania como uma estrutura limitada, que detém fronteiras finitas e elástica, intitulando esse processo como ‘*capitalismo de imprensa*’. Na contramão desta narrativa, evoco John Thompson (2005) em ‘*Mídia e Modernidade*’ ao refletir sobre a China, contrariamente à visão ocidental, que estipulou as prensas dos tipos móveis de Gutemberg (1450) enquanto marco histórico. Thompson (2005, pp.85-86) apontou que desde o III d.C., tendo sua expansão no século VIII, em regiões desde Bagdá a Damasco - até chegar à Europa, a China já utilizava plantas têxteis, transformadas em fibras encharcadas e prensadas em formas de papel para secar. Aqui um pincel feito a partir de cabelos humanos, somado a extração de tinta diante do pó das fuligens, era usado como forma de escrita e de comunicação entre sociedades/Estados na Ásia.

No que tange aos Estados Unidos, a prensa dos tipos móveis ganhou destaque com a publicação de Almanaque por Poor Richard em 1691, e posteriormente disseminado pela figura de Benjamin Franklin em 1733. Além disso, nos Estados Unidos a confecção do Dictionary em inglês

tornou-se outra importante forma de transmissão do conhecimento da língua inglesa. Ainda nos Estados Unidos, Samuel Johnson entre 1755 e 1810 publicou e publicizou o primeiro livro sobre a história da imprensa estadunidense. No solo do Tio Sam, Isiah Thomas está entre os principais precursores a desenvolver equipamentos para pessoas que deficiência visual, produzindo a linguagem braille. E, ao fazer isso, potencializou o inglês enquanto idioma, ampliando e amplificando a comunicação no país e no mundo. (BRIGGS; BURGER, 2005).

Jurgens Habermas (2017), em “*Mudança Estrutural da Esfera Pública*”, neste contexto, aponta para a formação das esferas públicas burguesas, que passaram a constituir a relação entre comunicação e os Estados, ritualizado a partir da passagem da Idade Média para a Idade Moderna, através da secularização, onde os discursos da soberania foram simbolizados metaforicamente via os contratos sociais, à luz do etnocentrismo. Argumento que as dinâmicas envolvendo as esferas públicas e sua interseção com a soberania serviram como álibi para o Ocidente (re)produzir a política da assimilação e/ou aniquilação (TODOROV, 2004; INAYATULLAH; BLANEY, 2004), via a reprodução da diferença e através do encontro colonial entre a Europa e o resto do mundo, e reafirmá-las via o SI, à luz do modelo capitalista, nos seus mais diversos modos de exploração, subordinação e alienação.

Porém, em países como a Índia, os processos envolvendo a formação da esfera pública burguesa foram readaptados na medida em que nestas regiões foram as elites que exerceram protagonismo, herdadas do imperialismo britânico, mobilizando as classes subalternas por meio das estratégias de subordinação e dominação, onde as linguagens seculares das leis e estruturas britânicas determinavam o funcionamento e a logística da sociedade (CHAKRABARTY, 2010, p.15). Dipesh Chakrabarty (2010, p.29), traduz e complexifica a esfera pública, em “*Provincializing Europe*”, à luz do pós-colonialismo, ao destacar que “*The dominance of ‘Europe’ as the subject of all histories is a part of a much more profound theoretical condition under which historical knowledge is produced in the third world*”.

The history of political modernity in India could not be written as a simple application of the analytics of capital and nationalism available to Western Marxism. One could not, in the manner of some nationalist historians, pit the story of a regressive colonialism against an account of a robust nationalist movement seeking to establish a bourgeois outlook throughout society. For, in Guha’s terms, there was no class in South Asia comparable to the European bourgeoisie of Marxist metanarratives, a class able to fabricate a hegemonic ideology that made its own interests look and feel like the interests of all. (CHAKRABARTY, 2010, p.15 Grifo meu).

Chatterjee (1993, p.5) também complexificou a relação entre o capitalismo de imprensa, relendo a soberania e o nacionalismo no âmbito do SI apontado por Anderson (2012), quando destacou a fragmentação e subalternidade envolvendo a questão da linguagem e do idioma por meio das elites, via a colonização britânica na Índia por meio do encontro colonial:

However, the specificities of the colonial situation do not allow a simple transposition of European patterns of development. In Bengal, for instance, it is at the initiative of the East India Company and the European missionaries that the first printed books are produced in Bengali at the end of the eighteenth century and the first narrative prose compositions commissioned at the beginning of the nineteenth. At the same time, the first half of the nineteenth century is when English completely displaces Persian as the language of bureaucracy and emerges as the most powerful vehicle of intellectual influence on a new Bengali elite (CHATTARJEE, 1993, p.7, Grifo meu).

Shome (2016, p.1), por sua vez, ao refletir sobre a história envolvendo os meios de comunicação e os Estados, destacou como não somente a tecnologia, mas também a linguagem se tornaram fundamentais para compreender o quanto a lógica colonial se perpetuou, especialmente diante do desenvolvimento, que, através de estágios, segregava as sociedades à luz dos países/sociedades do Ocidente: *“the development of media and the different stages of its emergence narrates and universalizes a particular history of modernity. This is a history that neglects how media functions in the Global South (including in the ‘developed’ South). It is a history that advances a view of modernity that is locked in the temporal logics of North Atlantic modernity — which has simultaneously been a colonial modernity”* (SHOME, 2016, p.1). E, nesse sentido, o encontro colonial, já anteriormente apontado por Chattarjee, demonstra como as histórias narradas pelos cronistas, antropólogos e etnógrafos, ratifica de modo cartográfico, representações, cujas estéticas produzidas, reforçam a desqualificação sobre o Outro e o enaltecimento da sua própria cultura vista como superior, desenvolvida e próspera (FERNANDEZ, 1999; SHOHAT, 2014). Sam Opondo (2017, p.109) sublinha a dinâmica do encontro colonial via a diplomacia, quando destaca o papel da violência, especialmente, sobre os países africanos, tendo em vista as ações humanitárias, traduzidas pelos missionários cristãos e/ou cronistas quando estabeleceram os discursos raciais, a fim de criar e (re)imaginar à África segundo o padrão civilizatório ocidental.

Apart from armed violence, the most telling European–African encounter involved the undertakings of Christian missionaries and humanitarian workers whose will-to-convert had an enduring impact on subsequent understandings of the African subject. While mainly couched in philanthropic and universalist terms, implicit in the missionaries’ mode of engaging Africans was a series of contradictory moves that rendered the intentions, methods and outcomes of missionary mediation practices more complex than the missionaries themselves would have liked to acknowledge. (OPONDO, 2017, p.109 Grifo meu).

Para entender a dinâmica entre a comunicação e as relações internacionais, também é válido considerar que a continuidade destes processos que varreram a passagem da Idade Média e que se mantiveram durante a Idade Moderna pode ser também observada durante a Revolução Industrial, entre o fim do século XVIII e o início do século XIX. Neste período o SI passou por um processo de expansão, onde diversas redes técnicas de comunicação eurocentrista, instrumentalizadas pelos estados serviram diplomaticamente como mecanismo que permitia um maior controle, monitorando

e mantendo vigilância sobre os demais estados/sociedades dos países colonizados (FREDERICK 1993; TEHRANIAN, 1999; SHOME, 2016). Em 1837, o inglês William Cooke e o americano Samuel Morse aperfeiçoaram os primeiros sistemas telegráficos, permitindo uma maior aproximação entre as cidades europeias. Em Londres, estradas de ferro inauguradas em 1825 possibilitaram uma maior conexão entre as cidades do interior. A França conseguiu instalar os primeiros sistemas de telecomunicações, criando inúmeras redes de comunicação que, diplomaticamente, interligaram em média 5.000 quilômetros de extensão territorial num total 534 estações por meio da estrada de ferro. Embora já existissem conexões telegráficas estabelecidas pelos países europeus, somente em 1852 foi possível a utilização do telégrafo pela sociedade civil (MATTELARD, 1995; BURKE; BRIGGS, 2005).

Portanto reler a historiografia do SI calcadas por projetos coloniais, à luz das expansões comunicacionais, é considerar a história narrada pelos estados europeus que detém na sua estrutura, a perpetuação das desigualdades perpetradas onde *“the issue is not just a matter of writing a ‘global’ history (of media) to ‘stimulate a more global past’. It is also a matter of recognizing the current received history of media in the West as being linked to colonialism and postcolonial inequalities”*, como assinalou Shome (2016, p.2). Em 1842, Argel, capital da Argélia, recebeu o telégrafo aéreo reforçando o caráter colonialista na região da África, modificando a dinâmica sociocultural da região. Com o tempo, a tecnologia foi avançando, principalmente, com a revolução industrial, que chegava em sua segunda etapa fazendo com que o circuito de transmissão da comunicação e informação no mundo mudasse. Mattelard (1995) e Shome (2016) apontam que o telégrafo, além de ampliar a circulação de informações, possibilitou que a ocupação colonial se mantivesse pelas potências europeias. Por sua vez, o surgimento do cabo submarino permitiu estender e intensificar as relações diplomáticas entre Paris e Londres e inclusive suas inserções sobre suas respectivas colônias, replicando os valores eurocêtricos não somente por meio da tecnologia, mas, e principalmente, diante das linguagens instrumentalizadas (ALHASSAN, 2004; MATTELARD, 1995).

Ao fim dos anos de 1870, as redes de cabo passaram a cobrir o mundo ultrapassando em média 104.000 milhas, onde cerca de 10% destas milhas pertenciam à administração estatal europeia (MATTELARD, 1995, p.55). A região da América do Sul, assim como as Áfricas, foi “beneficiada” pela existência do cabo transatlântico sul, inaugurado em 1874, ligando a capital Lisboa (Portugal) com o Estado de Pernambuco (Brasil) instrumentalizando as ilhas de Cabo Verde e da Madeira. Segundo Thussu (2010), dois anos mais tarde, a costa do Chile recebeu um cabo submarino possibilitando que o império Britânico reforçasse ainda mais sua hegemonia. Ainda de acordo com a autora, uma parte expressiva da comunicação mundial que foi arquitetada diplomaticamente teve a colaboração e incentivos de empresas privadas como Eastern Telegraph

Company (Grã-Bretanha) e a Western Union Telegraph (EUA). Durante a década de 1870, a conferência internacional telegráfica realizada em Roma (Itália) permitiu uma regularização com relação às redes do planeta. Em média 22 países participaram desta conferência, embora quatro anos mais tarde, em 1874, foi criada em Berna a União Postal Universal. Nos EUA, em 1876, emergiu uma nova forma de se comunicar, a era do fio modificou a sociedade estadunidense a partir da invenção do telefone (1860). A rede telefônica, antes restrita aos Estados Unidos, passou a ser utilizada na Grã-Bretanha e na França em 1881. Após 1906, os Acordos de Berlim possibilitaram que vários acordos multilaterais passassem a estruturar o que seria a Convenção Radiotelegráfica Internacional (MATTELARD, 1995).

O trem ou cavalo de ferro foi outra invenção que permitiu interligar o mundo, ampliando a inserção dos estados do Ocidente, ao fazer uso da diplomacia, sobre o resto do mundo. Em 1882, através da Conferência Internacional das Estradas de Ferro foi possível configurar um real e maior fluxo de informação de uma economia em escala nunca antes imaginada. A locomotiva permitiu agilidade, facilitando o sistema de trocas e diferentes tipos de comércio, via a diplomacia exercida pelas comunicações e os estados. Como aborda Mattelard (1995), o trem tem igualmente um imaginário internacional que não se confunde com as imagens maravilhosas do Expresso Oriente: *“Sua fumaça negra foi o próprio sinal do progresso”*. Através do trem, o Ocidente reiterou suas ações diplomáticas fazendo uso da comunicação e da estrutura estatal, a fim de reiterar, sobre as demais sociedades/estados, as diretrizes, traduzidas a partir de convenções e acordos multilaterais entre os atores, tendo em vista os sistemas de exploração e subserviência dos países dos colonizados. Segundo Mattelard (1995), a inscrição do modelo ferroviário, no contexto colonial, tinha por missão diplomática ligar centros administrativos, ancorados na maior parte do tempo junto da costa, às minas do interior, ou então permitir o acesso a outros territórios a serem controlados e colonizados. Argumento novamente nesta tese que a diplomacia realizada pelas políticas externas dos países, mediante a tecnologia da comunicação e por meio das linguagens e discursos (re)produzidos pelos atores estatais e midiáticos, ritualizaram as representações envolvendo a soberania ocidental, conquistados e impondo às outras sociedades/estados os seus respectivos *modus operandi*.

Outra ferramenta que ampliou o sistema europeu da época, para além do seu território, mediante as relações diplomáticas, ocorreu por meio das agências de notícias internacionais, como uma forma de governamentalidade³⁷ sobre as demais regiões do mundo. Durante o século XIX,

37 Entende-se pelo conceito de governamentalidade um conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança. Principalmente, quando o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros – soberania, disciplina. (FOUCAULT, 2017b, p.171).

quatro grandes agências ocidentais surgiram, historicamente, como empresas privadas independentes de seus governos. A história do Ocidente me permite identificar que os surgimentos das agências internacionais estão vinculados à expansão das grandes potências do desenvolvimento do capitalismo, destinadas a atender a uma demanda específica do capital da informação de origem internacional (SALINAS, 1984; AGUIAR, 2015; FONTES, 2015). Nesse sentido, as agências internacionais foram criadas: a Agência France Press (AFP), antiga Havas, em 1835; a Associated Press (AP), fundada em 1848, cuja sede se localiza em Nova York; a Reuters, concebida pelo jornalista Paul Julius Reuter, em 1851 e que tem como sede a capital Londres; e, em 1907, a United Press International (UPI), também fundada nos Estados Unidos.

À luz da história ocidental, o Congresso de Berlim³⁸, criado em 1856, pode ser visto como um mito por ter permitido a existência de uma série de acordos políticos, ao ratificar a divisão do mundo, através de esferas de influência e que, neste caso, ocorreram via agências de notícias internacionais (SALINAS, 1984; AGUIAR, 2015; FONTES, 2015). Para Boyd-Barret (1980), as relações entre as agências e os Estados diplomaticamente já existiam desde 1856, através de troca de informações e diante das divisões e dos sistemas de explorações coloniais, que o tratado de Berlim apenas ratificou na prática. Após a primeira grande guerra (1914-1918), a Alemanha e sua agência internacional Wolff deixavam de existir e uma nova agência de notícia passa a ascender do cenário mundial, através da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), cuja origem deu-se em 1918, a partir do líder político Vladimir Lênin, intitulada como Agência Soviética (TASS) (SALINAS, 1984).

Ainda de acordo com Aguiar (2015), após 1856 as agências de notícias internacionais funcionavam como empresas capitalistas num mercado livre formado por um cartel que tinha o direito exclusivo dos respectivos mercados dos países colonizados, constituindo uma forma de imperialismo cultural. (SALINAS, 1984; SAID, 2006). É importante lembrar que as agências de notícias internacionais são empresas especializadas em coletar informações de interesse jornalístico dispersos, formatá-los como notícias e redistribuí-los para os assinantes. Para Aguiar (2015), as agências de notícias devem ser descritas como empresas que buscam, através da circulação de mercadorias da informação, previamente produzida e distribuída, impor sobre o resto do mundo as visões promovidas pelo Norte global. As agências de notícias funcionam como produtores, distribuidores e reivindicadores de mercadorias produzidas em massa, não apenas para um consumidor final, como também destinada, se necessário, a um público varejista (BOYD-BARRET, 1980).

38 O tratado de Berlim contou com a presença da agência alemã Wolff, extinta após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). (AGUIAR, 2015).

Segundo Aguiar (2015), as agências são empresas que nasceram no contexto do capital monopolista e da produção e sistema operacional alicerçados no sistema fordista³⁹. Isto é, sua estrutura tem como base a centralização e a irradiação além da alta dependência quanto ao controle da notícia, cujo objetivo é a produção em uma economia de escala. É importante lembrar que existem vários modelos de categorização quanto às agências de notícias internacionais, e, em todas elas observou-se o cartel, que, do ponto de vista da governamentalidade, faz com que elas controlem, monitorem e vigiem as sociedades/estados do resto do mundo, como no caso dos países africanos. Ao longo do tempo, as agências passaram a ter diferenças quanto ao seu modo de financiamento. A France Press tem como gestão e custeio a propriedade do Estado. Entretanto, existem agências que são constituídas por companhias capitalistas de propriedade privada, como a Thompson-Reuters. Já, a Associated Press (EUA) é um tipo de agência privada cujo domínio é compartilhado diante da relação veículo-cliente.

À guisa da história das Agências de Notícias Internacionais dos Estados Unidos e sua relação veículo-cliente, de acordo com Michael Palmer (2021, p. 141), é preciso assinalar que a Associated Press (AP) e a United Press International (UPI) se destacaram quanto ao nível de interferência nacional e internacional. Por isso que as práticas coloniais, traduzidas nos discursos orientalistas, realizadas pela Associated Press (AP), somente em 1966, eram responsável por 17 países do continente africano haja vista a distribuição de seus correspondentes internacionais – *gatekeepers*. Muitas das coberturas da época realizadas pela AP, eram associadas aos conflitos e suas conexões com a Guerra Fria. As agências também ajudaram no restabelecimento das relações diplomáticas entre Estados Unidos e a República Popular da China em 1979. Muitos dos homens das agências dos Estados Unidos não tinham conhecimento em outras línguas/idiomas, mas não impediram de utilizar tradutores(as) como auxiliares nas histórias políticas que foram contadas sobre o resto do mundo (PALMER, 2021, p.148).

Por fim, mas não menos importante, destacamos a existência das agências do chamado terceiro setor ou agências das organizações não governamentais (ONGs), como a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), que recebem subsídios das ONGs. As agências podem ser também divididas em modelos globais, transnacionais, agências nacionais e especializadas.

39 Modelo criado no início do século XX, por Henry Ford, cujo objetivo refere-se ao sistema de produção em massa. Visto como forma de racionalização da produção capitalista baseada em técnicas e mecanismos organizacionais baseados na produção e no consumo das massas (WOOD JR, 1992).



Figura (1): Modelos das Agências Internacionais

Fonte: AGUIAR (2015);

Outro veículo de comunicação importante, enquanto ferramenta diplomática, via a projeção do discurso colonial (SCHRAMM'S, 1964; NORDENSTRENG; SCHILLER, 1980), especialmente durante o contexto das grandes guerras, foi o rádio, contribuindo para a formação do estado-nação. O advento do rádio, após o fim da primeira grande guerra (1914-1918), fez prosperar a estratégia da comunicação internacional, por meio da publicidade e propaganda. O rádio possibilitou o desenvolvimento da propaganda, através da transmissão de valores, crenças e mitos ocidentais. Durante este período, os russos foram os primeiros grupos políticos a perceberem a importância ideológica e estratégica da radiodifusão. O sistema de radiodifusão funcionou como um mecanismo de diplomacia que comunicava e informava, aos olhos da URSS, sua ideologia. A União Soviética (URSS), percebendo a importância desta ferramenta midiática, criou o Conselho de Comissário do Povo durante o governo de Lênin em 1917. Para Brigs e Burger (2006) e Thussu (2010), a União Soviética percebeu que diante do uso da tecnologia da comunicação era possível ampliar sua visão ideológica em todos os continentes. Em menos de cinco anos, a nação russa criou a rádio All-união, que transmitia regularmente a propaganda comunista em diversos idiomas (Alemão, Francês, Holandês e Inglês).

A Alemanha foi outra nação que também percebeu o impacto que os meios de comunicação poderiam exercer na sociedade. No surgimento das agências de notícias foi criada a Wolff, a agência alemã buscava difundir sua inserção via a comunicação no mundo. Contudo, após a queda do Império Alemão durante a Primeira Guerra Mundial, o país findou com os trabalhos da Wolff voltando novamente a se fortalecer apenas em 1933 (MATTELARD, 1995). Em 1933, com a

chegada dos nazistas ao poder, a radiodifusão buscou uma extensão da diplomacia internacional. Adolph Hitler, entre 1930 e 1945, criou um Ministério da Propaganda cujo objetivo era lutar, em todos os campos de batalha, estimulando a ideia de raça ariana a partir de um critério de superioridade (MATTELARD, 1995). A ideologia racista e anti-semita, que antes era restrita à Alemanha, passou a ser difundida para o mundo como um discurso diplomático. Na Argentina, o rádio foi um dos mecanismos de transmissão e difusão de conteúdos, em vários idiomas, deste tipo de ideologia. O fascismo de Benito Mussolini não foi diferente. A Itália, durante a época de 1930, criou um Ministério da Imprensa e da Propaganda, equivalente ao modelo alemão, cujo objetivo era a promoção e difusão dos ideais fascistas no mundo. (THUSSU, 2010).

O panorama descrito acima fez com que a Inglaterra criasse uma espécie de escritório de comunicação, na medida que foi percebendo os impactos que a propaganda vinha causando na sociedade. Nesse sentido, a Grã-Bretanha, que já dispunha de uma agência de notícias desde o século XIX, se viu na necessidade de criar uma espécie de escritório de monitoramento internacional. É neste contexto que a britânica *British Broadcasting Corporation* (BBC) com seu discurso “maduro” e “equilibrado” buscava credibilidade internacional usando a radiodifusão no mundo com os subsídios do governo britânico através de seu escritório *Commonwealth Foreign Office* (CFO). Segundo Thussu (2010), a forma utilizada pela BBC evidenciava seu imperialismo e reforçava seu projeto de colonização sobre os demais países do terceiro mundo.

Durante a Segunda Guerra (1939-1945) algumas mudanças puderam ser notadas no SI. A Conferência de Paz e Guerra, em 1945, possibilitou a existência do “acesso livre” às informações. Nesse contexto, os Estados Unidos e suas delegações passaram a criar sessões dedicadas, constantemente, aos fluxos comunicacionais no mundo no ambiente da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). O discurso proferido implicava na ideia de que a liberdade de recolher, de transferir e de publicar as notícias em todos os lugares do mundo não apresentasse qualquer tipo de obstáculo (BOYD-BARRET, 1980; SALINAS, 1984; THUSSU, 2010). Naquele período, observou-se no mundo uma explosão na radiodifusão internacional como uma ferramenta de propaganda de ambos os lados – aqueles pertencentes ao Eixo e Aliados. O Japão buscou através da propaganda de guerra incluir transmissões de ondas curtas usando a *Nippon Hoso Kyokai* (NHK). Com o fim da guerra em 1945 e o com o surgimento da Guerra Fria, a propaganda tornou-se, junto com o rádio, aspecto fundamental para a difusão do discurso a favor da soberania através da diplomacia.

Os Estados Unidos perceberam o impacto descrito acima e resolveram criar o chamado programa *The Voice of America*. A voz da América se tornou uma espécie de porta-voz oficial do governo estadunidense fortalecendo a Agência de Informação dos Estados Unidos (USIA), como uma forma de reafirmar o discurso colonial sobre o resto do mundo, tendo o desenvolvimento como

um motor, que permitirá a prosperidade. A voz da América permitia que o presidente da época, Harry Truman (1945-1953), falasse com os ouvintes da região da América Latina e demais estados africanos e asiáticos, externalizando um discurso vinculado a uma campanha publicitária chamada “Campanha pela Verdade”. Segundo Mattelard (1995) e Thussu (2010), o objetivo da campanha era difundir valores que enaltecessem o capitalismo e criticassem com veemência o comunismo da época. A campanha legitimava o envolvimento dos EUA na Guerra da Coreia (1950-1953), que matou mais de um milhão de vidas e se tornou o primeiro teste de rivalidade da superpotência no mundo em desenvolvimento. De acordo com os autores, esse padrão foi repetido em vários outros conflitos relacionados com a Guerra Fria na África, Ásia e América Latina. (HALLIN, 1989).

Porém, cabe ressaltar que anterior ao período da Segunda Guerra, os Estados Unidos, desde a Primeira Guerra já compreendiam o impacto dos meios de comunicação na opinião pública e na política externa. Os atores políticos e midiáticos já visualizavam os impactos das campanhas publicitárias, produzidas por Edward Barney – importante figura pública que ajudou a ratificar a importância de uma guerra, assim como no jornalismo, as atuações políticas, circunscritas nas imagens externas, estereotipadas e essencializadas, segundo a lógica do liberal, ocorreram através da figura de controversa de Walter Lippmann (CHOMSKY, 2006).

Em contraposição à visão discursiva estadunidense, a União Soviética criou políticas de transmissão destinadas a combater a propaganda ocidental norte-americana e reforçando e promovendo no mundo o pensamento soviético por meio de suas políticas externas. A Rádio Moscou aumentou suas transmissões em língua chinesa de 77 horas por semana em 1967 para 200 horas em 1972. No que concerne à cultura e aos conglomerados comunicacionais, as agências de notícias internacionais, bem como as ondas hertzianas, são exemplos da transmissão de visões de mundo a partir da perpetuação de determinados discursos, segregando e verticalizando o mundo e os indivíduos que a habitam à luz das referências (THUSSU, 2010). Historicamente, algumas possíveis alternativas passam a ser repensadas e redesenhadas pelos atores advindos tanto do etnocentrismo, mas, e principalmente, diante de outros atores oriundos do Terceiro Mundo.

Foi a partir dos movimentos de contracultura da década de 1960, e diante de um contexto de descolonização afro-asiática, que o pan-africanismo⁴⁰, as conferências de Bandung (1955) e o movimento dos países não-alinhados (1961)⁴¹ se tornaram fundamentais, tendo em vista os debates

40 O pan-africanismo foi um movimento que teve suas origens em 1927, tendo o seu aprofundamento a partir de 1945, durante o congresso em Manchester. O objetivo destes pensadores e ativistas negros, que residiam nas mais diferentes localidades do mundo, era promover debates sobre a libertação nacional, formas de resistência diante da manutenção e perpetuação do sistema colonial. Para muitos, mais do que somente a independência política, a econômica era de vital importância para estes países/sociedades que necessitavam se unir contra os ditames do imperialismo reiterado pela Europa e os Estados Unidos. (NKRUMAH, 1965; HARRIS; ZEGHIDOUR, 2011; KODJO; CHANAIWA, 2011).

41 As conferências de Bandung, unido ao Movimento dos países não alinhados, permitiu que uma série de debates fosse realizada a fim de fazer com que se discutisse, e até mesmo se reconhecesse, o impacto do colonialismo e do imperialismo que os países do Norte promoveram sobre os países do Terceiro Mundo. As diversas

envolvendo as múltiplas formas de desigualdade entre os fluxos e contrafluxos comunicacionais e culturais sobre as sociedades do Terceiro Mundo na arquitetura do SI. As desigualdades comunicacionais e culturais ocorreram a partir da verticalização e disseminação e circularidade dos conteúdos (re)produzidos que advinham do chamado “primeiro-mundo”. Nordenstreng (2001, p.155) compreendeu o desenvolvimento entre os Estados e as mídias quando atestou que

The idea of media imperialism, with the notion of information sovereignty as an integral part of it, was a paradigm that was badly needed at that stage of understanding the world of communications. Seen from the angle of history of ideas, one may even say that it was a necessary step in the continuous intellectual project of understanding the world (NORDENSTRENG, 2001, p.155 Grifo meu).

Muito das narrativas eram realizadas através da intrínseca relação entre o estado, as elites e as corporações midiáticas (jornalismo, cinema, rádio etc.) que rotineiramente ditavam sobre o resto do mundo o modo neoliberal (formas de “empoderamento”, “capacitação” ou “libertação” do cidadão, permitindo que os sujeitos neoliberais assumam a responsabilidade social sobre si mesmos e suas comunidades) em sinergia com as diferentes modalidades do capitalismo, e isso ratificou múltiplas formas de desigualdades, tendo na informação a sua forma de gerenciamento e controle populacional sobre os países africanos. (CHANDLER, 2016, p.10). Por meio dos conteúdos disseminados pelas mídias, através dos *gatekeepers*, jornalistas brancos do Ocidente, e sua interação com os estados e as elites estadunidenses, ditavam sobre as sociedades africanas, as suas visões de mundo, enquanto formas disciplinares, mediante sistemas de vigilância, controle e monitoramento.

Os EUA, ao longo de décadas, tornou-se um dos principais países que têm instrumentalizado os principais bens culturais e midiáticos, através da indústria de Hollywood, via Walt Disney, que na condição de uma empresa privada, embora detenha subsídios estatais, corroborou para a difusão de práticas coloniais, na medida em que conseguiu, ao longo de décadas, construir e reproduzir um império⁴² em terras ‘virgens’ nos EUA e demais regiões do mundo, sobretudo, quando “*Walt ocupou*

formas de desigualdades, de perpetuação do sistema capitalista via política da industrialização e semi-industrialização, a lógica do desenvolvimento e do subdesenvolvimento via modernização e os impasses advindos da Guerra Fria são algumas das pautas que passaram a ser abordadas pelos representantes dos países do Terceiro Mundo. Os movimentos nacionalistas e as lutas anticoloniais fizeram a diferença para que os debates pudessem ser realizados nas conferências de Bandung. Para alguns, no entanto, o projeto fracassou por diferentes questões, entre elas a subversão dos países e instituições às políticas estadunidenses, permitindo que a globalização e a agenda neoliberal ganhasse espaço e legitimidade (ESCOBAR, 2012; AMIN, 2015).

42 No âmbito da história dos EUA, a que se considerar dois elementos de um lado a ideia de Império e o conceito de Imperialismo. O primeiro conceito pode ser compreendido à luz da Revolução Americana e o Modelo de duas Romas. Isto é, a soberania está atrelada a formação constitucional de limites, equilíbrios, de controle mútuos, que constitui o poder central e mantém o poder nas mãos da multidão. Não há necessidade, tampouco espaço para a transcendência de poder. Nesta concepção de Império, a soberania deve ser exercida dentro de um vasto horizonte de atividades que a subdividem sem negar sua unidade e que a subordinam continuamente ao movimento criativo da multidão. Essa concepção advém do pensamento do historiador Políbio inspirada em uma Roma Imperial onde se fundamenta o processo republicano. Portanto, o Império só pode ser concebido como uma república universal, uma rede de poderes e contrapoderes estruturada numa arquitetura ilimitada e inclusiva. Essa expansão não tem a ver com Imperialismo, nem com esses organismos estatais projetados para a conquista, a pilhagem, o genocídio, a colonização e a escravidão. (HARDT; NEGRI, 2000, p.180-181; 185).

terras virgens nos EUA e construiu seus palácios do parque Disneylândia, o reino embruxado. Quando olha o resto do Globo, trata de enquadrá-lo na mesma perspectiva, como se fosse uma terra previamente colonizada, cujos habitantes fantasmagóricos devem se conformar às noções de Disney a respeito de seu ser". (DORFMAN; MATELLARD, 2010, pp.55-56).

Os povos subdesenvolvidos são para Disney, então, como as crianças; devem ser tratados como tais, e se não aceitam esta definição de seu ser, é preciso descer suas calças e lhes dar uma boa surra. Para que aprendam! Quando se diz algo a respeito do menino-selvagem-bonzinho nestas revistas, o objeto em que na realidade se está pensando é o povo marginal. A relação de hegemonia que estabelecemos entre crianças-adultos, que vêm com suas civilizações e suas técnicas, e os meninos-selvagens-bonzinhos que aceitam esta autoridade estrangeira e entregam suas riquezas se revela como uma réplica matemática da relação entre a metrópole e o satélite, entre o império e sua colônia, entre os donos e seus escravos. (DORFMAN; MATELLARD, 2010, pp.55-56 Grifo meu).

O cinema, o jornalismo e a televisão se tornaram outros importantes meios de comunicação, que passaram a publicizar e/ou mesmo problematizar as políticas externas dos Estados, tendo em vista a diplomacia realizada através dos seus conteúdos, possibilitando um repensar sobre a dinâmica entre os Estados e suas inserções no SI. Do ponto de vista do aspecto comunicacional, os conteúdos disseminados por estes veículos, cada um a seu modo, estabeleceram dinâmicas envolvendo a guerra e a paz, que historicamente, contestam e/ou corroboram com as práticas produzida pelos atores. Andrew Griffiths (2015, p.2) ao reler sobre a história do jornalismo, jornalismo literário e a literatura, revisita a história colonial envolvendo a Índia e o império britânico entre 1970-1900, ao descrever as fronteiras sobre a região colonizada, através de suas ficções e destaca como o nacionalismo passa a emergir na Índia, mas, e principalmente, diz sobre o império britânico.

Evidently, the fiction describing the imagined experience of empire was closely linked to reportage in the public imagination. The boundaries between novels and news, and between news and the events it reported, were increasingly blurred from the mid-1880s. British readers experienced their empire as a polyglossic discourse formed from the contact between novels, news and imperial activity (GRIFFITHS, 2015, p.2 Grifo meu).

Especialmente quando o conteúdo, através da linguagem disseminada pelo Norte global, reafirmava a política da alteridade, que por meio da governamentalidade mantinha as desigualdades, fazendo uso dos discursos orientalistas. Said (2006, p.38) informa que os discursos orientalistas se fazem presentes quando o Ocidente inventa o Oriente, neste caso as Áfricas, por meio de aspectos culturais e ideológicos como uma forma de governar, colonizar e descrever sociedades/Estados. Sob o aspecto midiático, o discurso orientalista se faz presente no mundo eletrônico a partir do reforço dos estereótipos pelos quais o Oriente é visto à luz das lentes do Ocidente. A televisão, os filmes e todos os recursos da mídia forçaram a informação para dentro de moldes cada vez mais

padronizados. No que diz respeito ao Oriente, a padronização e a estereotipação cultural intensificaram o domínio da demonologia acadêmica e imaginativa do "Oriente misterioso". Portanto, tanto por meio da imagem em preto e branco, como colorida, e atualmente em 3D/4D com uso ou não de realidade virtual aumentada, a imagem em movimento promovia uma outra forma de comunicação, mais dinâmica e objetiva. Shohat (2010, p.107) sintetiza as minhas afirmações quando destaca o papel do cinema já que “*The cinema combined narrative and spectacle to tell the story of colonialism from the colonizer's perspective*”.

(...) dominant cinema has spoken for the "winners" of history, in films which idealized the colonial enterprise as a philanthropic "civilizing mission" motivated by a desire to push back the frontiers of ignorance, disease, and tyranny'. If the imperial adventure film conveyed the pleasures and benefits of empire, the western told the story of imperial-style adventures on the American frontier. Indeed, the link between the two imperial adventures, in the continental US and outside of it, has usually been obscured, the word "imperialism" usually being restricted in reference to the late nineteenth-century expansions beyond the continent into the Caribbean and the Pacific (SHOHAT, 2010, p.114 Grifo meu).

Na contramão dos discursos orientalistas, diversos *gatekeepers*, enquanto atores políticos e midiáticos oriundos do primeiro-mundo, mais críticos à dinâmica do SI, em diálogo constante com grupos de resistências dos países do Terceiro Mundo, creditavam que havia uma importante necessidade e urgência de (re)pensar e de(s)colonizar os fluxos comunicacionais e culturais ocidentais, bem como complexificar a relação entre as mídias e os Estados. Buscando complexificar esta discussão, no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), esses pesquisadores produziram o relatório MacBride ou também intitulado “*Um Mundo, Muitas Vozes*” (1980)⁴³. Dentre os principais objetivos do relatório MacBride, destaco a importância sobre a democratização da comunicação, observando que os fluxos e contrafluxos da comunicação e informação deveriam ser repensados, a fim de evitar as interferências externas e/ou mesmo dependência econômico política entre os países do primeiro mundo vis-à-vis aos do Terceiro Mundo.

Portanto, toda uma reflexão sobre a geopolítica da comunicação e da informação foi repensada por uma parcela de estudiosos e analistas críticos dos mais diversos países de modo a problematizar a hegemonia/imperialismo da comunicação e da cultura, considerando a divisão internacional do trabalho como uma demarcação fronteiriça entre o Norte-Sul e/ou Leste-Oeste. (NORDENSTRENG; SCHILLER, 1993; THUSSU, 2006). Destaco, no entanto que, paralelamente a este contexto, diversos outros acadêmicos persistiam em desprezar a importância dos fluxos e contrafluxos da geopolítica da comunicação e informação e as dinâmicas envolvendo os Estados e suas respectivas instituições (SMITH, 1980). Para os analistas críticos, ao mesmo tempo que descavam a importância do relatório MacBride, reconheciam que o relatório deveria ser traduzido

43 Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000040066_eng. Acessado em 04/09/2019.

da seguinte forma “*Um mundo, muitos mundos, diferentes vozes*” tendo em vista a pluralidade e o respeito às diferenças que envolvem as amplas gamas de atores. (SCHILLER; NORDENSTRENG, 1979; SMITH, 1980; BOYD-BARRETT, 1980).

Nas últimas décadas, as relações entre estado e mídias no SI, após a confecção do relatório MacBride e a globalização enraizada pelas disparidades de riqueza e poder advindas das múltiplas desigualdades, fez com que houvesse uma mudança no circuito comunicacional mundial, não apagando as práticas coloniais, mas reconfigurando a dinâmica em alguma medida, tendo em vista a emergência das empresas transnacionais e a desregulação dos mercados mundiais (HALL, 2018, p.36). Isso permite que o fluxo global do capital, bem como comunicacional, via tecnologias da comunicação e informação, transcenda e tire o *modus operandi* associado à antiga estrutura do Estado-nação. (HALL, 2018; BAUMAN, 2007; WU, 2012). Diante deste cenário, uma nova fase ‘transnacional’ do sistema tem seu ‘centro’ cultural em todo lugar e em lugar nenhum. (CASTELL, 2009; FOUNTAIN, 2001; POSTIL, 2012; ZUBOFF, 2021).

2.2

Um (re)escrever sobre a (P)olítica (E)externa estadunidense: entre o pós-estruturalismo e o pós-colonialismo/decolonias

Nesta seção busco dar continuidade quanto à relação desenvolvida entre as mídias e o estado, na medida em que reafirmam o discurso sobre a soberania, a partir da diplomacia, tanto através das tecnologias da comunicação e informação, mas, e principalmente, considerando o papel da linguagem. Nesse sentido, diferentemente da primeira parte deste capítulo, onde pude trazer aspectos históricos envolvendo a complexa e ambígua relação entre os atores políticos e midiáticos no âmbito do SI, aqui, correlaciono os estudos entre P(p)olítica E(e)terna e mídias, diante da limitada produção acadêmica que existe nas RI e mesmo na Comunicação Social, a partir das reflexões pós-estruturalistas e pós-colonial, onde destacadamente realizo uma combinação entre as agendas da (in)segurança internacional, as questões humanitárias e o desenvolvimento. Estas me permitem contribuir para desestabilizar e de(s)colonizar as economias discursivas promovidas pelos atores do Norte global, tendo em vista a (re)produção de representações circunscritas aos sistemas de classificação, exclusão e silenciamento sobre os países africanos. Ao considerar as relações identidade-diferença, soberania-anarquia e norma-exceção, (re)produzidas pelos atores políticos e midiáticos estadunidenses através da lógica da comparação, observo que consensos, bem como dissensos, foram estabelecidos entre os atores envolvidos, especialmente sobre aqueles oriundos do Sul global.

Além disso, observo que os atores estadunidenses, ao se utilizarem da lógica da comparação, via mecanismos disciplinares calcados na governamentalidade, mais do que somente falar sobre o

Outro, traduzem sobre si mesmos. E, diante disso, destaco que como toda e qualquer tradução reproduzida pelos atores, a mesma é marcada pela traição, e, portanto, falhas, lacunas e fendas típicas das histórias das nações, por meio de suas diplomacias, são desconsideradas, tendo em vista as narrativas oficiais. Estas impedem que análises e reflexões críticas possam ser extraídas a partir das margens, tendo em vista a política da violência realizada sobre estas populações. Através das margens podem-se observar as descontinuidades, ambiguidades e contradições da narrativa oficial sobre si, e sua relação com o Outro durante o encontro colonial. Mas também, podem-se observar as continuidades com que os discursos diplomáticos são produzidos e disseminados.

Dito isto, primeiramente destaco os estudos sobre (P)olítica (E)externa estadunidense e sua rede de atores, que nesta tese estão circunscritos aos trabalhos de James Der Derian, Michael Shapiro, David Campbell, Jutta Weldes, Roxanne Doty, Iver Neuman, Cynthia Weber, Erica Resende, Richard Jackson dentre outros, que abordam a temática, segundo a política de alteridade, via o pós-estruturalismo. Dentre estes autores, alguns vão além e introduzem perspectivas pós-coloniais como uma combinação possível e complementar às análises pós-estruturais, sobretudo quando mostram os sistemas de classificação, silêncios e as exclusões sobre determinadas histórias produzidas pelo eurocentrismo e pelas políticas estadunidenses. Para tanto, dentre os diversos trabalhos, destaco as análises de David Campbell e Michael Shapiro, na medida em que destacam o papel das mídias e demais atores tendo em vista suas relações com a P(p)olítica E(e)terna, via o campo das (in)seguranças, embora não apontem especificamente o papel do jornalismo e a atuação dos *gatekeepers*.

Nesse sentido, a minha tese pretende preencher as fendas do campo, na medida em que aponta como os papéis dos *experts* traduzem a política da identidade-diferença, via a cultura dos racismos, tendo em vista as dinâmicas políticas produzidas pelas elites. A mediação e/ou espetacularização⁴⁴ destes processos é promovida pelos *gatekeepers*, enquanto porteiros que determinam via a política de seletividade, o que será ou não publicizado. Campbell (1998, p.43) corrobora com esta perspectiva, ao atestar que dentre diversas formas de contar as histórias, envolvendo os atores políticos e midiáticos, é preciso considerar as divisões entre as micro e macronarrativas, embora essa fronteira a meu ver, seja porosa, elástica, ambivalente e marcada, por vezes, por uma indistinguível divisão.

⁴⁴ Compreendo por espetacularização a combinação, em diferentes níveis e composições, entre e a partir das reflexões de Guy Debord em “*Sociedade do Espetáculo*” vis-à-vis aos estudos feitos por Jean Baudrillard “*Simulação*” e Jacques Rancière “*O espectador Emancipado*”. Evoco estas três obras, já que me permitem compreender de acordo com as agendas de segurança, desenvolvimento e humanitarismo, visualizadas nas narrativas disseminadas pelos atores políticos e midiáticos estadunidenses. O espetáculo é o herdeiro de toda a fraqueza do projeto filosófico ocidental cujo alicerce está calcado na incessante exibição da racionalidade técnica (DEBORD, 1997, pp.14-19). Ou seja, os discursos construídos e disseminados pelos atores midiáticos e políticos produziram a cultura do mega espetáculo, segundo o que Shapiro (2011), em alusão a Braudrillard, entende por “teatros” reais da guerra, onde, inclusive, o espectador, ainda que atue de modo passivo, não impede de emancipar-se e/ou mesmo produzir diversas formas de resistência em contraposição aos espetáculos televisivos disseminados ao tencionar e retaliar as narrativas (RANCIÈRE, 2012).

Segundo o autor, as micronarrativas envolvem os participantes-interpretres (atores políticos), enquanto que os obsevardores-interpretres (mídias e acadêmicos) representam as macronarrativas. Gostaria de enfatizar que aqui as reflexões de David Campbell (1998), na medida em que compreendo que as mídias não se limitam a ‘intérpretes observadores’, mas participam dos processos de operações de paz quando corroboram ou não as agendas da política externa estadunidense por meio das narrativas confeccionadas. David Campbell, à luz da reflexão de Arjun Appadurai em sua obra *‘Modernity at Large Cultural Dimensions of Globalization’*, destaca as implicações entre micro e macro-narrativas incluindo as dinâmicas espaciais, *might draw us toward the notions of correspondence we are trying to overcome. And the suggestion of a difference between "participants" and "observers" (while insisting that both are nonetheless "interpreters") could delineate more clearly than is either necessary or possible a distinction between two realms of discursive practice.* (CAMPBELL, 1998, p.43).

These considerations and situations might lead us to draw a distinction between the "micronarratives" of the participant-interpretres and the "macronarratives" of the observer-interpretres, but they do not license us to posit a narrative-free and interpreterless zone of reference to legitimize and stabilize particular understandings. (CAMPBELL, 1998, p.41 Grifo meu).

Observar o papel dos *experts*, especialmente na P(p)olítica E(e)xterna, é refletir sobre a genealogia da diplomacia⁴⁵, principalmente quando *‘as an understanding of international relations is dependet upon a study of state, so too is our genealogy of diplomatic culture dependent upon the formattion of culture ate the state level’* (DER DERIAN, 1987, p.37). Der Derian (1991) em *“On Diplomacy”*, influenciado por Nietzsche, me possibilita também observar as formas modernas quanto ao modo que a diplomacia, que data de 1445, lidou com os mitos/imaginários sobre o medo, tendo em vista o distanciamento entre Deus e o Homem. Nesse sentido, o (re)pensar sobre o conceito e história da Política Externa como uma fronteira que foi naturalizada ao longo de décadas, permite que a política externa possa ser vista como uma prática política, que torna o *“foreign”* em eventos/atores a serem considerados na reflexão. A construção do *“foreign”* é possibilitada por práticas que constituem o *“doméstico”*, mas também o *“internacional”* ou *“externo”*, como apontou Campbell (1992). A exemplificação abaixo, via fita de Moebius (imagem 2), representa a indeterminação entre o doméstico e/ou externo/internacional, onde não temos maneira de precisar

45 Em *“Nietzsche, A Genealogia e a História”*, Foucault informa que a genealogia tem por exigência a meticulosidade e a paciente documentação. (FOUCAULT, 2017, pp.60-61). Isto não significa que um genealogista não fará uso da história, ao contrário, necessita da história para que consiga conjurar a quimera da origem. Como informa Foucault (2017c, p.61) *“é preciso reconhecer os acontecimentos da história, seus abalos, suas surpresas, as vacilantes histórias, as derrotas mal digeridas que dão conta dos atavismos e das hereditariedades”*. Por fim, a genealogia parte do começo, ou melhor, dos inúmeros começos, e portanto, a mesma não se pretende recuar no tempo como uma forma de observar a continuidade, mas observar os acidentes, as falhas, as inconstâncias, ainda que no âmbito da história exija a busca por apresentar um movimento linear, progressista e circunscrito a uma teoria evolucionista. Além disso, destaco que a genealogia problematiza a ideia de objetividade do historiador. Para Foucault (2017c, p.78), *“a objetividade do historiador é a intervenção das relações do querer no saber”* e se resume às crenças necessárias da Providência, na teologia, nas causas finais.

onde começa e/ou onde há o fim, embora os atores políticos e midiáticos, segundo uma visão tradicional, busquem determinar a uma fronteira discursiva.

Foreign policy (conventionally understood as the external orientation of pre-established states with secure identities) is thus to be retheorized as one of the boundary-producing practices central to the production and reproduction of the identity in whose name it operates. However, we have to be very careful in specifying the exact nature of the relationship between state-based foreign policy and political identity. Foreign policy in the conventional sense is a modern cultural artifact implicated in the intensification of power in the state. It arises in a form that we would recognize as recently as the late eighteenth or early nineteenth centuries when organizations bearing the appellation “foreign” or “external” first appear in a systematic form. (CAMPBELL, 1992, p.75, Grifo meu).

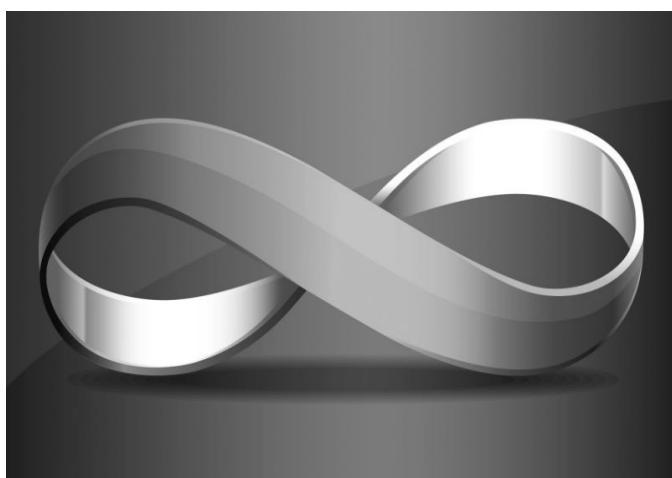


Figura (2): Fita de Moebios

Fonte: Elaboração Própria (2021)

Ou seja, a P(p)olítica E(e)terna atua como um tipo de “performance”⁴⁶ política que (re)produz fronteiras de modo arqueológico⁴⁷, sem desconsiderar a genealogia, em duas formas de escrever e reescrever sobre a P(p)olítica E(e)terna, a partir das letras maiúsculas e minúsculas. Para o autor, a primeira se refere a todas as práticas de diferenciação ou modos de exclusão, possivelmente figurada como relações de alteridade, que constituem estes objetos como “*foreign*” e a forma como lidar com eles. Aqui a “política externa” é divorciada do Estado, como uma resolução particular, tendo em vista uma certa categoria da identidade e diferença e, por sua vez, aplicada entre o *Self* e o *Other* em diferentes localidades e envolvendo diferentes temáticas, como a etnicidade, raça, classe, gênero ou geografia (CAMPBELL, 1992, p.76). Já Política Externa, com

46As performances (re)produtoras de limites da Política Externa resultam em fronteiras de identidade que são claramente demarcadas, singulares e nítidas. De fato, dada a identidade inerentemente contingente que é o resultado da tentativa de garantir um domínio tão intenso e extenso quanto ao Estado, as fronteiras são borradas, múltiplas e muitas vezes violentas. (CAMPBELL, 1992, p.78).

47 Por arqueologia e as histórias das ideias, segundo Foucault (2017b, p.169), não se trata de poder definir os pensamentos, as representações, imagens ou temas que se ocultam ou se manifestam nos discursos, mas os próprios discursos em si - enquanto práticas que obedecem a regras. “*Ela não trata o discursos como documento, como signo de outra coisa, como elemento que deveria ser transparente, mas cuja opacidade importuna é preciso atravessar frequentemente para reencontrar (...) não se trata de uma disciplina interpretativa: não busca um outro discurso, mas oculto, recusa-se a esta alegoria*” (FOUCAULT, 2017b, p.169-170).

iniciais maiúsculas, tem como base o Estado, assim como convencionado pela disciplina - aqui a política externa não está implicada na constituição da identidade, mas serve tão somente para (re)produzir uma dada identidade tendo por objetivo a contenção dos desafios à mesma.

The construction of the 'foreign' is made possible by practices that also constitute the 'domestic'. In other words, foreign policy is 'a specific sort of boundary-producing political performance. This conception thus differs greatly from arguments which maintain either that domestic influences are important in the construction of foreign policy, or that international influences play a role in structuring domestic politics. Both these perspectives rely on granting the domestic and the international realms an existence prior to history and politics. In each case, the existence of the 'domestic' and the 'international' is regarded as an independently existing sovereign presence which exerts an influence over the other (CAMPBELL, 1992, p.69 Grifo meu).

É preciso, portanto, não apenas (re)pensar sobre a P(p)olítica E(e)terna, mas, e principalmente, (re)ver as histórias, interpretações, subjetividades e ambiguidades que constituem a disciplina das RIs, tendo em vista seus respectivos discursos orientalistas, sobretudo quando a temática envolve os EUA. Ao revistar os estudos sobre P(p)olítica E(e)terna estadunidense é necessário também entender como e quanto as práticas discursivas (re)produzem o perigo, atuando enquanto “*an art of domesticating the meaning of man by constructing his problems, his dangers, his fears*” (CAMPBELL, 1998, p.69). Destaco que refletir sobre (P)política (E)externa, é observar também o controle, monitoramento e vigilância sobre as populações/Estados, sobretudo, as pós-colonizadas, posto que desde o século XIX os atores estadunidenses exerceram suas respectivas ações políticas através da expansão colonial, tendo a ideia de liberdade e democracia como garantias de sua segurança. “*In the context of the United States, then, identity has often been disciplined by rhetoric associated with freedom of choice for individuals, democratic institutions, and a private enterprise economy*”. (CAMPBELL, 1992, p.158).

In short, the end of the nineteenth century witnesses the global inscription of foreign policy in the practices of Foreign Policy. The identity of the United States becomes part and parcel of the state's global reach. With the domestic frontier of the United States effectively closed from the latter half of the nineteenth century (at least insofar as most Indian nations had been repressed, and the British, French and Mexican territories of Oregon, Louisiana and California had been acquired), the imperial expansion which was considered essential to the maintenance of liberty at home was extended to Asia and the Caribbean. The Spanish-American War of 1898 saw the gaining of Cuba; Hawaii was annexed while American forces were sent to occupy Puerto Rico, Guam and the Philippines; and a series of notes demanding open-door status to China culminated in US participation in the force to suppress the Boxer rebellion (CAMPBELL, 1992, p.154, Grifo meu).

As instituições estadunidenses, em cooperação com organismos internacionais, reiteram a política da desigualdade ao longo de décadas, tendo a (in)segurança enquanto formas discursivas, sobretudo com o fim da II Guerra Mundial (1945) e durante a Guerra Fria, e ditaram as políticas de boa governança aceitáveis que deverão ser seguidas pelos países do Terceiro Mundo, à luz do *Self* estadunidense (PRESTON JR; HERMAN; SCHILLER, 1989). Durante as décadas de 1990 e no

pós-11 de setembro de 2001, as políticas de vigilância operacionalizadas pelos Estados Unidos, diante de suas múltiplas instituições políticas parceiras, como o Departamento de Estado (DoS), o Departamento de Defesa (DoD), a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento (USAID), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO) e as redes midiáticas, espalhadas por diversas localidades, (re)produziram imagens/imaginário sobre o inimigo e/ou adversário a partir da categoria “estrangeiro”.

Nestes períodos históricos (1990), a fome e/ou a miséria humana, bem como o terrorismo em escala global, substituí os discursos sobre cães vermelhos associados ao imperialismo soviético, construindo e, por sua vez, tornando a existência de um novo adversário e/ou inimigo (CAMPBELL, 1990; 1992; DER DERIAN, 1998; JACKSON, 2004). Em particular, quando ‘*understanding security relations, past and present, requires acknowledging the mutual constitution of European and non-European worlds and their joint role in making history*’. (BARKAWI; LAFFEY, 2006. p.329). Portanto, refletir sobre P(p)olítica E(e)terna estadunidense é considerar o (re)escrever e reinscrever sobre as suas respectivas (in)seguranças que são, e se mantêm, mobilizadas pelos atores políticos e midiáticos que podem ser traduzidas semioticamente, à luz do seu *Self*, via a reiteração do *Outro*. Especialmente, quando ao refletir sobre a história dos EUA, compreende que: “*The histories of Americans are located in places other than the one in which they live, such that '[t]he flag and the Pledge are, as it were, all we have.'* Defined therefore more by absence than presence, America is peculiarly dependent upon representational practices for its being. Arguably more than any other state, the imprecise process of imagination is what constitutes American identity” (CAMPBELL, 1992, p.105).

A semiótica, enquanto um campo de conhecimento, corrobora também a reflexão sobre a economia discursiva promovida pelos atores estadunidenses, via política externa, e sua correlação com demais atores, especialmente, as mídias, sobre os países africanos — Somália e Ruanda — já que:

[...] to see the world as a text is to confront the issue of meaning in a radically new way. If things such as photographs and wrestling matches may be said to have meanings quite independent of what the photo meant to the mother who snapped it or what the match meant to the wrestler who fought it, then written things too may somehow have meanings indepently of the author. (DER DERIAN; SHAPIRO, 1989, p.XIX Grifo meu).

Shapiro, em suas diversas obras “*The Politics of Representantion*”, “*Violence Cartographies*” e em “*Cinematic Geopolitic*”, me possibilita também compreender como politizar os discursos e as linguagens operacionalizadas promovidas pelos atores estadunidenses sobre sociedades/Estados no pós-conflito⁴⁸, de modo inter-transdisciplinar, na medida em que “*is thus not*

48 Entendo por pós-conflito, uma palavra que contém uma aporia, ao mesmo tempo que o pós significa o fim de um conflito, também significa a continuidade dos conflitos, por meio da política da violência, durante os pós-

merely a matter of introducing an alterenative epsitemological vocabulary; it is intimately connected with a throroughoing opposition to frames of meaning that detextualize and thereby sequester forms of power and authority” (SHAPIRO, 1989, p.21). Além disso, refletir sobre a relação entre texto, textualidade e suas práticas políticas é entender que *“It is the dominant, surviving textual practices that give rise to the systems of meaning and value from which actions and policies are directed and legitimated”* (SHAPIRO, 1989, p.13).

Shapiro vai além, mostra que observar a politização do mundo textual é entender como os modos de representação existentes, em meio as suas críticas e resistências, atuam como formas de interpretação, tendo em vista suas retóricas, gramáticas e narrativas que mediam a “realidade social” deste mundo construído. E ao fazer isso, escrevem e reinscrevem as histórias de outras sociedades/países, a fim de reafirmarem suas próprias perspectivas, via uma política de seletividade, exclusão e silenciamentos através das intertextualidades. Shapiro e Der Derian (1989, p.XVIII), em *“International Interxtual Relations”*, compreendem por (inter)textualidade: *“employs is one the concepts over which poststructuralist writers, who may otherwise differ greatly, have noquarrel. A close cousin of the terms textuality is performativity - all those rethorical dimensions language that are bracketed of, obscured, dingrated, and ignored by readers interestested only in an author’s or declared meanings, or in the stipulated information a text.*

Textualist or poststruturalism modes of analysis emphasize ‘discourse’ rather than language because the concept of discourse implies a concern with the meaning - and value-producing practices in language rather than simply the relationship between utterances and their referents. In the more familiar approaches to political phenomena (including th empericist and phenomenological), language is treated as a transparent tool; it is to serve as an unobtrusive conduit between thoughts or concepts and things. In contrast, a discourse approach treats language as opaque and encourages an analysis of booth the linguistic practices within which various phenomena - political, economic, social biological and so on - are embedded and of the language of inquiry itself (SHAPIRO, 1989, p.14 Grifo meu).

No que tange às abordagens pós-estruturais, em sinergia com as perspectivas pós-coloniais, aponto o trabalho de Roxanne Doty, em sua obra *“Imperial Encounters”*, especialmente, quando questiona a P(p)olítica E(e)externa estadunidense e sua rede de atores, observando o modo como o país irá se referir sobre os países do Sul global. Especificamente, o modo como estabeleceu hierarquias, controles, sistemas de monitoramento e vigilância, onde linhas geopolíticas pretendem determinar, via uma relação Leste-Oeste ou Norte-Sul. Diante desta perspectiva, ressalto que falar sobre o Outro é dizer sobre si mesmo, tendo em vista o (re)imaginar estadunidense que se perpetua ao longo de décadas.

geno(cídios). Portanto, dois tempos habitam a palavra, um tempo no pretérito e um outro tempo que reflete um presente, inclusive uma ideia de futuro. A ideia de futuro faz alusão a uma ideia de progresso que o país vem alcançando.

A lógica da intervenção, visualizada através dos discursos orientalistas, realizada sobre aos países do Sul global, fez com que os atores estadunidenses, por meio da política de contrainsurgência⁴⁹, estabelecessem metodologias científicas, envolvendo o campo do conflito, mas que elas detêm uma capacidade de expansão de modo que se aplica a outros aspectos econômicos, sociais dentre outros. Como sinalizou Doty (1996, p.76) “*has thus gone way beyond the use of force and traditional methods of conflict, extending into the social, economic, and even psychological realms*”. Além disso, segundo a autora, abordar as reflexões sobre política externa estadunidense e a contrainsurgência envolvem um nexo poder e conhecimento, no qual “*is not only a strategy or a set of tactics for putting down "internal" struggles; it also involves the power to define what is to be considered legitimate dissent, legitimate means of struggle, and the legitimate ends to which struggle is directed*”. (DOTY, 1996, p.76).

Sam Opondo (2017, p.117) informa, por sua vez, que refletir sobre a genealogia da diplomacia produzida pelo Ocidente sobre as populações africanas, espelhadas no *Self* ocidental, é considerar o campo do conflito, especialmente quando observa o subjugar, a essencialização e infantilização promovida pelas narrativas disseminadas via o etnocentrismo tendo em vista o encontro colonial, calcado na diferença cultural, “*To further the infantilizing narrative, Eurocentrism populates Africa with ‘child-like people’ – adults whose capacities are to be built in European cultural values through missionary work, ‘cultural diplomacy’ and humanitarian initiatives while remaining silent on the foundational violence and ongoing exclusions that create the conditions of possibility for such practices*”. Edward Said (2003; 2006) sublinha que no âmbito da política externa e sua interface com as mídias, havia uma necessidade do Ocidente em cada vez mais trabalhar pela *manutenção de vastas extensões de territórios distantes e grandes contingentes de povos subjugados*.

Ainda segundo o autor, reler o pensamento do político estadunidense Henry Kissinger a partir de sua obra ‘*Estrutura Nacional e Política Externa*’ à luz da linguista, é considerar o mundo está *profundamente comprometida com a noção de que o mundo real é exterior ao observador, que o conhecimento consiste no registro e na classificação de dados - com quanto mais precisão,*

49 Compreende-se por contrainsurgência, movimentos ou lutas políticas que fazem uso de diversos recursos militarizados, tendo como principal objetivo o controle de uma sociedade/país visto como problema. A contrainsurgência mobilizada pelo Ocidente, ao longo de suas ações políticas, que tem suas traduções mediante um conjunto de representações socioculturais que é anterior ao processo de colonização europeia sobre o resto do mundo. A contrainsurgência, ainda que tenha tido destaque durante o período da Guerra Fria, sua continuidade permaneceu na atualidade, na medida em que manteve a lógica colonial, por meio dos discursos orientalistas que permaneceram sendo perpetrados sobre as sociedades pós-coloniais vistas como Estados falidos, fracassados, colapsados etc. Ao refletir sobre a historiografia produzidas pelas P(p)olíticas E(e)xternas do Ocidente, a contrainsurgência tem como principal horizonte a reprodução de práticas discursivas calcadas no colonialismo/colonialidade e modernidade já que tem tratado as resistências nas sociedades pós-coloniais como uma questão a ser solucionada. As resistências, colocadas a partir de expressões como guerrilhas, T(t)errorismo(s) etc, problematizam e buscam subverter a ordem do SI caracterizo pelos processos de racismo e racialização, já que os atores que compõem a comunidade internacional são formadas pelas linhas da branquitude anglo-eurocentrada. (DOTY, 1996, pp.75-77; BLACK, 2016, pp.10-15).

melhor". (SAID, 2006, p.57). A confecção do pensamento de Kissinger, que traduz a visão mainstream da diplomacia estadunidense, ao ser de(s)colonizada como apontou Edward Said permite que a realidade empírica tenha um significado diferente para vários países do que necessariamente para o Ocidente. Siba Grovogui (1996) complementa a análise acima, considerando o impacto do Direito Internacional, instrumentalizado pelas Políticas Externas Ocidentais, ao sublinhar que o 'Western abstraction in the discourse of international law worked not merely to fragment the other, deny it its subjectivity and specificity, and justify the appropriation of its lands, the same process of abstraction also worked to consolidate Europe and to produce the "West" as a category'.

Nesse sentido, compreende-se que a política da alteridade, ratificada pelas práticas da política externa estadunidense sobre os países africanos, ao mesmo tempo em que une os países, através as imagens e imaginários afro-diaspóricos, não impossibilita a segregação entre as nações, já que o Ocidente busca exercer uma política do distanciamento político dos países do Sul global. Isto ocorre, porque os países do Norte global visam manter sistemas hierarquizantes e classificatórios circunscritos em uma economia-política que mobiliza a cultura da desigualdade entre as populações. Dentre as metáforas utilizadas pelo Norte global vis-à-vis ao Sul ocorrem por meio dos oceanos, o atlântico e o pacífico negro. Estes têm se tornado as principais formas de (re)produção da política da alteridade ao passo que tornou-se uma das principais regiões geopolíticas onde se observou a circularidade do tráfico de escravizados, das populações negras oriundas do continente africano. (GILROY, 2012; SHILLIAM, 2015). Fazendo com que não apenas a Europa, mas, e, principalmente, os EUA funcionassem como uma das principais rotas comerciais, sobretudo, de habitação populacional, as lutas por igualdade e mesmo equidade, durante e pós-guerra civil (1861-1865), foram reiteradas durante os movimentos pan-africanistas, a partir das Conferência de Bandung e dos Movimento dos Países Não-Alinhados, enquanto formas de resistência no solo estadunidense, e se tornaram as principais ferramentas que, discursivamente, foram mobilizadas, e portanto, exportadas através da política da solidariedade e da diferença.

If colonial identity was fragile and endangered by the presence of others on its frontiers, the existence of others in its midst served only to (again) further exacerbate the concerns. Most of the slave trade in the first half of the eighteenth century was between Africa, the West Indies, South America, and Europe; of the nearly four million Africans who were enslaved before 1750, only one hundred and twenty thousand were sold to colonial America. (...) After that date, however, the number of slaves being sent to America totalled between fifty and sixty thousand per year for the remainder of the century. This meant that Africans comprised roughly one-third of the colonial population in this period, while regional variations created even higher proportions in some areas, such that - for example - Africans greatly outnumbered the Europeans in South Carolina (CAMPBELL, 1992, p.131 grifo meu).

Os trabalhos pós-estruturais e/ou pós-modernos⁵⁰, operacionalizados pelas perspectivas pós-coloniais, têm a capacidade de desconstruir os fundamentos das teorias produzidas pelo Ocidente, diante de seus respectivos conhecimentos e práticas que “*are themselves emergent from and significantly shaped and reshaped through their encounters with the postcolonial world*”. (YOUNG, 2003, p.412). Como destacou Krhisna (2009, p.69) “*that postcolonial thinking reflects the impact of an already existing and analytically distinct Western thought on the non-Western world*”. No que concerne às Relações Internacionais e a Comunicação Social, via a interface com os estudos pós-coloniais, destaco os trabalhos de Edward Said “*Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*”, “*Imperialismo e Cultura*”, “*Covering Islam: How the Media and the Experts Determine How We See the Rest of the World*” e de Homi Bhabha “*O local da Cultura*” e “*Nation & Narration*” já que refletem as complexas e ambíguas dinâmicas entre Estado, mídias e as elites políticas globais e locais, proposta no âmbito das políticas externas ocidentais e suas redes de aliança institucionais, sobre o resto do mundo, na medida em que reafirmaram práticas coloniais, por meio geografias imaginativas calcadas nas representações, que normatizaram e naturalizaram os estereótipos sobre o Outro.

No que tange às RI e a sua interface entre o pós-estruturalismo e o pós-colonialismo, destaco os apontamentos realizados por Darby e Paollini (1994, p.385) ao informarem que

[...] postcolonialism, often invoking Foucault's view of the power/knowledge nexus, views power as operating at the very point of textual representation and the construction of language and discourse; that is, the way, in which we frame events and phenomena around us necessarily carries relations of power that serve dominant interests. In short, representation structures relations between the West and the Third World very much in favor of the former. (DARBY; PAOLLINI, 1994, p.385 Grifo meu).

Quanto à Comunicação Social, esses processos ocorrem quando se observa as desigualdades envolvendo os fluxos e contra-fluxos das informações, tendo em vista o gerenciamento, controle, logística e monitoramento cartográfico que o Norte global impõe sobre o Sul global. Especialmente, quando a representação sobre as sociedades africanas é inspirada nos imaginários que Ocidente enaltece, de acordo com a filosofia e história da civilização greco-romana, que enquanto normativa determina como deve ser decodificado o resto do mundo a partir de suas lentes. “*The advent of colonialism inspired a retroactive rewriting of African history and its relation to classical Greek*

50 Há uma tendência na literatura de tratar os termos pós-estruturais e pós-modernos enquanto sinônimos. Para alguns estudiosos da filosofia, esses termos não deveriam ser confundidos. Para outros analistas, o termo pós-estruturalismo quando aparece, está subordinado aos pós-modernismos. De todo modo, as diferenças e/ou semelhanças entre os conceitos estão relacionadas aos movimentos que precederam as filosofias. No que concerne aos pós-modernismos estão associados ao modernismo que está atrelado a uma perspectiva estética, para se referir às transformações nas artes ocorridas após o modernismo. Mas, há também um sentido filosófico que visa - se referir a um *ethos* – a pós-modernidade. Já os pós-estruturalismos têm como base o pensamento estruturalista francês desenvolvidos por Ferdinand Saussure e Roman Jakobson, onde a linguagem, considerada um sistema de signos, uma firme base metodológica a fim de promover a semiologia (PETERS, 2000, p.12, p.20-21).

civilization. History was recast to conform to colonialist norms, in the name of an eternal 'West' unique since its moment of conception" (SHOTAT, 2006, p.57).

Diante disso, destaco que nesta tese as combinações entre os estudos pós-estruturais e pós-coloniais, a partir dos entrelaçamentos entre as Relações Internacionais e as Mídias que foram promovidos à luz da política externa e suas representações, construindo um *between* sobre os campos, ocorreu pelos trabalhos e análises realizadas também por Julia Gallagher (2015) "*Images of Africa: Creation, negotiation and subversion*" e os trabalhos organizado por Mel Bunce, Suzzane Franks e Chris Partenson (2019) "*Africa's Media Image in the 21st Century: From the 'Heart of Darkness' to 'Africa Rising'*" e Francenia Enghel, Jessica Noske-Turner (2019) "*Communication in International Development: Doing Good or Looking Good?*". Estes trabalhos me possibilitaram compreender como o jornalismo engaja com imperialismo, enquanto um produto do império, mediante a formação da opinião pública já que *'the idea that fiction and journalism engaging with imperialism were products of empire, passively awaiting interpretation as artefacts of a popular imperialism (...) Public opinion may not have cared about empire as an economic or ideological phenomenon, but public opinion certainly did care about the story of empire told by Britain's burgeoning popular print media'*". (GRIFFITHS, 2015, p.13).

Andrew Griffiths (2015, p.2) ao reler sobre a história do jornalismo, jornalismo literário e a literatura, à luz do processo colonial envolvendo a Índia e o Império Britânico entre 1970-1900, descreve as fronteiras sobre a região colonizada através de suas ficções e destaca como o nacionalismo passa a emergir na Índia, mas, e principalmente, diz sobre o império britânico *"Evidently, the fiction describing the imagined experience of empire was closely linked to reportage in the public imagination. The boundaries between novels and news, and between news and the events it reported, were increasingly blurred from the mid-1880s. British readers experienced their empire as a polyglossic discourse formed from the contact between novels, news and imperial activity"*.

Isto posto, informo que para além das dinâmicas das políticas das (in)seguranças, outro ponto a ser destacado envolvendo os campos entre mídias, Estados e elites na P(p)olítica E(e)terna estadunidense é o importante papel no campo do desenvolvimento. O discurso do desenvolvimento e suas práticas, inaugurados na Doutrina Truman, estipularam uma nova era do governo estadunidense e suas respectivas instituições em sinergia com organismos internacionais, na medida em que passaram a conceituar a ideia de desenvolvimento de acordo com os processos de gestão sobre os países intitulados como terceiro mundo. O discurso do desenvolvimento entendido por Escobar (2012, p.6) precisa ser compreendido historicamente como *"an examination of why so many countries started to see themselves as underdeveloped in the early post-World War II period, how 'to develop' became a fundamental problem for them, and how, finally, they embarked upon the*

task of ‘un-underdeveloping’ themselves by subjecting their societies to increasingly systematic, detailed, and comprehensive interventions”.

Destaco, nesse sentido, que os *experts* políticos e midiáticos advindos do Ocidente reiteraram a dinâmica do discurso do desenvolvimento, sobretudo, quando pretendem determinar o modo como a sociedade internacional deverá ler as ações políticas impostas, tanto por meio da coleta de dados como diante das normas a serem seguidas. “*As Western experts and politicians started to see certain conditions in Asia, Africa, and Latin America as a problem—mostly what was perceived as poverty and backwardness—a new domain of thought and experience, namely, development, came into being, resulting in a new strategy for dealing with the alleged problems. Initiated in the United States and Western Europe*”. (ESCOBAR, 2012, p.6).

Além disso, refletir sobre o discurso do desenvolvimento no âmbito da P(p)olítica E(e)terna estadunidense é compreender o importante papel da comunicação internacional, tendo a cooperação, especialmente aquela voltada para o desenvolvimento, como uma importante estratégia de mediação entre os atores envolvidos. Especialmente quando os atores políticos e midiáticos promovem sobre as sociedades do Sul global a narrativa que enaltece a prosperidade, modernização e progresso, fazendo com que os Estados deixem a condição de falidos/fracassados e/ou colapsados – vistas como ruínas. E, passem a transitar para o *status* normalidade ou excelência, apontadas como positivas e propositais, tendo como referências as diretrizes ocidentais que o internacionalismo liberal ratifica através do nexo segurança-desenvolvimento⁵¹, enquanto uma importante perspectiva implementada, via operações de paz (ESCOBAR, 2012; DUFFIELD, 2007; 2011; NOSKE-TURNER; ENGHEL, 2018).

In international development cooperation, various stakeholders make use of communication in order to promote a globally agreed agenda: multilateral, regional, and bilateral organizations; international and national civil society organizations; and the private sector, among others. These uses generally have one of two broad purposes: to do good, via communication for development and media assistance, and to communicate the good done, via information and public relations. Instances in which both purposes are combined have remained under-researched. Little is known about how they overlap in practice, and therefore about how to address the tensions and contradictions that may ensue from this overlap. The question of whether a prime concern with making aid look good may override efforts to do good has not been sufficiently investigated until now (NOSKE-TURNER; ENGHEL, 2018, p.1 grifo meu).

No âmbito do campo humanitário, a P(p)olítica E(e)terna estadunidense operou junto com as mídias, especialmente quando há uma reiterada marketização das práticas humanitárias, que enaltece a filantropia onde duas fronteiras são mobilizadas: “*it manages both to turn the ever-expanding realm of economic exchange into a realm of private emotion and self-expression and, in*

51 O nexo desenvolvimento-segurança não é apenas uma proposição teórica. Por meio de arranjos institucionais como coordenação estratégica, marcos estratégicos, pactos e planos globais, ou seja, pela busca de coerência, envolve também um programa prático de reforma institucional, fusão e hibridização (DUFFIELD, 200, p.149).

a dialectical move, to simultaneously commodify private emotion and philanthropic obligation” (CHOULIARAKI, 2013, pp.5-6). Ao mobilizar discursos ético-morais, os atores políticos e midiáticos fazem uso da retórica via a política da cooperação e/ou solidariedade: “*an element of ‘egoistic altruism’, ironic solidarity differs from other versions in that it explicitly situates the pleasures of the self at the heart of moral action, thereby rendering solidarity a contingent ethics that no longer aspires to a reflexive engagement with the political conditions of human vulnerability*” (CHOULIARAKI, 2013, p.4).

A política da compaixão, piedade e/ou solidariedade, ao serem disseminadas, pretendem ratificar os discursos orientalistas tendo a reprodução de imagens/imaginários que oscilam entre vítimas e/ou perpetradores, adversários e/ou inimigo, selvagens e/ou bárbaros. E ao fazerem isso, os discursos operacionalizados pelos atores me possibilita questionar, a fim de desestabilizar e de(s)colonizar, a ‘benevolente’ política humanitária, envolvendo doadores e recebedores da governança humanitária⁵² que transcendem e/ou transitam sobre as agendas de segurança e/ou desenvolvimento. (BOLTANSKI, 1999; EDKINS, 2000; FASSIN; PANDOLFI, 2010; FASSIN, 2012).

The theatricality refers to a communicative structure that does not necessarily belong to the theatre but operates in line with the conventions of theatrical performance – namely by distancing the spectator from the spectacle of the vulnerable other through the objective space of the stage (or any other framing device) whilst, at the same time, enabling proximity between the two through narrative and visual resources that invite our empathetic judgement towards the spectacle (CHOULIARAKI, 2013, p.22 grifo meu).

Historicamente, ao analisar as interseções entre as mídias, o estado e as elites, especialmente no âmbito da P(p)olítica E(e)terna estadunidense, via os campos de segurança, desenvolvimento e humanitarismo, destaco nesta tese a atuação do *The New York Times*. Porém, transcendendo a este ator, na medida em que instrumentalizei outros conteúdos confeccionados por outros atores midiáticos e organismos internacionais. No que concerne às mídias, aponto que são atores que podem (re)afirmar as representações, calcadas em práticas coloniais que durante o tempo continuam a ser perpetuadas sobre o resto do mundo. Esse movimento ocorre toda vez que seus discursos representam a figura do Outro vis-à-vis o Eu/Nós presentes nas cinematografias, fotografias dentre outras peças e/ou conteúdos confeccionados. Aqui vigora a disseminação do herói estadunidense (*cowboys*, militares etc) e sua capacidade de “salvar” o mundo, dos adversários e/ou inimigos espalhados pelo resto por outros continentes. A “salvação” reiterada pelo herói estadunidense como

52 Understands humanitarian governance as the unfolding of moral feelings in contemporary politics. Governance must be understood in the broad sense, as procedures that establish and produce actions that lead to the management of an order, regulation, and support of human beings. Governance includes and at the same time exceeds state intervention, local administrations, and international bodies, and political institutions. (FASSIN, 2012, pp.1-2).

um modo de “proteção” sobre as sociedades/Estados africanos não impossibilita a (re)produção de políticas da violência, em diferentes composições, enquadramentos e perspectivas. (CAMPBELL, 1992; 1998; SHAPIRO, 1997; 2008; WEBER, 2005).

2.3

Interseções entre Mídia, P(p)olítica E(e)xterna e as elites: entre consensos e dissensos na reprodução do *Self* estadunidense

Dentre as diversas interseções entre as mídias, a P(p)olítica E(e)xterna estadunidense e as elites, destaco nesta seção, as reflexões pós-estruturais e pós-coloniais. As múltiplas análises acima advém da literatura sobre o “Efeito CNN”⁵³ e do “Efeito *Al-Jazeera*”⁵⁴, já que as temáticas refletem as ações entre os atores políticos e midiáticos no circuito da P(p)olítica E(e)xterna estadunidense, considerando as intervenções humanitárias e/ou militar e/ou as operações de paz, via a resolução, transformação e/ou mediação dos conflitos (BENETT, 1990; ROBINSON, 2000; 2001; 2016). A literatura supracitada também teve como alicerce os trabalhos de Noam Chomsky e Edward Herman (1988) “*Manufacturing Consent*”, onde os autores afirmaram a sinergia que envolve a relação entre os atores políticos e midiáticos estadunidenses, embora para eles, a mídia detenha uma capacidade de influência sobre os diversos atores políticos, tendo em vista sua capacidade de manipulação (HERING; ROBINSON, 2003). Diferentemente desta literatura, compreendo nesta tese que não há como determinar e/ou precisar aonde ou em quem começam e/ou terminam os níveis de interferência e/ou influências entre os atores, tendo em vista a complexidade, ambiguidade e paradoxos envolvendo as diversas agendas, temas e processos.

A partir das perspectivas supracitadas, realizo nesta tese algumas reflexões inspiradas por Rancière (2005; 2012; 2018) de que não há como determinar, onde começa e, por sua vez, onde termina a interseção entre arte e política/polícia. E neste caso, de acordo com Rancière em “*O Mestre e o Ignorante*”, “*O espectador Emancipado*” e “*A Partilha do Sensível*”, também reflito que não há como precisar onde começa/termina a interseção ou o nível de influência entre política/polícia – neste caso a P(p)olítica E(x)terna estadunidense e meios de comunicação, mesmo porque o leitor (espectador) participa de modo ativo/passivo dos processos. A depender do contexto e diante de sua inserção e interesse na temática, o espectador de modo emancipado se envolve ou

53 Entende-se por “Efeito CNN” a capacidade de influência/atuação das mídias em suas formas de manipulação/dissuasão do conteúdo jornalístico sobre o público, tendo em vista as pressões que os jornalistas/jornalismo exercem sobre os *policymakers* em situações onde o conflito/crise é existente. Nestas situações, as mídias influenciaram nos processos decisórios, de modo a interferir em possíveis mudanças tanto as provenientes da Guerra do Golfo, quanto àquelas restritas as Operações de Paz durante a década de 1990. (GILBOA, 2001; 2002; ROBINSON, 1999; HERING; ROBINSON, 2002; BAHADOR, 2007).

54 “*The media*” are no longer just the media. They have a larger popular base than ever before and, as a result, have unprecedented impact on international politics. The media can be tools of conflict and instruments of peace; they can make traditional borders irrelevant and unify peoples scattered across the globe. This phenomenon—the *Al Jazeera effect*—is reshaping the world” (SEIB, 2008, p.XII).

não, mas em ambos casos acessa as análises sobre a comunicação e a política internacional, sobretudo, neste caso, a P(p)olítica E(e)terna, as mídias e as elites políticas estadunidenses.

Campbell (1198, p.54) assinala a dinâmica acima ao informar que “*The media's representations thus go beyond simply repeating those on whom they rely for the story. They authorize and circulate representations in their own right, sometimes through editorials, other times through the journalist's voice*”. Essa perspectiva ocorre toda vez que seus discursos representam a figura do Outro vis-à-vis o Eu/Nós presentes nas cinematografias e fotografias, dentre outras peças e/ou conteúdos confeccionados. Historicamente é preciso reconhecer que, ao longo de décadas, a participação do complexo midiático estadunidense na deflagração da guerra Hispano-Americana (1898) ocorreu, notadamente, a partir do jornal *New York Times*, apontado como praticante de um jornalismo sensacionalista e sem compromisso com a idealizada “objetividade” da imprensa. Esse tipo de jornalismo deu origem ao termo “*yellow journalism*” (jornalismo marrom), mas foi somente após a Primeira Guerra Mundial que as noções de “verdade”, “objetividade” e “subjetividade” passaram a ser discutidas no bojo dos diversos debates provocados pela guerra. Nesse sentido, a discussão sobre “a objetividade como ideal (ou ideologia)” da imprensa inaugurou uma nova fase da prática jornalística com “novos gêneros de reportagem subjetiva, como a coluna política” (SCHUDSON, 2010)

Do ponto de vista da Ciência Política⁵⁵, o debate pode ser ilustrado pela publicação de *Public Opinion* (1922) de Walter Lippmann, obra que destaca a importância da imprensa nas sociedades democráticas e, sobretudo, da ideia de opinião pública como sendo a primeira instância da “ciência política”:

Os jornais são considerados pelos democratas uma panaceia para seus próprios defeitos, enquanto a análise da natureza das notícias e da base econômica do jornalismo parece mostrar que os jornais necessária e inevitavelmente refletem, e, portanto, em grande ou menor medida, intensificam a defeituosa organização da opinião pública (LIPPMANN, 2008, p. 42).

Cabe destacar que Lippmann denominava por “opinião pública”, com letras minúsculas, as imagens formadas sobre os aspectos da vida social que compõem o cotidiano do “homem comum”, que interferem diretamente em suas vidas e que fazem parte de sua experiência pessoal. Mas tudo aquilo que se encontra fora desse universo e que é apresentado ao “público” pelos jornais, constitui a Opinião Pública com letras maiúsculas. Ou seja, aquelas imagens que são feitas por grupos de pessoas ou por indivíduos que agem em nome de um grupo. (LIPPMANN, 2008, p. 40). É importante apontar que Walter Lippmann, enquanto autor (neo)liberal⁵⁶, fez parte do grupo seletivo de

55 Em diversos lugares do mundo, as RI's permanecem conectadas ao campo da Ciência Política, embora em outros lugares como na Alemanha, França, Brasil dentre outros, o campo das RI's tenha sua 'origem' vinculada a disciplinas como a Geografia, ao Direito, a Economia e/ou História a depender do departamento.

56 Walter Lippmann participou como importante membro conselheiro durante o governo de Woodrow Wilson, elaborando o que seria mais tarde considerado um importante documento para as RI's, como os 14 pontos de

indivíduos, que gozam de inteira confiança do Presidente, dos tomadores de decisão e demais indivíduos considerados como *entourage*. (DUROSELLE, 2018).

Efetivamente, desde os anos 1920, observa-se a formação de um império estadunidense da comunicação em estreita parceria com o setor militar e político e com forte influência para o surgimento dos estudos de comunicação social sob o domínio de um campo denominado *Mass Communication Research*, cuja potencialidade se destacou ao longo do processo da globalização, especialmente quando emergiu a internet (anteriormente chamada de *Aparnet*) e a revolução de assuntos militares e tecnológicos, tendo as redes privadas de comunicação e informação como o Google. (SCHILLER, 1976; CASTELLS, 2009; TIM WU, 2010). Nesse processo, o entendimento de que “a opinião pública é a primeira mobilizadora das democracias”, como defendia Lippmann, conduziu a que “editores e repórteres se descobriram não como parceiros, mas instrumentos do governo [norte-americano]. Eles eram valorizados - e temidos - não por sua capacidade de representar a opinião pública, mas pelo seu poder de controlá-la.” (SCHUDSON, 2010, p.192). Além da palavra escrita, escreveu Lippmann a respeito do sistema de estereótipos⁵⁷ “as fotografias têm o tipo de autoridade sobre a imaginação hoje, da mesma forma que a palavra impressa tinha ontem, e a palavra falada tinha antes ainda. Elas parecem completamente reais” (LIPPMANN, 2008, p. 93).

Assim, podemos destacar que as imagens sobre os eventos não somente “noticiam” e “informam”, mas também formam estereótipos. Nesse sentido, Lippmann aponta não somente para a importância da imagem, fotográfica e/ou filmica, mas também para mais um elemento de disputa e/ou cooperação entre a política e a imprensa. Muitos são os episódios que ilustram a questão da “objetividade como ideal (ou ideologia)” da imprensa: as reportagens do *Washington Post* sobre a Guerra do Vietnã (1971) e sobre a corrupção eleitoral no escândalo conhecido como *Watergate* (1974) - que provocou o *impeachment* de Nixon -, causaram abalos sem precedentes à imagem da democracia estadunidense, ao mesmo tempo em que resultaram na exaltação da liberdade de imprensa, no papel e no poder das mídias e na “prova” da solidez de sua democracia.

A partir dos anos 1970, os debates sobre os impactos e as interações entre os conteúdos políticos e midiáticos sobre as representações atreladas e difundidas por essas instituições estadunidenses, passaram a questionar e/ou contestar as narrativas difundidas sobre o envolvimento do país em conflitos como as Guerras da Coreia (1950-1953), do Vietnã (1955-1975) ou, mais

Wilson durante a I Guerra Mundial. Lippmann além de Jornalista, cientista político e apresentador de jornal, tornou-se de um dos principais pensadores do neoliberalismo (*Laissez Faire*) sendo um dos fundadores do Colóquio Walter Lippmann lançado em 1938 junto como Luis Rougier, Alexander Rustow, Friedrich Hayek dentre outros. (WAIBERG, 2008; MARIUTTI, 2021).

57 Para ele, “estereótipo” é um termo intercambiável com “ideal”: “Tenho falado de estereótipos ao invés de ideais, porque a palavra ideal é usualmente reservada para o que consideramos seja o bom, o verdadeiro e o bonito.” (LIPPMANN, 2008, p. 103)

recentemente, do Golfo (1990-1991). Porém, a partir dos anos 1990, o acesso do público a outros conteúdos midiáticos para além do *mainstream*, diante das narrativas diversas, por vezes antagônicas, sobre a política externa estadunidense, sobre a visão dessa política sobre o Outro, promoveu uma maior interação entre os campos da Comunicação Social, da Ciência Política e, por último, das Relações Internacionais (HALLIN, 1986; CAMPBELL, 1990; 1992; 1998).

A partir disso, destaco que dentre os principais jornais impressos e digitais de maior circulação no mundo, sobretudo, nos EUA, destaco o *The New York Times* que detém elevado impacto e interação com as elites estadunidenses e de outros países nos mais variados segmentos político-econômicos, especialmente, no âmbito da P(p)olítica E(e)terna estadunidense. O *The New York Times* é considerado um dos principais jornais estadunidenses e do mundo e sua história remonta ao século XIX, a partir da figura de Adolph Orch - imigrante de família judaica (DIAMOND, 1993; SUSAN; TIFFT, 1999; SCHUDSON, 2010; TUNSTALL, 2010). A dinastia da família Orch Sulzberger (quarta geração - o neto Arthur Ochs Sulzberger), através do NYT, mas não tão somente, tendo em vista outros jornais que a família detém controle, permite-me refletir sobre as idiossincrasias (aqui compreendidas como paradoxos, limites e impasses) envolvendo as elites, a política externa, e, principalmente do jornalismo (TUNSTALL; PALMER, 1991; DIAMOND, 1993; SUSAN; TIFFT, 1999; SCHUDSON, 2010; TUNSTALL, 2010).

No que concerne ao NYT, a origem do jornal ocorreu em 1851, tendo como principal gestor Henry Raymond. Contudo, somente em 1902 o jornal se tornou o modelo/padrão jornalístico reflexo da direção de Adolph Ochs. O nome do NYT teve como referência o jornal *The Times* na Inglaterra (Londres), na visão de Ochs o NYT era um jornal que atuava como a '*Bíblia dos Negócios*'. Segundo Berger (1970) e Schudson (2010), o NYT, por conta de sua credibilidade, havia conquistado a segurança de diversas elites políticas e comerciais como um jornal que merecia investimentos. Desde aquela década, o jornal havia conquistado a liderança dos maiores investidores estadunidenses, de modo que o NYT já contava como maior número de notícias e, ao mesmo tempo, detinha um elevado nível de investimento em publicidade, ultrapassando todos os demais jornais da época.

Ao revisitar os documentos e livros que falam sobre a família Orch, observei também que o aumento de rendimentos financeiros e a alta audiência do NYT se deu a partir da estreita relação com as classes médias altas. Ainda de acordo com Schudson (2010), entre as décadas de 1920-1930, diversos foram os jornalistas que passaram a problematizar os fatos, creditando-os como verdadeiros ou considerando-os como questionáveis. No entanto, algo precisa ser salientado, nesta tese, na institucionalização de um jornal diário como o NYT, que, enquanto um "bastião da democracia", tornou-se uma das principais atuações exercidas na sociedade estadunidense (SCHUDSON, 2010, p.17).

O jornalismo, ao cotidianamente (re)escrever sobre as sociedades diferentes das suas sociedades nacionais, para além de suas fronteiras territoriais, como Somália e Ruanda entre outros, pretende traduzir o Outro, e ao fazer esse movimento, estabelece por meio dos discursos orientalistas, as representações que buscam naturalizar o Oriente – neste caso as Áfricas –, de acordo com determinados textos ditos como verdadeiros, bem como expressões artísticas, de modo a estereotipar, disciplinar e controlar certas sociedades/Estados a partir do Ocidente (SAID, 1997; 2006; 2008; MUNDIMBE, 1988; GALLAGHER, 2015). Lippmann (2010, p.72) traduziu a dinâmica dos atores estadunidenses, sobretudo, quando observo como as mídias (re)escrevem sobre a (in)segurança, no âmbito da P(p)olítica E(e)terna em nome do “interesse nacional” como já salientado por Campbell (1992), Shapiro (1997; 2005) e Weldes (1996; 1997), por sua vez já destacado por Lippman em 1922:

When we use the word "Mexico" what picture does it evoke in a resident of New York? Likely as not, it is some composite of sand, cactus, oil wells, greasers, rum-drinking Indians, testy old cavaliers flourishing whiskers and sovereignty, or perhaps an idyllic peas an try a la Jean Jacques, assailed by the prospect of smoky industrialism, and fighting for the Rights of Man. What does the word "Japan" evoke? Is it a vague horde of slant-eyed yellow men, surrounded by Yellow Perils, picture brides, fans, Samurai, banzais, art, and cherry blossoms? Or the word "alien"? According to a group of New England college students, writing in the year 1920, an alien was the following: "A person hostile to this country", "A person against the government", "A person who is on the opposite side", "A native of an unfriendly country", "A foreigner at war", "A foreigner who tries to do harm to the country he is in", "An enemy from a foreign land", "A person against a country" etc (LIPPMANN, 2010, p.72 grifo meu).

As reportagens e os diversos conteúdos jornalísticos (re)produzidos pelos seus editores, visualizados nas suas respectivas linhas editoriais, via a comercialização e interação com as elites, traduzem não apenas sobre o Outro, mas, e principalmente, ratifica sobre si mesmo. As autoetnobiografias atuam como um entrelaçamento sociocultural, onde o processo de memorização entre o relembrar e o esquecer são enaltecidos, a fim de fazer com que o imaginário estadunidense fosse exportado para os demais países. (MEYER, 1951; CHRIS, 1974; TUNSTALL, 2010). O processo de memorização, também foi acompanhado por uma cultura da amnésia (KRISHNA, 2001), especialmente, quando a supremacia branca das elites estadunidenses legitimou a política racista, ao mobilizarem inclusive o direito internacional, sobre determinados países/sociedades do resto do mundo.

Como sublinhou Khrisna (2001, p.411), *the international law that sanitized and normalized the theft of lands and the destruction of the sign-systems of indigenous governance and property in Africa in these centuries is today used to preside over the decolonization of Namibia, South Africa, and Zimbabwe*. As elites brancas advindas do Ocidente, ao investirem nas comunicações, especialmente, no jornalismo (inter)nacional pretendiam tornar a África, sobretudo, como a *space of*

lack, of inadequacy, incompleteness, and incompetence in the business of achieving nationness (KRISHNA, 2001, p.411). Do ponto de vista geopolítico cultural-comunicacional, é preciso descentrar as posições dos sujeitos políticos brancos, que influenciam na dinâmica no modo como as informações circularão e refletirão o modo como se enxerga as sociedades do Sul global, sobretudo, diante dos estereótipos, essencializações e visões monolíticas com que são enquadrados. E, nesse sentido, portanto, como apontou Sabaratnam (2020, p.27) *‘The point here is not simply to ‘replace’ White-centredness with Black-centredness as part of historical justice – but through re-positioning to reveal what has been obscured about the organisation of authority, relationality, rights, obligations, materiality, and knowledge.* Tunstall traduz a análise acima, embora não destaque as temáticas envolvendo a questão racial e o papel desempenhado pela branquitude⁵⁸ diante de sua supremacia, mas, sublinha a importante atribuição dos jornais e das elites na política (inter)nacional estadunidense, quando atesta que:

Newspaper concepts travel less well across national boundaries than do, for example, television or radio concepts. This is at least partly because newspapers are so strongly focused on the national scene, and especially upon national history, national politics, national language and national culture. In large nations, such as the USA, newspapers are also local. The New York Times is no exception and its greatest strength is its leading position in the exurbs of the tri-state area (sections of New Jersey, New York State and Connecticut) and especially in afent suburbs where the paper is home-delivered on subscription. (TUNSTALL, 2010, p.191).

Isto posto, resgato novamente Lippmann (2008, p.278) quando informa a complexa relação entre as mídias e as elites políticas, especialmente quando atesta que o conteúdo jornalístico disseminado deve respeitar o ponto de vista do público consumidor. O jornalismo estadunidense confeccionado, cujo investimento advém das famílias burguesas e/ou elites políticas, pode insultar estas classes sociais (burguesia e elite), mas jamais o público, na medida em que ele é o principal consumidor. Este não pode ser desrespeitado, na medida em que *“um jornal que pode realmente depender da lealdade de seus leitores é tão independente quanto um jornal poder ser dadas as condições econômicas do moderno jornalismo (...) é uma questão de se os leitores, que não pagam em dinheiro pelas notícias, pagarão a ele em lealdade”* (LIPPMANN, 2008, p.280).

⁵⁸ Esta tese concorda com a visão de Sabaratnam (2020, p.5) quando compreende por branquitude como um termo que faz referência a uma epistemological location or standpoint produced by the wider racial formation of ‘White supremacy’. In an ontological sense, however, ‘race’ is the product and not the cause of ‘racism’. Where both are relevant to the point at hand for readability I will often refer simply to ‘Whiteness’



Figura (3): Circuito Elite, Tomadores de Decisão e Jornalistas
Fonte: Elaboração Própria (2021).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1712520/CA

Tunstall (2010, p.191) complexifica a relação acima, quando destaca que: *‘Elite’ or ‘prestige’ newspapers have often been owned by families, who see this single big newspaper as a public institution, owned by the family and maintained within a continuing tradition. Not only the New York Times, but the Los Angeles Times, the Washington Post, the Wall Street Journal and the Boston Globe, have often been quoted as sharing in common the key ingredient of enlightened family ownership*”. Gostaria de sublinhar, não obstante, também como a supremacia das elites brancas estadunidenses pertencem a uma rede (in)visível (inter)nacional, que pré-determina as agendas globais, sobretudo, quando *race war; and imperial power, which have been written out of its origin stories* (VITALIS, 2010; ANIVEAS; MANCHANDA; SHILLIAM, 2015; SABARATNAM, 2020).

As redes políticas e midiáticas formadas pela branquitude atestam também como *these histories also do not theorise race but rather approach ‘Whiteness’ as a category internal to and explicit within historical discourse* (SABARATNAM, 2020, p.6). Principalmente, quando a rede de atores estadunidenses, pertencentes aos campos da Ciência Política e, principalmente, das Relações Internacionais, enquanto uma ‘nova ciência’ que emergiu *as a key supplier of intellectual rationales for the political class long before the Cold War—in fact, for the entirety of the long American imperial century. This discovery upends our commonplace understandings of international relations and U.S. foreign policy.* (VITALIS, 2015, p.2).

Three well-known phenomena of the last decades of the nineteenth century converged to influence the turn by U.S. universities toward studying the problems that professors and what we now call public intellectuals called supremacy and dependence. A new round of imperial competition and expansion into Africa, Asia, and Latin America was in full swing. The new imperialism coincided with the creation of the flagship institutions of the modern social sciences in America,

including departments, schools, endowed professorships, and professional associations (VITALIS, 2015, p.8 grifo meu).

A estratégica da retórica mobilizada pela branquitude nas mídias, funciona como um mosaico ou uma *assemblagem*⁵⁹, portanto, não possuem uma composição linear, tampouco monolítica, tendo como principal objetivo a (re)produção da identidade estadunidense (NAKAYAMA, 1995b). A performance discursiva⁶⁰ performada pela branquitude que constrói o imaginário sobre a identidade estadunidense, tem na comunidade e não na etnicidade seu alicerce. Sua base está fincada na produção da política da (in)diferença, tanto entre aqueles que residem no território, como para as demais sociedades, sobretudo, aqueles pertencentes ao Sul global. Faz-se necessário, portanto, reafirmar semiologias que pretendam legitimar a política da violência, por meio da naturalização de uma cultura racista já que *communication is a intensely racialized practice* (MARTIN; NAKAYAMA, 2006). Ou como salientaram os autores, *Communication research offers the larger field of whiteness studies a contextual and tangible analysis of whiteness operations*, sobretudo, porque o poder da branquitude está localizado através de símbolos (palavras, imagens, performances etc). (MCINTOSH; MOON; NAKAYAMA, 2019, p.4).

No que concerne aos EUA, a formação da identidade branca estadunidense é diferente de outras formações étnicas culturais, embora os estadunidenses não atribuam a si a ideia de etnicidade, mas sim de comunidade. A ideia de etnicidade é entendida como primitiva e/ou inferior, portanto, a história dos EUA e sua rede de atores não pode ser associada a tal imagem, ao contrário, deve ser produzida a ideia de coesão, coerência, expansão e excepcionalidade – *Pax Americana*. (NAKAYAMA, 1995a; 1995b). A branquitude enquanto uma identidade étnica é uma construção social não monolítica e nem homogênea que se pretende ser cosmopolita, para tanto, realiza recontextualização de práticas, políticas de apagamento e/ou amnésia dentre outros (KRISNHA, 2001). Isso faz com que a branquitude *in this self-unconscious erasure can seem to disappear so that one's cultural practices are not seen as being white-specific but universal to all human beings* (DRZWIECKA; WONG, 1995, p.198).

59 A noção de assemblagem tem se destacado nos estudos de Operações de Paz e P(p)olítica E(e)terna tendo em vista o amplo conjunto de instituições, agentes, práticas, saberes e relações que marcam as formas contemporâneas de intervenção internacional. De um modo geral, as assemblagens podem ser caracterizadas pelo ser isomorfismo, mas não são centrípetas, onde os níveis macro e micro podem ser combinados e/ou separados, embora necessitem ser estudados. Nesse sentido, a noção de assemblage afasta-se da ideia de que podemos desenterrar um 'plano' discernível ou estrutura internacional singular com linhas claras de vista aos interesses materiais e institucionais dos Estados e seus aliados de elite como os usos da noção de 'ordem internacional' podem sugerir. Isso significa dizer que o conceito de assemblagem considera instituições e condições materiais, coloca essas condições em um conjunto mais amplo de relações de força que conectam componentes díspares que incluem conhecimentos, práticas, objetos e pessoas.(DOUCET, 2012, pp.1-2; DOUCET, 2017, p.10).

60 As práticas do pós-estruturalismo têm sido usadas criticamente para investigar como o sujeito - no duplo sentido de sujeito e ator - das relações internacionais é constituído nos e pelos discursos e textos da política mundial. (DER DERIAN; SHAPIRO, 1989, p.IX).

O *modus operandi* do discurso da branquitude tem como característica a empatia sobre o outro já que a *whiteness is often seen as "empty" in comparison to the recognized cultural formations of nonwhite Americans, specifically when "culture" becomes connected with the artifactual products and practices of "nonwhite" others.* (DRZWIECKA; WONG, 1995, p.198). Além disso, a branquitude pretende disseminar valores políticos, socioculturais e religiosos como a visão puritana, sem que para isso abra mão de seus privilégios. Para tanto, compreendo a branquitude *is not a fixed property per se.* Isso significa dizer que *it does not inhere in bodies. Instead, whiteness serves a number of social functions that serve to reinforce a system of domination, not only in relation to race, but sexuality, gender, class, location, and, certainly, nationality.* (NAKAYAMA, 2000, 364).

The American evacuation of democracy as a public declaration and space for fairness, equity, and social justice is troubling, if for no other reason than its yield to a sociopolitical habitat that offers safe refuge for xenophobic acts of violence. This violence is not just physical; it is also discursive, psychological, and emotional; and it happens in classrooms and boardrooms, in public spaces, and in private domains. It has very real material consequences for the groups of people who sit on the margins in this country every single day. This violence is guided by a neoliberalist instinct that presupposes economics is the catalyst for all human relationships and that money is the driver for all decision-making pertaining to the public; and yet this instinct is irrespective of the structural inequalities that have led to the rupturing of our society. (Gifo meu) (JACKSON II, p.X grifo meu).

Portanto, o processo de (re)produção discursiva perpetrada pela branquitude sobre a população negra, coloca-a enquanto um ‘problema’, tendo em vista as dinâmicas da intervenção que foram e/ou serão realizadas sobre as sociedades africanas, necessita construir categorias raciais de modo simples e com abstrações. E, ao fazer isso, as mídias *are not only a power ful source of ideas about race. They are also one place where these ideas are articulated, worked on, transformed and elaborated* (HALL, 2019, p.104). Segundo Stuart Hall (2019, p.105) há duas formas de produção da cultura racista nas mídias feitas pela branquitude. De um lado, o racismo aberto, quando as coberturas das mídias é favorável a utilização de argumentos e/ou entrevistas cujas posições são a favor de práticas racistas; Por outro lado, existe o racismo inferencial, que se torna visível em representações aparentemente naturalizadas, a partir de eventos e situações rotineiras e/ou factuais e/ou ficcionais, que contêm premissas ou suposições que desenboquem em afirmações racistas. As mídias estadunidenses ao longo de suas histórias (re)produziram práticas racistas quando associaram as populações negras a pessoas famintas e/ou esqueléticas típicas do primitivismo e/ou barbárie durante as crises humanitárias; quando correlacionaram as populações africanas a grupos terroristas, através da mobilização de imagens onde o tribalismo e a sociedades de clãs eram vistos como inferiores e/ou violentos; ou quando associaram as culturas das sociedades africanas ao

paganismo visto como heresia segundo a ortodoxia cristã (HALL, 2019; NAKAYAMA; KRIZEK, 1995; NAKAYAMA; 1995; NILSEN; TURNER, 2022).

Ambas as formas de racismo aberto ou inferencial podem ser visualizadas semioticamente, de modo separado e/ou em conjunto tendo em vista uma série de conteúdos publicados e publicizados ao longo de décadas pelo Ocidente. Embora o Ocidente, por vezes, tenha se utilizado de conteúdos midiáticos, de modo ambíguo, a partir de suas respectivas visões. Isto é, ao mesmo tempo em que ratifica a cultura racista, se blindava a partir dos seus próprios conteúdos, vistos como neutros, imparciais e caracterizado pela objetividade, quando é acusada de retroalimentar práticas raciais, sobretudo, quando faz uso de estereótipos e associações imagéticas típicas da cultura racista. Muito dos olhares da branquitude é permeado por visões polarizadas, essencializadas, monolíticas, onde a subordinação e a dominação são constantemente construídas. Especialmente, por meio da linguagem operacionalizada via os discursos e gêneros jornalísticos confeccionados, sobretudo, quando faz uso das lógicas comparativas.

Dito isto, a rede de atores que participam destas interações entre elites, lideranças políticas e mídias, pode ser visualizada de acordo com a figura de Cyrus Sulzberger já que “*was the prototype of the ‘big foot’ NYT foreign correspondent who ‘discovers’ wars, interviews Presidents and grabs the front page story from locally based reporters*” (TUNSTALL, 2010, p.191). Os olhos dos jornalistas (correspondentes internacionais, editores) atuam enquanto *gatekeepers* (porteiros) e por meio da *agenda-setting*, ou seja, de modo macro e micro, reafirmam formas de controle e gerenciamento sobre o que e como publicar para o público (SAID, 1997; HESS, 2005). Destaco ao leitor, que a escolha pelo NYT, e as análises realizadas que ocorreram nesta tese, considerou a importância do jornalismo impresso e a produção de conteúdo online, entre 1990-1995 e 2001-2009, da seção mundo. A escolha desta editoria se deve à sua circularidade, elevada inserção e leitura por diversos públicos para além do território estadunidense.

Além disso, aponto nesta tese que dentre as diversas, ambíguas e diferentes narrativas progressistas disseminadas pelos atores estadunidenses, saliento as visões (neo)liberais e (neo)conservadoras que se perpetuaram como principais mecanismos para a difusão do *Self* estadunidense e mediante a reprodução de suas práticas coloniais. (CAMPBELL, 1992; DOTY, 1996). As “origens” do (neo)liberalismo e do (neo)conservadorismo políticos e midiáticos estadunidenses advém dos trabalhos de Benjamin Constant em “*Da Liberdade dos Modernos comparado a dos Antigos*”, das perspectivas de Edmund Burke em “*Reflexões sobre a Revolução Francesa*” e dos estudos que remontam à Revolução Francesa e Americana como os trabalhos de Hannah Arendt em “*Sobre a Revolução*”. (HALLIN, 1987; TRAQUINA, 2006; SCHUDSON, 2010). Alexis Tocqueville traduziu esses valores em sua obra “*A democracia na América*” ao refletir sobre a liberdade de imprensa e/ou expressão a partir do surgimento dos primeiros jornais

estadunidenses, que segundo o autor: ‘*A América talvez seja, neste momento, o país do mundo que encerra em seu seio menos germes de revolução*’. E, ao naturalizar as Revoluções Francesa e Americana, o Ocidente desconsidera e silencia a Revolução Haitiana (1791-1804)⁶¹, como destacou Aimé Césaire em sua obra sobre o ‘*Discurso do Colonialismo*’ (2019), onde diversos movimentos de resistência, importantes para a política mundial, estabeleceram um repensar e um renomear do que significa liberdade e autonomia, tendo em vista um outro entendimento sobre o conceito de soberania (GROVOGUI, 1996).

No entanto, na América, a imprensa tem os mesmos gostos destruidores que na França, e a mesma violência sem as mesmas causas de cólera. Na América, como na França, ela é essa força extraordinária, tão estranhamente mista de bens e de males que, sem ela, a liberdade não poderia existir e que, com ela, a ordem mal pode se manter. O que é necessário dizer é que a imprensa tem” (TOCQUEVILLE, 2008, p.268). Mermin (1999, p.144) sublinhou a complexidade envolvendo a dinâmica entre os atores estadunidenses diante do conceito de liberdade de imprensa e expressão, ao salientar que uma questão é a teoria e outra completamente diferente, na visão do autor, é a sua prática já que “*Journalists who grant to politicians the power to set the spectrum of debate in the news, I have argued, are abdicating their place in the American constitutional regime. Their independence exists in principle, but does not manifest itself in practice*”.

Em “*Through Their Eyes: Foreign Correspondents in the United States*”, Stephen Hess (2005) me permite novamente questionar o quanto e o como os atores midiáticos e políticos a partir da construção e perpetuação de mitos e/ou ficções envolvendo a imprensa, enquanto Quarto Estado e/ou Quarto Poder, viam os conceitos de *watch dog* e viam a liberdade de imprensa e/ou expressão defendidas pelos autores liberais acima. Os *gatekeepers* por meio de critérios como “objetividade”, “neutralidade” e “imparcialidade” ratificaram múltiplas práticas coloniais, diante dos valores (neo)liberais ao monitorarem, vigiarem e punirem, se necessário fosse, enquanto práticas rotineiras, as populações do Sul global que sofreram com os processos de intervenção. Robinson (2015, p.191) ponderou sobre esses processos envolvendo os atores políticos e midiáticos, ressaltando que:

News media are also expected to perform a watchdog function, scrutinizing and holding to account the government and also representing the opinions of the public. In order to do this, the media strive to be objective. That is to say, the aim of the news media is to provide neutral and truthful information untainted by political bias (ROBINSON, 2015, p.191 grifo meu).

61 O povo negro haitiano, escravizado por colonizadores franceses, fez uma revolução para as promessas de liberdade e igualdade universais fundadas na Revolução Francesa fossem estendidas a eles, assim como foram contra um poder que consideram tirano, pois negava-lhes a liberdade e não haitianos tomaram o controle do país e proclamaram a independência em 1804. Com a Revolução Haitiana, tornou-se evidente que o projeto liberal-iluminista não tornava todos os homens iguais e sequer faria com que todos os indivíduos fossem reconhecidos como seres humanos. Isso explicaria por que a civilização não pode ser por todos partilhadas. Os mesmos que aplaudiram a Revolução Francesa viram a Revolução Haitiana com desconfiança e medo, e impuseram toda a sorte de obstáculos à ilha caribenha, que até os dias de hoje para o preço pela liberdade que ousou reivindicar (ALMEIDA, 2019, pp. 27-28).

De acordo com Hering e Rosbinson (1999) e Robinson (2015, p.201), ao resgatarem as análises críticas realizadas por Chomsky e Herman (1988), sublinham o aspecto comercial e político que envolvem as relações entre elites, política externa e mídias, sobretudo quando há uma sobreposição de atores, narrativas e perspectivas, tendo em vista os múltiplos jogos de interesses econômicos:

[...] overlapping interests between the US state and major US business conglomerates of which the mass media is but one part. Consequently, news stories that run contrary to these interests are unlikely to surface. It is important to note that such radical critiques are not just arguing that the media within liberal democratic states functions to promote liberal and capitalist values to both domestic audiences and wider global publics (ROBINSON, 2015, p.201 grifo meu).

Além disso, destaco que nos EUA operam duas grandes discussões e/ou correntes entre os estudiosos entre a Comunicação e os Estudos de Análise de Política Externa (APE): isolacionistas ou internacionalistas. Os isolacionistas defendem que os atores estadunidenses não deveriam exercer um papel ativo nos assuntos mundiais. Contrariamente, os internacionalistas acreditam que os atores estadunidenses deveriam exercer um papel de destaque na política mundial. Independentemente desta divisão, o fato é que as mídias, como uma série de outros atores, exerceram influência tanto na forma quanto no conteúdo político, seja estando em sinergia com essa rede de atores políticos, ou se dissociando do mesmo em dados momentos.

De acordo com Jonathan Mermin (1999, p.143) no que concerne a política estadunidense, principalmente no pós-era Vietnã, o NYT, enquanto importante veículo de comunicação, não realizou nenhuma cobertura independente frente aos atores vinculados ao governo estadunidense. Mesmo quando produziu limitadas visões críticas apartadas dos governos e elites estadunidenses, não devem ser vistas como suficientes, segundo o autor, diante da enxurrada de conteúdo midiático, exaustivamente explorados durante décadas, que demonstram a dependência política quanto à transferência e publicização do conteúdo jornalístico em relação ao governo estadunidenses, bem como as elites locais e globais. E nesse sentido, segundo o autor “*under one model of an independent press, the press is independent of government if journalists are free to report criticism of public officials and their policies. American journalists have this freedom. But what has been done with it in practice?*”. Portanto, refletir sobre a possível independência da mídia estadunidense, é compreender a complexidade que envolve os *critical viewpoints on U.S. foreign policy are not reported in the news unless they have been expressed inside the government first, then in practice the press is independent of the president, but not the government*” (MERMIN, 1999, p.143).

Portanto reler a história sobre a política e as mídias estadunidenses, é reiterar que a relação é ambígua e paradoxal, especialmente, quando muito dos conteúdos disseminados advém de fontes

militares e/ou do governo estadunidense – o que se intitulou como *embeebed journalism* –, produzindo assim a esfera do consenso (*sphere of consensus*). Todavia, como observado em alguns conflitos armados, alguns conteúdos advindos das fontes governamentais, quando questionados pela imprensa, mas publicizados de modo ambíguo, diante do modo com que foi relatado, produz a esfera da controvérsia legítima (*sphere of legitimate controversy*). Por vezes, quando os *gatekeepers* acessam a outras fontes para além do *front*, possibilitam que outras narrativas possam e devam ser exploradas, sobretudo quando existem impasses entre os tomadores de decisão, as elites políticas e as mídias, reforçando o argumento de que se faz necessário publicar os conteúdos de modo a produzir a esfera desviante (*sphere of deviance*) (HALLIN, 1986). Em todas as esferas comunicacionais, o que destaque é a reafirmação do discurso sobre a soberania estatal (WALKER, 1993; WEBER, 1995; BARTELSON, 2010), sobretudo, quando o *Self* estadunidense é reiterado sobre o *Other* africano e demais sociedades (DEIBERT, 1997; MACMILLIAM, 2000).

Além disso, ressalto que a valorização dos discursos políticos e midiáticos estadunidenses como autonomia, independência e a liberdade de imprensa/expressão defendidos e difundidos pelos meios de comunicação vis-à-vis ao estado também não se sustentam em sua totalidade (HALLIN, 1986; ROBINSON, 2002; TRAQUINA, 2006; BAHADOR, 2007). Principalmente quando compreendo que diversas são as zonas cinzentas visualizadas entre as mídias, o estado e as elites, tendo em vista o paralelismo político⁶². Ao refletir sobre a história da imprensa estadunidense e sua interseção com o estado, também observo o quanto a mesma é complexa, ambígua e caracterizada por diferentes perspectivas e análises em meio a múltiplas conjunturas históricas. De um modo geral, diferentemente do que apontam muitos analistas de comunicação, a história da imprensa estadunidense não foi caracterizada pelo princípio da objetividade. Durante o século XIX, até 1830, o critério objetividade não era uma condição *sine qua non*. Ao contrário, de acordo com Schudson (2010, p.14), era usual que os jornais impressos manifestassem suas opiniões rotineiramente. Os leitores acreditavam que era de fundamental importância a manifestação das opiniões jornalísticas. Como assim destacou Schudson (2010, p.17) “Os jornalistas não pensavam muito sobre a subjetividade da percepção. Eles tinham pouco relativamente pouco incentivo para duvidar da firmeza da ‘realidade’ na qual viviam”.

Para Schudson (2010, p.25), a existência ou a revolução da *penny press* teria provocado uma mudança drástica na medida em que triunfou a notícia sobre o editorial e dos “fatos” sobre a opinião. De acordo com Schudson (2010, p.27) muitos editores eram subordinados aos seus

⁶² Historicamente, outro dos componentes mais importantes do paralelismo político são as conexões organizacionais entre a mídia e os partidos políticos ou outros tipos de organizações, incluindo sindicatos, cooperativas, igrejas e afins, muitas vezes ligados a partidos políticos. Durante grande parte do século XX, muitas organizações de mídia estavam conectadas a essas instituições, que as financiavam e ajudavam a distribuí-las e cujos objetivos a mídia servia de várias maneiras. (HALLIN, MANCINI, 2004, p.28 tradução minha).

mestres, ou seja, havia uma limitação sobre a publicação do conteúdo jornalístico. Diante deste fato, já observo que um mito também foi construído sobre a sociedade estadunidense para os demais países, quando abordado nas principais retóricas discursivas disseminadas pelos meios de comunicação e pelas lideranças políticas ao falarem sobre a liberdade de expressão e imprensa, tendo em vista os critérios de objetividade, neutralidade e imparcialidade. Dito isto, ao revisitar a produção e conteúdo jornalístico da imprensa estadunidense, as intrínsecas relações com as elites e suas intersecções com a política externa, reflito sobre como e o quanto, as representações disseminadas sobre as sociedades africanas, como a somali e a ruandesa, foram circunscritas por diversas formas de mediação e/ou, principalmente, espetacularização, a fim de ratificar as visões estadunidenses por meio da (re)produção de mitos sobre si, por sua vez replicado sobre o outro no âmbito das operações de paz durante e no pós-conflito, tendo em vista as práticas coloniais disseminadas, através da diplomacia.

Rer a história da imprensa e da política externa estadunidense é, principalmente, considerar em nossas análises, a resiliência, a adaptação e a vulnerabilidade (CHANDLER; REID, 2016) com que o liberalismo, em sinergia com o capitalismo, detém em se adaptar às mais diferentes realidades que se apresentam, sobretudo, com o fim da Guerra Fria, onde atuou como uma forma de promover o desenvolvimento das sociedades/Estados africanos. “*Capitalism, modernity, and liberalism are, indeed, closely related. Capitalism is an essential component of liberalism and liberalism has no doubt played a major role in the development of what is usually described as modernity*” (JAHN, 2013, p.12). A promoção do desenvolvimento e da segurança a partir da provisão humanitária tem como alicerces os valores e o fomento aos Direitos Humanos e o incentivo à transformação de autoritarismos, tendo na democracia uma condição *sine qua non*, haja vista o mito promovido pela teoria da paz democrática e/ou liberal, de que Estados democráticos tendem a não entrar em conflito entre si. Em contrário, a cooperação político-econômica possui a habilidade necessária a fim de fazer com que os conflitos sejam cessados (DOYLE, 2012; PARIS, 2004).

Porém, o que não se debate e/ou silencia nesta perspectiva são a expansão do capitalismo e a contradição inerente ao próprio liberalismo que defende a liberdade individual e os princípios de igualdade, mas reitera as múltiplas práticas coloniais, como questões envolvendo a temática da escravidão e racismos, dentre outros temas. As operações de paz, nesse sentido, se tornam as melhores formas de “*the institutionalization of liberal norms provides a basis for cooperation and reform of the international system at large*” (JAHN, 2013, p.2), já que se são ferramentas que estão alinhadas à hegemonia do projeto liberal, que não necessariamente esteve vinculado à democracia. Ao contrário, historicamente, as democracias não nasceram, segundo a literatura ocidental, vinculada a princípios liberais. Como abordou Jahn (2013, p.25):

Much of liberal history is therefore not just un- but positively anti-democratic. More generally, history does not unequivocally support the contemporary assumption of a ‘natural’ link between liberalism and democracy: it is instead littered with examples of undemocratic liberal states (in European history) and democratic illiberal states (in ancient Greece as well as globally today) (JAHN, 2013, p.25 grifo meu).

These theories hold that the spread and institutionalization of liberal norms provide the basis for a realization of liberal principles like tolerance, individual freedom, distributive justice, and prosperity, as well as cooperation and peace. Inspired by these assumptions, policies designed to protect and spread respect for human rights – prominently in the form of humanitarian intervention and the responsibility to protect – and to reform international institutions and international law were widely advocated. (JAHN, 2013, p.8 grifo meu).

Por fim, destaco que a história dos EUA, está atrelada a uma genealogia do liberalismo, já que a ideologia liberal é calcada em *clusters* de acordo com ideais de diferentes perspectivas sociais, econômicas, culturais etc, mas que de todo modo visa utilizar da cristandade como um dos seus principais dispositivos culturais. Portanto, reler a história das instituições estadunidenses é *“includes both the experience of religious communities seeking freedom from state interference and the appeal to an Enlightenment ideal of rational self-rule”* (KAHN, 2004, p.71). Principalmente, porque o liberalismo do Estado esteve na sombra da Igreja, já que, como destacou Paul Kahn (2004, p.73), *“a vision of the state commensurate with the experience of the nation-state as constitutive of citizen identity”*. No que concerne aos EUA, a reivindicação do Estado pode ser vista como uma manifestação da soberania da nação, visto que a soberania é a interseção entre a simbólica característica da Igreja e do Estado, da religião e da política, que as dinâmicas políticas e comunicacionais ritualizaram ao longo de décadas sobre a sociedade estadunidense (KAHN, 2004, p.86).

The origins of the modern Western state are not in the social contract, but in communities of political faith. The state is the contemporary institutional form within which that faith takes a geographical and temporal shape. State borders that fail to match the borders of a community of faith—that is, that fail to cohere with a recognition of national sovereignty—generally fail or there develops a matching conception of sovereignty. The shifting of borders in Eastern Europe in the last decade represents just such an effort to match political institutions to popular conceptions of the sovereign. (KAHN, 2004, p.87 grifo meu).

2.4

Uma análise do discurso dos atores estadunidenses em perspectiva comparada: uma combinação pós-estrutural e pós-colonial

Nesta seção argumento que diversos foram os discursos políticos e midiáticos estadunidenses produzidos e disseminados sobre Somália e Ruanda no transcorrer do tempo. Esses argumentos estiveram ancorados na política comparada. A partir da comparação, estabelecida pelos atores estadunidenses sobre a Somália e Ruanda, informo ao leitor que diversas foram as práticas

coloniais reiteradas, tendo em vista a reprodução de classificações por meio de relações hierárquicas, caracterizadas por silêncios e exclusões, através dos discursos orientalistas promovidos pelo Ocidente. As práticas coloniais, em perspectiva comparada, realizadas pelos atores estadunidenses, aqui também devem ser visualizadas, principalmente, como uma forma de (re)produzir imagens/imaginários sobre as Áfricas, nos casos Somália e Ruanda, de modo homogêneo, uniforme e monolítico.

Por meio do método de análise de discurso promovo uma desestabilização e de(s)colonização dos discursos orientalistas, tendo em vista as representações que foram naturalizadas sobre as Áfricas – Somália e Ruanda, à luz do *Self* estadunidense. (CAMPBELL, 1992; SHAPIRO, 1989; 1990; 2005; SAID, 1997; DOTY, 1996). As produções discursivas estadunidenses aplicadas à Somália vis-à-vis Ruanda podem ser compreendidas pela seguinte reflexão foucaultiana: *“ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesa e temível materialidade”* (FOUCAULT, 2014, p.9). Durante e após as operações de paz realizadas na Somália e Ruanda, aponto as narrativas disseminadas pelos atores midiáticos e políticos estadunidenses calcadas na comparação. Estas estão marcadas por consensos e dissensos e permaneceram sendo (re)escritas à luz de suas respectivas autoetnobiografias, entre o ‘Nós’ e o ‘Eles’ ou entre o ‘Eu’ e o ‘Ele’, tendo como prerrogativa a legitimação de práticas coloniais, nas quais os sistemas de exclusão e reafirmação das diferenças permanecem sendo enaltecidos. (CAMPBELL, 1992; DOTY, 1996).

Ao observar como as estratégias discursivas foram operacionalizadas pelos atores políticos e midiáticos estadunidenses de acordo com determinados consensos, em meio a dissensos, quanto ao modo com que foram produzidas, e, por sua vez, disseminadas, observo o quanto falar sobre os países africanos é traduzir as perspectivas estadunidenses, via diplomacia, diante da reafirmação do discurso sobre a soberania. Ao realizar um trabalho genealógico, à luz dos trabalhos de Rob Walker, Jens Bartelson e Cynthia Weber sobre os discursos envolvendo a soberania e intervenção como perspectivas não excludentes e não paradoxais, Malmvig (2006, p. 19) informa que:

Sovereignty and intervention do not only function as conceptual opposites; they are also mutually constitutive. Intervention is one of those practices that gives meaning to sovereignty, while the practice of intervention at the same time only gives meaning on the backdrop of a prior conceptualization of sovereignty. Thus, we here find again the circular and productive relationship between the object of investigation – sovereignty – and the discursive practice – intervention – through which sovereignty is studied (MALMVG, 2006, p. 19).

Malmvig (2006, pp.29-31), a partir da perspectiva comparada, via pós-estruturalismo foucaultiano, atesta que *“The strength of the comparison is, however, that it can show how those*

articulations, which appeared as universal, natural and evident, when compared emerge as contingent, political and specific, and hence that alternative perspectives and articulations are possible". A autora produz categorias maleáveis/fluidas, de modo que ao utilizá-las nesta tese, permite-me complexificar diversas questões, sobretudo, quando aponto que os discursos comparados promovidos pelos atores políticos e midiáticos estadunidenses, “inflexionaram” no pós-11 de setembro de 2001 sobre Ruanda vis-à-vis Somália, tendo em vista a década de 1990, auge das crises/emergências humanitárias e militar em comparação aos anos 2000. Embora eu argumente nesta tese que, além de inflexão ou descontinuidade, o que prevaleceu foi a continuidade dos discursos orientalistas, que na perspectiva comparada que promovida pelos atores estadunidenses, traduzem as autoetnobiografias daquele país.

O diagrama abaixo (imagem 4) exemplifica como, durante a década de 1990, Somália e Ruanda foram equiparados como países/sociedades símbolos do caos diante da guerra civil e do genocídio na reprodutibilidade dos discursos estadunidenses. Os discursos mobilizados pelos atores políticos e midiáticos estadunidenses, em meio a diferentes dissensos e consensos, exemplificam o quanto a pobreza/fome e miséria social assolavam estas nações, de modo que algum tipo de ajuda/provisão humanitária e militar deveria ser realizada. O Ocidente, por meio da “comunidade internacional”, simbolizado pelos atores estadunidenses enquanto mito do herói, transfere para si a “responsabilidade ético-moral”, via as operações de paz e/ou intervenção humanitária e/ou militar, atuando como símbolos da prosperidade, coerência e sucesso, invertendo as concepções de anarquia e hierarquia disseminadas reiteradas pelo SI.

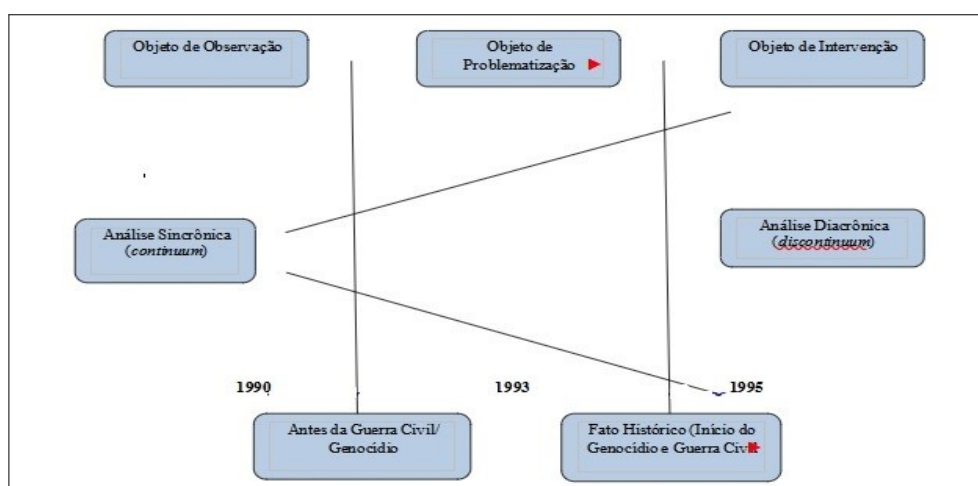


Figura (4): Análise Estratégica sobre Somália e Ruanda (1990)

Fonte: Elaboração Própria com base Malmvig (2011).

Ainda que a análise discursiva se apresente como descontínua entre Ruanda vis-à-vis a Somália à luz dos atores estadunidenses, na prática há manutenção da continuidade através das práticas coloniais via a lógica da assimilação e/ou aniquilação e/ou equivalência e/ou diferença

sobre as sociedades estudadas nesta tese (DOTY, 1996; INAYATULLAH; BLANEY, 2004). Mais do que somente refletir sobre as continuidades, em meio as discontinuidades discursivas reafirmadas pelos atores estadunidenses quando realizam a comparação entre esses países, é dizer como e o quanto os atores estadunidenses, ao fazerem isso, dizem mais sobre si do que necessariamente sobre o Outro. Portanto, os discursos produzidos e disseminados pelos atores ocidentais reproduzem no imaginário mundial, a partir de determinadas histórias, padrões em formato de normas que devem ser seguidos, silenciam qualquer possibilidade que desestabilize e/ou mesmo descolonize as narrativas oficiais estadunidenses. (DHAWAN; FINK; LEINIUS; MAGEZA-BARTHEL, 2016).

A cumplicidade das ações supracitadas faz com que os atores estadunidenses possibilitem que suas ambiguidades, fraturas e discontinuidades oriundas do seu passado, seu presente e sua visão de futuro sejam questionadas, e, portanto, descredibilizadas. Porém, é preciso destacar que, por vezes, os atores estadunidenses, enquanto estratégia discursiva, relembrem certas histórias a fim de fazer com que suas ações sobre os demais países tenham efeito. Além disso, aponto que, entre os múltiplos consensos e dissensos disseminados pelos discursos políticos e midiáticos ocidentais, as linguagens (verbais e não-verbais) utilizadas necessitam também ser destacadas, mediante as inúmeras violências (in)visíveis reiterada via seus *gatekeepers*, porteiros que determinam como e/ou o quê será incluído-excluído, e vice-versa, nos conteúdos produzidos e disseminados. (SHAPIRO, 1981; SIMON; LUCAITES, 2011; BLEIKER, 2009; 2018a; 2018b).

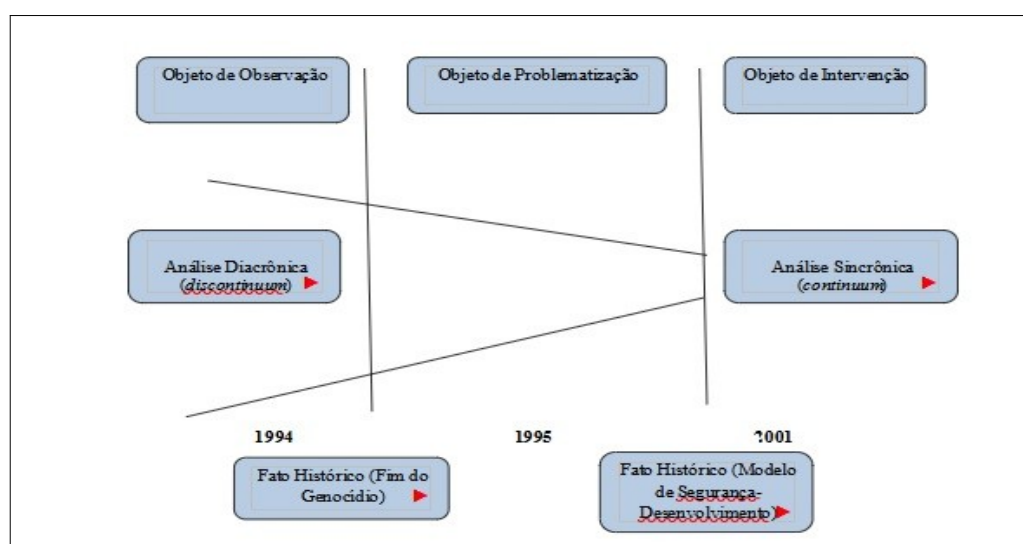


Figura (5): Análise Estratégica sobre Ruanda e Somália no tempo (2001)

Fonte: Elaboração Própria com base Malmvig (2011).

Diante das análises realizadas acima e considerando diferentes contextos históricos exemplificados pelos diagramas (1 e 2), informo que meu principal objetivo nesta tese, é analisar, a fim de refletir, como os discursos descontinuados, ao serem operacionalizados pelos atores

estadunidenses, abarcam discursos contínuos, calcados em práticas coloniais, via política comparada, seja a partir da política da assimilação e/ou aniquilação e/ou através da lógica da equivalência e/ou diferença. A partir da intervenção e da “não-intervenção” nos países Somália e Ruanda, respectivamente, os discursos operacionalizados de modo comparado, promovido pelos atores políticos e midiáticos estadunidenses, me demonstram que a intervenção não é um problema/questão. Ao contrário, pode ser a “solução”, principalmente, para aqueles que defendem a (re)afirmação da soberania, tendo em vista os valores ocidentais advindos da modernidade. Como resumiu Malmvig:

Intervention is not a problem to be solved or a derivative term of sovereignty. Intervention becomes sovereignty's condition of possibility. Intervention becomes one of those very practices through which sovereignty is produced as a vital fact of international life. It becomes that very practice, which enacts and hence assures sovereignty's continued existence. And yet, simultaneously, by the very understanding of the act, sovereignty is violated! Legitimations of intervention are in this sense always paradoxical, entailing an inherent tension, in that they at the same time pay tribute to and violate state sovereignty. (MALMVIG, 2006, p.38).

Diante disso, destaco o trabalho de Inayatullah e Blaney (2004), em *International Relations and the Problem of Difference*, que, ao refletirem sobre o trabalho de Tzvetan Todorov em *A Conquista da América*, traduziram o conceito do filósofo e linguista para o campo das Relações Internacionais, ao fazer referência entre os estudos pós-estruturais e, sobretudo, os pós-coloniais. De acordo com os autores, argumento sobre os discursos políticos e midiáticos, circunscritos a práticas coloniais, em perspectiva comparada, por meio das lógicas da assimilação e/ou da aniquilação via a teoria da (neo)modernização. Esta, através da demarcação espaço-temporal, de modo geopolítico, mas não somente, (re)afirma a diferença, tendo os discursos teleológicos, via os múltiplos etapismos, como guias estruturantes. Segundo Inayatullah e Blaney (2004, p.95), a teoria da (neo)modernização opera quando:

[...] some theorists begin to blur the inside/outside binary by treating the international system as itself an object of modernization, of the progressive differentiation, integration, and universalization characteristic of liberal modernity. This theme retains the hopes of eradicating difference, and is, therefore, less interesting to us except as a precursor to a contemporary recycling of these claims (INAYATULLAH e BLANEY, 2004, p.95 grifo meu).

Roxanne Doty (1996), em *Imperial Encounters*, aponta por sua vez o quão diversos são os sistemas de classificação, via as representações disseminadas pelos atores políticos estadunidenses, quando recupera o pensamento de Campbell (1992) nos estudos sobre P(p)olítica E(e)xterna. Através de uma combinação pós-estrutural e pós-colonial, a autora informa como e de que modo os estereótipos reiterados pelos *gatekeepers*, via a política da comparação, possibilitaram que as lógicas da equivalência e/ou diferença fossem reproduzidas. Isto é, a lógica da equivalência revela a contingência e a instabilidade natural do sistema de diferenças e subverte uma identidade positiva,

criando, por sua vez, as diferenças. Já a lógica da diferença fixa as posições dos agentes sociais como estáveis e com positivas diferenças. Ambas as lógicas são faces da mesma moeda e, portanto, operam separadas e mutuamente diante de determinadas conjunturas históricas. (DOTY, 1996, pp.11-12). Porém, em todas elas, o que se destaca é a prática colonial à luz do *Self* ocidental, neste caso o estadunidense, que serve como espelho ou padrão a ser seguido, sobretudo, quando naturalizado e normalizado.

Ao adentrar no *modus operandi* com que a naturalização discursiva foi realizada sobre Somália e Ruanda, comparativamente pelos atores estadunidenses ao longo de décadas, observo como os múltiplos sistemas de classificação foram reiterados pelos atores ocidentais, via seus *experts*, tendo por objetivo a essencialização do Outro por meio de diferentes (re)enquadramentos e valores-notícias⁶³ à luz do seu *Self* (CAMPBELL, 1992; DOTY, 1996, pp.11-12; TRAQUINA, 2005b). Segundo Doty (1996, p.10) a naturalização dos discursos ocidentais calcados em práticas coloniais, em perspectiva comparada, pode ser refletida através da:

[...] presupposition, which create background knowledge that is taken to be true. The North's encounters with the South have been accompanied by such cter of various kinds of implici theorizations, however crude they have been. Naturalization can occur simply through statements of "fact", that is, ostensible descriptions of waht simply "is", or through a processo of substitution whereby one term in a pairo of binary oppositions trades places with or merges with its counterpart from another pair (DOTY, 1996, p.10 grifo meu).

Fernandez (2012; 2019), influenciada pelo pensamento dos autores acima citados, complexifica a análise ao informar que os países/sociedades pós-coloniais tiveram suas histórias contadas à luz do colonizador a partir dos (des)encontros entre a teoria da (neo)modernização e as teorias das relações internacionais *mainstream*, inclusive de modo comparado, onde as descontinuidades de determinados processos/projetos foram destacadas, embora a autora observe e destaque as continuidades discursivas via a geografia imaginativa. A partir de Fernandez (2012; 2019) e Inayatullah e Blaney (2004), informo também que os atores reiteram as desigualdades ao fazerem uso de análises comparativas, de acordo com o modelo de bola de bilhar, através dos níveis de análises, a partir de uma onto-episteme e um certo tipo de cientificismo (objetividade, neutralidade e imparcialidade) operacionalizado (WALTZ, 1979; NYE; KEOHANE, 1973; KEOHANE, 1984). A lógica racional-legal e utilitarista da cooperação, via a interdependência complexa, adotada na política comparada, tem por objetivo principal a isonomia entre os atores envolvidos (INAYATULLAH; BLANEY, 2004; FERNANDEZ, 2019).

63 Entende-se por valores-notícia segundo uma série de critérios que buscam responder como os acontecimentos se tornam notícia. Neste caso, diversos autores enumeraram uma série de produção e composição que expliquem e justifiquem sobre a importância destes critérios que vão desde a frequência, a amplitude do evento, a clareza, a significância, a consonância, o inesperado, a continuidade, a composição, a referência a nações de elite, a personalização dentre outros sistemas de classificação elaborados por Galtung e Ruge (1965/1993), Daniel Hallin (1986), Erickson, Baranek e Chan (1987) etc. (TRAQUINA, 2005b).

Ao refletir sobre as comparações realizadas pelos atores políticos e midiáticos estadunidenses sobre Somália e Ruanda ao longo de décadas, informo que os discursos permanecem sendo estruturados pelas visões *mainstream* ao fazerem uso de concepções de Equilíbrio/Balança de poder e segundo a teoria da estabilidade hegemônica – esta última obteve destaque na década de 1980, quando creditava sobre o fim da hegemonia estadunidense (GILPIN, 1981). A teoria atestava que por meio do deslocamento do poder, através do desbalanceamento, era possível garantir uma melhoria na arquitetura do SI, conferindo segurança e garantias do regime econômico (JAHN, 1999; FERNANDEZ, 2019). Dito isto, reafirmo que as análises disseminadas pelos atores estadunidenses através da comparação incorrem no equívoco de homogeneizar e sintetizar realidades complexas e diversas, como Somália e Ruanda, ao longo de décadas. Principalmente quando a teoria da (neo)modernização opera inerentemente a esta estrutura, realizando o trabalho de *“commitment to homogenizing cultural difference has its deepest basis in a nondialectical logic of comparison that, though presuming human commonality, resorts to the claim that commonality must be created”*. (INAYATULLAH; BLANEY, 2004, p.95).

Os materiais produzidos por atores políticos e midiáticos estadunidenses em perspectiva comparada, sob o prisma (neo)liberal segundo determinados princípios como liberdade e igualdade, calcados em práticas coloniais, promoveram a cultura da vigilância e a punição sobre as sociedades somalis e ruandesas por meio da naturalização de determinados discursos. A partir de uma nova arte biopolítica de governar, o liberalismo estadunidense, como aponta Foucault (2017a, p.99), (re)produz mecanismos que têm a função de insuflar, aumentar e introduzir liberdades por meio de mais controle e intervenção. Na arte liberal de governar, via biopolítica, dizia Foucault (2017a, p.95), a liberdade não é dada, a liberdade não é uma região já existente que se deve respeitar *“(...) a liberdade é algo que se fabrica a cada instante. Portanto, o liberalismo não aceita a liberdade, pelo contrário, necessita fabricá-la, produzi-la e suscitá-la”*.

Ao exercer um maior controle e intervenção sobre a vida e os corpos dos indivíduos – neste caso Somália e Ruanda –, a mídia opera como os Estados através do discurso da soberania (WALKER, 1993; WEBER, 1995; BARTELSON, 2010) através dos seus decisores políticos, exercendo práticas coloniais por meio da (re)produção de fronteiras e imaginários, onde são autorizadas, com ou sem consentimento, diversas formas de exercer a violência, de sistemas de exclusão e de controle e gerenciamento dos corpos. A autorização da política da violência opera quando, neste caso, as interações entre os atores políticos e midiáticos estadunidenses, por meio de seus *gatekeepers*, exercem o direito soberano de matar imagetivamente, sem qualquer exigência e/ou necessidade de regra/norma formal/informal sobre os sujeitos que não são reconhecidos como cidadãos.

A morte, sob o discurso de valorização da vida, quando mediada, e, por vezes, espetacularizada, produz junto ao público um imaginário de que aquele discurso/narrativa é verdadeiro, e, portanto, inquestionável. Sob o discurso “legítimo” da paz, do progresso, dos valores democráticos e a favor da liberdade, as mídias e os políticos, tomadores de decisão, advindos do Ocidente estabelecem formas de cooptar os “selvagens” e/ou “bárbaros” - dependendo do (re)enquadramento, de modo necrogeopolítico durante e após as operações de paz na Somália vis-à-vis a Ruanda (MBEMBE, 2018, p.36-37; ALPHIN; DEBRIX, 2019). Complementando minha análise, evoco as reflexões de Alphin e Debrix (2019, p.3) sobre a máxima de Foucault e Mbembe, a partir do conceito de necrogeopolítica. Segundo os autores, há a pretensão de obstruir as diversas operações intermináveis, através de grandes ou excepcionais eventos ou casos contemporâneos extremos de corpos assassinados ou grande escala de morte, destinados a tornar a vida viva, vistos por vezes como banais ou aparentemente triviais quanto à formação da morte que a biopolítica ou os regimes de governança biopolíticos empreenderam regularmente.

Além disso, a necrogeopolítica busca fazer com que uma ampla gama de corpos supérfluos e vulneráveis estejam sujeitos a várias formas de destruição e desaparecimento. O sufixo *geo* de necrogeopolítica é utilizado como “*in order to show that spatial concreteness and materialities are very much part and parcel of instances of extra/ordinary death-making today. In fact, just as with exceptional bio (or necro) politics, spatial arrangements are crucial to the work of slow or soft killing, to endemic precariousness, or to banal or common modalities of vulnerability*”. (ALPHIN; DEBRIX, 2019, p.5). É, neste sentido, que a mídia e a política externa estadunidense atuam como *gatekeeper* (porteiro).

Ao comparar Somália e Ruanda pelos atores políticos e midiáticos, observei como as estratégias discursivas que ocorreram a partir do princípio da normatização via socialização, em meio a processos que reafirmassem a infantilização sobre os sujeitos/objetos que se encontram em um estado primitivo, representados pelas categorias de selvagem e/ou bárbaro, adversário e/ou inimigo, dentre outros, oscilam sobre determinados países/sociedades, dependendo do (re)enquadramento e da conjuntura política da época, como veremos nos capítulos da tese (TODOROV, 2004; FOUCAULT, 2017a). Epstein (2017), a partir de perspectivas pós-estruturais e pós-coloniais, observa como e quanto os discursos atuaram enquanto uma estrutura normativa que busca, por um lado, disciplinar e produzir conhecimento sobre uma agenda/tema e que, ao mesmo tempo, “impõe” via a socialização, determinadas perspectivas e/ou concepções de mundo sobre Estados africanos.

A socialização em meio a infantilização se manifesta nos discursos que atuam enquanto normas, na medida em que legitima a ideia de que através da cooperação, via compartilhamento de ideias/valores que os construtivismos buscaram enfatizar. Ao analisar os casos de Somália e

Ruanda, à luz das comparações realizadas pelos atores políticos e midiáticos estadunidenses, compreendo à luz da combinação pós-estrutural e pós-colonial, como a dicotomia norma e exceção, o normal e o patológico, superioridade e inferioridade alternam e passam a ser utilizados, como uma forma de (re)enquadrar atores/objetos, tendo os ideais de “sucesso” como “modelos/tipologias” que devem ser replicados para os demais Estados/sociedades. Os ideais de “sucesso” são traduzidos de acordo com as perspectivas etnocêntricas, ao fazerem uso de “fórmulas/esquemas” que, ao serem socializados em meio às infantilizações sobre o Outro (países/sociedades), pretendem delimitar fronteiras. As fronteiras são uma forma de deslocar e descentralizar temas/agendas que antes eram convencionalmente “aceitos” e que, com o transcorrer dos anos e diante de diversas conjunturas, foram modificadas e (re)enquadradas para que outras “questões” (re)surjam.

Por isso, queles(as) que não se encaixam nestas estruturas políticas etnocêntricas supracitadas são deslegitimados, excluídos e ao mesmo tempo, incluídos (ou vice-versa), tendo em vista que os discursos políticos e midiáticos pretendem (re)afirmar o fora-constitutivo. Isto é, eu preciso ter o fora, mas, ao mesmo tempo, ele está inscrito na normatividade que eu produzo e em determinados momentos nos quais eu considere/compreenda como importante. Aqui existe a permissão e o restabelecimento, em meio as (des)conexões discursivas, de formas de comparar o sujeito/objeto entre os demais na região vis-à-vis ao Ocidente, tendo como objetivo a reiteração da identidade ou processos de identificação de modo universalizado (HALL, 2017).

Em um contexto pós-iluminista, influenciado pela teoria da evolução darwinista e a teoria da (neo)modernização, houve o reiterar de discursos orientalistas, que sinalizam a passagem do estado primitivo para o estado de natureza e, a posteriore, para o estado moderno - ambas marcadas por práticas racistas onde operam as múltiplas desigualdades como o racismo de estado, linha global da cor e via o contrato racial (MILLS, 1999; JAHN, 1999; INAYATULLAH; BLANEY, 2004; ANIEVAS Et Al, 2014; FERNANDEZ, 2019). É preciso, como afirma Epstein (2017; 2012), de(s)colonizar as normas discursivas, que reafirmam práticas coloniais no âmbito da diplomacia, tendo em vista os valores anglo-etnocêntricos que as elites legitimam sobre outras sociedades/Estados. Em *Soberania e Disciplina*, Foucault (2017, p.293) entende que o discurso da disciplina é alheio ao da lei e da regra enquanto efeito da vontade soberana. As disciplinas, não aquelas atreladas ao campo do direito, mas aquelas das humanidades, buscam veicular discursos que serão o da regra/norma, definindo um código que não será o da lei, mas o da normalização. Nesse sentido, considero que os atores políticos e midiáticos estadunidenses ratificaram as dinâmicas normativas por meio da lógica da comparação, sob Somália e Ruanda, a fim de naturalizar, normatizar e normalizar suas respectivas histórias, no âmbito de sua P(p)olítica E(e)xterna, a partir de suas autoetnobiografias oficiais, como uma forma de legitimar suas ações no SI.

2.5

As subjetividades dos *gatekeepers*: as ações ban-panópticas no pós-operações de paz

Ao acessar os casos da Somália e Ruanda, durante e após as operações de paz, por meio dos discursos promovidos pelos atores políticos e midiáticos estadunidenses em perspectiva comparada, tendo em vista os seus *experts* (SAID, 1997) que apontam diferentes formas de ‘resolução/transformação’ no pós-conflitos dos países africanos, observo como e de que modo os mecanismos de vigilância ocorrem. De acordo com Foucault (2018) em *‘Vigiar e Punir’*, faz-se necessário refletir sobre o sistema penal, sobretudo sobre as prisões, os processos de tortura, encarceramento em massa e as transformações disciplinares que ocorreram sobre nestas estruturas. Via a genealogia científico jurídica, Foucault revisitou os séculos XVIII e XIX na Europa, principalmente na França, quando exemplificou como os espetáculos públicos faziam parte do cotidiano das sociedades europeias, onde a punição era exaltada, ainda que os sistemas de punição e vigilância tenham sido modificados ao longo do tempo, como destacou o filósofo.

A partir disso, mediante as análises de Jeremy Bentham, Foucault (2018, p.194) aponta para o conceito de panóptico, informando que uma figura arquitetural cujo princípio é conhecido: *‘na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; vazada por largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo a janela da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado’*. Ao analisar a interação entre os atores políticos e midiáticos estadunidenses diante da construção e disseminação de suas respectivas narrativas, observo como e o quanto ao longo de décadas, os atores, em meio a dissensos e consensos, atuaram como um *panóptico*. Mediante os seus *gatekeepers* (porteiros), tanto aqueles que estão no território estadunidense, quanto aqueles que se deslocam para os locais onde haverá a confecção de relatórios e reportagens jornalísticas, com o apoio de *experts* advindos das operações de paz, (re)produzem a dinâmica do *panóptico* em um primeiro momento.

Isto é, ao cooptar e mesmo atuar como um *panóptico*, a mídia e a política estadunidense exercem o papel de polícia/política, controlando, vigiando e monitorando, por meio de múltiplas práticas, formas de (re)enquadramento discursivo, principalmente sobre aqueles que serão colonizados, mesmo após o processo de descolonização afro-asiática, neste caso, Somália e Ruanda no transcorrer do tempo, mesmo no pós-conflito (CAMPBELL, 1993; 1998; FOUCAULT, 2018). Nesta tese busco ir além, a torre *panóptica* calcada em uma relação inclusão-exclusão não se pretende ser fixa, ao contrário ela tem a capacidade de se deslocar e descentralizar, tendo em vista a

circularidade que opera o poder. Como já havia ressaltado Foucault (2018, p.194) “*o dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente*”.

O *panóptico* induz no sujeito/objeto colonizado um estado de consciência e permanência da visibilidade que assegura e mantém o funcionamento da dinâmica automática do poder. Mas também provoca no colonizador a sensação de controle sobre os corpos dessas populações/sociedades somalis e ruandesas, ainda que não os enxerguem. (FOUCAULT, 2018, p.195). O *panóptico*, segundo Foucault (2018, p.195), é circunscrito a uma ideia de poder que deve ser visível e inverificável. Ou seja, visível na medida em que, sem cessar o detento (neste caso o colonizado), terá diante de seus olhos a alta silhueta da torre central de onde é espionado. Inverificável já que o detendo (neste caso colonizado) nunca deve saber que está sendo vigiado, ainda que por vezes, esta percepção de ser monitorado possa ronda a sua mente. Como resumiu Foucault (2018, p.195) “*O panóptico é uma máquina de dissociar o par ver-ser visto: no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo e nunca ser visto*”.

Para além do *panóptico* foucaultiano (relação inclusão-exclusão), evoco o trabalho do Didier Bigo, que ao analisar o trabalho de Foucault, e como complementariedade, se utiliza dos estudos dos filósofos francês Jean Luc Nancy e do italiano Giorgio Agamben, em suas obras *L'impératif catégorique*, *O estado de exceção* e o *Homo Sacer*, respectivamente, partindo das reflexões sobre norma e exceção, enquanto zonas cinzentas onde os processos de indistinção são visíveis e complexos, diante da instauração e manutenção de um estado de exceção. E, nesse sentido, refletir sobre os sujeitos/objetos Somália e Ruanda, à luz das comparações realizadas pelos atores políticos e midiáticos estadunidenses, permite compreender como e quanto a exceção e, ao mesmo tempo, a norma necessitam ser produzidas e disseminadas.

Analisar os processos de pós-conflito entre Somália e Ruanda, a partir das comparações feitas pelos atores políticos e midiáticos estadunidenses, é observar como e de que modo a norma e a exceção são (re)produzidas entre os atores envolvidos no tempo-espço. Principalmente no pós-11 de setembro de 2001, enquanto marco temporal, observei como os discursos orientalistas foram operacionalizados, via a lógica equivalência e/ou diferença, assimilação e/ou aniquilação sobre Somália e Ruanda. Estes processos calcados na lógica da equivalência e/ou diferença e/ou assimilação e/ou aniquilação ocorrem quando o referencial produzido está circunscrito aos valores da modernidade (universalismo, liberdade, igualdade, respeito aos Direitos Humanos etc). O discurso teleológico, constitutivo da modernidade, (re)enquadra sujeitos/objetos entre si, e vis-à-vis a outros sujeitos/objetos, também a partir da (re)produção e reiteração das normas e exceções, enquanto mecanismos disciplinares, tendo em vista os regimes de verdade, poder e conhecimento. Nestes processos de (re)afirmação da norma e da exceção, Bigo (2006a; 2006b; 2008) me permite

compreender que também relações de exclusão-inclusão são mobilizadas, mas não através do *panóptico*, mas pelo *ban-óptico*.

O *ban-óptico* é caracterizado pelo excepcionalismo do poder (regras de emergência e suas tendências de se tornar permanentes), pela maneira como exclui certos grupos em nome de seu futuro comportamento potencial (criação de perfil) e como normaliza os não excluídos, através da produção de imperativos normativos. (BIGO, 2006a; 2006b; 2008). Ou seja:

This ban-opticon is deployed at a level that supersedes the nation-state and forces governments to strengthen their collaboration in more or less globalized spaces, both physical and virtual, sometimes global or Westernized, and still more frequently Europeanized. They exceed the frame of representations inscribed within the nation-state, disconnect the direct relations between state and individuals inside and between the external of the nation-state in its relation with other states, as a different universe'. (BIGO, 2006a; 2006b; 2008 grifo meu).

Diante disto, busco ir além nesta tese, ou seja, compreendo que tanto *panóptico*, quanto *ban-óptico* não são capazes de explicar as minhas análises, portanto realizo a fusão entre estes conceitos, o que chamo por *ban-panóptico*. Aqui não são somente os processos de inclusão-exclusão, mas também de exclusão-inclusão, são mobilizados desde a instauração da norma e/ou mesmo exceção e sua manutenção, mobilizadas pelos discursos que foram operacionalizados pelos atores midiáticos e políticos estadunidenses sobre Somália e Ruanda, via as práticas (neo)liberais. De um modo geral, compreendo o *ban-panóptico*, cuja característica é a sua descentralização e deslocalização, a partir de diferentes contextos político-sociais, haja vista que ele pode ocupar diversos espaços como as redes sociais, o jornalismo online e mesmo o jornalismo impresso, sem necessariamente deter um eixo gravitacional como uma torre fixa, onde operam as relações inclusão-exclusão.

Mas também, a partir deste movimento no tempo-espaço, as relações de exclusão-inclusão podem também ser mobilizadas, sobretudo, quando os discursos são (re)produzidos e, principalmente, transferidos aos públicos. Ao transferir para o público, diversas formas de (des)regulação são realizadas, principalmente, no âmbito do discurso. Argumento que as (des)regulações são produzidas por meio do Estado e suas instituições, inclusive no âmbito privado, tendo em vista que podem reiterar os regimes disciplinares (verdade, poder e conhecimento). Diferentemente das visões marxistas que separam as esferas público (regulação) e privada (liberdade), nesta tese entendo que ambas as arenas se retroalimentam cotidianamente, sobretudo, em uma era da globalização, tendo em vista as múltiplas tecnologias da comunicação, informação e seus sistemas de vigilância.

Aqui, os públicos, de acordo com diferentes tipos de gradação e em meios a adversos contextos históricos, produzem suas regulações a partir do enaltecimento do *ban-panóptico* e/ou mesmo quando realizam sua autogestão rotineiramente. Nesse sentido, a liberdade e a segurança, enquanto partes constitutivas destes processos de vigilância via regulação, são faces da mesma

moeda, que o regime (neo)liberal (re)produz via fabricação de determinados discursos, enaltecidos, por sua vez, pelos atores ocidentais, e estes, ao serem operacionalizados de modo comparado, exercem e aplicam os mesmos mecanismos sobre Somália e Ruanda (FOUCAULT, 2017d; 2018; HALL, 1997).

Ao “deterem” o poder *ban-panóptico*, os atores, através da circularidade discursiva, vigiam, controlam e punem quando, e se necessário, o Outro na medida em que certos “objetos” não se adequam às normativas ocidentais, em prol da segurança, do “desenvolvimento” e da “prosperidade”. Reafirmando, portanto, neste caso, que a norma e a exceção, via relações de inclusão-exclusão e de exclusão-inclusão através das (in)seguranças, são (e permanecem) mobilizadas pelos atores políticos e midiático estadunidenses, via a cultura da vigilância. Isto possibilita, que os atores políticos e midiáticos estadunidenses, enquanto representantes da “comunidade internacional”, instituem regimes de verdade e produção no tempo de conhecimento via técnicas disciplinares sobre os cidadãos somalis e ruandeses, de modo comparativo, onde a dialética, e não a estratégia discursiva, são operacionalizadas. Aqui, novamente preciso destacar as práticas coloniais, haja vista que a dialética, como já mencionado em seções anteriores desta tese, busca a homogeneização dos sujeitos/objetos, essencializando as temáticas/questões que foram (re)enquadradas pelos atores políticos e midiáticos, comparativamente por meio dos *gatekeepers*.

Nesse sentido, ressalto que os discursos orientalistas demarcados por políticas de alteridade, ao serem (re)transmitidos pelos *gatekeepers*, permanecem estruturados de acordo com suas subjetividades políticas e jornalísticas a partir de seus valores e visões de mundo. Os gêneros discursivos (drama, comédia etc) ao serem selecionados via política do enquadramento, atuam exclusivamente como uma forma de difundir temas/agendas, por meio da (re)construção de mitos sobre um estado/sociedade durante e mesmo no pós-conflito (BUTLER, 2016; MOULIN, 2016). Nesse sentido, saliento nesta tese a importância de observar uma série de narrativas ocidentais sobre os países/sociedades africanas, neste caso a Somália, que ao serem desestabilizadas e descolonizadas (re)problematizam as “questões” que no transcorrer dos anos, foram naturalizadas, normatizadas e normalizadas pelos discursos políticos e midiáticos estadunidense (CAMPBELL, 1993; 1998a; 1998b; DOTY, 1996).

Os *gatekeepers* políticos e midiáticos, nesta tese, diferentemente do que compreende a literatura *mainstream* (critérios como objetividade, neutralidade e imparcialidade), são entendidos como atores/agentes que (re)produzem subjetividades por meio de práticas pós-coloniais sobre os demais sujeitos/objetos/abjetos ao serem analisados ao longo das narrativas disseminadas (SAID, 1997). Cabe ressaltar que, historicamente do ponto de vista midiático, a teoria do *gatekeeping* surgiu a partir das análises do psicólogo Kurt Lewin (1947, 1951) e dos jornalistas David Manning White e Mr. Gates (1950) que, ao longo de suas pesquisas, questionaram os porquês e como as

informações de um evento fluem das fontes e dos jornalistas para a produção e transmissão de itens de notícias (SHOEMAKER ET al., 2010, p.58; TRAQUINA, 2005).

Para Shoemaker *et al.* (2010, p.58), era necessário compreender como e de que modo as decisões dos jornalistas sobre um evento eram tomadas ou rejeitadas. Ao considerar as perspectivas do campo da comunicação, para a política externa estadunidense, sobretudo a partir dos tomadores de decisão, reflito que as mesmas práticas podem ser também visualizadas no cotidiano desses atores. Porém neste caso, as informações advêm dos *gatekeepers* que estão no local interagindo com o global a partir dos seus relatórios confeccionados. A partir disso, entendo que a política externa estadunidense e o NYT promoveram a colonialidade do saber⁶⁴ durante e após as operações de paz na Somália e Ruanda, principalmente quando estabeleceram comparações de modo a universalizar com outros fatos ocorridos em tempos/espacos específicos e/ou em contextos diferentes.

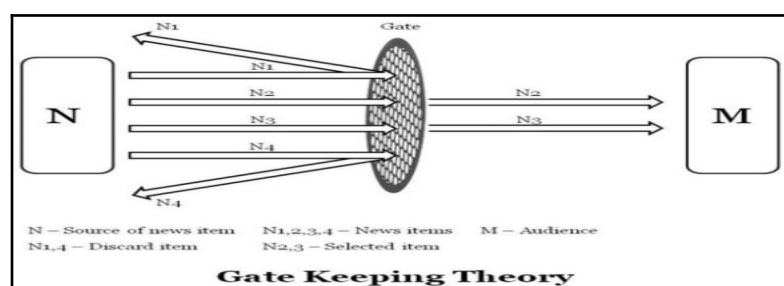


Figura (6): Teoria Clássica do Gatekeeping

Fonte: Nunes (2015)

A imagem supracitada (imagem 6) compreende que os fatos/notícias (N), quando chegam às redações jornalísticas, são selecionados pelos *gatekeepers* (*Gate*, portões) neste sistema de filtragem e serão produzidos e transmitidos em formato de notícia, via matérias e reportagens jornalísticas chegando ao público (M). Porém outros serão descartados. Portanto, há uma relação de exclusão-inclusão e de inclusão-exclusão de certas pautas jornalísticas. Sob a gramática da crise, os *gatekeepers* do NYT e da política externa estadunidense colonizaram o público com suas séries de reportagens televisivas, fazendo com que o espectador ban-panopticamente “exerça” o papel de *gatekeepers*. Ao selecionar e enquadrar os discursos compreendendo-os como coesos, coerentes e verdadeiros, o público – enquanto *gatekeeper* –, cristaliza e, por vezes, dinamiza, de modo sincrônico e diacrônico, no transcorrer do tempo/espaco, um imaginário sobre os somalis e ruandeses. Ainda que o espectador “opere” como *gatekeeper*, sua atuação na visão tradicional da teoria, é tão somente passiva, ou seja, o grande público tão somente reproduz e autêntica as produções políticas e jornalísticas feitas pelos atores políticos e midiáticos estadunidenses sobre Somália e Ruanda no tempo-espaco. Isso não inviabiliza que pequenos grupos deste grande público

⁶⁴ Entendo que a colonialidade do saber está atrelada aos debates/giro decolonial (via Walter Mignolo, mas não somente) que compreendem a problemática epistemológica e epistêmica sobre a diferença colonial e a geopolítica do conhecimento, tendo em vista os valores eurocentristas (BALLESTRIN, 2013; FERNANDEZ, 2019).

resistam, questionando a colonialidade do saber realizada pelos atores/agentes políticos e midiáticos ocidentais. Para a exemplificação desta análise apresento o diagrama abaixo:

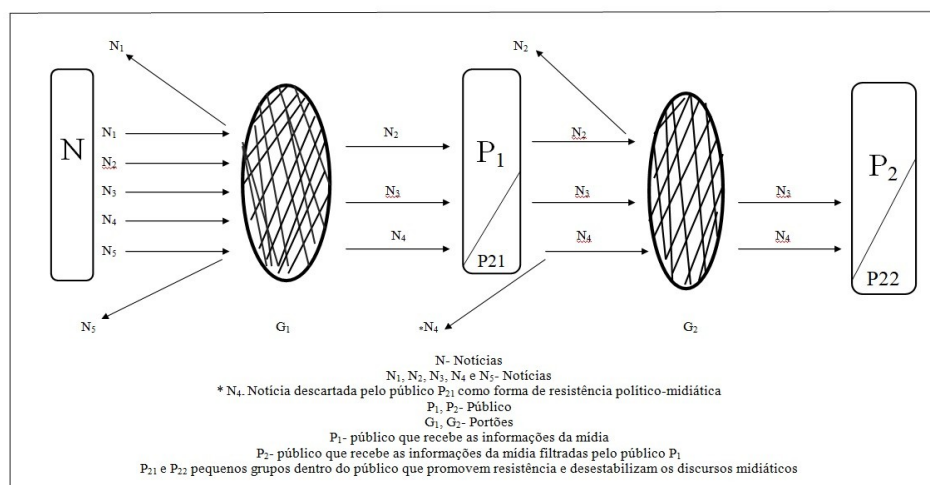


Figura (7): Uma revisão da Teoria do Gatekeeping

Fonte: Elaboração Própria (2020)

A Imagem 7, diferentemente da Imagem 6, aponta que os fatos (N), quando chegam às redações jornalísticas, são selecionados pelos *gatekeepers* (G1). Neste sistema de filtragem (portões), alguns fatos serão produzidos e transmitidos em formato de notícia, via matérias e reportagens jornalísticas, porém outros serão descartados. O público (P1) que recebe estas notícias “atua” como “*gatekeeper*” (G2) selecionando, produzindo e transmitindo para outros públicos (P2) as informações que precederam a mídia. Todavia, há uma parte destes públicos (P21 e P22) que rejeita todas as informações que vieram das mídias e dos públicos (P1 e P2), produzindo resistência midiática.

Aqui, novas possibilidades de seleção, produção e transmissão de notícias podem ser realizadas sob o viés da desestabilização, desconstrução e de(s)colonização discursiva. Podemos visualizar a rejeição das notícias pelo público (P21) quando a notícia (N4) é descartada, ainda que o grande público (P1) mantenha e, portanto, concorde com as “verdades” da notícia (N4) pela mídia. Cabe ressaltar que, de um modo geral, em todas as notícias (N1, N2, N3, N4, N5) existem processos de resistência, na medida em que há relações de poder. Porém, existe uma diferença entre as demais notícias e as notícias N3 e N4 quanto às relações de poder e resistência (FOUCAULT, 1983). Nas demais notícias (N1, N2, N5) ocorre uma maior aceitação dos regimes de verdade, poder e conhecimento, mas isto não as impede de resistir a certos enunciados dos discursos performados pelas mídias e pela política estadunidense que dizem mais sobre si, do que necessariamente sobre o Outro.

III.

O modo diplomático do internacionalismo liberal estadunidense de fazer a guerra e promover a paz: a reiteração colonial sobre a população somali

The scramble for Africa build “Hobbesian picture of a pre-European Africa, in which there was no account of Time; no Arts; no Letters; no Society; and which is worst of all, continued fear, and danger of violent death”; and “the Rousseauian picture of an African golden age of perfect liberty, equality and fraternity” (HODGKIN, 1957; MUDIMBE, 1984).

‘Liberalism’s relation to war appears paradoxical only if one ignores the drivers of the liberal way of rule’ (DILLON; REID, 2009, p.7).

Após a queda do muro de Berlim (1989) e o esfacelamento da URSS (1991), o mundo assistiu as defesas das teses realistas e/ou neoliberais que pretendiam explicar e justificar a política externa estadunidense. A defesa da tese defendida por Francis Fukuyama, intitulada “*Fim da História*”, argumentava que as democracias liberais, ao serem adotadas pelos países do Sul global, sanariam e/ou tenderiam a não adentrar em conflitos. Nesse contexto, observou-se também a universalização da tese do “*Choque de Civilizações*”, de Samuel Huntington, que em um contexto marcado pela globalização defendeu a instauração de um sistema uni-multipolar, de acordo com a divisão e a perpetuação de grupos e/ou civilizações. As civilizações, ao cooperarem entre si, evitariam o conflito e viveriam em harmonia, ainda que impasses - porém em menor escala, pudessem ocorrer.

A Guerra do Golfo (1991) e as crises humanitárias durante a década de 1990 (Somália, Ruanda, Bósnia, Kosovo etc) fizeram com que as teses acima fossem reavaliadas e, por vezes, rechaçadas por diversos representantes da comunidade epistêmica do próprio Ocidente. Principalmente, porque muito dos conflitos não foram solucionados, mesmo aqueles que aderiram aos princípios da Paz Liberal ou Democrática⁶⁵ ou Híbrida. Ao contrário, a década de 90 do século

65 Entende-se por Paz Liberal enquanto uma parte da retórica da política externa. Embora, o liberalismo não é apenas uma retórica das relações externas, mas sim um efeito real. Os fundamentos da Paz Democrática estão nos estudos sobre repúblicas liberais. Entende-se que os estados liberais são diferentes já que buscam a pacificação das relações externas. A base do pensamento da Paz Liberal está fundamentada nos princípios Kantianos da *Paz Perpétua*., embora não se limite ao filósofo prussiano, já que outros autores da teoria da justiça também são evocados como John Rawls – considerado um Neo-Kantiano. Conceitos como ‘federação pacífica’ ou ‘união pacífica’ têm sido estabelecidos pelos estados liberais, que em sua grande maioria estão localizados na Europa e América do Norte. A paz liberal ou democrática não é apenas um artefato típico da bipolaridade da Guerra Fria, ele transcende o próprio período haja visto as práticas de *peacebuilding*, *statebuilding* e *nation-building*. Outro importante legado mobilizado pela literatura é a restrição conferida ao liberalismo como uma teoria e/ou pensamento que somente aborda a questão da paz. De um modo geral, a bibliografia deve-se buscar insistentemente o fim de estados autoritários e/ou totalitários, guerras travadas com o intuito de levar a paz se fazem necessárias haja visto que o liberalismo tem sido a maior alternativa moderna. Para os liberais, existem dois tipos de liberdade: positiva e negativa. A primeira é frequentemente associada a ideia que o liberalismo exige liberdade da autoridade arbitrária, muitas vezes chamada de negativa liberdade, que inclui liberdade de consciência, liberdade de imprensa e de expressão, igualdade perante a lei e o direito de possuir e, portanto, de trocar, propriedade sem medo de apreensão arbitrária. Por outro lado, o liberalismo também exige os direitos necessários para proteger e promover a capacidade

XX, foi considerada auge das crises humanitárias, sobretudo, quando por meio da relação co-constitutiva identidade-diferença, discursos orientalistas promovidos pelos atores estadunidenses, calcados em práticas racistas, disciplinaram e reordenaram a sociedade somali, onde a política da vida e/ou da morte transitam uma sobre a outra. E ao transitarem, permitiram que a valorização e/ou desqualificação da vida e/ou da morte sejam permeadas pelos processos socioculturais, especialmente, quando o Outro era enquadrado como adversário e/ou inimigo à luz do *self* estadunidense.

Portanto, este capítulo tem como objetivo **refletir** sobre os discursos orientalistas, perpetrados pelo Ocidente sobre a Somália já que ratificaram o modelo neoliberal, defende a paz, mas mantém a guerra, a partir da cultura da indiferença. Em nome da ‘salvação’, enquanto proteção, durante a guerra civil, as operações na Somália (1991-1995), reproduziram a política da violência tendo em vista as diversas atrocidades que foram realizadas sobre a sociedade somali. Naquele contexto, a comunidade internacional operacionalizou discursos em defesa da vida, diante da problemática da fome. A partir da representação da fome, circunscrita a uma concepção moderna, o Ocidente normatizou via os seus *experts*, discursos tecnocráticos que por meio da paz e do desenvolvimento estabeleceriam as ‘soluções’ para a Somália. Para tanto, precisei revisitar o passado colonial somali, a partir das gestões realizadas pela Europa, sobretudo, a Itália, que por décadas durante e após o nazifascismo manteve suas ações econômico-políticas através do sistema de tutela.

Diante disso, destaco que este capítulo foi dividido em quatro seções: Em um primeiro momento o capítulo versa sobre o que eu intitulo como modernidade italiana I: colonização, nacionalismo e o problema da diferença sobre as colônias africanas; em seguida abordo Os discursos estadunidenses na Guerra Fria: ambiguidades das práticas coloniais nas relações entre Somália e Etiópia. Na terceira seção argumento que ‘em defesa da sociedade somali’: a intervenção e a soberania enquanto uma forma de ‘proteção’ nas operações de paz foram legitimadas. Na penúltima seção, o capítulo versa sobre as ações necro-biogeopolíticas estadunidenses: o modo liberal de produzir a ‘ajuda’ humanitária e militar na Somália. Por fim, o capítulo argumenta que o discurso da estratificação racial a partir da reprodução do *self* estadunidense funcionou como uma forma de ‘reconstrução e a reconciliação’ somali.

e oportunidade de liberdade, as chamadas ‘liberdades positivas’. Essas ideias são mobilizadas, principalmente, porque o liberalismo possui dois grandes corolários: Em primeiro lugar, os cidadãos possuem igualdade jurídica e outros aspectos cívicos fundamentais direitos, como liberdade de religião e expressão. Em segundo lugar, os soberanos efetivos do estado são legislaturas representativas derivando sua autoridade do consentimento do eleitorado e exercendo sua autoridade livre de qualquer restrição, exceto a exigência de que os direitos cívicos básicos sejam preservados. (DOYLE, 2012, pp.1-4).

3.1

Modernidade italiana I: colonização, nacionalismo e o problema da diferença sobre as colônias africanas

Esta seção tem como principal objetivo refletir sobre as ambiguidades que envolvem as histórias da sociedade somali, contadas pelo Ocidente, durante os processos de colonização europeia, em especial a italiana (1885). A Itália se tornou um dos principais países europeus, que durante os séculos XIX e XX, buscou por meio de suas práticas coloniais, estabelecer via a modernidade, circunscrita ao liberalismo, formas de gestão, controle e monitoramento sobre o território da Somália em especial durante o fascismo que pode ser resumido *‘fascism, accordingly, was defined as a “spiritual revolution” that, unlike socialism or communism, would improve the moral as well as material climate of Europe’* (BEN-GHIAT, 2001, p.8).

Historicamente, a Itália desde 1885 colonizou a Somália - circunscrita à região do Chifre Africano, porém contrariamente a outros países europeus, cuja influência ocorria e/ou se manifestava por meio dos estados, o país se utilizou de suas empresas como um forma de (re)produzir sua influência e seu projeto colonial na região. Naquela época as empresas italianas (Companhia Filonardi e a Companhia Benadir), administraram a Somália, especialmente, diante de um contexto político-econômico disputado pelo continente europeu. Cabe ressaltar que a gestão das empresas italianas não ocorreu via iniciativa privada, mas de cunho público, estimuladas pela Conferência Berlim (1885), embora suas ações tenham ocorrido anterior à conferência, através do esquiteamento das Áfricas (TRIPODI, 1999). Argumento que foi diante desta conjuntura, que a Europa esquitejou as Áfricas, a fim de fazer com que sua hegemonia e o sistema colonial se tornassem a normativa por meio de classificação, hierarquização, exclusão e silenciamento do Outro, a partir de suas autoetnobiografias. Mediante a política da identidade/diferença traduzidas pelos discursos Orientalismo, via a assimilação/aniquilação e/ou lógicas da equivalência/diferença sobre o Outro.

É importante destacar que as disputas pela Somália ocorreram para além da influência italiana, países como França e Inglaterra também competiam por estas regiões, como uma forma de produzir no imaginário internacional, a sua influência e preponderância nos continentes, especialmente, nas Áfricas. Além disso, os países europeus pretendiam realçar os pactos coloniais estabelecendo suas hegemonias, de modo que a Somália precisava ser dividida em cinco regiões: Djibouti (franco-etíope), protetorado britânico Somalilândia⁶⁶ - capital Hargesia, Somália (Itália) -

66 No que concerne à história da Somalilândia, a Grã-Bretanha enquanto potência reivindicou duas áreas do território somali: uma pela costa norte e outra no interior da área ao lado do Golfo de Aden habitado por pastores somalis. Ambas regiões haviam se tornado de um lado a Somalilândia Britânica e a área ocidental recebeu o nome de Jubba Rive. A Somalilândia foi considerada durante décadas a 'Cinderela do Império' da Grã-Bretanha, com o transcorrer dos anos, o Protetorado da Somalilândia Britânica foi reinstaurado, de modo que os italianos voltaram em 1950 para administrar sua ex-colônia da Somália por um período de dez anos sob a tutela da ONU. A Somalilândia

capital Mogadíscio, outros somalis influenciados pela bandeira britânica no norte do Quênia e a quinta divisão com a região de Ogaden (Dire Dawa) (LEWIS, 2008, p.41). Aqui cabe dizer também, que ao refletir sobre a história da Somália e, neste caso a Somalilândia, é possível considerar que houve diferentes atuações do colonialismo nas diferentes regiões, como a região de Jubba River, tendo em vista o histórico da população de Gosha. Besteman (1999, p.8) enquanto uma antropóloga, ao estudar a população de Gosha, observou o nível de dominação, resistência e subjugação que a sociedade vivenciou ao longo de sua história, principalmente, quando acessou a história dos ‘escravos’ Bantus – grupos marginalizados.

A realidade da população Gosha teve como principal característica histórica, a intersecção entre as hierarquias raciais, estratificação de classe, o sistema de uma Somália hegemônica e a política de Estado que (re)produziram uma complexidade a parte, na medida em que promoveu tensões entre os múltiplos atores envolvidos (BESTEMAN, 1999, p.8). Historicamente, durante a era imperial no século XIX, Grã-Bretanha, Itália, França e Etiópia subdividiram o território habitado por pessoas somalis, autoidentificadas como membros de uma genealogia somali, traçada a partir de uma comum ancestralidade, embora alguns grupos tenham sido excluídos como os Bantus. Analisar, portanto, a realidade da população Gosha, é refletir sobre o processo de *nation-building* e a dissolução da Somália, mediante as lutas políticas que perpassam por questões identitárias, classe e o estado. Como salientou Besteman (1999, p.23) *‘the Jubba valley was a place where the hierarchies of state and empire, the stratification produced by unequal power, and the creative logic of capitalism have claimed central stage’*. Portanto, a forma com que a Somália e, também neste caso, a Somalilândia foram enquadrados pela literatura, tendem a tratar a sociedade somali como *‘an egalitarian and ethically homogeneous population of nomadic pastoralism who shared an overarching genealogical system and a common language, culture and religion’* (BESTEMAN, 1999, pp.3-4).

Outro fato importante quanto à Somália é a composição de sua sociedade formada por múltiplos clãs⁶⁷ e subclãs que habitam há séculos as regiões do país. De um modo geral, há cinco grandes grupos que são destacados na Somália são eles: Hawiye, Dir, Darod, Issaq, Rahanweyn. Dentre os clãs acima citados, sublinha-se os Issaq e os Darod haja vista que historicamente disputaram não apenas a Somália, a Somalilândia, bem como a região de Puntland⁶⁸. Embora,

somente conquistou sua independência em 1991. (LEWIS, 2008; BESTEMAN, 1999; FERNANDEZ, 2009).

67 Na Somália, os clãs e subclãs tem como composição sociocultural, a formação a partir da linhagem patrilinear tendo como ancestral masculino comum que viveu nos séculos X ou XI. Ainda que sejam as principais unidades sociais, os atores não baseados em laços étnicos, religiosos, nacionais, de classe ou políticos. No país, os clãs e subclãs compartilham a mesma religião, idioma e a ancestralidade étnica (BESTEMAN, 1999; MARUF; JOSEPH, 2018)

68 Puntland é uma região que está localizada no nordeste da Somália. Puntland é um estado-membro da Somália, embora tenha conseguido sua autonomia em 1998. Puntland tem como capital a cidade de Gaoowee – região de Nugal. Puntland faz fronteira com a Somalilândia e Etiópia. (LEWIS, 2008).

somente em 1991, segundo a literatura convencional, os conflitos foram intensificados entre os clãs. No caso de Puntland, enquanto um estado-membro da Somália, composto em sua maioria por líderes do clã Mijerteyn Darod, ao longo de décadas não buscou almejar o *status* político que possui a Somalilândia frente a Somália, buscando evitar possíveis conflitos com a Somália. Embora, seja preciso salientar que a Somalilândia não possui o reconhecimento formal da comunidade internacional, enquanto um país. Ao contrário tem sido alvo de disputas tanto pelo Reino Unido, bem como pelos EUA, como uma forma de maior inserção na região. Algo semelhante ocorre com Puntland, já que alguns representantes da comunidade internacional entendem que existe uma limitada ou falta de instituições modernas formais que possuam governança. (LEWIS, 2008, p.97-99).

Dito isto, retomo o processo de colonização da Somália, a partir de Fernandez (2009, pp.128-129) e Fuller (2007, pp.65-67) quando apontam que durante o processo de colonização somali, a Itália detinha uma outra forma de compreensão sobre a Modernização e que, portanto, diferenciava-na de outras perspectivas europeias. Ou seja, a Itália diante de um contexto marcado por um processo de unificação tardia, fez com que sua expansão e corrida imperialista, tivesse que passar por alguns processos de adaptação, vis-à-vis a outros países europeus. Isto é, *“their modernity inescapably had to stand on a certain re-historicization of Italy, its re-insertion into world history on terms in which it could recognize itself”* (FULLER, 2007, p.62). Os autores acima argumentaram que a Itália mesmo após o seu processo de unificação, o país continuava dividido entre a região do Norte - caracterizada pelo desenvolvimento e prosperidade, enquanto que a região do Sul era vista como atrasada/primitiva/nativa. É importante destacar que a forma com que a Itália se autosegregou, fez com que o país se tornasse um espelho para as suas respectivas colônias africanas, especialmente, quanto ao modo com que administrou esses espaços (BEN-GHIAT; FULLER, 2007).

Comparando em certo sentido à situação vivenciada pela Itália, os EUA, durante os períodos de expansão territorial, à luz do Destino Manifesto (1845), traduzido a partir do discurso político do jornalista e político estadunidense John O’Sullivan, quando destacou que os EUA precisam conquistar o Oeste. Posteriormente, durante a guerra civil estadunidense (1861-1865), na chamada Guerra de Secessão, observa-se que semelhante prática discriminatória sobre as populações negras, era também realizada no território estadunidense, entre as regiões do Norte e o Sul. Ou seja, alguns territórios eram reconhecidos como desenvolvidos e prósperos (Norte), enquanto que outros (Sul) eram vistos como símbolo do atraso, da produção de monocultura (algodão) e da manutenção de uma sociedade escravista. A atuação política estadunidense com tendências imperiais, à luz da Doutrina Monroe (1823), convivia com a exploração da mão-de-obra negra em seu próprio

território, com fortes paralelos diante da posição da mão-de-obra colonial em regimes europeus. (HARDT; NEGRI, 2000, p.196).

Segundo Hardt e Negri (2000, p.190), os EUA vivenciaram uma contradição na sua própria formação e expansão territorial inerente à sua soberania, pois ao mesmo tempo em que os fundadores da constituição estadunidense enalteciam a liberdade, os nativos (indígenas) não eram incluídos. Contrariamente aos indígenas, a população afro-americana (oriundas dos tráficos de escravos no Atlântico e Pacífico Negro) foi incluída na Constituição, ainda que não estivesse em pé de igualdade frente aos brancos de origem europeia. Com a gestão de Theodore Roosevelt, os Estados Unidos influenciados pelas visões europeias, compreendia que a ideia de civilização tornava-se fundamental para que o país justificasse suas conquistas e dominações imperialistas. Além disso, cabe ressaltar que durante o governo de Roosevelt, os Estados Unidos assumiram o papel de protetores ao invocarem um poder de ‘polícia internacional’. (HARDT; NEGRI, 2000, pp.193-194). Durante a Guerra Fria, os Estados Unidos possuíram uma ambígua imagem: por um lado destacava-se a imagem de protetor; por outro lado a imagem estadunidense continha a ideia de dominador. (HARDT; NEGRI, 2000, p.196).

Diante disso, a política ianque tornou-se do ponto de vista de Hardt e Negri (2000, p.196) possuem ‘*uma forte tradição de imperialismo com roupagem antiimperialista*’ já que atuam como uma polícia internacional sobre o resto mundo. A experiência colonialista dos EUA pode ser traduzida, a partir do caso das Filipinas, durante a gestão de Roosevelt, quando houve a defesa de um discurso pró-libertação, onde os EUA teriam por missão, libertar aqueles que viviam aprisionados nas cadeias. Doty (1996, p.28) ao reler sobre o caso filipino e o processo colonial estadunidense apontou que ‘*The United States encountered the Philippines in an overall atmosphere of domestic decline that threatened to call into question the "American exceptionalism" that differentiated the United States from European powers*’.

Paul Kahn (2004) ao reler a história do processo colonial estadunidense, de acordo com uma breve reflexão que envolve a genealogia do neoliberalismo, sublinha que as colônias eram de domínio privado e o homem privado é um “novo homem”. Isso significa dizer que, segundo os colonos da época, o novo homem, simultaneamente religioso e empreiteiro econômico. Isto é, “*the early American experience occurs just at the point of emergence of the bourgeois world. It captures, in substantial part, the ambiguities of that world: one in which religion, politics, and civil society compete against each other to define the meaning of the individual’s life*. Portanto, as colônias estadunidenses eram *equally religious and financial ventures. Already, early Americans did not know whether their freedom from the state was the freedom to pursue religious truth or economic well-bein*”. (KAHN, 2004, pp.95-96).

Isto posto, importa recuperar a discussão sobre a colonização italiana e a relação desenvolvida com suas colônias, segundo a temporalização da diferença, em meio a temporalização da equivalência, que fora reproduzida e por sua vez disseminada pela Itália, sobre suas colônias, teve como principal característica a reiteração de hierarquias, tendo em vista a segregação com a unificação italiana entre o Norte e o Sul vivenciava rotineiramente. No caso da Líbia, uma das colônias italianas, considerada a principal Cinderela⁶⁹, o modelo de colonização e desenho arquitetônico das suas cidades tinham como estrutura sua aproximação geográfica através do Mediterrâneo, e por ter semelhanças equiparadas ao Norte da Itália - este visto como desenvolvido, próspero e moderno. Aqui uma geografia imaginativa⁷⁰ era produzida a fim de naturalizar, normatizar e normalizar os discursos orientalistas, reproduzidos pela Itália sobre a região, através da lógica colonial. (SAID, 1997; 2003; FULLER, 2007; FERNANDEZ, 2009).

No que concerne às regiões da África Oriental, outras formas de produção e reafirmação da diferença foram perpetradas durante o processo colonial como Eritreia, Somália e Etiópia. Historicamente, pondero que os países já eram comparados pela Itália, Eritreia e Somália eram apresentadas em uma condição de superioridade frente a Etiópia. Já entre Eritreia e Somália, a primeira enquadrada como uma moderna nação, enquanto que a última era vista como a ‘Cinderela’ africana. Cabe ressaltar por sua vez que os três países africanos eram equiparados ao Sul da Itália, ou seja, considerados como primitivos/inferiores e menos desenvolvidos. (BEN-GHIAT, 2001; FULLER, 2007; FERNANDEZ, 2009). Nesse sentido, tanto a Eritreia, bem como a Somália e a Etiópia, eram vistos como países que estariam na condição de crianças, necessitando crescer e se desenvolver até alcançar a fase adulta – traduzida como forte e branca e, portanto, menos negra, como a Líbia, e, portanto, mais próxima do norte italiano.

In comparison to Somalia and Libya, the new Fascist regime had less immediate effect on Eritrea and the Dodecanese. Both were stable, with governments that were mostly focused on developing infrastructures, commerce, and trade. Rather than moving to increase control over local populations, the Eritrean government created a new land law in 1926, allowing Italians large concessions of land in the lowlands, but protecting the highlands for Eritrean agriculturalists’ (FULLER, 2007, p.42 grifo meu).

A afirmação citada acima pode ser traduzida por meio dos espelhos côncavos e convexos que necessariamente não estão apartados, ao contrário permanecem sendo co-constitutivos. Na Física, a ótica aponta que há ao menos três tipos de espelhos: reto, côncavo e o convexo, porém aqui somente focarei no côncavo. A escolha pelo côncavo se deu porque o mesmo tem como

69 Metáfora promovida pela Itália enquanto uma forma de hierarquia e promoção da desigualdade entre suas colônias à luz dos contos de fadas escritos e adaptados pelos atores ocidentais.

70 Entende-se por geografia imaginativa uma forma de (re)produção discursiva que pretende orientalizar via a lógica ocidental, as regiões dos continentes africanos e asiáticos por meio de representações, calcadas na disseminação de estereótipos no tempo-espaço (SAID, 2003, pp.60-61).

característica um espelho esférico, que possui diversos formatos cujas ampliações são bem específicas tendo em vista a posição ou localização do objeto. Esses espelhos contêm em sua parte interna o desenho de uma calota esférica possibilitando que os raios, ao incidirem nesta superfície, sobretudo, entre o vórtice e o foco, detenham a capacidade de refratar, e ao realizar tal procedimento, semioticamente, produz algumas imagens. (NUSSENZVEIG, 1998).

Cada imagem gerada possui uma determinada característica que se diferencia das demais. Dentre as imagens refletidas pelo espelho côncavo, destaca-se aquela que detém um maior tamanho, haja visto que reafirma nossa tese de que as colônias próximas ao mediterrâneo, como Líbia e Ilhas Dalmácia, permitem uma equiparação com a Itália do Norte. A amplitude traduzida a partir da imagem refletida (I) evoca a imagem de grandeza, prosperidade e desenvolvimento.

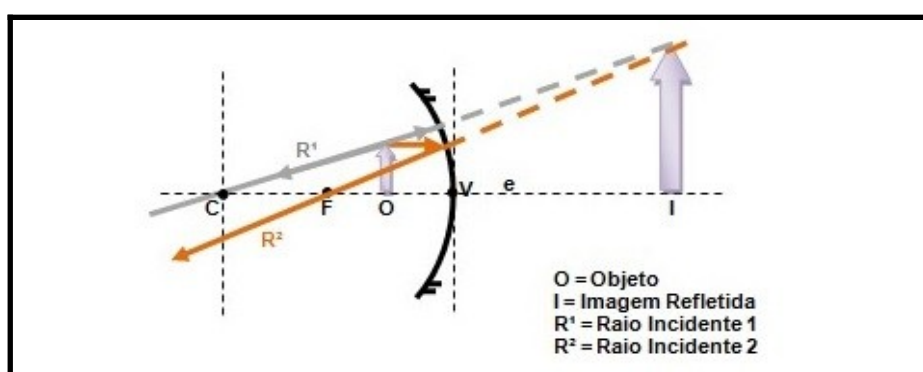


Figura (8): Espelhos Côncavos por meio da (re)produção da Diferença via a Equivalência entre as colônias italianas do Norte e a(s) Itália(s)

Fonte: Elaboração Própria (2021) a partir de Nussenzveig (1998)

Outra peculiaridade do espelho côncavo é a confecção de uma imagem, que ao ser refletida, tem como característica principal a produção semiótica de uma imagem menor quando comparada à imagem anterior. Isto é, a amplitude imagética traduzida a partir do seu pequeno tamanho evoca a ideia de inferioridade e/ou menos desenvolvimento, algo típico da gestão italiana. A imagem refletida em um menor tamanho/amplitude traduz para si e para o outro que as colônias do leste africano estariam em temporalidades diferentes. Ou seja, dois tempos são operacionalizados pela metrópole, um tempo representado pela ideia de futurismo e um outro tempo a-histórico (JAHN, 1999; KOSELLECK, 2007; FERNANDEZ, 2009). O tempo da metrópole está associado ao discurso teleológico, progressista e desenvolvimentista, onde não há finitude e ao ser deslocado para as colônias do leste africano, atua como uma forma de reafirmar o atraso e o primitivismo que se encontra a região e ao mesmo tempo, evidencia a solução com a qual você se pode se tornar. (JAHN, 1999; FULLER, 2007; FERNANDEZ, 2009).

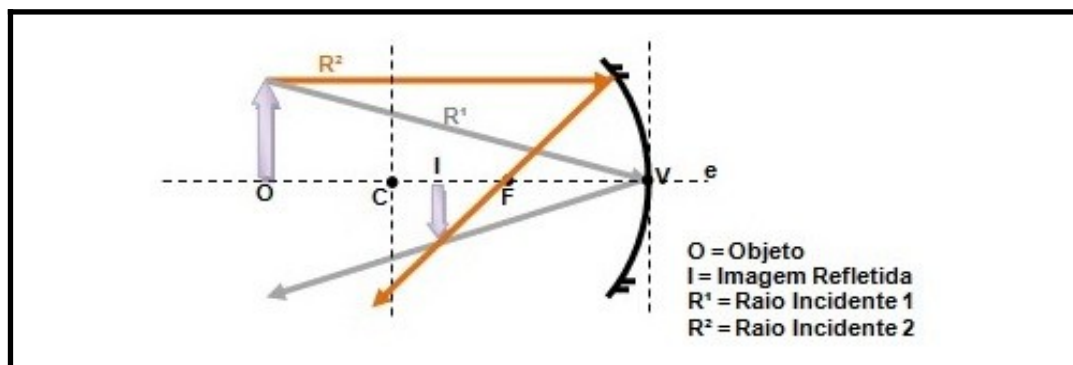


Figura (9): Espelhos Côncavos por meio da (re)produção da Diferença via a Equivalência entre as colônias italianas do Sul e a(s) Itália(s)

Fonte: Elaboração Própria (2021) a partir de Nussenzveig (1998)

Por fim, defendo nesta tese uma terceira imagem, que é resultado da sobreposição ou acoplamento das duas imagens anteriores. Esta sobreposição, por sua vez, reafirma a temporalização da diferença, em meio a temporalização da equivalência, exemplificadas a partir da seguinte perspectiva: 1) A hierarquização entre as colônias do Norte (Líbia e Ilhas Dalmácia) sobre as colônias do Sul (Eritreia, Etiópia e Somália) a partir das divisões políticas na Itália; 2) Há também uma outra imagem que resulta da hierarquização e sobreposição entre as colônias do Leste Africano. Primeiro viria a Eritreia, em seguida a Somália e por fim a Etiópia. A Somália estaria no *between* caracterizado pela ambiguidade, ou seja, não detém a condição da Eritreia, tampouco está associada a Etiópia.

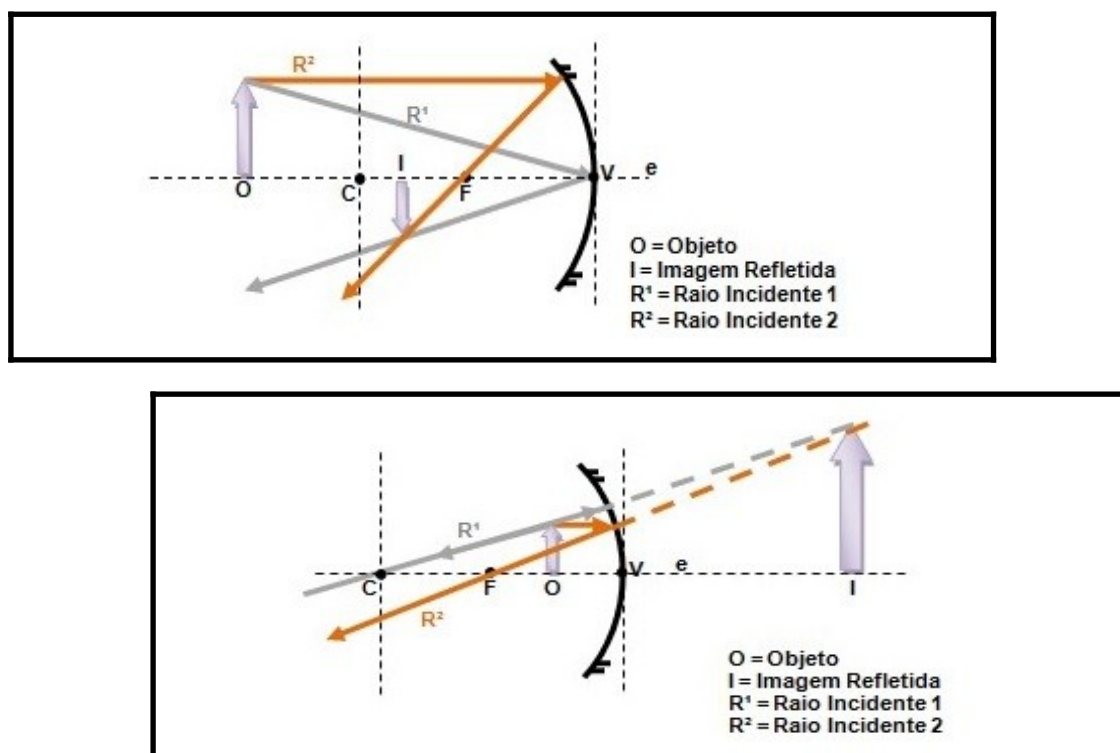


Figura (10): Sobreposição dos Espelhos Côncavos por meio da (re)produção da Diferença via a Equivalência entre as colônias italianas e a(s) Itália(s)

Fonte: Elaboração Própria (2021) a partir de Nussenzveig (1998)

Argumento também que os processos de diferenciação e/ou equivalência, assimilação e/ou aniquilação, traduzidas nas imagens supracitadas via a metáfora dos espelhos, só se tornaram possíveis, tendo em vista os sistemas de governamentalidade já que através de suas ações, foi possível a descentralização e deslocamentos dos seus respectivos discursos via os *gatekeepers* políticos e midiáticos, tendo em vista os mecanismos de vigilância. Entendo por governamentalidade, à luz das reflexões foucaultianas, que segundo Zanotti (2005, p.2) deve ser compreendida segundo duas perspectivas que transitam entre o ontológico e epistemológico: de um lado existe uma reflexão heurística que explora as modalidades dos governos locais e do internacional ressaltando seus efeitos e em quais contextos estão sendo implementados; uma segunda perspectiva advém de uma noção que enfatiza a descrição ao sublinhar as opressões advindas do liberalismo internacional, por meio de análises práticas de governos e resistências. Mediante essas observações, Zanotti (2005) e Bleiker (2003) compreendem que reler a governamentalidade, é considerar a teoria do poder não como algo instável e/ou limitada a uma concepção meramente metodológica ou descritiva. Ao contrário reler sobre a governamentalidade é considerar as muitas, diferentes e híbridas dinâmicas de poder, especialmente, quando:

Governmentality as a heuristic focuses on performing complex diagnostics of events. It invites historically situated explorations and careful differentiations rather than overarching demonizations of “power,” romanticizations of the “rebel” or the “the local.” More broadly, theoretical formulations that conceive the subject in non-substantialist terms and focus on processes of subjectification, on the ambiguity of power discourses, and on hybridization as the terrain for political transformation, open ways for reconsidering political agency beyond the dichotomy of oppression/rebellion. (ZANOTTI, 2005, p.13 grifo meu).

Com base nisso, retomo as práticas de governo reafirmadas pela Itália, por meio dos seus *gatekeepers*, quando friso que todo e qualquer ator da política internacional, detém uma visão de mundo, trazendo consigo, portanto, suas respectivas subjetividades. Robert Cox (1986, p.87) embora não aborde sobre o papel dos *gatekeepers*, propriamente dito, destaca em seu artigo *Social Forces, States and World Orders* como os diversos atores estão repletos de concepções teóricas que são sempre feitas por alguém, e sempre se destinam a algo. Portanto, como afirmará Cox (1986, p.87), *all theories have a perspective. perspectives derive from a position in time and space, specifically social and political time and space*. Em vista disso, o principal objetivo dos atores políticos italianos era reproduzir técnicas de exclusão-inclusão e vice-versa através da comparação entre as colônias africanas e *self* europeu, segundo as lógicas da assimilação e/ou aniquilação. E, ao fazer isso, o policiamento dos corpos africanos ocorriam enquanto uma forma política, onde complexas formas de racialização foram disseminadas ao longo de décadas sobre as colônias italianas. Inclusive atesto que os racismos foram com o transcorrer dos anos, sendo rearticulados e readequados diante de determinadas conjunturas econômicas políticas, e por meio das inovações tecnológicas.

Isto posto, a fim de refletir sobre a Somália, faz-se necessário compreender também os *modus operandi* com que os discursos nacionalistas italianos foram produzidos e disseminados, antes e durante o fascismo sobre as colônias enquanto uma forma de governamentalidade, *ban-panóptica*. De acordo com Gentile (2003) e Fernandez (2009), os discursos nacionalistas italianos tiveram duas grandes características: 1) o nacionalismo liberal que visava unificar a Itália; 2) o nacionalismo totalitário que apontava para uma única forma de construir uma nova civilização, através das disseminações racistas (arianização e antisemitismo), sobretudo, em 1938 com a instauração das leis raciais. Esse novo modelo pretendia superar os desafios da modernidade, para tanto seria necessário destruir as tendências perversas da nação. Era preciso, portanto, nesse contexto, ‘*introduzir uma distinção entre “modernidade sadia” propagada pelo fascismo a qual se propunha a salvar a civilização ocidental das degenerações ocasionadas pela industrialização, pelo mecanicismo e pelo urbanismo, e a “modernidade perversa” derivada dos valores*’. (GENTILLE, 2003; DE DONNO, 2006; DE DONNO; SRIVASTAVA, 2006; FERNANDEZ, 2009).

A situação observada acima na Itália, produziu impasses, complexificando sua relação com a Somália (1923) e mesmo a Etiópia (1935) durante o seu processo de colonização e sua retomada via o sistema de tutela durante a Guerra Fria. No caso da Etiópia, durante o período nazifascista, a disseminação do sistema colonial no país foi caracterizada por múltiplos impasses, especialmente, quando a Itália saiu derrotada da batalha de Adwa (1896). Os italianos, então governados por Mussolini, utilizaram-se do revanchismo, a fim de demonstrar para a comunidade internacional, a grandeza e a força que detinha a Itália, invadindo, portanto, a Etiópia. (TRIPODI, 1999, p.25; FERNANDEZ, 2009, p.143). Ben-Giati (2001, p.123) sintetiza esse processo ao atestar que *‘celebrated as a triumph of collective action that would free Italy from the “prison” of the Versailles treaty, the colonial enterprise provided putative proof that Mussolini had transformed Italians from spectators to agents of historical change’*.

Além disso, na visão da autora com o advento do fascismo, o mesmo representou para determinados segmentos das elites italianas, uma forma de fazer com que a Itália se projetasse internacionalmente e ao mesmo tempo, possibilitava a construção de uma cultura nacional, por meio da ficção (filmes, literatura etc) e da estética diante da (re)produção de imagens/imaginários sobre a Itália como formas de cooptação das massas. Ou seja, em todo o período liberal, o consumo italiano da cultura estrangeira, tanto popular quanto de elite, estava entre os mais altos da Europa. Os fascistas conquistaram seguidores com a promessa de reverter essa situação de ‘culto ao estrangeiro’, passando a criar uma cultura nacional que seria bem recebida no exterior. (BEN-GIATI, 2001, p.123).

Portanto, ainda que a Etiópia não seja meu foco de análise e reflexão nesta tese, a destaco tendo em vista que o país voltará, em outro momento a ser abordado nesta tese, especialmente, diante dos conflitos que varreram a nação vis-à-vis a Somália tendo em vista a disputa pela região de Ogaden. Durante a Guerra Fria, realizei uma releitura sobre as práticas coloniais produzidas pelo Ocidente, mesmo após os processos de descolonização afro-asiática sobre Somália e Etiópia. Aqui tanto a Itália, como as superpotências como EUA e URSS, como apontarei nas seções subsequentes, utilizaram-se deste contexto político, a fim de ratificar os discursos orientalistas calcados nas relações de alteridade sobre a Somália.

3.1.1

Modernidade italiana II: fascismo, colonização e a naturalização dos racismos na Somália

As primeiras três décadas do século XX, foram marcadas pela queda de Adis Abeba, Mussolini proclamou o novo Império Italiano (1936) onde diversas regiões foram anexadas como Eritreia, Somália e Etiópia, formando, portanto, a “*África Orientale Italiana*” (AOI). É importante destacar, contudo que desde 1923, durante o início do fascismo italiano, a Somália já havia sido

administrada pelo então governador Cesare Maria, cujo modelo de gestão estabelecido, teve como espelho, as dinâmicas exercidas no Sul italiano - este como já mencionado na seção anterior desta tese, era visto como uma região primitiva (FERNANDEZ, apud HESS, 2009, p.158). Fernandez (2009, p.146) sublinha que no período fascista, *a diferença identificada, sobretudo, no Sul italiano, foi arremessada para fora das fronteiras nacionais por meio da criação de um “Outro” racialmente inferior no espaço colonial*. Já para Lucia Re (2010), na época o conceito de “razza” mobilizado pela Itália no começo do século XX visava a forjar uma identidade imaginária de caráter essencial’. Segundo Ben-Ghiat (2001, p.4) no âmbito da Itália, o regime fascista tinha como característica parecer menos uma mistura incoerente de impulsos modernos e antimodernos, do que necessariamente um ambicioso plano totalitário, para refazer a Itália e os italianos, a serviço de uma visão utópica de hegemonia internacional.

Conforme vimos, até 1936, o discurso racista italiano dominante não pregava a separação entre as “raças”, mas, antes, visava, sobretudo, ao aprimoramento racial por meio de uma unidade étnica harmoniosa e do estabelecimento de laços espirituais entre colonizadores e colonizados (ver De Donno, 2006). A partir de 1936, uma nova dinâmica racial separatista foi empregada no contexto imperial informada pelo discurso da superioridade da “raça ariana” (FERNANDEZ, 2009, pp.150-151 grifo meu).

Ben-Ghiat (2001) diz por sua vez que a experiência africana, à luz do fascismo italiano, produziu um ‘novo tipo ser humano’ cuja dureza e disciplina faz com que a hegemonia branca se perpetue, tendo a invasão da Etiópia como um marco deste processo racial, embora não se limite a este país. Segundo Fernandez (2009, pp.173-175) e Ben-Ghiat (2001, pp.2-3) o modelo de gestão italiana nas colônias africanas, durante o contexto da II Guerra Mundial, tinha como principal objetivo, a disseminação de práticas coloniais, a partir de dois tipos de racismos: o racismo biológico e racismo cultural. Segundo Étienne Balibar (2008) em seu texto ‘*Racism Revisited: Sources, Relevance, and Aporias of a Modern Concept*’ entende o racismo biológico como uma prática discriminatória que visava segregar pessoas/grupos em dois eixos: de um lado os primitivos ou menos desenvolvidos; e do outro lado, haviam os modernos, aqueles que conseguiram prosperar na medida em que detinham algum grau de civilização. O racismo biológico esteve sob a primazia do determinismo biológico, especialmente o darwiniano ou pseudo-darwiniano forma de determinismo evolutivo, mas não suprimiu a possibilidade de se referir a *bio* tendo em vista as pré-condições lógicas para a representação de raças. Especialmente, quando essa representação permaneceu associada a aspectos cognitivos e emocionais. (BALIBAR, 2008, p.1635). Com o passar dos anos nos múltiplos campos de conhecimento, houve uma evolução do entendimento do racismo no paradigma antropológico mediante a construção e talvez hegemonia de um conceito de racismo cultural ou racismo diferencial. Isto é, a partir de questões simbólicas e sociais promoveu-se sistemas de exclusão de modo que a discriminação institucional foi promovida em sociedades

pós-coloniais (BALIBAR, 2008, p.1631). Por isso, que alguns analistas como Ben-Ghiat (2001, pp.2-3) atestam que no caso da Itália e suas colônias africanas, o racismo cultural que atuou subjacente ao racismo biológico. Historicamente, a tradução destas dinâmicas foi exposta de modo formal por meio do regime tutelar, instrumentalizado inicialmente pela Liga das Nações (1919) e posteriormente pela ONU (1945) via a Carta de São Francisco, por meio do artigo 22:

Art.22. Os princípios seguintes aplicam-se às colônias e territórios que, em consequência da guerra, cessaram de estar sob a soberania dos Estados que precedentemente os governavam e são habitados por povos ainda incapazes de se dirigirem por si próprios nas condições particularmente difíceis do mundo moderno. O bem-estar e o desenvolvimento desses povos formam uma missão sagrada de civilização, e convém incorporar no presente Pacto garantias para o cumprimento dessa missão. O melhor método de realizar praticamente esse princípio é confiar a tutela desses povos às nações desenvolvidas que, em razão de seus recursos, de sua experiência ou de sua posição geográfica, estão em situação de bem assumir essa responsabilidade e que consistam em aceitá-la: elas exerceriam a tutela na qualidade de mandatários e em nome da Sociedade. (...) O grau de desenvolvimento em que se encontram outros povos, especialmente os da África Central, exige que o mandatário assuma o governo do território em condições que, com a proibição de abusos, tais como o tráfico de escravos, o comércio de armas e álcool, garantam a liberdade de consciência e de religião, sem outras restrições, além das que pode impor a manutenção da ordem pública e dos bons costumes, e a interdição de estabelecer fortificações, bases militares ou navais e de dar aos indígenas instrução militar, a não ser para a polícia ou a defesa do território, e assegurem aos outros membros da Sociedade, condições de igualdade para trocas e comércio. (ONU, 1919 grifo meu)⁷¹.

Com a ascensão de Mussolini na Itália, não culminou com a instauração de um racismo biológico, destacou-se durante o contexto do governo fascista, prevaleu o racismo cultural. O racismo biológico, por sua vez, associado ao racismo cultural, somente foi operacionalizado, com a normatização da lei marcial, que não apenas se aplicou aos judeus. Ou seja, tornou-se a norma já que foi reiterada nas demais colônias, como na Líbia (1912). A Itália, contudo, nunca se engajou com um tipo de eugenia racial, como foi pensado e produzido na Alemanha nazista. Na Alemanha, cientistas sociais e natureza foram mobilizados para gerenciar e redesenhar a população em Roma como em Berlim. No que concerne, a aliança do Eixo que percebia os judeus como obstáculos para alcançar esses objetivos, não houve um hesitar em se voltar contra eles (BEN-GHIAT, 2001, p.148). Ben-Ghiat (2001, p.5) argumentou por sua vez que, os racismos biológico e cultural foram disseminados a partir do fascismo italiano, por meio de diferentes componentes, dentre eles as mídias, via cinematografia e publicidade que eram produzidas e veiculadas nas colônias italianas nas Áfricas. A fotografia abaixo exemplifica como os atores políticos e midiáticos italianos já atuavam de modo conectado como uma forma de projetar sua ideologia.

71 Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Internacionais-da-Sociedade-das-Nacoes-1919-a-1945/pacto-da-sociedade-das-nacoes-1919.html#:~:text=Considerando%20que%20para%20desenvolver%20a,de%20n%C3%A3o%20recorrer%20%C3%A0%20guerra%3B&text=Adotam%20o%20presente%20Pacto%20que%20institui%20a%20Sociedade%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es>. Acessado em 28/12/2020.



Figura (11): Cinematografia produzida pela Itália sobre suas colônias africanas

Fonte: Ben-Ghiat via o Istituto LUCE filmmakers (2001).

Além disso, segundo a autora, a ideologia disseminada pelo modelo político e midiático italiano se diferenciou do caso alemão, quanto a (re)produção da cultura do racismo, via o extermínio do Outro, especialmente, no que tange o laboratório de criação de um ‘novo e perfeito homem’. Isto é:

If the Italian and German dictatorships shared a vision of the state as a laboratory for the creation of a “new man,” important differences did separate the two regimes In Hitler’s Germany, where racial concerns predominated, reclamation efforts focused on reengineering the bloodline of the Volkskörper (the body of the nation) through the eradication of impure and “foreign” genetic material. In contrast, the Italian regime preferred to segregate and rehabilitate, rather than physically eliminate, those who were labeled as delinquents or worse (BEN-GHIAT, 2001, p.5 grifo meu).

Com o fim da II Guerra Mundial (1945), a Somália passou a ser governada pela Grã-Bretanha em 1947, via Tratado de Paris, já que a Itália se viu obrigada a renunciar aos territórios africanos. Historicamente, a administração da Somália somente foi recuperada pela Itália, após diversos embates na ONU, quando o país passou a contestar e reivindicar a região, especialmente, com a ajuda do Partido Comunista Italiano (PCI) em 1949. (TRIPODI, 1999; DE DONNO; SRIVASTAVA, 2006; FERNANDEZ, 2009). O documento publicado pela Assembleia Geral da ONU, em 22 de fevereiro de 1950, tendo seu resumo nos parágrafos 9 e 10, exemplifica a afirmação acima.

§9 By a letter dated 22 February 1950, The Minister for Foreign Affairs of Italy informed the Secretary General that the Government of the Italian Republic, subject to the ratification of the Trusteeship Agreement, had undertaken to assume the administration of the Territory of Somaliland in accordance with the resolution of the General Assembly and article 23, paragraph 2, of the draft Trusteeship Agreement adopted by the Trusteeship Council. The Minister stated that his Government would assume responsibility for the administration of the Territory of Somaliland from a

date to be fixed in an agreement to be made with the Government of the United Kingdom in connexion with measures for the transfer of powers in the Territory. The Minister stated that he would notify the Secretary-General of the date upon which the transfer would take place, and he believed that this would be towards the end of March 1950. §10 By a letter dated 5 April 1950, the Under-Secretary of State for Foreign Affairs of Italy informed the Secretary-General that, by agreement with the Government of the United Kingdom, 1 April 1950 had been fixed as the date for the regular transfer of powers in the Territory of Somaliland, and that from that date the Government of the Italian Republic was to assume responsibility for the administration of Somaliland (ONU, 1950 grifo meu)⁷².

Nesse sentido, com a derrota do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), um novo redesenho da ordem internacional passa a ser estruturado seguindo a lógica da Guerra Fria, a partir da dissuasão nuclear, onde duas superpotências (URSS e EUA) passam a partilhar as disputas no SI, interferindo inclusive no colonialismo e o processo de descolonização afro-asiática (WELDES, 1996; TRIPODI, 1999; FERNANDEZ, 2006). É importante apontar, contudo, que o racismo permaneceu sendo disseminado, mas com adaptações, oscilações e ambiguidades como veremos durante as décadas de 1970, via a Guerra Etíope-Somali e no Pós-Guerra Fria, especialmente, durante as operações de paz na Somália. Durante a Guerra Fria, em 21 de novembro de 1949, a ONU⁷³, por meio da resolução 289, decidiu que a administração da Somália e Somalilândia ocorreriam sob o regime de tutela da Itália (TRIPODI, 1999; GENTILE, 2003; DE DONNO, 2006; LEWIS, 2008).

A partir de 1953, no entanto, a administração italiana na Somália passou por imbróglis, especialmente, no que concerne a relação entre Roma e Mogadíscio representadas entre a Administração Italiana da Somália (AFI's) e pela Liga Juvenil Somali (SYL). Na época, as presenças do Primeiro-Ministro Italiano Giuseppe Brusasca na Somália e os entraves com o líder do SYL Aden Abdulla Osman ampliaram e amplificaram as tensões entre os países. (TRIPODI, 1999, pp.52-54). Itália e outros países europeus se beneficiaram da exploração dos recursos naturais via o sistema colonial, por meio do gerenciamento, controle e monitoramento destas sociedades fazendo uso do sistema tutelar. Em um contexto da Guerra Fria, a Somália triplicou sua exportação de bananas, somente em 1952, a exportação de monocultura era de aproximadamente US\$ 940,000, já em 1955, o produto saltou para US\$ 1,756,000. Esse sobressalto na produção e exportação de bananas, acirrou ainda mais a relação entre a Itália e os movimentos pan-somalis - movimentos nacionalistas que emergem como uma forma de resistência, na busca pela independência em meio aos processos de emancipação (TRIPODI, 1999, p.94).

Após duas décadas, a Somália e a Somalilândia conseguiram sua independência em 1960, naquele período a Somália se uniu com a Somalilândia (protetorado inglês) dando origem à República da Somália. Com a formação da República da Somália, o general Siad Barre governou o

⁷² Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/704661/files/A_1294-EN.pdf. Acessado em 20/12/2020.

⁷³ Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/704661/files/A_1294-EN.pdf. Acessado 07 de dezembro de 2020.

país por cerca de 20 anos, sendo deposto somente em 1991. Naquele contexto, a estruturação do estado somali se espelhou no modelo italiano, via um processo de ocidentalização que se deu paulatinamente pela AFI's, tendo seu processo de aceleração por meio da ONU (FERNANDEZ, 2009, p.189). A história que envolve a relação complexa, ambígua e paradoxal entre a Somália e a Somalilândia, Somália e Etiópia, EUA, URSS e a Itália será melhor esmiuçada na próxima secção, especialmente, durante o período da Guerra Fria, especialmente, diante da figura considerada por muitos um líder clânico, outros o consideram um chefe de estado, alguns o intitulam como um senhor das guerras e segundo outras literaturas, quase que um terrorista.

3.2

Os discursos orientalistas da diplomacia estadunidense durante a Guerra Fria: a ratificação das práticas coloniais sobre a Somália

Sinalizo nesta tese que as Áfricas, em especial a Somália, foram monitoradas pelos atores políticos e midiáticos euro-estadunidenses, desde a década de 1945, especialmente, com a instauração da Guerra Fria, na gestão do então presidente estadunidense Harry Truman. No que concerne aos atores estadunidenses, ressalto que os EUA legitimaram os discursos orientalistas sobre os países africanos, por meio da instauração do discurso do desenvolvimento, via a ajuda internacional, quando frisou que *'One of the primary objectives of the foreign policy of the United States is the creation of conditions in which we and other nations will be able to work out a way of life free from coercion. This was a fundamental issue in the war with Germany and Japan. Our victory was won over countries which sought to impose their will, and their way of life, upon other nations.'*⁷⁴ (TRUMAN, 1947).

Diante disso, destaco que ao longo da Guerra Fria, diversas foram as narrativas disseminadas pelos atores políticos estadunidenses, na busca pela (re)produção de imagens/imaginários sobre a URSS, enquanto adversário e/ou inimigo a fim de persuadir os demais países/regiões, neste caso Etiópia e Somália (países vizinhos), sobre os impactos negativos dos cães vermelhos. Era preciso performar discursos sobre a (in)seguranças estadunidenses, a fim de fazer com que a expansão soviética fosse evitada sobre os mais diversos continentes, em especial, as Áfricas e a Somália em particular. Além disso, os atores estadunidenses pretenderam ampliar sua atuação nas Áfricas, tendo como referência a reafirmação do seu respectivo modelo estatal e institucional circunscritos às elites brancas puritanas, mas não tão somente (CAMPBELL, 1992; 1998; RESENDE, 2015).

74 Disponível em: <https://liberalarts.utexas.edu/coretexts/files/resources/texts/1947%20Truman%20Doctrine.pdf>. Acessado em 23/12/2020.

Portanto, os atores estadunidenses ao (re)produzirem imagens sobre as Áfricas, operaram a partir de uma opção dicotômica: ora aproximando a Somália da África, ora a distanciando via aproximação com o mundo ocidental. Isso ocorreu porque a Somália era vista na época com mais próxima do Ocidente, diante dos demais países africanos, já que possuía o inglês como uma língua em comum e outras comunalidades. Contribuindo assim para que a relação política e cultural fosse melhor desenvolvida com os Estados Unidos. Por isso que a cultura do (re)enquadramento político e midiático estadunidense, ocorria a partir do estabelecimento de uma estrutura comunicacional, que leva em consideração a criação e negociação de discursos, que visam narrar a identidade estadunidense a fim de manter sua governamentalidade sobre as regiões/Estados africanos como a Somália.

But images of Africa never have been, and never could be, owned in either of these ways because the point of an image is communication. Image is relational – a co-creation of those whom it represents, and those who are trying to understand the representation. Without engagement from both parties, an image is pointless. Image is subjective, yes, but it is subject to both sides of a relationship. This is not to say that images cannot be manipulated, and do not serve some interests or damage others. The creation and negotiation of images of Africa in the wider world has usually been achieved on an uneven playing field. (Grifo meu) (GALLAGHER, 2015, p.1 grifo meu).

A governamentalidade exercida pelos atores ocidentais tiveram como estrutura e funcionamento a manutenção da ordem liberal branca, fazendo uso de contratos raciais, em meio a um discurso multiculturalista (MILLS, 1999; VITALIS, 2015). Entre 1959 a 1993 múltiplos foram os comitês gestores estadunidenses criados na região do continente africano. O objetivo era exercer formas de controle, gerenciamento e monitoramento sobre a região da Somália, de modo que as práticas coloniais fossem mantidas, de acordo com certos tipos de regimes de verdade, poder e conhecimento, em meio ao discurso que valorizava a descolonização afro-asiática. Schraeder (1994, p.38) ao reler a política externa estadunidense, sublinhou as idiossincrasias envolvendo o subcomitê dos assuntos africanos, ao destacar que *‘the House Subcommittee on Africa has boasted a relatively stable leadership of six chairpersons from 1959 to 1993 (as opposed to eleven for the Senate Subcommittee during the same period), becoming an active and aggressive challenger of administration policies in Africa, beginning in 1969 with the tenure of Diggs, and continuing under his successor, Stephen J. Solarz (D-New York), until he left in 1981 to lead the more prestigious Asia and Pacific Subcommittee’*.

À vista disso, argumento que por meio da reafirmação de imagens que ressaltavam a coesão de uma nação estadunidense imaginada, embora fraturada e caracterizada por ambiguidades históricas, a diplomacia estadunidense exportou, por meio da doutrina Truman, o seu respectivo modelo/padrão civilizacional para os demais países. Diante disso, afirma-se que a Política Externa estadunidense, durante a Guerra Fria, teve como principal motor a atribuição da sensação de perigo

e medo em relação ao Outro subversivo. Por isso, no âmbito da diplomacia dos EUA havia uma *tendency to criminalized or militarize responses, a willingness to tightly draw the lines of superiority/inferiority between us and them the representation of danger in external realm such that sovereignty can be sustained*'. (CAMBPBELL, 1991, p.94).

Isto posto, observa-se que a atuação da política externa estadunidense, através de sua rede de atores políticos, buscou incutir no imaginário sociocultural das populações africanas, os problemas que possuem seus Estados. Ao buscar incutir no imaginário das populações africanas a fragilidade dos seus estados, tem-se como principal objetivo providenciar uma adequada ajuda externa. Para tanto, é preciso que os países africanos entendam que a ajuda externa estará vinculada a possíveis privações econômicas e perseguições políticas que constituem os conflitos humanitários, militares dentre outros temas inerentes aos Estados africanos (CAMBPELL, 1991, p.99). Arturo Escobar (2012), ao revisitar a doutrina Truman, assinalando a atuação da diplomacia estadunidense, à luz da ajuda externa sobre os países do Terceiro mundo sublinha que:

One way of life is based upon the will of the majority, and is distinguished by free institutions, representative government, free elections, guarantees of individual liberty, freedom of speech and religion, and freedom from political oppression. The second way of life is based upon the will of a minority forcibly imposed upon the majority. It relies upon terror and oppression, a controlled press and radio; fixed elections, and the suppression of personal freedoms. I believe that it must be the policy of the United States to support free peoples who are resisting attempted subjugation by armed minorities or by outside pressures. (Grifo meu) (TRUMAN, 1947, p.5 grifo meu).

Diante das dinâmicas políticas promovidas pela ajuda externa ocidental, cabe ressaltar que durante o contexto da Guerra-Fria, entre 1977-1978, as disputas sobre o território de Ogaden, fez com que os impasses entre EUA e URSS se acentuassem tendo na Somália (Mogadíscio) e na Etiópia (Addis Ababa) como dois epicentros destas disputas, reiterando uma economia discursiva que enquadrava os países na condição de adversário e/ou inimigo. (SCHRAEDER,1994; JACKSON, 2018). Ogaden era considerado a principal aliança que a Somália possuía como a URSSNaquela conjuntura, a Somália detinha o apoio tanto da URSS quanto dos EUA, gestão do democrata Jimmy Carter (1977-1981) - tendo como Conselheiro de Segurança Nacional Zbigniew Brzezinski⁷⁵. Durante o período acima elencado (1978), de um lado observa-se Siad Barre, enquanto uma importante liderança política da Somália, que pretendia criar a Grande Somália. Do outro lado, havia a Etiópia, por outro lado, que era governada por Haile Selassie e, assim como a Somália, por meio da cooperação bilateral com os EUA expandiu e modernizou suas forças armadas (1953). Ambos os países sofreram um triplo colonialismo (formal e informal) sendo sujeitados à Itália, posteriormente à Grã-Bretanha, retomado após um certo período novamente à Itália, embora cada

⁷⁵ Uma das principais lideranças políticas durante a gestão de Jimmy Carter- implantou a Doutrina Carter durante o contexto da Guerra Fria. (MITCHELL'S, 2016). Para ver mais sobre a Doutrina Carter, acesse aqui: <https://www.jimmycarterlibrary.gov/assets/documents/speeches/su80jec.phtml>. Acessado em 24/12/2020.

país tenha sua particularidade, o que os diferencia na forma com que resistiram diante do colonialismo europeu. Não obstante, quando os países conseguiram suas independências foram cooptados pela URSS, mas, e principalmente, pelos EUA via os financiamentos e a cooperação entre países. Especificamente, os atores estadunidenses fizeram uso de sua hegemonia tendo como argumento a ‘solução’ de problemas dos estados africanos.

The biggest test to Carter’s regionalist approach came with the outbreak of war in the Ogaden region of Ethiopia. Because of Soviet support, Siad Barré was in such a strong military position that, in the summer of 1977, he launched an all-out invasion of the Ogaden region of Ethiopia, an area mostly inhabited by ethnic Somalis and which Siad had always claimed should be part of the Somali Republic. This presented the Carter administration with possible involvement in a local conflict that potentially had global implications. With the Soviets increasingly supportive of Ethiopia, and the Somali leader seeking aid from the Americans, the prospect loomed that the Cold War could be fought out through proxies. However, reflecting the realities of the Vietnam Syndrome, which severely constrained the use of American military power, Carter refused to endorse the invasion of the Ogaden, arguing that it constituted a violation of international law and national integrity, and continued to apply a long-term, regionalist policy to the Horn, despite the immediate crisis. (Grifo meu) (JACKSON, 2018, p.7 grifo meu).

Segundo a antropóloga Catherine Besteman (1999, p.15), o interesse dos atores estadunidenses na Somália durante a Guerra Fria deve-se à expansão dos soviéticos no Golfo Pérsico. Principalmente, diante da humilhação com que os EUA foram tratados na região, haja visto a queda do Xá Reza Pahlevi do Irã. Portanto, entre as décadas de 1970 a 1990, os discursos dos atores estadunidenses consideraram a Somália como um importante polo geopolítico a fim de conter o avanço soviético. Além disso, a Somália era considerada uma região estratégica pelos atores estadunidenses, sobretudo, porque a área tinha estruturas vistas como importantes para a instauração de uma base militar, bem como a produção de sistemas de vigilância e circulação de armas.

Foi diante deste contexto que Siad Barre abandonou as políticas socialistas, anteriormente valorizadas, especialmente, quando o líder somali estipulou mecanismos que visavam a igualdade, nacionalismo e equidade entre os clãs somalis, quando inclusive considerou a temática gênero como vital para a formação da nação somali. E ao fazer isso, Barre pretendia também por um fim ao “tribalismo” na Somália. De acordo com a antropóloga, todavia, os investimentos estadunidenses sobressaltaram os seus olhos mediante os mais de 163.5 milhões de dólares que foram subsidiados na Somália. (BESTEMAN, 1999, p.15).

É importante salientar que esta tese não objetiva pormenorizar a relação entre Somália e Etiópia., mas destaco alguns pontos deste contexto como uma forma de problematizar as relações entre identidade-diferença, em especial, quando a referência tem como espelho o etnocentrismo. Argumento nesta tese que os conflitos entre Etiópia e Somália ocorreram a partir da criação e (re)produção do imaginário de um adversário e/ou inimigo, a partir da simulação/dissimulação

discursiva, promovida pela relação Leste/Oeste durante o contexto da Guerra Fria. A região de Ogaden se tornou o cenário escolhido pelos atores políticos, diante das múltiplas disputas que ocorreram entre a Frente de Libertação da Somália Ocidental (WSLF) e a Frente Democrática para a Salvação da Somália (DFSS). A Somália ao decidir pela invasão à Etiópia (fronteira) teve como principal financiador os EUA, onde cerca de \$5.5 milhões de dólares em armas leves como rifles etc foram investidos. Além disso, entre 1981 a 1983 o investimento estadunidense no conflito entre Somália-Etiópia saltou de \$20.4 milhões de dólares para \$51.6 milhões de dólares a favor das lideranças da Somália (SCHRAEDER,1994, pp.154-155). Como resumiu Schraeder (1994, p.154) *‘the 1982 Ethiopian-Somali border conflict was significant in that it demonstrated how a crisis with a significant East-West component attracted high-level attention to a previously neglected region of the world, and brought policy in line with the dominant beliefs of a particular administration’*. Cabe ressaltar que somente em 1988, um acordo de paz foi estabelecido entre os presidentes da Etiópia, Mengistu Haile Mariam e da Somália, Siad Barre, cessando os conflitos entre os países. (LEWIS, 2009, p.71).

Isso não impediu, porém que as relações entre Somália e EUA fossem produzidas, mantidas e por vezes readaptadas mediante algumas flutuações, sobretudo a partir da gestão de Ronald Reagan (1981-1989), tendo como Secretário de Estado Assistente para assuntos africanos Chester Croke. Naquela época, a temática sobre os Direitos Humanos ganhou espaço e legitimidade, advinda da gestão Jimmy Carter, fazendo com que o Ocidente, via o Subcomitê para Assuntos Africanos nos EUA, alterasse em alguma medida o seu relacionamento com a Somália. Principalmente quando múltiplas denúncias contra o governo de Siad Barre envolvendo os sistemas de tortura se tornaram cada vez maiores. A situação se tornou emblemática quando a fome na Etiópia (1984) se agravou, ganhando espaço junto à opinião pública internacional, sobretudo, quando a ‘comunidade internacional’ ratifica a ajuda internacional para o país por meio de um discurso salvacionista (SCHRAEDER,1994; LEWIS, 2009).

The turning point in US relief efforts occurred due to dramatic media coverage of the Ethiopian famine beginning in September 1984. For months thereafter, images of starving Ethiopian children fostered popular relief efforts, ranging from individual donations and letter writing campaigns to live media extravaganzas, such as "Live-Aid" and the hit single "We are the World." In one of the greatest ironies of US Africa policies during the Reagan administration, popular pressures to "do something" clearly forced the staunchest anticommunist administration during the post-World War II period to become the largest official donor to the most doctrinaire Marxist country on the African continent. In sharp contrast to the 41,343 metric tons of relief assistance provided in 1984, for example, early 450,000 metric tons were delivered in 1985 at a cost of \$87.5 million - the highest level of US aid ever allocated to the Ethiopian government prior to 1985, inclusive of the Haile Selassie years. (SCHRAEDER,1994, pp.157-158 grifo meu).

Entre as décadas de 1980 e 1990 muitos foram os conflitos e as tensões entre EUA e Somália, promovendo uma destacada audiência, sobretudo, quando as tensões envolveram o Movimento Nacional Somali (SNM) e a Unidade do Congresso Somali (USC) via os clãs (Isaaq - norte) e sub-clãs da região - tendo o seu auge 1988. Nesse contexto, as apreensões eram enormes, sobretudo, quando os relatórios produzidos pelo Pentágono, em parceria com o Congresso Estadunidense, via o Subcomitê para Assuntos Africanos, apontavam para os imbróglis na Somália, ocasionando a morte de milhares de civis. Cabe ressaltar também que durante este período, ao mesmo tempo em que a Etiópia recebia ajuda dos atores políticos estadunidenses, isso não impossibilitou que a relação entre os EUA e a Somália se mantivesse entre altos e baixos, mesmo diante dos conflitos que ocorriam na Somália e das denúncias contra o regime de Barre via os relatórios produzidos pelas ONG's, Organismos Internacionais e pelo próprio EUA. É importante apontar que os conflitos entre a Somália e a Etiópia resultaram numa grande quantidade de pessoas deslocadas, migração forçada e refugiados, onde múltiplos investimentos foram realizados nas regiões pelo Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR). Assim assinalou Lewis:

This new aid industry was borne by the Office of the UN High Commissioner for Refugees (UNHCR), financed by member governments at an annual cost of \$100 million. The National Refugee Commission, a branch of the Interior Ministry, was run by two Refugee Commissioners; one, known officially as the Extraordinary Commissioner, was a senior Ogadeni general. The actual number of refugees (which directly affected the aid budget) was highly controversial, the Somali authorities resisting all UNHCR attempts to enumerate them but settling for a 'planning figure' of 700,000. (Grifo meu) The male population of the camps provided a captive reserve source of manpower for illegal recruitment into Somalia's armed forces. (LEWIS, 2009, p.67 grifo meu).

No que concerne à relação com Etiópia, e principalmente com a Somália, as atuações políticas permaneceram ancoradas sobre a sombra do inimigo e/ou adversário, visualizado via os jogos de simulação/dissimulação, ratificados pelos atores estadunidenses sobre a URSS – anticomunista que necessitava ser ceifada. Campbell (1992) ao examinar a história da política externa estadunidense, a partir do campo da segurança, considerou a (re)produção do inimigo, de acordo com a política da alteridade. A influência que os soviéticos exerciam sobre Somália e Etiópia, fazia com que os atores estadunidenses atuassem expressivamente na região, onde ao mesmo tempo promoviam discursos de 'proteção' aos somalis e etíopes, que não impediu que os mesmos fossem marginalizados e hierarquizados entre si e vis-à-vis aos estadunidenses.

Mediante as tensões envolvendo os países africanos, os atores estadunidenses, a partir dos jogos discursivos resultantes dos jogos de simulação/dissimulação, à luz da imagem do medo soviético, assinalam dois corolários segundo Campbell (1992, p.139): 1) uma antipatia desenvolvida com relação ao comunismo dentro dos EUA decorre de ideias que visam legitimar o perigo que o comunismo poderia acarretar à propriedade privada. Era preciso criar formas de distinguir o

civilizado do bárbaro, o normal do patológico; 2) o quadro interpretativo que envolve a União Soviética advém de um perigo independentemente de uma capacidade militar. Em vista disso, o discurso do ‘interesse nacional’, enquanto uma fronteira, mais do que dizer sobre Somália e Etiópia, diz sobre as ações estadunidenses, já que atua como uma forma de mobilizar o espírito puritano que habita os EUA, a partir de suas elites. Além disso, as fronteiras discursivas performadas pelos atores estadunidenses sobre a União Soviética funcionaram como um código linguístico, visto que ao ser exportado para os demais países influenciados pelo comunismo, como o continente africano, estabeleceu a dicotomia civilizado/bárbaro, normal/patológico etc.

O discurso do ‘interesse nacional’ ao ser correlacionado à imagem/imaginário envolvendo o perigo/medo advindo do comunismo, resultou dos pensamentos neoconservadores estadunidenses. As elites neoconservadoras associavam os Estados africanos a grupos terroristas, já que alguns indivíduos eram enquadrados como subversivos, revolucionários e militantes sendo por sua vez, inseridos na Lei de Detenção Emergencial – Era Reagan (CAMPBELL, 1992, p.184). Campbell (1992, p.184) sumariza o discurso da alteridade à luz da política externa estadunidense no contexto da Guerra Fria ao sinalizar que múltiplas lutas excederam a ameaça militar da União Soviética e mediante potenciais candidatos – independentemente de sua capacidade estratégica já foram classificados como perigosos. Ao longo de décadas, a política externa estadunidense fazendo uso do discurso do ‘interesse nacional’ possibilitou que práticas intervencionistas associadas à valorização da soberania de acordo com suas referências pudessem ser deslocadas às demais sociedades dos países do Terceiro Mundo.

A comunicação e a cultura traduzidas em conteúdos políticos e jornalísticos que não se restringiram à Guerra Fria, possibilitou que diversas formas de metáforas, metonímias fossem estabelecidas por décadas pelos atores estadunidenses, de modo a fazer com que a audiência que acessava o conteúdo corroborasse com as ações políticas que estavam sendo realizadas. E ao fazer isso, os atores estadunidenses endossavam inúmeras (in)seguranças imaginativas, a fim de endossar um conjunto de imagens que representassem os perigos que a sociedade somali ‘produziam’ rotineiramente vis-à-vis a soberania estadunidense. E, assim sendo, precisam estabelecer um ‘limite’ sobre aqueles vistos como selvagens e/ou bárbaros, fazendo uso da gramática da intervenção e do discurso da soberania, como uma forma de afirmar, explicar e justificar as ações políticas realizadas nos países africanos.

Stuart Hall (1986) reflete sobre os processos de produção discursiva, diante dos seus respectivos sistemas de representação, ao considerar em suas perspectivas, a produção e troca capitalista, traduzidas neste caso em nome do ‘interesse nacional’, ao atuar como estrutura ideológica. Isso significa que *there is the discourse of “the market,” the discourse of “production,” the discourse of the “circuits”: each produces a different definition of the system. Each also locates*

us differently—as worker, capitalist, wage worker, wage slave, producer, consumer, etc. (HALL, 1986, p.39). Anterior aos processos de intervenções humanitárias e/ou militares na Somália realizadas tanto pela ONU e, principalmente, pelos atores estadunidenses, já se observava a promoção da democracia e da liberdade como condições *sine qua non* na busca por levar a civilidade aos países não-ocidentais. E ao realizarem tais procedimentos, o Ocidente executou a partir de sua política externa, caracterizada por uma política sem princípios, múltiplas tiranias e violências que foram mobilizadas em defesa da paz, tendo na concepção de que a responsabilidade sobre o Outro, é parte de um processo co-constitutivo que diz sobre mim. (CAMPBELL, 1991; WELDES, 1997).

Foi mediante as perspectivas elencadas acima, que em 1991, os impasses se acentuaram entre a Somália e a Etiópia, em especial quando o Movimento Nacional Somali (SNM) havia superado as forças de Siad Barre, consolidando-se no Norte da região da Somália ao contar com diversos subsídios dos atores ocidentais, sobretudo, dos EUA. (LEWIS, 2009, pp.71-73). Nesse cenário, o Movimento Patriótico Somali (MSP) formado na Somália estabeleceu uma coalizão junto com a União do Congresso Somali (USC) contra Siad Barre. O USC se tornou o principal grupo, passando a articular e governar as regiões da Somália com participação dos clãs como Abgal e Habal Gidir. Para Lewis (2009, p.74) um governo provisório foi institucionalizado sob a gestão de Ali Mahdi que atuou enquanto um presidente provisório, sobretudo, após Siad Barre ter tentado cooptar Mogadíscio. A situação já complexa foi acentuada quando as figuras de Ali-Mahdi, Siad Barre e do SNM entraram em conflito. (TRIPODI, 1999, pp.132-134). Siad Barre explorou demasiadamente essa situação, sobretudo, as (sub)divisões entre os clãs, a fim de estimular os conflitos entre os grupos (LEWIS, 2009, p.73).

As Conferências do Cairo⁷⁶ instauradas em 1991 fizeram com que uma série de personagens emergissem enquanto movimentos insurgentes, na tentativa de conter os processos de intervenção promovidos pela Itália e pelo Egito na região centro-africana. Segundo Tripodi (1999, p.133), a conferência também apontava para as diferenças e oposições envolvendo a Somália e a Itália, ao destacar o papel que os EUA, via o Congresso Nacional e o Departamento de Estado, exerceram sobre o país principalmente quando, *‘the conference was destined to failure not only due to the differences between Italy and the various opposition movements, but also because by then the country was heading towards a bloody civil war. In the last days of December, Mogadishu was in the grip of an insurrection by all opposition movements against the troops still loyal to Siad Barre’*. Além disso, a conferência ao ser retomada em 1997, pretendia também criar mecanismos que

76 Disponível em: https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/SO_971222_CairoDeclaration.pdf. Acessado em 27/12/2020.

estimulassem a reconciliação nacional no país a fim de que o acordo *establishes the principles of a transitional government pursuant to the National Reconciliation Conference*. (CSONU, 1997).

Cabe ressaltar que nas circunstâncias acima elencadas, destacou-se a importante figura política que foi Siad Barre. Siad Barre atuou como uma sumidade não apenas dentro da Somália, mas, principalmente, diante dos imbróglis entre a Somália e a Etiópia, e a comunidade internacional como um todo. Barre representou os imbróglis que envolvia as relações entre a Itália, a Somália e a conjuntura política da Guerra Fria, haja vista que os EUA e a URSS disputaram a partilha do mundo, neste caso de um país, a Somália. No que concerne à Itália, Lewis (2009) sublinha que Roma atuou enquanto financiador e mediador entre os clãs - lideranças *warlords* (senhores da guerra) diante do cessar fogo em Mogadíscio. O objetivo de Roma durante os conflitos era fazer com que a Itália voltasse a governar a Somália sob o pretexto da reconciliação e democratização. (LEWIS, 2009).

Jane Perlez, correspondente internacional (jornalista) pelo NYT, ganhadora do prêmio Pulitzer em 2009, pelas coberturas no Oriente Médio, já havia destacado desde o período da Guerra Fria, bem como durante as décadas de 1990 como a fome e atividade pastoril faziam parte da Somália. Por intermédio de uma importante reportagem *'Barrier to Somali Unity: Clan Rivalry'* realiza uma espécie de 'contextualização histórica' sobre a Somália. A matéria jornalística produzida por Perlez (1992), a partir de uma geografia imaginativa (SAID, 2006), via figura de Siad Brre, (re)desenha a sociedade somali, segundo um discurso orientalista, ao endossar que a Somália era considerada um importante ator desde a Guerra Fria. Compreendida como importante símbolo de disputas entre os Estados Unidos e a União Soviética. *'A sliver of a country that juts into the Indian Ocean on the Horn of Africa, Somalia, with its proximity to the Middle East and the sea lanes to Asia, was considered strategically important by the Soviet Union and the United States during the cold war'*. (NYT, 1992, grifo meu).

Dentre as mais diferentes disputas feitas na Somália entre EUA e URSS, a autora sublinha que parte dos investimentos externos feitos na Somália pelos EUA, acabaram nas mãos de corruptos somalis. *'Much of the American aid money ended up in corrupt pockets. According to David D. Laitin, author of "Somalia, Nation in Search of a State," Mr. Siad Barre's ministers and middlemen skimmed up to 40 percent of all foreign-aid contracts'*. (NYT, 1992, grifo meu). Ou seja, os EUA ao narrarem a história da Somália e seus processos de intervenção produzem a imagem de uma população somali corrupta e degenerada. Contrariamente, a imagem estadunidense que apresenta-se como um importante ator político, ao promover investimentos internacionais no país. Portanto, a imagem apresentada pela jornalista estadunidense, traduz para o público, uma visão puritana branca, caracterizada pela transparência, honestidade, pacifismo que visa tão somente a prosperidade da Somália. Essa imagem está entre muitas outras que o Ocidente busca legitimar na

opinião pública, tratando-os de modo passivo. O Ocidente, portanto, busca ignorar aos olhos do públicos os investimentos em armas que realizou rotineiramente na Somália, bem como treinamentos militares contribuindo para os conflitos civis no país.

No que tange Moscou, a Somália cooperava com a Rússia, tendo em vista que cerca de \$47 milhões de dólares foram investidos em assistência militar no país, principalmente, porque *‘thus, as nationalism and Islam counted for far more than ideology in foreign policy, so at home traditional forces continued to play a decisive role in politics, whatever the official picture which, after the breach with Russia, continued to stress dedication to Socialism, with perhaps less emphasis on the qualifying adjective ‘scientific’.* (LEWIS, 2009, p.47). De acordo com Tripodi (1999, p.120), o principal objetivo de Barre era implementar o socialismo científico na região da Somália. Porém, isso não impediu que Siad Barre estabelecesse cooperações com os EUA na medida em que precisava de financiamento para a manutenção do seu governo. Neste contexto cerca de 7,2% foram investidos em diversos sistemas de cooperação diante da situação da Somália, no âmbito do setor administrativo, por parte dos atores estadunidenses (TRIPODI, 1999, p.122).

Gastos com Assuntos Militares pelos EUA nas Operações da Somália – Período da Guerra Fria	Custo em Dólares
1980	\$20 milhões
1985	\$34.1 milhões
1986	\$20.2 milhões
1989	\$1 milhão

Tabela (2): Gastos com Assuntos/Questões Militares dos EUA na Somália (1980-1989)

Fonte: Elaboração própria com base no Departamento de Defesa dos EUA e Tripodi⁷⁷.

A partir da radiografia feita acima, mediante os impactos e inserções dos atores estadunidenses e da URSS e suas redes de atores durante a Guerra Fria, sublinho à luz de Besteman (1999, p.14), que a Somália tem sido dominada e gestada, segundo uma economia discursiva, que pretendeu nas últimas duas décadas ratificar: 1) um massivo influxo de ajuda externa; 2) uma desintegração completa de perda de confiança nos governos resultado dos abusos contra os direitos humanos; 3) um Estado apoiado em práticas terroristas. Nesse sentido, é preciso defender a Somália de si mesma, para tanto uma política intervencionista precisa ser realizada, de modo que a soberania seja restaurada como uma forma de proteção, cabendo ao Ocidente a responsabilidade por estas ações políticas. O modelo de soberania que busca ser projetado à Somália durante as crises humanitárias advém da identidade estadunidense que é tida como coesa e coerente. Para tanto, apaga-se ou produz uma amnésia mediante qualquer tipo de fratura e/ou fendas que envolvam as histórias da política externa estadunidense oficial.

3.3

⁷⁷ Disponível em: <https://www.gao.gov/assets/220/211267.pdf>. Acessado em 07/12/2020.

‘Em defesa da sociedade somali’: a política intervencionista e o discurso da soberania como uma forma de ‘proteção’ nas operações de paz

Como apontado pela literatura ocidental, em novembro de 1991 eclodiu a guerra civil na Somália a partir das disputas entre os senhores da guerra Ali Mahdi Mohammed's e o general Mohammed Farah Aideed's, quando Said Barre (1991) foi deposto. A guerra passou a ser travada através das disputas pela capital Mogadíscio, mas, principalmente, diante das fragmentações entre os clãs e o sub-clãs (TRIPODI, 1999; LEWIS, 2002; FERNANDEZ, 2009). Dentre as mais diferentes disputas e conflitos operacionalizados na Somália, destaco as cisões entre os clãs e sub-clãs, mas, principalmente, os impasses e implosões que ocorreram com o Congresso Nacional Somali (USC). Nesse cenário, as segmentações resultaram na partilha da cidade em dois grandes polos, onde de um lado, ficava o Norte - controlado pelos clãs do Abgal, e na outra parte o Sul onde estavam os Habar Gidir. (LEWIS, 2002; FERNANDEZ, 2009).

Além disso, cabe ponderar que as complexidades envolvendo os conflitos na Somália, também ocorreram, à luz dos impasses via os Democratas Cristãos, que tinham a pretensão de instaurar um projeto intitulado socialismo científico via a figura de Siad Barre, quando ainda era o governante da Somália. Todavia, a supremacia dos democratas-cristãos na relação com a Somália fora comprometida quando Siad Barre lançou o projeto de ‘socialismo científico’. Os comunistas italianos deram sua aprovação à República Democrática da Somália. Principalmente, quando enfatizaram a importância do modelo socialista que o Supremo Conselho Revolucionário havia adotado (TRIPODI, 1999, p.120). Ou seja, mesmo diante das disputas entre os clãs na Somália através dos personagens Ali Mahdi Mohammed e o general Mohammed Farah Aideed, era preciso recuperar alguns fatos que operaram segundo a lógica da Guerra Fria, e que, portanto, explicavam e justificavam as dinâmicas, comportamentos e (re)enquadramentos discursivos que foram instrumentalizados pelos atores políticos ocidentais, que contribuíram para a guerra civil, por meio de práticas coloniais.

Em nome da ‘defesa somali’ argumenta-se que as lógicas da assimilação e/ou aniquilação, foram perpetuadas pelos atores ocidentais, tendo sua continuidade sobre os demais estados africanos, por meio de ações que enaltecessem a política intervencionista. Nesse sentido, ao revisitar as Operações de Paz, neste caso aplicado a Somália, compreende-se que a atuação da ONU não deveria cumprir apenas a manutenção da segurança, mas, e, principalmente, deveria reiterar os mandatos políticos. A meu ver, os mandatos políticos da ONU traduzem as visões culturais do Ocidente como os princípios do liberalismo que endossam ideias como liberdade, igualdade, promoção dos direitos humanos. Isto é, *the United Nations is suddenly reactivated by its member states and the international community of multinational liberal interests to make sure that international politics represents a single international territory, the territory of the “universal*

social contract,” not so much by enforcing such an imaginary, but by imagining and imaging it’. (DEBRIX, 1999, p.9).

Examinar a relação entre a política externa estadunidense e o modelo neoliberal de que visa a promoção da governança global perpetrado pela ONU no pós-Guerra Fria é também compreender o entrelaçamento que há entre a ONU e os EUA. Por isso que os atores ocidentais, ao longo dos múltiplos acordos políticos, entre a ONU e os EUA, realizados mediante ações táticas e militares, leia-se imperialismo, foram realizadas em diversos países africanos como a Somália. Lá, os atores políticos ocidentais como a ONU e os EUA mobilizaram uma linguagem política que visava ratificar sistemas de dominação, calcados em uma cultura política que promovia a cultura da superioridade. A forma com que o Ocidente lidou com os países africanos, teve como retórica jogos de simulação/simulacro que atestavam um não interesse em decidir sobre os destinos destes países, embora na prática o que tenha observado foram as formas de regulação e subordinação.

Por isso, sublinha-se que durante as operações de paz, destacaram-se alguns *discourses of ‘capacity-building’ and ‘empowerment’ in the cause of the non-Western Other.* (CHANDLER, 2006, p.9). Isso só pode ser possível porque o Ocidente possui *a fetish of the state form and the formal separation of Western dominated policy-making processes from the political process within non-Western states* (CHANDLER, 2006, p.9). Portanto, a implementação da democracia liberal, mediante projetos intervencionistas, sobre os governos ditos autoritários e/ou estados colapsados/fracassados, à luz das lentes ocidentais, atuou como um modo dos atores estadunidenses e dos diversos representantes da comunidade internacional manterem suas ações imperialistas em países africanos como Somália. A diplomacia estadunidense, em cooperação com diversos organismos multilaterais, como a ONU, corroborou para com as políticas de “boa

governança”, por meio das operações de *peacebuilding*⁷⁸, *statebuilding*⁷⁹ e *nationbuilding*⁸⁰, tendo nos mecanismos de desenvolvimento, segurança e humanitarismo como estratégias, a fim de que as práticas coloniais necessitassem ser mantidas.

O que sublinho nesta tese é que com o fim da Guerra Fria, diferentemente do que apontam os discursos dos atores da política externa estadunidense, ao ratificarem o princípio da não-intervenção, como uma forma de negar o seu império houve *to capture the new forms of international regulation of non-Western states and societies: the fact that the new forms of international control attempt to evade responsibility and accountability for the exercise of power*.

78 A história mobilizada pelo Ocidente, desde 1948, durante a Guerra Fria, compreende por *peacebuilding*, enquanto, uma norma ou instrumentos de operações de paz, que possuem ao menos cinco grandes gerações (tradicional *peacekeeping*, tarefa dos civis, *peace enforcement*, *peacebuilding* robusto e as missões híbridas) tendo como objetivo principal resolver o conflito, seja por meio do uso dos capítulos VI, VII e VIII. De acordo com a literatura, segundo Kenkel (2013, pp122-125), o conceito de *peacebuilding* pós-Westfália tem como destaque três grandes questões cumulativas: 1) A resolução de conflito é adicionada a preocupação com a segurança coletiva fundamentada na Ordem Westfaliana, com preocupações humanitárias; 2) uma segunda questão envolve a ferramenta de resolução de conflitos delimitados por casos, de modo que eles tornem-se um elemento-chave na tentativa de reconstituir o princípio organizador central da soberania westfaliana, onde crises e conflitos internos colocaram em dúvida sua primazia, 3) E, finalmente, os acontecimentos que marcaram Ruanda e Srebrenica simbolizadas pelo genocídio e limpeza étnica onde a Soberania Vertical passa a enaltecer as questões das agendas de Direitos Humanos, embora a soberania horizontal seja também mobilizada à luz da não-intervenção, preocupações humanitárias, a partir da proteção de civis e distribuição e emergência humanitárias. Vivienne Jabri (2012) retoma o conceito de *peacebuilding*, sublinhando o aspecto pós-colonial já que o maquinário do *peacebuilding* é vasto, altamente institucionalizado, fortemente embebido de burocracias e normativas da ordem internacional, que por meio do discursos e sua materialidade reiteram o legado colonial, em sociedades pós-coloniais. Há uma ‘racionalidade colonial’ que visa promover uma governamentalidade considerando detalhes institucionais e cálculos. A racionalidade pós-colonial necessita também ser mobilizada em uma modernidade tardia, tanto para os países que vivenciam uma situação de conflito, bem como aquelas que estão em um pós-conflito. Por fim, cabe ressaltar que o *peacebuilding* deve ser visto como um conjunto de práticas que não deve ser confundido com uma estrutura administrativa que se impõe às sociedades em conflito e pós-conflito. Além disso, através do *peacebuilding* não existe um acordo de tutela formal pelo qual o governo autônomo é temporariamente suspenso, enquanto que as estruturas de governo são estabelecidas.

79 Entende-se por *statebuilding*, enquanto uma representação heurística, científica e conduzida por um processo de intervenção política perpetrada pelos Estados do Norte global e instituições que rotineiramente é destinado aos países do Sul global diante do conflito ou desenvolvimento. Tanto o *peacebuilding*, bem como o *statebuilding* se baseia em uma compreensão negativa da política diante da formação do estado: isto é, que os estados são formados por meio de lutas violentas e, portanto, a intervenção é necessária para mitigar os processos que as desencadeiam. Nesse contexto, diferentes formas de poder, autoridade, legitimidade, direitos, normas e identidade circulam em torno de estruturas de paz em sociedades afetadas por conflitos. Diante disso, os atores do Norte global procuram modernizar, manter e desenvolver ainda mais um SI baseado em estados neoliberais que estão embutidos em uma arquitetura internacional calcada na paz liberal. Por fim, segundo Richmond (2014, p.X), o *statebuilding* busca estabelecer um monopólio estatal utilizando meios violentos, mediante um afastamento de estados autoritários (forte) que eram tão vistos segundo as lentes do Ocidente durante a era da Guerra Fria. Além disso, outro importante destaque mobilizado pelas normas de *statebuilding*, envolve as questões de segurança, embora também se presuma que o Estado deva ter competência nas áreas de Estado de Direito, fiscalidade, desenvolvimento, meio ambiente e serviços públicos. (RICHMOND, 2014, p.15-17). Com o transcorrer de décadas, a prática de *statebuilding* foi estabelecida à luz da governança global durante o pós-Guerra Fria, tanto no que concerne seu caráter descritivo, bem como no prescritivo que tem sido evocado por instituições como Banco Mundial. Essas instituições se utilizam da prerrogativa do *statebuilding*, a fim de justificar as operações e/ou intervenções utilizando dos discursos de reforma institucional e política, diante da falência estatal. Nesse sentido, a política de desenvolvimento precisa ser mobilizada, a fim de que as organizações multilaterais do Ocidente estabeleçam os regimes, normas e as condicionalidades no que tange, a política da ajuda e doação externa/internacional. O *statebuilding*, portanto, ao ser incorporado a governança global contemporânea, equivale aos princípios verdadeiros de todos os países’ vistos como inquestionáveis diante das reformas imperiais liberais mobilizadas. Não se questiona as diversas desigualdades que emergem dos padrões/modelos advindos do *statebuilding* em sinergia com a governança global, tampouco a política da diferença (BHUTA, 2015, p.519).

(CHANDLER, 2006, p.10). Atesto portanto, que as ações políticas em nome da boa governança, em defesa da promoção dos Direitos Humanos e Humanitários e na busca por tornar a democracia liberal enquanto uma norma a ser socializada pelos países africanos, como uma forma de *statebuilding* e *nation-building* internacional, sobretudo, quando os países são vistos como problemáticos à luz da do discurso orientalista (JAHN, 2007a; 2007b; 2012a; CHANDLER, 2006; 2010).

O discurso do NYT feito pela jornalista Jane Perlez, *'The World; Somalia, Abandoned To Its Own Civil War With Others' Weapons*⁸¹ assinala a afirmação acima quando diz que *'Western nations started to weary of propping up one of Africa's most corrupt and brutal regimes two years ago'* (NYT, 1991 grifo meu). Pormenoriza os conflitos na Somália (1989), enaltecendo os derramamentos de sangue, as condições anômalas que o país vivencia com os conflitos. Imputem a Somália, imagens que endossam a ideia de degenerados, mediante roubos, saqueamentos, destruição de agências humanitárias etc. Essas imagens confeccionadas são típicas do racismo estrutural, rotineiramente mobilizado a partir das lentes da branquitude puritana estadunidens. *'They regard last week's warfare in the capital, Mogadishu, as the final bloody coda: a struggle fought with rocket-propelled grenades, assault rifles and machine guns mounted on four-wheel-drive Toyotas stolen from aid agencies'*. (NYT, 1991 grifo meu).

Dentre as diversas violências manifestadas na reportagem, a presentam de que os somalis pertencem a um tempo pré-moderno tem sido reforçado quando a jornalista resgata os conflitos desde a Guerra Fria entre os clãs somalis a fim de justificar as causas e consequências da situação somali. *'The treaty ended 11 years of hostilities over control of the Ogaden, a desert area in eastern Ethiopia, and appeared to be one of the few promising developments in the ethnically fractious Horn of Africa'*. (NYT, 1991 grifo meu). Dentre as observações feitas por Washington (EUA), que naquele contexto político (1991) repensas suas ações políticas com a Somália visto que as imagens sobre o país geravam problemas para a imagem dos Estados Unidos. Os problemas ocasionados pela Somália, impactavam os Estados Unidos na medida em que o Tio Sam tinha se tornado um dos principais parceiros para os investimentos econômicos-políticos e militares. *'In that battle, a State Department report said, 5,000 unarmed Isaak civilians were purposely killed by the army, a brutality that began to stir second thoughts in Washington about its Somali client'* (...) *'Between*

80 Por *nation-building*, segundo a bibliografia de Oxford, compreende-se a construção de uma nação que pode ser definida como o processo por meio do qual, as fronteiras do estado moderno e as da comunidade nacional se tornam congruentes. O resultado desejado é alcançar a integração nacional. Nesse sentido, a construção da nação foi teorizada como um processo estrutural entrelaçado com industrialização, urbanização, mobilização social, etc. É preciso reconhecer que as concepções sobre *statebuilding*, bem como de *nation-building* partem das visões modernas e replicam a lógica colonial em sociedades pós-coloniais.

81 Disponível em: <https://www.nytimes.com/1991/01/06/weekinreview/the-world-somalia-abandoned-to-its-own-civil-war-with-others-weapons.html> Acessado em 02/04/2019.

1986 and 1988, Somalia received \$100 million in military and economic aid from Washington'. (NYT, 1991 grifo meu).

No que concerne os investimentos econômicos-políticos na Somália pelos Estados Unidos representavam a forma liberal de produzir a guerra e construir a paz, mediante diversas condicionalidades, retroalimentadas pelas operações de paz, já que imagens que endossassem o nexo segurança-desenvolvimento promovidos pelo Ocidente. Os investimentos econômicos-políticos, exemplificados via o nexo segurança-desenvolvimento, permitiriam o restabelecimento da ordem e a conquista para o progresso. (DUFFIELD, 20007; 2014). Isto é, quanto mais segurança, mais desenvolvimento e vice-versa. Mediante isto, o jornal tem apontado para a importância de tropas estadunidenses que nos conflitos somalis têm ajudado para por um fim. Embora, Washington, segundo o jornal tenha se decepcionado com figuras Siad Barre já que 'Washington became disenchanted when President Siad Barre, in an effort to reassert his presence, unleashed the presidential guard, the Red Beret' (NYT, 1991 grifo meu). Por isso que reduções orçamentárias para Somália tem sido reduzidas como assinalou o Times 'In the last year, Washington has virtually cut off its aid'. Como consequência das ações desgovernadas da Somália, aos olhos dos Estados Unidos, o país africano teve a seguinte resposta 'With the fierce fighting and the lack of foreign aid, the economy of the nation of 6 million, most of them camel-herding nomads, has fallen apart, as have attempts at peace talks' (NYT, 1991 grifo meu).

Zanotti (2013, p.464) traduz os processos acima citados, durante e no pós-Guerra Fria, quando retoma o pensamento foucaultiano sobre governamentalidade, ao enaltecer os debates envolvendo a democratização sobre as agendas de segurança e desenvolvimento no âmbito da ONU. A boa governança tinha como objetivo a universalização da governamentalidade seja como uma modalidade da regra do estado e como uma modalidade internacional que atua como uma conduta. Para a autora, a boa governança enquanto uma doutrina adotada pela ONU e demais instituições como o Banco Mundial, embora advinda do neoliberalismo estadunidense como uma crítica ao intervencionismo do *welfare-state*, atuou como um discurso calcado em uma racionalidade que visa "*the manner in which power is exercised in the management of a country's economic and social resources for developmen*". Além disso, a boa governança almeja uma eficiência, no tange os serviços públicos, efetividade no judiciário, respeito aos direitos humanos, liberdade de imprensa e plural estrutura institucional (ZANOTTI, 2013, p.468).

No âmbito do SI, visto como anárquico, embora seja hierárquico (KEENE, 2002), a "Nova Ordem Mundial" que passou a ser desenhada no pós-Guerra Fria, durante a década de 1990, teve como valores, as perspectivas advindas do internacionalismo (neo)liberal, que necessitavam ser universalizados sobre os países/sociedades do Sul global. E, nesse sentido, observei a manutenção dos discursos orientalistas, que tiveram no neoliberalismo internacional via a governamentalidade,

a ratificação de que os países do Terceiro Mundo eram instáveis. As afirmações acima são corroboradas pelo *modus operandi* do Ocidente simular/dissimular no país africanos já que são vistos como Estados jovens, não possuindo por consequência coesão ou estabilidade como detém o Ocidente.

À luz da teoria da (neo)modernização⁸², os direitos humanos, a liberdade de expressão em sinergia com a promoção da democracia, algumas das ferramentas táticas discursivas baseadas nestes conceitos, funcionaram como um modo da diplomacia neoliberal estadunidense ratificar a paz, tendo no capitalismo um mecanismo estruturante. A política externa estadunidense, por meio da diplomacia, ratificou o modo neoliberal de (re)produzir a paz em sinergia com a guerra, segundo o nexos segurança-liberdade, que teve como projeto à manutenção do SI, mediante a regulação, controle e vigilância sobre os Estados africanos através da política da violência. (WALLERSTEIN, 2007; CHANDLER, 2006). Mediante as perspectivas acima, destaco a dinâmica comunicacional-cultural que por meio da mediação e/ou espetacularização econômico-política, interpela os Estados do Sul global, através da linguagem e das técnicas e tecnologias, onde reafirma o discurso orientalista. O discurso orientalista, ao ser ratificado pelo consórcio ONU e EUA, estabeleceu os parâmetros políticos e sociais que determinaram as políticas das vidas e/ou mortes físicas, mas também simbólicas, valorizadas e/ou descartadas dos Estados africanos, próximos e/ou distantes do *self* ocidental. Principalmente, quando *international news images of Africa are no longer constructed entirely – or even predominantly – by Western-born foreign correspondents; local journalists around east Africa constitute the majority of correspondents working for traditional, international news organisations.* (BUNCE, 2015, pp.58-59).

These journalists, with deep local networks and background knowledge are writing news that, in limited ways, provides an alternative and localised perspective on news events. However, these journalists are deeply embedded in international news outlets that operate on tight profit margins, and produce news for clients predominantly based in the Western world. Moreover, their work is shaped by the prevailing values of the journalistic field, with its emphasis on objectivity, and the firm notion of journalistic non-involvement. (BUNCE, 2015, pp.58-59 grifo meu).

Para além das mídias, mediante a larga quantidade de jornalistas, destaco os demais *gatekeepers* vinculado as comunidades epistêmicas, que por meio de suas tecnocracias, reiteraram

82 Marta Fernandez (2012) em seu artigo ‘Um (des)encontro de saberes: teorias da Modernização e teoria das Relações Internacionais’ apontou a partir das reflexões pós-estruturalistas e pós-coloniais em contraste com o desenho convencional das Relações Internacionais, construído como um domínio de violência e de desordem, as teorias da Modernização, geralmente, caracterizaram seu objeto de estudo como uma comunidade ordenada e progressiva. Por isso, elas assumem as demarcações espaciais da política internacional. Fernandez (2012, p.39) avalia por sua vez que o contexto histórico de surgimento das teorias da Modernização coincidiu com o das “Relações Internacionais”, a saber, os Estados Unidos saídos da Segunda Grande Guerra. E, assim como as Relações Internacionais receberam importantes financiamentos dos diversos setores: públicos e privados, semelhante situação aconteceu com as teorias da Modernização.

a lógica da teoria da (neo)modernização, sobretudo, quando são entrevistados por diversos meios de comunicação. Ao concederem entrevistas, expõem suas visões que por vezes, estão alinhadas institucionalmente aos seus respectivos governos, sobretudo, quando os governos realizam cooperações de modo sistêmico, funcionando como um canal que promove os valores neoliberais. No que concerne a rede de atores da política externa promovida pelo Ocidente, a teoria da (neo)modernização constituiu a *nature of capitalism and democracy, thus underpinned a foreign policy dynamic of interventionism*". (JAHN, 2007, p.101).

In the United States, academic institutions in particular have supported the broader institutional apparatus of the national security state by providing the trained personnel necessary to staff these institutions and by supplying both the information and the analytical and technical tools needed to formulate and implement its policies. In the postwar era, analysis in all of these institutions proceeded primarily within the horizon of the taken-for-granted, functioning within the common sense of the U.S. security imaginary. (WELDES, 1997, p.109 grifo meu).

Portanto, analisar o caso somali, é ponderar como e de que modo as operações de paz promovidas pelo Ocidente reforçaram o regime disciplinar, que a política externa estadunidense, através de seus atores, realizaram sobre sociedade somali à guisa de reproduzir a norma e a exceção, através da teoria da (neo)modernização. Como destacou Fernandez (2009, p. 40) as “novas” operações de paz da ONU são informadas por uma velha lógica, a saber: a da teoria da modernização, a qual, por sua vez, deita suas raízes nas teorias racistas e evolucionistas do século XIX. Ainda segundo a autora, analisar as intervenções na década de 1990, com o fim da guerra fria, é compreender que as “novas” operações são guiadas pelo mesmo discurso logocêntrico que informou o imperialismo europeu do século XIX e a ação subsequente do Conselho de Tutela das Nações Unidas. Este continua em vigor, portanto, a estratégia colonial de estabelecer fronteiras entre o “Eu” e o “Outro”, o “moderno” e o “tradicional”, a “ordem” e a “desordem”.

A democracia e o desenvolvimento econômico, portanto, ao serem disseminados pelos países do Norte sobre o Sul global, buscam “preencher” as lacunas econômico-políticas, ao estabelecerem conexões entre o global e o local, a fim de que a hegemonia produzida permaneça sendo mantida. Especialmente, quando *“the gap between rich and poor also created international instability: poor states might attain nuclear weapons; they might use their control over natural resources such as oil as political weapons; and they might pursue local conflicts which could lead to great power collisions (...)”* (JAHN, 2007, p.95). Dito isto, ao analisar as Operações na Somália, perpetradas pela ONU e os atores estadunidenses, à luz da comparação com outros atores políticos, é reconhecer a ‘promessa’ discursiva de que por fim aos conflitos, iria garantir a segurança e a paz, de acordo com o desenvolvimento e o crescimento societal. Ao fazer a promoção dessa promessa, que atuou como uma norma ocidental, não impediu que o Ocidente legitimasse a produção e manutenção de um contrato social universal. Isto é, o contrato social

universal, funcionou enquanto uma forma de legitimar os racismos sobre os Estados africanos, a fim de ratificar o problema da (in)diferença.

A cultura da representação confeccionada por representantes brancos em sua maioria, pertencentes a uma elite intelectual e política, mediante os organismos internacionais, perpetrada sobre os países do Terceiro Mundo, permitiram que a governança no pós-Guerra Fria atuasse de modo (neo)institucionalizado. E, deste modo, a ONU manteve a tendência de um *spirit of the (postmodern) times by turning to simulation by way of its hyperreal diplomacy: peacekeeping. Peacekeeping is no longer interpreted as a partial representation of collective security. Rather, it becomes a simulation of (collective) force and power*'. (DEBRIX, 1999, p.20).

O império estadunidense tanto quanto a ONU, após o fim da Guerra Fria, entre as décadas de 1990 e o início dos anos 2000, declarou a erradicação do colonialismo, porém só nos anos 2001 é que a proclamação deteve a legitimidade. (CHANDLER, 2006, p.12). Todavia, como informado nesta tese, isso não impossibilitou que práticas coloniais fossem reproduzidas a partir de discursos orientalistas. Como assinalou Opondo (2016, p.51) ao destacar que a complexa relação que envolve diplomacia, colonialidade/colonialismo e dominação *there are numerous diplomatic colonial entanglements that make it difficult to theorize the colonality of diplomacy and the diplomatic character of some colonial ventures*. Ao reler Edward Said, Opondo informa que no âmbito da diplomacia e o colonialismo há que se fazer as *relations and 'knowledge of other peoples and other times that is the result of compassion, careful study and analysis for their own sakes and those forms of knowledge that work for the domination of the Other'* (SAID, 2006, p. XIX).

Como sabido, a Somália contou com três Operações de Paz. A primeira chamada UNOSOM I (*United Nations Operation in Somalia*), que foi estabelecida segundo a resolução 751 do Conselho de Segurança das Organizações das Nações Unidas (CSONU) em março de 1992. Dentre alguns objetivos estipulados pelo Conselho de Segurança, a UNOSOM I ficou incumbida de prover ajuda na entrega e distribuição de assistência humanitária à população faminta. Isso significou para a UNOSOM I que era preciso combater as inseguranças presentes na Somália, diante das lutas diárias entre os conflitos clânicos, bem como os confrontos entre os clãs e as tropas da ONU enviadas pelo CSONU. Ainda segundo as lentes ocidentais, tornou-se preciso combater a fome e os ataques rotineiros que de acordo com os *peacekeepers* dificultavam o gerenciamento da ajuda humanitária, bem como a garantia da proteção. *'The relief effort was hampered by continued fighting and insecurity. The Security Council in August decided to deploy some 3,000 additional troops to protect humanitarian aid. But the situation continued to worsen, with aid workers under attack as famine threatened 1.5 million people'*. (ONU, 1991 grifo meu).

Outro apontamento político elencado pela ONU ao retratar a Somália, quando reduz a história do país a um conflito tribal/clânico, enaltecendo a guerra civil, mediante as facções. Ao fazer isso, a ONU circunscreve a Somália ao Orientalismo militarizado, onde estereótipos e essencialismos quanto ao conflito civil, configurando no imaginário sociocultural, enquanto uma síndrome. Portanto, apaga-se ou não reconhece que muito dos conflitos que assolaram na Somália, são rastros dos processos coloniais, bem como das disputas e conquistas pelos Estados Unidos, durante a Guerra Fria, em sua disputa com a URSS, mediante a construção de um inimigo. Este poderia influenciar e conquistar demais nações com sua ideologia comunista, que deveria ser exterminada, haja vista a importância que possui o capitalismo e democracia liberal, tendo em vista seus valores universais. *‘Following the downfall of President Siad Barre in 1991, a civil war broke out in Somalia between the faction supporting Interim President Ali Mahdi Mohamed and that supporting General Mohamed Farah Aidid*’ (ONU, 1991 grifo meu).

Dito isto, retoma-se as resoluções 751 e 794 do CSONU de dezembro de 1992 que estabeleceu a UNITAF (*United Task Force*) como uma forma de colaborar com a UNOSOM I. A UNITAF teve como objetivo a restauração da esperança, ou seja, por meio de um envio massivo de tropas de *peacemaking* dos Estados Unidos, estava encarregada de garantir acesso à ajuda humanitária ao povo somali. Por fim, em 1993, foi estabelecida a UNOSOM II (*United Nations Operation in Somália II*) por meio da resolução 814 do CSONU, a qual dispunha de um mandato mais amplo que incluía não apenas o fornecimento de ajuda humanitária, mas também buscava, a partir do desarmamento, da reconciliação política, uma reconstrução do Estado somali como um todo (FERNANDEZ, 2013).

No que concerne à UNOSOM I, segundo o CSONU, a operação autorizou a entrada de soldados dos Estados Unidos e do Paquistão em nome da ONU, a fim de proteger os civis (somalis), por meio da ajuda e distribuição humanitária. Naquela época o então Secretário geral das Nações Unidas Boutros Boutros-Ghali pretendeu findar com os conflitos somalis, e ao mesmo tempo promoveu a provisão humanitária diante da fome que assolava a Somália - já que o país era visto pelo Ocidente como um estado anárquico e/ou colapsado (FERNANDEZ, 2009). Por isso que a UNOSOM I se destacou enquanto uma importante operação de paz no século XX, já que esteve:

Concerned that the continuation of this situation constitutes, as stated in the report of the Secretary-General, a threat to international peace and security. (...)§2.Requests the Secretary-General immediately to undertake the necessary actions to increase humanitarian assistance by the United Nations and its specialized agencies to the affected population in all parts of Somalia in liaison with the other international humanitarian organizations and to this end to appoint a coordinator to oversee the effective delivery of this assistance; §4.Strongly urges all parties to the conflict immediately to cease hostilities and agree to a cease-fire and to promote the process of reconciliation and of political settlement in Somalia; §5. Decides, under Chapter VII of the Charter of the United Nations, that all States shall, for the purposes of establishing peace and stability in Somalia, immediately

implement a general and complete embargo on all deliveries of weapons and military equipment to Somalia until the Council decides otherwise; 8 Urges all parties to take all the necessary measures to ensure the safety of personnel sent to provide humanitarian assistance, to assist them in their tasks and to ensure full respect for the rules and principles of international law regarding the protection of civilian populations (CSONU, 1992 grifo meu).

Foi mediante estes cenários acima elencados que o Presidente George H. W. Bush (1989-1993), o então secretário de estado estadunidense Lawrence Eagleburger, o secretário de defesa Dick Cheney e o secretário-geral da ONU BoutrosBoutros-Ghali arquitetaram o Plano Bush. De acordo com esse plano, 30,000 mil soldados foram enviados para a Somália através da operação de paz de *peacekeeping* e *peace-enforcement* via a UNITAF (United Task Force) na chamada Operação Restauração da Esperança (*Restore Hope*). Para além do *peacekeeping* e do *peace-enforcement*, a Operação Restauração da Esperança buscava reconstruir o a nação/Estado somali (*statebuilding e nationbuilding*). Para alguns analistas a UNITAF deve ser vista como uma operação de paz genuinamente estadunidense, contrariamente a UNOSOM I - atrelada à ONU.

A UNITAF foi compreendida enquanto uma operação técnica que pretendia pôr um fim à fome na Somália como uma forma de responsabilidade ética estadunidense. Segundo os documentos da diplomacia e das Forças Armadas dos Estados Unidos, traduzido nas falas do Brigadeiro General John S. Brown, mediante a comemoração do aniversário da Operação Restauração da Esperança na UNITAF, o *Self* estadunidense se fez presente quando demonização a Somália – associando-a ao caos e anarquia; do lado oposto, colocam os soldados estadunidenses que se dedicaram e sacrificaram em nome de um povo: *‘the events of the firefight of 3-4 October 1993 into the wider context of the U.S. humanitarian, political, and military operation to rescue a people and a state from anarchy and chaos’*. (...) *The dedication and sacrifices made by U.S. soldiers, airmen, and marines in that war-torn country provide a lesson in heroism that remains compelling a decade later*’ (BROWN, 1992, p.4 grifo meu).

A reprodução do *Self* estadunidense também se fez presente, na garantia da segurança da população somali, quando a ONU, através da fala do então Secretário-Geral Boutros-Boutros Ghali sublinhou que *‘The presence and operations of UNITAF had a positive impact on the security situation in Somalia and on the effective delivery of humanitarian assistance’* (ONU, 1992 grifo meu). Embora, Ghali (1992) também tenha destacado também que *‘despite the improvement, a secure environment had not yet been established in Somalia and incidents of violence continued to occur’*. (ONU, 1992 grifo meu). Outro apontamento também sublinhado pela normativa, traduzida pela fala do então Secretário-geral, e, consequentemente traduz a anormalidade da Somália, à luz das lentes estadunidenses e da comunidade internacional *‘The security threat to personnel of the United Nations and its agencies, UNITAF, ICRC and NGOs was still high in some areas of*

Mogadishu and other places in Somalia. Moreover, there was no deployment of UNITAF or UNOSOM troops to the north-east and north-west, or along the Kenyan-Somali border, where security continued to be a matter of grave concern' (ONU, 1992 grifo meu).

A forma como Operações na Somália foram realizadas com os subsídios da ONU e dos atores políticos estadunidenses refletiu-se na seguinte passagem do discurso do então presidente dos EUA, George H. Bush. Em 04 de dezembro de 1992, Bush afirma que há uma tragédia na Somália e que caberia aos EUA salvar as vidas dos somalis. Para o presidente é quase um dever moral, diminuir o sofrimento humano somali. E nesse sentido, segundo Bush, os EUA e seus cidadãos engajados com a comunidade internacional não medirão esforços na pretensão de distribuir comida e aliviar o estorvo que a sociedade somali vem vivenciando. Para tal fim, a Força Aérea dos EUA estava autorizada a sobrevoar a Somália, com o apoio de soldados paquistaneses, em parceria com a ONU, na tentativa de garantir a segurança para a população somali. Assim destacou George H. Bush em seu discurso de 4 de dezembro de 1992, televisionado para todo os EUA, exemplificado abaixo, quando: *'I want to talk to you today about the tragedy in Somalia and about a mission that can ease suffering and save lives. Every American has seen the shocking images from Somalia the scope of suffering there is hard to imagine already over a quarter million people*'. (BUSH, 1992 grifo meu).



Figura (11): Discurso do Presidente George H. W Bush no Miller Center of Public Affairs University of Virginia⁸³

Fonte: Youtube (2020)

De acordo com o presidente estadunidense, ao falar sobre a Somália, destacou que múltiplas formas de ajuda e alívio humanitário estão sendo realizados no país durante à década de 1990. Os Estados Unidos estão realizando todos os procedimentos para conter a forme. *'The United States*

83 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EO8R4ViE2Yc>. Acessado em 05/12/2020.

has been actively engaged in massive international relief effort to ease Somalia suffering. All told American has sent Somalia 200,000 hundred thousand tons of food more than half the world'. (BUSH, 1992 grifo meu). Ainda segundo o discurso presidencial da época, Bush informou que envio de soldados, sistemas de proteção para garantir a segurança no país estarão sendo realizados. 'Total this summer is the distribution system broke down such convoys from Somalia's ports were blocked sufficient food failed to reach the starving in the interior of Somalia. And so in August we took additional action in concert with the United Nations' (BUSH, 1992 grifo meu). Embora, o país seja caracterizado pelas lentes da diplomacia, como um problema de cunho geopolítico, haja vista as dificuldades no interior do país, bem como 'We sent in the US Air Force to help fly food to the towns to date American pilots have flown over 1,400 flights delivering over 17.000 tons of food and when the UN authorized 3,500 UN guards to protect the relief operation. We flew in the first of them 500 soldier from Pakistan but in the months since then the security situation has grown worse'. (BUSH, 1992 grifo meu).

Jenny Edkins (2000, pp.39-41), que ao reler sobre o discurso da fome via a perspectiva da modernidade – tencionou a narrativa oficial promovida pelo Ocidente ao informar que: a fome constitui um objeto científico das ciências humanas. A fome e a miséria são tecnologizadas de diferentes formas, sobretudo, quando as narrativas da modernidade estão conectadas à ideia de crise. A fome, quando espetacularizada, por diferentes atores políticos e midiáticos, reproduzem relações de poder, principalmente, quando os *experts* ocidentais ratificam conhecimentos advindos dos valores éticos-morais da modernidade. Durante as operações de paz na Somália, a existência da UNITAF tem se destacado pelo protagonismo estadunidense, já que se tornou o responsável por diminuir e/ou acabar com a fome na Somália por meio de assistência humanitária. Por isso que a UNITAF, segundo as normativas da ONU, teve importância na Somália, já que 'The Unified Task Force (UNITAF), made up of contingents from 24 countries led by the United States, quickly secured all major relief centres, and by year's end humanitarian aid was again flowing'. (ONU, 1992 grifo meu).

Ainda segundo a ONU, algumas conferências foram realizadas de modo a promover doação para a Somália, por isso com a UNITAF, os Estados Unidos promoveriam o desarmamento, a reconstrução e a formação de um governo de transição. 'In March, the United Nations organized an aid conference at which donors pledged over \$130 million. At a reconciliation conference organized by the Secretary-General and his Special Representative for Somalia, the leaders of 15 political movements endorsed an accord on disarmament, reconstruction and the formation of a transitional Government'. (ONU, 1992 grifo meu). Por isso que a UNITAF havia desdobrado aproximadamente 37.000 soldados no sul e centro da Somália, cobrindo aproximadamente 40% do território do país. As benesses da diplomacia estadunidense traduzidas, por meio da UNITAF,

visaram garantir segurança, fluxo de comida e ajuda/emergência, diante de um país compreendido como desgovernado, inseguro e anárquico. Ou seja, *'The deployment of UNITAF forces improved the security situation and facilitated the flow of food and other emergency relief supplies into the neediest areas of Somalia'*. (ONU, 1992 grifo meu).

A essencialização da Somália como um país faminto a partir das lentes dos Estados Unidos, também pode ser observado, quando sublinham a precariedade do país africano. A dramaticidade com que a UNITAF expõe o caso somali e as soluções propostas diante da insegurança alimentar da Somália, fez com os Estados Unidos endossassem a ajuda internacional/externa, por intermédio das assistências humanitárias, já que o país é visto como dependente *'The level of malnutrition and death from starvation fell dramatically in many areas. In spite of the improvements, however, the humanitarian and political situation in many parts of the country remained complex and tense. In the southern and central parts of Somalia, large numbers of people remained destitute and totally dependent on relief food assistance'* (ONU, 1992 grifo meu).

Cabe ressaltar também, que o discurso da fome somali também foi instrumentalizado por jornalistas estadunidenses do NYT. As reportagens confeccionadas durante as operações de paz em 1992, por menorizam a situação somali quando o colocam como um território ruralizado. Na Somália, segundo o jornal, existem regiões onde a fome assola a população. Segundo a matéria *'Officials Say Somali Famine Is Even Worse Than Feared'* produzido pela gatekeeper midiática estadunidense Jane Perez, descreve que *'Relief officials say that as their operations move into rural areas of Somalia, they are discovering that the country's famine is far worse than previously believed and that current efforts, including an American airlift, are falling far short of what is needed to ease the crisis'*. (NYT, 1992 grifo meu).

O apelo imagético da fome que assola a Somália, pode ser observado pelos olhos dos oficiais da ONU e agências privadas que destacam personagens como mulheres e crianças – considerados grupos dos vulneráveis na agenda de segurança humana. Ao sublinhar os impactos causados pela fome nas mulheres e crianças, a jornalista chama a atenção dos múltiplos representantes políticos da comunidade internacional quanto situação considerada pela jornalista desastrosa. *'The officials, representing the United Nations and private relief agencies, said the wider dimensions of the famine had become clear only in recent days as relief workers began to arrive in rural centers like this one, where streams of emaciated men, women and children have flocked from outlying areas on the word that food is arriving'*. (NYT, 1992).

A partir da Resolução 775, o Conselho de Segurança da ONU também autorizou o envio de tropas para a Somália, onde cerca de 3.500 militares adentraram em Mogadíscio de modo que o tratamento do conflito pudesse ser operacionalizado. No âmbito das negociações e/ou mediações (formais e informais), o Egito e a Itália estabeleceram algumas formas diplomáticas, a fim de pôr

um fim ao conflito somali, especificamente, em regiões com elevado crescimento dos conflitos clânicos. Tripodi (1999, p.143) exemplificou esse processo de acordo com a entrevista do enviado especial do Ministério das Relações Exteriores da Itália, Embaixador Enrico Augelli e o líder Habr Gidir, quando afirmou que o envio de tropas italianas invadindo a Somália, representaria um grave erro, mesmo diante da fome. Porém, isso não impossibilitou a Itália, que já havia colonizado a Somália, de mediar o conflito no país africano, colaborando com os Estados Unidos, por intermédio da UNITAF. Como Tripodi (1999, p.143) apontou:

‘Robert Oakley, a former US ambassador to Mogadishu and special envoy to Somalia of the US administration, emphasised that the Italian contingent was destined to maintain a low profile, and despite the fact that Italy had important tasks to perform, its troops were going to have logistic duties only, while General Robert Johnston, the UNITAF commander, maintained that the Italian contribution was of vital importance for the operation in Somalia. In an interview to il Corriere della Sera the American commander said, ‘I value the Italians as the most important members of the coalition’. (TRIPODI, 1999, p.143).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1712520/CA

A gravidade que Somália se encontrava, mediante os contextos da UNOSOM I e da UNITAF - ambas consideradas como símbolo de fracasso, já que não conseguiram resolver o conflito na Somália, fez com que a Operação das Nações Unidas na Somália II (UNOSOM II) fosse instaurada. Embora, para alguns analistas dos estudos de Operações de Paz, a UNITAF teria conseguido vencer ao menos a fome na Somália. A UNOSOM II teve como objetivo a reconstrução do Estado somali através da ONU, embora a participação dos atores estadunidenses em paralelo com a ONU, durante a gestão Bill Clinton, via a resolução 814 do Conselho de Segurança da ONU, não tenha resolvido a situação no país, diante da perpetuação do conflito. Por isso que a transição da UNITAF para a UNOSOM II, significou para a ONU uma possibilidade de desarmar e reconciliar o país. Além disso, a transição entre as operações de paz, buscava restaurar a paz, lei e a ordem, necessárias para o funcionamento do SI.

Outro destaque quanto a transição entre as operações de paz na Somália, vistas enquanto gerações (KENKEL, 2005), deve-se a ‘*recreating a Somali State based on democratic governance and rehabilitating the country's economy and infrastructure*’ (ONU, 1992 grifo meu). A governança democrática e a reabilitação da infraestrutura da Somália representaria aos olhos da lente do Ocidente a retomada da norma e da segurança do país. Para isso, a ONU sublinhou que ‘*would seek to complete, through disarmament and reconciliation, the task begun by UNITAF for the restoration of peace, stability, law and order*’. (ONU, 1992 grifo meu). Outro importante aspecto a ser analisado entre as transições nas operações de paz na Somália, envolve a reprodução do *Self* estadunidense, quando por meio do discursos orientalistas endossa a militarização da sociedade somali, associando-as as facções, guerrilhas ou grupos armados, onde de modo pejorativo as retratam de modo primitivo e/ou bárbaro inserindo a um tempo pré-moderno.

Para tanto, era preciso fazer com que as facções somalis, segundo o Ocidente, retomassem a norma, entregando suas armas, a fim de reintegrar a sociedade. Nesse sentido, as facções somalis, de acordo com a ONU, deveriam entregar suas armas consideradas perigosas, já que tem sido usadas contra a população, os não-combatentes e a comunidade internacional que tem visado ajudar a Somália, haja vista suas anomalias. Todavia, é importante apontar que os armamentos utilizados pelas tropas estadunidenses, bem como da ONU e demais atores do SI, não eram vistas como perigosas, mas sim, pacificadoras. Independentemente, dos números de mortos somalis, cujas mortes advém das armas ocidentais, utilizadas nas operações de paz, as munições e as armas usadas pelos atores ocidentais eram legítimas suas ações.

A fim de justificar as ações militares, uma força tarefa foi realizada pela ONU de modo a *'the establishment of cantonment, for storage of heavy weapons, as well as transition sites for temporary accommodation of factional forces while they turned in their small arms, registered for future governmental and non-governmental support and received training for eventual reintegration into civilian life. Cantonment and transition sites would be separated from each other to prevent any possibility of factions or groups seizing the heavy weapon.'* (ONU, 1992 grifo meu). No que concerne a UNOSOM II é preciso ponderar também que a ONU atribuía as 'raízes' dos conflitos somalis a partir dos grupos tribais/clânicos, assim descrito pelos atores políticos europeus e estadunidenses, de modo que o cessar-fogo, bem como o progresso tornavam-se impossíveis de serem conquistados. As rivalidades entre os grupos clânicos somalis eram entendidos segundo as lentes ocidentais, presos a um Estado de Natureza (pré-moderno).

Para tanto, era preciso que as rivalidades clânicas cessassem, a fim de que houvesse a instauração do Estado Soberano (modernidade). Ao resistir participar do Estado Soberano, a Somália permanece no estado de barbárie, de acordo com o Ocidente, tendo em vista que os conflitos clânicos representam o primitivismo, atraso e anomalias. Ou seja, *'No meaningful progress could be made in the political process without first finding a solution to the conflict among the Hawiye sub-clans (Habr Gedir, Abgal, Hawadle and Murosade). The root causes of dissension and tension among the 15 factions were also by and large attributable to rivalries within the Hawiye clan'* (ONU, 1993 grifo meu).

Isto posto, de acordo com Fernández, a UNOSOM II também foi marcada por falhas, especialmente, quando a ONU *'consistiu em imputar aos próprios somalis a culpa pelo fracasso da operação'*. (FERNANDEZ, 2009, p.325). Além disso, argumenta-se que a Somália funcionou como um laboratório, cujos pesquisadores de diversas localidades, sobretudo, as estadunidenses, pretendiam testar uma espécie de fórmula, a fim de que as operações de paz da ONU obtivessem êxito. Como salientou Fernandez (2009, p.326), *'as "novas" operações de paz da ONU, como as da Somália, constituíam, portanto, um experimento controlado voltado para a promoção de uma paz*

duradoura em países recém-saídos de guerras civis'. A ONU considerou em seus apontamentos que o progresso e o desenvolvimento na Somália eram difíceis de serem alcançados na medida em que não houve reconciliação nacional.

Ao contrário, de acordo com a ONU apoiada pelos Estados Unidos e demais membros da comunidade internacional, subgrupos e facções não buscavam ajuda, tampouco queriam a reconciliação do país. *'There was no progress on national reconciliation. The National Reconciliation Conference and its preparatory meeting were repeatedly postponed, new subgroups of factions emerged and there was no clear reconciliation process*'. (ONU, 1993 grifo meu). Ou seja, segundo o Ocidente, mesmo após diversos custos e os investimentos realizados pela ONU na Somália, a partir de suas coparcerias inclusive com os EUA, o país africano resistia aos ordenamentos jurídico-políticos do SI, que garantiriam, segundo o Ocidente, progresso e desenvolvimento na Somália. Por isso que a retirada da UNOSOM II na Somália teria ocasionado uma importante transição já que *'The United Nations to assist a people and a country caught in the throes of famine, civil war and the collapse of all institutions*'. (ONU, 1993 grifo meu).

Despesas nas operações de paz na Somália	Autossustentação da operação de paz na Somália via a ONU	Suporte da operação de paz na Somália via a ONU
UNOSOM I	*	*
UNITAF	\$43,7 milhões	\$44,2 milhões
UNOSOM II	\$3,8 milhões	\$2,7 milhões

Tabela (3): Despesas durante as Operações na Somália

***Dados não apresentados nos relatórios analisados. Apenas é informado que os valores foram reembolsados pelo então Secretário de Estado dos EUA.**

Fonte: Elaboração própria com base nos relatórios das agências dos EUA e da ONU⁸⁴

Por meio de um discurso progressista, liberal e 'pacifista' as 'novas operações de paz' pretenderam corrigir os desvios ou 'problemas' dos governos degenerados, caracterizados por conflitos clânicos/étnicos, simbolizados por espaços desgovernados – leia-se anárquicos, tendo como horizonte 'soluções' econômico-políticas, que tendiam a ratificar o universalismo anglo-eurocentrico sobre os demais países/sociedades africanas vistos como Outros. O Outro compreendido pelo Ocidente como inferior/primitivo e que necessitava emular o modelo ocidental a fim de que corrigir as disfuncionalidades dos sujeitos somalis (ZANOTI, 2006; FERNANDEZ, 2009, p.388). A análise da matéria do NYT (1993) *'The Somalia Mission: Overview; Clinton doubling U.S Force in Somalia, Vowing troops will come home in 6 months'*⁸⁵ confeccionada pelo jornalista Douglas Jehl teve como objetivo resolver os problemas da Somália aos olhos do Ocidente. *'Between now and March 31, he said in a television address, the troops would try to lay a foundation for stability in the anarchic country*'. (NYT, 1993). Para tanto, a situação na Somália

⁸⁴ Disponível em: <https://www.gao.gov/assets/160/154156.pdf>. Acessado em 10/12/2020

⁸⁵ Disponível em: <https://www.nytimes.com/1993/10/08/world/somalia-mission-overview-clinton-doubling-us-force-somalia-vowing-troops-will.html> Acessado em 13/02/2020.

como tem se agravado, na medida em que não aceitam as condicionantes do Ocidente que permitirão o país melhorar e avançar na economia-política.

Como os somalis resistem as diretrizes do liberalismo, perpetradas nas operações de paz, faz-se necessário tão somente proteger os soldados estadunidenses segundo o Presidente Bill Clinton. *‘President Clinton said today that he was doubling the size of the United States ground forces in Somalia to protect American troops there, and he promised to have all forces out in six months’*. (NYT, 1993). Além disso, como os somalis querem permanecer nas condições de barbárie, diante da violência contra aqueles que visaram a sua proteção, de acordo com as visões estadunidenses é preciso deixar a Somália. Além disso, segundo o presidente Bill Clinton precisa deixar uma memória positiva para as próximas gerações estadunidenses mediante os esforços que foram realizados na Somália. *‘Let us finish the work we set out to do,’ Mr. Clinton said. “Let us demonstrate to the world, as generations of Americans have done before us, that when Americans take on a challenge, they do the job right”*. (NYT, 1993 grifo meu).

Por isso, como apontou Fernandez (2009, p.392), as ‘novas’ operações de paz são *‘mecanismos disciplinadores por meio dos quais a ONU tenta supervisionar e normalizar aqueles Estados que se desviam do consenso normativo contemporâneo centrado na democracia liberal’*. A tradução da afirmação acima pode ser visualizada no discurso do ex-presidente estadunidense George H Bush, quando destaca a situação anárquica que vive a Somália, caracterizada por uma ausência governamental. *‘There is not government in Somalia law and order have broken down anarchy prevails*. O ex-presidente Bush ainda informa que *‘one image tells the story imagine seven thousand tons of food aid literally bursting out of a warehouse on a dock in Mogadishu while somalis starve less than a Kilometer away because relief worked cannot run the gauntlet of armed gangs roving the city confronted with these conditions relief groups called for outside troops to provide security’* (BUSH, 1992).

Contrariamente as ideias de Fernandez (2009), Roland Paris (2004, p.4), ao reler as operações de *peacebuilding*, sublinha que o *‘peacebuilding was nothing less than an enormous experiment in social engineering, aimed at creating the domestic conditions for durable peace within countries just emerging from civil wars’*. Na era pós-guerra fria, a proteção dos civis tem se tornado um dos principais estratégias, a fim de fazer com que a hegemonia promovida pelo Ocidente, torne-se *“a core principle of international humanitarian law and a moral responsibility for the United Nations”* (DOUCET, 2018, p.99). Nesse sentido, a proteção de civis⁸⁶ tem oscilado

⁸⁶ A proteção de civis, normativa criada em 17 de setembro de 1999, através da discussão do 4046th reunião do Conselho de Segurança da ONU, por meio da resolução 1265, tendo a continuidade do debate, a partir da confecção do relatório Brahimi e da Doutrina Capstone, sublinhavam que os civis deveriam ser protegidos. Durante a gestão do Secretário-Geral da ONU de Kofi Annan, a normativa destacava-se porque elencava que as causas dos conflitos, a promoção durável para a paz e a busca por um desenvolvimento sustentável nos países africanos, só se tornaria possível, quando houvesse a compreensão de que era preciso *‘to save succeeding generations from the scourge of war’*

no que tange aos discursos operacionalizados pelo Ocidente, já que ao mesmo tempo lê as sociedades africanas como situadas numa condição de selvageria e barbárie.. E ao retratar as sociedades africanas como bárbaras especialmente, há uma justificativa ainda maior para as intervenções, já que há um *process of criminalizing certain forms of political violence and providing the legal justification for the use of international force against these forms of violence, which has been at the heart of the evolution of international humanitarian law, international human rights law and their surrounding normmaking frameworks*. (DOUCET, 2018, p.99).

Ano das Operações de Paz na Somália	Custo por incremento nas Operações de Paz via os EUA	Nº de Tropas/funcionários enviados pelos EUA em cooperação com a ONU
1992 - UNOSOM I	\$20.1	3.500 pessoas
1993 - UNITAF	\$692.2	26.000 pessoas
1994 - UNOSOM II	\$94.7	14.000 pessoas

Tabela (4): Número de Tropas e Custo na Guerra Civil nas Operações da Somália

Fonte: Elaboração própria com base nos relatórios dos EUA e da ONU⁸⁷

Nesta tese defendo que as ‘novas’ operações de paz aplicadas sobre a Somália e demais países do continente africano, ocorreram sob o auxílio e a manutenção constante de ações políticas que fizeram uso dos dispositivos *ban-panópticos*. Isto é, por meio dos processos de exclusão-inclusão e/ou inclusão-exclusão os atores políticos e midiáticos estadunidenses, enquanto *gatekeepers*, mas não tão somente, como a ONU e ONG’s, participaram dos processos de intervenção na Somália, corroborando com a manutenção de práticas coloniais. (DEBRIX, 1999; BIGO, 2005; 2009). As práticas coloniais podem ser visualizadas de diferentes formas, dentre elas, os discursos calcados na alteridade, formas de (re)produção e manutenção raciais a partir das elites inter(nacionais), reafirmação de sistemas classificatórios mediante as hierarquias, silêncios e tentativas de anulação das agências dos países africanos, à luz da universalidade com que branquitude exporta seus valores. Isto é, *the invisibility of whiteness has been manifested through its universality. The universality of whiteness resides in its already defined position as everything* (NAKAYAMA; KRIZEK, 1995, p.293). Principalmente, quando a branquitude faz uso de discursos calcados em *frame that negotiates and reinforces white dominance in U.S. society operates strategically. This strategic rhetoric is not itself a place, but it functions to resecure the center, the place, for whites* (NAKAYAMA; KRIZEK, 1995, p.295).

Aqui múltiplas agendas/temas foram mobilizadas, mas e, principalmente, (re)produziram formas de punição e mecanismos de controle sobre a sociedade somali tendo como parâmetro o Ocidente. Mediante a interseção entre norma e exceção e seu embaralhamento, a anarquia e hierarquia são deslocadas a fim de serem invertidas, via a relação entre o SI e os Estados

(BRAHIMI, 2005, p.VIII).

87 Disponível em: <https://www.gao.gov/assets/160/154156.pdf>. Acessado em 10/11/2020.

(soberania). (WALKER, 1993; KEENE, 2002; GROVOGUI, 2006; FERNANDEZ, 2015). Diante disso, a posição e as características do SI visto como anárquico, caracterizado pela ausência de uma autoridade central, marcado por sua vez por um ordenamento jurídico-político precário e imperfeito (BULL, 1977), nesta tese essa premissa foi deslocada e invertida vis-à-vis ao Estado. Este historicamente, segundo a narrativa ocidental, é retratado como uniforme, homogêneo, hierárquico e que detém o monopólio do uso legítimo da força (WEBER, 2004).

No âmbito das Operações da Somália, mediante os discursos orientalistas que alegavam a falência/fracasso estatal, a anarquia era deslocada do internacional para o doméstico, conforme os discursos orientalistas ratificados pelo Ocidente, exemplificados abaixo através da fala do ex-presidente George H. Bush, tendo como suporte o liberalismo, atuam enquanto formas de mediação e/ou espectacularização (DEBRIX; WEBER, 2003), tendo como princípios a ‘proteção/salvação’ da sociedade somali, via o enaltecimento da cultura da governança humanitária⁸⁸ (DILLON; REID, 2009; FASSIN, 2011). Nesse sentido do ponto de vista político e comunicacional, há um *‘crucial to the formulation of such morality is the theatricality of humanitarian communication, that is, the capacity of this communication to stage human vulnerability as an object of our empathy as well as of critical reflection and deliberation’* (CHOULIARAKI, 2013, p.22).

The United Nations Security Council by unanimous vote and after the tireless efforts of secretary-general Boutros Gali welcomed the United State’s offer to lead a coalition to get the food through after consulting with my advisors with world leaders and the congressional leadership. I have today told a secretary general Boutros Gali that America will answer the call *I gave the order to secretary Cheney to move a substantial American force into Somalia as I speak a marine Amphibious Ready Group which we maintain at sea is offshore Mogadishu.* The troops will be joined by elements of the first Marine Expeditionary Force based out of Camp Pendleton California and by the Army’s 10th Mountain Division out of Front Drum New York. (...) (BUSH, 1992 grifo meu).

Cabe ressaltar que os profissionais que trabalharam com as questões humanitárias, tanto a partir da ONU, bem como as demais instituições como as ONGs, se apresentaram como detentores de um saber e poder, onde as ações desenvolvidas no local, passaram a não ser problematizadas, especialmente, quando algumas de suas ‘soluções’, implicaram em outros problemas. Isto é, *whilst all ethics of solidarity involves an element of ‘egoistic altruism’, ironic solidarity differs from other versions in that it explicitly situates the pleasures of the self at the heart of moral action, thereby rendering solidarity a contingent ethics that no longer aspires to a reflexive engagement with the political conditions of human vulnerability’*. (CHOULIARAKI, 2013, p.4).

88 Fassin (2011, pp.1-2) compreende por governança humanitária os desdobramentos de sentimentos morais na política contemporânea. Governança deve ser entendida no sentido amplo, como procedimentos que estabelecem e produzem ações que conduzem a gestão de uma ordem, regulação e suporte dos seres humanos. A governança inclui e ao mesmo tempo excede a intervenção do Estado, as administrações locais e os corpos internacionais e instituições políticas.



Figura (12): Mission To Somalia; U.S. Is Sending Large Force As Warning to Somali Clans
Fonte: NYT (1992)⁸⁹

A reportagem produzida pelo NYT, e publicizada em 1992 na Editoria Mundo, tendo como título ‘*Mission To Somalia; U.S. Is Sending Large Force As Warning to Somali Clans*’ esmiúça a maneira com que o Pentágono, por meio de seus representantes, como o General Colin L. Powell em parceria com o Secretário de Defesa Dick Cheney, atuaram na Somália, durante as operações de paz. De acordo com a matéria, uma larga tarefa foi realizada sobre a Somália, a fim de fazer com que a fome fosse diminuída de modo que os conflitos armados clânicos fossem contidos, sem que para isso, a ajuda humanitária fosse interrompida. Segundo Colin Powell, um ‘*outlined the Pentagon plan for decisive military action, he said it might be necessary to leave a "residual" American force in Somalia after Washington has officially turned over the mission to a United Nations peacekeeping force after two to three months*’. (NYT, 1992).

Ainda segundo alguns representantes do Pentágono, a forma com que as Operações na Somália foram mobilizadas, pode não proporcionar um êxito para os EUA. Principalmente, porque as operações não fornecem uma logística e suporte, de modo transparente e/ou não concluem as ações políticas desenvolvidas sobre a região. Portanto, ‘*the disclosure that the Pentagon may leave*

⁸⁹ Disponível em: <https://www.nytimes.com/1992/12/05/world/mission-to-somalia-us-is-sending-large-force-as-warning-to-somali-clans.html>. Acessado em 04/01/2021.

a small force in Somalia to provide logistical support for the United Nations peacekeepers and may also keep a potent Marine force off the coast to bail out the United Nations force if it gets in trouble suggests that the American military intervention may not end as cleanly as President Bush suggested today' (NYT, 1992).

Diante disso, argumento que os atores estadunidenses pretenderam se eximir de toda e qualquer questão ou circunstância que implique em uma crítica ou mesmo abale a sua imagem, frente a comunidade internacional como ocorrido na Guerra do Vietnã e diante dos 'aprendizados' da Guerra do Golfo. Além disso, os atores estadunidenses buscaram também, através dos discursos humanitários, reiterar os moralismos, via as ideias de 'proteção e/ou salvação', quando *'In an effort to make clear that the United States was not trying to impose a political solution, the Pentagon issued an official "mission statement" for the operation, which underscored that the purpose of the intervention is to provide humanitarian aid. Defense Secretary Dick Cheney and General Powell also provided an unusual amount of detail about the unfolding military operation, under which the first combat forces would be deployed to Somalia early next week*' (NYT, 1992).

Não obstante, ressalto também quanto às formas com que a mediação e/ou espetacularização foram exploradas pelos discursos orientalistas, promovidos pelos atores políticos e midiáticos estadunidenses, ao destacarem na época o enaltecimento a condição de inferioridade e/ou selvageria vis-à-vis que a Somália se encontrava. A mediação e/ou espetacularização ocorreu diante dos discursos disseminados pelo Ocidente sobre a sociedade somali, sobretudo, quando as imagens disseminadas destacavam a seguinte perspectiva *'In a clear warning to the armed clans, General Powell said that the American forces would not only defend themselves but would launch pre-emptive attacks if necessary. "We are just not going to ride shotgun, waiting for people to shoot at us and then shoot back," he said. Because American officials want the Somali clans to know their intentions, the Pentagon has been eager to give the kind of details about the operation that were classified during the Persian Gulf war*' (NYT, 1992).

Ainda segundo a reportagem, o então secretário Dick Cheney afirmou que a pretensão dos EUA era tão somente entregar um resultado que permita a ONU adentrar no território somali de uma melhor forma, portanto, garantindo a segurança e controle sobre a região. Segundo Cheney, o monitoramento permanecerá constante, principalmente porque poderá haver movimentos insurgentes, advindos dos bandos armados da região, a fim de retomar o poder, retirando as forças armadas da ONU. A complexidade envolvendo a Somália, segundo os atores políticos estadunidenses, ocorreram porque os clãs estão constantes alertas *'If the armed clans fade away in the night because we have deployed overwhelming force and we go a month without sniping attacks, you could say that the country is pacified*'. (CHENEY, 1992).

Além disso, os representantes governamentais estadunidenses declararam ao NYT que a retirada no país africano torna-se ainda mais complexo, sobretudo, porque há uma *‘A Dangerous Transition One major concern, Pentagon officials say, is that armed bands may re-emerge as the Americans try to withdraw and the less powerful United Nations peacekeeping forces move in to take its place’* (NYT, 1992 grifo meu). Por fim, a reportagem informa que o objetivo das forças estadunidenses na Somália era prestar assistência humanitária, contrariamente a visão da ONU que buscava desarmar os clãs somalis, a fim de tornar o país em uma área segura. Ou seja, *‘The United Nations Secretary General has urged that the clans be disarmed so that the United Nations peacekeeping force can take over safely. But by and large the Pentagon plan concentrates on the delivery of assistance, not disarming the country, which would take longer and draw the United States more deeply into the conflict. Somalia Operation’* (NYT, 1992, grifo meu).

Retomo o pensamento de Beate Jahn (1999, pp.414-415) já que a autora compreende a lógica colonial, simbolizada pela ideia de ‘proteção’, a partir da discussão sobre os processos do encontro entre os espanhóis e os ameríndios - que aqui readaptei na relação entre o Ocidente (aqui representado pelos EUA) e a Somália, que por um lado defende a ideia de uma escravidão natural, mas por outro ponto de vista, necessitam compreender que existe tão somente uma humanidade em comum. Uma natureza comum é universalizada, e passa, portanto, a ser gerenciada e disciplinada sobre os indivíduos, à semelhança dos atores estadunidenses (JAHN, 2000). Para Jahn (2000), há um paradoxo nesse encontro que fez com que os espanhóis se dividissem internamente tanto no que concerne à sua política e a moralidade, e que aqui replico para a relação entre os somalis e os estadunidenses. Essa antítese ocorre na medida em que os espanhóis pretendem aplicar o conceito de escravidão natural, defendido por Aristóteles em *‘A Política’*, e que por excelência contradiz o *Oikumene* cristão que por primazia é a base de sua respectiva cultura.

Segundo as leis sagradas do cristianismo, o *Oikumene* significa que a humanidade detém uma origem comum e a vontade de Deus na busca pela perfeição do homem e do mundo natural. Ainda de acordo com a lei cristã, o *Oikumene* deveria ser ampliado a todos os indivíduos, e neste caso, portanto, a todos os ameríndios. Ao reler os cronistas, historiadores e religiosos como Francisco de Vitória e Juan Sepulveda, Jahn (1999, p.415) informa que há a produção de hierarquias entre espanhóis e ameríndios, porém naquele cenário os espanhóis tinham cultura, enquanto que os ameríndios supostamente não. Um segundo destaque feito pela teórica, atesta que a assimilação dos ameríndios à cultura espanhola se tornou uma prática rotineira.

De acordo com a proposta de Jahn (1999; 2000), reflito que as Operações da Somália, realizadas à luz dos atores da política externa estadunidense (re)produziram o discurso de ‘proteção’, enquanto uma forma de solução. E ao fazer isso, o Ocidente se autodefiniu como adulto, que detém capacidade de fazer com que os somalis deixem as suas condições de infância, estado de

natureza e passem a transitar para a fase adulta. A bula a ser seguida pressupõe determinados remédios, antídotos que serão necessários para conter a doença somali, mas também fornece à Somália, os insumos necessários para o seu ‘crescimento’ e/ou ‘desenvolvimento’. (DUFFIELD, 2001; 2007) Caberia, portanto, a ‘comunidade internacional’, apontar as diretrizes que ao serem impostas às sociedades/estados colapsados/frágeis/fracassados, deverão ser seguidas, na busca pelo ‘desenvolvimento’, em nome da ‘humanidade’ e na busca pela evolução societal tendo como espelho o eurocentrismo e estadunidenses.

A afirmação de Jahn (1999; 2000) acima pode ser visualizada pela matéria *‘In Somalia, Graves and Devastation’*⁹⁰, feita pela Agência Reuters e compartilhada pelo NYT em 30 de agosto de 1991. Segundo a reportagem, a situação na Somália era dramática, marcada por vagabundos, sangue pelas ruas, pessoas feridas e mortas. Os hospitais com lotação máxima. Bombardeio para todos os lados. Era preciso criar mecanismos políticos humanitários para proteger a Somália. *‘Surrounded by pools of drying blood and dirty bandages, a man with a bullet wound in his leg sat screaming on the hospital table. On the grass outside, more wounded were brought in and laid out among those already dead, covered over with bloody sheets’*. (NYT, 1991 grifo meu). Jornalistas descreviam o caos que havia na Somália, cidades em ruínas, onde crianças pediam ajuda e proteção. *‘When journalists flew into Mogadishu on the first plane since his downfall, they saw a city in ruins’*. (NYT, 1991 grifo meu).

A história da Somália é narrada como um filme de Guerra, típico das décadas de 1980-1990, onde de um lado tem os estadunidenses protetores da humanidade e do outro lado, temos os vilões, representados pelos clãs somalis. Os clãs somalis, representado por Siad Barre, estão dispostos a tudo, são capazes de destruir hospitais, matar pessoas e cometer os maiores crimes contra a humanidade. Humanidade pensada à luz do Ocidente, ou seja, atrelada aos princípios universais (liberdade, igualdade, promoção dos direitos humanos, democracia liberal etc), portanto, restrita a determinadas pessoas que estiverem concordando com os dogmas políticos da diplomacia estadunidense. *‘The hospital here, run by an Austrian charity, is usually a maternity clinic. But when rebels invaded the capital on Dec. 30, its four surgeons began working 18-hour shifts to treat people wounded by guns and shrapnel’* (...) *‘The hospital was shelled by Mr. Siad Barre’s forces two weeks ago and bandits attacked it later’*. (NYT, 1991 grifo meu). Por fim, a matéria destacou os grupos rebeldes e a necessidade de proteção diante das anormalidades que a Somália vivenciava. *‘The streets were littered with bodies and the burned hulks of tanks and cars. Graffiti proclaim victory for the Somalia’s seven rebel groups’*. (NYT, 1991 grifo meu).

90 Disponível em: <https://www.nytimes.com/1991/01/30/world/in-somalia-graves-and-devastation.html>. Acessado em 02/08/2021.

Os dados abaixo extraídos da USAID (1990-1997) – uma das principais agências dos EUA- que colaborou com investimentos, logística e cooperação no caso somali, me possibilitaram analisar como as Operações na Somália traduziram o discurso colonial perpetrado pelo Ocidente, que desqualificou o país, quando o colocou na condição de Estado colapsado e/ou anárquico. Ao mesmo, sublinho que o discurso colonial perpetrado pelos atores políticos, estadunidenses mediante o etnocentrismo, também enalteceu uma certa visão de soberania, segundo as normativas ocidentais. Duffield (2007, p.27) revisita a perspectiva acima, acrescentando que após a Guerra Fria, uma nova dinâmica foi realizada pelo Ocidente, a partir do sistema de pacificação envolvendo os Estados que permaneceram em crise, mesmo após ajudas humanitárias e o ativismo transnacional na busca pela paz. Segundo o autor, o desenvolvimento humanitário internacional e o ativismo em favor da paz não resolveram os problemas políticos e a instabilidade, mesmo após as tentativas de redução de conflitos e guerras. Isso aconteceu, porque houve *“the persistence or threat of instability, however, intervention and pacification has blurred into a new and enduring political relationship: a post-interventionary terrain of international occupation”*. (DUFFIELD, 2007, p.27).

Investimentos e Financiamentos de Assistência Humanitária Estadunidense	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
OFDA	\$4,4	\$26. 1	\$49.0	\$12. 2	\$6.4	\$6.5	\$6.1
FFP	\$5.7	\$42. 4	\$76.4	\$16. 8	\$10. 7	\$5.4	\$2.3
Outros USG	\$10. 0	\$26. 6	\$35.5	\$10. 0	\$5.3	\$4.0	\$4.1
Total	20.1	\$95. 1	\$160. 4	\$39. 0	\$22. 4	\$15. 8	\$12.4

*A USG inclui financiamento adicional de assistência humanitária do Departamento de População,

*A USG inclui financiamento adicional de assistência humanitária do Departamento de População, Refugiados e Migração do Departamento de Estado dos EUA, o Departamento de Agricultura, USAID/Somália, Escritório da USAID na África e escritórios da USAID de Iniciativas de Transição e Conflitos Gestão e Mitigação

Tabela (5): Assistência Humanitária da USAID/OFDA à Somália (1990-1997)

Fonte: Elaboração própria com base na USAID/OFDA

As situações que ocorriam na Somália só poderiam ser solucionadas se o nexos segurança-desenvolvimento fosse aplicado ao país pelo Ocidente já que a *technology of governing life through its freedom, the absence of an essential relationship between liberalism and democracy helps to explain the enduring paradox of liberalism*. (DUFFIELD, 2007, p.7). Diferentemente de Duffield (2007), argumento nesta tese que tão somente houve uma adequação do discurso orientalista sobre os países do Terceiro Mundo, onde houve a eliminação dos princípios da Guerra Fria, mesmo porque as teorias (neo)modernizantes permaneceram, atreladas ao internacionalismo (neo)liberal, visualizadas a partir dos casos somali e ruandês (capítulo III). Além disso, argumento também que o nexos segurança-desenvolvimento ao ser ratificado sobre a Somália, teve como alicerce a agenda de segurança humana. Esta atestava que o subdesenvolvimento deveria ser visto como um problema,

especialmente, porque promove perigo, já que a pobreza, fome, crise na saúde são fatores que viabilizam crises e conflitos e o colapso do Estado (DUFFIELD, 2007, pp.114-115).

O discurso do então Secretário geral da ONU, Broutos-Broutos Ghali ao perpetrar a agenda de segurança humana, como uma forma de *reiterated a politics of death at the same time as it placed human life as the ultimate value – and the protection/saving of such life as a political and moral imperative* (FONTES, MACEDO, 2021, p.8). E ao mobilizar um discurso em favor da vida, embora a morte estivesse lado a lado, permitiu que múltiplas formas desumanizantes fossem legitimadas, especialmente, quando se utilizou das normativas dos Direitos Humanos, Direito Internacional, Direito Humanitário e do Direito Humanitário Internacional. Principalmente, porque a agenda de segurança humana continha *ambiguous process entailing the intertwinement of life and death, both in the physical and social ascriptions of the terms “life” and “death,” which, as we argue below, is an integral part of the development of the other elements of the discursive economy of protection/salvation.* (FONTES, MACEDO, 2021, p.8).

3.4

As ações necro-biogeopolíticas estadunidenses: o modo liberal de produzir a ‘ajuda’ humanitária e/ou militar na Somália

Em nome da ‘liberdade’, múltiplas ações políticas violentas permaneceram sendo disseminadas pelos atores estadunidenses. Foi em ‘defesa’ da sociedade somali que os atores estadunidenses, bem como o sistema ONU (re)produziram discursos orientalistas que pretendem simular/dissimular representações que enalteçam a liberdade, embora a segurança estivesse circunscrita à dinâmica (DEBRIX, 1999). Uma liberdade que não era e não será para todos os indivíduos, mesmo porquê nem todos são vistos enquanto indivíduos e/ou cidadãos. E aqueles que conseguiam deixar a condição de primitivismo (estado de natureza) passando a transitar para a condição de cidadão, pode ter os seus direitos suprimidos pelos contratos raciais que operavam inerentemente as normas através dos atores políticos (MILLS, 1999; JAHN, 1999; FERNANDEZ, 2019). Segundo Charles Mills em ‘*Racial Contract*’, por meio da dominação mediante um sistema de dominação pelo qual os brancos têm historicamente governado e, em certos aspectos importantes, continuam a governar pessoas não-brancas. (MILLS, 1999, pp.1-2). Muitos dos contratos raciais foram (e se mantêm) estruturados a partir do patriarcado. Eles tem racionalizado suas ações políticas mediante os valores culturais do Ocidente, sobretudo, quando faz uso de suas visões filosóficas.

No âmbito da diplomacia ocidental, enquanto uma técnica de comunicação-cultura (DER DERIAN, 1989; CONSTATINOU; 1996), o contrato racial tem-se aplicado mediante a impressão de uma linguagem que tem traduzido formas de colonialidade e poder, tendo em vista que engaja com práticas transculturais. Isso significa dizer que (re)ler a diplomacia promovida pelo Ocidente e

sua correlação política envolve um *range of colonial/colonized peoples, sites and mediation practices or forms of estrangement that are trivialized, erased or silenced by modern/colonial regimes of recognition and intelligibility* (OPONDO, 2016). Opondo (2012, p.108) ao reler as intervenções humanitárias e/ou militares destaca por sua vez, as representações que invocam o genérico sofrimento e a segurança e/ou proteção de qualquer pessoa que esteja em situação vulnerável. E nesse sentido, salienta também que no circuito diplomático, as ações políticas são estruturadas de modo a fazer com que *maintains a mimetic relationship to the segments and thresholds produced by capitalism, nationalism, colonialism, racism and other 'necrographic' maps that are intricately intertwined with the production of 'man'*. A resolução 794 via o CSONU por meio da UNITAF refletiu a dinâmica acima, sobretudo, quando:

Expressing grave alarm at continuing reports of widespread violations of international humanitarian law occurring in Somalia, including reports of violence and threats of violence against personnel participating lawfully in impartial humanitarian relief activities: deliberate attacks on non-combatants, relief consignments and vehicles, and medical and relief facilities; and impeding the delivery of food and medical supplies essential for the survival of the civilian population (ONU, 1992c grifo meu).

As ações necro-biogeobiopolíticas promovidas pelos atores estadunidenses neste caso oscilaram e transitaram entre a valorização da política da vida e/ou morte de modo ambíguo. Isto é, há uma fronteira e uma fronteirização que geopoliticamente, (re)produz uma zona cinzenta, a partir de certas concepções de espacialidades e temporalidades, inserindo sobre esses sujeitos e/ou objetos – a depender do enquadramento, a condição de vítima e/ou perpetradores e diversas outras formas de representação. E ao fazer isso, a diplomacia segundo uma perspectiva pós-colonial, persegue simultaneamente *the interests of the state and 'universal ideals' while producing cultural and colonial difference* (OPONDO, 2016, p.44). Além disso, a diplomacia promovida pelo Ocidente, durante o processo do encontro colonial, exerce formas de mediação onde as ações políticas tendem a tratar a relação com o Outro a partir de um entendimento de uma temporalidade calcada em um discurso teleológico.

Por isso, tenho interesse em refletir nesta tese a maneira como a política externa estadunidense e os meios de comunicação lidam com a dinâmica das crises humanitárias, sobretudo, quando enaltecem a estética da vida e/ou da morte. Em nome da vida se praticam atos que (re)produzam a política da morte e a partir da morte se evoca formas que enaltecem a política da vida, mas que não eliminam por sua vez, a fabricação da morte. Por isso que a ONU, com o fim das operações de paz na Somália, grifou que o sucesso das intervenções humanitárias e militares ocorreram diante do protagonismo das ONG's que muito contribuíram para conter a fome. 'Success was greatest in the humanitarian field. The operational arms of the United Nations system, in

particular UNICEF, WFP, UNDP and UNESCO, worked with a host of governmental and non-governmental agencies to meet the vast humanitarian challenge'. (ONU, 1993 grifo meu).

Por outro lado, o futuro da Somália é incerto, já que o colapso e o desastre de suas instituições permanecem, de acordo com as lentes ocidentais. *'Furthermore, in the absence of national institutions capable of coping even with minor emergencies, Somalia would remain vulnerable to future disasters*'. (ONU, 1993 grifo meu). Outro destaque apontado pela ONU em colaboração com as visões das normativas estadunidenses no Pós-Mogadíscio envolve as teorias e práticas aprendidas durante as operações desenvolvidas pelos *peacekeepers*. Segundo a ONU, por meio do Secretário-Geral Boutros-Boutros Ghali, *'observed that there were important lessons to be learned about the "theory and practice of multifunctional peacekeeping operations in conditions of civil war and chaos and especially about the clear line that needs to be drawn between peacekeeping and enforcement action*' (ONU, 1993 grifo meu).

Diante disso, argumenta-se que a narrativa mobilizada pelo NYT, em agosto de 1992, *'The Hell Called Somalia'*⁹¹ na editoria Opinião caracterizava a Somália como um país desgovernado já que colapsou. *'War, drought, the collapse of civil authority: these are the malign toxins that threaten the very existence of Somalia, a husk of a country on the Horn of Africa*'. (NYT, 1992 grifo meu). A abordagem sobre a realidade somali é associada ao inferno, demônios, condições desgovernáveis – imagens associadas as referências negativas. Diametralmente oposto, as imagens positivas e propositivas que traduzem o Internacional - simbolizado pelos Estados Unidos. *'Small wonder a Red Cross worker exclaimed in despair: "Here is hell"*'. (NYT, 1992 grifo meu). O modo pejorativo calcado em binários e maniqueístas discursos produzidos pelas fontes jornalísticas estadunidenses revelam *'Worse, this hell is man-made, the result of a clan-based civil war waged by roving gangs of teen-agers*'. (NYT, 1992 grifo meu). O resultado do desastre somali à luz das lentes estadunidenses são demonstradas mediante a escolha de palavras, elas ditam as condições pré-modernas ou a-históricas como observados na seguinte passagem *'Somalia has no functioning government. Fighting persists despite a cease-fire in the capital, Mogadishu, whose de facto master is a capricious warlord named General Adid*'. (NYT, 1992 grifo meu).

À vista disso, o discurso ocidental visa endossar de modo exaustivo a criação de imagens/imaginários calcados em representações simplistas, homogeneizantes e estereotipadas que salientam o caos. Para tanto, há uma saída para as condições primitivas e/ou bárbaras da Somália à guisa do liberalismo mobilizado pelo Ocidente. As operações de paz, evocadas pelo Ocidente, por meio da paz liberal ou democrática, visa justamente solucionar os imbróglis do país africano. *'Citing this chaos as a pretext to do little, the Security Council voted to send only 50 unarmed U.N.*

91 Disponível em: <https://www.nytimes.com/1992/07/23/opinion/the-hell-called-somalia.html> Acessado em: 03/06/2018.

military observers to monitor the cease-fire and speed the delivery of food and medicine. This token force was the most the Bush Administration felt it could prudently support'. (NYT, 1992 grifo meu). Nesse sentido, é preciso legitimar a imagem benevolente do Ocidente por meio da ajuda humanitária e suporte militar como uma forma de apaziguar os problemas da Somália segundo os atores políticos e midiáticos do Ocidente. '*But Somalia's agony underscores a more basic need: an effective, mobile U.N. peacemaking force, strong enough to quell the warlords*'. (NYT, 1992 grifo meu).

Dentre todas as Operações da Somália, sobretudo, a UNITAF se destacou quanto ratificou não apenas o capítulo VII, mas também o VIII da Carta das Nações Unidas. Isso significa dizer que, enquanto que o capítulo VII da Carta das Nações Unidas por meio dos seus artigos 41 e 42, tem como foco, questões atreladas as ações relativas a ameaças à paz, ruptura da paz e atos de agressão. Onde destaca que o Conselho de Segurança da ONU, não envolverá o emprego de forças armadas. Se por acaso, as medidas realizadas pelo artigo 41 não surtirem efeito, o Conselho de Segurança da ONU, a fim de garantir a paz e a segurança, tomará outras decisões, portanto utiliza o artigo 42, que permitir o CSONU criar bloqueios ao fazer uso das forças áreas, navais e terrestres. Já o capítulo VIII por sua vez sublinha que utilizará por meio de acordos regionais mecanismos políticos que visem chegar a uma solução pacífica. Para tanto, se for necessário utilizará o artigo 53 a fim de realizar ações coercitivas, frente ao Estado considerado inimigo pela instituição.

Durante a UNITAF, o evento intitulado *Black Hawk Down* (Falcão Negro em Perigo) se tornou o epicentro da política externa estadunidense, tendo em vista que sua repercussão na opinião pública, por meio das mídias e sua intersecção com o estado, seja corroborando ou estabelecendo a política do dissenso entre a política externa e as elites. (ROBINSON, 2016). O fenômeno do *Black Hawk Down* ganhou notoriedade na imprensa internacional já que helicópteros dos militares estadunidenses haviam sido abatidos por clãs somalis. Além disso, militares da ONU também foram mortos durante o evento, cujos corpos foram arrasados nas ruas da capital Mogadíscio. O fenômeno do *Black Hawk Down* ganhou notoriedade que no século XXI, em meio aos ataques do 11 de setembro de descrito pela imprensa internacional, um filme com igual nome foi produzido pela indústria de *Hollywood*, alcançando bons índices de venda. O filme *blockbuster* chegou a superar filmes como o *Senhor dos Anéis* nos Estados Unidos e no mundo, onde arrecadou somente na primeira semana cerca de US\$ 29 milhões de dólares, segundo dados dos jornais da época.

Robinson e Hering (2003, p.554) ao relerem a relação entre os atores políticos e midiáticos, argumentam que diferentemente do imaginário social que por vezes credita que há um, '*the standard liberal myth of the news media in the West - that it is independent of elite interests and provides the people with the information necessary to ensure that they can hold elites and in particular governments to democratic account - is rejected widely by academics who study the news*

media and US foreign policy, although this self-image is routine amongst most journalists'. De acordo com os autores, a cobertura da política externa dos EUA, no geral, a mídia dos EUA serve aos interesses da elite e enfraquece a democracia. Ainda segundo os autores, isso só é possível, porque a mídia retrata o mundo de uma forma que tende a moldar a perspectiva daqueles que estão atrelados as elites políticas a fim de gerar a política dos consensos. Por isso que as informações quando transmitidas pelos meios de comunicação ocidentais, quando visam contrapor as elites, fazem de modo controlado, a fim de fazer com que seus interesses econômicos-políticos não sejam perdidos tanto durante, bem como nas próximas e eventuais barganhas políticas. (ROBINSON; HERING, 2003, p.554).

Nesse sentido, ao revisitar a fala do ex-presidente Bill Clinton, atesto o quanto por vezes a mídia pode corroborar com a narrativa oficial, impedindo que as margens por meio de histórias paralelas possam desestabilizar e de(s)colonizar as imagens/imaginários disseminados pelo Ocidente. Mermin (1999; p.144) ao reler a relação entre os atores estadunidenses tomadores de decisão, elites e as mídias no pós-guerra do Vietnã destaca que *'In their coverage of U.S. intervention in the post-Vietnam era, the New York Times, World News Tonight, and the MacNeil/Lehrer Newshour have made no independent contribution (except at the margins) to foreign policy debate in the United States. The spectrum of debate in Washington, instead, has determined the spectrum of debate in the news. The evidence supports not just the correlation version of the indexing hypothesis, but the marginalization version'*.

Diante disso, destaco o discurso do ex-presidente Bill Clinton, que em entrevista aos diversos jornais estadunidenses e diante do pronunciamento em cadeia nacional, informou na época, que na tentativa de ajudar a Somália, a fim de promover a paz e garantir a segurança, os somalis precisariam seguir as exigências e condicionalidades oferecidas pelos atores estadunidenses, a ONU e demais instituições correlatas. Ao não seguir as contingências impostas, passaram da condição de vítima, tornando-se vilões - *personas non gratas*, sobretudo, quando os clãs somalis e sua respectiva população, passaram a destratar e mesmo matar por meio da interceptação dos helicópteros da ONU e dos EUA, como também o arrastar dos corpos de soldados estadunidenses - fenômeno intitulado *Black Hawk Down*.

(...) until June went well was little violence the United States reduced our troop presence from 28,000 down to less than 5,000 with other nations picking up where we left off but in June the people who caused much of the problem in the beginning started attacking American, Pakistani and other troops who are there just to keep the peace rather than participate in building the peace with other. These people sought to fight and disrupt even if it means returning Somalia to anarchy and mass famine and make no mistake about it. If We were to leave Somalia tomorrow other nations would lead to chaos would resume the relief effort stop and starvation soon would return that knowledge has led us to continue our mission it is not our job to rebuild Somalia society or even to create a political process that can allow Somali as clans to live and work in peace the somalis must to do that for

themselves. The United Nations and African states are more than willing to help but We, We inte The United States must decide whether we we will give them enough time to have a reasonable chance to succeed. (CLINTON, 1993 grifo meu).

O acontecimento acima foi revisitado 25 anos após a Batalha de Mogadíscio, tendo o filme *Black Hawk Down*, lançado em dezembro do mesmo ano, após os acontecimentos do 11 de setembro de 2001. O filme é mais um *blockbuster* de *hollywood*, que mais do que somente falar sobre as Operações da Somália, diz sobre os atores estadunidenses, por meio das cartografias que a política externa estadunidense disciplina as sociedades africanas. A cartografia, de acordo com suas linhas, desenhos enquanto uma forma de representação, traduz uma certa política da memória, de modo seletivo. A partir de certos fenômenos, apaga e/ou relembra suas histórias via a política externa, espelhando sobre a Somália, os valores que o Ocidente e a modernidade adotam como regimes de verdade, poder e conhecimento, através de micro e macronarrativas (CAMPBELL, 1992; 1998; SHAPIRO, 2005). Afirmção acima pode ser visualizada através da seguinte passagem do ex-presidente Bill Clinton: “*My fellow Americans today I want to talk with you about our nation’s military involvement in Somalia a year ago. We all watched with horror as Somali children and their families lay dying by the tens of thousands dying the slow agonizing death of starvation. Our starvation brought on not only by drought but also by the anarchy that then prevailed in that country this past weekend*” (CLINTON, 1993).

Além disso, argumenta-se nesta tese que a representação disseminada sobre a Somália via os atores estadunidenses, através de uma política de enquadramento, simboliza a valorização e/ou desqualificação da política da vida e/ou a morte de certos indivíduos. E, ao fazer isso, permite que o telespectador/leitor, ao ser cooptado, corrobore com a narrativa proposta, reiterando a lógica binária, fronteira com que a política externa performatiza através da reprodução imaginários geopolíticos, que trata o Outro enquanto adversário e/ou inimigo. Aqui recupera-se novamente a fala do ex-presidente Bill Clinton na medida em que hierarquiza as figuras dos soldados estadunidenses vis-à-vis os clãs Somalis, estes vistos como perigosos: “*We all reacted with anger and horror as an armed somali gang desecrated the bodies of our American soldiers and displayed captured American pilot all of them soldiers who were talking part in an international effort to end the starvation of the somali people themselves*” (CLINTON, 1993 grifo meu).



Figura (13): Black Hawk Downs⁹²

Fonte: NYT (1993)

Portanto, reler as Operações da Somália promovidas pelos atores estadunidenses e a ONU, é reconhecer como a ‘comunidade internacional’ através de suas óticas neoliberais, tanto no que concerne a (re)produção da guerra, bem como na construção da paz, onde se destaca a reiteração da política da violência. Especialmente, quando os países africanos na condição de estado falido, colapsado e/ou anárquico assim tratados pela diplomacia ocidental, que ratifica as estéticas da vida e/ou da morte, onde simula e dissimula imagens que visam ‘proteger’ as vidas consideradas dignas de serem vividas e aquelas que necessitam ser precarizadas e/ou abandonadas – menos dignas, e, que, portanto, já causam risco e/ou medo – símbolo da barbárie que não podem ser toleradas. As traduções da estética da vida e/ou da morte podem ser vistas no discurso do presidente Bill Clinton quando endossa os esforços humanitários que estão sendo feitos à Somália.

Para o presidente, é uma importante missão e somente os EUA poderiam fazer. No entanto, o presidente também sublinha que as situações na Somália, marcada pela violência, tem dificultado os processos políticos. Especialmente, considerando os conflitos que lá existem. Portanto, o jogo de palavras humanitário e violência estão entre aquelas semânticas cujos sentidos denotativo e conativo traduzem as relações entre vida e/ou morte. Por isso, afirma o presidente *‘These tragic events raised hard questions about our effort in Somalia why are we still there what are we trying to accomplish how did a humanitarian mission turn violent and when will our people come home. We went because only the United States could help to stop one the great human tragedies of this time a third of a milion people had died of starvation and disease twice that many more were at risk of dying’*. (Grifo meu) (CLINTON, 1993 grifo meu).

92 Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/04/12/books/review/going-back-to-the-battle-of-the-black-sea-in-black-hawk-down.html>. Acessado em 05/12/2020.



Figura (14): Discurso de Bill Clinton que ratifica a UNITAF⁹³
Fonte: Youtube (2020).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1712520/CA

Os discursos não apenas de Bill Clinton, como também outras falas de inúmeros representantes da ‘comunidade internacional’, que foram publicadas e publicizadas pelas mídias, atuaram como um modelo *ban-panóptico*, como já mencionado no capítulo I desta tese. Isto é, por meio de um processo de vigilância constante, a torre ao ser deslocada, descentralizada e desterritorializada, via a figura dos *gatekeepers*, permite sistemas de controle, monitoramento, gerenciamento e outras formas de vigilância sejam orquestradas sobre a população somali que vem sendo submetida a um processo intervencionista realizado pelo Ocidente. As populações somalis não são ouvidas pelos atores midiáticos e políticos em muitas reportagens aqui selecionadas nesta tese. Suas agências políticas, enquanto sujeitos pós-coloniais são silenciadas pelas diversas redes de atores ocidentais. Como já mencionei, os processos políticos e midiáticos na cobertura das crises humanitárias na Somália funcionaram quando os *gatekeepers*, enquanto *experts*, selecionam a partir de determinados critérios macro e micro, informações que julguem e considerem pertinentes ou não sobre um determinado processo, fazendo uso de valores éticos e morais, por meio de ferramentas de exclusão-inclusão e inclusão-exclusão via os (re)enquadramentos. E, assim portanto, as histórias (re)contadas a partir dos *experts*, enquanto *gatekeepers*, traduzem mais sobre o Ocidente - neste caso a autoetnobiografia estadunidense, do que a somali e a ruandesa propriamente ditas como apontarei no capítulo III desta tese.

(...) about images of Africa – how they are produced, by whom and for what purposes; and about how they are understood. These questions are fraught because of the continent’s relationship with the wider world, particularly the European world, which for many years assumed the right to create images of Africa, in fiction, travel writing, anthropological research, maps, missionary accounts, colonial records and reports produced by aid agencies. Since the middle of the twentieth century, when the majority of African states began to move towards

93 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p2LJnQ-lErM>. Acessado em 16/12/2020

independence, this domination of image has been challenged by those who argue that Africans should reappropriate their own images and restore their authenticity. (Grifo meu) (GALLAGHER, 2015, p.1 grifo meu).

Lembro que o processo de tradução feito pelos correspondentes internacionais (jornalistas), alinhados por vezes com as elites puritanas estadunidenses e aos tomadores de decisão, quando estão em consenso, expõe os valores e premissas das diversas elites (inter)nacionais – não homogêneas, de acordo com os valores neoliberais, tendo no sistema capitalista em suas diferentes modalidades, como um mecanismo que reitera a política da racialização do Outro. Isto é, por meio da valorização de pautas humanitárias no mundo, sobretudo, quando os personagens são do continente africano, o Ocidente tem se valido de seus instrumentos econômicos-políticos a fim de fazer com que valorize-se a filantropia seja através da iniciativa pública ou privada, mas que por meio dos sofrimento humano capte recursos econômicos de modo a aliviar a dor humana. Porém, em nome do sofrimento humano, países, indivíduos, grupos econômicos-políticos lucram com a instauração da paz, bem como a partir da promoção da guerra. (CHOULIARAKI, 2013). Principalmente, quando personagens escolhidos são corpos pretos, de preferência mulheres, crianças e/ou refugiados, já que são típicos da agenda de segurança humana.(MUTUA, 2001; BARRETO, 2015; 2013; 2014).

Durante a década de 1990, diversos foram os atores políticos estadunidenses, a partir de seus *gatekeepers*, que construíram, por meio de múltiplos discursos políticos, diferentes formas de mediação e/ou espetacularização sobre as populações somalis nas operações de paz. Especialmente em um período onde a ONU passou a institucionalizar os discursos de segurança humana, influenciados pelo fim da Guerra Fria (1991), e amparados nas mudanças e transformações sobre o conceito de segurança, sobretudo, advindos também da escola da Escola de Copenhague⁹⁴. Shani (2013, pp.2-3) compreende que a agenda da segurança humana, perpetrada pela ONU, atuou como a última parcela da ‘missão civilizatória’ que o colonialismo engendrou durante o século XIX. A segurança humana buscou universalizar uma concepção eurocêntrica do ‘humano’ a partir de uma lógica racional, autônoma do agente que pôde ser visualizada nas diversas imagens disseminadas via a cultura da mediação e/ou espetacularização promovida pelos *gatekeepers* vinculados pelas mídias com a corroboração dos *peacekeepers* e dos *peacebuilders*. Diante disso, argumenta-se que a política da racialização biológica e/ou cultural sobre o Outro promovidas nos somalis vis-à-vis aos

⁹⁴ Segundo os autores Buzan, Weaver e Wilde (1998), Balzacq (2011), Buzan e Hansen (2009) compreende-se o conceito de securitização como uma forma de politização de um tema/agenda/processo da agenda de (in) segurança internacional que geralmente é compreendida como uma ameaça/risco/medo via os *speech acts* cujas ações estratégicas do discurso no qual existe o uso da persuasão, podendo ser de cunho filosófico ou sociológico. Em teoria, qualquer emissão pública/ discurso/questão pode ser localizada pelos atores estatais e não estatais de modo que a politização aconteça. Já o conceito de dessecuritização busca, por meio da despolitização, fazer com que as agendas/temas/processos da (in)segurança internacional que, em outrora, tinham relevância, percam espaço na pauta política.

estadunidenses, diz muito sobre o Eu (*self*) estadunidense, especialmente, quando a população negra era o que fazia o empreendimento colonial uma obra fundamentalmente ‘civilizadora’ e ‘humanitária’ cujo corolário de violência não era senão moral dirá Mbembe (2018, p.31). Ainda segundo o autor, ‘o negro, na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa e o espírito em mercadoria - a cripta viva do capital’. (MBEMBE, 2018, p.21).

Dito isso, retomo a fala do ex-presidente Bill Clinton (1993), quando compreende que toda a ajuda fornecida à Somália desde o mandato do ex-presidente Bush com envio de tropas, alimentos e remédios, demonstram o apreço que os EUA têm em relação aos somalis. Além disso, segundo o ex-presidente, mais de 1 milhão de vidas foram salvas, e em razão disso aos poucos a Somália voltaria ao normal. Caberia, portanto, aos EUA fornecerem os antídotos e anticorpos necessários para blindar e minar a doença somali, de modo que a patologia fosse extinta e que um ambiente sadio fosse instaurado semelhante aos dos estadunidenses. *‘We save close 1 million lives and throughout most of Somalia everywhere but in Mogadishu life began returning to normal crops are growing markets are reopening solar schools and hospitals nearly a million somalis still depended completely on relief supplies but at least the starvation is gone and none of this would have happened without American leadership and America’s troop’* (CLINTON, 1993 grifo meu).

Naquela época (1993), o então secretário da ONU, Boutros-Boutros Ghali (1996) afirmou que a *‘Somalia is today a country without central, regional or local administration, and without services: no electricity, no communications, no transport, no schools and no health services. Throughout the country, there are incredible scenes of hunger, disease and dying children. (...) The absence of food is both the cause and the result of lack of security’*. De acordo com Ghali (1996), a ONU se esforçou de modo ininterrupto a fim de não apenas gerenciar os conflitos ocorridos na Somália, mas também buscando reconciliar e reconstruir a Somália, a fim de diminuir o sofrimento humano.

The efforts of the United Nations to end the human suffering in Somalia, foster reconciliation among the warring factions and promote national reconstruction led to one of the most challenging, arduous undertakings in the Organization's 50-year history. Mounted in 1992 in conditions of exceptional complexity, in a country where all organs of government had collapsed, the operation in Somalia was called upon to deal with a devastating famine and a brutal multi-sided civil war which, collectively, claimed the lives of at least 300,000 people. (Grifo meu) The response of the United Nations was far-reaching and system-wide, involving peace-making, peace-keeping, peace-enforcement and peace-building (...) (GHALI, 1996, p.10 grifo meu).

Porém, o que Ghali (1996), não destacava é que foi diante daquele cenário que ações políticas que endossam a estética da vida e/ou da morte foram realizadas com participação da ONU,

tendo em vista as denúncias realizadas pelas ONGs (OXFAM)⁹⁵ via o relatório confeccionado onde apontava a complexidade quanto ao caso da Somália, destacando a dificuldade daqueles(as) que estão produzir o relatório. Considerando em suas análises políticas humanitárias, vistas como técnicas, porque partiram de estudos e análises objetivas, imparciais e neutras, grifaram que *‘It is also true that, like Somali kinship genealogies, historical events are open to interpretation. Amnesia is an important part of remembering’*. (OXFAM, 1994, p.4).

Todavia, o relatório não aponta que muito do que ocorreu na Somália teve como parcela os processos econômicos-políticos oriundos do colonialismo. Além disso, ‘esquece’ – como uma espécie de Amnésia – típica do Ocidente quando almeja realizar suas políticas intervencionistas (KRISHNA, 2001), que parte dos conflitos da década de 1990 tiveram a colaboração direta e indireta advinda da Guerra Fria tendo em vista as disputas entre URSS e EUA. Este último como já mencionado anteriormente em outras seções deste capítulo ajudaram na venda, circulação, treinamento e investimento político e militar nas lideranças políticas como de Siad Barre. Por isso, argumenta-se que embora, os Estados Unidos tenham ajudado na busca por um processo de apaziguamento e na busca por produzir algum tipo de reconciliação nacional, sua atuação é cúmplice dos conflitos armados que a OXFAM ‘esquece’ de mencionar em seu relatório. *‘Two theories dominate debate about how reconciliation can be promoted in Somalia. One proposes that a political settlement has to involve the warlords who are the de facto political leaders in the south, and one must find a way of working with them. The UN/USA initially did much to legitimise the warlords through the internationally brokered peace conferences’*. (OXFAM, 1994, p.4 grifo meu).

Em vista disso, a entrevista abaixo do Ex-Secretário de Defesa Les Aspin ao NYT sobre as intervenções na Somália exemplifica a maneira como a cultura da indiferença se perpetuou sobre os somalis frente aos estadunidenses. As reportagens publicizadas pelo NYT, como *‘U.S. Mission in Somalia: Seeking a Clear Rationale’* e posteriormente na *Rutherford Living History*, ratificam a imagem dos atores estadunidenses no âmbito da política externa sobre os países africanos, sobretudo, quando a narrativa, segundo uma certa racionalidade, atesta que a segurança, o desenvolvimento e o humanitarismo detêm a capacidade de solucionar os problemas que os Estados Unidos fizeram e/ou contribuíram no passado e que na atualidade insistem em manter no presente e projetam para o futuro. As tropas estadunidenses, intituladas como *rangers*, precisavam ajudar a fim de resolver as idiossincrasias da Somália, portanto, capturar o general Aidid na época associado aos clãs vistos a partir de uma condição de inferioridade. A tradução da imagem acima relatada por ser visualizada por meio da seguinte afirmação dos representantes da diplomacia estadunidense quando atesta que:

95 Disponível em: <https://oxfamlibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/122751/bk-somali-conflict-part1-010194-en.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acessado em 15/04/2019.

As Army commandos began arriving in Somalia to help search for the fugitive warlord Gen. Mohammed Farah Aidid, the Clinton Administration was still groping today for a clear rationale for the American presence in the African nation. (...) Mr. Aspin is expected to reinforce Washington's commitment to the United Nations operation and to outline a set of conditions to be met before American forces would withdraw. (...) (NYT, 1993 grifo meu).



Figura (15): Les Aspin ao NYT e a manutenção da intervenção: associação imagética entre colonial e o terrorismo.

Fonte: NYT(1993).

Diferentemente da narrativa pós-11 de setembro que compreende os discursos performados pela política estadunidense como aqueles que (re)produzem imagens e imaginários sobre o terrorismo e os terroristas, com o apoio dos *gatekeepers* via os *experts*, nesta tese aponto que desde as Operações da Somália, a partir de uma condição ética moral puritana, os atores estadunidenses promoviam a associação entre selvageria, colonialismo e o terrorismo em menor escala comparado aos anos 2000. Naquele contexto, os discursos promovidos pelos atores estadunidenses já identificavam alguns grupos enquanto promotores do terrorismo, mas o modo como os estadunidenses atuavam, era tão somente como uma forma de contenção da influência soviética - contexto da Guerra Fria.

Como disseminado pelo NYT (1993a), a Somália além de ser tratada como um lugar que reproduz a política da violência via a cultura do terrorismo, ela também foi retratada como um estado anárquico, caótico e perigoso, especialmente, quando eram tratados como selvagens/estado primitivo. Como exemplo sublinho a seguinte narrativa: *'American military officials said today that specialized forces adept at seizing terrorists -- perhaps elements of the Delta Force -- were with the Army Rangers, and could provide "eyes and ears" to other United Nations forces'* (NYT, 1993). Na segunda reportagem também produzida pelo NYT (1993b) *'Details of U.S. Raid in Somalia:*

*Success So Near, a Loss So Deep*⁹⁶, os jornalistas e colunistas judeu Thomas Friedman, ganhador do prêmio Pulitzer e Michael Gordon, ao cobrir diversas guerras como o conflito Árabe-israelense, informaram que a situação na Somália havia se deteriorado, sobretudo após os últimos acontecimentos, tendo em vista a morte de soldados estadunidenses, televisionados para o mundo, intitulado *Black Hawk Down*.

Vistos como encenqueiros – os somalis aos olhos da política externa estadunidense, o NYT (1993) atestou que a situação na Somália refez a diplomacia ocidental rever suas propostas e dinâmicas econômico-políticas na Somália, sobretudo, diante das imagens que varreram o mundo quando aos abates dos helicópteros, cuja consequência é o moldar da opinião pública. Por isso que segundo os *gatekeepers* midiáticos era necessário que *‘the image of the United States pulling out of Somalia diminished the stockpile of credibility -- built up in the Persian Gulf war -- that Washington stands ready to use force to confront regional threats, and it raised doubts at home and abroad about the Clinton team's ability to manage foreign policy’* (NYT, 1993 grifo meu).

Em paralelo as mensagens acima, enaltece-se as falas dos Secretários de Defesa e de Estado Les Aspin e Warren Christopher que tentaram conter as animosidades no Capitólio, porém os congressistas estavam irredutíveis, exigindo que o governo oferecesse e informasse um plano geoestratégico, como e quando se daria a saída das tropas estadunidenses da Somália em 1993. De acordo com o NYT, havia uma degradação da imagem estadunidense diante da situação da Somália, uma vez que havia o receio de que algo semelhante se repetisse como no Vietnã. A opinião pública estava insatisfeita com a atuação dos estadunidenses na Somália e havia por parte da população estadunidense um certo consenso, salvo as suas devidas exceções, de que os somalis seriam pessoas não gratas.

Não havia possibilidade de restauração do Estado, tampouco caberia buscar e manter a paz na região, na medida que se entendia que os somalis desconheciam os valores humanísticos e o respeito à liberdade, à democracia e aos direitos humanos. A Somália é vista aos olhos dos estadunidenses enquanto facções violentas, tendo em vista os clãs – típicos do tribalismo – primitivos e/ou bárbarie – como apontou o jornal estadunidense, lideradas por um senhor da guerra Mohammed Farah Aidid, que desconhece e não se importa com os valores éticos-morais defendidos pela “comunidade internacional”. E, portanto, não merecem o nosso respeito e a nossa ‘ajuda’. Como resumiu o jornal *‘Public sentiment appeared to be less in favor of exacting revenge and more in favor of simply leaving Somalia and letting the Somalis deal with their violent factions. The leader of the most aggressive faction, Mohammed Farah Aidid, warned today that sending*

96 Disponível em: <https://www.nytimes.com/1993/10/25/world/details-of-us-raid-in-somalia-success-so-near-a-loss-so-deep.html> Acessado em 14/08/2021.

additional troops would solve nothing, and he urged Somalis to defend themselves against colonialism’.

Reler a relação entre os atores estadunidenses e a Somália durante o conflito da década de 1990 à luz de Mbembe (2018, p.67) compreendo que as ações necro-biogeopolíticas mantêm o negro como aquele que deve situado entre o impulso animal e a *ratio* do homem - sendo o negro testemunho vivo da própria impossibilidade da separação (...) *o negro é um ‘homem’ que ou bem ou não é realmente um de nós ou então não é como nós (...) se o homem se opõe à animalidade, não é o caso do negro que preserva e se opõe à animalidade*. Portanto, compreender a relação entre o negro somali e os atores estadunidenses é refletir como a lógica (neo)liberal promoveu a paz e a cultura da guerra, onde a política da vida e/ou da morte se embaralhavam, de modo que: *‘Ou você mata a Somália indo à guerra para salvá-la, e no outro caso, você mata a Somália não indo à guerra para salvá-la’* afirmou o General Joseph Hoar. (NYT, 1993).

Summing up the first two options, the official said, "In one case you kill Somalia by going to war to save it, and the other case you kill Somalia by not going to war to save it.". This leaves a third option, officials said, a new mix of political and military steps that would upgrade the American presence so that troops will be somewhat better able to protect themselves and provide a secure environment. The head of the United States Central Command, Gen. Joseph Hoar, the overall commander of American forces in Somalia, met this afternoon for two hours with the Joint Chiefs of Staff to discuss Somalia. General Hoar counseled against dispatching many more troops, officials said. (NYT, 1993 grifo meu).

3.5

O discurso da estratificação racial a partir a reprodução do *self* estadunidense: em busca da ‘reconstrução e a reconciliação’ somali

Os processos de mediação *mainstream* na Somália contaram com a participação de alguns importantes atores a fim de que as tensões no país diminuíssem e/ou findassem de alguma forma. Nesse sentido, a ONU necessitou de atores regionais a fim de que algum tipo de estrutura pudesse ser estabelecida sobre a Somália. As dinâmicas regionais se tornaram aos olhos da ONU e de atores como os EUA e suas respectivas instituições, enquanto canalizadores dos conflitos tendo como pretensão a paz. A Liga dos Estados Árabes (LEA), a Organização da Unidade Africana (OUA) e a Organização da Conferência Islâmica (OCI) são alguns destes atores que estabeleceram o *modus operandi* nesse contexto (FERNANDEZ, 2009, p.219). Esses atores junto com a ONU tinham como objetivo fazer com que as mediações em curso, reconstruíssem a nação somali a fim de que a reconciliação pudesse proporcionar uma reconfiguração na Somália, embora isso não impedisse que formas de estratificação racial continuassem a ser perpetuadas. Foi, nesse sentido, que ao longo de décadas, as instituições estadunidenses exportaram diversos *experts* ancorados na lógica colonial, mediante as relações raciais como um mecanismo de necro-biogeovigilância, especialmente,

quando, *'White House advisors and colonial administrators-turned-international race relations experts for decades'*. (VITALIS, 2015, p.98).

Defendo nesta tese que foi diante dos diversos imbróglis econômicos-políticos, e, sobretudo, culturais, que constituem a P(p)olítica E(e)terna estadunidense, que sua rede de atores tiveram que domar os seus racismos, diante de sua conturbada relação com a Rede Afro-Americana de Relações Exteriores (AAFAN). Principalmente, durante um determinado período do século XX, onde travaram uma luta contra o nazifascismo e a manutenção de práticas coloniais nos países africanos. Embora, caiba ressaltar que a política estadunidense buscou apagar e ao mesmo tempo relembrar quando necessário, os seus passados e fantasmas que assombram sua estrutura escravocrata desde o processo de conquista para o Oeste, o tráfico de escravos via o atlântico negro e, posteriormente o pacífico negro, e os dilemas que envolvem a história da guerra civil estadunidense tendo em vista as contradições sociopolíticas, frente a sua constituição.

Esta última, mesmo nos dias atuais não interrompeu os racismos perpetrados pelos discursos estadunidenses no âmbito da política externa, especialmente, quando retroalimentado pelo multiculturalismo estatal. Em nome do multiculturalismo, os discursos calcados na relação identidade-diferença como apontou W. E. B. Du Bois *maintained that American 'foreign policy [is] a mirror image of [its] domestic policy. '[Thus] a nation whose white citizens could not treat with equity, justice and equality, Black neighbours and citizens living in the same nation could not develop a foreign policy involving international relationships reflectin equality and justice with two-thirds of the people of the world who are of color.'* (LEDWIDGE, 2012, pp.6-7).

Ledwidge (2012) diz mais, informa que a política externa estadunidense, já apontava para as complexidades entre as questões raciais e desigualdades diante de um capitalismo liberal internacional e o lobby promovido pelas elites políticas. Ou seja, *'American history a White Anglo-Saxon Protestant (WASP) power elite has presided over western-centred and racialised foreign policies that are indifferent and divergent to the policy preferences of African-Americans'* (LEDWIDGE, 2009, p.165). Como resumiu Robert Vitalis (2010, p.1), ao analisar sobre as relações internacionais e a política externa estadunidense, considerando as questões raciais e as elites brancas, através de suas correntes 'teóricas-metodológicas' permeadas por aspectos da antropologia racial (teoria evolucionista) destacou que: *'In the first decades of the twentieth century in the United States, international relations meant race relations. This sentence is bound to strike many readers as both strange and wrong, just as it once did me. The problem of empire or imperialism, sometimes referred to as "race subjection," was what preoccupied the first self-identified professors of international relations'*.

Como observado, os EUA e suas instituições internalizaram, ao longo de suas práticas diplomáticas, instrumentos políticos que tinham como perspectiva a construção de discursos que

pretendiam civilizar à sua semelhança.. E a partir de uma espécie de imperativo categórico, os EUA colonizaram, conquistaram e replicaram sobre as demais sociedades, sistemas de tutela como uma forma legítima de naturalizar suas ações. Como sublinhou Vitalis (apud BURGESS, 2015, p.37) *‘The duty of “civilized states to carry civilization into the abodes of barbarism” should not mask other ends nor was it in fact applicable to the countries of the hemisphere, which either were “working out” their “own civilization” or were already governed by other civilized powers’*. Schraeder (1994, p.29) complementa a análise acima quando assinala que *‘The safari tradition of US journalism - sending generalists to Africa on short-term assignments as opposed to those willing to make a long-term commitment to becoming authorities on Africa - reinforces the checkered view of what the public learns about the continent’*.

As dinâmicas políticas acima ocorreram diplomaticamente de acordo com os encontros coloniais, de modo que o humanitarismo, atuou como uma economia da moral a fim de que a *production of man is intimately connected to both necro-power and bio-power, the privileging of its capacity to make the pains of others visible/audible or its ability to cultivate philanthropic subjects*. No que tange a economia da moral ratifico que as ações políticas mobilizadas pelo circuito diplomático visam *disavows the connection between life-saving practices and the violent production of humanity* (OPONDO, 2016, p.109). Mediante isso, a reconstrução e a reconciliação na Somália, portanto, teve como objetivo a promoção da paz e a instauração de mecanismos que promovessem o desenvolvimento, segurança e a prosperidade. Por meio de um conjunto de normas oriundas do Ocidente, circunscritas aos valores advindos da modernidade, em cooperação com as questões humanitárias, *reveals the coloniality of modern diplomacy and the transgressive and life/death-affirming diplomatic practices and imaginaries that emerge in the colonies and elsewhere*. (OPONDO, 2016, p. IX). Especialmente, quando a rede de atores diplomáticos:

Altering conceptions and orientations towards the foreign and the domestic, friend and enemy, the culturally proper and the improper, they transformed established diplomatic protocols and ceremonies while creating a space where the everyday colonialist could act as some form of diplomatic agent complete with the immunities, privileges and the sliding ‘credentials’ required for the colonial enterprise. (OPONDO, 2016, p.49 grifo meu).

As normativas discursivas se fizeram presentes quando o livro *‘The United States Army in Somalia (1992-1994)’*⁹⁷ confeccionado pelas Forças Armadas dos Estados Unidos, que aborda a história da Somália, durante as Operações de Paz, afirma a identidade estadunidense quando assinala que *‘The United States, as part of the international community, had made major contributions to the Somalia humanitarian operations for over two years. Starvation had been stopped and hundreds of thousands of lives saved. The U.S. had accomplished much in the initial stages of the operation, but the political situation had unraveled even as the food supplies*

⁹⁷ Disponível em: <https://www.history.army.mil/brochures/somalia/somalia.htm#p9> Acessado em: 19/08/2022.

increased, allowing Somalia to slide backwards into disorder and anarchy'. (ARMY CENTER, 1992, p.25 grifo meu). Ou quando semiótica traduz a relação entre Estados Unidos e Somália, por meio da representação abaixo que de um lado coloca a paz, do outro lado imputa a guerra. Ainda que em ambos os lados, helicópteros e carros estejam em condições de vigilância e controle. Na imagem aponta-se apenas os pontos positivos e propositivos quando a paz é instaurada na Somália. Não destaca-se que a paz, não significa ausência de guerra. Tampouco, sublinha as condições políticas com que os somalis foram submetidos mediante o uso dos capítulos VII e VIII pela ONU e os Estados Unidos tendo em vista as práticas rotineiras dos *peacekeepers*. Ao contrário, narra as histórias de conflitos como uma expedição, típica do colonialismo dos séculos XVI-XIX, onde por meio do encontro colonial é possível 'proteger' por meio da assimilação e aniquilação.

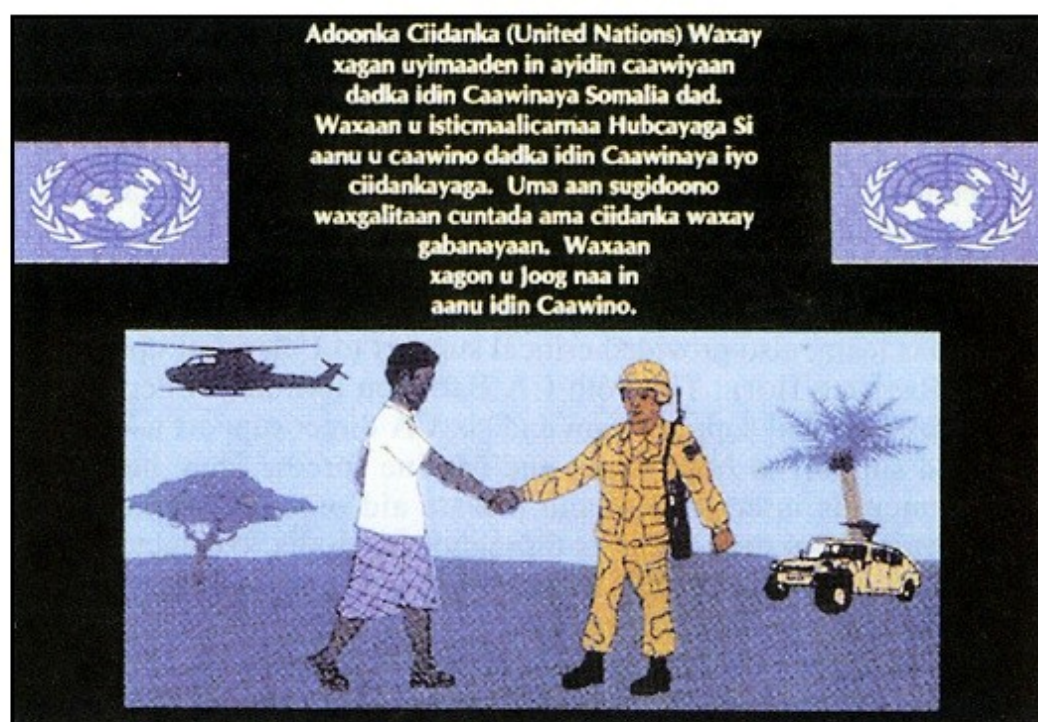


Figura (16): A instauração da paz quando os somalis resolvem estender as mãos aos soldados estadunidenses

Fonte: The United States Army in Somalia (1992-1994).

Ao pontuar essa questão, retomo Mbembe (2018, pp.32-33) quando o filósofo, relembra o como e o quanto os EUA pretendem apagar seu passado genocida, impondo sobre os países africanos, como a Somália, quando “*o Atlântico torna-se um verdadeiro aglomerado que reúne África, as Américas, as Caraíbas e a Europa em torno de uma intrincada economia sobre os corpos negros. (...) As pessoas de origem africana estão no centro das novas dinâmicas que implicariam incessantes idas e vindas de uma à outra margem do mesmo oceano, dos portos negreiros da África Ocidental e Central aos da América e da Europa. Esta estrutura de circulação apoia-se numa nomia que exige, por si mesma, capitais colossais*”. E diz mais:

Os primeiros escravos negros haviam desembarcado em 1619 nos Estados Unidos. Na antiga revolução contra os Ingleses, contavam-se mais de 500 mil nas colônias rebeldes. Em 1776, cerca de 5 mil colocaram-se ao lado dos patriotas, como soldados, apesar de a maioria não usufruir do estatuto de cidadão. Para a maioria deles, a luta contra a dominação britânica era indissociável da luta contra o sistema escravagista. Desertando das plantações da Geórgia e da Carolina do Sul, cerca de uma dezena de milhares juntou-se às tropas inglesas. Outros, escondidos nos matos e nas florestas, engajavam-se no combate pela sua própria libertação. No fim da guerra, cerca de 14 mil negros, dos quais alguns já eram livres, foram evacuados de Savannah, Charleston e Nova Iorque e transportados para a Florida, Nova Escócia, Jamaica e, mais tarde, para África. (Grifo meu). (MBEMBE, 2018, pp.36-37 grifo meu).

Na conjuntura política das crises humanitárias na década de 1990, a Somália sofreu com as implicações discursivas promovidas pelos atores estadunidenses de modo direto e/ou indireto. Como destaque, aponto personagens como Herman J. Cohen que, enquanto Diretor de Assuntos da África Central, durante os governos de George H. Bush, entre 1989 a 1993, e, anteriormente na condição de Diretor Sênior para África via o Conselho de Segurança Nacional entre 1987 e 1989 atuou nos países africanos. Em entrevista ao NYT, a partir da matéria ‘*Barrier to Somali Unity: Clan Rivalry*’⁹⁸ e por meio do conteúdo confeccionado pela *Foreign Policy Research Institute* intitulado ‘*U.S. Policy Toward Africa: Eight Decades of Realpolitik*’⁹⁹, as lutas clânicas no país, onde novamente, a estética da vida e/ou da morte são enaltecidas na medida em que: “‘*Life is lived and death is died by clan*’”, said Geoff Loane, relief coordinator for Somalia for the Red Cross. *The Darod are strong. So are the Habir Gidir, General Aidid's clan. The non-Somali clans are the weakest. They are the descendants of slaves*’ (NYT, 1992 grifo meu).



Figura (17): Barrier to Somali Unity: Clan Rivalry
Fonte: NYT (2020).

⁹⁸ Disponível em: <https://www.nytimes.com/1992/08/30/world/barrier-to-somali-unity-clan-rivalry.html>. Acessado em 22/12/2020.

⁹⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PMMZl60jKQs>. Acessado em 22/12/2020

Os problemas na Somália, na perspectiva midiática, deveriam ser ‘solucionados’ tendo como horizonte as lógicas da assimilação e/ou aniquilação que ao ser mobilizado pelo Ocidente buscava projetar a reprodução do seu *Self* vis-à-vis ao Outro. A fala do então Chefe de Missão estadunidense em Nairóbi Michael Southwick reflete a afirmação acima quando destaca alguns pontos quando assinala que: *‘Many people see what is happening in Somalia as a pattern that could develop in Ethiopia, Sudan, Zaire and from which Kenya is not immune, said Michael Southwick, deputy chief of mission at the United States Embassy in Nairobi. “We could end up with Africa the way it was before the colonialists came, divided up into tribal enclaves.”* (NYT, 1992).

E, diante disso, atento também que em nome de apaziguar os conflitos na Somália, que os atores estadunidense, ao mesmo tempo em que reforçam o modo neoliberal de (re)produzir a guerra e a produção da paz, destacando apenas os bônus destes processos, ‘esquecem’ e eximem da responsabilidade, conquista e (re)produção de diferentes formas de reafirmar as violências sobre o país, sobretudo, quando tratam os somalis como primitivos, degenerados, corruptos, violentos etc. Cabendo, portanto, à ‘comunidade internacional’ resgatar e proteger estes sujeitos/objetos. Segundo o NYT, via a jornalista Jane Perlez, ao entrevistar o autor David D. Laitin, escritor do livro *‘Somalia, Nation in Search of a State’*, compreende a sociedade somali segundo os valores estadunidenses é:

Mr. Siad Barre's ministers and middlemen skimmed up to 40 percent of all foreign-aid contracts. But when the cold war ended, Mr. Siad Barre found himself deserted, the intense interest by the superpowers replaced by indifference as his repressive regime began to teeter in 1990 under pressures from clans that he had brutally excluded from power. Mr. Siad Barre was ousted in January 1991 by rebel forces led by the Hawiye clan, one of the major clans in Somalia. The Hawiye were seeking the power that Mr. Siad Barre had reserved exclusively for his own people, the Darod, and in particular the Darod subclan called the Mahareen. (NYT, 1992 grifo meu).

A cultura da estratificação social e neste caso racial, como uma ação necro-biogeopolítica, perpetrada pelo Ocidente via a lógica colonial, após o processo de descolonização afro-asiática, permanece sendo estruturada conforme uma forma de reiterar a política da vida e/ou da morte de modo ambíguo, onde ao mesmo tempo protege, não impede e nem mesmo impossibilita de valorizar a morte. Além disso, o culto da vida e da morte, ainda que a morte seja o resultado mesmo diante de uma ‘valorização da vida’, o objetivo é a morte. A morte necessita ser ritualizada não apenas de modo físico, mas também, e, principalmente simbolicamente, de modo a fazer com que a precariedade seja explorada e maximizada, de forma naturalizada, normatizada e normalizada. A precariedade com que a vida e/ou a morte destes sujeitos/objetos foram explorados pelos conteúdos políticos e midiáticos semioticamente.

The fighting, combined with looting, virtually destroyed the city and certainly the fabric of society. Some educated Somalis, disgusted with the warfare, concluded

that Mr. Aidid, a former Somali Army general, and Mr. Ali Mahdi were merely struggling to reap for themselves the spoils that Mr. Siad Barre had kept for 21 years. First Loyalty: the Clan While the fighting went on, killing, according to humanitarian agencies, about 30,000 people, much of the world ignored it. Almost all of the United States diplomats who were airlifted out of the Mogadishu Embassy by helicopter just days before Mr. Siad Barre fell were assigned to other posts (Grifo meu). State Department officials in Washington said the issue of Somalia did not move beyond the realm of the Assistant Secretary for African Affairs, Herman J. Cohen, until last month. (NYT, 1992 grifo meu).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1712520/CA

Diante das considerações acima, aponto também neste capítulo que as imagens sobre as Áfricas foram replicadas no imaginário da ‘comunidade internacional’ pretendem (re)produzir visões que por um lado tentam projetar a ideia de autenticidade, neste caso sobre um conflito - guerra civil. A autenticidade africana, como exótico negativo e/ou como diferente, porém positivo, foi lida ao longo de décadas pela historiografia ocidental, como uma realidade concreta, objetiva e imparcial. E, nesse sentido, narrativas passam a ser (re)desenhadas, (re)enquadradas e (re)imaginadas como uma forma de perpetuar as práticas coloniais. Contrariamente às visões acima, argumento que os correspondentes internacionais se tornam neste caso os olhos dos tomadores de decisão e das elites estadunidenses, mas não tão somente como os *peacekeepers*, e, nesse sentido, acabam portanto corroborando com os seus respectivos discursos orientalistas que necessitam ser naturalizados, normatizados e normalizados na busca pela (re)produção de hierarquias, silenciamentos e sistemas de exclusão sobre as sociedades somalis. (HESS, 2006; GALLAGHER, 2015; BUNCE, 2015; 2016).

Por fim, salienta-se que as subjetividades reproduzidas pelos *gatekeepers* midáticos em suas reportagens e análises políticas buscaram tornar o continente africano, à luz de uma proposta homogênea, linear e unidimensional traduzida através de múltiplos estereótipos. O processo de representar o Outro teve na mediação e/ou espetacularização político-midiática simbolizada nos conflitos humanitários e/ou militares na Somália durante a década de 1990. Os *gatekeepers* pretenderam nesse sentido, (re)produzir imagens negativas sobre o Outro - vistos como adversários/inimigos (vilões), enquanto que os brancos ocidentais foram enquadrados como heróis, sobretudo, quando trouxeram as normativas que ‘melhor’ estruturarão as sociedades/países africanos, tendo por objetivo a proteção e o fim do caos ao qual se encontram. Caos financiado pelos atores ocidentais ao longo de séculos, enquanto, uma forma de perpetuar as práticas coloniais sobre os países africanos, por meio de discursos orientalistas (BUNCE, 2015; 2016; WRONG; 2019).

O que busquei neste capítulo foi contribuir para de(s)colonizar os discursos orientalistas perpetrados pelo etnocentrismo, quando retrataram a Somália desde o processo de conquista colonial até as Operações de Paz no país. O objetivo do Ocidente foi construir no imaginário

(inter)nacional um panorama ambíguo, embora muitas vezes caracterizados por essencialismos feitos sobre a sociedade somali. E, ao fazer isso, o Ocidente estabeleceu parâmetros comparativos, de modo a fazer com que a Somália fosse vista como um país que se encontra em um estado primitivo e/ou bárbaro, sociedades de clãs e sub-clãs, que necessitam de uma intervenção. A proposta intervencionista emergiu como uma ‘solução’ para os problemas da Somália que não são entendidos como oriundos do eurocentrismo, ao contrário, toda e qualquer relação com o projeto colonial é apagado.

A ‘saída’ para a Somália é emular a soberania estadunidense, reiterado por sua rede de atuações, enquanto uma identidade, a fim de que deixe a condição de selvageria e adentre no modelo moderno. Ao resistir às dinâmicas impostas pela paz liberal e/ou democrática perpetrada pelo Ocidente, a Somália passa a ser vista como *persona non grata*. E, nesse sentido, não merecem ser ‘salva’, deve permanecer no estágio ao qual se encontra, de colapso, falência e/ou anarquia estatal. Não há menção, durante a produção dos discursos ocidentais, de qualquer tipo de conhecimento e compreensão que advém da cultura somali. Os *experts* oriundos do Ocidente, em sua maioria formados por brancos, simplesmente ignoram as agências políticas dos somalis, e ao fazerem isso, perpetuam a cultura racista, como assim fez a Itália, e assim permaneceu sendo realizada pelos EUA. Especialmente quando fazem uso de metodologias entendidas como científicas, cuja verdade se diz absoluta, portanto, inquestionável como uma religião que possui dogmas. Semelhante processo ocorreu com Ruanda, quando os atores ocidentais, sobretudo as mídias, utilizaram da retórica do fantasma somali, enquanto um mito, a ser seguido e/ou silenciado pelos atores envolvidos, durante as operações de paz.

IV.

Os discursos sobre o(s) (geno)cídios ruandês: a ‘(não)intervenção’ e a soberania à luz dos atores estadunidenses

(...) Percebi subitamente que teria de matar o elefante, afinal. As pessoas esperavam isso de mim e eu tinha de fazê-lo; podia sentir suas duas mil vontades me empurrando para frente, sem que pudesse resistir. E foi neste momento, enquanto estava lá com o rifle em minhas mãos, que eu compreendi, pela primeira vez, o vazio, a futilidade do domínio do homem branco no Oriente. Aqui estava eu, o homem branco com sua arma, de pé diante de uma multidão nativa desarmada – aparentemente o ator principal do ato. (ORWELL, 2016)¹⁰⁰

‘The infantilization of the Third World was integral to development as a secular theory of salvation’ (NANDY, 1987).

‘Without photography, massacres would not exist’¹⁰¹ (KOUCHNER, 1991).

Este capítulo tem como principal objetivo contribuir para a de(s)colonização o imaginário político-social de que os atores estadunidenses no âmbito de sua política externa, não realizaram uma intervenção em Ruanda à luz da síndrome da Somália. Defendo nesta tese que a retórica da ‘não-intervenção’ estadunidense foi desconstruída nesta tese na medida em que observo a manutenção de práticas intervencionistas feitas pelas redes atores estadunidenses ao mobilizarem a ajuda/provisão humanitária. Além disso, assinalo que os EUA foram favoráveis aos processos intervencionistas em Ruanda, especialmente quando depositam seu voto no Conselho de Segurança da ONU de modo favorável, contribuindo para as operações de paz. Foi sob o discurso do ‘interesse nacional’ porém que as ações políticas estadunidenses realizadas sobre Ruanda foram realizadas, principalmente, quando trabalharam com a reprodução de imaginários estereotipados sobre os países africanos por meio da cooptação da opinião pública.

A discussão que emerge neste capítulo, aborda a problematização da responsabilidade ética que representantes da comunidade internacional possuem, embora ela em nome da ‘responsabilidade’ promova a cultura da (in)diferença, a partir da política de alteridade. A política da alteridade ao ser ratificada sobre as sociedades do Terceiro Mundo, que são vistas como Estados falidos/fracassados, como assim foi tratado Ruanda, sobretudo, quando os atores a comparam com a Somália. Por estarem na condição de falência estatal, necessitam de subsídios dos atores ocidentais, que investem por meio da agenda de segurança humana (Agenda para a Paz)¹⁰², como uma forma humanista de promover a ajuda humanitária, o desenvolvimento e a segurança na região. Isso não

¹⁰⁰ Passagem do livro *‘O abate do Elefante’* escrito por George Orwell.

¹⁰¹ Entrevista concedida por Bernard Kouchner – Médico sem Fronteiras ao NYT. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1991/07/28/magazine/daring-to-heal.html> Acessado em 19/10/2021.

¹⁰² A Agenda para a Paz foi defendida pelo antigo secretário das Organizações das Nações Unidas, Broutos-Broutos Gali, em 1992. A agenda possui 86 pontos, onde aborda questões envolvendo as agendas de segurança, humanitarismo e desenvolvimento. É considerada a ‘gênese’ da agenda de segurança humana. Disponível em: <http://www.un-documents.net/a47-277.htm>. Acessado em 24 jan. 2019.

impossibilitou do Ocidente legitimar o uso da força, via o capítulo VII da Carta das Nações Unidas. E, nesse sentido, saliento o conceito de humanidade (universalismo, liberdade, igualdade, promoção aos Direitos Humanos etc), já que ao ser ampliado via agenda da segurança humana, não impossibilitou que práticas racializadas fossem mobilizadas (desenhos, fotografias, discursos políticos etc), ao enaltecer ao mesmo tempo a política da vida e/ou da morte, mediante a relação co-constitutiva identidade-diferença.

A ontologia (conexão dos valores ontológicos do ser-presente, associado a uma determinação estável e apresentável a uma localidade, território solo nativo) que emergiu sobre Ruanda tanto diante da colonização belga, como também a partir do processo de descolonização afro-asiática, tendo em vista os impasses entre os atores envolvidos na região e no país, permitiram-me um repensar sobre a relação território e identidade. Esta pretendeu também disciplinar por meio de uma forma de poder/saber, estabelecer uma complexa convivência entre atores políticos ruandeses, tendo nos discursos da etnicidade uma forma de ratificar as visões orientalistas (fotografias, pinturas etc) que o Ocidente reproduz sobre o Outro, todavia traduza sobre si mesmo. A ontologia, enquanto uma forma de refletir sobre a política externa, por meio da análise de discurso, permite que interpretações políticas e midiáticas possam ser realizadas já que considera as subjetividades dos atores e suas implicações nas agendas públicas. (MILLIKEN, 1999, p.236). Além disso, a ontologia, de acordo com David Campbell (1992, p.4 grifo meu), calcada na *'logic of interpretation that acknowledges the improbability of cataloging, calculating, and specifying the 'real causes,' and concerns itself instead with considering the manifest political consequences of adopting one mode of representation over another'*.

A ontologia, traduzida em sua forma de análise de discurso, questiona as visões das geopolíticas tradicionais, vistas como hegemônicas, que os estudos de Política Externa tem se utilizado, na medida em que produzem a ideia de um inimigo, que é visto como real e que consequentemente ameaça a identidade da política externa dos países do Ocidente, diante do realismo epistêmico. (CAMPBELL, 1992; SLATER, 2004; DEBRIX; 2007; DEBRIX; LACY, 2004; AGNEW, 2015). O realismo epistêmico, por sua vez, busca impedir que *'an interrogation of discursive practices within the study of international relations and the conduct of United States foreign policy, this study seeks to show how these themes and issues are immanent to these domains'* (CAMPBELL, 1992, p.12). Outro destaque nesta tese envolve as narrativas orientalistas, traduzidas via a geopolítica imaginativa (SAID, 2007), promovidas pelo etnocentrismo à luz dos acontecimentos europeus, tornam-se espelho para os demais países do Sul global, já que (re)produzem a ideia de norma (tutis) e/ou exceção (hutus). E ao fazer isso, as práticas coloniais foram mantidas sobre Ruanda durante o(s) geno(cídios), enquanto uma estratégia discursiva, que

não somente explique, mas, que principalmente, justifique as ações políticas que foram realizadas sem que para isso a política da violência finde.

O capítulo, portanto, foi dividido em cinco seções: em um primeiro momento o texto versa sobre a ontologia confeccionada para Ruanda, diante das representações da história da colonização belga. Na segunda seção, o capítulo aborda uma segunda ontologia sobre Ruanda ao realizar uma (re)análise da independência colonial e a emergência do(s) geno(cídios) no país. Na terceira parte, o capítulo complexifica a política sem princípios da diplomacia estadunidense mediante as operações em Ruanda durante o(s) geno(cídios). Na última seção, o capítulo aborda os mitos/imaginários criados sobre os geno(cídios) ruandês à luz do fantasma da Somália onde tenciona política da 'não-intervenção', ao mesmo tempo em que sublinha a reiteração da soberania ruandesa à luz da política estadunidense.

4.1

Uma ontologia sobre Ruanda: um (re)visitar das representações da história colonização belga

Ao revistar as representações históricas sobre o(s) geno(cídios) ruandês é considerar a ontologia sobre a sociedade ruandesa promovida pelo Ocidente. A ontologia é um neologismo que significa a conexão dos valores ontológicos do ser-presente, associado a uma determinação estável e apresentável a uma localidade, território solo nativo, cidade, corpos em geral (CAMPBELL, 1998, p.80). Especialmente, quando há a conjunção envolvendo uma representação territorial, identificação populacional e determinação histórica cujo significado produz diferentes significantes. Neste contexto, as narrativas disseminadas pelo Ocidente envolvem a diferença étnica e/ou racial seja como mito e/ou ficção reiterada neste caso pela colonização belga sobre a sociedade/estado ruandês.

This conjunction of territorial representation, population identification, and historical determination means that for all the significant differences in the narratives examined here, they give rise to an order of representation we might understand in terms of what Derrida calls "ontology." Ontology is a neologism that signifies the connection of the "ontological value of present-being to its situation, to the stable and presentable determination of a locality, the *topos* of territory, native soil, city, body in general. (CAMPBELL, 1998a, p.80 grifo meu).

Após a I Guerra Mundial (1914-1918), a Bélgica foi um dos países europeus que mais se beneficiou do projeto colonial, principalmente, à luz das Conferências Geográfica (1876) e de Berlim (1884-1885) bem como do Tratado de Versalhes (1919), conquistando uma grande quantidade de terras, sobretudo, no continente africano, dentre eles Ruanda-Burundi¹⁰³. O

¹⁰³ O estudo sobre Ruanda e Burundi são citados nesta tese para fazer referência aos reinos tradicionais africanos, antes da regra colonial e da independência dos países em julho de 1962. Através da Alemanha e sua correlação com o leste africano, depois da I Primeira Guerra Mundial Ruanda e Burundi foram confiados a Bélgica, a partir de um mandato estipulado pela Liga das Nações e posteriormente, após a II Guerra Mundial, a partir do regime de tutela estabelecido pela ONU. O termo Ruanda-Urundi tem sido reservado, mediante o nascimento amalgamado de dois

pesquisador Wesseling (1998, p.100) ao revisitar a historiografia da colonização belga, informa que durante aquele período, o país era uma das mais importantes economias do SI. Na época, a economia da Bélgica era aberta e vulnerável e era, por sua vez, afetada por turbulências do clima econômico na Europa. No âmbito da lógica colonial, a Bélgica utilizou desta prerrogativa a fim de proteger qualquer possessão ultramarina.

De acordo com algumas biografias, como as realizadas por Hochschild (1998) e Tinhorão (2016), o Rei Leopoldo II era visto como espécie de imperador, que possuía visões gigantescas haja vista a importância dada ao comércio, bem como a expansão ultramarina. Para Leopoldo, os ‘lucros coloniais’ não era o glacê do bolo, mas o próprio bolo, de modo que em 1878, a associação filantrópica utilizada se tornou um instrumento de comércio como uma forma de empresa privada (WESSELING, 1998, p.102). Na Bélgica, a imprensa atuou fortemente, tanto nas descrições como através da argumentação, diante das campanhas publicitárias e por meio das reportagens disseminadas que destacavam as riquezas, as belezas e grandiosidades da África. Nesse contexto, a imprensa em sinergia com o Estado belga, circulou imagens positivas e propositivas sobre os países do continente africano, embora já os reduzisse à perspectiva homogênea, essencializante e monolítica.

Cabia a ela levar à África os benefícios da civilização em geral e do comércio particular. Depois listou os principais pontos da agenda e frisou que a conferência não ia tratar de soberania, mas definir normas para a ocupação de novos territórios na costa africana, pela causa da paz e da humanidade (WESSELIN, 1998, p.130). Mais do que definir a partilha da África, a conferência serviu como símbolo dela. Colocara-se a partilha da África na agenda de diplomatas europeus. A crença de que a conferência de Berlim tinha dividido a África, podia portanto, ser encontrada até mesmo nos jornais da época, embora foi explicitamente rejeitada pela conferência. A África não apenas não foi dividido em Berlim como o tema não constava nem mesmo da agenda; na verdade, a partilha da África foi explicitamente rejeitada pela conferência (...) Isso explica não apenas por que a Conferência de Berlim fracassou em acabar com a corrida ao interior, mas também por que, ao contrário, essa corrida continuou em ritmo aclarado (WESSELIN, 1998, p.144 grifo meu).

Outra importante conferência foi a antiescravista (1889), que serviu como cortina de fumaça para as políticas da violência orquestradas pelos belgas, diante de uma imagem que valorizava o humanitarismo do rei belga Leopoldo II. De acordo Wesselin (1998, p.103) a conferência foi considerada como uma dádiva servindo para aprovar e combater o tráfico, sem que para isso se desfizesse das ações coloniais, tanto no que concerne a manutenção interna do tráfico, bem como as práticas raciais que o sustentava. Para o historiador, o rei Leopoldo fundou diferentes colônias a fim

reinos sob as regras da Bélgica, segundo a normativa oficial. O termo Ruanda-Urundi quando citado, tem sido mantido à luz da antiga ortografia, mediante determinados contextos históricos, embora com os transcorrer dos anos, os termos Ruanda e Burundi tenham sido substituídos. Historicamente, ambos os países se desvincilharam, por um lado Ruanda teve sua monarquia formal abolida em setembro de 1961 e o Burundi em setembro de 1966. (LEMARCHAND, 1970, p.14-16).

de que as colônias abastecessem a metrópole com soldados, bem como funcionaram para a construção de estruturas comunicacionais como ferrovias e telégrafos de modo a interligar os continentes. Algumas colônias foram catequizadas por missionários católicos, contudo outras colônias belgas como o Congo foram evangelizadas por representantes protestantes que se utilizaram dos fundamentos religiosos como mediadores das práticas coloniais.

The Belgian reaction to the growing criticism in Britain, which soon extended to the United States, was one of resentment and repudiation. It was put about that the campaign was the work of a small coterie of Liverpool traders, who envied Belgium's success in exploiting the Congo and wished to take it over for themselves. Leopold himself conducted an astute propaganda campaign, not hesitating to suborn journalists and others. Morel was nevertheless joined by a few Belgians who were prepared to stand up and be counted. (EWANS, 2010, p.169 grifo meu).

À vista disso, evoca-se o pensamento de Jahn (2005) que ao refletir sobre as obras e o pensamento de Stuart Mill em sua obra *Considerations on Representative Government* promove uma importante discussão sobre a história da humanidade, ao considerar as diferenças e os estágios entre a civilização moderna, barbarismo, semi-barbarismo e semi-civilizado. A história da humanidade deve ser vista como uma história cultural ou de desenvolvimento civilizacional, porém, não se deve conceber que as passagens destes estágios sejam entendidos como progressões ou que ocorram de modo automático, mesmo porque existem processos e questões que podem reverter as perspectivas que estavam em curso.

Em todas elas, Jahn (2005, p.603) aponta que reler as obras de Stuart Mill, envolve refletir sobre duas grandes questões entrelaçadas com a ideia de governo: de um lado, ‘*an indigenous leader of extraordinary genius*’ visto como a exceção e do outro lado a regra, entendido ‘*namely government through a culturally superior power carrying the people rapidly through several stages of progress*’. Esse *modus operandi* elaborado por Mill, calcado em práticas coloniais, pode ser visualizado na sociedade ruandesa, a partir do modo de governança liberal que os belgas exerceram diante da produção e reiteração de mecanismos socioculturais que visassem a estratificação social, calcada no racismo, a partir de políticas eugenistas. As imagens abaixo traduzem a diferenciação realizadas entre tutsis e hutus e as formas eugenistas realizadas pelos Belgas tanto por meio de fotografias, bem como por pinturas em livros didáticos.

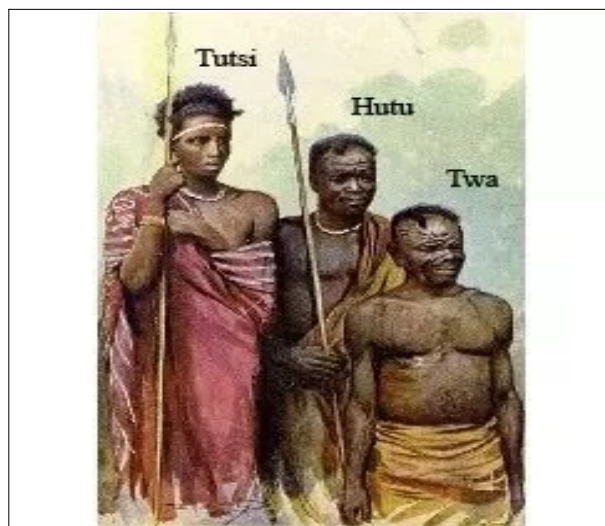


Figura (18): Promoção da política da (in)diferença durante a gestão belga em Ruanda

Fonte: Quora (2020)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1712520/CA

A partir destas considerações, retomo à discussão abordada por Jahn sobre a importância envolvendo as diferenças culturais e o princípio da igualdade por que me permitem mobilizar o princípio da não-intervenção. Especialmente porque segundo Stuart Mill, o princípio da não-intervenção, está conectado à ideia de que um governo que só pode existir, portanto, ser respeitado, na medida em que ele consegue gerenciar e fazer com que a sua sociedade entenda o poder da obediência. Caso não possa realizar tal procedimento, não deveria sequer existir, já que não caberia a um outro país exercer tal estratégia (JAHN, 2005, pp.603-606). No entanto, de acordo com Jahn, para Stuart Mill, existem duas exceções quanto às regras da não-intervenção: a intervenção externa pode ser realizada como uma forma de equilibrar a balança; a segunda exceção envolve a existência de uma guerra civil prolongada, mediante um poderoso conflito, de modo a cessar o conflito e na busca por uma reconciliação.

À guisa de Beate Jahn (2005), Stuart Mill desenvolve e mantém uma relação desigual entre colonizado e colonizador, sobretudo, quando revisita a história do império britânico na Índia, ao enaltecer a experiência colonial enquanto uma justificativa moral visto que a civilização é definida como uma negação do barbarismo. A civilização é para o filósofo símbolo da liberdade, do livre discurso, da soberania que não são universalizadas, mas continuamente reconstituída por direitos particulares. O que Mill não aponta é que reler a história do processo colonial dos países africanos é reaver a história dos países europeus. Isto significa dizer que é preciso visitar as guerras e as conquistas econômico-políticas realizadas pelo Ocidente sobre a África já que estas só se tornaram possíveis com a chegada dos homens brancos europeus.



Figura (19): Um colonialista belga com o povo ruandês, no final do século 19

Fonte: Revista Cult (2018).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1712520/CA

Na busca pela igualdade, pelo menos do ponto de vista retórico, um determinado regime de soberania foi operacionalizado tendo na moralidade internacional, advindas desde Westfália (1648) e suas extensões, as condições para que o continente africano pudesse deixar suas falhas e inabilidades políticas e econômicas (GROVOGUI, 2002). Do ponto de vista das relações internacionais, a coordenação da soberania e a promoção dos sistemas hierárquicos entre os estados e as regiões do mundo ocorreu, principalmente, a partir do colonialismo perpetrado pela experiência europeia, enquanto mecanismo de diferenciação a partir de padrões éticos e regras, *agents translated the weakness of political institutions and political turmoil into a licence to conquer and colonize* (GROVOGUI, 2002, p.328).

The mechanisms of differentiation are recognizable norms, rules and ethical standards that guide collaborating, competing or mutually unintelligible geopolitical entities. Together the regional coordinates of sovereignty promote hierarchical systems among states and regions of the world. They modulate power trans-territorially and across geopolitical regions to give form to international governance. Thus, sovereignty regimes reflect historical distributions of power and subjectivity within the international order and corresponding symbolic and material economies. These allotments depend upon the complementary processes of imposition, subordination, negotiation and abjuration of interest and values by relevant actors. In short, sovereignty regimes define the place and role of each geopolitical region along with the range of sovereignty practices available to it. (GROVOUGUI, 2002, p.328 grifo meu).

Isto posto, entre 1926-1936, a Bélgica promoveu uma reforma colonial em Ruanda intitulada *Customary Law*. O direito consuetudinário era uma forma ‘objetiva’ encontrada pelos governantes belgas a fim de promover a política da (in)diferença entre a sociedade ruandesa, de modo a diferenciá-la entre si. Onde por um lado, buscava aproximar um determinado grupo ao continente europeu com base em mitos e/ou ficções, onde tipificava alguns grupos como nativos e outros como estrangeiros. Isto é, a Bélgica situava os tutsis como aqueles não indígenas e que

detinham a capacidade cognitiva para administrar o país – prestando contas ao poder colonial belga, enquanto que os hutus eram construídos como o avesso dos tutsis, ou seja, como indígenas e desprovidos da capacidade cognitiva necessária para colaborar com a metrópole. Por isso que Mandami (2002, p.65) atesta que a reforma de 1920, *Customary Law*, tinha um triplo objetivo: 1) *first, to shift power from the monarch to chiefs as local authorities*; 2) *to reorganize the powers of local authorities both to remove any form of accountability to communities below or any check and balance internal to the administrative bureaucracy, leaving in place only an accountability to the colonial administration above*; 3) *to racialize the local authority*'.

A diferenciação ocorria inclusive do ponto de vista educacional, ou seja, os tutsis eram introduzidos à civilização por meio da educação francesa, enquanto que os hutus eram confinados à natividade, a partir de uma educação Kiswahili. A educação inclusive desprestigiava qualquer ideia igualitária, o currículo escolar era ancorado na hipótese hamítica¹⁰⁴, como uma forma de legitimar as ações realizadas em Ruanda. (MANDAMI, 2002, p.77). Lisa Malkki (1995), informa que a diferenciação entre tutsis e hutus também eram realizadas pelas comunidades epistêmicas. Segundo A antropóloga, ao reler a história sobre o(s)geno(cídios) em Ruanda, destacou como por meio de imagens confeccionadas pelo Ocidente, tutsis tinham mais destaque nas narrativas vis-à-vis aos hutus. Os hutus eram negligenciados, sobretudo, quando a pauta envolvia a questão do gênero. Alves (2012) recupera essa discussão em sua dissertação de mestrado, influenciada por Malkki, especialmente quando aponta que um duplo genocídio ocorreu no país, principalmente, com as mulheres hutus, que comparativamente a outros grupos sofreram uma dupla violência.

Alves (2012) informa também que pouco se debate ao falar sobre o genocídio ruandês e quando existe algum tipo de análise política e midiática, não se considera politicamente nas reflexões produzidas pelos diversos atores internacionais ocidentais (comunidades epistêmicas, mídias, redes adocacy etc), a questão de gênero. Além disso, é preciso sublinhar que nas inúmeras literaturas historiográficas sobre o(s) geno(cídios) em Ruanda, falou-se muito sobre tutsis e hutus, mas limitados estudos destacavam as violências perpetradas sobre os twa. Demonstrando, a ausência de debates e o apagamento histórico sobre os twa. Além disso, quando se narrava os

104 Primeiro, a maior parte da população colonizada não estava fragmentada ao longo de linhas étnicas em tantas identidades etnicamente diversas, cada uma com sua própria lei “consuetudinária” e autoridade fiscalizadora; em vez disso, eles foram transformados em uma única massa - os hutus, ditos indígenas bantos - que atravessam todas as autoridades nativas. Segundo, essa maioria bantu não era governada por seus próprios chefes, mas por aqueles construídos como racialmente diferentes e superiores, os hamitas. Ao contrário do governo indireto em outros lugares, mas como o governo britânico em Zanzibar, o estado colonial em Ruanda produziu identidades raciais bipolares, e não identidades étnicas plurais, entre os colonizados. Uma única oposição binária dividiu a população colonizada em duas: uma maioria nativizada contra várias minorias não nativas. Em Zanzibar, essa oposição colocou africanos contra árabes e asiáticos, não apenas o poder britânico; em Ruanda, opôs hutus contra tutsi, não apenas o poder belga. A hipótese camítica não foi articulada apenas com referência a Ruanda. Na verdade, alegava explicar todos os sinais de civilização na África Bantu – do monoteísmo ao uso do ferro e de outros artefatos materiais ao desenvolvimento da arte de governar. Não apenas os tutsis, mas também os bahimas e o estrato dominante em Baganda, por exemplo, também eram considerados hamitas. (MANDAMI, 2002, p.35).

geno(cídios) em Ruanda, as agências políticas dos tutsis, hutus e twas eram despolitizadas. As histórias perpetradas pelo Ocidente que estudam os conflitos em Ruanda à luz das abordagens ditas críticas, ignoram os movimentos de resistência que foram mobilizados pelos atores ruandeses.

A partir de Malkki, reanaliso a história ruandesa, à luz da ontologia neste caso, observando os regimes de verdade, poder e conhecimento, tendo em vista as narrativas produzidas por diversos atores ocidentais. Estes pretendem disciplinar o nosso olhar e perspectiva já que detém um conhecimento científico, fazendo uso da medicina e de outros saberes científicos, por meio de critérios supostamente objetivos, neutros e imparciais advindos da ciência positiva, como uma forma de afirmar, explicar e justificar práticas coloniais realizadas sobre a população e o território. Aqui se reproduz a norma (tutsis) e a exceção (hutu), o saudável e o patológico, sobretudo, quando os *experts*, com suas expertises, advindas das tecnologias dos saberes e poder ocidental, promovem marcadores e/ou sistemas classificatórios, reproduzidos pelas mídias e o estado, já que *‘estabelecem uma demarcação: situar um sintoma em urna doença, urna doença em um conjunto específico e oriental este no interior do plano geral do mundo patológico’* (FOUCAULT, 2017d, p.32).

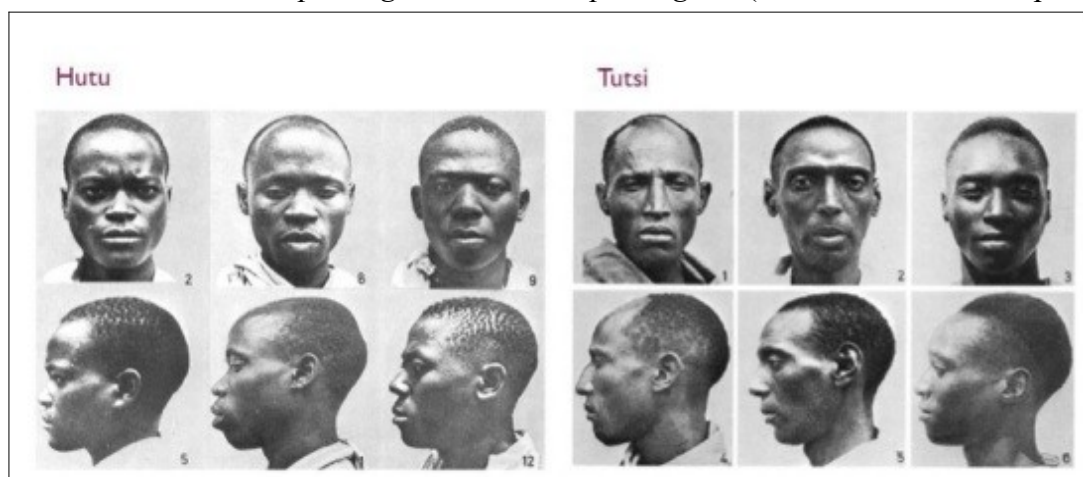


Figura (20): Marcadores e sistemas classificatórios realizados em Ruanda feitos pelos médicos belgas

Fonte: Charles André (2018).

Segundo Charles André (2018), durante o(s) processos de colonização belga em Ruanda, a linguagem científica médica (medição do crânio, nariz etc), imbuída de práticas racistas fez uso da frenologia, ou seja, capacidade de criar e reproduzir divisões irreduzíveis, entre os dois maiores grupos populacionais que vivem a séculos em Ruanda-Burundi. A dinâmica produzida pela medicina belga, advinda das expertises dos governantes europeus, estiveram amparadas nas teorias evolucionistas (Charles Darwin e Herbert Spencer) e circunscrita nas teorias de modernização (moderno x civilizado, primitivo x desenvolvido), que criaram as condicionalidades e possibilidades para a implementação de esforços sistemáticos, a fim de subjugar a grande população hutu. Tanto os hutus quanto o grupo menor e inicialmente privilegiado os tutsi – assim descrito pela narrativa ocidental, logo incorporaram o discurso racista entre si, agindo a partir da internalização dos

binarismos selvagem e civilizados – como exemplificados nas fotografias ao longo deste capítulo. De acordo com autor, a medicina belga, enquanto uma continuidade da dinâmica colonial, não subestimou o potencial racista e discriminatório de falsas concepções pseudocientíficas, ao contrário, normatizou esses processos, em formato, aqui descrito por mim como ontopológico, já que através de representações, por meio de cartões de identificação racial, a sociedade ruandesa era diferenciada entre si.

From 1933 on, everyone was issued a racial identity card stating his or her original ethnic group. Belgian specialists came to the region to classify people according to stereotypical anatomic-anthropological features. Craniofacial and body measurements were taken and a number of distinguishing features were considered for ethnic classification of the population. (...) tutsis had a taller stature (probably related to better nutrition). The head format, color of the eyes and skin (lighter) and the size of the noses (longer and narrower) were important features, which, as a group, was considered to resemble white Europeans (ANDRÉ, 2018, p.278 grifo meu).



Figura (21): A ontologia da política da (in)diferença durante o processo colonial belga

Fonte: André (2018).

A ontologia, naquela época era normatizada pela Bélgica, por meio das práticas coloniais, via a temporalização da diferença entre os belgas e os ruandeses, mas também entre os próprios ruandeses. Com relação à temporalização da diferença entre belgas e ruandeses, os mecanismos de produção da diferença, via a ratificação da cultura do racismo, acontecia quando os belgas performatizam narrativas sobre a população ruandesa enaltecendo a condição de primitivismo e/ou selvageria. O tempo para estas pessoas – quando visto enquanto humanos, pertencia a um lugar cuja condição ou estágio era visto como deplorável, onde somente cabia ao Ocidente, representado pela Europa, inovar e evoluir esta sociedade, segundo os moldes e dinâmicas estabelecidos pela Bélgica.

As a process both ideological and institutional, the racialization of the Tutsi was the creation of a joint enterprise between the colonial state and the Catholic Church. Missionaries were “the first ethnologists” of colonial Rwanda. As such, they were the primary ideologues of colonization. (MANDAMI, 2002, p.64).

O processo de diferenciação entre tutsis e hutus esteve circunscrito nos mitos criados sobre as Áfricas, através da hipótese hamítica. A hipótese hamítica, atuou como um mito e/ou ficção, ao ser instrumentalizada pelos governantes belgas, sobre o território e a população ruandesa, por meio do gerenciamento da política da vida e/ou da morte, tendo Ruanda enquanto um laboratório experimental, a fim de disciplinar a sociedade via a produção de hierarquias. A governamentalidade realizada sobre esta sociedade teve como estrutura e dinâmica de funcionamento, os padrões civilizatórios, que ao permanecerem calcados nas teorias evolucionistas advindas do século XIX, e por fim, nos modelos de (neo)desenvolvimentos criados pelo Ocidente, enquanto uma forma de reiterar a cultura do racismo. *‘When it came to the regime of exactions, monetary taxes were but the tip of the iceberg. This is why it is not the range of monetary taxes but that of nonmonetary exactions that convey the real harshness of Belgian rule’* (MANDAMI, 2002, p.68).

The idea that the Tutsi were superior because they came from elsewhere, and that the difference between them and the local population was a racial difference, was an idea of colonial origin. It was an idea shared by rival colonists, Belgians, Germans, English, all of whom were convinced that wherever in Africa there was evidence of organized state life, there the ruling groups must have come from elsewhere. These mobile groups were known as the Hamites, and the notion that they were the hidden hand behind every bit of civilization on the continent was known as the “Hamitic hypothesis.”. (MANDAMI, 2002, p.60 grifo meu).

Não obstante, argumento que a hipótese hamítica, não apenas reflete sobre Ruanda, mas diz sobre a Bélgica e o seu *modus operandi* nas colônias, tendo em vista que busca se tornar um império – resquícios das gestões dos reis Leopoldo I e II. Principalmente, porque a *‘Foreign policy, the projection of power externally, often tells us more about the foreign policy actor than any external object. It is not only power which is projected but a certain framework of ideas and values and political purpose’*. (CHANDLER, 2006, p.18). Embora, seja preciso sublinhar nesta tese que o *modus operandi* exercido pela Bélgica sobre suas colônias tenha sido caracterizado por diferentes formas quanto ao modelo administrativo. Em Ruanda, a Bélgica exerceu sua governamentalidade a partir da diferenciação entre tutsis e hutus, concedendo ao primeiro, o *status* e a condição de gerenciamento da colônia à luz dos valores europeus, diferentemente do Congo, cuja administração ocorreu de modo direto, onde o rei Leopoldo II, buscou se utilizar da região a fim de obter uma maior mobilidade, riqueza e glória. No Congo, diferentemente de Ruanda, o rei Leopoldo II criou instituições como a Associação Internacional do Congo, que justificava os fins filantrópicos na região, embora a instituição tenha funcionado como uma fachada para as barbaridades cometidas contra a população congoleza. (HOCHSCHILD, 1996, pp.73-74).

Em Ruanda assim como no Congo, o modelo de gestão administrativa, salvo suas devidas particularidades, teve como característica o processo da política da (in)diferença. Segundo a

narrativa oficial, a política da (in)diferença em Ruanda teria sido retomada em 1959, e, posteriormente enfatizada durante o ‘genocídio’ em 1994 em Ruanda (WHEELER, 2000). Em 1994, as imagens televisionadas por intermédio da mediação e/ou espetacularização envolvendo as cenas caracterizadas pela política da violência entre os ruandeses, despontou a audiência. Muitas das imagens que circularam sobre o conflito em Ruanda, eram enaltecidas por discursos orientalistas confeccionados pelo Ocidente. ‘*Resentful at the political power exercised by the Tutsi monarchy under Belgian colonial rule, the Hutu rebelled in 1959, leading to a violent conflict that resulted in the overthrow of the Tutsi monarchy after the withdrawal of Belgium forces in 1961*’. (WHEELER, 2000, p.210). Argumento diferentemente de Wheeler (2000, p.210) que mais do que a retomada da política da (in)diferença, houve a meu ver a continuidade desse processo, na prática na política do cotidiano tendo sua projeção em 1994.

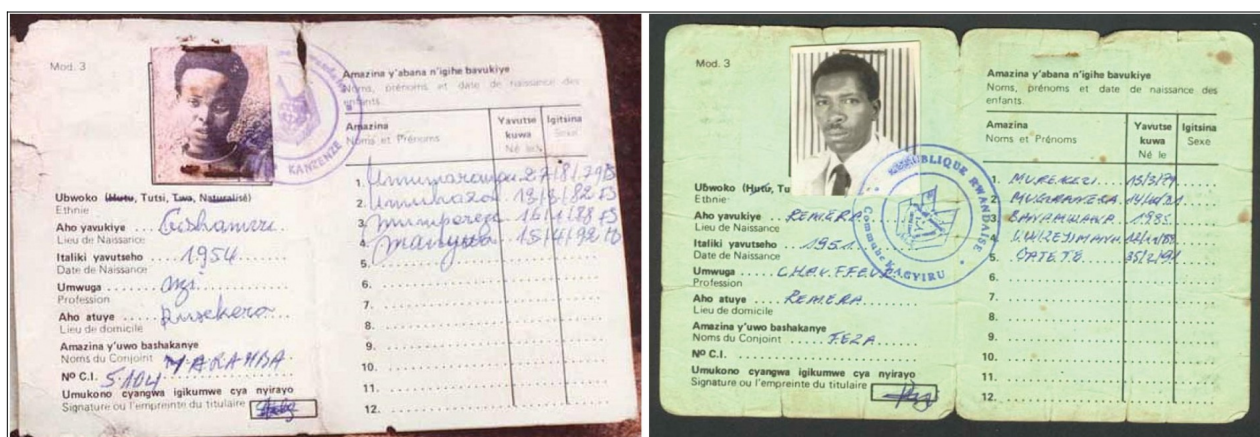


Figura (22): A ontologia da política da (in)diferença

Fonte: André (2018).

A ontologia belga confeccionada em Ruanda com o apoio de diversos atores, dentre eles as mídias diante de sua capacidade de disseminar e pautar temas e processos que são considerados importantes para a esfera pública, emerge porque os atores buscam associar obrigatoriamente a relação entre território e identidade que neste caso foi arbitrariamente produzida a favor da política da diferença. Inclusive, como uma forma de justificar as ações exercidas entre os ruandeses vis-à-vis os belgas.

4.2

Uma segunda ontologia sobre Ruanda: uma (re)análise da independência colonial e a emergência do(s) geno(cídios)

Compreendo por uma segunda ontologia, uma estrutura representativa que foi performada pelos belgas sobre Ruanda, logo após o processo de descolonização afro-asiática. Especialmente, durante o período da ‘revolução social’ (1959), onde o mundo assistiu as constantes lutas e política da violência entre hutus (Bantu) e tutsis (Hamites), sem que para isso a Bélgica deixasse de monitorar Ruanda. Principalmente porque a trajetória da descolonização ruandesa teve como

características, *'the two trajectories of decolonization—one armed, the other nonviolent—were at the same time testimony to different modes of colonization in these places'* (MAMDANI, 2001, p.74). Neste contexto político marcado pela convulsão social, Ruanda já havia deixado a condição de tutela então gestada pela ONU em 1949, embora tenha tido visitas constantes de sua antiga metrópole. Mamdani (2001, p.73) ao reler a história da 'revolução social' ruandesa, compreende que a violência e o conflito não advêm da colonização europeia, traduzidas mediante a passagem de comando entre Alemanha e Bélgica, mas sim através das reformas do estado colonial entre 1926-1936. O documento da ONU abaixo relata o processo histórico ruandês diante da 'revolução social', onde destaca que caberia ao Conselho de Segurança da ONU estabelecer o avanço político em Ruanda, mas também em Uganda, onde algumas questões tornaram-se centrais, dentre elas: o acordo de tutela, a busca por uma união administrativa, promoção do avanço político, a administração política e a reforma na estrutura política.

A reform of great importance, the effects of which will probably become apparent in 1949, is at present under consideration. Its two main objects are: (1) the establishment of partially elected councils at all levels of the administration (subchieftainship, chieftainship, territory and pays); (2) grant of powers to the Conseils de Pays to issue regulations. It seems appropriate here to correct a statement made by the Trusteeship Council (document A/603, page 7) which is reproduced below: "The Council noted that the Administering Authority had preserved_(ONU, 1948 grifo meu).

A segunda ontologia a qual me refiro nesta tese, faz menção à relação gato e rato assim representada por muitos analistas, ao fazerem referência aos hutus e tutsis respectivamente durante esse período caracterizado pela primeira (1961-1973) e segunda república (1973-1990). Segundo Mandami (2002, p.73) durante esta época, a descolonização ruandesa foi conquistada a partir de três grandes componentes: de um lado, a independência do Estado não se tratava de uma demanda hutu, mas também foi orquestrada pelas elites tutsis; uma segunda perspectiva envolvia a continuidade ou não das tendências políticas das elites quanto ao gerenciamento do Estado; e por fim, os conflitos que existiram entre tutsis e hutus durante 1959-1963, ocorreram não por conta da revolução social, mas sim diante de uma possível restauração do poder, onde esses grupos teriam que definir quem comandaria. A situação política em Ruanda entre 1959-1963 remetia ao período da Revolução Francesa (1789), já que naquela época os problemas da revolução deveriam ser resolvidos segundo as propostas mais radicais promovida pelos jacobinos de acordo com René Lemarchand (1970).

Neste período em Ruanda, a igreja ainda exercia um importante papel já que muitos ruandeses foram catequizados por meio de estudos seminaristas, inclusive, de acordo com as instituições religiosas havia uma necessidade de diferenciar os hutus e os tutsis de modo endógeno. Os tutsis eram vistos como aqueles que detinham o privilégio, e, portanto, estavam aptos para estudar e ajudar na parte administrativa da colônia belga. A mudança quanto ao modo de tratar e

diferenciar tutsis e hutus tinha como panorama o histórico advindo do holocausto na Europa, que ‘forçou’ a igreja a mudar seu pensamento e liturgia, de modo a estimular o igualitarismo entre os grupos. De acordo com Mamdani (2002, p.78) muitas instituições, incluindo a Igreja passaram a enfatizar a democracia como um contraponto à barbárie ocorrida no continente europeu. Inclusive, cabe ressaltar que muitos dos hutus se tornaram importantes personalidades políticas, na medida em que passaram a frequentar os seminários propostos pela igreja dita humanista.

The contradiction between Christianity as an ideology and the Church as an institution came to a head in the postwar period as the attitude of the European clergy went through a major shift. With the defeat of Nazism, its collaborators were discredited everywhere in Europe. Most institutions, including the Church, experienced a democratic resurgence. The clergy coming to Rwanda after the war were a changed lot, strongly influenced by antiracist ideological currents. Unlike Monseigneurs Classe or Hirth, early leaders of the Church who were upper-class Flemish men with conservative views, the newcomers were likely to come from *le petit clergé*. (MAMDANI, 2002, p.78 grifo meu).

A diferenciação endógena feita pelos belgas foi também visualizada em 1957, através de dois documentos confeccionados pela ONU, a partir do processo de descolonização, que alertavam para a polarização entre tutsis e hutus. Segundo Mandami (2002), o acesso aos documentos sublinhavam também que a tradução da diferenciação endógena ocorria sob o discurso nacionalista que ao ser evocado e ratificado pelos grupos entre tutsis e hutus, por meio das suas lideranças políticas. Segundo os documentos da ONU, o discursos nacionalismo mantinha a promoção da diferenciação entre os grupos, considerando, principalmente, as questões econômicas e os problemas sociais, onde a hipótese hamítica era resgatada.

A narrativa operacionalizada acima entre os grupos, pretendia diferenciar e estigmatizar, sobretudo, quando a União Nacional Ruandesa (UNAR) - tutsis e o Comício Democrático Ruandês (RADER) - hutus passaram a se contrapor com ideias diametralmente opostas, ou seja, de um lado o conservadorismo, do outro lado a busca por uma reforma social respectivamente. De acordo com Mandami (2002, p.82), a UNAR contou com financiamento e apoio de países comunistas pertencentes ao Conselho de Tutela da ONU, bem como da China, no entanto, este grupo buscava manter os costumes belgas. Já no que concerne a RADER, era formada por estudantes universitários que juntos com os hutus via os militantes do APROSOMA (defensores de uma monarquia constitucional, embora defendessem a democratização de todas as instituições existentes por meio da independência) e do PARMEHUTU (enalteciam a promoção social das massas, em defesa da independência ruandesa, para além dos hutus).

A situação se complexificou em Ruanda, sobretudo em 1962, quando o governo belga mudou e passou a cooperar com a ONU, inclusive, estimulando o referendo em Ruanda. Especialmente, quando a Bélgica rejeita a proposta da UNAR, de modo que o PAMEHUTU ganhou

o referendo com cerca de 77.7% dos votos contra 16.8%. Com a vitória do PAMEHUTU, inaugura-se o período do nascimento do poder político hutu que se manteve até os anos 1990 durante os genocídios. Para Mandami (2002, p.85), o poder hutu deve ser analisado a partir da diferenciação entre a letra maiúscula e minúscula, já que a primeira representa o período de governança durante a guerra civil em 1994. Já a segunda, significa o movimento que ocorreu durante a década de 1950 na medida em que os tutsis é que detinham o poder tradicional.

A história ruandesa pós-revolução de 1959 pode ser dividida em duas repúblicas: 1) a primeira república (1962) tinha como lideranças os tutsis cujo discurso da raça excluía os hutus da esfera política; 2) a segunda república (1973), composta por Hutus, reivindicava uma completa revolução ‘nacional’ tendo a revolução moral como alicerce, à luz das questões étnicas. Aqui os tutsis participavam da esfera política, mas de modo limitado diante da sua condição vista como minoria. (MANDAMI, 2002, p.92). Esta última segundo Mandami (2002), destacou-se pelas lideranças hutus da época creditavam que o poder hutu deveria vir através da figura de Grégoire Kayibanda – enquanto um líder da revolução e como representante da primeira república. Rene Lemarchand (1970), ao reler a passagem da primeira república para a segunda república ruandesa, pondera que *‘If power in Rwanda is still the monopoly of a specific ethnic segment, identified with the Hutu sub-culture, the prospects of a Hutu-Tutsi rapprochement, both within and outside Rwanda, have never been brighter since independence’*.



Figura (23): Encontro entre Grégoire Kayibanda e oficiais belgas

Fonte: BBC (apud AFP 1973)¹⁰⁵

Durante este contexto, ressaltar também que a repressão e a política da violência se mantiveram entre os grupos, a partir da metáfora da relação entre gato e rato, onde os atores oscilam e transitam através destas figuras, onde alguns eram vistos como melhores e/ou inferiores entre si. A governança hutu distinguia entre os tutsis internos e externos, entre os residentes e os não-residentes, sobretudo, do ponto de vista educacional com a instauração da lei em 1966. A lei em

105 Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-14093322> Acessado em 04/05/2021.

1966 promovia uma mudança tanto no modelo de governança educacional, sobretudo, na estrutura curricular, quando estabelece os processos de admissão, promoção e expulsão do alunato mediante a diferenciação entre tutsis e hutus no dia a dia. (MANDAMI, 2002, p.91).

Entre 1970 e 1980, Juvénal Habyarimana já se destacava enquanto uma importante liderança política, visto que buscou produzir uma política reconciliatória entre hutus e tutsis, através do discurso da etnicidade e não da raça. Neste contexto histórico, a segunda república ruandesa, em especial, rejeitou o nacionalismo hutuista. Isto é, após as tentativas de reconciliação social promovidas por Habyarimana, não surtirem efeito, revelaram a complexa situação do país que estava sendo acentuada, sobretudo, quando a Frente Patriótica Ruandesa (FPR) invadiu Ruanda. A FRP foi constituída por diversos tutsis que deixaram o país e adentraram em outros territórios próximos ao Congo, Uganda, Burundi – a chamada região dos grandes lagos, e que, anos depois, retornaram ao país reivindicando poder. A diáspora tutsi como ficou conhecida teve três grandes períodos entre 1959-1961, 1963-1964 e em 1973.

A primeira onda (1959-1961) ocorreu seguindo o fluxo revolucionário da época, sobretudo, as elites tutsis que perderam poder em Ruanda e acreditavam que o deslocamento para outras regiões seria o melhor a ser feito. A segunda onda (1963-1964) envolvia a tentativa dos tutsis retornar e retomar o poder em Ruanda, mediante a repressão ocasionada por *inyenzi* (lideranças hutus) por meio do uso das forças armadas. Por fim, a crise política na década de 1970, acentuou ainda mais o fluxo migratório, quando observou-se que milhões de refugiados ruandeses migraram para outras regiões e países vizinhos em busca de paz. Segundo o relatório produzido pelo ACNUR¹⁰⁶ em 1994, estimava-se que 2 milhões de refugiados migraram, incluindo 1,2 milhão para o Congo (antigo Zaire), 580 mil para a Tanzânia, 270 mil para o Burundi e 10 mil para Uganda. (ACNUR, 1994).

106 Disponível em: <https://www.unhcr.org/3ebf9bb60.pdf>. Acessado em 13/06/2021.



Figura (24): Refugiados tutsis durante a década de 1990

Fonte: ACNUR (1994).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1712520/CA

Muitos dos refugiados ruandeses que atravessaram a fronteira em Uganda viviam em campos e/ou transitavam pelo território ugandês pastorando animais Uganda, assim como Ruanda, vivenciava conflitos internos, muitos deles apontados pelo fluxo de refugiados ruandeses tutsis no país. Diante disso, uma organização política de refugiados se organizou na região, dando origem à intitulada Unidade Nacional para Aliança Ruandesa (RANU), onde diversos intelectuais participaram de debates em busca de soluções para o ocorrido. A questão da etnicidade se tornou um tema discutido em Uganda durante o regime ditatorial de Idi Amin e na gestão de Yoweri Museveni via Frente pela Salvação Nacional (FRONASA). (LEMARCHAND, 1970; MANDAMI, 2002).

O período histórico, entre as décadas de 1980-1990, foi marcado por conflitos onde para alguns vigorava uma política da violência de cunho racial¹⁰⁷ e para outras disputas étnicas¹⁰⁸, tanto em Ruanda, como em Uganda. Na ocasião, guerrilhas disputavam o poder através da Frente Patriótica Ruandesa (FPR), liderada por Fred Rwigyema e Paul Kagame, como também através do apoio do Exército de Resistência Nacional (NRA) via Yoweri Musevini. Cabe ressaltar que o presidente ugandês Musevini decidiu ajudar a FPR com armas, dinheiro etc, tendo por objetivo expandir o poder dos tutsis, bem como, produzir estabilidade em Uganda. Naquela época, Uganda vinha sendo questionada pelos EUA sobre possíveis fraudes no período eleitoral pós-Idi Amin. Esse

107 Segundo Mamdani (2002, p.14) a violência em Ruanda é de cunho racial já que os conflitos entre tutsis e hutus como não operam como uma violência contra aquele que é visto como vizinho, mas contra quem é visto como estrangeiro; não é uma violência que visa uma transgressão através de uma fronteira em casa, mas que busca eliminar uma presença estrangeira do solo doméstico, literal e fisicamente.

108 Para Mamdani (2002, p.14) a violência étnica pode resultar em massacres, mas não em genocídio. Massacres são sobre transgressões, excessos; genocídio questiona a própria legitimidade de uma presença como alienígena.

período foi intitulado como a Guerra Bush onde Uganda, bem como Ruanda, se tornaram o epicentro de algumas discussões da comunidade internacional, especialmente, por parte dos atores estadunidenses.

A relação ambígua entre Museveni e os Tutsis chamou a atenção de muitos analistas políticos, principalmente, após alguns anos, quando Museveni concedeu algumas entrevistas internacionais, onde afirma que algumas lideranças e soldados da FPR desertaram. O deserdar ocorreu, segundo o presidente ugandês, quando algumas lideranças da FPR informaram que *‘Neither he nor his friend, however, could come up with a ruse clever enough to fool President Museveni. The best excuse they could think of was hardly convincing. Why not tell Museveni that you have been through so much, the struggle, the work here, Tanzania, that you’ve never had time to organize yourself and your family?’* (KINZER, 2001, p.61). Os diálogos transcritos por Kinzer, fazendo referência às lideranças políticas Fred Rwigyema e Paul Kagame em alusão à Museveni, destacam-se pela desconfiança e sentimento de subordinação. No que tange os ruandeses, a narrativa elenca que muitos se sentiram traídos quando foram demitidos dos cargos principais da NRA. E, nesse sentido, o sentimento era que *‘there were a lot of rumors around, some of them true. Increasingly, the government of Uganda was getting jittery about the level of preparations. They were getting suspicious. They had mounted intelligence against us, so there was that pressure: We should do this sooner rather than later’*. (KINZER, 2001, p.62).

Diante deste contexto, a FPR com os subsídios da NRA invadiu Ruanda atacando o governo de Habyarimana em defesa do retorno dos tutsis, onde muitos foram mortos por soldados da força armada ruandesa. Os impasses entre tutsis e hutus diante deste cenário se acentuou sobretudo, mediante a quantidade de jornalistas que se aproximaram da FPR na busca por entender a dinâmica e o papel que a FPR realizava na região onde atuava. Segundo Mandami (2002, p.120) entender o conflito em Ruanda, é considerar como a linguagem discursivamente mudava, na medida em que tratava os hutus não mais como uma demarcação racial, mas sim étnica. *‘Habyarimana spoke of the Tutsi as an ethnic group, not a race; as a Rwandan, and not an alien, minority. The claim that the Hutu constituted a democratic majority because they were the ethnic majority would have made no sense from the point of view of Hutu Power. Because for Hutu Power, the Hutu were not just the majority, they were the nation’*.

De acordo com Mandami (2002, p.125), assim como a revolução da década de 1959 foi comparada à revolução jacobina na França, novamente, a Europa se torna o epicentro do debate, inviabilizando e negando quaisquer procedimentos calcados na política da violência que ocorreram em outras sociedades/estados, inclusive, com colaboração do continente europeu. Portanto, falar sobre o(s) geno(cídios) em Ruanda é narrar sobre a Europa e a sua política da violência seja de modo direto/indireto, óbvio/obtusos, explícito/implícito etc, sobretudo, a Bélgica. Do ponto de vista

de alguns analistas políticos *mainstream*, segundo Mandami (2001, p.5), a situação em Ruanda deveria ser comparada ao Holocausto, que se tornou um divisor de águas no mundo ocidental, tendo em vista a quantidade de pessoas mortas, especialmente, os judeus no período nazifascista.

Todavia, segundo o autor seria um equívoco fazer essa comparação com a realidade ocidental, na medida em que a dinâmica política e os motivos que culminaram nos geno(cídios) foram diferentes. Além disso, como já apontou Mbembe (2018) em sua obra *Necropolítica*, é preciso se desvencilhar os processos genocidas ocorrido nas Áfricas vis-à-vis ao ocorrido na Europa com o Holocausto, não apenas por conta das questões temporais, posto que as práticas ocorridas nas Áfricas, bem como em demais regiões do mundo, enquanto possessões europeias – típicas dos processos coloniais precedem ao Holocausto. Outro destaque, deve-se que a promoção política ocorrida no continente africano e demais regiões que sofreram com os impactos dos processos coloniais, as práticas genocidas não eram exceção, mas sim a regra. Ou seja, rotineiramente a venda, troca e circulação de tráficos de almas pretas ocorriam no Atlântico e Pacífico Negros, realizadas, por sua vez, por brancos europeus cristãos.

Isto posto, a análise sobre a narrativa do(s) ‘pré-geno(cídios)’ em Ruanda envolve reconhecer o papel que os EUA e suas instituições exerceram durante o contexto dos ‘pré-geno(cídios)’, sobretudo, quando as redes estadunidenses financiaram os estudos militares para Paul Kagame – atual presidente do país – importante figura para a Frente Patriótica Ruandesa (FPR) como apontado em sua entrevista para François Soudan (2015) em seu livro ‘*Kagame: conversations with the President of Rwanda*’. De acordo com Kinzer (2008, p.62-64), em ‘*A Thousand Hills: Rwanda's Rebirth and the Man Who Dreamed It*’, Kagame revelou à sua mulher e posteriormente em algumas de suas entrevistas concedidas a diversos jornalistas, a ‘ajuda’ fornecida pelos EUA no ‘pré-genocídio’. Especialmente, quando Kagame informou que *they would spend the next part of their lives in a place very different from any they had known before: the U.S. Army Command and Staff College at Fort Leavenworth, Kansas*.

As justificativas políticas feitas pelos EUA, quando financiou os estudos de Paul Kagame, envolviam desde o frequentar as renomadas universidades estadunidenses, bem como o conhecimento que seria adquirido por Kagame ao acessar o universo militar dos Estados Unidos. De acordo com Kagame, as instituições estadunidenses ofereceram *one of the world's most sought-after courses in the art of military command. Students come from the top ranks of the world's armies, and once at Fort Leavenworth, they study everything from field tactics to human rights law*. (KINZER, 2008, pp.62-64) Ainda segundo a entrevista, Kagame havia afirmado que a ida aos EUA não prejudicaria em nada o seu retorno a Ruanda, sobretudo quando enfatizou que *in fact, although it took him away at an important moment, it was also a chance for him to learn skills that he knew would prove valuable in the war to come*. (Grifo meu). (KINZER, 2008, pp.62-64 grifo meu).

A biografia e entrevista acima apontam para a complexa relação entre os EUA e Kagame. O livro, enquanto uma política da memória e como uma forma de descrição de uma narrativa, funcionou como um canal midiático, me permitindo compreender a correlação desenvolvida entre os atores estadunidenses e ruandeses na passagem do pós-guerra fria. Além disso, o depoimento de Paul Kagame possibilitou refletir sobre a ontopologia que foi desenvolvida pela comunidade internacional quanto à relação entre território e identidade (CAMPBELL, 1992; 1998; WALKER, 1993), especialmente, quando levamos em consideração, tal como destaca Alves (2005, p.414) que todos os indivíduos identificados como tutsis foram enquadrados como vencedores da guerra, enquanto que os hutus foram vistos como perdedores. Além disso, cabe ressaltar que os ruandeses a partir da divisão tutsi e hutu foram também retratados pelo Ocidente como seres primitivos e/ou bárbaros a depender da narrativa operacionalizada.

O estopim do conflito ocorreu quando o avião que trazia os presidentes de Ruanda e do Burundi, Juvenal Habyarimana e Cyprien Ntaryamira respectivamente foi abatido em 6 de abril de 1994. A situação em Ruanda se tornou complexa de modo que a comunidade internacional se vê na obrigação de responder à situação ocorrida, com algum tipo de ação mais assertiva para além da ajuda humanitária. As operações de paz passaram a ser discutida no Conselho de Segurança da ONU que decidiram pela intervenção não somente humanitária, mas também militar como uma forma de conter o genocídio em Ruanda e construir a paz no país. Naquela circunstância, é preciso compreender também a importância dos EUA, já que produziram um relatório via o Departamento de Estado intitulado *Human Rights Reports*¹⁰⁹.

O relatório já demonstrava os problemas de muitas sociedades africanas à luz das visões ocidentais, como falta de liberdade, arbitrariedades, sistemas de tortura e diversas formas de violência, sobretudo, quando enumerava e sublinhava associações entre Burundi e Ruanda onde destacavam: ‘*Torture and Other Cruel, Inhuman, or Degrading Treatment or Punishment; Political and Other Extrajudicial Killing; Arbitrary Arrest, Detention, or Exile; Freedom of Speech and Press etc*’. Além disso, os atores estadunidenses confeccionaram um mapeamento cartográfico através das análises extraídas por Catherine Watson intitulado ‘*Exile from Rwanda: background to an invasion*’,¹¹⁰. Os mapeamentos feitos por Watson (1991) já apontavam por meio de fotografias a situação de pobreza extrema e as avaliações que os Estados Unidos faziam sobre Ruanda. Portanto, os Estados Unidos já tinha ciência dos conflitos em Ruanda, bem como da pobreza que assolava o país, além de informar quanto ao deslocamento de refugiados ruandeses.

109 Disponível em: <https://archive.org/details/countryreportson1990unit/page/24/mode/2up>. Acessado em 13/06/2020.

110 Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015032205596&view=1up&seq=2>. Acessado em 13/06/2020.



Figura (25): Relatório para o Comitê para Refugiados Estadunidense

Fonte: Watson (apud ACNUR 1991)

Segundo os documentos produzidos por Watson, uma ajuda internacional estadunidense deveria ser fornecida para Ruanda rapidamente. Após as denúncias realizadas por Tipper Gore, esposa do ex-vice presidente Al Gore, durante a Conferência da População Mundial no Cairo em 1994, e mediante as denúncias dos relatórios, os EUA com apoio da Igreja Católica, buscaram encontrar saídas para Ruanda, a fim de conter o conflito, assim como compreender a ‘origem’ das tensões. Além disso, os atores estadunidenses ao realizarem a ajuda internacional para Ruanda por meio da USAID, possibilitaram a expansão do modelo neoliberal de governar. Este tem se tornado um projeto hegemônico desde a década de 1970, quando *as part of a project of social contestation involving the curbing of trade union power and the rolling back of the state, pushing responsibility for social welfare onto society rather than the state*. (CHANDLER, 2016, p.9).

E, porque o neoliberalismo em sua forma de atuação não reduz suas análises e inserções às esferas econômicas, os mecanismos de regulação e intervenção se manifestam sobre os sujeitos políticos, a partir de questões socioculturais e comunicacionais, por exemplo. Como Chandler (2016, p.10) resumiu a problemática neoliberal, aplicado aos países africanos, ao salientar que para além da regulação e intervenção, *new forms of neoliberal governance appear as ways of ‘empowering’, ‘capability-building’, or ‘freeing’ the citizen, enabling neoliberal subjects to take societal responsibility upon themselves and their communities*. No pós-guerra fria as ações políticas realizadas pelos atores ocidentais, através da intervenção e regulação, ocorriam também porque havia o *understanding of the capacity of the human subject to autonomously organize and act in pursuit of its rational interests*. (CHANDLER, 2016, p.10). Jahn (2012, p.54) resumem que aqueles que defendem a intervenção, pretendem legitimar o ‘estado liberal’ que é oferecido como solução para os problemas supostamente gerados pela anarquia e tirania. No entanto, para Tesón (2003), as

intervenções humanitárias não envolvem tão somente questões sobre as perdas e/ou salvar de vidas, destacam-se pela construção e restauração da democracia, bem como o respeito aos direitos vinculados às instituições do SI.

4.3

Uma política sem princípios da diplomacia estadunidense: as operações em Ruanda durante o(s) geno(cídios).

À luz da historiografia ocidental, os conflitos instaurados em Ruanda contaram com três operações de paz produzidas pela ONU, em cooperação com diversas instituições regionais como a Organização dos Estados Africanos (OUA) e organizações não-governamentais, bem como com a não participação dos atores políticos estadunidenses. Desde 1993, Ruanda já dispunha da primeira operação de paz intitulada Missão de Observação das Nações Unidas Uganda-Ruanda (UNOMUR) que através da resolução 846¹¹¹ pretendia pôr um fim aos conflitos entre Ruanda e Uganda. A UNOMUR teve como principal objetivo estabelecer formas de monitoramento, controle e vigilância na fronteira entre Ruanda e Uganda tendo em vista as tensões e o possível escalonamento dos conflitos entre os países segundo a ONU. Como ratificou o CSONU (1993 grifo meu), *‘Decides that UNOMUR shall monitor the Uganda/Rwanda border to verify that no military assistance reaches Rwanda, focus being put primarily in this regard on transit or transport, by roads or tracks which could accommodate vehicles, of lethal weapons and ammunition across the border’*.

A UNOMUR, de acordo com dados da ONU, estabeleceu sua sede em Uganda cerca de 200 Km de Ruanda, onde contou com cerca de 81 observadores militares. De um modo geral, dentre os observadores militares e operacionais destacaram-se países como: Bangladesh, Botsuana, Brasil, Hungria, Holanda, Senegal, República Eslovaca e Zimbábue. Em paralelo a UNOMUR, a comunidade internacional retomava os diálogos para a promoção dos acordos de Arusha (estabelecimento de um acordo de paz, exigia um governo democraticamente eleito e previa o estabelecimento de um governo de transição de base ampla até as eleições, além do repatriamento de refugiados e integração das forças armadas dos dois lados), neste período (1993), o CSONU assinalava quanto ao problema ruandês, conseqüentemente, endossava a importância da ajuda humanitária e meio de demonização dos ruandeses vistos como bandos armados que necessitavam ser neutralizados. *‘The force would assist in the maintenance of public security and in the delivery of humanitarian aid and in searches for weapons caches, neutralization of armed bands, de-mining, disarmament of civilians and the cessation of hostilities’*. (ONU, 1993 grifo meu).

Isto posto, mais uma vez, observa-se que o Internacional utilizou da gramática da narrativa orientalista a fim de promover a paz, segundo as normativas de *peacebuilding*, bem como a valorização da democracia liberal como gestão política segundo os princípios universais

111 Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/846>. Acessado em 20/10/ 2020.

estabelecidos pelo Ocidente, como uma forma de reprodução do *Self*. Por isso que além da UNOMUR, enquanto uma importante operação de paz, que atuou como diversas estratégias políticas de enfrentamento do conflito em Ruanda, o país também contou também com mais duas operações de paz em 1993, como uma forma de também conter o(s) geno(cídios) no país, a Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda (UNAMIR) I e II. Estas últimas operações de paz, novamente fizeram uso da reiteração da identidade ocidental, sobretudo, quando utilizou-se da responsabilidade ética, que os Estados Unidos e demais países utilizaram. Segundo o CSONU, durante o(s) geno(cídios) ruandês, múltiplas foram as violações dos direitos humanos e do direito internacional humanitário contra a população civil ruandesa e civis pertencentes a outras nacionalidades, que também tiveram as suas vidas ceifadas. Foi mediante esse cenário que uma comissão composta por *experts*, em parceria com o CSONU, recomendava que se instaurasse em Ruanda alguma forma de operação de paz a fim de conter as múltiplas violências.

This authorized UNAMIR to monitor the ceasefire and oversee the implementation of the accords; there was no question of it acting in a peace-enforcement role to impose the agreement or to protect human rights. As the force commander General Dallaire put it in February 1994: 'the minute there is a significant ceasefire violation by either side (...) my mandate does not exist here any more.' If there was a general expectation among Rwandans committed to the peace process that UNAMIR would neutralize the extremists by disarming (WHEELER, 2000, pp.214-215 grifo meu).

A UNAMIR I foi uma das operações de paz, que por meio da comissão instaurada no CSONU, pretendeu via a resolução 912¹¹², promover a ajuda humanitária, de modo a reduzir a tragédia humana, que vinha sendo denunciada em Ruanda. A normativa da UNAMIR I traduz a situação ruandesa à luz das lentes Ocidentais. *§13 Calls also upon the parties to cooperate fully in ensuring the unimpeded delivery of humanitarian assistance to all in need throughout Rwanda and in this regard appeals to the international community to provide increased humanitarian assistance commensurate with the scale of the human tragedy in Rwanda;* (CSONU, 1994 grifo meu). Porém, segundo a literatura ocidental, a UNAMIR I não conseguiu conter os conflitos, tampouco reduzir a tragédia humana, mesmo diante dos subsídios realizados via ajuda humanitária. Durante o contexto da instauração da UNAMIR I, 10 países votaram de modo favorável, dentre eles, os EUA, pela promoção da política da intervenção, todavia 6 se abstiveram (Brasil, Austrália, Nova Zelândia, China, Paquistão e Nigéria), em defesa da proteção de civis durante os geno(cídios) em Ruanda.

The role of UNAMIR in the protection of civilians during the genocide is one the most debate and painful issues of this period. Considerable efforts were made by members of UNAMIR, sometimes at risk to themselves, to provide protection to civilians at risk during the massacres. However, there do not seem to have been conscious and consistent orders down the chain of command on this issue. (...) And when UNAMIR later came to withdraw from areas under its protection, civilians were placed at risk. Tragically, there is evidence that in certain instances, the trust placed in UNAMIR by civilians left them in a situation of greater risk

112 Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/912>. Acessado em 20/10/2020.

when the UN troops withdrew than they would have been otherwise (CSONU, 1994 grifo meu).

Diante do fracasso da UNAMIR I, na época o estado deplorável em Ruanda havia se intensificado, segundo as reportagens e denúncias realizadas pelos *gatekeepers* políticos e midiáticos informadas pela cultura da mediação e/ou espetacularização traduzidas em formatos fotográficos. Em busca de conter e solucionar a situação deplorável em Ruanda, mediante as lentes ocidentais, pode ser traduzida quando a ONU, via o CSONU, resolve instaurar um Tribunal Internacional e Ruanda a fim de julgar, sentenciar e responsabilizar os devidos culpados – neste caso os próprios ruandeses tendo em vista o genocídio. Portanto, o Ocidente ignorar que os conflitos em Ruanda são reflexo das gestões e financiamentos, bem como a criação e manutenção de sistemas de segregação sociocultural que advém desde a Bélgica e que durante o período da Guerra Fria bem como seu fim foi retroalimentada pelos Estados Unidos, como destacaram os livros biográficos e entrevistas dos governantes ruandeses. ‘On 8 November 1994, *the Security Council established the International Tribunal for Rwanda "for the sole purpose of prosecuting persons responsible for genocide and other serious violations of international humanitarian law committed in the territory of Rwanda and Rwandan citizens responsible for genocide and other such violations committed in the territory of neighbouring States, between 1 January 1994 and 31 December 1994"*. Located in Arusha, Tanzania, the Tribunal issued the first indictments in 1995 and held the first trials in 1997’. (CSONU, 1994 grifo meu).

A situação em Ruanda era considerada complexa por parte da comunidade internacional, de modo que os atores políticos buscando por um fim aos conflitos no país, diante dos imbróglis que a UNAMIR I e II vivenciavam, aprovaram em 1995, diante da tragédia Kihebo (período caracterizado pela alta tensão e medo onde campos de refugiados e deslocados internos sofreram ameaças das milícias ruandesas), uma visita no país onde deliberou algumas resoluções. A situação em Kihebo é descrita pela ONU como um dos piores períodos políticos onde uma série de massacres era rotineiro: ‘*A large number of deaths occurred from firing by government forces, trampling and crushing during the stampede and machete attacks by hardliners in the camp, who assaulted and intimidated those who wished to leave*’ (CSONU, 1995 grifo meu). Dentre os membros que participaram da nova resolução, destacou-se os Estados Unidos já que, sublinhou junto com outros países (Alemanha, República Tcheca, Indonésia, Nigéria e China) alguns importantes aspectos sociopolíticos, à luz das visões ocidentais, dentre eles destacam-se: ‘(a) *reinvigorating the political process*; (b) *a civic education programme*; (c) *an effective mechanism to protect property rights*; (d) *a transparent and effective judiciary*; (e) *a trained police force*; (f) *effective civil administration throughout the country*; and (g) *unimpeded access throughout the*

country for UNAMIR, humanitarian personnel and human rights monitors'. (CSONU, 1995, grifo meu).

Evoca-se Stuart Hall (2016, p.139-140), a partir da descrição feita pelo Ocidente sobre a tragédia de Kihebo, já que o autor jamaicano traduz a cultura da mediação e/ou espetacularização sobre o Outro, ao descrever que as peças publicitárias, bem como as reportagens jornalísticas, são caracterizadas por ressaltar os ataques raciais, crimes urbanos. Ou seja, quando filmes e/ou revistas retratam a raça e etnicidade como temas importantes, mas que a partir destes temas utilizam-se dos estereótipos sobre os sujeitos africanos, sobretudo, ao retomar jornalisticamente, o período da escravidão, da colonização, do imperialismo. Ao fazer isso, os atores midiáticos cristalizam a representação, da população pós-colonial, já que essencializa, homogeneiza, sobretudo, quando criminalizam suas histórias – tratadas como selvagens e/ou bárbaras. Diplomáticamente, o Ocidente utilizou o processo de mediação e/ou espetacularização sobre o Outro nos conflitos como uma estrutura de dominação, apreensão e reconhecimento. (OPONDO, 2017, p.119).

A tradução da afirmação acima ocorreu mediante um conjunto de imagens (figura 26) que abordavam o conflito em Ruanda a partir das operações de paz. Dentre as imagens disseminadas, algumas destacavam as formas para conter e gerenciar os conflitos em Ruanda, tendo em vista o fracasso da UNAMIR I, os atores estadunidenses em consulta ao congresso e a partir de diálogos formais e informais com o CSONU, decidiram manter a ajuda e provisão humanitária, pautados pela responsabilidade ética. Diferentemente desta perspectiva, foram as reflexões e análises de Roméo Dallaire – general canadense que ganhou espaço e notoriedade na mídia, especialmente quando denunciou o descaso estadunidense. Em seu livro autobiográfico *Shake Hands with the Devil: The Failure of Humanity in Rwanda*, Daillarie reflete sobre o ocorrido em Ruanda, ao descrever de modo pormenorizado, a situação vivenciada por ele e pela sociedade ruandesa nos 100 dias mais terríveis assim endossado pelo general.



Figura (26): 25 anos do Genocídio em Ruanda¹¹³

Fonte: NYT (2019).

A situação descrita por Dallaire, também foi destacada pela jornalista Samantha Power em seu livro *‘Genocídio’*. Na obra, Power traz detalhes sobre o genocídio em Ruanda - assim definido pela autora, revelando os documentos secretos da política estadunidense durante a gestão Clinton, bem como o menosprezo de autoridades estadunidenses diante do caso ruandês. Muitos dos documentos apontavam que o desprezo da Secretária de Estado, Madeleine Albright, em relação ao caso ruandês estava também alinhado às perspectivas dos congressistas estadunidenses e dos representantes do alto escalão do executivo do governo de Bill Clinton. As lideranças políticas estadunidenses consideravam que a questão ruandesa não mobilizava o ‘interesse nacional’, e, portanto, não caberia aos EUA interferirem nessa dinâmica.

As falas de Albright endossam a afirmação acima ao dizer que *‘The U.S. is not prepared at this point to lift heavy equipment and troops into Kigali’* (POWER, 2007), sobretudo, quando foram expostas ao público, ao serem publicizadas pela imprensa, geraram ‘constrangimento’ para o governo Clinton, bem como para a imagem da diplomacia estadunidense. Principalmente, quando a Secretária de Estado *‘had for some time resisted the use of the term “genocide”’* (DALLAIRE, 2003, p.376). Segundo Romeo Dallaire (2003, p.545), Albright era um problema para Ruanda, já que *‘Madeleine Albright was leading the strong resistance to the wording of a new mandate that would include our “ensuring” stability and security in the provinces of Rwanda’*. Porém, mesmo diante das afirmações acima feitas por Dallaire (2003) e Power (2007), os atores estadunidenses não deixaram de colaborar com ajuda internacional para com Ruanda e de votarem a favor da intervenção humanitária no CSONU.

According to Linda Melvern, the USA argued in the Council's informal consultations that Congress would not pay for any new operations and that the UN

113 Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/04/06/world/africa/rwanda-genocide-25-years.html> Acessado em 20/04/2021.

was in danger of becoming overcommitted. African members countered that there was a moral duty to assist Rwanda in its transition to democracy and after some discussion it was agreed to create UNAMIR. In supporting Resolution 872 in the Council the USA established the condition that continuing support for the force would depend upon progress in implementing the peace agreement and keeping costs under control (WHEELER, 2000, p.215 grifo meu).

As denúncias midiáticas, contrárias às perspectivas do governo e em partes das elites estadunidenses, permitiram que a opinião pública fosse mobilizada, ao passo que Albright diante das pressões internacionais, viu-se ‘obrigada’ a retificar e mudar a direção da narrativa diplomática. Albright simulou/dissimulou que havia uma necessidade ‘genuína’ para que a dor e o sofrimento humano em Ruanda fossem aliviados, sobretudo, quando noticiou ao vivo, que \$1 milhão de dólares será fornecido para o país na chamada *Human Rights Field Operation*.

In Rwanda, Ambassador Albright announced the USG would provide up to \$1 million toward the U.N. Human Rights Field Operation in Rwanda. The Ambassador also announced that two prosecutors from the Department of Justice would be funded to work with the International Criminal Tribunal for Rwanda (ICTR), which was established by the U.N. Security Council in 1994 to prosecute those who committed genocide and other crimes against humanity. Ambassador Albright called on other governments to provide more financial and logistical support to the Tribunal, which has 50 staff members in Kigali. Four USG investigators arrived in Kigali in early March to assist the Tribunal. (USAID, 1996a grifo meu).

Outro ponto que destaca o rastro da identidade estadunidense em Ruanda deu-se quando a ONU, por meio das operações de paz, sublinhou a importância de figuras como o ex-presidente Jimmy Carter (1977 a 1981) que atuou na elaboração de conferências regionais realizadas no Egito, em cooperação com a Organização da Unidade Africana (OUA). As conferências contaram a participação de outros países: Burundi, Ruanda, Uganda e Zaire e um representante da Tanzânia que se comprometeram com ações econômicos-políticas concretas a fim de promover a paz, a justiça, a reconciliação, a estabilidade e o desenvolvimento na região. Em uma declaração final de 29 de novembro de 1995, o Zaire e a República Unida da Tanzânia comprometeram-se também a isolar nos campos os elementos que intimidavam os refugiados e Ruanda garantiu a segurança dos refugiados que regressavam. (ONU, 1995).

De acordo com o *The Center Carter: Waging Peace. Fighting Disease. Building Hope*¹¹⁴, o ex-presidente Carter por meio de um encontro com ex-presidentes dos países africanos ‘*will examine means and timetables to begin an orderly and safe return of (some 2 million) Rwandan refugees, stop the cycle of violence in Burundi and promote peace, reconciliation, justice and progress in the region*’. (CARTER, 1995 grifo meu). Novamente os Estados Unidos fazem uso de encontros, elaboração de relatórios confeccionados por especialistas estadunidenses e através da criação de conferências internacionais, por meio da cooperação com o *Think Thanks* estadunidense,

114 Disponível em: https://www.cartercenter.org/news/trip_reports/egypt-011712.html Acessado em 21/08/2022.

visavam conter a violência em Ruanda, de modo a promover valores liberais e ocidentais espelhados nos princípios soberanos do Ocidente tendo em vista a questão da etnicidade. A etnicidade ruandesa considera como um problema e vista como algo primitivo que necessitava ser corrigido. A correção em Ruanda deveria vir por meio de projetos intervencionistas à guisa das dinâmicas socioculturais mobilizadas pelo Ocidente que nas visões estadunidenses traduzem as melhores práticas da política da boa governança.

As ações feitas por Jimmy Carter com demais atores internacionais refletiram na Declaração do Cairo¹¹⁵ sobre as Regiões dos Grandes Lagos (Ruanda, Burundi, Uganda e Congo) publicizada pela ONU onde assinalou quanto ao problema da ideologia genocida assim descrita, bem como a condenação da etnicidade em Ruanda e a criminalização quanto aos refugiados cujas vidas foram ceifadas e/ou estão em carácter de grande emergência humanitária. Além disso, sublinharam os representantes governamentais ao narrarem sobre o genocídio em Ruanda, assim descrito pelo Ocidente: *‘they condemned the genocide in rwanda in 1994, other incidents of mass killings in the past and the ideology of genocide despicably used by some forces to pursue theirs ow selfish ends. They also condemm the other similiar acts and events which have occured in the past and are recurring in Burundi’* (ONU, 1995 grifo meu).

As afirmações acima podem também ser visualizadas ao acessar os relatórios da USAID entre os períodos de 1994 a 1996, onde observou-se que as instituições estadunidenses estabeleceram outras formas de intervenção na sociedade ruandesa. Mesmo diante de uma retórica que defendia a não intervenção, a assistência humanitária foi realizada. Os dados compilados apontam para as múltiplas formas de ajuda estabelecida pelos EUA, de modo crescente durante e no pós-genocídio via a USAID, em Ruanda. Diante dos dados, argumento que o discurso produzido pelos atores estadunidenses sobre a política da ‘não - intervenção’, de modo algum impediu que outros *modus operandi* intervencionistas ocorressem em Ruanda, sobretudo, ao fazer uso da agenda de (in)segurança humana, como uma forma de conter as críticas advindas da comunidade internacional. Ana Cristina Alves (2005, p.418) ao reler sobre os geno(cídios) ruandês, apontou que a comunidade internacional possuía um senso de responsabilidade, tendo em vista que o Eu só existe mediante a responsabilidade ética com o Outro.

Tipos de Assistência (1994)	Valores
USG Assistência Humanitária para Ruanda	\$196,795,483
Assistência Humanitária para a Crise Regional Ruanda	\$108,415,461
Assistência Humanitária para a Crise Regional ruandesa e para Ruanda	\$305,180,944

Tabela (6): Office of U.S. Foreign Disaster Assistance

Fonte: Elaboração própria com base na USAID (1994)¹¹⁶.

115 Disponível em: file:///C:/Users/Marina%20Vale/Downloads/S_1995_1001-EN.pdf. Acessado em 21 de agosto de 2022.

116 Disponível em: <https://reliefweb.int/report/rwanda/usaidofda-situation-report-2-fiscal-year-fy-1996>>. Acessado em 10 setembro de 2020

Tipos de Assistência (1995)	Valores
BHR/OFDA Assistência para a Resposta Humanitária e Desastres	\$79,215
BHR/FFP Assistência para a Resposta Humanitária e Alimentar para a Paz	\$112,441,800
State/PRM Assistência para População, Refugiados e Migração	\$93,890,699
Assistência Humanitária para a Crise Regional Ruanda	\$206,411,714
Assistência Humanitária para a Crise Regional ruandesa e para Ruanda	\$251,515,980

Tabela (7): Office of U.S. Foreign Disaster Assistance

Fonte: Elaboração própria com base na USAID (1995)¹¹⁷.

Tipos de Assistência (1996)	Valores
USG Assistência Humanitária para Ruanda	\$2,279,055
BHR/OFDA Assistência para o Sistema de Saúde e Água	\$784,439
Contribuição para Emergência Commodities WFP	\$58,276,400
BHR/OIT Assistência	\$1,494,616
Suporte para a Criação do Tribunal Penal Internacional em Ruanda	\$1,240,000
Suporte para o Programa sobre Direitos Humanos da ONU	\$254,616
Assistência Humanitária via o ACNUR para Ruanda e Burundi	\$30,000,000
Assistência Humanitária para a Crise Regional Ruanda	\$88,276,400
Assistência Humanitária para a Crise Regional ruandesa e Ruanda	\$90,553,455

Tabela (8): Office of U.S. Foreign Disaster Assistance

Fonte: Elaboração própria com base na USAID (1996)¹¹⁸.

Total das Assistências Humanitárias (1994, 1995 e 1996)	Valores
Assistência para Ruanda	\$244,178,804
Assistência Humanitária para a Crise Regional Ruanda	\$403,103,575
Assistência Humanitária para a Crise Regional ruandesa e Ruanda	\$647,282,379

Tabela (9): Office of U.S. Foreign Disaster Assistance

Fonte: Elaboração própria com base na USAID (1996)¹¹⁹.

Segundo a autora, as relações e formas de subjetividade deveriam ser pautadas e incessantemente questionadas pela responsabilidade ética. Ao resgatar Levinas, à luz dos trabalhos de David Campbell e Michael Dillon (1991), Alves argumenta também a origem do sujeito é a sua própria sujeição ao Outro – uma sujeição, que de acordo com a autora, precede a consciência, identidade e liberdade. Nesse sentido, os sujeitos são constituídos por uma relação com o Outro, uma relação de interdependência radical (ALVES, 2005, p.418). Dito isto, cabe à comunidade internacional essa responsabilidade, já que não é possível que o Eu opte por não fazer parte de uma relação com o Outro, dizendo que não me diz respeito. A responsabilidade pelo Outro é uma “não-escolha” singular. É preciso ressaltar, que há distinção entre ética e moral segundo Campbell (1991, p.92) à luz das reflexões feitas através de Levinas. Para o autor, enquanto que a moralidade deve ser compreendida como um conjunto de regras que estão relacionadas ao comportamento social. Regras que são sempre mais contingentes do que aplicável, embora nunca estejam apartadas da nossa ética para com o Outro. Já a ética não decreta regras para a sociedade.

117 Disponível em: <<https://reliefweb.int/report/rwanda/usaidofda-situation-report-2-fiscal-year-fy-1996>>. Acessado em 10 setembro de 2020

118 Disponível em: <<https://reliefweb.int/report/rwanda/usaidofda-situation-report-2-fiscal-year-fy-1996>>. Acessado em 10 setembro de 2020

119 Disponível em: <<https://reliefweb.int/report/rwanda/usaidofda-situation-report-2-fiscal-year-fy-1996>>. Acessado em 10 setembro de 2020

Alves (2005) restringe sua análise do caso ruandês, a transferência da responsabilidade ética para com a comunidade internacional. Nesta tese, não apenas observo a transferência da responsabilidade ética foi compartilhada com a comunidade internacional, mas também não anula o lugar dos EUA nesta dinâmica. A responsabilidade ética operacionalizada pela política externa estadunidense se reflete na ajuda e provisão humanitária realizada para Ruanda. Principalmente, porque a política externa pretende assinalar os discursos que apontam para os sujeitos vistos como ‘bons’ e aqueles retratados como ‘ruins’. Embora, essas linhas sejam por vezes borradas já que *the experience of relief operations in the above-named places has exposed the problems of humanitarian interventions when they operate in circumstances notable for the absence of clear lines to demarcate the ‘good’ from the ‘bad’, ‘victim’ from ‘aggressor’ (assuming such distinctions have been previously and unproblematically available)*’ (CAMPBELL, 1998, p.133). A correlação entre a política externa e a agenda humanitária de acordo com a responsabilidade ética, mobiliza segundo Levinas, um moderno anti-humanismo *is true over and beyond the reasons it gives itself because ‘humanism has to be denounced only because it is not sufficiently human’* (CAMPBELL, 2003, p.141).

Nesse sentido, ao revisitar as operações em Ruanda, à luz da responsabilidade ética (ALVES, 2005, p.420), reflito sobre a inferioridade do Outro que é inerente à hierarquização entre Eu e Outro que possibilita rotulá-lo e reduzi-lo ao “outro-como-objeto”, a um *status* de coisa - constituindo uma relação Eu em detrimento do Outro. Portanto, assimilar e/ou aniquilar o Outro é o que sustenta a relação entre os atores. Principalmente, quando compreendo, como assinalaram Campbell e Dillon (1991, p.161), que vivemos em tempos marcados pela relação entre a violência e a política da modernidade que é radicalmente ambígua e ambivalente. A violência especificamente deve ser vista como prática que constrói o refúgio da comunidade soberana e as condições para com que a cidadania da comunidade deva ser protegida. À vista disso, asseguro que a dinâmica diplomática perpetrada pelos atores ocidentais, no âmbito das operações em Ruanda, embora enalteçam os valores universais, na prática é tão somente um jogo de simulação/simulacro.

Portanto, há uma retórica sem responsabilidade que a política externa promove via uma atração ética. E, nesse sentido, múltiplos intervencionismos considerando as questões éticas como uma maneira de gerar na comunidade internacional, uma proposta política e missão. Ou seja, faz-se *‘ethical concerns, such as the human rights of others, seem to provide a moral framework which can project a sphere of agreement and consensus and point beyond the relativism and pessimism of our times’*. (CHANDLER, 2003, p.299). E, diante disso, governos necessitam de uma ‘missão’ e de uma ‘proposta coletiva’ de modo a fazer com que as suas ações que serão desenvolvidas, detenham legitimidade e coesão social, caso contrário *soon dissolve into faction fighting and petty squabbles*. (CHANDLER, 2003, p.300).

Na prática, o que opera é a continuidade da soberania, embora a ausência da mesma, se configure em forma de presença. Por isso que: *‘As a result, the humanitarian needs to be appreciated as the null-site produced by and, thus, reinforcing the continuing operation of sovereignty, the absence made possible by the presence of sovereignty’*. (CAMPBELL, 1998b, p.133). Portanto, analisar a política humanitária é arguir os discursos que se colocam como apolíticos e/ou não-políticos dado que as mensagens disseminadas possuem ações amparadas na política, e diria mais, de cunho religioso na medida em que as imagens enaltecem a política da compaixão, solidariedade e/ou piedade¹²⁰. *‘It would be wrong, though, to argue that the apolitical or non-political cast of humanitarianism is simply a casualty of recent events. It should instead be seen as something problematised by the condition of possibility for the concept itself, which renders humanitarianism as inherently and necessarily political’*. (CAMPBELL, 198b, p.133).

That humanitarianism is in this way dependent upon sovereignty is evident, for example, in the way international humanitarian law, while granting rights to individuals, gives duties to states; and the way in which the post-Cold War discourse of humanitarian intervention focuses largely on intervention in states by states with international approval. (CAMPBELL, 1998b, p.133 grifo meu).

Diante do exposto acima, revisito a passagem do pós-guerra fria, ao diferenciar o meu argumento da visão *mainstream*, que insiste em ratificar a imagem de uma nova era, onde o Ocidente não promoveria a lógica da intervenção e/ou regulação sobre as sociedades do Sul global. Esta tese demonstra que as ‘novas’ formas de regulação e/ou intervenção foram e persistem em ser mobilizadas, sem que necessariamente em um primeiro momento, um comboio militar atue. Por vezes, outras formas de governamentalidade foram realizadas ‘indiretamente’ com ou sem o apoio dos militares, mas que em todos mecanismos de controle, existe o exercício do poder, sobretudo, entre os países do Ocidente, sobre o Sul global, como destacou Chandler (2006, p.10) ao sublinhar que *‘capture the new forms of international regulation of non-Western states and societies: the fact that the new forms of international control attempt to evade responsibility and accountability for the exercise of power’*. Ainda que os atores estadunidenses pretendam negar o seu império, como dirá Chandler, sua atuação vai no sentido oposto, ou seja, as práticas diplomáticas com o apoio comunicacional direto e/ou indireto, mantém as dinâmicas imperialistas como aponta a imagem abaixo (figura 27).

¹²⁰ A compaixão representa a manifestação mais completa dessa combinação paradoxal de coração e razão: a simpatia sentida pela desgraça do próximo gera a indignação moral que pode levar à ação para acabar com ela. (FASSIN, 2012, p.1 tradução minha).



Figura (27): O presidente Clinton se encontrou com o secretário-geral das Nações Unidas, Boutros Boutros-Ghali, à esquerda, em 1994 para discutir situações no Haiti e em Ruanda

Fonte: NYT (apud Casa Branca 1994)

A indústria de *hollywood*, como uma extensão do império estadunidense, ao destacar a figura do ‘herói’ estadunidense, enquanto um protetor e/ou salvador, persiste no pós-guerra fria em reafirmar esse estereótipo. Nas décadas de 1990, como demonstrou Shapiro (2005) e Opondo (2017), múltiplas foram as produções cinematográficas, que cartograficamente visavam afirmar, explicar e, principalmente, justificar as ações que serão desenvolvidas sobre o país que sofrerá a intervenção. Em nome da ‘paz’, da ‘segurança’, em ‘defesa’ das populações ameaçadas, os atores estadunidenses exploraram a tragédia e o horror ao destacar o sofrimento humano. O objetivo é fazer com que a opinião pública corrobore com as ações que serão desenvolvidas pelo Ocidente, especialmente, quando as imagens essencializam o sofrimento humano. Os diversos *gatekeepers* políticos e midiáticos que estão no local ou não, por meio das perspectivas globais, ao se envolverem com o sofrimento humano, lucram com capitalismo extraído destes processos, já que *humanitarianism has, of course, never been antithetical to the market and has, in fact, been theorized as a quintessentially liberal idea born out of capitalism, for instance as the benign face of the expansion of labour markets beyond the West.* (CHOULIARAKI, 2013, p.5).

Os dados abaixo exemplificam como a governamentalidade realizada pelos EUA direciona para a coerção direta o *laissez-faire* do poder do capital, principalmente, quando a intervenção proposta pelo Ocidente emerge como uma forma de inserir e/ou resgatar a soberania de um determinado Estado, que não ‘detém’ as condições para gerir seu respectivo Estado e/ou nação. A partir da proposta da intervenção, como uma forma de promoção do discurso da soberania, há uma necessidade de compartilhar um conjunto de normas, valores e conhecimentos que os *experts* buscam produzir sobre as localidades a fim de manter suas dominações. (CHANDLER, 2006).

No que concerne à política externa e sua política sem princípios, à luz do humanitarismo, Campbell (1993, p.96) informa portanto que *our sense of self is derived from our relationship with the Other and thus from our responsibility to the other*. Nesse sentido, o humanitarismo é *thereby limiting the sovereignty of the state in certain conditions* (CAMPBELL, 2013, p.152), sobretudo, quando a P(p)olítica E(e)terna é construída pela ambiguidade e contingências a fim de que *in the hope that the alien, the foreign, and/or the unexpected does not become and occasion for moral absolutism and violent retribution* (CAMPBELL, 1993, p.98). Embora, os Estados Unidos tenham manifestado junto a opinião pública (inter)nacional que não ajudaria em Ruanda haja vista o seguinte discurso ‘Clinton administration announced that the U.S. government would “begin consultations with other UN Security Council members to remove representatives of the interim government from Rwanda’s seat on the council ... [and that the U.S. has] denied access to any Rwandan government financial holdings in the United States’’. (DALLAIRE, 2003, pp.472-473). Os dados a partir das tabelas acima extraídos da USAID demonstram o contrário, ou seja, houve intervenção em Ruanda, comprovando os jogos entre simulação e dissimulação que David Campbell (2013) informou acima quando analisa a política externa e as questões humanitárias, a partir do discurso da responsabilidade.

Of course, because states are paradoxical entities, and because foreign policy has acted só effectively as an ethical power segregation – inscribing a particular geography of evil in order to fix a state’s subjectivity – the argument here challenges many of the practices that have enable us to live in supposedly secure and supposedly sovereign communities (CAMPBELL, 1993, p.98 grifo meu).

Em consequência disso, e mediante o caos explorado rotineiramente pelos meios de comunicação e uma extensa rede de atores políticos, a comunidade internacional se viu na necessidade de instaurar uma nova operação de paz em Ruanda, a UNAMIR II, que ocorreu através da resolução 918¹²¹, em substituição a UNAMIR I, tendo em vista as falhas e a ausência de soluções sobre a política da violência na sociedade ruandesa. A UNAMIR II, por meio de uma coordenação internacional, buscou aliviar o sofrimento humano ao mesmo tempo em que tentava restabelecer a paz. Nesse sentido, a UNAMIR II contou com a cooperação entre a ONU e a Organização dos Estados Africano (OUA) a fim de facilitar os acordos Arusha¹²².

Foi sob a retórica de conter o(s) geno(cídio)s perpetrados em Ruanda, que a UNAMIR II emergiu a fim de fazer frente as impunidades e violações do direito internacional e humanitário

121 Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/918>. Acessado em 25 de outubro de 2020.

122 Os acordos de Arusha foram assinados em 1993 na Tanzânia, cujo principal objetivo, era por um fim ao conflito em Ruanda. Historicamente, segundo a literatura ocidental, as organizações das Nações Unidas e alguns dos seus representantes como a França, EUA e a União Africana participaram deste processo, enquanto observadores e mediadores deste conflito. Todavia, para alguns analistas de política internacional e representantes governamentais, assinalavam sobre a complexidade e a problemática situação envolvendo as condições para a assinatura e sua possível manutenção dos acordos de Arusha (WHEELER, 2000).

diante dos crimes cometidos pelos próprios ruandeses. Segundo os relatórios produzidos em Ruanda, por meio dos observadores internacionais, via o Conselho de Segurança da ONU a situação em Ruanda era catastrófica, de modo que *‘acts of genocide have occurred in Rwanda and recalling in this context that genocide constitutes a crime punishable under international law, Reiterating its strong condemnation of the ongoing violence in Rwanda and, in particular, the systematic killing of thousands of civilians, Expressing its outrage that the perpetrators of these killings have been able to operate and continue operating within Rwanda with impunity’*. (CSONU, 1994).

As resoluções 925¹²³ e 929¹²⁴, no âmbito da UNAMIR II, possibilitaram também a instauração da Operação Turquesa (*Operación Turquoise*), com expressiva participação da França que assumiu a liderança da intervenção ao ter sido nomeada como representante do CSONU, que ratificou a política da vida e/ou da morte, na medida em que autoriza o uso do capítulo VII, sem que para isso se desfaça do discurso da proteção. Argumento nesta tese que a ajuda humanitária realizada em Ruanda detém uma complexidade à parte, principalmente quando a *‘UNAMIR’s expanded military component will continue only as long as and to the extent that it is needed to contribute to the security and protection of displaced persons, refugees and civilians at risk in Rwanda and to provide security, as required, to humanitarian relief operations’*. (CSONU, 1994). Cabe apontar que durante as resoluções instauradas pelo Conselho de Segurança da ONU, dos 15 membros que participaram da reunião e tomada de decisão, 10 países votaram de modo favorável, dentre os EUA, pela intervenção e 6 se abstiveram (Brasil, Austrália, Nova Zelândia, China, Paquistão e Nigéria).

Acting under Chapter VII of the Charter of the United Nations: 13. Decides that all States shall prevent the sale or supply to Rwanda by their nationals or from their territories or using their flag vessels or aircraft of arms and related matériel of all types, including weapons and ammunition, military vehicles and equipment, paramilitary police equipment and spare parts; 15. Calls upon all States, including States not Members of the United Nations, and international organizations to act strictly in accordance with the provisions of the present resolution, notwithstanding the existence of any rights or obligations conferred or imposed by any international agreement or any contract entered into or any licence or permit granted prior to the date of the adoption of this resolution (CSONU, 1994 grifo meu).

Portanto, mediante às ‘razões humanitárias’ sublinho a ratificação de discursos orientalistas já que constroem as populações africanas de forma infantilizadas, distinguindo aqueles que terão seus direitos protegidos e os outros que serão desqualificados. Ao infantilizar entendem que estas populações necessitam da ajuda e prontidão dos ditos adultos ocidentais, de acordo com um regime de normas, permeado por valores que visam, por intermédio dos princípios missionários, promover formas de diplomacia cultural. Como uma forma de exemplificar a afirmação acima, destaco duas

123 Disponível em: <http://unscr.com/files/1994/00925.pdf>. Acessado em 30/10/2020.

124 Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/929.pdf>. Acessado em 30/10/2020.

reportagens feitas pelo NYT, durante o genocídio. De um lado a matéria da jornalista Donatella Lorch, publicada em 21 de abril de 1994 que tem como título ‘*The Massacres in Rwanda: Hope Is Also a Victim*’¹²⁵. O título já apela para a construção imagética ao associar esperança e vítima – duas palavras que representam passividade. Em um segundo momento o texto descreve o país, dentre as denotações realizadas pela jornalista, endossada a generosidade, leia-se imperialismo, que o país africano recebe do Internacional: ‘*Its small size, cooperative government, relative lack of corruption and excellent roads, telephone systems and electric utilities attracted hundreds of millions of dollars to test development projects and made the country largely dependent on international generosity*’ (NYT, 1994 grifo meu).

Outro destaque feito pela jornalista, utilizando da ambivalência textual, ocorre quando após ter considerado Ruanda como uma vítima, acaba por criminalizar a população. Neste caso, a vítima torna-se um perpetrador na medida em que é visto pelo NYT como um ator que promove a política da violência por meio de crimes. Aqui o ator ruandês possui agência, porém vista de modo negativo, já que se apresenta como averso as diretrizes iluministas e humanistas dos atores ocidentais do SI. Como sublinhou Lorch (1994) ‘*But after two weeks in which tens of thousands of people have been massacred and thousands of Europeans and Americans have fled, much of Rwanda's gains have been threatened or lost*’. (NYT, 1994 grifo meu). Por isso que Epstein (2017) argumenta que os discursos confeccionados pelo Ocidente ao se tornarem normas, pretendem por um lado socializar e/ou infantilizar as sociedades do Sul global, de modo a perpetrar valores socioculturais advindos da modernidade como progresso, linearidade e teleologia etc. Principalmente, porque os discursos atuam enquanto uma forma de *socialization tends to be apprehended as a bettering of the socializee, because of an implicit teleological assumption of change as progress*. (EPSTEIN, 2012, p.135).

No campo diplomático, a infantilização se torna um importante instrumento discursivo, que visa replicar o Orientalismo haja visto que os africanos são *irracionais, depravados (caídos), infantis, "diferente"*. Contrariamente, ao europeu e/ou o estadunidense visto como *racional, virtuoso, maduro, "normal"* (SAID, 2006, p.50). Segundo Opondo (2017, p.117) as iniciativas humanitárias, inerentes a diplomacia estadunidense, detêm a capacidade de ‘*remaining silent on the foundational violence and ongoing exclusions that create the conditions of possibility for such practices*’. Especialmente, porque semioticamente, os discursos orientalistas, enquanto práticas coloniais, funcionaram como de caracterizar colonial *bourgeois thought as a particular combination of liberalism and universalism* (BARTHES, 1957; EPSTEIN, 2017).

125 Disponível em: <https://www.nytimes.com/1994/04/21/world/the-massacres-in-rwanda-hope-is-also-a-victim.html>
Acessado em 02/08/2022.

Retomo a narrativa do NYT (1994) feita pela jornalista estadunidense Donatella Lorch, quando coloca Ruanda na condição de anarquia, destruindo os efeitos positivos que advém da democracia ocidental segundo as visões etnocêntricas do Ocidente. Além disso, destaca o jornal Ruanda desconsiderou os direitos humanos, portanto, todas ajudas humanitárias e investimentos em desenvolvimento foram suspensos. *‘The killing and the anarchy have now spread beyond Kigali, the capital, destroying the West’s efforts to promote democracy and respect for human rights, the quid pro quo for aid in Africa in recent years. For the moment, several hundred million dollars of aid has been suspended. Without foreign aid workers, many programs have stopped’*. (NYT, 1994 grifo meu).

Resgato Marta Fernandez (2011, p.355) quando ao reler sobre as ‘novas operações de paz’, durante as décadas de 1990, problematiza os *modus operandi* da política externa estadunidense, ao salientar que *‘se, durante o século XIX, a posse de colônias, como vimos, conferia um status especial às potências imperialistas, no atual século, a habilidade dos atores internacionais de serem os transmissores da governança para outras sociedades também têm um efeito positivo sobre suas identidades’*. Para alguns analistas de política internacional, como Chandler (2006) as dinâmicas políticas estadunidenses que influenciaram as operações de paz, pretenderam promover um consenso internacional, orquestrado pelo Banco Mundial, FMI e seus parceiros correlatos como a ONU. Jahn (2012, p.699) ao refletir sobre o (neo)liberalismo e a política externa estadunidense no pós-guerra fria, argumenta que as ações realizadas pela diplomacia ocidental sobre os países africanos visavam *‘policies of privatisation and marketisation also lie at the core of the development policies of international organisations like the IMF and World Bank as well as those of individual liberal states’*. (JAHN, 2012, p.699).

Informo por fim, que durante e após as operações em Ruanda, na busca pela reconstrução do Estado e/ou da Nação, os atores ocidentais através de procedimentos globais e locais de modo diplomático fizeram uso de acordos com as elites africanas, a fim de que haja a continuidade, quanto aos métodos e composições da governança global. Principalmente, porque *intervention takes forms which appear to be consensual rather than coercive, through which the technologies and practices of domination simultaneously produce or constitute the subjects being dominated through the discursive practices and frameworks of knowledge, meaning, norms and values* (CHANDLER, 2006, p.15). Os países africanos como Ruanda adotaram o sistema de governança, de modo híbrido, sobretudo, quando a cooperação, replicou também formas de dominação, controle e/ou dependência socioeconômica (ABRAHAMSEN, 2004), como apontarei no capítulo V desta tese. Embora, como apontarei nos demais capítulos desta tese *‘today this intervention often no longer appears as external coercion but as an internal matter of administrative assistance for good governance or institutional capacity-building’*. (CHANDLER, 2006, p.26).

E ao serem legitimados, segundo o etnocentrismo, o humanitarismo, enquanto missão civilizatória, atuou como uma forma de *development of a "welfarist" notion of human flourishing that was also gaining ground in Europe and that helped to underpin new doctrines of state legitimacy in which kings ruled in order to make the lives of their subjects better*. (CAULHON, 2010, p.39). Ocorre que o humanitarismo ao se tornar uma prática diplomática estadunidense, sobretudo, quando *was grounded on the crucial separation between a public logic of economic utilitarianism, applicable in the sphere of commodity exchange, and a private logic of sentimental obligation towards vulnerable others, applicable in the sphere of individual altruism and increasingly in institutionalized philanthropy, late modern humanitarianism* (CHOULIARAKI, 2013, p.5).

No que concerne, o campo humanitário, Ruanda, tornou-se um estado de emergência ou exceção à luz do Ocidente, já que *exception has become the rule*. Portanto, no estado de emergência *in which we live is not the exception but the rule* (FASSIN; PANDOLFI, 2010). A partir da exceção, justifica-se a intervenção, sobretudo, quando reitera a importância da soberania, que necessita seguir os moldes perpetrado pelo Ocidente. Nas últimas décadas, o estado de exceção tem se tornado e, portanto, estabelecido como algo progressivo, no nível global. Ou seja, o estado de exceção constitui *thus forms the basis for a government that is at once military and humanitarian, resting on a logic of security and a logic of protection, on a law external to and superior to law, rooted as it is in the legitimacy of actions aimed at protecting life* (FASSIN; PANDOLFI, 2010, pp.15-16).

Os atores ocidentais, por meio da agenda humanitária, não visavam reduzir as desigualdades, misérias, pobreza, fome dos países do Sul global. Ao contrário, por meio da ajuda internacional/externa, os atores estadunidenses, realizaram múltiplas formas de financiamento e empréstimo sobre os países do Sul global, ao promoverem um maior grau de dependência, através dos organismos internacionais. *'This is especially true of international agreements for development aid and debt relief assistance, for example under programmes of debt reduction under the G8, the UN's Millennium Development Goals and the World Bank's Poverty Reduction Strategies'*. (CHANDLER, 2006, p.5). Nesse sentido, repensar sobre as operações em Ruanda, é compreender os jogos de simulação/simulacro com que a diplomacia estadunidense atuou nos países africanos, haja vista que ao mesmo tempo em que se defendia a 'proteção', enquanto uma forma de salvação das vidas humanas, isso não impossibilitou o desprezo por vidas e/ou mortes de ruandeses.

Fernandez (2011) e Jahn (2012), ao relerem a relação entre política externa estadunidense e operações de paz e questões humanitárias, sublinharam que as teorias da (neo)modernização corroboram com imagens/imaginários que enalteciam a homogeneidade, o essencialismo e as concepções monolíticas sobre os Estados africanos. Estes tinham como referência a manutenção de

uma *history of Western liberal democratic states that provides the basis for the main theoretical approaches to democracy promotion. These fall into two broad groups, a political and an economic approach, in line with the disciplinary distinction between politics and economics*.' (JAHN, 2012, p.689).

A partir disso, destaco as falas de representantes do governo de Clinton, como a do Conselheiro da Segurança Nacional Estadunidense Anthony Lake (1993-1997), exemplificam as afirmações acima ao sublinharem que: *'I said a week ago when we first announced this that we could not guarantee in this race against time that we would save every life and meet every need. In the camps and we cannot do so but did guarantee that we would do everthing we can and I think the president is well satisfied'*. (LAKE, 1994). Ainda segundo a coletiva, traduzida pela fala do General John Shalikashvili, múltiplas formas de inteligência, ajuda/provisão humanitária e sistemas de vigilância haviam sido mobilizadas sobre Ruanda. De acordo com Shalikashvili *'an urgent basis we 're looking at the possibility of opening Kigali as a know as an additional airfield in our fight against this humanitarian disaster (...)'*. De acordo com o general, existe uma frustração e tensão por parte dos atores envolvidos no conflito ruandês, dificultando ainda mais que algum tipo de solução e/ou cooperação consiga sanar e/ou amenizar o sofrimento humano em Ruanda. Embora, o único princípio que sustenta os discursos dos EUA seja o 'interesse nacional', já que o objetivo da política externa estadunidense era, portanto, diminuir as críticas e os efeitos catastróficos diante das falhas no campo e, mediante os documentos publicizados que denunciam as lideranças políticas ocidentais como apontarei na próxima seção.

Especialmente, porque na contemporaneidade, as relações hierárquicas na esfera do internacional não podem ser capturadas *in terms of the formal empire of the coercive denial of sovereign rights to self-government nor by the informal empire of the equal contractual relations of the market* (CHANDLER, 2006, p.15). Isto quer dizer que novas formas de regulação da negação do império buscam negar *any direct political control and to reinforce the formal legal status of sovereignty*. (CHANDLER, 2006, p.15). No entanto, é preciso considerar que essas práticas acima citadas tornaram-se muito mais intervencionistas do que *those based on contractual relations enforced by market dependency*. Portanto, as hierarquias de poder e dependência externa dos estados estão calcadas na *on external aid or debt relief is not concealed, through the equality of legal contract, but emphasised as the premise upon which the empowering and capacity building exercises of international state-building are legitimised*. (CHANDLER, 2006, p.15).

Isto posto, como já mencionei neste capítulo, analisar a política externa estadunidense e sua interseção com as questões éticas, envolvendo as temáticas sobre conflito, é reconhecer os jogos de simulação/simulacro inerentes às dinâmicas em si. Principalmente, porque *'this rendering of ethics does not demand that a state's foreign policy be unambiguous and thoughtly cosistent'*. All it

require is that an appreciation for ambiguity and a sensitivity to contingency be built into foreign policy, such that adversarial or the unexpected'. (CAMPBELL, 1991, p.X). Jahn (2012, p.38) a partir da teoria/filosofia política, ao refletir sobre a agenda humanitária e a política externa no que tange a questão da moralidade, sublinha que *the relationship between politics and morality thus lies at the core of the concept of humanitarian intervention, and it is the historical development of this relationship that is variously interpreted as providing the basis for the sudden rise to prominence of the term humanitarian intervention*.



Figura (28): Discurso do Supervisor da Segurança Nacional Estadunidense na Coletiva de Imprensa sobre o conflito ruandês e as operações estratégicas que serão feitas pelos EUA

Fonte: Youtube (1994)¹²⁶

Exemplifico que as perspectivas acima citadas, com a corroboração da matéria confeccionada pelo NYT *'In Once-Peaceful Village, Roots of Rwanda Violence'*¹²⁷, produzida pelo correspondente internacional, Raymond Bonner e publicada em 11 de julho de 1994, demonstra a forma como os negros foram retratados antes e durante o(s) geno(cídios), a partir do enaltecimento feito pelo jornal em destacar a divisão entre tutsis e hutus. Estes se tornaram experimentos que os atores ocidentais promoveram, onde passaram a enquadrar os ruandeses como exóticos, mas, ao mesmo tempo, eram vistos como violentos, durante as operações de paz, como aponto na seguinte passagem, *'Gesturing toward hills crisscrossed with small patches of corn and banana plants, Louise Kanzihira recalled how a gang of armed men swooped down on this village in April. They came from everywhere, she said. Most of the attackers were from other villages, but she recognized a few as being from her own'*. (NYT, 1994b).

O jornal estadunidense ao falar sobre o(s) geno(cídios) em Ruanda e as operações de paz mobilizadas, retoma a complexa divisão realizada pelos belgas e salientada pela comunidade internacional, tendo em vista a mestiçagem ocorridas entre tutsis e hutus, por meio dos casamentos,

126 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QrsGUAO30Fg&t=73s>. Acessado em 10 de outubro de 2020.

127 Disponível em: <https://www.nytimes.com/1994/07/11/world/in-once-peaceful-village-roots-of-rwanda-violence.html>. Acessado em 27 de outubro de 2020.

considerado problemática para as diversas lideranças e dentro dos grupos. Para eles, deveria haver o melhoramento da espécie biologicamente, portanto a união entre os grupos era vista como algo ruim - empobreceria as qualidades raciais. Neste cenário, haveria apenas uma única forma para conter o nascimento de crianças, símbolos desta mistura (união), vista como anomalia, somente a morte - enquanto uma prática eugenista seria a ‘solução’. A fala da ruandesa tutsi Mrs. Kanzihira traduz a discussão acima *‘Nearly all the Tutsi in this village were killed in raids in April by gangs of Hutu, the majority ethnic group in Rwanda. One Hutu man even killed his sister's children because she married a Tutsi, villagers said’*. (NYT, 1994b).

Mrs. Kanzihira, informou também que na vila onde morava, diversos casamentos foram realizados não tendo como identificar quem era Tutsi ou Hutu. A partir deste excerto, releio a história sobre o(s) geno(cídios) em Ruanda, considerando como os mitos, ao serem performados pelos discursos da etnicidade promovidos pelo Ocidente, ao longo de décadas, possibilitou a cristalização de imagens/imaginários sobre Ruanda. *‘The story of this village is the story of Rwanda: Hutu and Tutsi living together, intermarrying, not caring or not even knowing who was a Hutu and who a Tutsi. Then something snapped. In April, Hutu mobs throughout the country went on a rampage, killing Tutsi wherever they found them. When the killings began, Tutsi fled to churches for protection. The mobs followed, turning sanctuaries into cemeteries that remain splattered with blood today’*. (NYT, 1994b).

4.4

O fantasma da Somália: a ‘não - intervenção’ e a reiteração da soberania ruandesa à luz da política estadunidense

Etimologicamente, segundo o dicionário Aurélio, a palavra fantasma significa do grego *phantázein*, “fazer aparecer”, por sua vez derivada de *phainein*, “mostrar”. Em Latim, a palavra gerou *phenomenon*, que inicialmente tinha o sentido “tudo aquilo que é percebido pelos sentidos”. Homi Bhabha em *O local da Cultura*, descreve e produz uma reflexão sobre o conceito de fantasma e a fantasmagoria atrelada ao colonialismo, especialmente quando fez referência a Franz Fanon. Segundo Bhabha, Fanon frequentemente tenta estabelecer uma correspondência próxima entre a *mise-en-scene* da fantasia inconsciente e os fantasmas do medo e ódio racistas que rondam a cena colonial. Para Bhabha, portanto, a diferença cultural, neste caso a colonial, *‘pode tornar-se mera fantasma de uma terrível batalha disciplinar na qual ela própria não terá espaço ou poder’*. (BHABHA, 2010, p.56).

Ao reler diversos autores pós-coloniais, dentre eles Franz Fanon, Bhabha (2010, p.81) argumenta que se torna fundamental reler a história da humanidade segundo a historicidade da experiência colonial. Especialmente, do sujeito colonial, que é “sobredeterminado de fora”, onde imagem e fantasia, figuram transgressivamente nas bordas da história e do inconsciente. A vida

cotidiana é marcada, portanto, por delírios tanto do colonizado quanto do colonizador tendo em vista seus comportamentos neuróticos. A partir disso, o que existe e prepondera é a política da violência, cuja validação ocorre na medida em que o espaço social colonial reitera a fantasmagoria do ódio racial.

Diante das primeiras reflexões acima, pretendo nesta seção analisar as relações que envolveram os atores estadunidenses durante o(s) geno(cídios) em Ruanda haja visto o fantasma somali. Este teria sido, para muitos analistas, o principal pretexto que fez com que os EUA não promovessem a política da intervenção em Ruanda tendo em vista a apreensão e o medo ocasionados pela batalha de Mogadíscio¹²⁸. Contrariamente ao mito produzido no imaginário social, envolvendo a não intervenção estadunidense em Ruanda, esta tese atesta que a intervenção ocorreu, mesmo diante do fantasma somali, porém, o *modus operandi* realizado, deu-se através da ajuda/provisão humanitária ou por meio do CSONU, sem que para isso os *rangers* estadunidenses ocupassem o território ruandês.

Ao contrário, a diplomacia estadunidense fez uso da retórica da ‘transferência’ de responsabilidade ética para a comunidade internacional, dentre eles a ONU e a França. A ONU pela confecção dos mandatos nas operações de paz, bem como na provisão humanitária. A França ficou responsável pela liderança dos mandatos da ONU, fazendo uso de gerenciamento, controle e monitoramento das ações, principalmente, diante das idiossincrasias como a fome, miséria e as condições desumanas com que vivenciam a população ruandesa durante a UNAMIR II. Segundo Jones (1995) a França pretendia intervir em Ruanda com ou sem a autorização do Conselho de Segurança. Para Alves (2005, p.457), os planos de intervenção francesa foram submetidos para a apreciação do CSONU antes de sua autorização. Em meio a ‘aprovação’ do CSONU, a França já começou a mover suas tropas, para as bases africanas da República da África Central e do Chade em direção a Goma. De acordo com Jones (1995, p.229), tanto as tropas francesas como as belgas contribuíram para por um fim ao genocídio, embora a França tenha se destacado, tendo em vista uma *importante função humanitária ao prover segurança e apoio logístico às operações de socorro humanitário* (ALVES, 2005, p.444).

Independentemente da naturalização do discurso ocidental que legitimou, no imaginário social a política ‘não-intervencionista’ promovida pelos atores estadunidenses, o que sublinho durante o contexto do(s) geno(cídios) ruandês, foi a perpetuação da política da (in)diferença, entre os ruandeses e os estadunidenses. Em todas as formas de hierarquização realizadas pelos atores ocidentais, observo a impossibilidade e incompletude de que o Outro consiga alcançar e/ou chegar

128 Como sublinhou Marta Fernandez (2013, p.130) em seu artigo ‘*Vinte anos depois: a batalha de Mogadíscio revisitada*’ aponta que em três de outubro de 1993: corpos de soldados norte-americanos são arrastados pelas ruas de Mogadíscio por uma multidão de civis somalis furiosos. Esse episódio fez parte da batalha urbana travada em Mogadíscio, capital da Somália, entre os dias 3 e 4 de outubro, popularmente conhecida como “Batalha de Mogadíscio”.

no ‘lugar’ que o Ocidente supostamente se encontra. Busco problematizar nesta seção o mito do fantasma somali à luz da política da ‘não-intervenção’ em Ruanda. Compreendo por mito, *pistas para as potencialidades espirituais da vida humana (...) Eles ensinam que você pode se voltar para dentro, e você começa a captar a mensagem dos símbolos (...) O mito o ajuda a colocar sua mente em contato com essa experiência de estar vivo.* (CAMPBELL, 2014, p.17). As imagens abaixo são partes dos documentos secretos que vieram a público nos anos 2000, quando as instituições estadunidenses mapeavam desde a década de 1990 os países africanos como Somália, e, principalmente Ruanda. Além das fotografias (figuras 27 e 28) que demonstram o sistema de necro-biogeovigilância feito pelas redes políticas estadunidenses, existem outros documentos que correspondem a telegramas secretos que também vieram a público nos anos 2000 pelas denúncias de outros setores da imprensa.

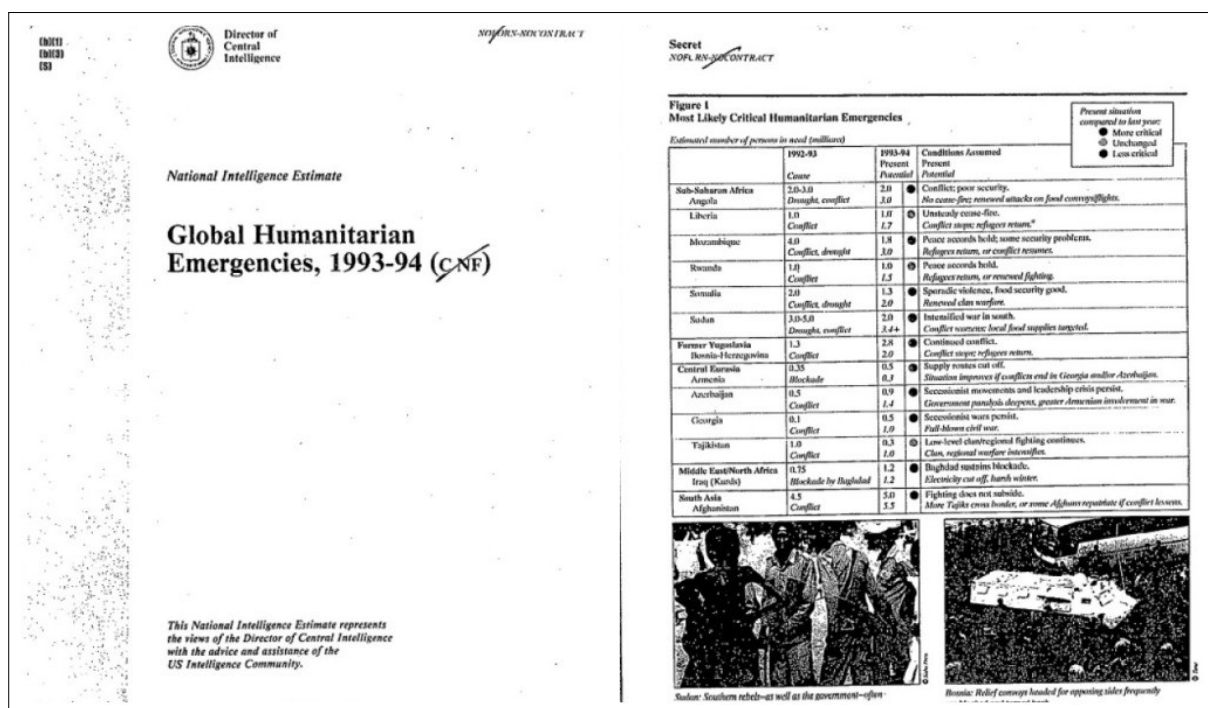


Figura (29): Documentos Secretos dos Estados Unidos sobre os países africanos

Fonte: EUA (1993).

UNCLASSIFIED

Date Printed: 05/19/1998 DOC NUMBER: 94KIGALI00551 CHANNEL: n/a 6

CONFIDENTIAL RELEASED IN FULL

PAGE 01 KIGALI 00551 01 OF 02 071540Z

ACTION AF-01

INFO	LOG-00	CIAR-00	C-01	OASV-00	DOOB-00	DOEB-00	EUR-01
HA-09	H-01	TEOB-00	INR-00	IO-16	LAB-01	L-01	
ADS-00	NSAE-00	NSCB-00	OLC-02	OMB-01	PA-01	PM-01	
FS-01	F-01	SWP-00	SP-00	SR-00	SS-00	TRSE-00	
T-00	USIR-00	RFE-01	/039W				

O 071536Z FEB 94
FM AMEMBASSY KIGALI
TO SECSTATE WASHDC IMMEDIATE 5668
INFO AMEMBASSY BRUSSELS
AMEMBASSY KUMMURA
AMEMBASSY TAN ES SALAAM
AMEMBASSY KAMPALA
AMEMBASSY KINSHASA
AMEMBASSY NAIROBI
AMEMBASSY PARIS
USMISSION USUN NEW YORK

CONFIDENTIAL SECTION 01 OF 02 KIGALI 00551

PARIS FOR PERLOW
BCUSYELS FOR DUBROV
E.O. 12356: DECL: OADR
TAGS: FREL, PGOV, RH
SUBJECT: A/S BENNET'S MEETING WITH PRESIDENT
CONFIDENTIAL

CONFIDENTIAL

PAGE 02 KIGALI 00551 01 OF 02 071540Z
HABYARIMANA

- CONFIDENTIAL - ENTIRE TEXT.
- SUMMARY: PRESIDENT HABYARIMANA RECEIVED A/S BENNET FEBRUARY 1 FOR UN PIVOTAL DISCUSSION OF RWANDA'S ROLE IN THE SECURITY COUNCIL AND OF THE CURRENT POLITICAL CRISIS IN RWANDA. THOUGH THE PRESIDENT UNDERLINED THE DIFFICULTIES INVOLVED IN MOVING AHEAD, BENNET ENCOURAGED HIM TO TURN THE SITUATION AROUND, MAKING RWANDA A MODEL FOR PEACEKEEPING IN AFRICA. SUCH MOVEMENT FORWARDED ON THE PEACE PROCESS WOULD ALSO ENHANCE RWANDA'S IMAGE AND ROLE IN THE SECURITY COUNCIL DELIBERATIONS. END SUMMARY.
- THE PRESIDENT OPENED THE CONVERSATION BY THANKING

Page - 1

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE UNCLASSIFIED
REVIEW AUTHORITY: EDWARD W. HOLMES
DATE/CASE ID: 19 JUL 1998 199402971

Figura (30): Telegramas Secretos dos Estados Unidos sobre o caso ruandês

Fonte: EUA (1993).

Em todas as sociedades existem diferentes e múltiplos mitos que fazem parte das composições sociais. Em cada uma delas, de acordo com Joseph Campbell (2014, p.9) a função primária da mitologia e dos ritos é *fornecer os símbolos que levam o espírito humano a avançar, opondo-se àquelas outras fantasias humanas constantes que tendem a levá-lo para trás*. Os mitos, segundo Oliveira (2020, p.66) à luz do trabalho de Edward Said, atuam com uma política da narrativa e/ou uma narrativa da política, que visam não tão somente definir as maneiras como percebemos e agimos no mundo. Ao contrário, podem ser convertidas em estratégias, a fim de promover o conhecimento e o questionar dos traços violentos tanto no que concerne à produção, como também à transmissão do conhecimento.

Oliveira (2020, p.67) afirma que as narrativas históricas são calcadas em mitos e/ou ficções (DARBY 1994) já que estabelecem e, por sua vez, legitimam alguns conhecimentos como válidos, ao mesmo tempo em que descredibiliza outras formas de saberes. O Ocidente ao fazer isso, perpetra uma hegemonia cultural *que é garantida na forma como as ciências eurocêntricas e a academia tradicional estabelecem e constantemente reforçam até mesmo as circunstâncias a partir das quais pode emergir a crítica e, posteriormente, sua chancela como a contradição que é legítima e passível de se tornar conhecimento válido* (OLIVEIRA, 2020, p.67). Ainda que as narrativas

possuam diferentes formatos e composições (linear, alinear, cíclica, teleológica etc), uma de suas principais características são as estruturas binárias (vilões/mocinhos, regra/exceção etc).

Diferentemente do binarismo maniqueísta, clássicos das narrativas e/ou discursos orientalistas evocados nas políticas externas dos países, destaco nesta tese as ambivalências. Elas permanecem inerentes aos discursos confeccionados pelos atores estadunidenses que visam apresentar dois componentes que atuam de modo oposto ou não. Entendo por ambivalência, uma *estratégia que ocorre na estrutura da identificação que ocorre precisamente no interior do intervalo elíptico onde a sombra do outro cai sobre o eu* (BHABHA, 2010, p.107). No que concerne os discursos orientalistas promovidos pelos atores ocidentais, internalizado e, por sua vez, compartilhado pelos representantes do Sul global, argumento que a elipse é uma das principais figuras de linguagem. Ela possui a capacidade de mencionar algo, a partir da omissão do enunciado, embora isso não impeça que um determinado contexto seja subentendido. A ambiguidade se faz presente na medida em que os discursos orientalistas via os jogos de simulação e simulacro que não falam tão somente dos ruandeses, mas traduzem também sobre o Ocidente – representada pela relação colonizador-colonizado.

Ainda que muito dos estudos pós-coloniais detalhe sobre o colonizado, meu interesse está no colonizador, na medida em que ele é o sujeito da ação e que mesmo após o processo pós-colonial, permanece promovendo formas de segregação, especialmente quando os sujeitos colonizados são tratados seja como bárbaros e/ou selvagens.. Por fim, reconheço neste processo também, que o colonizado não como ser passivo e/ou desprovido de agência, ao contrário ele detém uma identificação ambivalente, ou seja, possui peles negras, mas veste máscaras brancas – como dirá Fanon, tendo em vista a aproximação que busca constituir em relação ao branco ocidental. Os sujeitos tanto colonizados, bem como colonizadores são caracterizados pela ambiguidade na medida em que são fraturados, fragmentados tendo em vista as cisões que incidem sobre eles.

Como mencionado nas seções acima, os atores ocidentais, ao longo de décadas, mobilizaram discursos orientalistas que estiveram circunscritos a jogos de simulação/simulacro sobre os países do Sul global. No pós-guerra fria, dentre os principais discursos produzidos pelo Ocidente, a política da não-intervenção esteve entre aqueles, que mais havia se destacado, embora, na prática, as atuações dos atores ocidentais tenham ratificados formas de vigilância e regulação, com a cooperação de múltiplas redes de atores. Estes visavam reafirmar práticas coloniais como destacaram Jahn (2007) e Chandler (2006), ao fazer uso da retórica que se tornou um tipo de movimento perpetrado pela política externa estadunidense que do ponto de vista ético, buscou *establishes a framework of western intervention which inevitably encourages a positive view of*

intervention in the face of exaggerated fears of non-intervention. (CHANDLER, 2003, p.309). Especialmente, quando a política ocidental realiza ações rotineiras que visam manter discursos orientalistas, calcadas no binômio liberdade-segurança sobre os países do Sul global.

Na reportagem *'For West, Rwanda Is Not Worth the Political Candle'*¹²⁹ publicada em 15 de abril de 1994, a jornalista Elaine Sciolino do NYT explica e justifica porque os atores estadunidenses 'não' realizaram uma intervenção em Ruanda. Segundo a matéria, os atores estadunidenses tinham receio que uma nova síndrome fosse criada sobre os EUA como já ocorrido no Vietnã e recentemente na Somália. O fantasma da Somália que rodeava os EUA, fez com que no âmbito de sua política externa, o presidente George H. Bush optasse pela 'isenção' no conflito, sobretudo, quando, rotineiramente as mídias resgatavam imagens/imaginários – ao fazer uso da elipse, envolvendo o *Black Hawk Down*. *'Washington's thinking is rooted in a decision last year, following the death of 18 American soldiers in Somalia, to oppose a peacekeeping operation for Burundi, arguing that tribal warfare was so intense that the number of forces needed to stop it would be too high for public opinion to accept'*. (NYT, 1994).

Romeo Dailaire, enquanto comandante das operações em Ruanda, exemplifica como de que modo o fantasma somali rondou o contexto da época, a partir da experiência estadunidense. Segundo Dailaire (2008, pp.12-13), Mogadíscio significou uma mudança, já que existia uma *'will of the Western world to commit itself to the betterment of the developing world. Eighteen American soldiers were killed'*. A entrada dos estadunidenses na Somália teve como retórica, conter a fome, os conflitos e fornecer suprimentos médicos e logísticos para a região, de modo que o país deixasse a condição de estado falido/anárquico no qual se encontrava (FERNANDEZ, 2014), todavia após a morte de militares estadunidenses pelos clãs somalis, a política externa dos EUA deixou o território somali, tratando-os como *personas* não gratas. Retomando a reportagem realizada pelo NYT, o jornal ao entrevistar o senador e líder do partido republicano Robert Cole, descreve que intervir em Ruanda será um erro e espera que isso não ocorra, já que não há 'interesse nacional'. Nas palavras de Cole *'I don't think we have any national interest here," he said. "I hope we don't get involved there. I don't think we will. The Americans are out. As far as I'm concerned in Rwanda, that ought to be the end of it'*. (NYT, 1994).

De acordo com a matéria jornalística, Sciolino (1994) diz que havia vontade política no sentido de 'ajudar' Ruanda, mas o fantasma da Somália habitava o imaginário social. Segundo alguns membros da comunidade internacional, elencados na entrevista do NYT, ao intervir em

129 Disponível em: <https://www.nytimes.com/1994/04/15/world/for-west-rwanda-is-not-worth-the-political-candle.html?auth=login-facebook>. Acessado em 18 de setembro de 2020.

Ruanda, os EUA poderiam ser acusados de resgatar o regime tutelar, prejudicar ainda mais o país diante das ações violentas que poderiam ser mobilizadas. Isto é, *'but even with the political will, the financial resources and the military might to make peace in Rwanda, the United States and its allies have decided it would be difficult to maintain it without transforming the country into a United Nations trusteeship or a colonial-style administration'* (NYT, 1994).

De acordo com a narrativa ocidental do NYT, a decisão sobre intervir em Ruanda por meio da 'comunidade internacional' somente ocorreu, quando circulou a notícia que o avião que transportava o presidente ruandês Habyarimana, vinculado ao partido Movimento Republicano Nacional por Democracia e Desenvolvimento, havia sido abatido por forças hutus. Antes deste acontecimento, a 'síndrome da Somália'¹³⁰ enquanto um fantasma dificultava o processo de intervenção (WHEELER, 2000). A intervenção realizada por alguns membros da comunidade internacional teve na ONU um dos principais atores, que via o Conselho de Segurança *'include Rwanda, began a campaign for a resolution that would keep as much of the United Nations force as possible there in order to resume delivery of food and medical aid and to begin peace talks'* (NYT, 1994).



Figura (31): For West, Rwanda Is Not Worth the Political Candle
Fonte: NYT (1994a)

A jornalista Samantha Power em seu livro reportagem *'Genocídio'* alega que os EUA sabiam das atrocidades que ocorriam em Ruanda, mas 'optaram' por não intervir com o receio de que uma 'nova' Somália emergisse, especialmente, quando os *'analistas subalternos da Inteligência dos EUA tinham pleno conhecimento da história de Ruanda e da possibilidade de ocorrência da atrocidade. Um dos relatórios da CIA de janeiro de 1993, advertiu sobre a probabilidade de violência étnica em grande escala'* (POWER, 2004, p.388). Ainda segundo Power (2004, p.388) havia um relatório produzido desde 1993 pelo governo estadunidense, que sublinhava a detenção de

130 A ideia de síndrome da Somália tem sido um termo utilizado diante de imagens onde o horror foram associadas aos soldados estadunidenses, cujos corpos mortos, arrastados nas ruas e nas praças da capital Mogadíscio, mediante o processo de intervenção humanitária e militar dos Estados Unidos (governos de George H. Bush e Bill Clinton) e da ONU, durante as operações de paz na década de 1990 (WHEELER, 2000; PATMAN, 2010).

cerca de 10 mil tutsis e ao mesmo tempo salientava o assassinato de 2 mil ruandeses desde a invasão da Frente Patriótica Ruandesa (FRP).

Os EUA através de suas instituições também sabiam que o Acordo de Arusha (1993) - assinado entre os presidentes de Ruanda Habyarimana e do Burundi, Cyprien Ntaryamira, ambos assassinados em 1994 quando o avião que os transportava foi abatido, já continha elementos que dificultavam a construção da paz entre os grupos. Segundo a análise de Power (2004), os atores estadunidenses consideravam que os conflitos em Ruanda demorariam a ser cessados, já que os tutsis e hutus se viam como inimigos. Para Wheeler (2000, p.211) os acordos de Arusha só foram assinados na medida em que houve pressão por alguns membros da comunidade internacional. Dentre os principais representantes que eram favoráveis à assinatura, destacam-se França, Bélgica, EUA e alguns Estados africanos que *active mediation efforts of the OAU and the UN, forced the Rwandan President to sign up to the accords*.

Em 1998, após 4 anos, desde o fim dos geno(cídios) em Ruanda, Bill Clinton na condição de presidente dos EUA informou aos diversos jornais, especialmente ao NYT, que os EUA falharam em ‘não intervir’ em Ruanda, contribuindo, novamente, com o mito da não-intervenção. Ocorre que os EUA, bem como demais atores da política internacional como as mídias e outros decisores políticos estadunidenses, intervieram em Ruanda, não de modo direto e/ou explícito, mas intervieram de outras formas. A política da intervenção resultou na instauração da UNAMIR I e II outorgadas pelos membros do CSONU, onde os EUA estiveram entre aqueles que votaram a favor da intervenção. Embora, eu reconheça que através da Diretiva Decisão Presidencial (PDD) de nº 25¹³¹, tenha havido uma readequação quanto a atuação das operações de paz estadunidenses no mundo. Segundo o PDD, o ocorrido na Somália e à vista do cenário ruandês, os atores estadunidenses compreendem que a atuação dos EUA nas operações de paz multilaterais, somente ocorrerão em situações que os decisores políticos tenham certeza que vitórias serão alcançadas. Ainda de acordo com o documento, diante das mudanças ocorridas no pós-guerra fria, coube aos EUA, bem como à ONU atuarem em conflitos evitando as operações de *peace enforcement*. As saídas encontradas pelos atores ocidentais deveriam ocorrer via as operações de *peacekeeping* já que possibilitam ao *‘Department of Defense should join the Department of State in assuming both policy and funding responsibility for appropriate peace operations. We call this policy “shared responsibility.”’* (PDD, 1994).

Portanto, a atuação dos EUA nas operações de paz está condicionada a reconfiguração da atuação da ONU. Essa reconfiguração da ONU foi legitimada pelos EUA mediante as normativas PDD, onde questionam a eficiência e a eficácia das operações de paz feitas pela ONU. Nesse sentido, segundo a visão dos atores políticos estadunidenses atrelados ao executivo *is critical also*

131 Disponível em: <https://fas.org/irp/offdocs/pdd25.htm>. Acessado em 25/05/2021.

to bring a clear military perspective to bear, particularly on those missions that are likely to involve the use of force or the participation of U.S. combat units. (PDD, 1994). Além disso, de acordo com o PDD, *the primary mission of the U.S. Armed Forces remains to be prepared to fight and win two simultaneous regional conflicts.* (PDD, 1994). Portanto, para os EUA, as missões *peacekeeping* deverão estar a serviço da promoção da democracia, segurança regional e crescimento econômico coadunado com os valores ocidentais (PDD, 1994). Nesse sentido, as demais propostas políticas que não estejam coadunadas com o discurso do ‘interesse nacional’ estadunidense acima, serão ser descartadas.

Argumento nesta tese que a retórica estadunidense, segundo um jogo de simulação e simulacro, visava se eximir de qualquer responsabilidade sobre Ruanda, transferindo para a comunidade internacional, todos os ônus que envolviam as dinâmicas das operações de paz em Ruanda. O PPD foi mais um instrumento que os atores estadunidenses utilizaram no mundo, como uma forma de legitimar algumas ações políticas a partir da perpetuação de mitos e imaginários, sem que isso produzisse uma imagem negativa sobre a sua hegemonia. Nesse sentido, cabe ao *‘the President has the authority to place U.S. forces under the operational control of a foreign commander when doing so serves American security interests, just as American leaders have done numerous times since the Revolutionary War, including in Operation Desert Storm.* (PDD, 1994).

Jutta Weldes (1996, p.4) ao reler sobre a história da política externa estadunidense, informa que o discurso do ‘interesse nacional’ é construído, busca fazer com que *‘the policy makers understand the goals to be pursued by a state’s foreign policy. It thus in practice forms the basis for state action. Second, it functions as a rhetorical device that generates the legitimacy of and political support for state action’.* Portanto, a participação dos EUA nas operações de paz estará condicionada ao discurso do ‘interesse nacional’, onde somente cabe aos EUA intervir em países e/ou sociedades cujas operações obtenham sucesso *‘U.S. participation is necessary for operation’s success’* (PDD, 1994). Vale ressaltar que o discurso do ‘interesse nacional’, no âmbito da política externa, ao ser visto como algo construído, estabelece a partir de jogos de linguagens, calcadas em representações sobre o adversário e/ou inimigo.. A partir do discurso do ‘interesse nacional’, mediante o fantasma somali, os atores estadunidenses ratificaram junto à opinião pública (inter)nacional mitos e/ou ficções que indicavam que não houve uma política intervencionista em Ruanda (CAMPBELL, 19992; 1998; DOTY, 1996).

Role in U.S. Foreign Policy UN and other multilateral peace operations will at times offer the best way to prevent, contain or resolve conflicts that could otherwise be more costly and deadly. In such cases, the U.S. benefits from having to bear only a share of the burden. We also benefit by being able to invoke the voice of the community of nations on behalf of a cause we support. Thus, establishment of a capability to conduct multilateral peace operations is part of our National Security Strategy and National Military Strategy. (PDD, 1994 grifo meu).

Dentre os atores envolvidos na construção do discurso do ‘interesse nacional’ no circuito da política externa ocidental, as mídias estão entre aqueles importantes atores, sobretudo quando exerceram um destacado papel durante o genocídio em Ruanda, embora segundo o comandante Romeo Dallaire, tenha falhado em suas atuações. Suas falhas estão relacionadas tanto no que concerne ao tempo de cobertura, o modo como o genocídio foi tratado, e, principalmente, o limitado tempo que os jornalistas se despuseram a ficar no território ruandês. Muito do conteúdo publicizado pelos veículos ocidentais, apenas tratavam sobre um determinado aspecto dos geno(cídios), poucos foram os jornalistas e jornais que buscaram outras informações, olhares, perspectivas que ultrapassaram o jornalismo *embeeed* – quando as informações coletadas advêm tão somente dos militares que estão no combate. *‘The media, like so many others in Rwanda, failed. The world powers failed. Individually we failed. Major news agencies devote fewer resources to Africa to begin with and virtually ignore small countries like Rwanda, which are deemed to be of little strategic value. There is no context, no general understanding of situations like the one that evolved in Rwanda’* (DAILLAIRE, 2008, p.14).

Dallaire (2008, p.16) reiterou que muito do conteúdo produzido jornalisticamente tinha subsídios de múltiplas instituições internacionais e Estados de modo a replicar, via a cultura da mediação e/ou espetacularização, as atrocidades em Ruanda sem que para com isso houvesse uma contextualização dos fatos. Os conteúdos disseminados pelo Ocidente, resgatavam os fatos ocorridos na Somália, sobretudo, quando retratavam em perspectiva comparada com o caso Ruandês, ao destacar a fadiga e/ou estorvo que os países africanos representavam para a comunidade internacional. Além disso, o discurso do fantasma da Somália *looking glass* Ruanda, segundo Dallaire (2008, p.17) advém das lições e/ou experiências apreendidas de outros laboratórios de conflitos, a fim de que as demais desavenças, que ocorreram na década de 1990, não se repetissem no futuro.

Wall (2008, p.262) ao analisar os conteúdos jornalísticos disseminados sobre os países africanos ao longo de décadas, salienta que as informações disseminadas pelo Ocidente persistem em reproduzir uma visão simplificada e estereotipada dos conflitos. À luz dos valores ocidentais e da modernidade (universalismo, liberdade, igualdade, respeito aos Direitos Humanos etc) reforçam no imaginário sociocultural, a ideia de primitivismo atrelado a uma certa irracionalidade da sociedade africana, que a diplomacia estadunidense por sua vez ratifica, quando as *‘News coverage showed how the Western media continued to see African conflicts in simplified terms, particularly tribe versus tribe’*. De acordo com o autor, ao analisar o contexto ruandês é preciso considerar duas variáveis: primeiramente o fantasma somali e segundo que Ruanda só terá suas soluções resolvidas através das diretrizes que o Ocidente venha a produzir e gerenciar.

1. The Rwanda violence was the result of irrational tribalism. 2. Rwandan people are little better than animals, ranging from the barbaric to the helpless and pathetic. 3. The violence is incomprehensible and, thus, is explained through comparison to biblical myths, supernatural causes, natural disasters or diseases. 4. Neighbouring African countries are just as violent and, thus, unable to help solve Rwanda's problems. 5. Only the West is capable of solving Rwanda's problems. (WALL, 2008, p.265 grifo meu).

Steven Livingston entende que a mídia ocidental falhou não somente em termos de cobertura, mas porque não conseguiu prever e/ou prevenir o genocídio em Ruanda – assim relatado pelo autor, ainda que inúmeros tenham sido o número de correspondentes internacionais na região que denunciavam a situação. Especialmente porque *'to understand American news coverage and government policy concerning the 1994 Rwanda genocide, one must begin with the 1992–93 United States intervention in Somalia'* (LIVINGSTON, 2008, p. 188). Diferentemente da visão do autor acima, compreendo que o objetivo dos atores estadunidenses era justamente ratificar a retórica do 'não-intervir' em Ruanda em razão do passado somali. Além disso, os atores ocidentais pretenderam transmitir para a opinião pública (inter)nacional, a imagem de um país que não interfere e/ou exerce o imperialismo que muitos dos atores os acusam. *'Wanting to 'learn the lessons of Somalia', the Clinton administration was adamant: it would not allow pictures of yet another humanitarian crisis in Africa to drive foreign policy decision-making. That is what happened in Somalia and it would not happen in Rwanda'*. (LIVINGSTON, 2008, p. 195).

Nicholas Wheeler (2000, p.216) destacou o receio que havia por parte dos *peacekeepers* durante os processos de operações de paz em Ruanda, tendo em vista o fantasma somali, que não se reduzia aos estadunidenses, mas a comunidade internacional como um todo. De acordo com entrevistas conferidas às mídias como a BBC, a ONU não poderia ultrapassar a linha de Mogadíscio, haja vista que foi através dela que a situação na Somália havia se deteriorado, ocasionando nos acontecimentos intitulados *Black Hawk Down*.

'Iqbal Riza, a senior member of the DPKO at the time, stated that, although the warning from Dallaire was 'alarming', the DPKO view was 'not Somalia again'.²⁷ After the debacle in Somalia, no one in the UN wanted to cross the 'Mogadishu-line' of peace enforcement in Rwanda. It was an article of faith among members of the Secretariat that, were the UN to suffer another disaster like Somalia with more peacekeepers being killed, the organization would suffer a possibly fatal blow to its credibility'. (WHEELER, 2000, p.216 grifo meu)

País	Milhões de pessoas em risco (% da coluna total)	Número (%) menções nas mídias				
		<i>The New York Times</i>	<i>Washington Post</i>	<i>ABC</i>	<i>CNN</i>	<i>NPR</i>
Afganistão	4 (14)	274 (4,7)	225 (4,8)	19 (1,5)	57 (1,2)	57 (2,9)
Sudão	4 (14)	190 (3,3)	166 (3,5)	8 (0,6)	54 (1,1)	31 (1,5)
Bósnia	3,7 (13)	2,633 (45,8)	2046 (43,7)	833 (66)	3062 (66,7)	1204 (61,3)
Etiópia	3,4 (11)	15 (0,2)	10 (0,2)	0 (0)	3 (0)	6 (0,3)
Angola	2,5 (9)	120 (2,0)	144 (3,0)	9 (0,7)	22 (0,3)	34 (1,7)
Ruanda	2,5 (9)	401 (6,9)	277 (5,9)	49 (3,9)	150 (9,8)	118 (6,0)
Serra Leoa	1,8 (6)	63 (1,0)	78 (1,6)	4 (0,3)	26 (0,5)	20 (1,0)
Libéria	1,5 (5)	164 (2,8)	150 (3,2)	32 (2,5)	49 (1,0)	46 (2,3)
Iraque	1,3 –<4 (5)	839 (14,6)	679 (14,5)	150 (11,9)	540 (11,7)	201 (10,2)
Haiti	0,9–1,3 (3)	654 (11,3)	522 (11,1)	89 (7,0)	316 (6,8)	132 (6,7)
Eritreia	1 (4)	28 (0,4)	21 (0,4)	0 (0)	3 (0)	4 (0,2)
Somália	4 (14)	312 (5,4)	309 (6,6)	69 (5,5)	294 (6,4)	102 (5,1)
Tajiquistão	1 (5)	45 (0,7)	52 (1,1)	0 (0)	13 (0,2)	9 (0,4)
Total	28,2 (100)	5738 (99,1)	4679 (99,6)	1262 (99,9)	4589 (99,2)	1964 (99,6)

Tabela (10): Número de Correspondentes internacionais em Ruanda

Fonte: Livingston (2008).

Mel Bunce ao refletir sobre o conteúdo produzido pelas agências e/ou jornais internacionais destacou a quantidade de correspondentes internacionais, que segundo a autora interferiu não apenas quanto a dinâmica, circularidade das notícias, mas também no que concerne à confecção do conteúdo em si. Muitos destes jornalistas, enquanto *gatekeepers*, de modo *ban-panótico*, detêm um conhecimento que compartilhado entre suas redes de atuação, possibilitam que os clientes determinem o modo como a comunidade internacional refletirá sobre as informações circulantes. ‘*International news images of Africa are no longer constructed entirely – or even predominantly – by Western-born foreign correspondents; local journalists around east Africa constitute the majority of correspondents working for traditional, international news organisations. These journalists, with deep local networks and background knowledge are writing news that, in limited ways, provides an alternative and localised perspective on news events*’. (BUNCE, 2015, p.58).

É válido destacar que as informações que circularam pelos meios de comunicação interferindo no *modus operandi* do SI, em termos de ações e respostas que serão desenvolvidas sobre sociedades/Estados seja por meio da ‘não-intervenção’, mas, e, principalmente, através do discurso da soberania ‘*these journalists are deeply embedded in international news outlets that operate on tight profit margins, and produce news for clients predominantly based in the Western world*’ (BUNCE, 2015, pp.58-59). As redes dos jornalistas contam o apoio de *peacekeepers* e *peacebuilders*, que historicamente estabeleceram formas de mediação e/ou espetacularização, calcadas na política da violência, a fim de fazer com que as narrativas ocidentais sobre Ruanda,

tendo o fantasma somali, operem como uma forma de reafirmar as descontinuidades, envolvendo a logística e dinâmica das operações de paz no SI. *'Peace operations have changed since the end of the Cold War. They are no longer limited to the interposition of small numbers of passive, unarmed observers. Today, they also include more complex and sometimes more robust uses of military resources to achieve a range of political and humanitarian objectives'* (PDD, 1994).

Isto posto, compartilho do pensamento de Fernandez (2011) e Jahn (2007a; 2007b) ao informarem que as 'novas operações de paz', tipificadas pela ONU em parceria com a diplomacia estadunidense, fazem parte do antigo modelo já conhecido que envolve as teorias (neo)modernizantes, que a 'nova' ordem (neo)liberal internacional simula/dissimula (DEBRIX, 1999) sobre os países do Sul global. Isso significa que diferentemente do que atesta os documentos estadunidenses, as dinâmicas envolvendo as 'novas' operações de paz a favor da construção da paz e/ou da (re)construção dos Estados tem como característica *'the repetition of such counterproductive policies constitutes a recurring 'tragedy of liberal diplomacy' in which the shaping of US foreign policy by assumptions deeply rooted in the liberal philosophy of history plays a central part in producing the very enemies that policy is designed to confront and transform'*. (JAHN, 2007a).

Ainda segundo Jahn (2007a) desde o fim da Guerra Fria, a democracia, a proposta da intervenção via o *statebuilding* tem sido uma explícita característica da política externa estadunidense, a partir do seu modo (neo)liberal de promover a guerra e a paz, tendo a (neo)modernização enquanto parâmetro, através da política da violência que opera por meio da política da alteridade (DILLON; REID, 2009; FERNANDEZ, 2011). Ou seja, *'Modernization theory, and especially its systemic view of the mutually constitutive nature of capitalism and democracy, thus underpinned a foreign policy dynamic of interventionism'* (JAHN, 2007, p.101).

Contrapondo as teorias do bem-estar social e a proposta Keynesiana, bem como as teorias da modernização, a partir das promessas advindas da globalização, mitos e/ou fábulas como apontou o geógrafo Milton Santos (2004), as instituições internacionais como FMI, Banco Mundial tiveram por objetivo, reiterar formas de regulação e intervenção por meio da governança global. A governança global, traduzida sob a forma da ajuda internacional, atuou como uma forma de manutenção do modelo neoliberal e do capitalismo (LOOMBA, 2005; SPLITZIZ, 2005). A manutenção deste sistema reafirma práticas coloniais, exemplificadas através dos discursos orientalistas, e que ao serem legitimadas pelos atores advindos do Ocidente, buscaram na passagem das décadas 1980-1990, manter as políticas neoconservadoras, a partir das lideranças políticas do Reino Unido (Margareth Thatcher) e dos Estados Unidos (Ronald Reagan).

Além disso, as instituições internacionais, diferentemente do que apontou Keohane (1995) e sua corrente neoinstitucionalista liberal, ao promoverem a cooperação, não necessariamente

reduziram os conflitos e assimetrias. Ao contrário, o que observo é que as desigualdades perpetradas pelo Norte sobre o Sul global se mantiveram e/ou foram acentuadas, sobretudo, países que vivenciavam conflitos advindos de uma história caracterizada pelo colonialismo. Os resultados destes processos foram exemplificados historicamente via o Consenso de Washington (1989) que atuou em defesa do etnocentrismo, ao orientar economicamente os países do Sul global, a melhor maneira de realizar seus processos de gestão e controle político. E ao fazer isso, como sublinhou Splitziz (2005, p.65), *‘the IMF was carrying this Reagan-Thatcher message to the developing countries, countries which were particularly illequipped to manage what has proven, under the best of circumstances, to be a difficult task fraught with risks’*. Ainda segundo o autor, a globalização, ela perpetuou novamente (SPLITZIZ, 2005, p.3).

Ilan Kappor (2008, p.19) sublinha que a política do desenvolvimento semioticamente exerce processos de mediação a partir de áreas como a boa governança, gênero, direitos humanos, ajuda e provisão humanitária. E ao fazer isso, os atores ocidentais promovem formas de saber/poder a fim de que haja suposições culturais, implicações de poder e política hegemônica. Principalmente, quando a política do desenvolvimento (re)produz uma sistematização de linguagens particulares, imagens e retóricas que visam o interesse dos atores ocidentais e não dos Estados africanos. Estes são submetidos aos regimes internacionais de modo forçado, por instituições como FMI e Banco Mundial, que *to abandon its uniform pricing before an adequate road system was in place. The price received by those in more isolated places was suddenly lowered markedly, as they had to bear the costs of transportation*. (SPLITZIZ, 2005, p.75).

PARTE II

V

A Somália no pós-11 de setembro de 2001: as continuidades dos discursos orientalistas estadunidenses via o terrorismo global no pós-mogadíscio

‘Não sem razão o islã passou a simbolizar o terror, a devastação, o demoníaco, as hordas de odiosos bárbaros’ (SAID, 2006, p.69).

‘Being unable to make what is just strong, we have made what is strong just’. (PASCAL, 1941).

Este capítulo tem como objetivo principal contribuir para de(s)colonizar os discursos orientalistas promovidos pelos atores políticos e midiáticos ocidentais no pós-11 de setembro de 2001, já que disseminaram práticas coloniais sobre a Somália. Especialmente, quando elas foram promovidas pelo etnocentrismo, já que estabeleceram uma associação entre os múltiplos atores políticos ao disseminarem a cultura do T(t)errorismos¹³² (re)produzidos pela *Al-Qaeda* e o *Al-Shabaab*. Influenciados pelas normativas da ‘nova’ doutrina de (in)segurança (inter)nacional, bem como pela promoção das missões de estabilização, como a Missão da Unidade Africana para a Somália (AMISOM), que visaram controlar, monitorar a fim de gerenciar as populações somalis. Isso significou que os estadunidenses, bem como demais atores correlatos buscaram o gerenciamento dos conflitos africanos, à luz da governamentalidade pós-colonial, na medida em que rotinas e expertises econômico-políticas foram mobilizadas pelo Ocidente, a partir da readequação das ações diplomáticas.

Ao fazer isso, o Ocidente explorou, subordinou e alineou os sujeitos pós-coloniais por meio do modo liberal de promover a guerra e a paz. Para tanto, foi preciso que a diplomacia ocidental reiterasse a imagem da americanidade frente a Somália, de acordo com os valores éticos e morais ocidentais, por intermédio da cultura do puritanismo e a reafirmação do conceito de adversário e/ou

132 Para tanto, tornou-se necessário compreender como os tecnocratas fizeram uso do conceito de T(t)errorismo, ao estabelecerem duas formas de escrita quanto ao conceito operacionalizado: uma escrita com letra maiúscula e outra minúscula. A primeira grafia está associada a práticas que (re)produzem medo, pânico e terror estabelecidas pelos Estados, embora os Estados do Ocidente não tratem ou conceituem suas ações políticas, econômicas, culturais etc enquanto ações que legitimam o terror. Ao contrário, eles compreendem seus processos e incursões como movimentos de contrainsurgência ou lutas antiterrorista que ao longo da ‘história’ o Ocidente tem utilizado como uma forma de poder disciplinar, a fim de que houvesse uma proteção sociocultural, mediante qualquer tipo de questionamento e/ou resistência, por aqueles que problematizam as arbitrariedades dos atores do Norte sobre o Sul global. A segunda grafia com as letras minúsculas corresponde a outras formas de (re)produção de discursos, narrativas e representações à luz dos processos de identidade e diferença, apartados de uma visão estadocêntrica. Contrariamente aos mecanismos *top-down*, a segunda grafia (letras minúsculas) o Ocidente à guisa da modernidade e da colonialidade, estabeleceu formas de governamentalidade sobre as regiões do Sul Global - tratadas como perigosas, risco, medo e/ou (e)produtora de ações terroristas. As performances discursivas disseminadas pelos países do Norte sobre o Sul Global, permaneceram ancoradas nos processos identitários, já que estabeleceram formas disciplinares estruturadas por meio das políticas das (in)diferenças. (JACKSON, 2004; JACKSON; SMYTH; GUNNING, 2009; STUMP; DIXIT, 2013).

inimigo. Por meio de uma correlação imagética entre a *Al-Qaeda* e o *Al-Shabaab* performada pelos diversos atores estadunidenses, a política de contrainsurgência, mediante mecanismos de estabilização, tornou-se uma importante premissa ocidental, a fim de fazer com que a guerra global contra o Terrorismo fosse travada e, possivelmente, cessada, tendo na islamofobia, a cultura da reprodução racismo.

Esse capítulo foi dividido em quatro seções. Numa primeira parte reflete sobre o Orientalismo militarizado no pós-Mogadíscio. Numa segunda parte, reflete sobre os acoplamentos imagéticos dos grupos terroristas - *Al-Qaeda* e o *Al-Shabaab*. A penúltima seção sublinha a importância das redes (inter)nacionais e a tirania dos *experts* nas agendas da P(p)olítica E(e)terna que envolve o Terrorismo: (des)proteção, vigilância, controle, monitoramento na Somália. Por fim, o capítulo trata sobre a (re)produção da fórmula crescer, desenvolver e, principalmente, do estabilizar: a manutenção das práticas coloniais na Somália via a AMISOM.

5.1

A perpetuação de uma política intervencionista: a (re)produção dos mitos e/ou ficções estadunidenses na Somália - o Orientalismo militarizado no pós-Mogadíscio

Milhares têm sido os discursos hegemônicos mobilizados pelos Estados Unidos e suas redes de atores circunscritos em múltiplos mitos/ficções sobre a Somália no período do pós-Mogadíscio. Entende-se por pós-Mogadíscio, os eventos que foram mediados e/ou espetacularizados pelo Ocidente sobre a Somália, durante as crises humanitárias (1990), bem como os acontecimentos políticos que favoreceram a imagem do terrorismo, promovido pelo *Al-Shabaab*, mobilizado de modo transnacional. As dinâmicas acima têm sido estabelecidas no SI, através dos jogos de simulação e/ou dissimulação promovidos pelo Ocidente, mediante a ideia de um único e homogêneo mundo, embasada por uma história universal, caracterizada por sua vez pela anarquia.

Diante disso, o Ocidente enquadra a Somália, como lugar problemático, símbolo da pobreza e das práticas terroristas, de modo que os mitos/ficções ao serem potencializados pelos atores anglo-etnocentricos, fazem com que uma única e principal ‘solução’ ocorra para o país, por meio da adesão de projetos intervencionistas. O Ocidente regula, controla e vigia o país do leste africano, justificando suas ações a partir da ideia de síndrome. Os mitos e/ou ficções tratados como síndrome, tornaram-se umas das diversas formas com que os Estados Unidos e suas redes de *experts* têm se utilizado a fim de que afirmar, explicar e justificar as intervenções. Embora, o Ocidente reconheça suas falhas, tendo em vista as críticas, realizadas por diversos atores políticos não-ocidentais e ocidentais na medida em que a lógica de solução de problemas, não resolveram os problemas, ao contrário ampliaram perdurando até os dias atuais.

Os analistas de política internacional, como Robert Patman a partir do seu livro ‘*Strategic Shortfall: The Somalia Syndrome and the March to 9/11*’, esteve entre aqueles que têm se utilizado

da gramática da síndrome, como uma forma de endossar os mitos e/ou ficções que permearam as ideias de perigo/medo entre os Estados Unidos e o resto do mundo, sobretudo sua relação com a Somália. As P(p)olíticas E(e)xtenas do Ocidente, têm utilizado ao longo de séculos de mitos e/ou ficções como instrumentos para persuadir a opinião pública. No caso dos Estados Unidos e sua relação com os demais países, Edward Said (2007, pp.22-23) já havia sublinhado que “Os Estados Unidos são poderes imperiais, suas sociedades políticas transmitem as suas sociedades civis um sentimento de urgência, como se fosse urna infusão política direta, onde e quando quer que questões relativas aos seus interesses imperiais estejam em jogo”.

Diante disso, recupera-se o argumento de Nicholas Wheeler (2000) e Robert Patman (2010) quando afirmam que a ideia de síndrome da Somália tem sido um termo utilizado diante de imagens onde o horror foram associadas aos soldados estadunidenses, cujos corpos mortos, arrastados nas ruas e nas praças da capital Mogadíscio, mediante o processo de intervenção humanitária e militar dos Estados Unidos (governos de George H. Bush e Bill Clinton) e da ONU, durante as operações de paz na década de 1990. Nos anos 2000, essa imagem também tem sido recuperada pelos atores estadunidenses, durante e no pós-11 de setembro de 2001, marcados pela cultura antiterrorismo e as políticas de contrainsurgência, onde países como Somália permanecem presos as visões ocidentais, mediante a reiteração de estereótipos, essencialismos e processos políticos que visem a homogeneização das histórias do país africano.

5.1.1

A manutenção das práticas coloniais: a imposição de mitos e/ou ficções das/nas R(r)elações I(i)nternacionais no Sul global

Joseph Campbell, enquanto um importante mitologista e escritor estadunidense, em suas obras ‘*O poder dos mitos*’ e ‘*O herói de mil faces*’, ensina que através dos mitos você pode se voltar para dentro, e você começa a captar a mensagem dos símbolos. Isso significa dizer que os mitos e as mitologias carregam diversas mensagens já que oferecem modelos de vida/sociedade. A cultura e seus rituais nas mais diferentes sociedades, caracterizadas por um conjunto de símbolos e simbologias traduzem as histórias que precisam ser contadas, sobretudo, quando através da antropologia e do conjunto de jornalistas que narram as jornadas dos atores envolvidos. Os mitos, segundo Campbell (2010, p.44), possuem quatro principais funções: 1) função mística - os mitos abrem o mundo para a dimensão do mistério, para a consciência do mistério que subjaz a todas as formas; 2) dimensão cosmológica - a ciência se ocupa – mostrando qual é a forma do universo, mas fazendo o de uma tal maneira que o mistério, outra vez, se manifesta; 3) perspectiva sociológica - suporte e validação de determinada ordem social, onde os mitos variam tremendamente, de lugar para lugar; 4) a função pedagógica – onde busca-se explicar como viver uma vida humana sob qualquer circunstância.

Dentre as formas elencadas acima, sublinho as perspectivas pedagógica e sociológica que envolvem os mitos e mitologias ‘socializados’ pelos atores estadunidenses sobre a Somália, implicando no modo como a sociedade somali seria compreendida entre os seus habitantes e demais representantes da comunidade internacional. As justificativas desempenhadas no pós-Mogadíscio promovidas pelos atores estadunidenses, refletem a capacidade dos Estados Unidos persuadirem o mundo, a partir da jornada do herói, que diplomaticamente disciplina e regula como uma sociedade/país precisa ser vista. A jornada do herói representa, portanto, um arquétipo que semioticamente reflete a proeza. A proeza possui duas grandes características: 1) uma é a proeza física, em que o herói pratica um ato de coragem, durante a batalha, ou salva uma vida, 2) há outro tipo de proeza calcada no espiritual, na qual o herói aprende a lidar com o nível superior da vida espiritual humana e retorna com uma mensagem (CAMPBELL, 2010, p.137).

As ficções, por sua vez, como algo equivalente aos mitos, possuem a capacidade de destabilizar, de(s)colonizar e estremecer as estruturas já operantes ou podem mantê-las. As ficções têm se engajado diretamente na política, sobretudo, quando os romances serviram para subscrever a ordem jurídico-político em vigor, a fim de que mecanismos que estimulem a mudança possam emergir. Por fim, as ficções desempenham um importante papel em atrair interesse e mudar apreensões. Os discursos hegemônicos e orientalistas que permaneceram sendo disseminados, caracterizados por ficções, envolveram um conjunto de narrativas marcadas por histórias, algumas tratadas de modo oficial, outras permanecem sendo vistas como marginalizadas. As histórias marginalizadas, à luz do *mainstream*, são dotadas de desconhecimento ou possuem a capacidade de destruir e/ou subverter as simbologias convencionadas pelas redes de atores (inter)nacionais, já que inserem outras informações importantes que permitem e potencializam o recontar da história. Suas perspectivas socioculturais, através de suas lentes e cosmovisões, apontam para os paradoxos e as idiossincrasias do que ritualisticamente contêm nos discursos oficiais, cujos signos coloniais são constantemente reiterados pelo Ocidente como parte de um projeto hegemônico.

A cultura, como parte do projeto orientalista, possui um importante significado que não somente impacta os estados, mas também conecta as mudanças sociais e resistências que atravessam uma série de atores políticos, especialmente, quando endossam as relações entre colonizador e colonizado, de modo atualizado: às visões Norte-Sul (LESSA, 2002; DARBY, 1998, p.19; MUPPIDI, 2010). Roland Barthes (2011) em ‘*Mitologias*’, recuperou a imagem do adversário e/ou inimigo que necessitou ser inventado pela diplomacia ocidental, a fim de que um ser e/ou objeto seja alvejado, como uma espécie de marciano soviético, durante a Guerra Fria. Naquela época, a URSS tornou-se um mundo intermediário entre a Terra e Marte. A representação da metáfora do marciano e/ou alienígena foi exaustivamente traduzida nas produções cinematográficas como apontou Michael Shapiro (1989; 2005) em suas diversas obras, onde sublinha o impacto e a

importância das Mídias e Relações Internacionais. Na atualidade, a diplomacia estadunidense traduziu a figura do marciano, enquanto um terrorista, um ser/objeto considerado um *outside*, visto como um problema já que pouco se conhece sobre o personagem. Porém, quando há algum ‘conhecimento’ sobre o alienígena, ele precisa ser inventado, posto que as políticas intervencionistas promovidas pelo Ocidente, precisam fazer ‘sentido’, diante dos subterfúgios otimizados pelo modo liberal de fazer a guerra e a paz.

Opondo, enquanto um pensador estadunidense negro, em seus múltiplos artigos sobre as histórias da diplomacia e da P(p)olítica E(e)xterna dos Estados Unidos, ao retomar o pensamento pós-estrutural, pós-colonial e decolonial nas R(r)elações I(i)nternacionais¹³³, tem feito observações importantes sobre os discursos diplomáticos, vistas como parte dos mitos e/ou ficções, sobretudo quando estabeleceu em suas análises, mecanismos de(s)colonizadores do campo e de seus processos de gerenciamento onto-epistemológico. Os discursos calcados em mitos e/ou ficções são típicos instrumentos das RI’s e, por sua vez, das P(p)olíticas E(e)xternas já que operam de modo binário e maniqueísta, a fim de que haja o endossar de ações políticas transvestidas de uma narrativa benevolente, humanitária e protetora das mazelas, idiossincrasias e inseguranças operantes nos países do Sul global. Os adjetivos e advérbios utilizados nos mitos e/ou ficções têm suas traduções, através das histórias contadas ao longo de séculos, desde o processo colonial orquestrado pelo continente europeu, cujas transposições ocorreram para outros países do Ocidente e sobre o Sul global, por meio de livros, músicas, artes plásticas, conteúdos radiofônicos e cinematográficos.

Os primeiros cronistas, antropólogos e etnólogos ocidentais refletem o processo de assimilação e/ou aniquilação, através dos gêneros discursivos, ao fazerem uso de conteúdos e expressões racistas, sectários e calcados nos pactos narcísicos da branquitude (BENTO, 2022). Nessas escrituras são endossados o drama, a ação, o suspense dentre outras maneiras de expressar e externar os modelos intervencionistas anglo-eurocentradas sobre as sociedades do Sul global, por meio das ‘missões civilizatórias’. Estas são refletidas na discussão de Fernandez (2019, p.456) em seu artigo ‘*Relações Internacionais e seus epistemicídios*’ onde reflete sobre as dinâmicas supracitadas, ao considerar que os mitos e/ou ficções socializadas nas RI’s e consequentemente nos estudos diplomáticos e P(p)olítica E(e)xterna, ainda que impostos pelos atores hegemônicos da comunidade internacional, por meio dos processos intervencionistas realizados pelo Ocidente sobre o resto do mundo.

133 As grafias em letra maiúscula e minúscula separaram e unem as formas com que a disciplina – letra maiúscula se coloca enquanto um campo (re)produtor de conhecimento e poder; Já a grafia em letra minúscula traduz a forma com que as relações são construídas e/ou impostas entre os Estados, instituições e demais redes de atores (inter)nacionais. O que separa e uni essas duas formas de escrita, é o modo com que as relações são mobilizadas, mediante os mecanismos de frontierização perpetrados, onde há uma série de encontros e desencontros que precisam ser afirmados, explicados e justificados entre atores, agendas e processos.

Para Fernández (2019), através das metáforas do estado de natureza hobbesiano, do estabelecimento dos contratos sociais, embora sejam caracterizados por políticas raciais e sexuais, a existência e permanência do estado moderno e por fim a formação e evolução do Sistema Internacional Moderno refletem os marcos históricos do eurocentrismo, vistos como as gêneses das RI's, tratados como oficiais e histórias únicas. Ao fazer uso do vocábulo epistemicídio, influenciada pelas visões do teórico português Boaventura de Sousa Santos e da educadora Sueli Carneiro, Fernandez (2019, p.466) conta os mitos e/ou ficções das RI's, a partir da dinâmica teatral, já que ela divide as narrativas da área em etapas, segundo uma peça que possuem diversos atos. Nesse sentido, a autora argumenta que as RI's fazem parte do projeto civilizatório, na medida em que houve a supressão de conhecimentos locais, cosmovisões e saberes outros presentes nas sociedades e sociabilidades coloniais.

Outra forma de compreender o epistemicídio nas RI's, deu-se a partir da construção do Outro como Não-ser como fundamento do ser, já que problematiza a suposta autonomia e a independência da Europa e sua formação identitária com os demais países, especialmente, quando o velho continente ratifica de modo endógeno seus processos históricos. A Europa não questiona as violências cometidas por ela, ao longo de séculos sobre o resto do mundo, quando se utilizou da modernidade e da colonialidade, visto de modo relacional, traduzida como um lado obscuro e complexo, porém 'necessário' para que as suas visões socioculturais se tornassem únicas, a fim que se tornem hegemônicas.

As RI's, enquanto um campo do conhecimento, marcado por múltiplas disputas entre agendas e análises dos atores políticos, têm como estrutura a (re)produção de conteúdos que endossam as histórias e experiências contadas a partir das lentes e visões da Europa Ocidental e dos Estados Unidos com o resto do mundo. Por meio de múltiplos jogos de simulação e/ou dissimulação, os atores ocidentais pré-determinam as visões do mundo, mediante mecanismos socioculturais, que endossam as gêneses e os fins de determinados processos políticos, que têm sido ratificados cotidianamente via os contratos sociais. Dentre os múltiplos marcos políticos estabelecidos pelo pensamento *mainstream*, vistos como mitos e/ou ficções, é o tratado de Westfália (1648), bem como a Guerra dos Trinta Anos (1555) têm sido as formas com que as 'origens' das relações internacionais, na medida em que por meio da filosofia política e o cientificismo endossados em séculos seguintes, sobretudo, com o advento do humanismo e do Iluminismo, acarretado pelas teorias e metodologias científicas do século XIX, que enalteciam o evolucionismo. (MOULIN, 2016; OLIVEIRA, 2020a; 2020b).

Os processos de acultramento do Outro são caracterizados pelas imagens/imaginários que permeiam a opinião pública, a partir da existência de contratos sociais, ainda que racializados e genderizados, são apresentados como parte das cenas que compõem os teatros de guerra, onde

operam a política da violência. Os rituais de passagem das RI's traduzidos através dos contratos sociais são tratados de modo ficcional e/ou mitológico, como uma forma de legitimar a ideia de que a sociedade ameríndia e negra dos continentes latino-americano e africano deixaram as condições de primitivismo, passando existir de modo sociocultural. Isso significa dizer que um novo período histórico emerge para as populações não-europeias, simbolizado pela ideia de evolução, progresso e sucesso, cujo contrato social (hobbesiano e lockeano) é a premissa para mudança e sua total transformação societal.

A temporalização da diferença, como assim intitularam os pensadores Fabian Johanes (2002), David Blaney e Naeem Inayatullah (2010), Marta Fernandez (2015; 2019), exemplifica as descontinuidades históricas do Ocidente e o resto do mundo, tendo em vista a imposição de mitos e/ou ficções de que haveria dois grupos em desiguais estágios, são eles: o europeu e o selvagem/primitivo. O primeiro possui uma história contada de modo teleológico e/ou linear cujos discursos orientalistas elegeram os personagens que representam o símbolo da força, desenvolvimento, prosperidade e sucesso diante das mudanças, transformações e evoluções históricas que percorreu. Na contramão, existe os povos a-históricos, que caminham no sentido oposto, ou seja, são tribais e/ou étnicos que permaneceram parados no tempo e/ou regrediram ao longo da história descrita pelo Ocidente

Beate Jahn, em suas respectivas obras *'The Cultural Construction of International Relations: The Invention of the State of Nature'* e o *'Internacionalismo Liberal'*, analisa como múltiplas têm sido as construções sociais nas RI's, ainda que vistas como imposições, diante da forma com que apaga, silencia e exclui outras histórias. O processo de conquista e/ou 'descobrimento', traduzidos a partir das 'missões civilizatórias', são alguns dos vocábulos instrumentalizados pelos atores ocidentais diante dos encontros das sociedades primitivas e/ou bárbaras. Jahn (1999) sublinha não apenas a questão temporal, mas também considera o importante aspecto espacial já que os países/sociedades não-europeus têm sido caracterizados como lugares onde habita a anarquia, onde opera desgovernança tendo em vista as condições patológicas e/ou anomalias que lá residem. A conquista e/ou 'descoberta' das Américas, representada pelos (des)encontros entre os espanhóis e os ameríndios, cuja principal passagem histórica deu-se por intermédio da existência do estado de natureza. Portanto, o estado de natureza, que defini as histórias e as teorias das RI's, parte dos discursos orientalistas disseminados, enquanto um princípio moral, descrevem e prescrevem as condições de estados/sociedades em perspectiva comparada, onde as culturas tornaram-se os parâmetros utilizados de modo a fazer com que as condições pré-sociais e sociais sejam estipuladas.

A metáfora acima faz parte de um conjunto de signos coloniais que foram ritualizados rotineiramente pelos representantes ocidentais, a fim de que a supremacia branca seja mantida, por

intermédio da promoção de políticas racializadas e diante da (re)produção da (in)diferença sobre aqueles vistos como menores, inferiores e/ou subdesenvolvidos. No século XXI, as condições desiguais têm se mantido sobre os países do Sul global, frente a países como a Somália, cuja soberania, semioticamente possui um conjunto de significantes e significado, cujo principal signo a ideia de insuficiência de estado moderno. O estado moderno somali frente aos países anglo-eurocentricos não contém as características necessárias, que permitiriam o seu desenvolvimento e evolução societal. Portanto, a Somália permanece aprisionada em uma certa concepção de tempo e de espaço à luz das lentes do Ocidente, onde não apenas o país é visto como pobre e faminto – símbolo do fracasso e fragilidade, oriundo da década de 1990, mas também, na atualidade, o país africano tem sido compreendido como *rouge state*, já que nesta região opera a política do terror onde habita a *Al-Qaeda* e seu vínculo com o *Al-Shabaab* (MUPPIDI, 2012; MOULIN, 2016; FERNANDEZ, 2019).

Cabe sublinhar, todavia que a importância e a pertinência dos discursos hegemônicos e orientalistas disseminados pelos atores ocidentais, compostos por homogêneas e essencializantes narrativas, cuja natureza é manutenção do poder colonial, através da política do medo, terror e da violência etc. (MOULIN, 2015; FERNANDEZ, 2019; OLIVEIRA, 2020a; 2020b). No âmbito das P(p)olíticas E(e)xternas, os contratos sociais inerentes ao um conjunto de discursos orientalistas, são compostos por mitos e/ou ficções, que têm como principais conceitos, as semióticas que endossam a naturalização da soberania e da anarquia, por meio de um conjunto de representações que abordam e enaltecem a performance do estadocentrismo. (ASHLEY, 1986; WALKER, 1993; KEENE, 2002) Os mecanismos acima têm sido as formas com que o estadocentrismo e as instituições (inter)nacionais reiteram as hierarquias e as desigualdades, a partir de um SI gerenciado por populações brancas, mas que tem governado as sociedades negras da Somália, ao fazer uso de políticas universalistas e/ou provincialistas. Elas estipulam mecanismos de cooperação e a competição entre os atores, via um conjunto de regras formais e informais, a partir das diversas disfuncionalidades disseminadas pelos atores políticos no SI (JAHN, 1999; VITALIS, 2010; CHAKRABARTY, 2010; FERNANDEZ, 2019).

A modernidade e a colonialidade, de modo ambíguo (óbvio e/ou obtuso, explícito e/ou implícito etc), a partir das missões civilizatórias, ratificaram os mecanismos políticos que endossassem a alienação, exploração, julgamento e o silenciamento dos outros mundos e suas respectivas cosmovisões (LA CADENA, BLASER, 2017; FERNANDEZ, 2019). Ao promover as arbitrariedades acima, o Ocidente estabeleceu múltiplos parâmetros normativos que circunscreveram o ordenamento jurídico-político do SI, buscando para tanto, estrangular quaisquer tipo de resquício, que possibilitasse a existência e sobrevivência de movimentos insurgentes. Na contramão dos discursos hegemônicos *mainstream*, calcados em ficções e/ou mitos,

houve a mobilização de alternativas ao SI moderno e contemporâneo foram construídas pelas dissidências e resistências, que por vezes se utilizavam de múltiplos canais, como as forças sociais, ao buscarem problematizar e, principalmente, contrapor as normatividades estipuladas pelo Ocidente (COX, 1985; WALKER, 1993). O Sul global historicamente resistiu quanto aos diversos avanços econômicos-políticos do Ocidente, já que regulamente foram subvertidos e colocados em uma condição submissa ou subalterna, na medida em que rotineiramente foram despolitizados, silenciados e/ou tratados como movimentos insurgentes.

Diante disso, argumento que diversas foram as imagens mobilizadas no SI, que enalteceram a zona do Ser e do Não-Ser, como colocou Fernandez (2019) a partir de Frantz Fanon, onde alguns indivíduos são dotados de humanidade, enquanto a outros lhes é negada sua humanidade e condição cidadã. Os países do Sul global, como a Somália, tiveram sua humanidade subtraída e/ou negada, embora fossem vistos como um fora-constitutivo. Isto é, os países do Sul global têm se tornado um mal necessário, na medida em que a sua existência e permanência no SI é importante, quando convém as dinâmicas, processos e agendas do Norte. Ao mesmo tempo, os países do Sul global se tornam um fardo ao SI, quando suas visões e perspectivas contrariam o *modus operandi* da comunidade internacional. A Somália esteve entre os países do Sul global, cuja soberania e/ou a ausência dela, diante do entendimento de muitos analistas *mainstream*, já que compreendem o país como falido, fracassado e/ou colapsado, permaneceu sendo questionada, e, por sua vez, violada por alguns representantes da comunidade internacional.

Na contramão da Somália, há os Estados Unidos como um dos principais atores e/ou a principal potência mundial, que no âmbito de sua P(p)olítica E(e)terna, escreveram suas respectivas histórias oficiais, de modo orientalista militarizado (PORTER, 2010), onde adversários e/ou inimigos necessitavam ter os seus rostos e contornos bem definidos. A (re)definição de rostos e contornos do adversário e/ou inimigo dos terroristas somali se fez necessário para que os processos intervencionistas tenham sua continuidade, onde haja a promoção da inversão entre anarquia-hierarquia, entre a fronteira performada a partir da doméstico-internacional, que ao ser mobilizada confere legitimidade as estratégias etnocêntricas orquestradas.

5.1.2

A jornada do herói na diplomacia estadunidense: a (re)produção da estética das síndromes na sociedade somali – a ‘gênese’ do T(t)errorismo Global

Entre os séculos XX e XXI, a Somália continuou a ter suas histórias narradas pela diplomacia estadunidense onde intercalava e/ou substituía a imagem de primitivismo para que a imagem de barbarismo ganhasse relevância e protagonismo na comunidade internacional. Isto é, não apenas imagem da fome e miséria humana advindas das lutas tribais, mas sim, passou a colocar o país como símbolo do terrorismo. E, ao fazer isso, os Estados Unidos permitiram e

potencializaram que formas antigas e ‘novas’ formas de intervenção política fossem mobilizadas sobre a Somália à luz da eventualização do T(t)errorismo em escala global. A Somália, por sua vez, resistia e buscava alternativas ao SI, embora rotineiramente fosse associada como um lugar de (re)produção do terror, diante das linguagens e gramáticas utilizadas pelos mitos e/ou ficções da jornada do herói estadunidense, que pretendia libertar, democratizar e promover o respeito aos direitos humanos em uma região/país tida como problemática.

Robert Patman (2010, p.87), enquanto parte dos *experts* estadunidenses, informa que segundo a Visão de Bill Clinton, algumas lições teriam sido aprendidas no que concerne a Somália dentre elas: 1) Os estados falidos ou falidos eram considerados como não importantes do ponto de vista geoestratégico para os Estados Unidos. Os estados falidos ou fracassados não podem autorizar de modo a definir a estratégia mais ampla dos Estados Unidos no mundo; 2) as instituições multilaterais como a ONU nem sempre poderiam ser confiáveis quando se tratava de questões de segurança, e certamente não poderia ser autorizadas a exercerem qualquer efeito coercitivo ou de veto sobre questões relacionadas à segurança estadunidense. 3) Mogadíscio parecia demonstrar que em situações onde há menos do que interesses nacionais vitais em jogo, a disposição para sofrer baixas era extremamente limitada; 4) A Somália demonstrou que a superioridade tecnológica das forças armadas americanas poderiam ser neutralizadas pelo envolvimento em combate terrestre contra um adversário bem armado que conhecia melhor as condições locais, especialmente nas áreas urbanas. De modo que as forças armadas estadunidenses poderiam ser neutralizadas pelo envolvimento em combate terrestre contra um adversário bem armado que conhecia melhor as condições locais, especialmente nas áreas urbanas; 5) O governo Clinton havia determinado que em situações ameaçadoras aos interesses nacionais dos Estados Unidos, tornava-se necessário que uma nova abordagem fosse elaborada a fim de que houvesse uma aplicação do poder militar dos Estados Unidos. (PATMAN, 2010, p.87).

Considerando as questões acima, uma das formas de construir a jornada do herói estadunidense ocorreu através das condições horrendas que a Somália vivenciava, sobretudo, quando a fome, miséria e as diversas desigualdades eram espetaculizadas nos conteúdos políticos e midiáticos do Ocidente. De um modo geral, a narrativa da jornada do herói estadunidense passou por dificuldades tanto no controle, monitoramento e gerenciamento do conflito na Somália, de modo que quando o *Black Hawk Down* ganhou as principais manchetes implicando na (des)aprovação pela opinião pública (inter)nacional, a ‘solução’ encontrada pelos Estados Unidos foi abandonar a Somália em 1995, na época governado pelo presidente Bill Clinton.

De um modo geral, a jornada do herói estadunidense não garantiu qualquer tipo de solução para o conflito somali e como consequência, a Somália se tornou o epicentro no século XXI, de grupos terroristas como a *Al-Qaeda* e o *Al-Shabaab*. A formação dos grupos terroristas na Somália

ocorreu durante o contexto supracitado, onde destacou-se a presença de militantes islâmicos intitulado *Al-Itihaad al-Islamiya* que consolidaram como importantes atores civis e militares. De acordo com o discurso hegemônico ocidental, o grupo *Al-Itihaad al-Islamiya*, visto de modo antagônico ao herói estadunidense, pretendeu estabelecer um estado islâmico no Chifre da África, a partir do ideal da ‘Grande Somália’, de acordo com o qual haveria a unificação dos territórios da Etiópia, Quênia e Djibuti, compostos por habitantes étnicos somalis, tendo como consequência a formação do Estado pan-somali. (PATMAN, 2012, p.93-94).

Como já sublinhado no capítulo II, a ideia do projeto Grande Somália remonta ao período da independência da Somália, cujas populações étnicas somalis permaneceram presas na região de Ogaden, vizinha da Etiópia. Ao ser retomado pelo *Al-Itihaad al-Islamiya*, o grupo segundo as fontes estadunidenses, pretenderam construir um califado islâmico, onde todos os somalis se fariam presentes e atuantes politicamente. Segundo as ficções e/ou mitos criados a partir da jornada do herói estadunidense vis-à-vis seus potenciais adversários e/ou inimigos terroristas, entre 1993 e 1996, o *Al-Itihaad al-Islamiya* realizou múltiplos investimentos, financiamentos, treinamentos com apoio direto e indireto da *Al-Qaeda* e demais estados como Irã e o Sudão. (HANSEN, 2013, p. 16; MARUF; JOSEPH, 2018, p.11). Muitos dos treinamentos militares ocorridos da *Al-Qaeda*, foram realizados na fronteira entre o Quênia e a Somália, bem como na região de Ogaden na Etiópia. A P(p)olítica E(e)terna estadunidense mobilizou discursos políticos, a fim de legitimar sobre a opinião pública (inter)nacional, a imagem de que sistemas de governança e estruturas de controle estavam sendo operacionalizadas na Somália via tais grupos terroristas.

A existência dos grupos terroristas na Somália promoveu a instauração de cortes e leis que endossavam a *sharia*, sistema jurídico do Islã, composto por um conjunto de normas derivado de orientações do Corão, a partir das falas e condutas do profeta Maomé, bem como as jurisprudências das *fatwas* - pronunciamentos legais de estudiosos do Islã. Diante deste contexto, observou-se que ao longo da década de 1990, o movimento das cortes islâmicas expandiu ultrapassando a cidade de Mogadíscio para outras áreas do sul da Somália. Como já mencionado anteriormente, o AIAI surgiu no início da década de 1980, a partir da fusão de dois grupos *salafistas* – *Al-Wahdat*, o grupo sediado no Norte e outro sediado no Sul chamado de *Al Ahli*. O Emir, ou líder máximo, da AIAI foi Sheikh Ali Warsame, que, como afegão, era membro do clã Isaaq do norte da Somália. Nos últimos anos do governo de Siad Barre (1991), o AIAI tinha milhares de membros nas universidades e nas mesquitas somalis influenciando a política local. (HANSEN, 2013, p. 16; MARUF; JOSEPH, 2018, p.11).

Na visão orientalista proposta por escritores estadunidenses como Hansen (2013, p.16), calcada na narrativa dos conflitos armados entre grupos tribais ou clânicos e os grupos terroristas, já apontava que qualquer membro do AIAI que fosse descoberto pelo governo de Siad Barre, deveria

ser condenado a seis meses de prisão, como uma forma de conter o avanço do grupo terrorista. No entanto, o AIAI não representava uma ameaça ao governo de Siad Barre até 1989, as possíveis mudanças e/ou transformações passaram a ocorrer, tão somente ao longo de alguns anos depois feitas por membros que pertenciam o AIAI. (MARUF; JOSEPH, 2018, p.11). Em abril de 1991, diante das derrotas que derrubaram a gestão de Siad Barre, um poderoso contingente da USC liderado pelo general Mohamed Farrah Aidid, um inimigo da militância islâmica, avançou para os arredores de Kismayo.

A batalha com as forças do ex-general somali Mohammed Farah Aidid, os *jihadistas* e as seculares forças na Somália foi vista como um desastre para a AIAI. Estes se encontravam em uma condição muito difícil, já que cerca de sessenta de seus combatentes foram mortos e outros duzentos ficaram feridos. (HANSEN, 2013; MARUF; JOSEPH, 2018). Uma luta complexa aconteceu em uma área de selva e fazenda ao norte de Kismayo, em torno de uma ponte conhecida como Arara. O local agora é um cemitério para membros mortos do AIAI. Durante esse contexto destacou-se alguns acontecimentos políticos e militares que tornaram a Somália um lugar símbolo do caos e/ou da anarquia, onde clãs, grupos armados, milícias e terroristas disputam território e a liderança política na região. Esse cenário transformou a Somália num lugar onde haveria apenas problemas, carente de soluções endógenas.

Por isso, que as possíveis ‘soluções’ e/ou ‘alternativas’ para a Somália adviriam apenas do Ocidente, não podendo os próprios somalis criarem suas próprias soluções a partir de suas vivências e/ou experiências. Além disso, cabe pontuar que o Ocidente apaga de seus discursos quaisquer tipos de vestígios que evoquem as intervenções que realizou na Somália ao longo de décadas e suas consequências negativas a fim de eximi-lo da responsabilidade pelas mesmas. Existe uma política da memória seletiva que busca filtrar os fatos que precisam ser contados daqueles que necessitam ser esquecidos (ZEHFUSS, 2007). Não obstante, gostaria de destacar que as ‘soluções’ e/ou ‘alternativas’ propostas pelo Ocidente estão a serviço do interesse do eurocentrismo e dos Estados Unidos.

De acordo com Patman (2010, p.95), após as tropas estadunidenses deixarem a Somália, durante as operações de paz, o *al Itihaad* alvejou os ‘infiéis’ da Frente Democrática Revolucionária Popular da Etiópia (EPRDF)¹³⁴ em Adis Abeba vinculados ao governo pró-estadunidense. Treinados e apoiados em Gedo por um contingente de ‘árabes afegãos’, o *al Itihaad* lançou uma série de ações armadas de pequena escala na região de Ogaden da Etiópia em 1993. Neste contexto, a administração Clinton apoiou tacitamente o governo etíope, diante dos ataques da *al Itihaad*, ao

¹³⁴ Inicialmente o grupo emergiu na Etiópia durante a Guerra Fria (1988) e vigorou até 2019. Sua base ideológica advém dos pressupostos das reflexões marxistas.

mesmo tempo em que recusou reconhecer a independência da Somalilândia na época, um aliado estratégico de Adis Abeba, após a independência da Eritreia em 1993.

Paralelamente à existência dos grupos terroristas na Somália como o *al Itihaad*, diante do fim das operações de paz, os jogos discursivos constituídos por mitos e/ou ficções estadunidenses pretenderam produzir ‘novos’ adversários e/ou inimigos, que advém de outras regiões para além do continente africano, como o Oriente Médio, especialmente, países como o Afeganistão, onde habitam figuras como Osama Bin Laden, a partir da formação de grupos como a *Al-Qaeda* que ajudaram na promoção do terrorismo na Somália, sobretudo, quando a instauração do *Al-Shabaab*. De acordo com Patman (2010, p.96) a conexão entre o *al Itihaad* e a *Al-Qaeda* ocorreu quando os atores estadunidenses endossaram que o retorno de Osama Bin Laden ao Afeganistão entre 1992 a 1996, representaria que o líder afegão havia promovido uma ideologia, considerada ofensiva contra a sociedade estadunidense e ocidental, tratada como movimento insurgente.

A insurgência evocada por Bin Laden contra os Estados Unidos e demais membros do Ocidente, tinha como princípio a ficção e/ou mito de uma guerra santa, que tende a ser mobilizada pelos Estados Unidos, atrelada à aliança crusado-judaica. Para alguns analistas como Jarle Hansen (2013), a ‘origem’ da *Al-Qaeda* e suas conexões com *al Itihaad* na Somália emergiu entre 1979-1989, quando durante a Guerra Fria houve o despertar da intervenção soviética no Afeganistão. Naquela época, milhares de *jihadistas* somalis foram atraídos para o Afeganistão, ao acreditarem que uma forma de *jiha*d defensivo possibilitaria alguma mudança no SI. Além disso, os *jihadistas* somalis acreditavam que era preciso criar uma forma de defesa contra os irmãos muçulmanos, que residem em outros países, atacados por ‘infíeis’.

No que concerne às operações de paz na Somália, durante a década de 1990, veteranos afegãos ao retornarem para o leste africano lutaram contra os estadunidenses, tendo como principal alegação a luta contra um *jiha*d defensivo, já que a *ummah*¹³⁵ muçulmana permanecia desprotegida, frente as iniciativas militares e políticas do Ocidente. A exemplificação deste processo pode ser visualizada a partir dos comboios da UNOSOM II que foram atacados pelos *jihadistas*, bem como a implantação de minas terrestres nas estradas da cidade de Mogadíscio promovidas pelo grupo terrorista. Refletir, portanto, a jornada do herói ocidental perpassa pelo entendimento social-histórico da expansão da *Al-Qaeda* frente ao *al Itihaad* que ocorreu na década de 1990, tendo sua continuidade nos anos 2000, embora no século XXI, a relação com a *Al-Qaeda* tenha tido um maior estreitamento com *Al-Shabaab*.

Nesse sentido, como já observado, na década de 1990, bem como nos anos 2000, a retórica ocidental se utilizou das representações estéticas, de modo estereotipado, essencialista e limitado

135 O conceito *ummah* faz referência a comunidade global dos muçulmanos, a partir do primeiro momento da história do povo muçulmano; sendo que para isso, será preciso reconstruir a ocasião em que Muhammad recebeu as revelações do Alcorão e os desdobramentos nas sociedades de Meca e Medina. (SANTOS, 2011).

que envolve o período da Idade Média frente aos países do leste africano. Ao retomar tal imagem, o Ocidente disciplinou sua audiência, a fim de que o binarismo maniqueísta que envolve a relação constitutiva entre luz e sombra fosse enaltecido, especialmente, no que tange os heróis ocidentais, já que eles promoveram a ‘libertação’ das sociedades torturadas africanas em relação àqueles vistos como (re)produtores da política da violência e da barbárie.

A ‘fundamentação’ discursiva dos *experts* estadunidenses era baseada na ideia de que a guerra santa mobilizada por Bin Laden tornou-se possível, porque paralelamente ao que vinha ocorrendo na Somália durante as operações de paz, o líder da *Al-Qaeda* considerava imperdoável as tomadas de decisão dos Estados Unidos frente aos conflitos entre Israel-Palestina. O processo político acima descrito foi concatenado com a forma indiferente com que a Palestina vinha sendo tratada pela comunidade internacional, sobretudo, diante as atrocidades ocasionadas por Israel, bem como as idiossincrasias inerentes ao Acordo de Oslo¹³⁶, que na época já era denunciado pelos grupos terroristas árabes. Como Osama Bin Laden defendia a liberdade dos povos árabes e islâmicos oprimidos pelo Estado de Israel – grande aliado do Ocidente, tornou-se nos marcos do discurso hegemônico ocidental um ser tirano reprodutor da cultura do terror e do pânico, e, que, portanto, precisa ser exterminado. Bin Laden, desde a década de 1990, era considerado um defensor dos povos árabes e islâmicos na Palestina face às ocupações e violências perpetradas pelo Estado de Israel, cujo financiamento político e militar advinha dos Estados Unidos. Para analistas da política mundial, o principal propósito de Bin Laden envolvia a defesa da soberania islâmica, que precisava ser retornada frente as essencializações e simplificações culturais perpetradas pelas representações ocidentais, principalmente quando mantém o silenciamento diante da política do *apartheid* que incide sobre a Palestina até os dias atuais (BENTO, 2017).

A associação imagética entre a síndrome da Somália, a figura de Osama Bin Laden, enquanto um importante líder da *Al-Qaeda* e a jornada do herói estadunidense, tinha como estrutura político-midiática, a perpetuação da dinâmica causa-consequência, atrelada por sua vez, à lógica de ‘solução de problemas’. Elas fazem parte da dinâmica *mainstream* que buscam explicar, justificar e persuadir a opinião pública (inter)nacional, de modo a fazer com que os países e/ou sociedades não-europeias compreendam como o terrorismo emergiu no mundo, considerando suas implicações e problemas, bem como sublinha a responsabilidade ética que o Ocidente possui, ao considerar a importância das normativas que estipulou por séculos. As normativas ocidentais permanecem

136 Os acordos de Oslo, representaram uma série de tentativas políticas, mediante um conjunto de acordos formais e informais, que foram estabelecidos em 1993, tendo na Noruega um dos principais negociadores e mediadores, entre o governo de Israel - Yitzhak Rabin e o Presidente da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) - Yasser Arafat, sob a tutela do presidente dos Estados Unidos Bill Clinton. Com a assinatura dos acordos, Israel era reconhecido como Estado, do mesmo modo a OLP tinha sido reconhecida como um representante dos palestinos. Prestes a completar 30 anos, os acordos são endossados de modo exagerado pelos meios de comunicações ocidentais, cuja efetividade na prática é simplória.

conectadas aos valores culturais, vinculadas ao iluminismo que endossam as ideias de progresso, desenvolvimento, segurança-liberdade atrelada à promoção da democracia liberal e o capitalismo transnacional. Com o fim da Guerra Fria (1989), a estética liberal já disseminada o terrorismo, já que era preciso por um fim aos ‘novos’ adversários e/ou inimigos árabes e islâmicos, embora sua ampliação e a amplificação tenha alcançado um maior destaque com o 11 de setembro de 2001. A reportagem de 1993, confeccionada pelo repórter Eric Schmitt ‘*U.S. Mission in Somalia: Seeking a Clear Rationale*’¹³⁷ já sublinhava no âmbito do discurso a relação imagética entre os somalis e o terrorismo internacional em 1993 durante a guerra civil. Segundo a reportagem: ‘*American military officials said today that specialized forces adept at seizing terrorists - perhaps elements of the Delta Force - were with the Army Rangers, and could provide "eyes and ears" to other United Nations forces*’ (NYT, 1993).

Instituições voltadas para o campo da segurança e da estratégia (inter)nacional estadunidenses, já endossavam na década de 90 a cultura do terror, especialmente, quando Bill Clinton, a partir do caso somali, endossou a Decisão Diretiva Presidencial (PDD 39)¹³⁸. Segundo o PDD 39, os Estados Unidos deveriam trabalhar com amigos e aliados a fim de identificar, proteger e combater o terrorismo promovido por determinados Estados e/ou sociedades. O objetivo era reduzir as vulnerabilidades ocasionadas por estes grupos, portanto, cabia ao FBI e à CIA conterem qualquer avanço dos mesmos que pudessem causar a insegurança dos cidadãos estadunidenses. Nesse sentido, foi outorgada aos Secretários de Estado, Transporte, da Defesa e do Tesouro Nacional a responsabilidade pela criação de mecanismos de defesa e ataque para evitar guerras biológicas, nucleares e químicas patrocinadas pelo terrorismo. Por fim, coube ao governo estadunidense promover todo tipo de assistência e ajuda externa diante das péssimas condições que a sociedade somali vivencia cotidianamente seja por conta dos clãs e subclãs, igualmente com os grupos terroristas que habitam a região do leste africano.

Analyze and disseminate all-source foreign intelligence on terrorist groups and activities abroad. The DCI shall maintain a clandestine service capability for preventing, preempting and disrupting international terrorist activities and shall ensure timely support to u.s. law enforcement agencies in pursuit of international terrorists. In these efforts, the DCI will promote close cooperation with allied and friendly intelligence services. (PDD 39, 1995, pp.8-9 grifo meu).

A criação do PDD 39, durante o governo Clinton, permitiu que o Departamento de Estado lançasse uma publicação anual intitulada *Patterns of Global Terrorism*¹³⁹. O anuário estabeleceu diversos mecanismos de vigilância de modo inter-transdisciplinar, com apoio de múltiplos órgãos

137 Disponível em: <https://www.nytimes.com/1993/08/27/world/us-mission-in-somalia-seeking-a-clear-rationale.html> Acessado em 03/05/2019.

138 Disponível em: <https://clinton.presidentiallibraries.us/items/show/12755>. Acessado em 05/03/2022.

139 Disponível em: <https://1997-2001.state.gov/global/terrorism/1996Report/1996index.html>. Acessado 06/03/2022.

(inter)nacionais, a fim de que informações não somente fossem coletadas e catalogadas, mas também que elas pudessem corroborar para a (re)produção da imagem do inimigo como a *Al-Qaeda*. Diversas, portanto, foram as campanhas públicas estadunidenses criadas, de modo que a nação se sentisse convencida de que o terrorismo era um perigo sinistro. O mito e/ou ficção da jornada do herói estadunidense, a partir da ideia de terrorismo, ainda que endossasse a estética da (in)segurança nacional, continha dificuldades quanto a sua legitimação, posto que no mundo, debates quanto a ampliação da Organização do Atlântico Norte (OTAN)¹⁴⁰, a estabilidade da Europa diante do conflito na Bósnia e no Kosovo, as resistências do Congresso estadunidense, já que a maioria era composta por republicanos e as consequências do escândalo Mônica Lewinsky, abalaram a imagem puritana do presidente Clinton frente a opinião pública (inter)nacional. (PATMAN, 2010, p.102).

Por isso que compreender o *modus operandi* da diplomacia orientalista dos Estados Unidos e suas redes de atores nos conflitos armados, é sublinhar como a temática do terrorismo tem sido operacionalizada desde os anos de 1990, através do Departamento de Justiça, quando os Estados Unidos atribuíam ao Iraque a imagem de um país cujo líder promovia atos terroristas. O presidente George H. Bush acusou o Iraque de promotor do “terrorismo ambiental”, já que o país causou o derramamento de óleo no Golfo Pérsico, implicando no bombardeio das instalações petrolíferas no sul do Iraque e Kuwait. Diante disso, sublinha-se que o T(t)errorismo é tão somente mais um mecanismo formal e informal que ao ser institucionalizado mantém as práticas coloniais, traduzidas via os discursos orientalistas, sobretudo, quando endossa acoplamento imagético entre a *Al-Qaeda* e o *AIAI* na Somália (MILLS, 1999; BOEHMER; MORTON, 2007, p.13; GALLAGHER, 2017).

Segundo Barkai e Laffey (2006, p.332), toda resistência armada que se firma como forma de resistência frente a dominação do Norte global no Sistema Internacional, acaba por ser subsumida em grande parte na categoria de “terrorismo”. Achile Mbembe (2014) reflete sobre a problemática acima, ao conectar as semióticas que envolvem o campo da estética, o racismo e a política do terror,

140 Desde o surgimento da aliança militar da OTAN (1949) assinado em Washington, observou-se que não apenas a sua manutenção, bem como sua expansão haja visto o progressivo aumento de países europeus, muitos ex-membros da extinta URSS, como Polônia, República Tcheca etc, que aderiram ao tratado. Para muitos analistas, inicialmente a OTAN teria como principal propósito, durante o Pós-II Guerra Mundial, conter o avanço comunista no mundo, sobretudo, após a existência do Pacto de Varsóvia (1955), cujo objetivo era promover a união entre países socialistas do leste europeu junto a URSS de modo que compromissos militares fossem assinados a fim de promover uma autoajuda. O Pacto de Varsóvia era uma resposta as idiosincrasias da OTAN, no entanto com o esfacelamento da URSS (1991), o fim do Pacto era inevitável como ocorreu em junho de 1991 na reunião em Praga. Todavia, o mesmo não ocorreu com a OTAN, mesmo após o fim da Guerra Fria. Sua existência, e, principalmente, sua permanência geram até os dias atuais implicações tidas como negativas. Atualmente cerca de 28 países-membros que compõem a OTAN são eles: Albânia, Alemanha, Bélgica, Bulgária, Canadá, Croácia, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Eslováquia, Eslovênia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Islândia, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Noruega, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Romênia e Turquia. Na contemporaneidade, a existência da OTAN e adesão de países que visam ser membros como a Ucrânia a OTAN, tem implicado no conflito entre Rússia e Ucrânia.

confeccionados pelo Ocidente, sublinhado que “*all aesthetic connotations of terror are complicated by the violent, terroristic exercise of sovereign power in the European colony*”.

As elites estadunidenses estão entre os principais atores da política (inter)nacional que têm se utilizado do puritanismo¹⁴¹ mediante o discurso do jeremiáda. O discurso do jeremiáda está relacionado aos livros de Jeremias e de Isaías do Velho Testamento da Bíblia. O jeremiáda estadunidense lamenta o estado degeneração e de pecado, embora transforme a lamentação em fonte de energia para gerar a transformação e o progresso (RESENDE, 2015, p.236). Este ao ser recuperado na atualidade vis-à-vis ao processo de colonização das treze colônias, restabelece diversas políticas raciais, a partir da ideia de americanidade¹⁴² (CAMPBELL, 1992; 2017; RESENDE, 2015). Robert Putman (2010, p.12) reforçou a visão estadunidense, quando afirmou, que a “*Somalia’s continuing descent into chaos also facilitade the growth of a variety of Islamist organizations. Al Itihaad Al Islamiya (Islamic Union) emerged as the most militant Islamist group in Somalia*”. Por isso que:

Terrorism in 1996 continued to cause grave concern and disruption in scores of countries. Combating this menace remains a very high priority for the United States and many other nations. But finding clear "patterns" in this form of political violence is becoming more difficult. (...) The death toll from acts of international terrorism rose from 163 in 1995 to 311 in 1996, as the trend continued toward more ruthless attacks on mass civilian targets and the use of more powerful bombs. The threat of terrorist use of materials of mass destruction is an issue of growing concern, although few such attempts or attacks have actually occurred. Finally, domestic terrorism, in countries such as Algeria, India, Sri Lanka, and Pakistan, appears to be growing and is more serious, in gross terms, than international terrorism. (PGT, 1996, p.1 grifo meu).

As implicações que a *Al-Qaeda* promoveu no leste africano, traduzidas a partir da jornada do herói estadunidense, teve sua tradução através da figura de Osama Bin Laden, enquanto um grande e importante predador. Ele é visto como aquele que coopta mulheres e esposas, trafica e utiliza crianças a fim de formarem os seus respectivos exércitos como soldados. Ao fazer isso, os terroristas colocam em risco a comunidade internacional, bem como os cidadãos afegãos e demais grupos do leste africano, como os somalis.

141 O puritanismo atua como um demarcador de identidade caracterizado por significados, representações, discursos etc. A América enquanto nação representa o ‘farol do mundo’ capaz de iluminar, guiar e libertar os povos oprimidos (RESENDE, 2015, p.249).

142 De acordo com Resende (2015, p.226), o discurso da americanidade remonta desde o século XVII (1630) quando os puritanos oriundos da Inglaterra, ao criticarem uma Europa degenerada e corrupta, imprópria para a criação de suas famílias, assinaram um acordo com a coroa britânica em prol da instalação da *Massachusetts Bay Company*, migrando para ‘América’ na chamada Nova Inglaterra. Ao realizar um trabalho genealógico, Resende (2015, p.235) informa também que a literatura puritana da América Colonial é marcada por (auto)biografias de eleitos e por narrativas de cativoiro.

5.1.3

O paradoxo da tolerância e a erradicação da (in)diferença na Somália: entre o TGF e a existência da *Al-Shabaab*

Após diversas conferências em busca da construção da paz, e, principalmente, diante da tentativa de reconstrução do país e/ou da nação do leste africano, com os subsídios da União Africana (UA), da ONU e da União Europeia, a imagem da Somália permanece imutável diante das lentes míopes e astigmáticas do Ocidente mediante o internacionalismo liberal (HARPER, 2012). A exemplificação desta fixidez dá-se através dos diversos discursos políticos da diplomacia estadunidense, que ao longo de décadas, reiterou múltiplos arquétipos ao fazer uso da globalização.

Dentre as representações orientalistas, sublinha-se a existência do paradoxo da tolerância, que tem sido ratificado pela política multiculturalista sobre os demais países do Sul global como a Somália. De acordo com a metáfora do paradoxo da tolerância, presente na obra *‘A sociedade aberta e seus inimigos’* de Karl Popper, a tolerância ilimitada levará ao desaparecimento da tolerância. Para o filósofo da ciência austro-britânico *‘se não estamos preparados para defender a sociedade tolerante contra o ataque dos intolerantes, então os tolerantes serão destruídos, juntamente com a tolerância’*. Ao refletir a afirmação acima, há duas ramificações: a visão nazifascista e a perspectiva islâmica. Ambas sublinham por meio de contra-argumentações que as sociedades não querem ser toleradas, mas sim respeitadas.

A diferença entre as formas com que o paradoxo da tolerância é utilizado pelas perspectivas nazifascistas e islâmicas dá-se por meio da comparação arbitrária e disfuncional. Isso significa dizer que toda e qualquer forma que estimule a política da violência deve ser criticada, porém há algumas diferenças entre as situações: primeiramente, o nazifascismo por meio de sua cultura antissemita, racista e promotora do extermínio do Outro como a população judaica, homossexuais e todos e quaisquer grupos que não sejam vistos como parte da raça ariana, já que eram vistos como inferiores; a segunda questão é que novamente o internacionalismo liberal se utiliza do discurso da excepcionalidade europeia como uma forma de explicar e justificar suas visões filosóficas, desconsiderando de suas análises as diversas políticas genocidas que a Europa promoveu por séculos, durante e após o processo colonial, haja vista as políticas intervencionistas no continente africano como a Somália. Por fim, a forma que com que a religião e a cultura islâmica são demonizadas, demonstra o desprezo que o Ocidente possui a tudo e todos que representam valores contrários à democracia liberal.

Ao ser contrário à democracia liberal, não significa necessariamente dizer que o indivíduo que cultiva a religião islâmica, busca reproduzir atos terroristas. Inversamente, os indivíduos e/ou Estados tão somente possuem cosmovisões diferentes, não tendo como tradução critérios como superioridade e/ou inferioridade típicos da modernidade e da colonialidade que insistem em

reproduzir mecanismos disciplinadores e excludentes como as missões civilizatórias. Além disso, os islã não defende qualquer tipo de política da violência, ao contrário abomina quaisquer segmentos que visem promover tais atos. Todavia, não é assim que compreende o Ocidente, ao contrário mobilizam discursos calcados em estéticas caracterizadas pelo colonialismo/colonialidade e a modernidade, já que há uma associação (in)direta entre a cultura árabe e religião islâmica vis-à-vis a grupos terroristas. Isso faz com que haja um endossar da promoção da política da violência realizada pelo Ocidente, através de suas múltiplas arbitrariedades econômico-políticas e socioculturais, que têm sido mantidas diante dos rotineiros discursos hegemônicos mobilizados pela diplomacia estadunidense sobre a Somália.

Diante disso, volto-me para o caso somali durante a década de 1990, e, principalmente, destaco neste capítulo, os anos 2000, já que a história do país africano manteve-se caracterizada pelo processo de racialização à luz do etnocentrismo, anteriormente associada a grupos clânicos, atualmente, segundo a proposta do internacionalismo liberal estadunidense, dá-se pela existência e grupos terroristas como o *Al-Shabaab* como um substituto do AIAI e diante do Governo de Transição Federal (TFG). Em ambos os grupos e diante do surgimento do TGF, a Somália continua a ser compreendida como um país onde não há a promoção da liberdade, segurança e, sobretudo, da democracia liberal. O NYT (2006), através da Editoria Mundo, estabeleceu um diálogo com o leitor estadunidense, mas não somente, onde criou uma espécie de formulário, com perguntas e respostas, intitulado *Q&A: Somalia's Terrorist Infestation*. De acordo com o jornal, em resposta aos leitores, ‘*Since General Barre's flight from power, thirteen different attempts to form a government have failed. A fourteenth effort, the product of two years of thorough international mediation, produced a transitional government known as the Somalia Transitional Federal Institutions (TFIs) in October 2004*’¹⁴³. (NYT, 2006).

Dentre as diversas tentativas de estabilização na Somália, ainda segundo o jornal sublinhou que ‘*Many of these warlords have an interest in preventing the establishment of a stable government, as the status quo enables them to maintain control over their fiefdoms*’. (NYT, 2006). Isso fez com que o país africano continuasse sendo ininterruptamente caracterizado de modo pejorativo como um lugar símbolo de uma comunidade clânica e terrorista. Principalmente, porque ‘*Beyond the support the United States may or may not be giving the Alliance for the Restoration of Peace and Counter-Terrorism, there are some 1,000 U.S. troops stationed in nearby Djibouti. This task force is charged with advancing the long-term stability of the region--building schools, hospitals, and wells--and preventing the spread of terrorism*’. (NYT, 2006 grifo meu).

143 Disponível em: https://archive.nytimes.com/www.nytimes.com/cfr/world/slot1_060106.html?pagewanted=all
Acessado em 12/05/2021.

A etnicidade, bem como a constituição de uma sociedade clânica e, posteriormente terrorista permaneceu sendo concebida como algo inferior, menos desenvolvido, primitivo e/ou bárbaro tendo em vista as afirmações como estas que: *‘Though unrecognized, the area has maintained a relatively stable existence under clan rule’* (NYT, 2006). Além disso, o jornal retoma a década de 1990 e faz paralelos com atual cenário da Somália, informando ao leitor que *‘In the south, however, violence between rival warlords vying for power killed thousands of civilians, prompting the UN Security Council to sponsor a U.S.-led intervention’*. (NYT, 2006). Diante de tudo isso, a Somália continua a ser vista como uma sociedade clânica, cuja etnicidade e/ou tribalismo é vista como um problema, considerada símbolo do atraso, situada numa temporalidade anterior à modernidade e afastada das perspectivas normativas do multiculturalismo. No caso da Somália, entre as décadas de 1990 e os anos 2000, o surgimento de grupos terroristas como o *Al-Shabaab*, bem como a existência do TFG, tem provocado uma ‘mudança’ na forma que a Somália é vista a partir das lentes do Ocidente. Isto é, o país deixa a condição de estado frágil, falido e/ou fracassado, porém passa a ocupar uma estereotipada visão ocidental quando é inserido na condição de *rouge state*. (ALLY-ANN TOTMAN, 2009; MORTON; BILGIN, 2004).

A tradução do processo acima reflete-se no caso do *Harakat Al-Shabaab*, cuja ‘origem’ advém das formações dos Campos das Cortes Islâmicas, tendo como nome inicial *Jamaa’a Al Shabaab (Young Group)*. A formação do grupo terrorista, segundo a literatura ocidental, teve sua ‘origem’ nas Cortes Shárias em Mogadíscio, onde houve a criação, bem como a expansão de múltiplos negócios que transcendem aos grupos clânicos somalis. Para muitos internacionalistas, a ‘origem’ do grupo ocorreu diante dos diversos encontros nas viagens realizadas ao Afeganistão por alguns indivíduos somalis, entre 1979 e 1989, quando ainda o mundo era dividido pela bipolaridade entre Estados Unidos e União Soviética. Durante o período citado acima, quando a URSS interveio no Afeganistão, grupos de *jiadistas* somalis estavam se retirando do Afeganistão, tendo como principal lema a defesa de *jiadismo* e de irmãos muçulmanos que têm sido atacados em outros países por grupos de infiéis (HANSEN, 2013, p.19).

Ao longo de anos, especialmente na década de 1990, o *Al-Shabaab* mediante o crescimento das Cortes Shárias, expandiu-se tanto no que se refere a primeira como na segunda geração de veteranos afegãos, que por meio da proteção clânica, coordenaram, ampliaram e amplificaram sua atuação política, sobretudo, quando apontavam para os senhores das guerras na Somália, quais alternativas eram possíveis para o país. O objetivo era fazer com que algum tipo de governança se mantivesse no país africano por meio dos diversos subsídios dos grupos clânicos. De acordo com Stig Hansen (2013, p.23), em sua obra *‘Al-Shabaab in Somalia: The History and Ideology of a Militant Islamic Group’*, a partir de 1998, porém, as facções dos senhores da guerra passaram por diversos processos de fragmentação, posto que houve a perda política dos clãs somalis. Além disso,

a narrativa ocidental destacava que os senhores da guerra tinham falhado, quando pretenderam fornecer formas de proteção contra todos os tipos de crime que eles haviam cometido. Outro destaque, deve-se às facções fragmentadas dos senhores da guerra que na época exerciam pouco controle, mas que também tinham limitadas condições e oportunidades dificultando sua sobrevivência na região.

Para Hansen (2013, p.24), os feudos dos senhores da guerra tornaram-se muito pequenos, fazendo com que as atividades comerciais tivessem dificuldade quanto ao seu sustento. Os negócios envolvendo as comunidades em Mogadíscio, necessitavam de outras soluções. De um modo geral, as Cortes *Shárias* são compostas por muitas facções, homens de negócios, clãs islâmicos, milícias, senhores das guerras etc, de modo que puderam se expandir. Destaco que em 2006, as Cortes *Shárias* passaram por diversas inovações, tornando-se mais estruturadas, especialmente, quando alinharam-se às Uniões das Cortes Islâmicas (UCI). Paralelamente às Cortes Shárias e ao *Al-Shabaab* cuja existência datam de 1993, durante as operações de paz na Somália (SHAY, 2013, p.35), emergiu nos anos 2000, entre 2002 a 2004, o Governo Federal de Transição (TFG) da Somália, cuja ‘gênese’ originou-se no Quênia, tendo como principal objetivo o controle do país do leste africano.



Figura (32): Documento sobre o Governo de Transição Federal na Somália¹⁴⁴

Fonte: somaliareport.com

O contexto acima possibilitou que novamente discursos orientalistas fossem mobilizados pela diplomacia estadunidense sobre a Somália, no pós-11 de setembro de 2001, mediante o

¹⁴⁴ Disponível em: https://somaliareport.com/index.php/subcategory/2/Home_LAND/Buzz/022011/1. Acessado em 21/04/2020

paradoxo da (in)tolerância, sobretudo, quando a transmissão da fala do ex-presidente George W. Bush ao Congresso Nacional, sinaliza que *“On September the 11th enemies of freedom committed an act of war against our country. Americans have known wars but for the past 136 years they have been wars on foreign soil expect for one Sunday in 1941. Americans have known the casualties of war but not at the center of a great city on a peaceful morning”*. (BUSH, 2001).



Figura (33): Presidente George W. Bush fala ao Congresso Estadunidenses sobre a Guerra ao Terror

Fonte: Associate Press (2001)¹⁴⁵

Com a eventualização do 11 de setembro de 2001, a Somália novamente tornou-se importante, na medida que a *Al-Qaeda* descentralizou seus esforços e táticas na África Oriental. O país do leste africano foi usado como um lugar para se esconder e um lugar para planejar e reabastecer as táticas de guerras *jihadistas* contra o Ocidente. A partir da reconfiguração das ações da *Al-Qaeda*, observou-se a (re)construção de uma geografia imaginativa orientalista centrada na imagem de um inimigo. A religião islâmica tornou-se um dos principais elementos de composição estética da guerra santa – assim intitulada e demonizada – endossada pelas redes (inter)nacionais estadunidenses já que se utilizam de um conjunto de narrativas, gêneros linguísticos etc para localizar e, quando necessário, desterritorializar o islã, mas a fim de capturar o grupo terrorista. (HASSEN, 2013, p.25).

Ao desterritorializar o islã, por meio dos processos da globalização, o Ocidente ampliava, amplificava e, por sua vez, endossava mecanismos discursivos, que por meio de processos da lógica da equivalência, aproximassem e/ou acoplassem imagens socioculturais de modo hegemônico e orientalista não fixando em um território específico (KRISHNA, 2009, p.148). Já quando realiza a localização do islã, fixa um país e/ou região, essencializando-a e limitando-a às visões ocidentais a fim de que diversas estratégias etnocêntricas tenham uma maior inserção e assertividade de modo que haja uma cooptação do Outro (BOOTH, 2014). Dentre as diversas estratégias de

¹⁴⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TYnx-c8pF34>. Acessado em 17/03/2021.

desterritorialização e localização anglo-eurocentradas, as mais comuns são realizadas por um conjunto de *experts*, que enquanto *gatekeepers*, predeterminam e condicionam os olhares tendo em vista as perspectivas na forma com que o assunto será abordado mediante os mecanismos de vigilância utilizados (BAUMAN, 2014).

O Ocidente tem feito uso de especialistas através de uma rede de jornalistas, escritores, editores como o comunicólogo do NYT Thomas Friedman, cuja rotina jornalística tem como principal objetivo, mirar determinados alvos, durante uma semana/dia, a fim de que as imagens de barbarismo e/ou selvageria ecoem na comunidade internacional. Ao fazer isso, o vencedor do prêmio Pulitzer endossa a cultura do terror, da (in)segurança, e, principalmente, explicita semioticamente o paradoxo da (in)tolerância, a erradicação da (in)diferença via a reiteração da racialização sobre o Outro – neste caso o somali. Sankaran Krishna (2009, p.140) analisa e decompõe a imagem de Thomas Friedman, sobretudo, quando sublinha que o jornalista estadunidense *‘sees the West as a bastion of free markets and liberal democracy and the Middle East dominated by authoritarian regimes, he conveniently forgets that Western freedoms have invariably been underwritten by systematic sponsorship of un-freedom in the ex-colonial world’*.

É importante apontar que Friedman tornou-se um dos principais jornalistas do NYT, dos Estados Unidos e do mundo sendo seguido e aplaudido pelo público estadunidense, embora existam aqueles que resistem à sua escrita, visão de mundo, bem como suas imposições ao descrever e prescrever as relações internacionais, espelhadas no modelo do internacionalismo liberal cuja conexão permanece circunscrita ao capitalismo. Friedman está entre aqueles que possuem uma rede de atores dentro da Casa Branca, bem como demais conexões (inter)nacionais, que não apenas o torna influente, mas que permite uma inserção como poucos jornalistas conseguiram no mundo. Nesse sentido, destaco que dentre as múltiplas formas de atuação jornalística e para além dela, sublinham-se as seguintes associações essencialistas, simplórias e simplistas sobre a Somália, o islã e o mundo árabe no âmbito do T(t)errorismo, promovido em escala global, geopoliticamente mapeado e cartografado via o militarismo orientalizado (PORTER, 2010).



Mapa (1): Mapeamento da região entre a África e o Oriente Médio como rota da reprodução do terrorismo.
Fonte: NYT (2008a).

Segundo a narrativa hegemônica orientalista, os somalis em Mogadíscio eram altamente céticos quanto ao papel da Etiópia, tanto no que concerne à negociação, bem como a execução da mediação internacional e regional, especialmente, no processo que conduzia a existência e manutenção do TFG na Somália. (HANSEN, 2013, pp.35-36) Para muitos somalis, os indivíduos vinculados ao clã *Hawiye* e o *Haber Gedir* se sentiam desprestigiados já que perderam a presidência do antigo antecessor do TFG. Com os anos 2000, o processo de expansão do *Al-Shabaab* à sombra das Cortes Shárias, permitiu que o Ocidente (re)criasse discursos orientalistas que endossassem o símbolo do terror. A partir de uma série de entrevistas e análises descritivas e prescritivas, Hansen (2013, p.36) informou que a união do *Al-Shabaab* e das Cortes Shárias potencializou a coordenação de seus projetos, todavia na contramão dos projetos reiterados pelos grupos insurgentes, novos sistemas de aliança passaram a ser constituídos pelos senhores da guerra, intitulado Aliança para a Restauração da Paz e Contraterrorismo (APRCT).

O Departamento de Estado, embora tenha sido contra a atuação dos Estados Unidos na Somália mediante o cenário acima descrito, acabou por financiar por meio da cooperação econômico-política a APRCT. Para Hansen (2013, p.34), alguns documentos da diplomacia estadunidense demonstram a complexidade e a falta de resolução quanto ao problema somali, portanto, novamente as lições que poderiam ter sido apreendidas, foram ignoradas, sobretudo,

quando não reconheciam as dinâmicas e o *modus operandi* dos senhores da guerra, dos clãs e subclãs somalis que não demonstram quaisquer tipos de lealdade. A estratégia estadunidense negligenciou a impopularidade geral dos senhores da guerra vis-à-vis as Cortes Shárias. Contrariamente ao imaginário da estratégia estadunidense, na visão de Hansen (2013, p.35), as diferenças entre as Cortes e os senhores da guerra, perpassava pelo fornecimento e garantia da segurança e da proteção local, vistas como sucesso e prosperidade. Especialmente, porque as Cortes contavam com o apoio popular, bem como os subsídios de importantes elementos da comunidade empresarial, isso potencializava suas atuações no território somali, que os especialistas ocidentais não conseguiriam perceber.

Novamente as ficções e/ou mitos utilizados pela diplomacia estadunidense sobre a Somália, funcionavam como explicações e justificativas do Ocidente, a fim de fazer com que suas ações políticas reiterassem o paradoxo da tolerância e a erradicação da (in)diferença que permearam a normativa da paz liberal/democrática, mobilizadas pelos Estados Unidos sobre a Somália, que tem vivenciado a cultura da (in)segurança. A cultura da (in)segurança, embora traduza a ‘realidade somali’ diz mais sobre a identidade e/ou os processos identificação estadunidense, já que os discursos orientalistas enquanto formas hegemônicas emanadas pelos Estados Unidos refletem as idiossincrasias de suas ações políticas traduzidas nas imagens cinematográficas, televisivas e jornalísticas disseminadas. Estas têm sido inspiradas nas normativas socioculturais do *Choque de Civilizações*¹⁴⁶, a partir das estéticas coloniais e modernas que endossam a gramática da sombra, falhas e/ou síndromes.

146 O conceito de *Choque de Civilizações* foi inspirado na visão do internacionalista publicada e publicizada a partir do artigo *Foreign Affair* e do livro do estadunidense Samuel Huntington em 1993 no Pós-Guerra Fria. Influenciado pelo pensamento de Arnald Tonybee diante da obra *Um Estudos sobre a História*, onde o autor identifica que existiu 21 civilizações, embora na atualidade apenas 6 continuem a sobreviver. De acordo com a obra, a principal ideia envolve um novo conflito que estaria por emergir haja visto os grupos de civilizações diferentes. Dentre as várias questões sobre o conceito de civilização mobilizado, sublinha-se o deslocamento do equilíbrio de poder das civilizações, a indigenização cultural nas sociedades não-ocidentais, a estrutura política das civilizações, os conflitos gerados pelo universalismo ocidental; a militância islâmica e a disposição da afirmação chinesa diante das reações e compensações do crescimento do poderio asiático. Estas tem se tornado a maior ameaça mundial do século XX. (HUNTINGTON, 1997, p.11). Os conflitos civilizacionais operam a partir das questões culturais onde tribalismo e o globalismo inerente ao Estado-nação e seu declínio, onde são colocados a última etapa da evolução humana e, portanto, societal. (HUNTINGTON, 1993, p.3).



Figura (34): No lado esquerdo, temos a fotografia da década de 1990, intitulada: Somalia Self-Destructs, And the World Looks On; No lado direito, temos a imagem de Peter Deleure da Agence France-Press, mas publicizada

Fonte: NYT (1991)¹⁴⁷ e NYT e France-Press (2007)¹⁴⁸

Ao mobilizar uma estética colonial e moderna, a diplomacia anglo-eurocentrada promoveu a cultura da (in)segurança sobre a Somália, principalmente, na maneira como o país permaneceu sendo visto pela O(o)pinhão P(p)ública (inter)nacional, e, sobretudo, ratificou a imagem acima sobre a nação estadunidense, ao legitimar a política da alteridade. Ao fazer isso, a população estadunidense tinha a certeza de que as informações circulantes sobre a Somália eram verdadeiras, bem como legítimas. Portanto, os processos de intervenção no país africano, promovidos pelo Ocidente, à guisa de proteger o mundo dos barbarismos que atravessam o continente, mas também o resto do mundo, tornavam-se necessários vistos como possíveis ‘soluções’.

5.2

A (re)produção da americanidade frente a cultura da (in)segurança: acoplamentos imagéticos dos grupos terroristas — *Al-Qaeda* e o *Al-Shabaab*

Analisar a história da Somália, à luz dos enquadramentos e acoplamentos imagéticos através do etnocentrismo é considerar as múltiplas intertextualidades operacionalizadas pelos diversos atores públicos e privados que condicionam a opinião pública a entender que o país africano deve ser visto como símbolo da cultura da (in)segurança no SI. Isso significa dizer, que a maneira com que a Somália permanece sendo retratada pelo Ocidente como reprodutora de atos de violência,

147 Disponível em: <https://www.nytimes.com/1991/12/29/weekinreview/the-world-somalia-self-destructs-and-the-world-looks-on.html> Acessado em 24/08/2021

148 Disponível em: <https://www.nytimes.com/2007/01/01/world/africa/01somalia.html> Acessado em 24/08/2021

porém na atualidade o país é compreendido como importador e exportador de ações terroristas, traduzidas como símbolo do medo, pânico, terror etc. (BESTEMAN, 1999; 2017).

Sobre a Somália, há um constante processo de securitização ou cultura da (in)segurança(s) que é imposto sobre a Somália pelo Ocidente, já que a sociedade é colocada em uma condição de primitivismo e/ou barbárie. Ou seja, a sociedade é vista em uma condição de eterna inferioridade, onde seu sistema de governança é considerado fraco, colapsado e/ou anárquico. Portanto, o país necessita ser vigiado, monitorado e controlado pelos parâmetros normativos do Ocidente já que é este que define a regra e a exceção. À guisa de seu *self*, os espelhos refletem os processos identitários sobre as sociedades africanas como a Somália, mediante a construção de mitos e/ou ficções tendo como principal ponto nodal, as histórias ritualizadas sobre Westfália, inerentes ao campo disciplinar das RI's. Portanto, qualquer modelo estatal que se contraponha ao ocidental, como o da Somália, passa a ser hostilizado e securitizado enquanto um 'espaço de exceção' (BESTEMAN, 2017).

Na contramão da Somália há os Estados Unidos que, segundo Resende (2015, p.290), em sua obra *'Americanidade, puritanismo e política externa'*, está fundamentado no conceito de americanidade por meio da qual *'a nação estadunidense, passa a ser imaginada, articulada, construída e legitimada como uma espécie de "religião republicana", dotada de próprios mitos, crenças, símbolos, narrativas, representações e rituais próprios, inclusive como forma de celebrar, comemorar e eternizar na memória de modo coletivo'*. (RESENDE, 2015, p.290).

Cynthia Weber (2013) em sua obra *'I am American'* promove uma importante discussão com o que foi discutido acima, quando sublinha a complexa construção imagética entre o nacionalismo e a cidadania. De acordo com a teórica, a produção da (in)segurança cidadã mobilizada pela política estadunidense aponta para o limite da promessa liberal de inclusão cidadã, quando ela endossa a narrativa binária maniqueísta entre bons e maus cidadãos. A promessa do internacionalismo liberal, ainda que valorize as diversidades da comunidade imaginada estadunidense por meio da política da tolerância opera a estética da intolerância, de modo que os discursos de determinados cidadãos que criticam ou resistem aos discursos oficiais e práticas dos Estados Unidos precisam ser silenciadas. Estes têm se tornado, no imaginário estadunidense, seres abomináveis ou cidadãos de segunda categoria, já que não se implicam em atos patrióticos, ao contrário, suas cidadanias culturais são problematizadas e revistas pelas redes estadunidenses na medida em que não toleram a forma e/ou o direcionamento discursivo hegemônico evocado, quando abordam o lugar e a ocupação da Somália como um país promotor de práticas terroristas frente a americanidade.

A partir disso, Caroline Besteman (2017, p.405) ao refletir sobre a história da Somália, informa que há um *nilismo-futurístico*, já que a maneira com que o país foi representado pela indústria da cultura de Hollywood, fez uso exaustivo da dramatização a partir da vulnerabilidade do

Outro. O Ocidente, no entanto, ‘esquece’ sua parcela de responsabilidade nas vulnerabilidades que assolam os somalis decorrentes das violências perpetradas por seus atores, ao fazer uso da força, seja por meio de militares, diante do humanitarismo militarizado e/ou fazendo uso das tecnologias da comunicação e informação, tendo em vista os atuais processos de intervenção via a interceptação de corpos mediante o uso de *drones* (WILCOX, 2018). No caso da Somália, o processo de securitização¹⁴⁹ tem ocorrido de modo que país é criminalizado e rotineiramente julgado e condenado de modo espetacularizado por um público que ainda se mantém ignorante. Ignorante aqui visto como uma aporia, isto é, alguns são ignorantes porque simplesmente ignoram a realidade social e outros porque simplesmente desconhecem as questões/temas envolvidos nas disputas sociopolíticas.

Besteman (2017, p.407) ponderou em suas análises, que falar sobre a história da Somália é considerar que o país ‘*has been fragmented into a patchwork of highly securitized and highly insecure spaces, zones of abandonment and intervention in what can only be described as a space of imperialist experimentation within the new global security empire*’. No contexto do pós-11 de setembro de 2001, de acordo com Besteman (2017, p.408), emergiu um novo império de segurança, que passa a governar a Somália e seus processos diaspóricos. Nesta ‘nova’ dinâmica, a promoção política e midiática visa promover a ideia de que a Somália é um espaço de exceção e exclusão. Cabe ao Ocidente, seja através da promoção de segurança pública, bem como por meio de mecanismos privados, mediante a existência de companhias militares de segurança, estabelecer mecanismos de vigilância na região a fim de garantir a ‘ordem’ e o ‘progresso’. Os mecanismos de vigilância ocorrem por meio de multicamadas, por vezes, transnacionais, translocais, extraleais, extrajudiciais, não transparentes, iterativas, parcialmente privatizadas e produtivas onde as ‘novas’ inseguranças são realizadas sobre os moradores locais, que não possuem estruturas estatais para as quais apelar frente às dinâmicas políticas do Ocidente (BESTEMAN, 2017, p.412).

Patrick Porter (2010) ao reler a história do militarismo e/ou militarização das sociedades à luz dos estudos saidianos, através do conceito de Orientalismo, sublinha que as relações socializadas entre o Ocidente e o Oriente necessitam ser compreendidas por meio das guerras das culturas – intitulado Orientalismo militarizado. As guerras das culturas é (re)produzida via alteridade, onde há múltiplos significantes vazios que vão sendo preenchidos a partir das conjunturas políticas, mediante debates e questões que passam a ser tratadas como um ‘problema’.

149 Compreende-se o conceito de securitização como uma forma de politização de um tema/agenda/processo da agenda de (in) segurança internacional que geralmente é compreendida como uma ameaça/risco/medo. Em teoria, qualquer emissão pública/ discurso/questão pode ser localizada pelos atores estatais e não estatais de modo que a politização aconteça (BUZAN; WEAVER; WILDE, 1998). Para as visões contemporâneas, o conceito tem como principal característica a reiteração de práticas racistas, na medida em que sua onto-epistemologia advém de processos marcados pela cultura do racismo, permeado pelos valores anglo-eurocentricos da branquitude. (HOWELL; RICHTER-MONTPETIT, 2020).

As guerras entre culturas são compostas por diversas imagens televisionadas e compartilhadas com o público, que colocam o Outro, neste caso os *jihadistas*, na condição de adversários e/ou inimigos, seja quando são vistos como senhores das guerras associados às guerras étnicas e lutas tribais como na década de 1990, ou seja, através da compreensão dos mesmos como (re)produtores de práticas terroristas como nos anos 2000, onde os arquétipos confeccionados pretendem legitimar as ações sociopolíticas de contrainsurgência.

Por isso, afirma-se que o Orientalismo militarizado é parte dos discursos políticos e midiáticos, que usam termos como Guerra ao Terror, Guerra Longa, Contrainsurgência Global, que têm sido as formas hegemônicas mobilizadas pelos atores ocidentais, enquanto uma estratégia etnocêntrica (BOTH, 2014; PORTER, 2010). No caso da Somália, desde o fim da Batalha de Mogadíscio, a União da Corte Islâmica (UCI) governou a país, onde um Governo Federal de Transição (GFT) atuou nas sombras dos atores políticos e midiáticos do Ocidente, estabelecendo uma correlação imagética entre a *Al-Qaeda* e o *Al-Shabbab*, por meio da ideia da existência de milícias/clãs somalis associados a grupos terroristas. Como resumiu Solomon (2015, p.48), o *Al-Shabaab* é um representante da *Al-Qaeda* no Chifre da África, a ONU entende o caldeirão fervente que é o *Al-Shabaab*, consistindo de várias milícias vinculadas aos clãs, que buscam interesses comerciais concorrentes, enquanto já que se envolvem em atividades *jihadistas*.

O NYT, em 2009, criou uma seção intitulada *Background*, que visa trazer um resumo dos principais acontecimentos políticos que marcaram as trajetórias dos países. No que concerne a Somália, o jornal estadunidense corrobora com as afirmações acima quando informa que ‘*The shabaab faces multiple internal divisions--over clan, leadership, tactics, and ideology - which a new unity government can exploit to convince parts of the shabaab to abandon the movement and gradually outmaneuver, marginalize, and defeat the core hardliners*’. Ainda segundo o jornal estadunidense quando os Estados Unidos colocaram o *Al-Shabaab* em suas listas de organizações terroristas estrangeiras em fevereiro de 2008, o governo estadunidense alegou que o grupo tem uma aliança com a *Al-Qaeda*. Especificamente, ele disse que os líderes *Al-Shabaab* seniores treinados no Afeganistão com a *Al-Qaeda*

No caso da Somália, as estratégias militares orientalistas promovidas pelo Ocidente visaram submeter o país africano ao ordenamento jurídico-político branco do SI, haja vista os jogos de simulação/simulacro, presentes na Guerra ao Terror, diante da disseminação de uma cultura popular e/ou de massa cujos conteúdos reiteram uma geopolítica imaginativa, calcada no terror pós-colonial. O terror pós-colonial, como assim prefiro intitular, faz com que os discursos orientalistas sobre o Sul global continuem circulando através das ações políticas e midiáticas, que legitimam formas de saber/poder ocidentais (SAID, 2006; DER DERIAN, 2001; 2009; DEBRIX, 2007; 2009). O terror pós-colonial remete também às resistências das formações (pós)coloniais, cuja historicidade é

composta por diferentes formas, incluindo sedição, sabotagem, insurgência e, claro, conflito armado (MORTON, BOEHMER, 2007, p.7).

Dentre as principais afirmações acima realizadas, sublinha-se as imagens da série de televisão estadunidense *'Terror'* (2016), considera uma antologia dramática americana, desenvolvida pela AMC. Produzida e dirigida pelo cineasta Suroosh Alvi, tendo como composição cinematográfica, 5 episódios, que narra a cada etapa, a influência dos diversos grupos terroristas no mundo, dentre eles a *Al-Qaeda* e o *Al-Shabaab*. No episódio 2, a série especializa-se em contar a história da Somália à luz do terrorismo, por isso o menu da série, neste episódio, descreve a seguinte passagem *'Traveling to Somalia, home to one of the world's most brutal terrorist groups, Suroosh documents the rise of al Shabaab and their relentless reign of terror across the country'*. A série destaca-se pela sonoplastia, as imagens selecionadas mediante os enquadramentos realizados pela direção, produção e o setor de edição. A coleta de imagens transitam desde conteúdos produzido pelo *Al-Shabaab*, bem como reportagens e notícias de múltiplas agências de notícias internacionais, além de entrevistas com diversos especialistas dos diversos campos de conhecimento, de origem europeia, estadunidense e somali. Dentre as diversas análises realizadas, destacam-se aquelas que recuperam análises históricas e políticas sobre a existência, manutenção e conexão do grupo terrorista assim descrito pela série.



Figura (35): Série Terror - The Rise of al Shabaab in Somalia

Fonte: AMC (2017).

À vista disso, argumenta-se que as imagens que circularam no mundo à luz das lentes da Ocidente, foram naturalizadas, normatizadas e normalizadas a partir de práticas coloniais, associadas ao(s) T(t)errorismo(s), calcadas na política da violência, exemplificadas através da Guerra do Iraque (2003), Invasão ao Afeganistão (2001) e da Somália. E, nesse sentido, uma “nova” escrita passou a ser performada pela política estadunidense, a fim de que um novo inimigo possa ser

produzido e internalizado culturalmente, como já ressaltaram Campbell (1992; 1993; 1998), Doty (1996) e Weldes (1999). Diversas foram as combinações imagéticas reiteradas pelos atores políticos e midiáticos estadunidenses mediante as diversas plataformas (tradicionais e digitais) através da cultura da (in)segurança. A afirmação acima pode ser visualizada no excerto abaixo:

Within the overarching context of this post-9/11 world, Terror and the Postcolonial posits a relationship between three terms: terror, the colony, and what has been called the “postcolony” – which refers to the effective continuation of the authority structures of the colony in the post-imperial nation despite “flag independence.” The colonial forms of present-day terror or the terror of the postcolonial, (...) In particular “postcolonial terror” requires that we turn back to the colonial archive of violence and repression, to records of the colonial formations of sovereignty, policing, and surveillance, which find such prominent afterlives in counter-terroristic formations today (BOEHMER; MORTON, 2007, p.7 grifo meu).

Boehmer e Morton (2007, p.11) analisam como o discurso do terror pós-colonial é construído, ao sublinhar a forma como as visões dos Estados poderosos como os Estados Unidos e seus aliados, descrevem e, sobretudo, condenam atos violentos de resistência à ocupação imperial, em vez de problematizar a violência da própria ocupação imperial. A ocupação imperial realizada nas sociedades pós-coloniais é silenciada, de modo que todo e qualquer tipo de arbitrariedade (re)produzida sobre os indivíduos destes territórios, são escamoteadas. O discurso do terror pós-colonial, calcado na cultura da (in)segurança(s), é “*couched in familiar orientalist metaphors, is another way of framing the anti-colonial other and legitimating the colonial self by contrast*”. (BOEHMER; MORTON, 2007, p.11).

Como uma forma de complementariedade as afirmações acima, assinala-se a seguinte matéria ‘*A New Scrutiny of Somalia as the Old Anarchy Reigns*’ feita pelo jornalista Donald G. McNeil Jr, e publicizada em 2002. De acordo com a matéria, a Somália é uma região perigosa, onde rotineiramente há vítimas do terrorismo, caracterizada por sua vez, por ataques piratas. Marcada por ‘*Indeed, chaos and confusion abound*’. Além disso, a capital Mogadíscio é descrita como ‘*In Mogadishu, the nominal capital, AK-47’s are everywhere and hotel taxis are trailed by trucks full of hired gunmen to protect guests from unemployed gunmen seeking kidnapping victims. On the coast, pirates attack Red Sea shipping*’. (NYT, 2002).

A atuação do Ocidente no resto do mundo dá-se a partir da eventualização¹⁵⁰ do 11 de setembro de 2001, que precisou ser comparado na época com o Holocausto, enquanto uma forma de

150 Entendo pelo conceito de eventualização, a partir das reflexões de Michel Foucault, traduzidas no livro ‘*Disciplining Terror How Experts Invented “Terrorism”*’ pela autora Lisa Stampnitzky. De acordo com o termo, quando há incidentes, tratados como mais propensos a assumir alguns significados históricos, vistos como ‘eventos’, já que eles perturbam e desestabilizam modos anteriores de compreensão do mundo. A ‘eventualização’ está, por sua vez, ligada ao conceito de Foucault de problematização, descrito como um processo histórico que o diagnóstico de um novo ‘problema’, sujeito a certas formas de conhecimento. Não se trata simplesmente de uma nova rotulagem de um fenômeno anterior, mas de um desenvolvimento histórico que torna um ‘problema’ ‘sujeito ao pensamento’, e exigindo ação.

ataque aos valores anglo-eurocentricos, como uma maneira de justificar os projetos intervencionistas promovidos. As representações midiáticas do evento foram marcadas pela espetacularização do show de horrores que ao serem televisionados e publicizados, reiteraram os jogos de simulação e simulacro, típicos das narrativas orientalistas da política estadunidense, disseminada pela indústria de Hollywood. No caso dos atentados do 11 setembro 2001, ao serem associados ao Holocausto, segundo Rosalind Morris (2004, p.406), cometem equívocos já que as imagens sem linguagem de atos terroristas, mostradas na mídia, fetichizam a falta de comunicação e compreensão dos eventos e seu contexto. Além disso, de acordo com a autora críticas semelhantes foram feitas tendo em vista as imagens do Holocausto ou as imagens das guerras e desastres globais. Muitas das imagens foram fundamentadas na “crença de que a própria necessidade de tradução foi superada pelo fato da imagem”,. O “Império das Imagens”, através das visões estadunidenses, “se mostra mais do que se explica” e “exige imitação não compreensão” com base não em “referência. Ou seja, a imagem mas do que um signo, traduz-se como uma imagem vestígio.

Mbembe (2014) de(s)coloniza a lógica comparativa acima mobilizada pelos atores estadunidenses, quando fazem a associação entre o 11 de setembro e o Holocausto, já que para o filósofo camaronês, por meio de tal comparação, o Ocidente produziu tais eventos como exceção, o que só foi possível mediante o ocultamento das histórias violentas do processo colonial africano, simbolizados pelas *plantations*, que tiveram sua continuidade nos demais períodos históricos, como nas intervenções humanitárias e/ou militares durante a década de 1990 e no pós-11 de setembro de 2001. Esta última contou com a ajuda da normativa da Guerra contra o Terror, a partir das ‘novas’ operações de paz, calcadas na robustez, dinâmicas multiníveis e favoráveis à estabilização, como a Missão da União Africana para a Somália (AMISOM) instaurada na Somália com subsídios dos Estados Unidos.

Mais do que falar sobre as Áfricas por excelência, os discursos hegemônicos dos *gatekeepers* ocidentais dizem, embora não traduzam em sua totalidade, o modo como as elites anglo-eurocentradas reafirmam os seus valores éticos puritanistas¹⁵¹, por intermédio de suas representações que semioticamente foram traduzidas pela imagem da americanidade (RESENDE, 2015). As representações estadunidenses, ao serem endossadas pelas elites puritanas brancas, ratificam categorias e sistemas de classificação e tipologias, calcadas na branquitude e no processo de racialização e racismo, uma vez que as relações sociopolíticas permanecem ancoradas em

151 As elites puritanas não foram as primeiras sociedades advindas da Europa que se estabeleceram na América do Norte, mas foram os primeiros grupos a empreender o trabalho logístico e as justificativas ideológicas necessárias para uma colonização de longo prazo. A bordo do Mayflower, pouco antes de seu desembarque em 1620, os puritanos declararam sua intenção de “combinar-nos em um Corpo Político Civil, para nosso melhor ordenamento e preservação”. Entre 1630 e 1660, cerca de vinte mil puritanos vieram para a América com a intenção de estabelecer uma sociedade nova e permanente. Oficialmente expulsos da Inglaterra como resultado de seus esforços para “purificar” a Igreja da Inglaterra, removendo dela os vestígios remanescentes do “papado”, os puritanos buscavam um lugar no qual pudessem completar o trabalho da Reforma. (CAMPBELL, 1992, p.120).

estruturas verticais onde há múltiplas desigualdades (DOTY, 1996; INAYATULLAH; BLANEY, 2003; INAYATULLAH, 2010). Quando o NYT (2009) afirma que as táticas políticas e militares utilizadas pelo *Al-Shabaab* ‘*it used classic guerrilla tactics-suicide bombings, shootings, and targeted assassinations--to oppose the Somali government and what it perceives as its allies, from aid groups to the Ethiopian military to African Union peacekeepers. Much of the violence was concentrated in Mogadishu*’.

No caso da Somália, no pós-11 de setembro de 2001, os atores estadunidenses construíram diversas narrativas a fim de que novos projetos intervencionistas fossem realizados na Somália. Para tanto, era preciso estabelecer diversas associações imagéticas entre a *Al-Qaeda* e o *Al-Shabaab*. Em 2008, o NYT produziu uma reportagem, com o seguinte título: “*Secret Order Lets U.S. Raid Al Qaeda*”¹⁵² realizada pelos jornalistas Erick Schimtt e Mark Mazzetti, que refletem sobre o *modus operandi* do discurso orientalista militarizado mobilizado pelo Ocidente, quando naturalizou as ações políticas e militarizadas pelos Estados Unidos, diante do lançamento dos mísseis balísticos promovidos sobre a região africana, tendo como principal justificativa, o fim ao T(t)errorismo.

A forma com que os discursos políticos são evocados, (re)lembra os filmes do faroeste, das produções cinematográficas das décadas de 1980 e 1990, quando há a construção de um herói, salvador e lutador universal que defende o Ocidente do resto do mundo. Filmes como: *Além da Linha Vermelha*, *Rambo* e *o Resgate do Soldado Ryan* dentre outros descrevem a saga dos heróis estadunidenses, que visam salvar o mundo, das arbitrariedades, inseguranças, medos que tem sido ocasionados por grupos, indivíduos ou estados que causam malefícios para a humanidade. Para tanto, segundo os personagens dos filmes, geralmente soldados ou outras patentes militares enfrentam os inimigos tidos como selvagens e/ou bárbaros.

As cenas utilizam múltiplas colorimetria, mas geralmente, fixam em tons fortes como vermelho, amarelo, alaranjado que geram impactos aos telespectadores que os assistem. Além disso, os enquadramentos imagéticos e suas sonoplastias tendem a enaltecer sons que traduzam os conflitos, por meio das tensões que envolvem os personagens. Outro destaque, deve-se as falas selecionadas dos personagens estadunidenses que criam empatia com o público ocidental, sobretudo, porque são mocinhos, pessoas bem-intencionadas, cidadãos do bem, que lutam por um mundo melhor, buscando justiça, paz e segurança. Não há possibilidade da contranarrativa nestes tipos de filmes *blockbuster* – típicos de Hollywood, com apoio dos Departamentos de Defesa e do Estado como sublinhou Roger Stahl (2020). Esses filmes segundo Stahl (2010, p.6), ‘*this state-subsidized content glorifies American soldiering with the goal of boosting recruitment and winning public support for war. In another deft analysis of Hollywood militainment*’.

152 Disponível em: <https://www.nytimes.com/2008/11/10/washington/10military.html>. Acessado em 22/04/2021.



Figura (36): Filmes da Década de 1980-1990 que tiveram grande bilheteria – Além da Linha Vermelha, Rambo e o Resgate do Soldado Ryan

Fonte: Terrence Malick (1998); George P. Cosmatos (1985) e Steven Spielberg (1999).

Nos filmes acima elencados, bem como nos jornais veiculados diariamente como o NYT, os personagens utilizam-se da tradução da responsabilidade, principalmente, quando as narrativas orientalistas permanecem sendo sublinhadas por meio da reportagem intitulada ‘*Qaeda Leader Reported Killed in Somalia*’, publicizada em 2008 pelo NYT. Segundo a reportagem, o agente Aden Hashi Ayro, atua na Somália, como um produto de coleta intensificada de inteligência, a partir da realização de rastreamentos no país africano, concedido ao Pentágono. Isso significa dizer que o agente Aden Hashi Ayro pode realizar ataques em espaços amplamente desgovernados da Somália – assim descritos pelo NYT. A tradução do processo acima ocorreu quando o jornal estadunidense (2008) sublinhou a importante figura de Aden Hashi Ayro, uma das figuras mais temidas e notórias da Somália, um homem baixo e magro, acredita-se que ele tenha cerca 30 anos, passou de lavador de carros humilde a um dos principais suspeitos de terrorismo, culpado por uma série de atrocidades, incluindo a morte de um jornalista da BBC.

Mr. Ayro was one of the most feared and notorious figures in Somalia, a short, wispy man believed to be in his 30s who had gone from lowly car washer to a top terrorist suspect blamed for a string of atrocities, including killing a BBC journalist, desecrating an Italian graveyard and planning suicide attacks all across Somalia. He was a military commander for the Shabab, an Islamist militia, which the American government recently classified as a terrorist group, saying it was linked to Al-Qaeda. (NYT, 2008 grifo meu).

O Sr Ayro foi enquadrado pelos *gatekeepers* midiáticos como uma pessoa tímida, modesta, lavador de carros, mas que teria sido responsável pela morte de um jornalista britânico vinculado à BBC, já que associado ao *Al-Shabaab*. A mídia estadunidense ao mesmo tempo em que Sr. Ayro

associava ao grupo terrorista, tratava o Sr Ayro como um combatente da liberdade resistindo a um governo impopular apoiado por estrangeiros, incluindo a Etiópia e os Estados Unidos. A gramática utilizada pelos atores estadunidenses nos filmes de Hollywood, bem como nas reportagens jornalísticas, a ideia de tolerância, que é parte da narrativa do internacionalismo liberal. (LEVINAS, 2017, pp.30-31). A contraposição da tolerância, representada nas imagens dos países ocidentais, é a intransigência – considerada como típica dos países do Sul global – assim descritas pelas visões simplificadas dos atores políticos e midiáticos do aglo-eurocentrismo.

Emmanuel Levinas (2017, p.3) em uma entrevista que foi publicada no livro ‘*Violência do rosto*’, exemplificou a passagem acima, quando diz que em defesa da liberdade, atrelada ao paradigma da (in)tolerância, os mais perigosos sedutores são aqueles que arrastam com palavras piedosas à violência e ao desprezo de outro homem. No caso da P(p)olítica E(e)terna a forma que os discursos orientalistas são evocados, a partir de uma simulação e dissimulação política, que enaltece princípios éticos e morais, mas cujo alicerce reitera a promoção de uma política sem princípios, a não ser consigo mesmo. Portanto, o importar de um homem para com o outro homem ocorre de modo banal (LEVINAS, 2017, p.31).

A ideia do importar, refletida a partir da imagem da responsabilidade, inerente à política da ética da P(p)olítica E(e)terna, tem seu *modus operandi*, através dos enredos performados nos discursos orientalistas, quando o jornal sublinha as falas dos oficiais estadunidenses, que estiveram autorizados para falar em público. O importar atrelado à política da violência tem sua tradução quando: ‘*These guys will now feel the Americans are their enemy and you’re going to see more attacks against Americans in the region and more foreign fighters flooding in*’ (NYT, 2008). Ainda de acordo com a reportagem, o major Sherri Reed, porta-voz do Comando Central dos Estados Unidos em Tampa, Flórida, disse que os militares atacaram ‘um alvo conhecido da *Al-Qaeda*’ na cidade de Dusa Marreb, no centro da Somália’. (NYT, 2008).



Figura (37): Residents of Dusa Marreb, Somalia, walked Thursday through the rubble of a compound that was destroyed by an American missile.

Fonte: Abdil Guled Reuters apud NYT (2008).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1712520/CA

De acordo com relatos e analistas do *mainstream* estadunidenses, o *Al-Shabaab* emergiu como um desafio das forças armadas etíopes, sobretudo quando os etíopes invadiram a Somália diante do receio de que islâmicos radicais desafiassem a União dos Tribunais Islâmicos (UIC). Para alguns analistas políticos, o *Al-Shabaab* e a *Al-Qaeda* têm treinado diversos islâmicos em múltiplos países africanos como o Quênia e a Nigéria, onde exercem controle, monitoramento e vigilância nas fronteiras. Dentre as principais ideologias disseminadas, a religião islâmica tem se tornado a principal retórica utilizada pelos atores do *Al-Shabaab* enquanto um mecanismo político de cooptação social. Por isso que Maruf e Joseph (2018, p.12) releram a história da Somália, ao destacarem que desde 1960, durante a Guerra Fria, já haviam lutadores islâmicos árabes, que residiam na borda entre o Paquistão e o Afeganistão, onde já simbolizavam a ‘gênese’ da *Al-Qaeda*, na medida em que propunham uma mudança radical na política. Dentre as múltiplas propostas da *Al-Qaeda* na época, duas tiveram destaque: 1) os *jihadistas* deveriam cooperar entre si além das fronteiras, em vez de operar como isolados movimentos religiosos ou nacionalistas e 2) deveriam dar primazia às armas. (MARUF; JOSEPH, 2018, p.14).

Para Shay (2013, p.4), o *Al-Shabaab* é parte de uma rede de atores islâmicos que tem se expandido desde a época da Guerra Fria, onde o Irã se tornou um dos principais epicentros, diante dos conflitos entre o marxismo e o liberalismo. O *Al-Shabaab* tem suas raízes consideradas confusas com o AIAI, já que foi a primeira organização de militantes islâmicos na Somália depois de 1991, criada entre 1982 e 1984, tendo se tornado um importante grupo militante após a queda de Siad Barre em 1991. Desde a década de 1990, com a existência do *Al-Shabaab* e sua ideologia religiosa calcada no *salafismo*, enquanto símbolo do discurso orientalista, o Ocidente, já a

considerava como um problema na medida em que a ideologia reiterava a cultura da insegurança nas regiões do Sul global. Por isso, afirmo que desde o período dos anos 1990, a Somália permaneceu sendo retratada por uma estética racializada, que colocava o país do leste africano enquanto um país/sociedade desgovernada, ou seja, um fora da lei (anárquica) associado a pobreza, fome e miséria, bem como um espaço onde opera o T(t)errorismo(s). (MANDAMI, 1996; AL-BULUSHI, 2021, p.116). Al-Bulushi (2021, p.116) afirma, portanto, que refletir sobre a Somália e o processo de racialização, mediante a Guerra ao Terror, é considerar que *‘the war on terror has resurfaced colonial-era mappings of alterity about populations racialized as Arabs and Somalis, necessitating critical analysis of race and racialization beyond the black/white binary’*.

Além disso, ao enquadrar a Somália como um fora constitutivo, múltiplas têm sido as linhas que desenharam, circunscreveram e excluíram, onde houve uma constante manutenção da construção do medo e da ansiedade promovida pelo Ocidente. A Somália, diante de uma cultura da (in)segurança(s), nunca existiu fora do legado imperialista e colonial, onde a vida e/ou morte são precarizadas e/ou descartáveis (MANDAMI, 1996; GROVOGUI, 2001; AL-BULUSHI, 2021, p.116). A supremacia branca anglo-eurocentrada, mantém, inova e sofisticada os sistemas de racialização, onde antigos e novos modelos de aprisionar, punir e criminalizar a sociedade somali são operacionalizadas, sobretudo no que concerne a semiótica da americanidade, posto que tornou-se um importante arquétipo ao ser endossada na Guerra contra o Terror, como sinalizam as figuras 24, 25 e 26 respectivamente.



Figura (38): Espaço, Raça e Terror

Fonte: Elaboração própria com base em Al-Bulushi (2021).

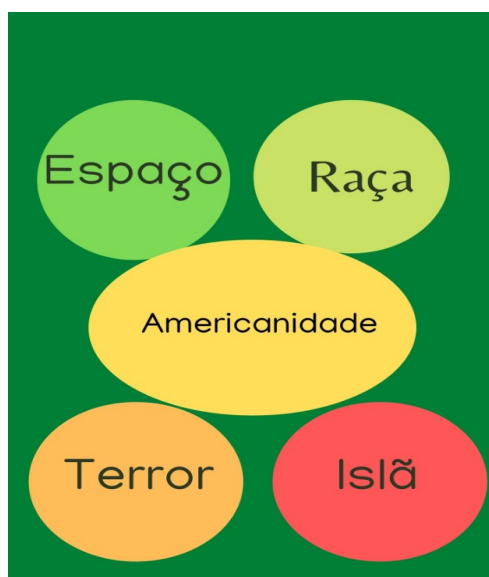


Figura (39): Raça, Terror, Islã, Americanidade

Fonte: Elaboração própria com base em Al-Bulushi (2021).

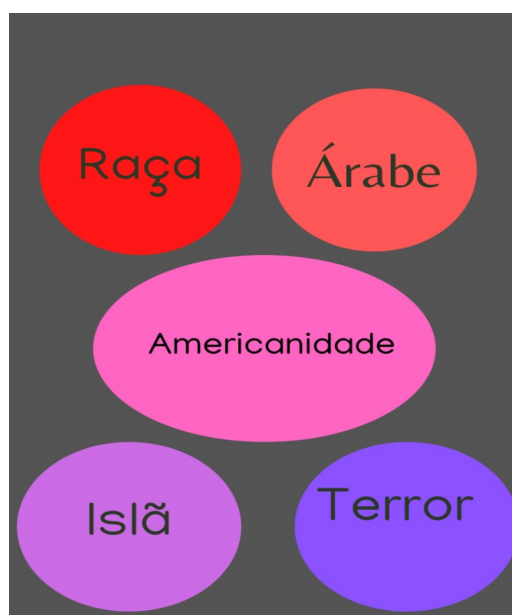


Figura (40): Raça, Árabe, Americanidade, Islã e Terror.

Fonte: Elaboração própria com base em Al-Bulushi (2021).

Isso significa dizer que a Somália tornou-se um lugar símbolo da opressão, do desgoverno, marcada pela pobreza e por sua vez, pela barbárie, através do(s) T(t)errorismo(s) disseminados pela *Al-Qaeda* e o *Al-Shabaab*, que traduzem a política da violência. Caberia, portanto, ao Ocidente levar a liberdade, o respeito aos direitos humanos e justiça, através dos processos intervencionistas, a partir de uma implementação de uma política que promova a ‘erradicação das diferenças’. Nesse sentido, Maruf e Joseph (2018, p.69) resumiram as visões dos atores estadunidenses sobre a Somália, ao considerar o impacto do *Al-Shabaab* quando afirmaram que o Departamento de Estados

considera o *Al-Shabaab* como ‘a violent and brutal extremist group with a number of individuals affiliated with Al-Qaeda’. Para os autores, em corroboração com a diplomacia estadunidense, o *Al-Shabaab* tem usado da intimidação e da violência para minar o governo somali e vem ameaçando ativistas da sociedade civil que trabalham para trazer a paz por meio do diálogo político e da reconciliação. A perseguição contra sociedades/países tidos como símbolos do T(t)errorismo, ocorrem via a associação imagética que o Norte global realiza, quando confecciona representações que enquanto símbolos, desenhos e/ou filmes abordam as corridas tecnológicas que os adversários e/ou inimigos do Sul global irão ‘realizar’.

5.3

Redes (inter)nacionais e a tirania dos experts na agenda T(t)errorista da P(p)olítica E(e)terna: (des)proteção, vigilância, controle, monitoramento na Somália

Diversas foram as redes (inter)nacionais e seus *experts* ocidentais que ratificaram rotineiramente representações imagéticas, a partir do conceito de T(t)errorismo, ao fazerem uso dos discursos orientalistas. As redes (inter)nacionais e os *experts* usualmente são compostos por múltiplas estruturas acadêmicas, *think-tanks*, redes governamentais, diplomatas, meios de comunicação etc. Dentre os diversos atores ocidentais, múltiplos foram os *experts* que estabeleceram discursos hegemônicos, por meio de suas subjetividades, diversas retóricas políticas que enalteciam as técnicas jornalísticas caracterizadas pela parcialidade e a não-neutralidade. À luz dos trabalhos dos Estudos Críticos de Terrorismo (CTS)¹⁵³, esta tese problematizou os discursos orientalistas, vistos como hegemônicos, no que concerne a temática do T(t)errorismo, tendo em vista as dinâmicas mobilizadas pelas redes (inter)nacionais e seus conjuntos de *experts* já que por diversas vezes se utilizaram do poder disciplinar¹⁵⁴ enquanto uma de adestrar suas audiências.

153 Os Estudos Críticos de Terrorismo (CTS) emergiram durante o século XXI, no âmbito da *British International Studies Association* (BISA), no Reino Unido, na renomada Escola de Gales, um grupo de estudiosos construiu uma espécie de Área Temática (AT). O objetivo da AT era romper com as visões ortodoxas dos estudos sobre terrorismo, ao permitir que uma série de trabalhos acadêmicos fossem confeccionados sobre o conceito de terrorismo, ao compreender que múltiplos são os mecanismos metodológicos, mediante as abordagens com enfoque na crítica imanente segundo o conceito de emancipação (JACKSON, 2009a; McDONALD, 2007; STUMP; DIXIT, 2013). Dentre as reflexões mobilizadas pelos CTS, destacam-se os estudos sobre linguagem, discursos, narrativas e estéticas, segundo as análises pós-estruturalistas e, especificamente, segundo as reflexões foucaultianas, embora não se limitem ao autor francês. Reconhece-se na atualidade também, que outros movimentos como as abordagens pós-coloniais e decoloniais, bem como a Teoria Crítica tem estabelecido importantes concepções sobre o conceito de terrorismo atrelado a um outro entendimento no que se refere ao Estado. Além disso, concepções como emancipação, alienação, hegemonia cultural, massificação etc passaram a ser evocadas, a fim de que outras análises sobre o conceito de terrorismo e sua problematização fossem por sua vez legitimadas.

154 Segundo Michel Foucault, em sua obra *Vigiar e Punir*, o poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou, sem dúvida, adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo o que lhe está submetido, separa, analisa, diferencia, leva seus processos de decomposição até as singularidades necessárias e suficientes (...) A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício (FOUCAULT, 2018, p.195).

Como uma forma de castrar o público, os especialistas fizeram uso de diversas semióticas como já apontadas em outras seções, reiterando a política da (in)diferença representadas por diversos significantes vazios, ora preenchidos por imagens que traduzem a ideia de atraso e primitivismo oras compreendidas como selvageria, bárbaras, violentas etc. Além disso, cabe apontar que tanto a condição de selvageria e/ou barbárie podem transitar e/ou oscilar, enquanto formas de representação, nos discursos orientalistas evocados pelos atores ocidentais sobre o resto do mundo. E, diante disso, afirmo que múltiplas foram as formas de tradução e/ou interpretação não apenas conceitual, mas aquelas vinculadas às práticas no que concerne o termo T(t)errorismo, que devem ser compreendidas, tanto pelos atores ocidentais, quanto através dos não-ocidentais. Para os atores não-ocidentais, segundo a visão de Edward Said (1997), é necessário estabelecer formas contrapontuais e/ou mecanismos que visem des-orientalizar o pensamento hegemônico condicionado diante dos discursos disseminados pelo Ocidentais, que normatizam e naturalizam as formas de enxergar o resto do mundo. (COSTA LIMA, 2021a; OLIVEIRA, 2021a).

Isso significa dizer que seja de modo formal e/ou informal, óbvia e/ou obtusa, explícita e/ou implícita, o Ocidente narrou por intermédio das escritas (livros, diários, pergaminhos etc) materializadas por meio das visões dos cronistas, viajantes e/ou antropólogos traduzidas pelos discursos orientalistas dos especialistas. Os atores políticos ocidentais, por meio de suas respectivas fantasias e/ou máscaras, interpretavam as ‘realidades’ de outras sociedades, caracterizadas por outras cosmologias e experiências, não como os habitantes que lá residiam, mas segundo às visões estipuladas pela modernidade e colonialidade, ao fazer uso dos padrões civilizacionais. As tecnocracias estabelecidas pelos especialistas através dos discursos orientalistas são algumas das formas de vigilância, monitoramento e controle societal/estatal que visaram estabelecer segundo um *ban-panóptico*, a cultura da violência.

Isto é, os processos de exclusão-inclusão e inclusão-exclusão inerentes ao *ban-panóptico*, (re)criaram diversas formas e conteúdos que ratificavam o binômio segurança-liberdade que o internacionalismo liberal, através da P(p)olítica Externa estadunidense legitimou. Vendeu-se, portanto, uma falsa sensação de liberdade aprisionada por uma concepção de segurança e vice-versa, a fim de que os discursos hegemônicos caracterizados pela moralidade e maniqueísmo seja ratificado. A jornada do herói, portanto, necessita ser disseminada a fim de que as intervenções que venham a ser estabelecidas convençam as audiências. E, ao persuadir os públicos, fez com que regimes de verdade, poder e conhecimento possam ser naturalizados, normatizados e normalizados pelo Ocidente. Isso impede, embora não impossibilite, que em defesa da vida e/ou política da morte possa ser tratada pelos atores políticos e midiáticos.

Mbembe (2014, p.131) em sua obra intitulada *Necrobiopolítica*, reflete sobre o T(t)errorismo à guisa do pós-colonialismo, ao sublinhar que ‘*Terror e morte tornam-se os meios de*

realizar o já conhecido telos da história'. Outras práticas de terror e/ou T(t)errorismo ocorreram durante os processos coloniais, quando os negros nas *plantations*, eram racializados e vistos como um risco, quando estabeleciam movimentos revolucionários diante do sistema opressor, quando buscavam por meio da emancipação, romper com as algemas que os aprisionavam e desumanizavam. O T(t)errorismo e o terror por vezes estiveram concatenados com o biopoder¹⁵⁵, o estado de exceção¹⁵⁶ e o estado de sítio¹⁵⁷, sobretudo, quando políticas eugenistas eram realizadas nas colônias por *experts* das metrópoles. Esses eram informados por teorias da biologia, que enalteciam o melhoramento da espécie por meio de uma política excludente, que culminava numa política de morte, não somente física, mas, sobretudo, simbólica. O embranquecimento da espécie, através da política de seletividade, não foi exceção, ao contrário atuou como uma norma.

Mediante a colonialidade/modernidade¹⁵⁸, as redes (inter)nacionais e os *experts*, estabeleceram formas de racismo, não somente segundo a linha global da cor, mas por meio de outros mecanismos econômicos-políticos alinhados a questões religiosas. Ao ditar para o resto do mundo, os especialistas e as redes (inter)nacionais ratificaram quais eram as condições aceitáveis e/ou permissivas e aquelas que deveriam ser vistas como exceção - como o caso do Islã frente ao Cristianismo. Portanto, as representações políticas dos somalis vistos como adversário, inimigo e/ou amigo oscilaram e transitaram por intermédio de uma economia discursiva, a depender da representação reiterada pelos atores estadunidenses.

155 Para Michel Foucault em *Nascimento da Biopolítica* (2017), entende-se por biopolítica a forma com que lida com a população e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder. (...) Nos mecanismos implantados pela biopolítica, vai se tratar sobretudo, e claro, de previsíveis, de estimativas estatísticas, de medições globais; vai se tratar, igualmente, não de modificar tal fenômeno em especial, não tanto tal indivíduo, na medida em que é indivíduo, mas, essencialmente, de intervir no nível daquilo que são as determinações desses fenômenos gerais, desses fenômenos no que eles têm de global. Portanto, o projeto da biopolítica, via o biopoder é fazer viver e deixar morrer. (FOUCAULT, 2017, pp.285-287).

156 Segundo Agamben em sua obra *Estado de Exceção*, o estado de exceção apresenta-se como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal. Por outro lado, se a exceção é o dispositivo original, graças ao qual o direito se refere à vida e a inclui em si por meio de sua própria suspensão, uma teoria do estado de exceção é, então, condição preliminar para se definir a relação que liga e, ao mesmo tempo, abandona o vivente ao direito. (AGAMBEN, 2004, p.12).

157 De acordo com Giorgio Agamben na obra *Estado de Exceção*, a história do termo "estado de sítio fictício ou político" é, nesse sentido, instrutiva. Remonta à doutrina francesa, em referência ao decreto napoleônico de 24 de dezembro de 1811, o qual previa a possibilidade de um estado de sítio que podia ser declarado pelo imperador, independentemente da situação efetiva de uma cidade sitiada ou diretamente ameaçada pelas forças inimiga. A origem do instituto do estado de sítio encontra-se no decreto de 8 de julho de 1791 da Assembleia Constituinte francesa, que distinguia entre *état de paix*, em que a autoridade militar e a autoridade civil agem cada uma em sua própria esfera; *état de guerre*, em que a autoridade civil deve agir em consonância com a autoridade militar; *état de siège*, em que "todas as funções de que a autoridade civil é investida para a manutenção da ordem e das polícias internas passam para o comando militar, que as exerce sob sua exclusiva responsabilidade". (AGAMBEN, 2004, pp.15-16).

158 A colonialidade do ser envolve a introdução da lógica colonial nas concepções e na experiência de tempo e espaço, bem como na subjetividade. A colonialidade do ser inclui a colonialidade da visão e dos demais sentidos, que são meios em virtude dos quais os sujeitos têm um senso de si e do seu mundo. Uma exploração da colonialidade do ser, portanto, requer uma averiguação da colonialidade do tempo e espaço, bem como da subjetividade, incluindo a colonialidade do ver, do sentir e do experienciar. A colonialidade do saber e a colonialidade do poder envolvem a mesma operação em relação aos elementos que as constituem. (MALDONADO-TORRES, 2018, pp.50-51).

Ao longo da história ocidental, o *index*, enquanto uma forma de conduta política, social e cultural, exercia um poder disciplinar, ao ser mobilizado pelos *experts* e pelas redes (inter)nacionais, que através da governamentalidade determinava sobre as populações europeias e demais regiões do mundo, ao estipular as normativas e as excepcionalidades à luz da Igreja.- representante da Europa. Era através do *index* que a Igreja e sua legião de seguidores, durante a Idade Média, embora tenha tido implicações na Idade Moderna, determinava, segundo uma série de listas e liturgia, o quê, como e de que modo deveria ou poderia ser lido ou não, um certo livro e/ou artigo independentemente de seu gênero textual. Isso significava, portanto, a criminalização e a discriminação de certos grupos e/ou indivíduos que são tidos como problema, mediante a (re)produção da cultura da (in)segurança, já que não respeitam as normativas da Igreja. Os crimes associados aos indivíduos/grupos que ratificam a cultura e/ou política do terror, na medida em que estão à margem da lei, necessitam ser contidos por projetos intervencionistas que visem à suposta proteção da comunidade internacional.

Portanto, o *index* tem se tornado uma maneira de estipular uma liturgia e códigos no SI, principalmente, sobre aqueles vistos como normais enquanto que outros, são tratados como patológicos. Mediante uma visão binária e maniqueísta operacionalizada na linguagem e discursos orientalistas evocados pelos *experts* ocidentais, o *index* estabelece uma fronteira ética à semelhança do etnocentrismo, na medida em que emoldura de modo flexível, fluído, descentralizado e deslocável o Outro. No século XXI, uma espécie de ‘novo’ *index* precisou ser evocado pelos atores ocidentais, não mais com o subsídio e legitimação da Igreja, mas através do Estado e de redes (inter)nacionais, por meio instituições e organizações sociais. Esses descrevem e prescrevem aquelas(es) que deverão ser perseguidos rotineiramente e/ou enquadrados como delinquentes, marginais, opressores – o que não falta é verbo, advérbio, substantivo e, sobretudo, adjetivo que o retrate de modo pejorativo. A maneira ‘encontrada’ pelo Ocidente para controlar, conter e reproduzir no SI suas práticas coloniais sobre as sociedades pós-coloniais, ocorre quando há o estabelecimento de condicionalidades e dinâmicas traduzidas em formas de taxonomias, sistemas de classificação, tipologias que permanecem atreladas às identidades de ‘velho’ continente e dos Estados Unidos.

Nesse sentido, os livros, artigos científicos, mapas, fotografias e diversas outras maneiras de representar criadas pelos profissionais do Ocidente, atuam como uma outra maneira de produzir cientificidade sobre o Outro. À guisa de um discurso calcado na cientificidade, o Ocidente circunscreve múltiplos grupos/indivíduos na categoria de desviantes ou problemas, cujas correções devem advir dos *experts*, que enquanto *gatekeepers*, reiteram suas expertises, na medida em que discriminam e/ou ‘desconhecem’ diferentes ontologias e epistemologias. As expertises construídas pelos cientistas do Ocidente, se dão também por campos de disputa, transformadas em múltiplos centros de treinamento, criação de disciplinas, departamentos e cursos, investimentos em logísticas,

bem como a confecção de revistas científicas e congressos, que ditam os conhecimentos considerados legítimos e aqueles tratados como desviantes.

Com o transcorrer dos anos, o Ocidente, especialmente, os Estados Unidos e suas redes de colaboradores, por meio de seus sistemas de vigilância, monitoramento e controle, passaram a retratar durante a Guerra Fria, os soviéticos como (re)produtores de práticas terrorista. A partir de uma série de estratégias discursivas, embora não tenham usado rigorosamente a expressão terrorista, os atores políticos e midiáticos estadunidenses faziam uso de palavras como *jihadistas* enquanto uma maneira pejorativa de descrever o Outro. Regra e Exceção são performadas pelos atores estadunidenses, embora o uso das expressões contêm dinâmicas diferentes. No caso do(s) T(t)errorismo(s) produzido pelo resto do mundo, são tratados, à guisa da diplomacia pública, midiática e cultural, enquanto exceção frente ao SI.

Liza Stampnitzky (2013, p.2) em sua obra *'Disciplining Terror'* informa que toda e qualquer revolução, insurgência, rebelião, guerrilhas urbanas mobilizadas pelo Sul global tem sido compreendidas pelos atores estadunidenses como *"hijacking, or 'air piracy,' as it was sometimes called, as a routine domestic criminal matter"*. (STAMPNITZKY, 2013, p.2). No pós-Mogadíscio, durante os governos de Bill Clinton, com a 'chegada' da *Al-Shabaab*, associada a grupos como *Al-Qaeda* e, por sua vez, vinculada com o *Talibã*, a Somália tornou-se novamente associada à cultura do terror. Para muitos *experts*, o *Al-Shabaab* contou com diversos sistemas de financiamento, logística, treinamento e cooperação com outros grupos terroristas, tendo sua potencialização após o 11 de setembro de 2001. Portanto, tornava-se imprescindível que o grupo terrorista fosse monitorado e controlado pelo Ocidente diante de sua capilaridade e mecanismos de irradiação local, regional e internacional.

O *Al-Shabaab* foi representado de múltiplas maneiras, mas uma das principais formas de tradução, deu-se a partir da metáfora do rosto proposta por Levinas. O rosto é um perfil que diz quem ou o quê deve ser visto, sobretudo quando apresentado como ameaça à 'segurança nacional' enquanto um discurso hegemônico do Ocidente. Isto é, o grupo ou indivíduo terrorista precisa ter um contorno, um traço, uma forma que não somente informe, mas que, principalmente, comunique ao espectador quem e de que modo atua esse ator. Portanto, torna-se necessário construir uma estética, que associe ou preencha o significante vazio da palavra terrorista com imagens que coloque os somalis associados ao *Al-Shabaab*.

Ao fazer isso, os Estados Unidos ratificam a narrativa de que os somalis são (re)produtores da cultura ou política da violência, contrárias aos valores do Ocidente. Moralmente, segundo o Ocidente, os conflitos perpetrados pela *Al-Shabaab*, *Al-Qaeda* e o *Talibã* na Somália, Iraque e Afeganistão bem como demais regiões no mundo, precisam ser contidos haja vista a difusão de armas e promoção das guerras como as WMD, as biológicas, químicas etc. No filme *Vice* (2018)

tem-se a seguinte fala *‘Understand We are at war, but They don’t know who (...) They want a country (...) It’s cleaner, simple (...) that would certainly help us’*. Ela corrobora com as afirmações acima na medida em que a cena envolve a *entourage* com os então Secretários de Defesa, o Ex-Presidente e demais pessoas que atuam na Política Externa de modo a promover a imagem dos Estados Unidos.

Paralelamente a este acontecimento, destaca-se o discurso político estadunidense do então Secretário de Estado Colin Powell na Assembleia Geral da ONU e que também no Conselho de Segurança buscou legitimar a guerra contra o terror, a partir de uma série de informações, documentos, relatórios produzidos por múltiplos especialistas. Havia uma necessidade por parte dos Estados Unidos em criar um mito ou inventar um fato, de modo a convencer a opinião pública (inter)nacional, de que era preciso construir um inimigo, a fim de endossar a imagem de primazia ou poder imperial. Durante a apresentação de Powell¹⁵⁹, diversos slides, gráficos, tabelas - imagens confeccionadas pelos *experts* estadunidenses, circulavam entre os representantes na ONU como uma forma de atestar a veracidade das informações produzidas pelos Estados Unidos.

Acompanhem o discurso de Collin Powell quanto afirma que: *‘I can’t tell you everything that we know, but I can share with you when combine with what all of us have learned over years’*. E continua o Ex-Secretário de Estado: *‘What you will see is an accumulation of facts and disturbing patterns of behavior’* (...) *‘The facts in iraqis behavior iraq’s behavior demonstrate that Saddam Hussein and his regime have made no effort to effort to disarm as required by international community’*. Por fim, Powell atesta que *‘Indeed the facts and iraq’s behavior show that Saddam Hussein and his regime are concealing their efforts to produce more weapons of mass destruction’*.

Dentre as diversas informações mobilizadas por Powell sobre o T(t)errorismo(s) e a política da violência, sublinhou-se durante seu discurso que era necessário confrontar o passado, mas, e, principalmente entender o futuro. Como disse Powell (2001): *‘We’re confronting the past (...) We’re confronting the present and unless We act We’re confronting and even more frightening future’*. Para tanto, segundo o *expert*, é necessário confrontar e combater no presente, os regimes tirânicos, que ratificam a cultura e/ou política da violência. Powell ao resgatar as décadas de 1970 e 1980 como uma forma de endossar o discurso hegemônico estadunidense, pede o fim das violações de direitos humanos e da falta de liberdade (re)produzidas pelos líderes políticos autoritários e grupos terroristas do Oriente Médio e das Áfricas. Ainda que o discurso hegemônico de Powell no Conselho de Segurança da ONU fale sobre o Iraque, a dinâmica e atuação dos Estados Unidos pretendem ir além. Ou seja, os atores estadunidenses, por meio da tirania de seus *experts*, vinculados às elites e sua *entourage*, expandem e restringem, por meio da construção e reprodução de geopolítica imaginativa, imagens que simulam e dissimulam, quem são os amigos, os adversários e/ou os inimigos.

159 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DhWIPo3qxak&t=97s>. Acessado em 20/01/2021.



Figura (41): Discurso de Colin Powell na Assembleia Geral da ONU

Fonte: NBC (2003)

Em documentários como *The War don't See* (A Guerra que você não vê) dirigido e escrito por John Pilger em 2010, o jornalista estadunidense narra como e de que modo, diversos jornalistas, empresas jornalísticas, editores, apresentadores das cadeias de comunicação ocidentais, contribuíram para a Invasão no Iraque e para a Guerra no Afeganistão. Quais mentiras, silêncios, limites e desavenças colaboraram para que a Guerra contra o terror ganhasse espaço e legitimidade na opinião pública. De acordo com uma série de entrevistas jornalísticas, o documentário busca descortinar uma série de sistemas de torturas, crimes de guerra, crimes contra a humanidade, desrespeito aos direitos humanos, embora a retórica defenda a agenda, sua prática está no sentido oposto.

Para o entrevistado, o Professor Dr. Stuart Ewen (Graduate Center New York), falar sobre o 11 de setembro de 2001, não se trata de mais dos fatos. Os fatos não importam para as mídias que se colocam como livres e democráticas. O que importa, segundo o *expert*, são os jogos linguísticos que visam promover as ilusões e mitos. Portanto, é necessário criar uma publicidade enquanto uma commodity que convença as massas das iniciativas que serão realizadas. Desde a vinculação de Saddam Hussein ao 11 de setembro de 2001, bem como a associação de outras imagens que utilizem de uma estética, onde o uso de cores como vermelho, preto e cinza – tons fortes – que representam no imaginário social e político, a sensação de insegurança, medo, terror, luto, tristeza dentre outros sentimentos e sensações.



Figura (42): Documentário The War don't See

Fonte: ITV1 (2010)¹⁶⁰

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1712520/CA

Na figura 41, intitulada '*Vendo a Cena da Guerra do Iraque*' do filme Vice (2017) mostra o clube de homens brancos anglo-saxões como diria Homi Bhabha em sua obra '*Clube de Cavalheiros Ingleses*', neste caso o estadunidense, que começa pela cena do jantar, onde estão à mesa, o Vice-Presidente Dick Cheney (Christian Bale), Donald Rumnsfeld (Steve Carell) e Paul Wolfwitz (Eddie Marsan). Paralelo à cena do jantar, emerge as imagens que envolvem o setor da publicidade, marketing e de relações-públicas. Uma das principais falas advém da publicitária e, provavelmente, psicóloga, contratada pelo Pentágono, ao sublinhar que: '*you all support the president you hate terrorism (...) yet you are still confused. Can you tell me why? Anybody? (...) don't we have to just get Osama Bin Laden, hed did it só why are calling it a war, a war with hope*'. A dinâmica produzida pela profissional, uma *expert* financiada pela Casa Branca é estimular o debate entre os indivíduos que fazem parte dessa experiência. A experiência tem como principal objetivo estimular o debate, jogos de ação, reação e contestação, de modo que sentimentos de fúria, raiva e dor e diversos outros sejam conectados a partir de imagens/imaginários sobre o T(t)errorismo(s) e o terror.

E, ao evocar essas sensações, o sentimento nacionalista – enquanto um ato patriótico¹⁶¹, é impulsionado como uma forma de legitimar as ações mobilizadas. Os sentimentos conseguem mobilizar a opinião pública, a fim de que a guerra contra o terror seja operacionalizada pelos atores envolvidos. A fala a seguir traduz o sentimento supracitado, sobretudo, quando o personagem selecionado para expor seus sentimentos enaltece que: '*I'm angry as hell (...) we've got to fuck someone up got it (...)*'. Outro importante discurso é o do ex-secretário de Defesa dos Estados Unidos Paul Wolfwitz interpretado por Eddie Marsan que sintetiza como os *gatekeepers* pensam sobre a guerra contra o terror, principalmente, quando: '*They undertand we're at war, but they don't*

¹⁶⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=10iiUYLOd7E&t=358s>. Acessado em 22/03/2021.

¹⁶¹ Disponível em: <https://www.congress.gov/107/plaws/publ56/PLAW-107publ56.pdf>. Acessado em 20/08/2021.

know against'. Em seguida complementa Donald Rumnsfeld, interpretado por Steve Carell, afirma que mais do que um terrorista, eles necessitam de um país, para que a guerra tenha um rosto que possa ser identificado e constantemente demarcado.



Figura (43): Selling War in Iraq Scene

Fonte: Filme Vice (2018)

When the United States is engaged in armed hostilities or has been attacked by a foreign country or foreign nationals, confiscate any property, subject to the jurisdiction of the United States, of any foreign person, foreign organization, or foreign country that he determines has planned, authorized, aided, or engaged in such hostilities or attacks against the United States (Grifo meu); and all right, title, and interest in any property so confiscated shall vest, when, as, and upon the terms directed by the President, in such agency or person as the President may designate from time to time, and upon such terms and conditions as the President may prescribe, such interest or property shall be held, used, administered, liquidated, sold, or otherwise dealt with in the interest of and for the benefit of the United States, and such designated agency or person may perform any and all acts incident to the accomplishment or furtherance of these purposes." (Grifo meu); (EUA, 2001, p.8 grifo meu).

Isto posto, retomo o pensamento de Said (2007, p.117) ao falar sobre o 11 de setembro e os 'novos' orientalismos, ao sinalizar como o discurso hegemônico permeia a cultura popular, sobretudo, quando as mídias endossam os acoplamentos e (re)construções de imagens/imaginários, via os estereótipos disseminados mediante o colonialismo/colonialidade e a modernidade. Especialmente, quando as *"atitudes orientalistas contemporâneas povoam a imprensa e a mente popular. Os árabes, por exemplo, são vistos como libertinos montados em camelos, terroristas, narigudos e venais cuja riqueza não merecida é urna afronta a verdadeira civilização"*. Samuel Huntington em o *Choque de Civilizações* (1993) traduz as visões orientalistas das comunidades epistêmicas, enunciadas por Said (1997; 2003), por meio de um conjunto de intelectuais, que atuam como *experts*, ao defender que após a Guerra Fria (1991) haveria um (re)desenho do SI.

A reestruturação do SI ocorreria através dos conflitos, por meio dos choques civilizacionais (cultura e religião), contrariamente, às décadas anteriores, que foram marcadas pelos conflitos entre ideologias. Influenciado pelo pensamento de Arnold J. Toynbee, o autor estadunidense defende a ideia de que a humanidade seria dividida em nove civilizações heterogêneas: chinesa, japonesa, hindu, budista, islâmica, ocidental, latino-americana, ortodoxa e subsaariana. Como sintetizou o autor: “*The great divisions among human kind and the dominating source of conflict will be cultural (...). With the end of the Cold War, international politics moves out of its Western phase, and its centerpiece becomes the interaction between the West and non-Western civilizations and among non-Western civilizations*”. (HUNTINGTON, 1993, pp.3-4).

No caso da Somália, ao longo de décadas, as práticas coloniais, traduzidas a partir das falas de Huntington, têm sido mobilizadas pelos Estados Unidos, mediante a instauração de empresas de vigilância e criação de centros de detenção – com participação dos setores: público e privado, onde a tortura tornou-se um dos principais métodos de extração de informação sobre aqueles considerados terroristas. Ao arrancar as informações dos somalis presos, os atores estadunidenses poderiam estabelecer maiores e melhores mecanismos intervencionistas na Somália. Além disso, a tortura, bem como os sistemas prisionais permitiram que os Estados Unidos criassem um rosto do inimigo, por vezes ‘específico’ em um dado momento, mas que também possuía maleabilidade, mediante os (re)enquadramentos, de modo a (re)criar mutações e acoplamentos imagéticos sobre o Outro.

Jasbir Puar (2017) em sua obra ‘*Terrorist Assemblages: Homonationalism in Queer Times*’, a partir de uma perspectiva pós-estruturalista, combinada com os estudos de gênero, descortinou as representações e estéticas usuais produzidas e compartilhadas pelo Ocidente, através de sua rede de atores políticos, especialmente, as midiáticas sobre os rostos dos terroristas. Puar (2017) afirmou que no pós-11 de setembro de 2001, convencionou-se cientificamente, por meio de procedimentos dedutivo e/ou indutivo, imagens que associavam árabes à cultura islâmica. Esses, por sua vez, eram vistos enquanto terroristas, sobretudo, porque muito das semióticas produzidas endossam a imagem de um ser heteronormativo. E, ao fazer isso, o Ocidente por meio de seus *experts* descartava as assemblagens que envolvem os múltiplos indivíduos, que podem (re)produzir a cultura do terror, não como héteros, mas enquanto homo ou transsexuais. Além disso, não há como precisar, tampouco determinar que todo e qualquer árabe é islâmico necessariamente. Por sua vez, não tem como determinar que todo árabe, embora seja islâmico, seja terrorista.

Com o século XXI, a partir do 11 de setembro de 2001, os especialistas passaram a redesenhar o rosto daquele(a) que seria compreendido como terrorista. Mediante uma série de produções cinematográficas e televisivas, com direito a premiação do Oscar, com o filme *Hurt Locker* (Guerra ao Terror), dirigido pela cineasta estadunidense Kathryn Bigelow (2008). Foi diante

desse cenário que a palavra atentado tornou-se uma outra composição imagética que necessita ser revisitada, na medida em que a maneira como o Ocidente ditou as ações políticas realizadas sobre o resto do mundo, tendo em vista os princípios anglo-eurocêtricos como: democracia, neoliberalismo, direitos humanos etc. A ideia da palavra atentado, não apenas mobiliza a ideia de retaliação, mas também de que é necessário estabelecer alguma forma de ‘proteção’ com relação à vida humana (BIGO, 2008).

A ‘proteção’ se sustenta quando as vidas pertencem às pessoas brancas, puritanas, ocidentais e em sinergia com as prescrições da comunidade internacional que foram socializadas e/ou impostas através dos atores políticos e midiáticos envolvidos. Porém, existem aquelas que não gozam deste mesmo privilégio, já que suas vidas são vistas como não-humanas, despolitizadas, essencializadas e demonizadas, são compreendidas como descartáveis. (MBEMBE, 2014; 2018)

Isso significa dizer que qualquer ação rotineiramente realizada pelo Ocidente sobre o Sul global, não é enquadrada como atentado, pelo contrário, são vistas como ações em defesa da vida dos civis, da proteção das diretrizes normativas do Ocidente. Essa prerrogativa não se legitima quando há o movimento contrário proposto pelo continente africano. Por isso que o emoldurar tem se tornado *uma forma de observar as molduras que restringem e ao mesmo tempo configuram o olhar* (BUTLER, 2014, p.4). Principalmente quando o emoldurar dos quadros fotográficos e/ou cinematográficos estabelecidos pelos especialistas, visam de modo seletivo, ratificar a política ou a cultura da violência.

Ao fazer isso, a agenda do T(t)errorismo(s), por meio dos enquadramentos, visaram diferenciar as vidas e/ou as mortes que merecem ser valorizadas e aquelas que necessitam ser desprestigiadas. E, ao fazer isso, os *experts*, enquanto cientistas sociais, estabelecem uma política de contrainsurgência, antiterrorista e/ou hegemônica, mediante a confecção de molduras políticas e midiáticas, sobretudo, quando endossam a cultura das normas sobre determinados sujeitos e/ou objetos analisados. Especialmente, quando estabelecem padrões, modelos, composições, estilos, estéticas, (as)simetria(s) etc, tendo como modelo de sociedade/Estado da Europa Ocidental e dos Estados Unidos (MILLER; MILLS, 2010; BUTLER, 2014).

Como resumiu a Lisa Stampnitzky, ao refletir sobre o papel dos *experts* no campo e/ou agenda sobre o T(t)errorismo(s), “*rather than a purely political or analytical concept, expert discourse on "terrorism" must be understood as operating at the contested boundary between politics and science, between academic expertise and the state*. Isso significa refletir que: *And this has had significant consequences for the sorts of expert discourses that tend to be produced and disseminated*” (STAMPNITZKY, 2013, p.13). Dito isto, retomo e conecto o papel dos *experts*, como *gatekeepers*, à temática do T(t)errorismo(s) e ao Pós-colonialismo, já que diversas foram (e ainda permanecem) os mecanismos de produção de verdade e poder, a partir do manuseio de

gramáticas, discursos, linguagens que permeiam as agendas e subcampos conectados caracterizados pela cultura do racismo.

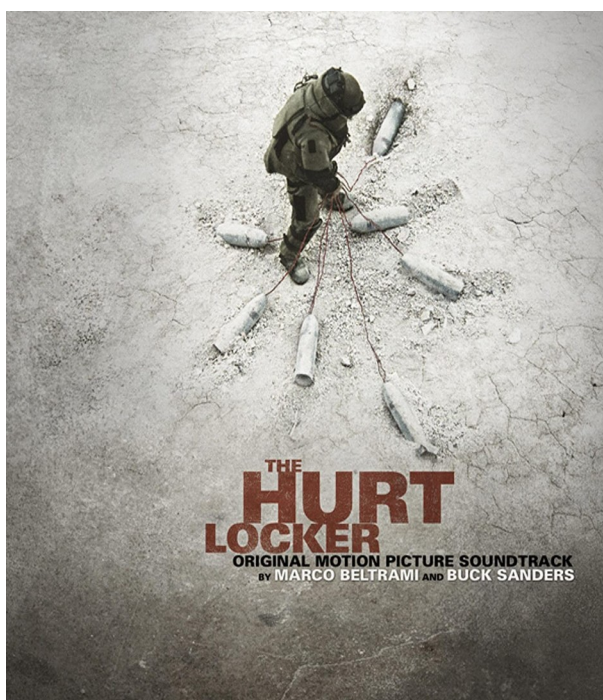


Figura (44): *Experts* da indústria de Hollywood

Fonte: Hurt Locker (2008).

Em relação à Somália, o país é considerado uma síndrome, problema e/ou questão a ser resolvida à luz das lentes da P(p)olítica E(e)terna estadunidense, a rede (inter)nacional de *experts* constantemente precisou estabelecer formas de vigilância, sobretudo, por meio dos organismos como a Central Intelligence Agency (CIA), do Federal Bureau of Investigation (FBI) e do National Security Service (NSS). Segundo o jornal *thenation.com*¹⁶² uma série de denúncias envolvendo a CIA e o FBI, publicizadas em 2014 pelo jornalista Jeremy Schiell – autor de diversos *best-sellers*, aponta que por décadas, a Somália vem sendo monitorada pelos Estados Unidos, por meio de uma intensa (re)produção de discursos orientalistas, onde a guerra contra o terror tem sido evocada. De acordo com o *thenation.com*, em *The CIA's Secret Sites in Somalia*, quando uma pessoa chega a Somália aos fundos do Aeroporto Internacional Aden Adde em Mogadíscio, há um amplo complexo cercado por muros administrado pela CIA. A CIA possui neste recinto sua própria aeronave e um centro de treinamento antiterrorismo que visa conter as ações do *Al-Shabaab* na Somália desde o pós-mogadíscio e durante o regime do TFG.

Segundo a reportagem, o complexo acima conta com um sistema prisional equiparado às realidades de Guantánamo (Cuba) e de Abu-Graib (Iraque) que conta com o suporte da Agência de Segurança Nacional da Somália (NSA). No sistema prisional, pessoas vinculadas ao *Al-Shabaab* são mantidas presas, onde múltiplas formas de tortura são exercidas sobre os indivíduos que

162 Disponível em: <https://www.thenation.com/article/archive/cias-secret-sites-somalia/>. Acessado em 09/12/2021.

representem algum tipo de risco/medo/terror à sociedade somali e, principalmente, à comunidade internacional. No caso da Somália, diferentes foram os conteúdos jornalísticos que em cooperação com os atores políticos, confeccionaram mediante seus *experts*, formas desumanas ao relatar o país/sociedade, de modo que o descrever e o prescrever eram naturalizados. Todavia, por vezes observou-se também como apontam os documentários, livros, reportagens etc, o desvincilhar de diversos *experts* políticos e midiáticos, quando os conteúdos publicizados e visões ideológicas estavam aparentemente em lados opostos.

Diante disso é que destaco que a cooperação institucional ocorrida entre a CIA, NSS, FBI e NSA, deu-se principalmente, porque Estados e instituições na fronteira da Somália (Etiópia, Quênia etc) corroboraram para as condições desumanas às quais os somalis foram expostos tendo em vista o *underground prison, which is staffed by Somali guards, consists of a long corridor lined with filthy small cells infested with bedbugs and mosquitoes* (THE NATION, 2014). Para os entrevistados do thenation.com, os *experts* e as lideranças estadunidenses consideram complexa a construção de pontes com a sociedade somali, principalmente, quando *the CIA is reluctant to deal directly with Somali political leaders, who are regarded by US officials as corrupt and untrustworthy*.

The former prisoners described the cells as windowless and the air thick, moist and disgusting. Prisoners, they said, are not allowed outside. Many have developed rashes and scratch themselves incessantly. Some have been detained for a year or more. According to one former prisoner, inmates who had been there for long periods would pace around constantly, while others leaned against walls rocking. (THE NATION, 2014).

Por isso na busca por conter o T(t)errorismo, milhares de *experts* ocidentais de múltiplas áreas, sobretudo dos setores de segurança e defesa, têm atuado realizando treinamento e monitoramento com uso de tecnologias da comunicação e informação (drones). O objetivo principal é conter o T(t)errorismo, como uma forma de contrainsurgência, e, nesse sentido, diversos são os programas que têm sido criados pelos *experts* estadunidenses em busca de que *‘the Shabab has increasingly relied on the linchpins of asymmetric warfare—suicide bombings, roadside bombs and targeted assassinations’*. (THE NATION, 2014). Dito isto, ao realizar uma genealogia, em sua obra *Sacred Violence*, Paul Kahn (2004, p12) informa que falar sobre terror, é abordar o tema da tortura, e falar sobre tortura é dizer sobre terror, sobretudo, quando terror e tortura movem-se por detrás da lei da soberania. Por isso que na P(p)olítica E(e)terna estadunidense, a política do terror e do T(t)errorismo(s) reafirmadas pelo puritanismo, possuem profundas (des)conexões entre o cristianismo e o fundamentalismo islâmico, cujos simbolismos estão vinculados a cultura ocidental, humanista, moderna e colonial. (KAHN, 2004; MBEMBE, 2014; 2018).

5.4

A 'origem' das missões de estabilização: a fórmula do crescimento, desenvolvimento e evolução

Na história do SI tornou-se usual (re)criar fórmulas econômico-políticas, a fim de promover algum tipo de 'solução' para alguns países vistos como problemas, geralmente inseridos nos múltiplos sistemas de classificação e taxonomias mobilizados pelo Ocidente, a exemplo daquelas que se valem de conceitos como fragilidade, fracasso, falência dentre outras formas de representação moderna e colonial. No âmbito das operações de paz, as missões de estabilização aparecem rotineiramente nas mais diversas instituições e organizações internacionais, regionais e locais. Do ponto de vista econômico-político, dentre as híbridas formas de (re)produção da cultura da paz, embora calcada na política da guerra, mediante os diversos modos de ratificação da política da violência perpetrada, o conceito de estabilização esteve entre aqueles que mais se destacou. Especialmente quando o Norte global ao fazer uso deste conceito buscou promover a imagem de que é possível conter os conflitos armados nos países considerados instáveis na medida em que são cercados por muitos problemas socioeconômicos, sobretudo, aqueles vinculados ao Sul global. (MUGGAH, 2014; ZYCK, BARAKAT; SEÁN DEELY, 2014; MENKHAUS, 2014; KARLSRUD, 2016; CONING, 2018).

Para tanto, é necessário compreender nesta tese, o conceito de estabilização e/ou estabilidade, para além de uma visão micro e/ou macroeconômica, calcada em etapismos ou por intermédio dos discursos teleológicos, advindos da sociedade ordoliberal¹⁶³ (ROSTOW, [1960] 2017). Para muitos analistas das RI's, a normativa da estabilização mobilizada pelos atores ocidentais, enquanto tecnocratas, visaram promover a seguinte triangulação: estabilização, desenvolvimento e crescimento. Ao fazer isso, os tecnocratas do Ocidente mobilizaram diversos discursos hegemônicos que buscavam circunscrever o Estado somali e demais países do Sul global, à condição de fragilidade. Na contemporaneidade, o enquadramento da fragilidade somali esteve atrelada a imagem de um vampiro – *rogue state*. (RICHMOND, 2002; 2004; 2012; RAMSBOTHAM; WOODHOUSE; MIAL, 2008).

Gilberto Oliveira (2020) em seu artigo '*O conceito de estabilização: implicações no campo das operações de paz contemporâneas*' estabelece uma importante discussão que envolve o

163 Segundo Laval e Dardot (2016, pp.69-71), a criação da Sociedade Mont-Pèlerin, em 1947, é citada com frequência, e erroneamente, como o registro de nascimento do neoliberalismo. Na realidade, o momento fundador do neoliberalismo situa-se antes, no Colóquio Walter Lippmann, realizado durante cinco dias em Paris, a partir de 26 de agosto de 1938, no âmbito do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (antecessor da Unesco), na rue Montpensier, no centro de Paris. A reunião de Paris distingue-se pela qualidade de seus participantes, que, na maioria, marcarão a história do pensamento e da política liberal dos países ocidentais após a guerra, quer se trate de Friedrich Hayek, Jacques Rueff, Raymond Aron, Wilhelm Röpke, quer se trate de Alexander von Rüstow. O Colóquio Walter Lippmann é a primeira tentativa de criação de uma 'internacional' neoliberal que se prolongou em outros organismos, entre os quais, nas últimas décadas, a Comissão Trilateral e o Fórum Econômico Mundial de Davos.

conceito de estabilização, quando afirma que a definição está vinculada às doutrinas das potências ocidentais, particularmente dos Estados Unidos, vistas como imperialistas. Para o autor, a estabilização não é apenas um rótulo de cunho semântico, mas importa observar as mudanças em curso no modelo de intervenção internacional. De acordo com o teórico, desde 1996, o termo estabilização tem sido utilizado a partir da Força de Estabilização liderada pela OTAN na Bósnia-Hezergovina (SFOR). Porém, somente nos anos 2000, a gramática estabilidade e estabilização tem sido empregada pela diplomacia estadunidense, sobretudo, nos contextos das invasões no Afeganistão (2001-2021) e a guerra Iraque (2003-2011) (OLIVEIRA, 2020).

Para Coning (2018, p.86) ao revisitar o conceito de estabilização, a partir de entrevistas e análises realizadas com diversos diplomatas e alguns oficiais da ONU, os atores políticos demarcaram que nada existiu de novo na estabilização, que se diferencie das operações de *peacekeeping* na prática. Por outro lado, o autor apontou também que existem outros analistas da ONU e diplomatas, com os quais ele entrevistou, que pensam de modo contrário, acreditam que missões de estabilização se diferenciam das operações de *peacekeeping*, apontando para o *zeitgeist* – o espírito do tempo, que traz novas abordagens. Enquanto as operações de *peacekeeping* visaram manter um cessar-fogo ou implementar um acordo de paz entre as partes em conflito; as de estabilização visam promover uma mudança a fim de restaurar e manter a ordem gerenciando ou contendo os agressores.

Zyck, Barakat e Seely (2013, pp.19-20) em ‘*The Evolution of Stabilization Concepts and Praxis*’, discutem historicamente o papel que o Ocidente teve no resto do mundo, através da normativa da estabilização, onde sublinharam as operações dos Estados Unidos nas Filipinas (1898-1902), a Guerra do Vietnã (1967-1975) e a pacificação na Argélia realizada pela França (1954-1962). No que tange às relações entre Estados Unidos e as Filipinas, já eram observadas as brutais táticas utilizadas pelas tropas estadunidenses, como o uso da tortura, o desrespeito aos direitos humanos, bem como procedimentos militares que envolviam a execução sumária por meio da cooperação entre soldados. Dentre os objetivos traçados pelos Estados Unidos, a contenção e o sufocar dos movimentos insurgentes estiveram entre as principais perspectivas utilizadas, ainda que a narrativa da diplomacia estadunidense, mediante a conquista de corações e mentes, endossasse mecanismos de promovessem a assistência ao desenvolvimento, a reconstrução do país a partir da colaboração das forças armadas. (ZYCK; BARAKAT; SEELY, 2013, p.21)

Todavia, para alguns analistas como Flavin e Aoi (2017, p.33), à luz da história da política de defesa, segurança e estratégia internacional da P(p)olítica E(e)terna estadunidense, as operações de paz, contrainsurgência e operações de estabilidade não foram o foco das doutrinas militares dos Estados Unidos. Isso não quer dizer que os Estados Unidos não tenham se engajado com as operações de paz, ao contrário, participaram, investiram sociopolítica e economicamente,

cooperando de múltiplas formas com a ONU e demais atores políticos internacionais. De acordo com os autores, normativas como *nation-building*, enquanto uma força política global ou operações de *peacekeeping* não devem ser vistas como as opções preferidas da diplomacia estadunidense, ainda que elas tenham sido instrumentalizadas pelas redes políticas estadunidenses. Porém, na atualidade a normativa da estabilização passou a ser retomada e rotineiramente utilizada pelos atores estadunidenses como uma ‘nova’ forma de promover uma política intervencionista nos países/sociedades do Sul global.

No debate acadêmico, a popularidade do conceito ocorreu na primeira década de 2010 a partir da publicação de uma importante revista intitulada *Stability: International Journal of Security and Development*. Todavia havia uma imprecisão ou disputa quanto à mobilização do conceito na ONU. Na ONU, a identificação conceitual destacou-se na mesma época em que a comunidade acadêmica debatia sobre o conceito de estabilidade e estabilização. De um modo geral, o conceito nas operações de paz na ONU tem estado atrelado às ações de combate contra o T(t)errorismo, contrainsurgência, operações de inteligência dentre outros. (OLIVEIRA, 2020, pp.192-194). Robert Muggah (2014, pp.57-59), através da organização de sua obra ‘*Stabilization Operations, Security and Development*’, afirma que o conceito de estabilização e/ou estabilidade deve ser visto enquanto uma normativa que possui um multi-espectro e múltipla compreensão tendo em vista as relações diplomáticas, os diálogos entre civis-militares, as redes cooperativas entre diversos atores, onde um ritual de passagem tratado como transição ao ser realizado dita e descreve o tardio *peacekeeping* e a inicial normativa de *peacebuilding*.

No âmbito da ONU, a normativa da estabilização é parte de um processo político que envolve uma reorientação das prevenções dos conflitos armados, da diplomacia preventiva, das estratégias de *peacebuilding* e *peacekeeping* realizadas pelos Departamento de Operações de Peacekeeping (DPO), Escritório e Suporte para o Peacebuilding (PBSO) e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Isso significa dizer que a estabilização e/ou estabilidade revisitava os conflitos armados e os processos pós-conflitos, considerando que nas intervenções humanitárias e/ou militares realizadas, a proteção de civis, a luta contra o T(t)errorismo em escala global, a ampliação de políticas de contrainsurgência, deveriam ser ampliadas, contrariamente as normativas de *peacebuilding*. (MUGGAH, 2013; KARLSRUD, 2017; CONING, 2017).

5.4.1

Os tratamentos terapêuticos da diplomacia estadunidense: o Orientalismo militarizado nas missões de estabilização

Ao longo dos múltiplos processos políticos exercidos pela diplomacia estadunidense segundo a lógica da intervenção destaca-se os aspectos médicos ou terapêuticos, mediante a relação

dialógica entre ‘médico(a)’ e ‘paciente’. Ou seja, o dialogismo ocorre a partir da examinação do quadro clínico do país/sociedade, onde investiga-se a ‘doença’ do paciente, considerando as possíveis ‘causas’ e ‘consequências’ da patologia, bem como analisa os possíveis ‘diagnósticos’ e ‘prognósticos’ que emergem desse quadro. No movimento dialógico, paciente e médico devem estabelecer um canal de comunicação entre si, embora haja uma hierarquia, na medida em que o médico ocupa a condição de *expert*, contrariamente ao paciente, que na condição de enfermo aceita as sugestões da medicina ou pode problematizar as medicações sugeridas (PUPAVAC, 2009).

No que concerne o médico, ele somente consegue exercer sua função, e, portanto, atuar, a partir da autorização do paciente frente ao cenário apresentado durante uma consulta, tratamento clínico e/ou internação que visa administrar e/ou conter a evolução da doença do Outro. Para tanto, torna-se necessário que o paciente também colabore com o profissional da medicina durante a sua atuação. O paciente ainda que esteja por vezes em uma condição subalterna, poderá contrariar e/ou se contrapor as visões do médico. O paciente ao questionar as ações realizadas pelo médico tem suas reivindicações ‘aceitas’ mediante certas regras e/ou condições que estão por sua vez condicionadas às visões hegemônicas e orientalistas do Norte. O diagnóstico e o prognóstico podem, portanto, ser problematizados pelo paciente somali, porém cabe ressaltar que há sistemas de controle, monitoramento e vigilância que buscam impedir que a agência política do africano somali possa emergir. E, caso a agência política consiga algum tipo de espaço precisa ser silenciada e/ou despolitizada e/ou traduzida pelo Norte global novamente, para que as visões hegemônicas permaneçam sendo socializadas, ainda que impostas rotineiramente.

Isto posto, segundo Oliveira (2020, p.194) no campo da P(p)olítica E(e)terna estadunidense, a doutrina da estabilização tem sido destacada em 2005, mediante a publicação de um importante documento via o Departamento de Defesa, através da Diretiva DoDD 3000.05¹⁶⁴. Segundo a normativa, a estabilização é um esforço inerentemente político que requer o alinhamento do governo dos Estados Unidos (USG) – a partir do engajamento diplomático, assistência externa e defesa - para criar as condições nas quais autoridades e sistemas localmente legítimos podem administrar pacificamente conflitos e prevenir a violência. De acordo com o documento, os Estados considerados frágeis afetados por conflitos servem como terreno fértil para o extremismo violento. Isso significa dizer que o terrorismo transnacional e o crime organizado são alimentados por condições desumanas e catastróficas que envolvem os refugiados e deslocados internos, pelas emergências humanitárias, bem como a propagação de doenças pandêmicas, fazendo com que a estabilização atue como uma forma de prevenir ou mitigar essas condições que afetam a segurança dos Estados Unidos e dos seus aliados (DoDD, 2005, p.2). O DoDD destaca alguns principais

164 Disponível em: https://irp.fas.org/doddir/dod/d3000_05.pdf Acessado em 28/03/2022.

objetivos promovidos pela diplomacia estadunidense frente as condições terapêuticas elencadas acima:

plan and conduct stabilization in support of mission partners across the range of military operations in order to counter subversion; prevent and mitigate conflict; and consolidate military gains to achieve strategic success. b. DoD will emphasize small-footprint, partner-focused stabilization that works by, with, and through indigenous and other external partners to achieve strategic objectives. c. DoD's core responsibility during stabilization is to support and reinforce the civilian efforts of the USG lead agencies consistent with available statutory authorities, primarily by providing security, maintaining basic public order, and providing for the immediate needs of the population. d. DoD will establish a defense support to stabilization (DSS) process to identify defense stabilization objectives in concert with other USG departments and agencies; convey them through strategic documents; organize to achieve them; and prioritize requisite defense resources. (DoD, 2005, p.3 grifo meu).

De acordo com os estudos realizados por Oliveira (2020, p.196), uma importante mudança ocorreu nas ações diplomáticas estadunidenses, onde a estabilização passou a ser vista como um 'processo', enquanto que a estabilidade se tornou um 'efeito'. Na Somália, a Missão da União Africana (AMISOM),¹⁶⁵ aprovada através da Resolução 1772, em agosto de 2007, os *gatekeepers* estadunidenses intervieram no país, por meio de outros reenquadramentos políticos utilizando-se das pautas humanitárias, através da USAID, ao fazer uso da narrativa antiterrorismo, a fim de combater o *Al-Shabaab*. A atuação da comunidade internacional na Somália contou com inúmeros subsídios, sobretudo aqueles que envolviam a realização de atos cooperativos entre a ONU, os EUA, a União Africana (UA), a Autoridade de Desenvolvimento Intergovernamental (IGAD) e países como Etiópia, Uganda e Burundi (WILLIAMS, 2019, p.22).

Uganda's parliament approved the decision to deploy into AMISOM on 13 February 2007 by majority vote. Shortly afterwards, President Museveni announced: "We will not go to Somalia to impose peace on the somalis, because we shouldn't do that and we can't do it. What we are going to do in Somalia is to empower our Somali brothers to rebuild their state". (...) Official explanations for Uganda's decision to lead AMISOM emphasized Pan- African solitary and fighting terrorism in the region. (WILLIAMS, 2019, p.44 grifo meu).

Assistência Humanitária da USAID/OFDA à Somália (2004-2009)	Porcentagem
Água/Higiene/Sanitário	24%
Proteção	4%
Agricultura e Segurança Alimentar	7%
Nutrição	15%
Saúde	10%
Logística e Alívio via a Commodities	29%
Abrigo e Assentamentos	2%
Recuperação Econômica e Sistema de Mercado	6%
Coordenação Humanitária e Gestão de Informação	3%

Tabela (11): Ajuda Humanitária promovida pela USAID pós-batalha de Mogadíscio¹⁶⁶

Fonte: Elaboração Própria com base na USAID

165 Disponível em: [https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1772\(2007\)](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1772(2007)). Acessado em 10/04/2021.

166 Disponível em: <https://www.usaid.gov/humanitarian-assistance/somalia/somalia-archive>. Acessado em 10/02/2021.

Como visto, a proposta da estabilização realizada pelos Estados Unidos, teve com um dos principais documentos a confecção do DoDD, que visou ‘*requires sustained civilian and military integration at the strategic, operational, and tactical levels to achieve unity of effort*’. (DoDD, 2013). Ao promover um constante diálogo entre os atores civis e militares, a estabilização visa (re)criar e/ou (re)estabelecer formas políticas que garantam a boa governança, o desenvolvimento e a segurança onde a lei e a ordem possam ser garantidas. Do ponto de vista estratégico, a normativa da estabilização tem se utilizado de práticas políticas, mediante o uso da força, que ao ser decidida ao nível estratégico, em intervenções que não dependem necessariamente do consentimento, e incorporam de forma menos problemática o objetivo de influenciar processos políticos — incluindo mudanças de regimes, como apontam os casos do Afeganistão e do Iraque, cujas lições aprendidas estão na base dos desenvolvimentos doutrinários sobre estabilidade e a estabilização (OLIVEIRA, 2020, p.198).

Na prática, a estabilização utiliza-se, segundo Muggah (2013, p.65), de combinações das políticas *hard* e *soft*, enquanto um ato estratégico, principalmente, quando valem-se do relatório produzido pela ONU ‘*Report on Peacebuilding in the Immediate Aftermath of Conflict*’ ao endossarem multi-mandatos e multi-mecanismos técnicos e operacionais. No caso da AMISOM, a operação de paz de estabilização, em defesa da proteção de civis, a favor de uma política calcada em uma guerra de contrainsurgência, houve uma busca exaustiva para colocar um fim ao T(t)errorismo em escala global. Para tanto, o Ocidente produziu a anulação da soberania somali onde discursos paternalistas e tutelares, enquanto missões civilizatórias, foram evocados de modo a reconstruir o país do leste africano a fim de torná-lo estável.

Reaffirming its respect for the sovereignty, territorial integrity, political independence and unity of Somalia, Reiterating its commitment to a comprehensive and lasting settlement of the situation in Somalia through the Transitional Federal Charter, and stressing the importance of broad-based and representative institutions reached through an all-inclusive political process, as envisaged in the Transitional Federal Charter (...) Reiterating its appreciation of the efforts of the international community, in particular the African Union, as well as the League of Arab States, the Intergovernmental Authority on Development and the European Union (Grifo meu), to promote peace, stability and reconciliation in Somalia, and welcoming their continued engagement (CSONU, 2007 grifo meu).

Por isso, que ao reler as reflexões promovidas por Oliveira (2020, p.195), que reflete as normativas da estabilização, oriundas do Departamento de Defesa, entendo que as operações de paz como a AMISOM se tornaram fundamentais para as missões militares estadunidenses, visto que funcionam como uma garantia da ordem e do progresso político do leste africano. Dentre as diversas formas de tradução sobre as missões de estabilização, destacou-se o relatório confeccionado em 2012, intitulado *Preserving Stability Operations Capabilities to Meet Future*

*Challenges*¹⁶⁷ que promoveu a cultura institucional militar estadunidense de modo fluido e indefinido para o resto do mundo. Entre 2012 e 2016, as normativas estadunidenses que envolveram o conceito de estabilização, algumas delas passaram por mudanças, quanto à forma e o conteúdo ao substituir Operações de Estabilidade, para tão somente, Estabilidade. Isso significa dizer que através da revisão da normativa feita em 2016, a estabilização passou a ser definida como processo, enquanto que a estabilidade foi vista como efeito. (OLIVEIRA, 2020).

Diante disso, a normativa da estabilização a partir de seus ajustes e readequações enquanto tratamentos terapêuticos fixou a soberania somali, enquanto um espaço desgovernado, inacabado politicamente, frágil em termos econômicos e políticos e, principalmente, caracterizado pela anarquia, símbolo do caos, da fome e da miséria humana que promovem insegurança à comunidade internacional. Por isso, compreendo que as reformas das Operações de Paz atreladas a *peacebuilding*, bem com a emergência e da instauração da estabilização, enquanto uma normativa ocidental, tem realizado múltiplos mecanismos políticos que visaram promover a governamentalidade, a proteção de civis, reformas nos setores de segurança dentre outros aspectos que endossem a política da ‘boa governança’. Porém, as ‘transformações’, apenas visam manter e promover a cultura do intervencionismo militar e/ou humanitário nos países do Sul global. (FERNANDEZ, 2011; DOUCET, 2017; FERNANDEZ; GUERRA, 2021).

5.4.2

Busca-se horizontalidades, mantém-se as verticalidades: os turbulentos laços socioculturais entre Somália e Estados Unidos na normativa da estabilização

A normativa da estabilização promovida pelo Ocidente, ainda que tenha buscado promover a horizontalidade, tem se utilizado de estruturas que reiteram as verticalidades entre os países e instituições. Principalmente, quando por vezes a estabilização faz uso de discursos políticos que endossavam a possível ‘retomada’ ou construção de laços socioculturais com os países do Sul global a partir de aspectos que envolvem a religião, movimentos afrodiáspóricos, dentre outras temáticas. Muggah (2014, pp.7-8) promoveu uma importante discussão sobre este assunto, já que estabeleceu uma subdivisão política que envolve o conceito da estabilização, ao considerar dois principais aspectos: verticais e horizontais.

As tenções horizontais destacam-se pelas forças armadas, a polícia, os serviços comuns que promovem a justiça social. Elas têm sido utilizadas nas operações de estabilização, como uma ferramenta que visa promover a restauração das práticas de boa governança. Já no âmbito das tenções verticais emergem devido à justaposição de prioridades domésticas. Entre as tenções acima, a análise realizada por Muggah (2014) desconsidera os aspectos pós-coloniais e/ou decoloniais que envolvem a normativa da estabilização. Isso significa, portanto, que não há uma problematização

167 Disponível em: <https://info.publicintelligence.net/DoD-StabilityOpsAssessment.pdf> . Acessado em 13/04/2022.

quanto à universalização da norma, tampouco se questiona a ideia que endossa o retorno à normalidade. Além disso, não problematiza que a estabilização se tornou uma ‘nova’ ferramenta discursiva, que mediante regimes de saber/poder, pretende perpetrar práticas políticas que visem manter a governamentalidade pós-colonial no Sul global.

A forma com que Muggah (2014) compreende a estabilização, não há uma discussão quanto à essencialização do Internacional – traduzido como Global, bem como não é feita uma de(s)colonização quanto à representação do Local, que tende a ser romantizado e/ou essencializado na medida em que há promoção da cultura da paz. Esta ainda se mantém presa às visões do internacionalismo liberal, ainda que busquem se colocar de modo contrário, ao endossar a perspectiva de um pós-liberalismo, a fim de legitimar as concepções de ordem e/ou progresso que permanecem fundamentais as propostas políticas ocidentais, através de seus múltiplos objetivos intervencionistas que visam a reconstrução, recuperação e/ou reestruturação do Estado e/ou da nação africana. (RICHMOND, 2012; RICHMOND; POGODA, 2016; MAC GINTY, 2020).

Na atualidade, o Ocidente tem utilizado de modo exponencial a gramática da estabilização, muito semelhante ao que já foi realizado com as operações de *peacebuilding* e *peacekeeping*, onde os discursos hegemônicos e suas práticas coloniais utilizaram técnicas e mecanismos vistos como científicos que visavam a desqualificação dos países do Sul global, como a Somália. A partir de um conjunto de ideias e expertises que foram vistas enquanto as ‘melhores’ práticas e/ou procedimentos para o país africano frente ao SI, o Norte global estabeleceu conexões que visaram disciplinar, monitorar e vigiar os ‘patológicos’ corpos pretos somalis. Talvez, mais do que ‘proteger’ os povos somalis deles mesmos, o objetivo do Ocidente foi salvar suas almas atormentadas, diante das sanguinárias formas com que exerceram a política da violência no resto do mundo, sobretudo, ao fazerem uso de métodos que endossavam a perpetração de atos criminosos como a esterilização dos dos sujeitos políticos africanos (JABRI, 2007; 2010; 2013; SABARATNAM, 2017; 2020; HOWELL; RICHTER-MONTPETIT, 2020).

De todo modo, sinalizo que as missões de estabilização, assim como as demais normativas que circunscreveram as operações de paz, fazem parte da hegemonia da estrutura disfuncional, desigual e hierárquica do sistema jurídico-político da arquitetura do Internacional, que historicamente racializou e embranqueceu as regiões/países da periferia. Por isso que argumento novamente que de modo semelhante como ocorrido com o *peacebuilding*, embora com suas diferenças, as metodologias e procedimentos utilizados na normativa da estabilização visam tão somente determinar as trajetórias dos sujeitos pós-coloniais, segundo certas visões de mundo etnocêntrica, através de sistemas de opressão, exclusão e silenciamento das agências políticas dos sujeitos pós-coloniais. Diante disso, retomo o pensamento de Fernandez (2011) quando problematiza que as ‘novas’ operações de paz não são tão diferentes dos ‘antigos’ modelos

intervencionistas, ainda que deva ser considerado algumas ampliações quanto ao objeto e mudanças nas formas de abordagem e enquadramento tanto no que tange aos conflitos.

Cabe ressaltar que no âmbito do gerenciamento dos conflitos a estabilização, via os processos de pacificação, bem como as operações de *peacebuilding*, mobilizaram e negociaram diversas imagens, mas de um modo geral permanecem atreladas à existência de dois mundos: de um lado o mundo Ocidental composto por países e instituições ditas desenvolvidas, modernas e civilizadas; do outro lado, o mundo árabe que inclui a Somália, espaço caracterizado pela selvageria, subdesenvolvimento e barbárie.

5.4.3

O logocentrismo da diplomacia ocidental na AMISOM: a tradução do discurso orientalista e a perpetuação da islamofobia

A AMISOM teve como objetivo principal por um fim ao T(t)errorismo existente na região do leste africano, promovido pelo *Al-Shabaab* em suas correlações com a *Al-Qaeda*. Tal objetivo foi perseguido por meio de um discurso pacificador, via a normativa da estabilização. Por isso, a AMISOM fez uso da gramática logocêntrica ocidental que tem na islamofobia a reprodução de uma cultura calcada na perpetuação do racismo. Compreende-se por logocentrismo a perspectiva de Jacques Derridá em seu livro *‘Escritura e Diferença’* onde o filósofo desconstrói as predisposições modernas que (re)produzem as oposições binárias e maniqueístas. Na comunidade internacional, a islamofobia tem sua tradução quando as diplomacias ocidentais fazem uso de arquétipos, representações, estéticas, onde conceitos como selvagens e/ou bárbaros são evocados, principalmente, quando associados aos animais vistos como irracionais. Porém, ao falar sobre a islamofobia, o Ocidente reitera seus valores culturais, sobretudo, aqueles atrelados a cultura judaico-cristã.

Os discursos midiáticos do NYT a partir da matéria jornalista feita pelo correspondente internacional, Jeffrey Gettleman, publicada em maio de 2009, informa que *‘Whether Somalia becomes a terrorist incubator and a genuine regional threat which is already beginning to happen, with hundreds of heavily armed foreign jihadists flocking here to fight for the Shabab’*. Segundo o jornal a situação que existe e perdura na Somália pode ser visualizada por meio *‘It is an Islamist versus Islamist war, and the Sufi scholars are part of a broader moderate Islamist movement that Western nations are counting on to repel Somalia’s increasingly powerful extremists’*. Por isso, que para muitos analistas internacionais há algumas diferenças no que concerne à forma com que os somalis foram comparados aos bárbaros vis-à-vis os selvagens. Os somalis quando associados à imagem de selvagens, foram vistos enquanto animais irracionais, porém eles poderiam deixar a condição de selvageria tratada como inferioridade através da sua domesticação.

A domesticação ocorre por meio dos contratos sociais, enquanto processos que endossam sistemas racializados e racistas, típicos da dinâmica do SI e suas teorias *mainstream* caracterizadas por normas mobilizadas pela branquitude que visam ratificar a discursos paternalistas e tutelares (MILL, 1999; HOBSON, 2004; 2007 HOBSON; SAJED, 2017; GROVOGUI, 1996). Em gradações diferentes, às imagens dos selvagens, os bárbaros foram vistos também como estranhos, entretanto eles não podem transitar e/ou modificar sua natureza, porque eles não respeitam quaisquer tipo de padrão civilizatório, ao contrário eles ignoram outras realidades socioculturais, na medida em que sua essência é ontologicamente marcada pela (re)produção da cultura do terror e da (in)segurança, sobretudo, quando fazem uso do *jihadismo* via o islã. O islã é visto como um problema na medida em que a religião se torna o canal de mediação para a promoção da política da violência sobre o Ocidente. (TODOROV, 1999; BALIBAR, 2014; FOUCAULT, 2017a).

Os países que o compõem o Ocidente, sobretudo, os Estados Unidos e a Europa Ocidental, historicamente têm ridicularizado o Oriente, já que a região e a cultura mantiveram-se associadas à uma geografia imaginativa que o representa como exótico, insurgente e (re)produtor da cultura do terror. Diante disso, compreendo que refletir sobre o logocentrismo da diplomacia ocidental, trata-se de uma incessante busca por imprimir no Outro, como no caso da Somália, com a existência e permanência da AMISOM, a reiteração do *self* ocidental, mediante a criação do adversário e/ou inimigo, a partir de um conjunto de imagens que representam uma tripla exceção. Onde, primeiramente, destaca-se a representação dos somalis, durante a década de 1990, cuja pobreza, fome e miséria humana produziram a Somália como um espaço de exceção em relação aos demais países do SI. A segunda exceção produzida diz respeito aos piratas e o sistema de pirataria que têm sido vistos como fora da lei a partir das lentes do Ocidente, já que suas práticas econômico-políticas permanecem sendo compreendidas como abomináveis, sobretudo, quando realizadas pela Somália, país tratado como pária no SI (BAHADUUR, 2011).

O que o Ocidente apaga ou esquece é que no período anterior ao século XVIII, a pirataria era uma prática utilizada pelas grandes potências europeias da época, como no caso da Inglaterra durante a Era Elisabetana (1558-1603), onde as práticas comerciais realizadas pelos corsários contavam com o apoio do monarca. A terceira exceção foi produzida a partir do processo que circunscreve os grupos terroristas como AIAI e o *Al-Shabaab* como *outsiders*, posto que são vistos como promovedores da cultura da (in)segurança e do terror em parceria com a *Al-Qaeda*, grupos clânicos e milícias. A partir de tal associação, a Somália é criminalizada e banida do SI, posto que desrespeita as normativas e a política ética-moral do Ocidente.

5.4.4

A tradução dos mitos da Torre de Babel: o logocentrismo estadunidense nas operações de estabilização na Somália

Vicente Rafael (2000, p.113) ao resgatar duas grandes obras acadêmicas pós-estruturalistas, vinculadas ao filósofo franco-magrebino Jacques Derrida, '*Monolingualism of the other*' e '*Des tour de Babel*,' refletiu que a torre de babel representa o mito da origem, a metáfora da metáfora, a narrativa da narrativa, a tradução da tradução. Extraída do livro de Gênesis (11:1-9), a história relata a construção de uma torre que alcançaria os céus. Deus teria promovido uma confusão na humanidade, ao estabelecer diferentes idiomas, o que impediu que a torre fosse construída. A impossibilidade da construção da torre pelos seres humanos se deu quando Deus puniu a população ao verificar a forma com que a torre estaria sendo construída. Nesse sentido, ele optou por modificar o modo com que a população falava, ao estabelecer a existência de múltiplas línguas, em vez de uma única língua comum.

O mito da torre de Babel traduz o monolinguismo com que o *self* estadunidense é confeccionado pelas redes (inter)nacionais de notícias e *Thinks Thanks*, socializados, ainda que imposto a população somali, visa promover os valores sóciosoculturais do Ocidente, sobretudo, aqueles atrelados ao Iluminismo e ao humanismo. À vista disso, sublinha-se que a política externa estadunidense por meio da representação de sua soberania, a partir do seu idioma e linguagem, pretendeu relembrar aspectos históricos que enalteçam a coesão de sua nação. Todavia, a diplomacia estadunidense também por meio da tradução, atrelada ao mito da Torre de Babel, buscou apagar os seus fantasmas e demônios que residem e transitam na história do seu país. Por isso, precisam ser extirpadas a fim de evitar as contradições já que podem ser questionadas por países que se espelham, embora não necessariamente.

Ao longo de sua história, portanto, a P(p)olítica E(e)xterna estadunidense fez uso de múltiplos recursos sociopolíticos, onde a cultura tornou-se o principal mecanismo de proteção dos valores culturais anglo-etnocentricos, sobretudo, quando a diplomacia pretendeu (re)produzir imagens/imaginários onde adversários e/ou inimigos fossem reconhecidos pela O(o)pinhão P(p)ública. Por fim, aponta-se que a tradução das diferenças socioculturais apresenta três faces: 1) permite conectar mundos; 2) promove a política da separação entre os povos; 3) realiza um hibridismo onde separa e/ou conecta culturas; Para Bilgin (2021, p.248) o ato de traduzir significa realizar uma transplantação, ou seja, um canal de transmissão de ideias, valores, princípios etc. Diante disso, a tradução do mito da Torre de Babel significou uma '*linguistic exchange and historical imagination give rise to one another within the context of persistently uneven, and always contingent, relations of power*'. (RAFAEL, 2000, p.14).

Isso fez com que os adversários e/ou inimigos da diplomacia estadunidense, fossem assimilados e/ou aniquilados, através da hegemonia imposta pelo inglês, onde memórias, passados e ancestralidades dos povos aculturados deviam ser silenciados. O apagamento das histórias ocorreu com os indígenas na conquista tratada como expansão para o oeste, em regiões como México, bem

como com as populações negras traficadas pelo atlântico negro e/ou vermelho e/ou por meio dos fluxos migratórios de diversos países, sobretudo, aqueles atrelados à cultura árabe (GILROY; 2010; RAFAEL, 2016; LAGE, 2020). Semelhante situação tem sido repetida em outras regiões do mundo, quando os Estados Unidos visam cooptar os públicos do Sul global, impondo suas visões políticas e culturais nos territórios tidos como problema.

No caso da Somália, bem como nos demais países do Oriente Médio, à religião islâmica associada ao terrorismo, precisava ser ceifada pelo Ocidente. A fim de conter os avanços do islã e do terrorismo – assim compreendidos pelo Ocidente, especialistas anglo-eurocentricos em comunhão com o puritanismo da sociedade estadunidense, instaurou um movimento político-religioso cruzadista contra os países do Sul global reduto da cultura da insegurança, ao endossar a importância dos valores cristão. Retomo o discurso político¹⁶⁸ de George W. Bush proferido dentro da Casa Branca, destinado a nação estadunidense, por sua transcrita pelo NYT (2001), alerta *‘Americans saw the destruction the terrorists had caused in New York and Washington and Pennsylvania, and they wondered if there were other terrorist cells in our midst poised to strike’*. (NYT, 2001 grifo meu) Por isso, segundo o presidente, *‘We have a right under the laws of war, and we have an obligation to the American people, to detain these enemies and stop them from rejoining the battle’*. (NYT, 2001).

Em busca por identificar os grupos terroristas, Bush afirma que *‘Many are Al Qaeda operatives or Taliban fighters trying to conceal their identities. And they withhold information that could save American lives’* (NYT, 2001 grifo meu). Ainda de acordo com o presidente dos Estados Unidos, muitos dos indivíduos estão também localizados na Baía de Guatânomo, por isso: *‘Some of these individuals are taken to the United States naval base at Guantanamo Bay, Cuba. It’s important for Americans and others across the world to understand the kind of people held at Guantanamo’* (NYT, 2001 grifo meu). Nesse sentido, Bush (2001) atesta para a responsabilidade que os Estados Unidos possuem com o mundo e os princípios ocidentais, por isso, *‘we have a duty to bring those responsible for these crimes to justice’*. (NYT, 2001 grifo meu).

Paralelo ao discurso acima, analiso no âmbito da AMISOM, a tradução da dinâmica política tem ocorrido por meio da ONU, da UA e dos Estados Unidos quando têm utilizado o monolinguismo enquanto um canal de comunicação universal, embora particular, que reitera hierarquias e desigualdades. A universalidade da língua inglesa e dos seus respectivos processos sociolinguísticos atuam de modo a impor visões e imaginários do Ocidente sobre o Oriente. Especialmente, quando a tradução anglo-etnocêntrica endossa a promoção de ideias como a justiça social, o igualitarismo, a importância dos direitos humanos e da democracia liberal vistas como dinâmicas políticas que promovem uma ‘boa governança’. Escritores como Paul D. Williams, em

168 Disponível em: https://www.nytimes.com/2006/09/06/washington/06bush_transcript.html Acessado em 11/05/2020.

discursos proferidos no Center for Strategic & International Studies (CSIS)¹⁶⁹, publicizados no canal do Youtube da instituição, a partir de suas análises políticas, ao destacar no painel intitulado *O Futuro da AMISOM*, quais as evoluções, desafios e o futuro da missão da estabilização. A forma com que a missão de estabilização é apresentada, mediante uso de mapas, imagens feitas através dos *drones*, gráficos com dados que demonstram o número de investimentos realizados pelo Ocidente, as formas com que o conflito eram monitores e a perseguição dos grupos terroristas, diante das práticas de contrainsurgência traduzem a linguagem técnica que o Ocidente dissemina para o resto do mundo.

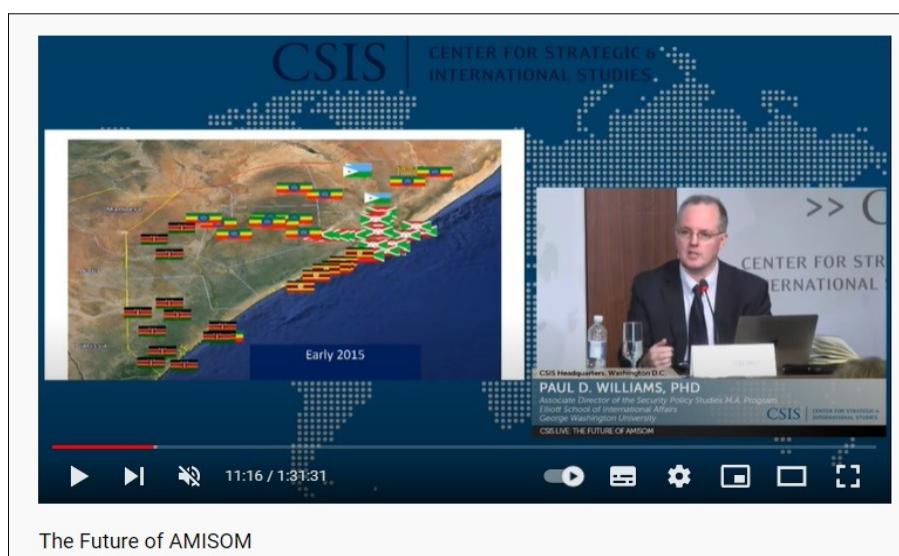


Figura (45): O Futuro da AMISOM

Fonte: CSIS (2018).

Jaques Derrida (2006, p.20), em *Torres de Babel*, informa que a política da tradução ainda que enalteça a passagem de uma língua para outra, desconsidera as análises e reflexões socioculturais, como, por exemplo, as diversas línguas estão implicadas em um mesmo texto, tendo em vista sua intertextualidade. Portanto, a fala dos somalis que deveria ser ouvida, permanece sendo descartada, na medida em que seus textos foram compreendidos como inferiores e, conseqüentemente, precisando serem traduzidos pelas elites somalis e estadunidenses. Como argumentou Rafael (2000, p.1222), o inglês diplomaticamente torna-se a língua franca que reivindica a proteção igual perante a lei, de todos(as) aqueles(as) que vivem em situação de constante perigo como ocorre na Somália, cuja soberania permanece sendo representada pela P(p)lítica E(e)terna ocidental. vista como falida, colapsada diante do terrorismo. Ao resistirem ou insurgirem às traduções do Ocidente, os somalis são vistos como *personas non gratas*, na medida em que seus textos são vistos como não científicos, inferiores e/ou vazios de conteúdos que o Ocidente considere ou julgue como importantes ou necessários para a comunidade internacional.

169 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FGtqRJJL5fo8&t=1834s> Acessado em 11/05/2021.

Rafael (2016, p.101) ao analisar a diplomacia estadunidense e a instrumentalização sistemática da língua, coloca que o Departamento de Defesa tem se destacado em suas ações políticas, na habilidade da tradução, já que a tradução é considerada uma ferramenta essencial de combate de guerra, ainda que o ato de traduzir signifique também a manutenção dos conflitos. Isso significa dizer que a tradução é parte das ‘capacidades da força vital para o cumprimento da missão’. (RAFAEL, 2006, p.101). Portanto, as linguagens críticas ou o que às vezes são chamadas de ‘linguagens da Guerra Global ao Terrorismo’, podem existir apenas como parte de um ‘sistema de armas críticas’. Isso significa dizer que a arte da tradução na diplomacia atua mediante a ‘habilidade de combate’, a tradução está, portanto, armada para projetar o poder americano no exterior, garantindo a segurança em casa, bem como nas demais regiões do mundo (WEBER, 1995; DER DERIAN, 2006; DEBRIX, 2007).

5.4.5

A manutenção da matriz racial da AMISOM: a tradução da etnicidade na diplomacia ocidental

Segundo David Campbell (1998, p.92) em ‘*National Deconstruction*’ as definições de etnia devem ser compreendidas a partir do campo da linguagem, cultura, nação, raça, religião ou alguma outra propriedade. A etnicidade é caracterizada por diversas relações de poder, mediante a problemática da identidade e diferença. Países e nações que são marcadas como ‘étnicas’ são traduzidas como ‘não europeias’, isso significa dizer que o termo étnico, ainda que raramente aplicado aos países europeus brancos, demarcam a política da (in)diferença, na medida em que constroem Outros como inferiores, como desprovidos de coesão em suas sociedades.

A etnicidade é, portanto, parte de um constructo sociopolítico, onde a cultura opera como uma fronteira, caracterizada por sua vez, por um processo de (re)produção do racismo e da semiótica da raça, onde o discurso teleológico tem se tornado o principal *modus operandi* do Ocidente, a fim de fazer com que o Oriente seja domesticado à luz do seu *self*. Cabe sublinhar, que a etnicidade faz parte da matriz racial, como analisou Walter Mignolo (2006, p.19), em seu artigo ‘*Islamophobia/Hispanophobia*’, onde etimologicamente refletiu sobre o uso da palavra que faz alusão à linhagem aplicada aos cavalos. Os cavalos têm diferentes distinções para a história do mundo árabe. Nos dicionários espanhóis, os cavalos são os primeiros exemplos de linhagem – vista como puro sangue, distintas da visão inglesa, cujos animais eram classificados a partir da raça, diferentemente dos indivíduos associados à etnicidade.

A relação entre etnicidade, racismo e a metáfora do cavalo, exemplificadas na *Islamophobia/Hispanophobia*, enquanto formas de racismo, não trata-se de uma questão de sangue ou cor de pele, mas de um discurso de classificação presente desde a fundação moderna e colonial (MIGNOLO, 2006, p.19). A representação da etnicidade, enquanto parte da matriz racial,

(re)produzida sobre a África foi instrumentalizada pelo Ocidente através de um duplo movimento, caracterizado por uma fronteira porosa e elástica, embora tenha se colocado como fixa e estática, eu demarcou duas formas de especialidades: interna e externa.

No âmbito interno da fronteira, a representação da etnicidade promoveu a política da (in)diferença, segundo mecanismos políticos que promoveram diversos sistemas de classificação, hierarquização e disseminação da cultura da desigualdade. Já na parte externa da fronteira, a dinâmica diplomática ocidental utilizou-se da reprodução de uma geografia imaginativa atrelada ao poder imperial (MIGNOLO, 2006, p.24). No caso do continente africano, a aplicabilidade das dinâmicas internas e externas ocorreram diplomaticamente por intermédio da AMISOM, onde a estabilização proposta à Somália foi representada a partir da criação, subversão e exploração da metonímia de modo que o país, bem como o continente, permaneceu sendo visto como degenerado, desgovernado e problemático (OPONDO, 2012).

Uma das formas de conter a degeneração e a subversão da Somália frente ao *Al-Shabaab*, ocorreu a partir de três principais dimensões: autoridade política (nexo paz-segurança via a União Africana, Conselho de Segurança e Paz da União Africana e o Conselho de Segurança da ONU), financiamento (múltiplos fundos extraídos de diversas instituições e estados na busca por construir um fundo intitulado Fundo de Confiança das Nações Unidas para as Instituições de Segurança de modo Transicional da Somália) e a instauração de múltiplas operações (diversos níveis operacionais e táticos através de múltiplos níveis) (WILLIAMS, 2019, pp.6-8).

Por isso que a etnicidade é parte de um discurso que reafirma a (re)construção de fronteiras entre um mundo que se quer afirmar e outros que são apagados. As operações de paz como a AMISOM visaram reafirmar a importância da Europa e dos Estados Unidos e de suas instituições políticas que tendem a construir histórias sobre o resto do mundo à sua semelhança. Isso significa dizer que a promoção da normativa da estabilização, via a AMISOM, em sinergia com política da etnicidade, enquanto uma prática colonial, tem ocorrido diante do discurso orientalista perpetrado pelo Ocidente. Principalmente, porque a proteção de civis (PoC) ao ter sido recuperada com suas respectivas readaptações, a partir das Convenções de Genebra (1949), e seus protocolos adicionais (1967), cuja implementação ocorreu em 2013, fez com que houvesse a ratificação da concepção universalista da humanidade.

Especialmente, quando o PoC endossou a ideia de que o *Al-Shabaab*, enquanto um ator terrorista, tem adotado uma variedade de táticas – incluindo o uso de escudos humanos e obrigando os civis a permanecerem em áreas vistas como perigosas a exemplo de cidades como Mogadíscio. (WILLIAMS, 2013, p.3). Por isso, sublinha-se que a AMISOM, ao reiterar a imagem da etnicidade na Somália, proporcionou que o PoC ratificasse a representação de um Internacional que (re)produz uma normativa convencional, ao atribuir ao Ocidente a garantia da ‘proteção’ e da ‘salvação’ de

civis, enquanto que o resto mundo é visto como aquele que representa a ideia de risco, medo e pânico – simbolizado pela representação do problema do leste africano.

A diplomacia estadunidense tem feito uso do programa de Treinamento e Assistência para Operações de Contingência na África (ACOTA), como uma resposta às crises na Somália, que historicamente tornaram-se um dos principais instrumentos da política da boa governança ocidental aplicada nas operações de paz, sobretudo, aquelas atreladas a normativa da estabilização. Atualmente, a ACOTA é a sucessora da Iniciativa de Resposta a Crises de África (ACRI) que em 1997, iniciou o Programa de treinamento de manutenção da paz sob o guarda-chuva dos Estados Unidos, cuja composição e cooperação era realizada por quatro países do continente africano. Desde então, com a existência e permanência da ACOTA, o número de países mais que duplicou, tendo em vista que atualmente são compostos por 21 parceiros africanos.



Quadro (1): Atores envolvidos na AMISOM

Fonte: Elaboração Própria com base em Williams (2019)¹⁷⁰

De acordo com diversos analistas, a África, enquanto uma terra marcada por anomalias, anacronismos e/ou anarquia, tem sua infância perdida, para tanto, torna-se preciso conter e modificar o cenário sociocultural do país, como destacou Coronel Russell J. Handy. Para o militar e analista político, durante a era Bush, ainda que tenha havido uma queda no que concerne aos investimentos realizados na África, já que os Estados Unidos reduziram de 31 milhões de dólares em 2003 para 9 milhões em 2004 (RUSSEL, 2010, p.65), a ACOTA aumentou a receita de 10 para 15 milhões de dólares na Somália via a AMISOM. Dentre as principais contribuições da ACOTA na AMISOM na Somália, destacaram-se as seguintes: 1) Treinar soldados africanos em procedimentos

¹⁷⁰ Disponível em: https://www.ipinst.org/wp-content/uploads/2019/10/1910_Lessons-from-AMISOM.pdf. Acessado em 21/04/2021.

como a partir da década passada, o NYT faz um comparativo com a realidade dos anos 2000, afirmando que o papel dos Estados Unidos através de seus *experts* na Somália são: *‘agree the most effective counterterrorism strategy for Somalia is one that seeks to establish a stable government, as well as an environment in which civil society organizations and moderate Muslim organizations can flourish’*. (NYT, 2006).

Novamente, evoco o trabalho de Patrick Porter (2017) em sua obra *“Military Orientalism”*, onde aponta como as representações orientalistas a partir da gramática da militarização se faz presente aos olhos do Ocidente, sobretudo, quando envolve os Estados Unidos. Dentre as múltiplas formas de atribuição aos conflitos armados, destacadamente em outros territórios como o da África, sobretudo, quando as *‘Television screens in the 1990s showed graphic images of ethnic cleansing and ‘tribal’ wars’*. (PORTER, 2017, p.51). A caracterização das representações orientalistas se fazem presente mediante a promoção da política da violência, haja vista as questões religiosas, como guerras clânicas, tribais, pequenas guerras e atualmente o terrorismo, descritos como inimigos. Dentre as afirmações acima apontadas, sublinha-se algumas das visões orientalistas apontadas por Porter (2017, p.5) *‘Some maintain that Oriental enemies, from Islamist terrorists to tribal warriors, wage war not as a rational instrument but for religio-cultural self-expression’*. As resistências armadas, tidas pelo Ocidente como insurgências ou terrorismo na atualidade, são vistas como irracionais, primitivas, selvagens, menos desenvolvidas, mas que necessitam ser monitoradas visto que as *“Small wars’ against indigenous peoples rarely posed an existential threat to Western powers. But they proved dangerous in other ways. Defeat or failure at the hands of a supposed inferior provoked selfexamination, even disturbing the concept of Western identity* (PORTER, 2017, p.).

Na contramão desta afirmação, existem as gueras promovidas pelo Ocidente cujas justificativas tendem a ser embasadas, por representações e um conjunto de imagem e dados que endossem as ações políticas realizadas e a responsabilidade ética ao promover a política intervencionista. Por isso que Porter (2017, p.7 grifo meu) relata os impactos realizados por instituições como a CIA, o Pentágono dentre outros ao reconhecer que *‘Pentagon studies blame ‘cultural insensitivity’ for fuelling insurgencies in Iraq and Afghanistan, while the US Army War College now studies ‘jailed states in Africa, the Middle East, and Central Asia that may become breeding grounds for terrorists.’* Tem-se como exemplo desta dinâmica política e militar, a seguinte reportagem produzida *‘U.S. and UK military train AMISOM forces in counter-terrorism’*¹⁷¹, pelo canal da China Global Television Network (CGTN) na internet em redes sociais como o Youtube. Segundo a reportagem, múltiplos treinamentos têm sido realizados na Somália no combate ao terrorismo por meio da AMISOM, em parcerias como os EUA e o Reino Unido, bem como os

171 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=86WT2hIBO2M> Acessado em 02/08/2022.

suportes e envio de soldados ugandeses que tem fortalecido os sistemas de treinamento e execução das ações militares no terreno.

Segundo a matéria: *‘The group not only frequently targets Somali. It’s also killed hundreds neighbouring Kenya and has threatened violence in Uganda’*. (CGTN, 2015). Representantes das forças armadas dos diversos países africanos, mas que representam a União Africana (UA) consideram os treinamentos táticos, operacionais e militares com o suporte de países ocidentais benéficos, já que atuam na visão do General Daher Aden Abrar – AMISOM Deputy Chied of Staff - como uma maneira de findar com os conflitos na Somália e estabilizar o país do terrorismo. Por isso, segundo o Genera Abrar *‘In future I think that americans, they will give us more trainings, concerning the intelligence fighting against ruralism’*. (CGTN. 2015). Por fim, destaca-se a fala do Major Alex Ahabyona – AMISOM information Office, quando destaca a importância do treinamento e suporte estadunidense e a importância dos conhecimentos adquiridos a partir dos cursos ministrados. Isto é, *‘This course has enchanced knowledge to arms and forces all the sectors in al the sectors are because it has an overall picture of the whole situation that is happening in Somalia (...) In addition eached our coordination with our partner international partners especially the U.S military*. (CGTN. 2015).

Isto posto, busca-se de(s)colonizar a atual imagem da Somália, caracterizada pelas lentes do Estados Unidos, representada como um país símbolo do caos diante dos conflitos étnicos/clânicos na década de 1990, bem como associada à luz do terrorismo da *Al-Shabaab*, e suas correlações políticas e militares vinculadas a *Al-Qaeda*. Diante disso, é preciso resgatar alguns processos históricos políticos e culturais, a fim de promover a de(s)colonização a Somália, já que o país foi visto enquanto um país anárquico e faminto, simbolizados por guerras tribais segundo às lentes ocidentais. Ainda que no século XXI, as representações orientalistas militarizadas mobilizadas pela diplomacia estadunidense também se mantiveram sobre a Somália, haja vista que o país representa a cultura do terror, violência e barbárie ocasionando problemas as diretrizes jurídico-política do SI, calcadas no Iluminismo e humanismo promovido pelo Ocidente. Todavia, cabe ponderar que em ‘nome’ da humanidade e da proteção de civis, o Ocidente por meio de suas diplomacias, calcadas nas políticas intervencionistas, fizeram uso de táticas e projetos militarizados de modo a conter os conflitos nos países do Sul global. Ao fazer isso, vida e/ou morte foram interceptadas por aparatos militares nos sujeitos somalis de modo sistemático.

À vista disso, compreende-se que o Ocidente tem mantido as práticas coloniais, diante da promoção do discurso da etnicidade em suas missões militares e/ou humanitárias nos países africanos, calcadas no racismo e sistemas de racialização, mobilizados pela branquitude puritana à vista do etnocentrismo já que é preciso manter os projetos políticos intervencionistas, enquanto uma forma de proteção – leia-se tutela. Para tanto, torna-se necessário reler as narrativas orientalistas

sobre a Somália, de modo a refleti-las já que dizem sobre as perversidades realizadas via a cultura da violência, por meio da política da (in)diferença, traduzidas como antiterroristas, contrainsurgentes e estabilizadoras como rotineiramente fizeram (e mantêm-se) os Estados Unidos e consequentemente o Ocidente – como a Europa Ocidental. Como assinalaram Barkawi e Laffey (2006, p.330) *‘Eurocentrism also leads to a distorted analysis of Europe and its place in world politics. Understanding security relations, past and present, requires acknowledging the mutual constitution of Europe and the non-European world and their joint role in making history’*.

VI.

Uma releitura da ajuda internacional estadunidense nos pós-genocídios em Ruanda: o trinômio humanitarismo-segurança-desenvolvimento

‘O capitalismo é um sistema parasitário. Como todos os parasitas, pode prosperar durante certo período, desde que encontre um organismo ainda não explorado que lhe forneça alimento’ (BAUMAN, 2010).

‘We are all hybrids. Our polities, societies, and economies are the result of long processes of hybridisation. Our cultures are intertwined. The story of human development contains much mixing of norms and practices’ (MAC GINTY, 2011).

Este capítulo tem como principal objetivo, desorientar os discursos evocados pelo Ocidente sobre Ruanda, no pós-genocídios, sobretudo quando o país adotou a normativa da paz híbrida, a partir da mobilização do trinômio humanitarismo-desenvolvimento-segurança. As transformações ocorridas em Ruanda, segundo as lentes do Norte global, são vistas como símbolos da prosperidade e do sucesso. Nesse sentido, Ruanda torna-se um país mais próximo do Ocidente, conseqüentemente menos África. E, ao fazer isso, os atores políticos e midiáticos estadunidenses legitimaram múltiplos discursos hegemônicos, a favor da manutenção de narrativas orientalistas, de modo a fazer com que a identidade estadunidense se torne o padrão. Isso significou que um modelo de soberania, visto como coeso à luz das lentes ocidentais, e que necessitava ser exportado para os demais países do Sul global, especialmente, quando as imagens mobilizadas pelo Ocidente sobre suas soberanias, são realizadas em perspectiva comparada, de modo a promover a política da (in)diferença e manutenção de hierarquias com os demais países africanos, como a Somália.

O capítulo está dividido em cinco seções: a primeira destaca as imagens do pós-genocídios em Ruanda: o sujeito pós-colonial e a perpetuação do internacionalismo liberal via a ajuda internacional/externa; a segunda parte sublinha as práticas de *statebuilding* e *peacebuilding* mediante a normativa da paz híbrida: a lógica do discurso do pós-desenvolvimento em Ruanda. Num terceiro momento, o capítulo salienta a cultura da (in)segurança(s) segundo os discursos dos *Gatekeepers*: em nome da ‘proteção’ da sociedade ruandesa – a reiteração da tutela via o R2P; na penúltima seção, serão apresentados os ‘novos’ discursos orientalistas no pós-estado falido ruandês: a manutenção da ajuda internacional/externa por meio da política pós-humanitária; por fim, o capítulo trata sobre o trinômio humanitarismo-segurança-desenvolvimento: o modelo de paz híbrida no pós-genocídios ruandês.

6.1

Imagens do pós-geno(cídios) em Ruanda: o sujeito pós-colonial e a perpetuação do internacionalismo liberal via a ajuda internacional/externa

Quando acessei a reportagem produzida pelo NYT em 2006, a partir do olhar da jornalista estadunidense Laura Fraser, sobre uma Ruanda pós-geno(cídio), e que tinha como título '*Coffee, and Hope, Grow in Rwanda*'¹⁷² me questionei, o que sabemos sobre a sociedade ruandesa pós-geno(cídios)? Quais discursos estão sendo mobilizados sobre essa população? O que há de tão interessante sobre Ruanda que faz com que a linha editorial do NYT, produza uma reportagem sobre Ruanda no pós-geno(cídios)? O que (re)significa escolher as palavras café, esperança e crescimento em Ruanda no título da reportagem? Também fiquei me perguntando, quem é essa jornalista? Qual a sua relação com Ruanda? Quais personagens e histórias ela pensou em contar? O que foi excluído-incluído dessa narrativa? Ao escolher o café, símbolo da monocultura, como símbolo/imagem que reproduz a estética e o discurso do desenvolvimento, quais 'novas' formas de pós-colonialismo estão sendo mobilizadas?

Ao reler a reportagem produzida pelo NYT, observei que a palavra esperança aparece no título e, por sua vez, também foi retratada na foto a partir da cor verde, cujos enquadramentos e ângulos escolhidos fotograficamente dão uma dimensão de grandeza. E, nesse sentido, mais uma vez me perguntei, quais emoções buscam ser mobilizadas a partir deste enquadramento político-midiático? O que se deseja apagar deste passado do pós-geno(cídios)? Ao mesmo tempo, o que se deseja lembrar? O que se deseja comparar? Gostaria de esclarecer ao leitor que não pretendo responder todas estas questões, mas tão somente levantar alguns apontamentos que foram evocados, quando acessei alguns dos conteúdos disseminados neste caso pelo NYT e avalizado pelos tomadores de decisão da política externa estadunidense, via instituições como a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID).

A imagem 46 aponta para a cordialidade que existe entre as mulheres ruandesas e a cooperação entre elas na produção e colheita do café, demonstrando a importância do trabalho – símbolo do crescimento de um país que foi duramente violentado pelo geno(cídios). A angulação com que a foto foi tirada, de baixo para cima (*flat lay*), pelo jornalista do NYT, simboliza a ampliação – tida como transformação. A foto tem como composição, mulheres ruandesas felizes com o trabalho exercido por elas – representação da liberdade e da felicidade, constructos ocidentais que visam orientar e orientalizar os leitores.

172 Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2006/08/06/business/yourmoney/06coffee.html>>. Acessado em 08/06/2018.



Figura (46): Women at the Maraba cooperative sorting coffee cherries, so that only the choicest ones will be processed.

Fonte: Gilles Tordjeman apud NYT (2006)

Ao tentar persuadir os públicos, por meio de discursos, o NYT (2006), enquanto uma instituição representante da política estadunidense, buscou determinar como e de que modo devem ser compreendidas as ‘transformações’ que estavam ocorrendo em Ruanda por meio da ajuda internacional/externa. Compreendo que a credibilidade avalizada pelos especialistas (*experts*) via USAID, traduzidas a partir da fala do Sr. Kevin J. Mullally, entrevistado na reportagem do jornal estadunidense, esteve circunscrita às dinâmicas de trabalho que estes profissionais exercem no dia a dia sobre sociedades no pós-geno(cídios). Segundo Sr. Mullay ‘*Coffee has played a crucial role in the positive changes in Rwanda*’. (NYT, 2006).

A seguinte passagem discursiva ressaltada pelo Sr. Mullally (2006), explica e justifica minha afirmação acima, tendo em vista o modo como Ruanda foi enquadrada no imaginário mundial, sobretudo, quando: ‘*By improving the quality of their coffee, about 40,000 of Rwanda’s 500,000 coffee farmers have at least doubled their incomes. (...) Coffee has played a crucial role in the positive changes in Rwanda*’ (NYT, 2006). Quando o representante da política estadunidense por meio da USAID, atesta que o café foi fundamental para as mudanças e resultados alcançados em Ruanda, ele sinaliza, se valendo de estatísticas que ‘não deixam dúvidas’ para o público, simbolizando uma ‘verdade’ absoluta, as transformações e benefícios que Ruanda vem conquistando. A passagem, a partir da fala do Sr. Mullally (2006), além de determinar o presente e o futuro ruandês, naturalizando as múltiplas ações que foram realizadas em Ruanda, via a comunidade internacional, acaba, por sua vez, por normatizar através dos discursos orientalistas, as condicionalidades que deverão ser seguidas.

Ao acessar o conteúdo do NYT, observei também que a história da sociedade ruandesa, começa a ser narrada a partir da fala da cidadã Mukashyaka, de 29 anos. Mukashyaka é uma mulher que trabalha em uma cooperativa em Ruanda no pós-geno(cídios). A cooperativa é responsável pela produção, colheita e venda do café produzido pelas ruandesas, por sua vez, vendido para as diversas regiões do mundo, sobretudo, o Norte global. O café colhido pela sociedade ruandesa, segundo a

jornalista do NYT, é vendido para um dos cafés *gourmet* nos Estados Unidos. Aqui novamente, cabem algumas ponderações: Quem é a ruandesa Gemima Mukashyaka? Ela se considera uma Tusti, Hutu ou Twa? Ao não definir a ‘etnia’ da ruandesa Mukashyaka, o jornal não estaria apagando de alguma maneira a história do(s) genocídio(s) que ficou marcada no imaginário da sociedade mundial? Diante disso, questiono mais uma vez, porque as mulheres foram escolhidas como personagens centrais pela reportagem? Ao falar sobre a cooperativa Maraba, não há problematização da interação entre o Global-Local? Quais os nexos/reversos que habitam a partir da relação entre o NYT com a política estadunidense na produção de conteúdo político e midiático sobre Ruanda?

Ressaltar as questões acima, permite que múltiplas indagações das diversas temáticas e silêncios que permeiam a narrativa orientalista produzida pelos atores ocidentais sobre Ruanda possam ser destacadas. Isso possibilita que algumas reflexões possam ser estabelecidas entre a relação emissor e receptor. No que concerne ao receptor, ele pode concordar com a matéria unilateralmente, mas também questionar, concordando em partes ou estabelecendo formas de resistência ao conteúdo jornalístico, desprezando e/ou denunciando o conteúdo. Ao denunciar, o leitor tem o direito e o dever de se expressar na seção destinada aos leitores, onde criticam – informando o seu ponto de vista. O jornal, por sua vez, pode acatar a denúncia, se retratar na matéria ou simplesmente rejeitar, ao trazer mais conteúdos jornalísticos sobre a temática em questão.

A reportagem *‘Coffee, and Hope, Grow in Rwanda’* descrita acima pela correspondente internacional Laura Fraser sobre uma Ruanda pós-geno(cídios), ganhou sequência a partir da seguinte reportagem *‘Coffee is giving Rwandans a ‘new source of life’*¹⁷³ que foi publicada no mesmo ano e mês a partir de sua divulgação no formato online do NYT. De acordo com as matérias jornalísticas, nos últimos doze anos, Ruanda passou por uma grande transformação histórica social. Ao entrevistar a ruandesa Mukashyaka, a jornalista estadunidense ratifica a narrativa que Ruanda vem obtendo êxito, na medida em que a nação encontrou esperança a partir do cultivo, produção e colheita do café, enquadrando Ruanda como um símbolo de sucesso e progresso. Como apontou à jornalista do NYT, *‘Rwanda, a tiny East African country recently rent by a famously savage civil war, has found hope in that most colonial of crops: coffee. (...) Rwanda has made premium- coffee growing a national priority’*. A representação da nação simbolizada através das cooperativas, normaliza no imaginário internacional a ideia de que Ruanda tornou-se uma nação coesa - uma comunidade imaginada como disse Benedict Anderson (2012), apagando as segregações étnicas que

173 Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2006/08/06/business/worldbusiness/06iht-coffee.2400036.html>>. Acessado em 02/11/2019.

persistem em Ruanda. Como destaca Mukashyaka: *'before joining the Maraba coffee co-op, Mukashyaka's life could hardly have been less hopeful'*. (NYT, 2006).

A monocultura do café é, considerada à luz do Ocidente, uma representação típica do colonialismo, que busca essencializar os sujeitos, mas, ao mesmo tempo, como visto, evoca a ideia de progresso. O primitivismo representado pela monocultura do café é ressignificado, não mais como algo ruim ou simplório tão somente, mas ao contrário é visto de forma positiva e sintonizado com o desenvolvimento de Ruanda. O café torna-se, portanto, o símbolo da coesão nacional, onde primitivismo e progresso andam lado a lado. No que concerne o progresso, este é representado pela reconstrução do Estado e da nação ruandesa, cuja monocultura permitiu unir a população superando as rivalidades étnicas que assolavam o país.

A partir de Philip Verwimp (2013, p.13) sublinha-se que, assim como no passado, na atualidade há em Ruanda, uma ditadura da economia-política do café, que beneficia algumas lideranças políticas, bem como do Internacional, de acumular poder sobre a população. A partir da dependência do valor da safra ou das *commodities* de exportação do café dos países do Sul Global no mercado mundial o Internacional tem mantido seus sistemas de exploração e subordinação por meio da mão de obra ruandesa. Por isso, compreendo com readequações que a valorização das *plantations* em Ruanda relembra algumas características do sistema colonial desenvolvido nos Estados Unidos. Naquela época (1930), segundo o marxista George Novack (1939), as *plantations* desenvolvidas nos Estados Unidos eram subdividas em duas estruturas e *modus operandi* diferentes: de um lado, as *plantations* desenvolvidas nos Estados da Virgínia e de Maryland onde a propriedade média era relativamente pequena, composta por imigrantes brancos em regime de servidão por contrato. Todavia, encontrava-se negros e brancos trabalhando conjuntamente nos campos, sem barreiras intransponíveis;

De um modo geral, as relações entre senhores e escravos tinham como principal característica o paternalismo. Por isso, o proprietário de escravos não era um senhor ausente, ele confiava sua propriedade a um supervisor. Além disso, ele era interessado apenas na máxima quantia de lucro a ser obtida com suas operações. O trabalho no campo era frequentemente tratado com indulgência; as *plantations* desenvolvidas na Carolina do Sul e na Geórgia tinham como característica a escravidão por propriedade, caracterizado por um sistema comercial e explorador, baseado em único cultivo de produto. A maioria dos pretos escravizados presentes nestes estados, advinham da África. Estes estados eram redutos das colônias inglesas. Por fim, a escravidão por propriedade perdeu as características patriarcais, passando a ser transformadas em um puro sistema comercial de exploração (NOVAK, 1939)¹⁷⁴.

174 Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/novack/1939/12/90.htm> Acessado em: 30/07/2022.

Until the 1990s, coffee accounted for 60 percent of total exports, but that declined to about 20 percent in 2001 because of the economic devastation of the genocide and a worldwide crash in coffee prices. Since then, the government has focused on increasing the volume and quality of coffee exports as it attempts to revive the economy; coffee now accounts for 30 percent of exports, totaling \$35 million, a figure which is expected to double this year, Mullally said. (NYT, 2006, grifo meu).

Mediante as observações supracitadas, de acordo com o relatório produzido pela USAID (2004-2009), Ruanda recebeu durante este período um largo investimento no setor agrícola, principalmente cafeeiro, que passou a ser valorizado pelo governo e pelos atores políticos internacionais. Como uma forma de melhorar a qualidade do café ruandês e ao mesmo tempo reduzir a pobreza em Ruanda nos pós-geno(cídios), em 2002, criou-se o projeto *Poverty Redution Strategy Paper* (PRSP). Segundo o projeto de redução da pobreza, várias métricas foram criadas, a fim de melhorar a qualidade do café ruandês. Nesse sentido, diversos investimentos (leia-se empréstimos) foram realizados no setor da agricultura ruandesa. Por meio de *experts* estadunidenses, a USAID institucionalizou diversas estratégias via projetos a fim de exportar o café ruandês, como por exemplo, *Agribusiness Dvelopment Assistance in Rwanda* (ADAR), *Partenership for Enhancing Agriculture trthough Linkages in Rwanda* (PEARL) e *Sustaining Partenership to Enchance Rural Enterpriseand Agribusiness Development* (SPREAD). Além disso, a USAID instaurou dois bancos em Ruanda, o *Development Credit Authority* (DCA) em 2004 com co-parceria com o Banco de Kigali onde \$2 milhões de dólares foram financiados e o *Banque Commerciale du Rwanda* (BCR) em 2006 onde \$2.6 milhões de dólares foram investidos (USAID, 2009, pp.VI-VII).

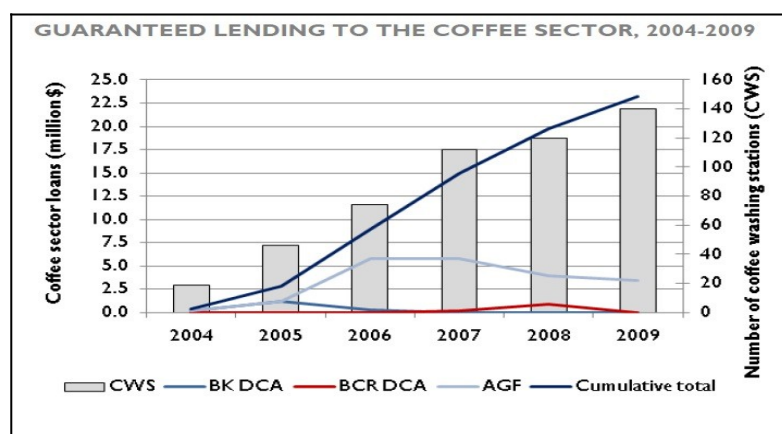


Gráfico (1): Empréstimo nos múltiplos setores de produção do café ruandês por meio da Ajuda Internacional/Externa

Fonte: USAID (2004-2009).

A valorização da monocultura do café, através de falas dos representantes internacionais e de alguns ruandeses, a partir das estratégias discursivas mobilizadas pelo NYT e USAID, legitimou perante os demais países da região no entorno africano, o futuro promissor de Ruanda e consequente interrupção de um passado bárbaro. Os correspondentes internacionais atuaram como

testemunhas oculares de um determinado processo político-social ruandês nos pós-genocídios). Ao estarem no local onde ocorreram as ‘mudanças’, os correspondentes internacionais buscaram convencer o público sobre a ‘autêntica’ e ‘verdadeira’ ‘realidade’ que Ruanda vinha experimentando a partir das interações com o Global.

É importante ressaltar que o discurso da ajuda internacional/externa salienta os ‘benefícios’ que tal ‘ajuda’ traz para os países no pós-conflito. Porém, a ajuda internacional/externa não problematiza as intempéries que advêm desses processos tendo em vista as condicionalidades estabelecidas pelas instituições estadunidenses. Os condicionamentos do internacional advêm das demandas e contrapartidas calcados nos modelos neoliberais que as instituições e Estados buscam legitimar sobre os demais países do Sul global, por meio de critérios que visam promover a igualdade, embora reiterem as hierarquias. Ruanda enquanto um país que foi ajudado pela comunidade internacional, sofre uma ‘inflexão’ discursiva, ao ser diferenciada dos demais países africanos, e, principalmente, da Somália, quando enquadrada como símbolo da prosperidade e sucesso. Tal enquadramento midiático e político ocorreu através dos discursos teleológicos promovidos pelo Ocidente, visualizados na representação do gráfico 1 confeccionado pela USAID, cuja imagem mostra de modo crescente, os investimentos e resultados obtidos pela colheita do café.

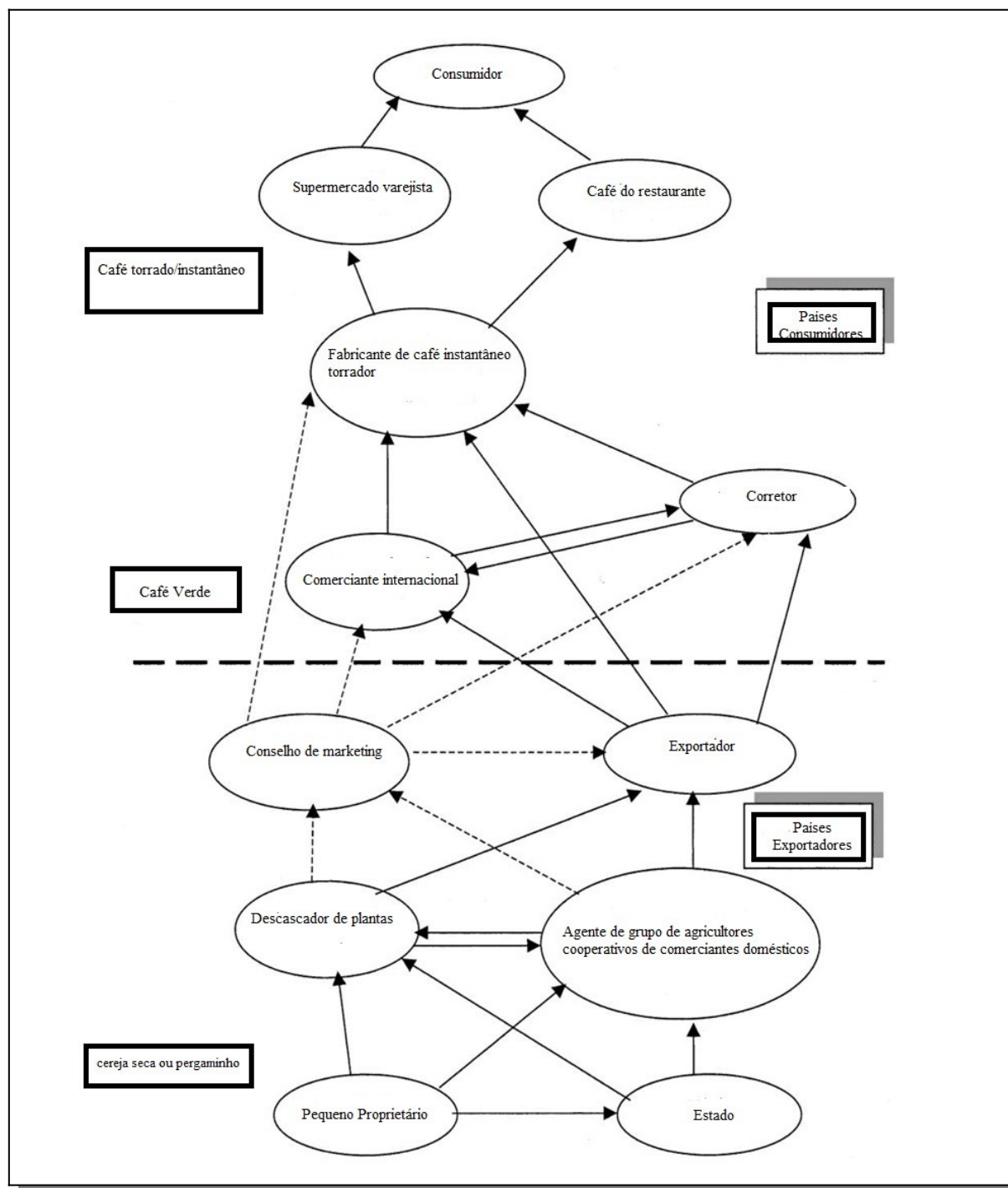
A monocultura do café e/ou as *plantations* representam um ritual de passagem entre dois tempos: um tempo onde o atraso e o paroquialismo movia a sociedade ruandesa, representando a ideia de um estado fraco – leia-se soberania negativa¹⁷⁵ e um segundo tempo, quando a sociedade ruandesa deixa esse lugar do atraso e caminha em direção ao progresso. A imagem performada representa a ideia de uma soberania positiva, que está próxima das dinâmicas econômico-políticas e socioculturais pertinentes ao Ocidente. Em ambas as imagens, sejam elas negativa ou positiva, a depender do enquadramento, o conceito de soberania funciona como o referente jurídico-político (JACKSON, 1993; INAYATULLAH, 1996).

E, diante disso, não há espaço para se (re)pensar outras possibilidades de soberania ou outros termos que traduzam a ‘realidade’ das sociedades africanas e suas dinâmicas de funcionamento. Compreendo, por fim, cabe destacar que o pensamento *mainstream* ao representar os Estados africanos a partir das ideias de soberania positiva e/ou negativa, busca disciplinar a ideia de mais África e/ou menos África, tendo como referência o Ocidente. (ZARTMAN, 1995; GROS, 1996; JACKSON, 2000; ROTBERG, 2002). Por outro lado, tal narrativa não questiona as desigualdades e disfuncionalidades constitutivas do SI, na medida em que destaca a performance soberana em termos individualistas, considerando os Estados como artesãos individuais e

175 Compreende-se por soberania negativa como uma contraposição com a estrutura mais antiga de soberania positiva que surgiu na Europa junto com o Estado moderno e foi expressa pelo imperialismo e colonialismo ocidentais. (...) Na visão de Robert Jackson, no entanto, a soberania negativa é uma instituição crucial e negligenciada que não apenas ajuda a sustentar muitos dos estados do Terceiro mundo, mas também afeta os direitos humanos e o desenvolvimento socioeconômico dentro deles. (JACKSON, 1993, p.1).

desconsiderando a estrutura desigual do SI derivada da divisão internacional do trabalho. Esta lógica individualista, por sua vez, é a que possibilita a operacionalização de uma lógica comparativa entre os países do SI (GROVOGUI, 1996; INAYATULLAH, 1996; INAYATULLAH; BLANEY, 2004).

A história promovida pelo Ocidente demonstra, segundo Inayatullah (1996, p.62), uma atualização mediante o pós-colonialismo onde: 1) os motivos dos Estados europeus colonizadores permaneceram relacionados com a expansão e dinâmica poder do capitalismo e sua necessidade de recursos cada vez maiores e maiores mercados; 2) o Ocidente visa a partir de seus colonizadores, atualmente *experts*, transformar suas ex-colônias em regiões de produção especializada dentro de uma divisão em expansão de trabalho centrado nas necessidades do Estado anglo-europeu; 3) Os Estados do Terceiro Mundo, atualmente Sul global, foram obrigados a enxertar sua soberania, em uma produtiva estrutura historicamente construída pelo Ocidente, a fim de privar suas respectivas economias de autonomia, diversidade e integridade.

**Figura (47):** Ciclo do Café**Fonte:** Pontes(2002); Manzo (2014).

A ajuda externa/internacional que existe desde a II Guerra Mundial tem como objetivo não apenas busca financiar os países, mas também está interessada na promoção dos Direitos Humanos, bem como na valorização da Democracia, a fim de perpetuar a governança global, segundo o internacionalismo liberal. A ajuda externa/internacional e suas práticas têm como principal objetivo avançar o autointeresse das nações doadoras ou o desenvolvimento internacional do sistema de normas humanitárias preocupadas com a pobreza, inseguranças e subdesenvolvimento dos países do Sul global (DOTY, 1996, p.128). Especialmente, porque *Foreign aid, as a set of productive*

representational practices, made possible new techniques within an overall economy of power in North-South relations (DOTY, 1996, p.128). No âmbito do circuito diplomático, de acordo com Doty (1996, p.129) a política externa é uma ferramenta que promove o discurso de segurança nacional e do desenvolvimento. Portanto, a importância das cooperativas, segundo o NYT através da fala de Mukashyaka, representa também os encontros entre o Norte e o Sul global, onde as identidades são mobilizadas.

The sixth of nine children born to relatively prosperous coffee farmers, Mukashyaka was entering high school when the genocide erupted. The Butare region was one of the poorest in the country, and the most devastated in the genocide, where Hutu extremists attempted to massacre all tutsis and moderate Hutus. Mukashyaka escaped death. When the war was over, she returned, 16 and pregnant, to the family's plantation. It was in ruins, but the orphans struggled to maintain it. "It was the only heritage from our parents," Mukashyaka said. (NYT, 2006, grifo meu).

De acordo com Doty (1996, pp.11-12), a naturalização dos discursos realizadas pelos países pertencentes ao Norte global, através de suas respectivas políticas externas, permanece ancorada segundo os valores socioculturais evocados pelo Ocidente sobre o Oriente - nesse caso Ruanda. Os sistemas de classificação, circunscritos à modernidade, podem ser visualizados a partir da lógica da equivalência e/ou diferença. Isto é, a lógica da equivalência, revela a contingência e a instabilidade natureza do sistema de diferenças e subverte uma identidade positiva, criando por sua vez as diferenças; já a lógica da diferença fixa as posições dos agentes sociais como estáveis e com positivas diferenças.

Dito isto, a ajuda internacional/externa realiza a administração da pobreza, dos sistemas de vigilância e a gestão dos pobres. Portanto, ela atua, enquanto uma técnica disciplinar, de modo que os projetos pós-coloniais tenham continuidade, sobretudo, quando realizado através das múltiplas comparações e cooperações. As comparações permitem que hierarquias sejam mobilizadas, destacando as ‘disfuncionalidades’ e as possíveis ‘soluções’ que possam ser operacionalizadas, diante dos laboratórios de experimentações com as quais os países africanos são submetidos. Os discursos orientalistas evocados pelo Ocidente, conectados por sua vez, com as pautas da ajuda externa/internacional, tornam-se os meios necessários para que a governamentalidade e a política da ‘boa governança global’ sejam implementadas sobre eles, especialmente, a partir da legitimação da gramática do *statebuilding* e o *peacebuilding* internacional. Já no que tange às cooperações, o Ocidente reitera a relação verticalizada Norte-Sul, sobretudo, fazendo uso de retóricas que diminuam as assimetrias, a partir de um repensar dos regimes internacionais, embora a prática seja a manutenção de desigualdades, disfuncionalidades e mediante um sistema de hierarquias que considera questões de gênero, raça, etnia etc.

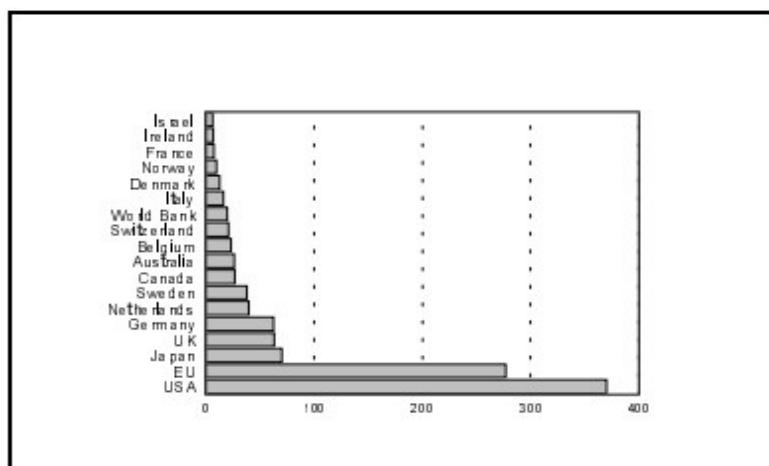


Gráfico (2): Despesas realizadas pela comunidade internacional por meio da Ajuda Internacional/Externa em milhões dólares

Fonte: Departamento da ONU Humanitarian Affair (USAID, 1996).

Os dados do gráfico 2 acima produzidos pela USAID (2011) traduzem como a ajuda internacional/externa para os países africanos como Ruanda tem se tornado fundamental para a reconstrução dos mesmos. Os Estados Unidos, enquanto maior financiador da ajuda externa/internacional, teve como importante parceiro histórico, o Reino Unido, haja vista a invasão ao Afeganistão e a Guerra do Iraque (2003), traduzida a partir da imagem do então ministro Tony Blair (1997-2007). Destaco que a fundação Blair tem se tornado um dos principais investidores no continente africano, sobretudo, em Ruanda, onde os setores de tecnologia da informação e comunicação foram os mais investidos, através de projetos de cooperação internacional – aqui compreendidos como mecanismos de dependência política e econômica (GALLAGHER, 2011).

Por fim, sublinha-se o papel do Banco Mundial e do FMI que são vistos como extensões dos Estados do Norte global tendo em vista suas expertises produzidas por meio da tirania dos seus *experts* que disciplinam e gerenciam as sociedades ‘desgovernadas’ do Sul global (DEZALAY, 2011; EASTERLY, 2013). Além disso, cabe destacar que o Banco Mundial e o FMI desde que foram criados em 1944, tem suas presidências estipuladas pelos Estados Unidos já que o país é maior acionista, detendo cerca de 16% dos investimentos realizados nas instituições. Historicamente, as instituições estão a serviço da manutenção do desenvolvimento, a partir de empréstimos, ajuda internacional/externa, bem como sistemas de financiamento, cobrança de juros aos países devedores e dívida externa, tendo seu controle pelo Tesouro do EUA.



Gráfico (3): Custo da Ajuda Internacional/Externa realizada pela USAID em parceria com outros órgãos estadunidenses entre 2001-2009

Fonte: USAID (2010).

Portanto, a normatização discursiva das instituições como o NYT e a USAID sobre o respaldo dos EUA, a partir de seus respectivos especialistas, ocorreu a partir da socialização ou imposição de discursos orientalistas. A socialização ou imposição de discursos orientalistas, aplicada ao caso ruandês no pós-genocídios, foi operacionalizada em meio a um processo de infantilização. Isto é, a infantilização ocorreu quando os discursos evocados pelo Ocidente apontavam que Ruanda precisou sair do estágio inferior, infantil e passou a se tornar um adulto. Um adulto responsável tendo em vista as suas obrigações internas (com o seu povo) e externas (com a comunidade internacional) de acordo com os valores ocidentais. A seguinte passagem do NYT (2006) corrobora com a afirmação acima, quando endossa a importância do Internacional no sistema de reconciliação nacional ruandês já que *‘Before the co-ops, the social fabric of the coffee-growing areas was destroyed, Mr. Schilling said, but now the tidy washing stations, planted with flowers like community gardens, serve as a place for people to come together and work, sorting coffee, talking about their common project’*. Diferentemente da Somália, segundo as instituições estadunidenses, que nunca deixou o estado de barbárie, haja vista os grupos terroristas, como o *Al-Shabaab*, que habitam a região atenuando a insegurança internacional. A comparação realizada pelos atores ocidentais sobre a Somália e Ruanda se manifestou através da (re)produção da

imagem/imaginário do estranho que pode ser reportado enquanto primitivo e/ou bárbaro a depender do enquadramento político e midiático.

Epstein (2017, pp.1-4) em sua obra *Against International Relations Norms*, segundo uma perspectiva pós-estruturalista e pós-colonial, possibilita compreender como e o quanto o café, enquanto símbolo da agricultura de subsistência fez com que Ruanda, deixasse a condição de infância, passando a adentrar na fase adulta, mediante os sistemas de normas ‘compartilhados’. É preciso mais do que contestar, de(s)colonizar as normas, tendo em vista o conhecimento situado que elas (re)produzem, mediante o legado hegemônico que o etnocentrismo rotineiramente legitima. Especialmente, quando o Ocidente utiliza uma cultura-comunicacional, a partir da linguagem ou discurso, enquanto uma forma de regime disciplinar, em formato de disciplinas/campos (EPSTEIN, 2017, p.1-2; FOUCAULT, 2017a).

Nesse sentido, as normas perpetradas pelo Ocidente, pelos tomadores de decisão e/ou jornalistas sobre Ruanda, ao retratar o país enquanto uma criança, visam promover um ritual, representado pela passagem da infância para a fase adulta, como uma forma de ‘transformação’ da sociedade ruandesa. Dzinesa (2017, p.18) ao refletir sobre uma Ruanda no pós-geno(cídios), compreende que as transformações na sociedade ocorreram a partir da promoção de certas normas, como os modelos de Desmobilização, Desarmamento e Reintegração (DDR) e a Reforma no Setor de Segurança (SSR). A partir dos apontamentos de Dzinesa (2017, pp.16-20), e, sobretudo, calcado nas perspectivas de Escobar (2012), compreendo que os modelos de DDR e SSR instaurados em Ruanda, buscaram por meio de um paternalismo, disciplinar e corrigir as ‘disfuncionalidades’ e os ‘problemas’ da sociedade ruandesa.

A ambiguidade com que o Ocidente interveio em Ruanda no pós-geno(cídios) se utilizando de um sistema de normas e processos, oscilou entre a manutenção da cultura paternalista, a partir de um instinto de ‘proteção’ e o enaltecimento da autonomia, emancipação e respeito à agência política dos sujeitos pós-coloniais em Ruanda. Embora o Ocidente busque relativizar a política da violência, mobilizando o discurso que enaltecer a agência das pessoas que residem no local, cabe a pergunta de Spivak (2017): “pode o subalterno falar?”. Dito isto, retomo à entrevista feita pelo NYT, quando destaca a ruandesa Mukashyaka, já que há uma figura de linguagem operacionalizada no texto – a metonímia, uma vez que pega-se o caso de Mukashyaka, homogeneizando, essencializando e generalizando para todo(as) ruandeses que não necessariamente concordam com a fala de Mukashyaka. E, ao fazer isso, Ruanda se constrói como coesa, enquanto uma comunidade imaginada, silenciando e despolitizando toda e qualquer possibilidade de resistência, bem como as políticas da violência ainda em curso. As dissidências, portanto, continuam sendo silenciadas, o que permite que Ruanda seja representada como um caso de transição bem-sucedida, tendo em vista que:

Europe is the universal referent, the histories of non-Europeans, the nonWest, is always written in terms of historical transitions so that the measure of the non-West is constituted by terms such as development and modernisation, measured in terms of the rationalised modern state and engagement in the modern (i.e. capitalist) mode of production and exchange. The ‘Third World’, or what we now prefer to call the ‘South’, is hence perpetually interpreted in terms of negativity – a lack, an incompleteness, and in contemporary discourses, a failure (JABRI, 2013, p.20 grifo meu).

A partir da perspectiva de Jabri, resalto os contornos das múltiplas faces dos indivíduos que estão no local, que foram desenhadas pelo Ocidente, mas que dizem mais sobre si, do que sobre o Outro, mediante o conjunto de estereótipos e simplificações que foram (e permanecem) sendo empregadas em relação ao Sul global. Da mesma forma que as faces dos sujeitos pós-coloniais são múltiplas, as da branquitude também, já que ela não contém uma essência verdadeira, linear ou homogênea, o que há é *historically contingent constructions of that social location*. (NAKAYAMA, 1995; NAKAYAMA; KRIZEK, 2010). E, por isso, a cultura do racismo também não possui uma única característica, ela pode apresentar diversos formatos, composições e estéticas, sobretudo, quando as mídias mobilizam certos discursos de modo direto/indireto, óbvio/obtusos, implícito/explicito etc. (BARTHES, 1982; HALL, 2021). Além disso, compreendo que as experiências e os padrões comunicacionais, que atravessam o corpo jornalístico eminente branco tido como a norma, a partir do qual os Outros são marcados, tem como principal estratégia discursiva, a circulação de relações de poder que não são fixas, tampouco estratificadas. Isto é, *the discursive formation does have an element of the strata, but is not contained* (NAKAYAMA; KRIZEK, 2010, p.296).

As práticas coloniais típicas do internacionalismo liberal tinham como propósito a universalização dos resultados extraídos de Ruanda, aplicados para os demais países, enquanto caso de ‘sucesso’ quando comparado à Somália – país que foi, durante décadas, visto como símbolo do fracasso e/ou falência estatal. Se na década de 90, o caso da Somália foi usado como um alerta para Ruanda, agora o caso de Ruanda foi mobilizado como um caso de sucesso que deveria funcionar como um farol para os demais Estados africanos. Ruanda, assim como a Somália na década de 90, tornou-se, à luz do Ocidente, um laboratório de experimentação, de onde foram extraídas uma série de lições que poderiam vir a ser testadas em outros Estados do Sul global.

6.2

As práticas de *statebuilding* e *peacebuilding* mediante a normativa da paz híbrida: a lógica do discurso do pós-desenvolvimento em Ruanda

Nesta seção reflito como e de que modo a reconstrução do estado ruandês foi pautada pela mídia, via NYT e pela política estadunidense. Isto é, a reconstrução do Estado ruandês ocorreu segundo acordos de cooperação entre instituições e Estados por meio de diversos diálogos durante e

após o(s) genocídio(s). Entre os ruandeses e os *experts* diversas foram as atuações realizadas tendo por objetivo a transformação e o prosperar da nação ruandesa. Dentre as múltiplas maneiras de interação entre o Global-Local, observo que algumas *performances* discursivas sublinhavam a lógica do desenvolvimento, cujas fundamentações advêm da doutrina Truman durante e no pós- Guerra Fria, tendo sua manutenção no pós-11 de setembro de 2001, no que Arturo Escobar intitulou como pós-desenvolvimento¹⁷⁶. O sufixo pós de pós-desenvolvimento representa uma aporia, ao mesmo tempo em que põe fim à ideia de desenvolvimento, evoca a continuidade e manutenção do desenvolvimento no transcorrer do espaço-tempo.

Segundo o antropólogo Arturo Escobar (2012, pp.3-4), em 1949, o governo de Harry Truman inaugurou uma nova era da política externa estadunidense e no mundo, tendo em vista que os Estados Unidos passaram a conceituar e pautar a ideia de desenvolvimento, disciplinando os países do Terceiro Mundo. A partir do pensamento de Escobar, entendo que a doutrina Truman criou um modelo de desenvolvimento, à luz do eurocentrismo e dos Estados Unidos, a fim de universalizar e exercer sistemas de controle, monitoramento e vigilância sobre os países do Terceiro Mundo. Além disso, a partir de uma espécie de receita de bolo, os países do Terceiro Mundo foram convocados a adotarem as diretrizes calcadas nos valores estadunidenses que foram apresentados como naturalmente condutores do crescimento e prosperidade.

Vandana Shiva (1995, p.1) nos mostra que a pedagogia do desenvolvimento produzida pelo Ocidente advém das teorias do progresso que partes de dois entendimentos: o entendimento de um conhecimento científico e a ideia de um desenvolvimento econômico. Segundo a autora, o desenvolvimento e a despossessão mobilizada pelo Ocidente, agravam e aprofundam o processo colonial mediante a degradação ecológica e a perda do controle político diante da base de sustento da natureza. Portanto, *economic growth was a new colonialism, draining resources away from those who needed them most* (SHIVA, 1995, p.2). O desenvolvimento para Shiva e o potencial de crescimento estão relacionados a uma espécie de novo colonialismo que tem como condutor, as visões do patriarcado¹⁷⁷. Por isso que Chandra Mohanty (1984, p.335) chama a atenção para as representações

176 O discurso do pós-desenvolvimento, de acordo com Escobar (2012, p.XII), esteve atrelado à perspectiva pós-estruturalista, combinado com as reflexões pós-coloniais e decoloniais. Isto é, o sufixo pós representa uma aporia, ao mesmo tempo em que põe fim à ideia de desenvolvimento, enaltece a continuidade e manutenção do desenvolvimento no transcorrer do espaço-tempo, sobretudo, quando realizado de modo comparativo. Quanto ao conceito de pós-desenvolvimento, Escobar faz referência a uma série de autores latino-americanos, africanos, bem como autoras indianas, a fim de evocar as cosmovisões, complexificando a ideia de pós-desenvolvimento. E, ao fazer isso, o antropólogo, visa descentrar e de(s)colonizar mediante o ressignificado do conceito desenvolvimento. Para tanto, é preciso repensar a história, a geografia e a modernidade, sobretudo, diante de um processo de globalização, cujas assimetrias são maximizadas, diante de um discurso liberal institucionalista, que pretende comprimir a relação tempo-espaço, tendo em vista o fantasma do desenvolvimento que ronda os países do Sul global (SHIVA, 1995; QUIJANO, 2000; ESCOBAR, 2012).

177 De acordo com Vandana Shiva (1995, p.3) as categorias patriarcais visam entender a destruição como 'produção' e a regeneração da vida como passividade gerou uma crise de sobrevivência. A passividade, como categoria assumida da 'natureza' e das mulheres, nega, portanto, a atividade da natureza e da vida. Por isso que a fragmentação e a uniformidade são as categorias assumidas de progresso e desenvolvimento destroem a forças vivas que surgem das

etnocêntricas das mulheres do Terceiro mundo, mediante a visão do patriarcado que (re)produz: *an analysis of "sexual difference" in the form of a cross-culturally singular, monolithic notion of patriarchy or male dominance leads to the construction of a similarly reductive and homogeneous notion of what I call the "Third World Differencen-that stable, ahistorical something.*

Embora, as narrativas políticas e midiáticas elencadas pelo NYT (2006) comecem destacando o papel das mulheres enquanto protagonistas da “reconciliação” ruandesa, existe uma tendência a essencializar as mulheres ruandesas como dóceis, flexíveis, muitas são representadas como mães, dotadas de um coração que consegue perdoar e resolver os imbróglis oriundos do geno(cídios). Estas mulheres são remetidas para o terreno das emoções e dos afetos. Principalmente, quando ‘*Women at the Maraba cooperative sorting coffee cherries, so that only the choicest ones will be processed. (...) co-ops have helped Rwandans with the monumental task of reconciliation, since genocide widows work side by side with women whose husbands are in jail for participating in the killing*’. (NYT, 2006). Ao mesmo tempo, possuem a força bruta, são guerreiras capazes de ajudar na produção e colheita do café, permitindo com que Ruanda cresça e prospere. De fato, segundo Mohanty, as mulheres do Terceiro Mundo enquanto categorias analíticas, na maneira com que foram retratadas segundo a lógica pós-desenvolvimento, são vistas de modo ambíguo, por vezes retratadas como vítimas, embora também possam ser compreendidas enquanto potências na medida em que realizam resistência. Ambas, as imagens estão circunscritas ao imaginário sociocultural ocidental que não traduzem o como elas se veem de fato (MOHANTY, 1984, p.336-338).

Este etnocentrismo se revela especialmente nas narrativas articuladas por jornalistas brancas heteronormativas, como as Laura Fraser – escritora da matéria do NYT (2006) ‘*Coffee, and Hope, Grow in Rwanda*’, que analisa e explica a sociedade ruandesa a luz do *self* estadunidense, segundo as experiências e vivências que são diferentes das mulheres ruandesas. Isso ocorre porque há uma hegemônica produção de conhecimento e poder advinda do Norte-Global e suas escolas de pensamento que produzem a marginalização de outras sociedades como as do Sul global. O processo de marginalização ocorre por meio de um processo de inclusão, porém, uma inclusão excludente, onde há uma tentativa de localizar e essencializar as mulheres do Sul global.

Diante disso, sublinho que a produção discursiva mobilizada pelo Ocidente sobre a sociedade ruandesa, não faz menção à influência e dominação do patriarcado branco. Este estabelece os mecanismos de investimento, logística e dinâmica de funcionamento no Estado no pós-conflito segundo as visões misóginas e machistas segundo as lentes do pós-desenvolvimento anglo-etnocentrico. Como ressaltou Shiva (1995, p.2), o processo de crescimento econômico e político do subdesenvolvimento colonial traz a marca clara de um patriarcado ocidental, onde

relações dentro da 'teia da vida' e do diversidade nos elementos e padrões dessas relações.

mulheres e homens empobrecem por esses processos, embora as mulheres muito mais, diante do desgaste ao qual são submetidas.

Além disso, é necessário considerar que o discurso do pós-desenvolvimento não pretende se limitar à esfera econômico-política, mas sublinha os aspectos socioculturais. Como apontou Kapoor (2008, p.6), as lentes do desenvolvimento tem como estrutura o domínio de uma representação cultural e práticas institucionais. Diante disso, busco explorar o discurso do pós-desenvolvimento, compreendendo o quanto ele pode significar potência e/ou diferentes formas de resistências, portanto não enaltecendo o capitalismo enquanto modo de produção, tampouco o internacionalismo neoliberal. Isto posto, afirmo que é preciso de(s)colonizar o conhecimento, suas expertises que o discurso do pós-desenvolvimento (re)produz sobre os sujeitos pós-coloniais, a fim de observar os sistemas de dominação, subversão e alienação ratificados pelas relações colonizador-colonizado. Embora não haja o colonialismo de modo formal, seu *modus operandi* é realizado de outras formas como através do Orientalismo. Portanto, o foco da descolonização é:

leads to several postcolonial interrogations about history, epistemology, and politics. The challenge, first, is to come to terms with the continuities between past and present, but also with the attendant discontinuities (as is perhaps conveyed by the admittedly ambiguous term 'postcolonial'). Prejudice, domination, and inequality persist today, but they often take new and varied forms. (...) Decolonization also entails reinterpreting the relationship between colonizer and colonized, that is, seeing it differently by questioning its knowledge/power constructions. So often, the ruse of the colonizer is to turn the gaze on the colonized Other, focusing on issues of culture and character (e.g. blaming the colonial subject's 'underdevelopment' on her/his 'laziness' or inferior 'race' or gender). (KAPOOR, 2008, p.15 grifo meu).

Os ruandeses ao adentrarem na lógica do desenvolvimento, via ajuda internacional/externa, a partir das perspectivas ocidentais produziram segurança e estabilidade para a comunidade internacional no mundo do pós-11 de setembro de 2001. Para tanto, foi necessário evocar a alteridade, a partir da reprodução e normatização de uma memória individual e/ou coletiva sobre o país, no pós-genocídio. Em uma Ruanda pós-genocida, habita a política do (re)lembrar/esquecer¹⁷⁸ mobilizado pelas narrativas orientalistas confeccionadas pelo NYT (2004) ao longo de suas reportagens. O *statebuilding* internacional, traduzido sob a forma de paz híbrida, enquanto uma normativa que visa a promoção de reconciliação nacional e restabelecimento de um governo efetivo, embora na prática mantém a lógica pós-colonial.

Para alguns analistas, como Richmond e Mitchell (2010, p.14), a paz liberal tem falhado *'to negotiate with locally entrenched practices, commonly couched in terms of custom and communalism, in a classically colonial intellectual move designed to distance the everyday lives of*

¹⁷⁸ Embora lembrar e esquecer sejam claramente opostos nos debates sobre a memória, e o primeiro valorizado sobre o segundo, eles estão inextricavelmente ligados: lembrar sempre acarreta o esquecimento e o esquecimento só é possível onde há lembrança em primeiro lugar. É precisamente esse *status* problemático da memória que é crucial para a questão ético-política da guerra (ZEHFUSS, 2006, p.213).

post-conflict individuals'. Mediante a falha da paz liberal ou democrática, fez-se necessário 'encontrar' algum tipo de alternativa – leia-se solução. E, nesse sentido, a paz híbrida, enquanto uma norma emerge, a partir de um discurso que visa repensar o lugar do internacional e do institucionalismo, bem como o local, buscando conectar esses mundos. Além disso, argumento que através da paz híbrida, o Ocidente repensa e reconstrói a imagem sobre o local e a política do cotidiano, considerando uma outra concepção de espacialidade (CERTAU, 2010; SUMMA, 2021).

Isto é, o conceito de espaço compreendido a partir da política do cotidiano, ilustra como o liberal e o local engajam mediante uma mútua remediação do espaço político, a fim de superar as fronteiras entre eles, embora as mantenha quando necessário (RICHMOND; MITCHELL, 2010, p.14). A política do cotidiano, portanto, tem uma dinâmica própria, de modo que sua flexibilidade, resistência e subversão ocorrem tendo em vista a '*a diffuse form of politics that is not institutionalized but is able to shape, resist and choose institutions and strategies – an everyday agency*'. (CERTAU, 2010). A partir da tragédia em Ruanda e a revolução movida pelo crescimento simbolizado pelo café, transcrito pelo NYT (2006) '*Rwanda is nevertheless blessed with particularly good coffee-growing conditions: high altitude, volcanic soil and plenty of sun and equatorial mist. "The coffees are wonderfully sweet, either bright with clear citric characteristics, or plush and full of berry and chocolatelike flavors," Mr. Watts, of Intelligentsia Coffee*'.

Da mesma forma que Richmond e Mitchell (2010), Mac Ginty (2011, p.2), ao refletir sobre a paz híbrida, deve-se considerar os processos de hibridização ou hibridismo tendo em vista as narrativas de conflito e intervenções de paz com apoio internacional. Ainda, segundo o autor, o conceito extraído de Homi Bhabha¹⁷⁹, permite questionar de modo crítico os conteúdos e a fixidez do Local nos estudos sobre as operações de paz. Para Mac Ginty, com o hibridismo se torna possível repensar as essencializações e romantizações que envolvem o conceito de Local, bem como também do Global, na medida em que ele também não é monolítico. Não obstante, Mc Ginty (2010, p.9) tem uma visão otimista e positiva ao abordar o conceito de hibridismo, ao sublinhar as potências e resistências que podem ser evocadas, já que o hibridismo não é estático tendo em vista que existe a possibilidade do Local resistir, subverter, engajar e/ou ignorar as normas como os sistemas de DDR e o SSR – típicas do liberalismo internacional. Principalmente, quando a ONU passa a adotar a norma do *local ownership* que passou a ser mobilizada nas operações no Haiti durante a Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (MINUSTAH) em 2004, embora sua primeira aparição, enquanto conceito, tenha ocorrido no pós-Dayton (Bósnia) em 2002 (SUMMA, 2020).

¹⁷⁹ Hibridismo inaugura o projeto de pensamento político, defrontando-o continuamente com o estratégico e o contingente, com o pensamento que contrabalança seu próprio "não-pensamento". Ele tem de negociar suas metas através de um reconhecimento de objetos diferenciais e níveis discursivos, articulados não simplesmente como conteúdos, mas em sua interpelação como formas de sujeições textual ou narrativa (BHABHA, 2010, p.103).

De acordo com a literatura tradicional, o conceito de *local ownership* parte da premissa de que nenhum processo de paz é sustentável na ausência de um grau significativo de envolvimento local. O *local ownership* não abandona a ideia da paz liberal ou democrática, na medida em que é instrumentalizado, segundo as normativas do *peacebuilding*, nos processos pós-conflito. Nesse sentido, a paz não é produzida apenas a partir da mobilização de forças externas, sobretudo as militares (DONAIS, 2012, p.2).

Diferentemente dos autores supracitados, esta tese entende que a paz híbrida atua enquanto uma norma hegemônica que está a serviço da institucionalização do *peacebuilding*, *statebuilding* e *nationbuilding*. E, ao fazer isso, a gramática da mediação¹⁸⁰, resolução¹⁸¹, negociação¹⁸² e/ou transformação¹⁸³ de conflitos ao serem evocadas, são utilizadas em prol de um discurso de resiliência a fim de que as sociedades pós-coloniais possam se readaptar aos novos tempos políticos. No que tange ao *statebuilding*, ele contém representações que advêm do etnocentrismo, especialmente, quando é mobilizado pela ajuda internacional/externa. Nesse sentido, Meera Sabaratnam (2017, p.21) seleciona algumas categorias analíticas que considera fundamentais e que demonstram como as práticas coloniais são mantidas quando se implementa o *statebuilding*: a) contornar os assuntos-alvo nas pesquisas empíricas; b) desvio analítico de sujeitos em estruturas de governamentalidade; b) uma ontologia de alteridade cultural distinguindo o ‘liberal’ do ‘local’; c)

180 O conceito de mediação é entendido como um processo de negociação assistida por uma terceira parte, que recebe a aceitação dos atores para atuar como intermediário das negociações. A mediação transforma, portanto, a relação bilateral de barganha em uma disputa triangular. Com o consenso das partes, o mediador auxilia no processo de comunicação e cooperação, seja funcionando como um canal informal para o diálogo ou atuando de forma mais ativa para solucionar o impasse. Estados, indivíduos, ou organizações podem desempenhar o papel intermediários, podendo agir de forma mais facilitadora e reativa ou adotando uma postura proposita (BERCOVITCH, 2002; HERZ; SIMAN; DRUMOND, 2016).

181 O conceito de resolução de conflito é compreendido, por diversos estudiosos que trabalham com a temática enquanto um fenômeno que visa resolver o conflito, analisando as maneiras de trazê-lo a partir do controle, trazendo seus *insights* e conceitos para lidar com conflitos reais, sejam eles nacional ou internacional. O objetivo é fomentar relações melhores e mais eficazes entre estados e povos. Resolução de conflito é sobre ideias, teorias e métodos que podem melhorar a compreensão do conflito e a prática coletiva de redução da violência, a fim de que haja o aprimoramento dos processos políticos para harmonizando interesses. (BERCOVITCH; KREMENYUK; ZARTMAN, 2012, p.2).

182 Compreende-se por negociação de conflitos a capacidade de desempenhar um importante papel que visa diminuir as tensões e/ou impedir que um outro conflito venha emergir. As negociações visam fornecer soluções e resoluções. A negociação é um chamado para todos os envolvidos em um conflito, portanto, questiona-se de modo que soluções cooperativas para os problemas e alternativas políticas à violência são mobilizadas. Pois as situações de conflito são onipresentes em relações humanas e sociais. Para o autor, a negociação é um conceito universal. E por ser universal, a negociação é o processo de combinação de posições divergentes e/ou conflitantes através da comunicação, buscando uma decisão conjunta. Ele ocupa a maior parte de todas as relações internacionais e negócios estrangeiros. (ZARTMAN, 2011, p.1).

183 Compreende-se por transformação de conflitos mais do que um conjunto de técnicas específicas. Trata-se de uma maneira de olhar e ver, e fornece um conjunto de lentes por meio das quais entendemos o conflito social. Essas lentes chamam nossa atenção para certos aspectos do conflito e nos ajudam a trazer o significado geral do conflito para um foco mais nítido. (...) a transformação do conflito no ator, problema, regra e níveis estruturais, a fim de provocar mudanças internas ou externas, incluindo o reconhecimento de novas partes no conflito, a ênfase de questões sobre as quais existe semelhança, a redefinição do relacionamento de disputantes de acordo com normas mútuas, e ao nível de a relação estrutural entre os atores.⁴⁸ Isso implica múltiplas intervenções de terceiros destinadas a redefinir os discursos, práticas, e estruturas do ambiente de conflito. Portanto, Estratégias de transformação de conflitos têm o objetivo de transcender a violência e promover uma mudança pacífica (LEDERACH, 2002; RICHMOND, 2005; MITCHELL, 2012).

restrições analíticas das abordagens ‘cotidianas’; d) nostalgia do contrato social liberal, do sujeito liberal e da social-democracia europeia. Mediante isso, a ajuda internacional/externa é, como apontou Doty (1996, p.129), uma articulação que contém uma *‘genuine concerns for the welfare of poor countries were fears and a sense of social danger incited by poverty and the poor’*.

Diante disso, sublinho que disciplina das RI’s historicamente à luz da modernidade e do colonialismo (WALKER, 1993; GROVOGUI, 1996; KEENE, 2002), produziu algumas imagens, dentre elas: a ideia de que existe um dentro e um fora, externo e interno, doméstico e internacional. Nesta divisão binária, marcada por uma fronteira geoespacial, as RI’s atestam que o internacional normativamente deve ser visto como anárquico – ausência de uma autoridade supranacional, calcado em conjunto de normas, cujo ordenamento jurídico-político é precário e imperfeito. Já o ambiente doméstico é caracterizado pela hierarquia, cujo Estado possui o monopólio do uso legítimo da força, garantindo a segurança, proteção e promoção das liberdades individuais, mediante os contratos sociais (BULL, 2002).

No entanto, quando há uma operação de paz, por meio da instauração de um conjunto de normas, que visam tratar, resolver e/ou mediar os conflitos de um país, que falhou e/ou colapsou, há uma inversão no que tange o discurso mobilizado pelas RI’s. Isto é, o internacional antes visto como anárquico, passa a ser concebido como hierárquico, mediante o modelo de governança global, enquanto que o doméstico, anteriormente visto como hierárquico, passa a ser compreendido como anárquico. A inversão do binômio hierarquia-anarquia ocorre, quando o discurso evocado pelo Norte global, busca governar os ‘espaços desgovernados’ do Sul Global, via diplomacia ocidental, como destacaram Jabri (2010) e Constantinou e Opondo (2016).

The production of governable populations and their spaces of interaction is what matters in a biopolitical age wherein the life of populations is the grounding moment. To govern populations implies the enactment of meticulous planning and calculation, including the incorporation of gender and culture awareness, so that ‘pedagogy’ is as significant a factor as is the insertion of funds into particular initiatives. In this governmentalising design imperative, no easy distinction can be made between ‘locals’ and ‘internationals’. These may indeed be both, drawing on ‘hybrid’ discourses geared towards ‘effectiveness’; what works best (JABRI, 2010, p.13 grifo meu).

Assinalo que mais do que somente hierarquia, o que existem são as desigualdades e a(s) política(s) da (in)diferença(s) onde o racismo estrutural alinhado à branquitude, determinam as condicionalidades perpetradas pelo Norte sob o Sul global no pós-conflitos. E, nesse sentido, grifo que mais do que descontinuidade, o que há é a continuidade de projetos coloniais, por meio de discursos orientalistas, que não demonstram uma evolução da sociedade internacional como assim assinalaram Watson e Bull (1984), mas sim os retrocessos, inerentes aos processos de inclusão-exclusão e/ou exclusão-inclusão. O Sul global permanece sendo essencializado, sobretudo, quando associado à ideia de etnicidade e não de comunidade como ocorre com o Ocidente. Há uma

tendência do Global de tornar o Local um lugar que detém uma certa concepção de tempo, marcada pelo paroquialismo¹⁸⁴.

É preciso, portanto, segundo as elites globais aproximar os países africanos do Ocidente, distanciando, por sua vez, da África, continente folclorizado, ainda atrelado à imagem de primitivismo, pobreza, fome, miséria e reduto de práticas terroristas. As imagens produzidas pelo etnocentrismo visam legitimar a manutenção de um lugar parado no tempo, falido e/ou fracassado, marcado por uma economia ortodoxa, lugar da corrupção e conflitos étnicos e/ou tribais. E, quando não vistos desta forma, são retratados como exóticos, excêntricos, de tal modo que a política da (in)diferença é perpetuada. E, nesse sentido, tanto de um modo, quanto do outro, cabe ao Norte global caminhar de mãos-dadas com o Sul global, a fim de fazer com que o Sul global adentre no futuro, visto como próspero e moderno. Portanto, o Sul global permanece sendo a sombra do Ocidente, onde seu desvencilhar e/ou rupturas se tornam inimagináveis diante da sua letargia (COMAROFF; COMAROFF, 2012; CONNELL, 2020).

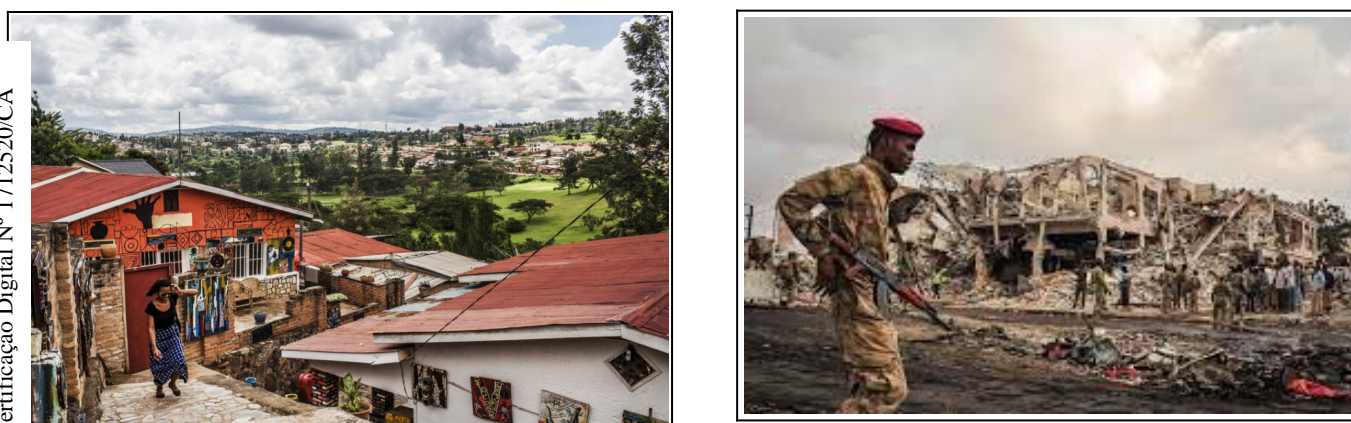


Figura (48): Do lado esquerdo – representado por Ruanda (2014), símbolo da arte e prosperidade; A imagem do lado esquerdo a Somália, símbolo do terrorismo e do atraso (2017)

Fonte: NYT.

A alteridade foi produzida por meio de processos de temporalização da diferença que situavam Ruanda, Somália e os países africanos em geral como temporalmente distantes do Ocidente. Mas a temporalização da diferença também foi um recurso mobilizado para construir Ruanda à imagem dos Estados Unidos a partir dos valores que informam o internacionalismo

¹⁸⁴ Compreende-se por paroquialismo de acordo com o Dicionário Oxford enquanto "uma perspectiva limitada ou estreita, especialmente focada em uma área local; mentalidade estreita". Diante disso, paroquialismo pode aparecer como 'uma característica quase inevitável e universal das RI's em todo o mundo', na medida em que 'existem disciplinas RI's "nacionais" e que estas tendem naturalmente a se preocupar com seus próprios interesses nacionais'. O que torna o paroquialismo um desafio para as RI's não é que estudiosos em diferentes partes do mundo possam ter suas áreas estreitas (geográficas ou temáticas) de concentração, mas que às vezes confundem sua própria janela estreita com o mundo universal'. Além disso, destaca-se que o paroquialismo epistemológico busca "dar primazia a uma única abordagem à análise acadêmica, ou uma síntese de diferentes tradições, como no caso da integração da escola inglesa de história, filosofia e direito". No caso de RI's nos Estados Unidos, a primazia foi dada à teorização da escolha racional. Bilgin ao fazer referência a Steve Smith argumentou que a razão pela qual o RI convencional não conseguiu chegar a um acordo com seus limites paroquiais poderia ser buscada na predileção do RI americano por fazer do RI uma Ciência Social (definição restrita) e a prevalência da escolha racional teoria entre os 'cientistas' das RI's. (BILGIN, 2016, p.22).

liberal, como liberdade individual, respeito à democracia, liberdade de expressão etc. Ainda que, segundo o próprio discurso ocidental, Ruanda não tenha espelhado integralmente o Ocidente, já que a imagem projetada foi conduzida a partir da ideia da paz híbrida.

Nesse sentido, passado, presente e futuro, são salientados por meio dos discursos estadunidense tendo em vista a política do (re)lembrar e o esquecer nos pós-geno(cídios) ruandês. Os entrelaçamentos, bem como as disjunções temporais mobilizam uma política de memória, caracterizada por uma um processo de seletividade, calcado em um mecanismo de exclusão-inclusão e inclusão-exclusão. O NYT, a partir da edição de abril de 2004, produziu algumas reportagens que visavam ‘refletir’ sobre os dez anos dos pós-geno(cídios) em Ruanda. Ao refletir sobre a primeira década dos pós-geno(cídios), o jornalista da época, Sr. Marc Lacey, a partir da matéria jornalística *‘A Decade After Massacres, Rwanda Outlaws Ethnicity’*¹⁸⁵ ao entrevistar o hutu Ernest Twahrwa, o jornalista enfatizava a ‘etnicidade’ do entrevistado. Todavia, o jornal destacava também o apagamento da etnicidade, traduzido a partir da seguinte fala do entrevistado Sr. Twahrwa: *‘There is no ethnicity here. We are all Rwandan’*.



Figura (49): A Decade After Massacres, Rwanda Outlaws Ethnicity
Fonte: NYT (2004)

Semioticamente, as fotografias buscaram legitimar os discursos pró-desenvolvimento, por meio de legendas como *‘women sorting coffee beans at a coffee washing station’* ou *‘Rwandan farmer holds coffee beans, a major export of the country’* que chamam a atenção para ideia de cooperação, união, que de modo sinérgico possibilitaram o desenvolvimento e a prosperidade da sociedade ruandesa por intermédio do cultivo e colheita do café – símbolo da prosperidade e inovação. As fotos das cooperativas, ao serem construídas por meio de uma composição panorâmica via relatório da USAID, buscaram produzir no espectador uma ideia de grandiosidade, símbolos de

185 Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2004/04/09/world/a-decade-after-massacres-rwanda-outlaws-ethnicity.html>>. Acessado em 10/11/2019.

prosperidade em uma Ruanda pós-genocídios) onde lembrar/esquecer andam lado a lado endossados pelo Mr. Twahrwa *'Ethnicity is bad. I want it to go away'*. (NYT, 2004).



Figura (50): Fotografias dos relatórios da USAID sobre Ruanda
Fonte: USAID (2009b)

As narrativas do NYT (2004) sobre o pós-genocídios) ruandês demarcam as segregações, a partir da alusão da colonização belga, ao sublinhar a divisão da nação ruandesa entre tutsis, hutus e Twa. A divisão étnica foi perpetuada no transcorrer da década de 1990, tendo como epicentro o(s) genocídios) em 1994, sendo retomada nos anos 2000. O NYT (2004), no entanto, não sinaliza quais os atores estiveram envolvidos no(s) genocídios), tampouco sublinhou quais as condicionalidades que foram perpetradas sob Ruanda, durante os processos de justiça de transição,¹⁸⁶ como apontou o relatório da USAID, em parceria com a OCDE, a partir de algumas

186 Compreende-se por justiça de transição, segundo as visões pós-coloniais, mediante um desdobramento dos estudos críticos que destacam as relações desiguais dos Estados causadas pelo legado colonial. E, diante disso, os estudos críticos de justiça de transição questionam o viés hegemônico do direito internacional; A segunda problematização envolve a incapacidade da lei de lidar com a criação de economias desiguais pelo legado colonial; A terceira perspectiva contesta a tradicional visão do direito internacional, ao informar a cegueira quanto ao fato de que nem todos os Estados Ocidentais concluíram o projeto de construção da nação, excluindo assim as vozes dos grupos étnicos descontentes/dissidentes dentro das sociedades pós-coloniais; O direito internacional não atende à cumplicidade do processo de descolonização mediante a criação de um legado de amnésia legalmente sancionada, criando assim uma cultura de impunidade; Outro importante ponto envolve o viés ocidental no direito internacional, na medida em que privilegia direitos civis e políticos sobre direitos econômicos, sociais e culturais. Por fim, a lei está imersa na dicotomia público versus privado quanto a filosofia liberal, que tem o efeito de excluir danos que são peculiares às mulheres e outras pessoas que ocupam uma posição subordinada. Assim sendo, há uma série de abordagens que compreendem a justiça de transição e suas análises jurídicas, à luz da teoria pós-colonial onde enfatizam que através das análises dos estudos jurídicos há a manutenção do imperialismo. Portanto, há uma noção neo-colonialista de que as doutrinas e instituições de o direito internacional, sempre estiveram circunscritas, a serviço dos seus respectivos interesses e estados poderosos. Por outro lado, existe uma segunda percepção de que o direito internacional representa a igualdade universal e soberana, embora esteja aberto a diferentes interpretações culturais. Nesta perspectiva é lamentável que os valores universais sejam frequentemente apropriados pelas antigas potências coloniais, por sua vez usados com o propósito de oprimir o mundo em desenvolvimento. (MOYO, 2019, pp.1-3). Principalmente, diante dos grupos minoritários cuja política da violência continua a ser perpetuada tendo em vista as práticas coloniais e o silenciamento das agências políticas de grupos considerados subalternos, considerados enquanto um 'problema', mediante os olhos das elites locais e globais após a passagem de um período

informações extraídas através de ONGs e OIs. Além disso, o jornal excluiu as questões envolvendo os crimes contra a humanidade e genocídios que foram analisados, julgados e condenados nas Cortes Internacionais como os Tribunais Penais Internacionais.

Os conteúdos políticos e midiáticos também não abordam as pessoas que permaneceram presas no sistema carcerário em Ruanda, em razão dos crimes que cometeram, sejam os ruandeses, bem como os *peacekeepers* que durante as operações de paz ainda que estivessem a serviço da ‘paz’, atuaram como perpetradores de violência, conforme as denúncias de circulação de armas, estupros em massa etc. Por fim, não relatam os traumas e processos terapêuticos, que a sociedade ruandesa vivenciou durante e no pós-conflito. (HUGLES; PUPAVAC, 2005). Ao falar sobre o pós-genocídios, o NYT (2004) relembra alguns aspectos do processo ruandês, mas busca apagar a fim de apresentar uma Ruanda unida tendo em vista o sucesso da reconciliação nacional, promovido pela paz híbrida.

O discurso orientalista mobilizado pelo Ocidente, via o NYT (2004) que abordam as etnias ruandesas, tendem a ser representados a partir da produção da cultura da (in)segurança. Para tanto, segundo os atores políticos e midiáticos estadunidenses, é preciso corrigir as disfuncionalidades, que enquanto uma patologia, necessitava de um ou de vários antídotos políticos advindos da paz híbrida. Os antídotos advêm da ajuda internacional/externa, via a lógica do pós-desenvolvimento, com os subsídios de uma política humanitária e de instrumentos conectados à agenda da segurança internacional. O pós-desenvolvimento, via ajuda internacional/externa, a partir de um conjunto de normas confeccionados por alguns representantes da comunidade internacional, faria com que a superação das rivalidades étnicas em Ruanda, ocorresse mediante a reconstrução do estado e da nação. A fala do entrevistado, o hutu Ernest Twahrwa, traduzida pelo jornal estadunidense, sublinhou alguns dos antídotos, oriundos da paz híbrida, têm proporcionado muitas mudanças em Ruanda: *‘They’re trying to change what we think. There have been many changes in this country. I need to change too. I need to be a new person’*. (NYT, 2004).

Abudallah Shabami, personagem selecionado pelo NYT, reeducado nos campos humanitários, ao retornar para Ruanda no pós-genocídios, informou que em Ruanda não havia mais etnicidade. Para Shabami: *‘I see myself as a Rwandan now, because there are no more ethnicities here’*, he said. *Ethnicity has not been dislodged from peoples’ minds, though’*. Ainda de acordo com o estudante ruandês, as lições apreendidas do passado ruandês foram fundamentais para o apagamento da etnicidade.

considerado autoritário para a paz (MOYO, 2019, p.129).

I see myself as a Rwandan now, because there are no more ethnicities here', he said. Ethnicity has not been dislodged from peoples' minds, though. A Tutsi woman, who was raped in 1994 by so many Hutu militiamen in the village of Taba that she lost count, said she has difficulty interacting comfortably with Hutu. (NYT, 2004 grifo meu).

Compreendo norma e desvio segundo as análises apoiadas no filósofo francês Michael Foucault em sua obra *Nascimento da Clínica* (2017a), quando destaca a relação ambígua e paradoxal que existe entre patológico e o saudável. Ruanda, um dos nossos objetos de análise nesta tese, saiu da condição de enfermo (patológico) via NYT, quando apagou sua divisão étnica e passou por um tratamento por meio da interação Global-Local, via ajuda internacional/externa, que buscou torná-lo 'saudável' através da construção de uma nação coesa - livre do passado genocida.

O relatório produzido pela USAID intitulado *'Rebuilding Postwar Rwanda: The Role of the International Community'*¹⁸⁷ com cooperação entre as instituições internacionais como Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), bem como o Banco Mundial e o FMI, já apontavam entre 1994-1996, no pós-geno(cídios), as transformações que Ruanda deveria seguir, sobretudo considerando duas principais questões: 1) crescimento e desenvolvimento do país mediante o investimento em políticas macroeconômicas; 2) manutenção de despesas públicas recorrentes sob controle, a partir de medidas de austeridade, rotineiramente vigilante. Os processos de ajuda e financiamento internacional estabelecido pela USAID destacava alguns pontos, atrelados destacadamente ao campo da agricultura, onde cerca de \$1 bilhão de dólares foram investidos pelos atores ocidentais. Segundo o relatório, em Ruanda houve a interferência de Organizações Voluntárias Privadas (PVOs) como agências da ONU, o Comitê da Cruz Vermelha dentre outras que foram responsáveis por diversos tipos de ajuda desde questões de desenvolvimento as questões humanitárias como a temática do refúgio haja vista que em torno de 150 mil crianças encontravam-se desacompanhadas em Ruanda no pós-geno(cídios) (USAID, 1996, p.VIII).

Durante o governo de Paul Kagame (2000 – até os dias atuais), Ruanda teve o investimento no sistema educacional de modo a apagar a questão da etnicidade, em meio à política da memória e/ou memorização, tendo em vista a questão do relembrar e do esquecer entre os ruandeses. No entanto, a comunidade internacional resgata essa memória dentro do território ruandês, através das comemorações e da criação de museus, que visam a partir do passado genocida, relembrar rotineiramente a política da violência (ALVES, 2019). A tradução desta passagem foi exemplificada através da fala do governo ruandês em uma das entrevistas concedidas ao NYT *'Ethnicity has already been ripped out of schoolbooks and rubbed off government identity cards'* (NYT, 2004).

187 Disponível em: <https://www.oecd.org/derec/unitedstates/50189461.pdf> . Acessado em 07/10/2021.

Government documents no longer mention Hutu or Tutsi, and the country's newspapers and radio stations, tightly controlled by the government, steer clear of the labels as well. Most dramatic is how Rwanda's eight million people now shun the identifications that seemed to loom so large 10 years ago as Hutu extremists began their mass killings. 'We don't like to use the terms at all in class' said Bosco Manishaka, the assistant director of a Kigali primary school. (NYT, 2004, Grifo meu).

Segundo o jornal, o governo de Paul Kagame vem desenvolvendo mecanismos de segurança e promoção do desenvolvimento, a partir da ajuda humanitária ofertada por vários organismos internacionais (fundações, ONGs etc) inclusive as organizações estadunidenses. Ao fazer o uso do discurso que valoriza a educação em Ruanda segundo os valores híbridos tanto advindos do Ocidente como aqueles oriundos da cultura local como a língua kinyarwanda, o NYT, a partir da fala dos representantes governamentais de Ruanda atesta: *'The children do learn about the history of the country and how we were divided. We advise them to learn from the past'*. Especialmente, de acordo com o discurso disseminado pelo presidente ruandês, em meio ao plano 2020, a educação fará com que Ruanda cresça e se desenvolva, já que a educação ruandesa funcionou no pós-genocídios) como elemento estratégico para a promoção da política de reconciliação e reconstrução do estado e da nação à luz do Ocidente. Para Crisfalli e Redmond (2017, p.63), a educação em Ruanda objetivou enaltecer a ideia de povo/nação coesa enquanto uma comunidade imaginada. A partir dessa concepção, em Ruanda foi proibida qualquer forma de conteúdo e/ou informação que estimulasse a divisão entre a sociedade ruandesa como ocorreu no passado.

Em 2008, o parlamento de Ruanda estabeleceu que crianças a partir da quarta série do ensino fundamental fossem matriculadas nas escolas ruandesas. Além disso, o parlamento entendeu que o francês não deveria ser a língua ensinada nas escolas. Assim, o inglês e o kinyarwanda passavam a ser as línguas obrigatórias como forma de transferência de informação e conteúdo educacional. Entendo que o governo ruandês de Paul Kagame, substituiu uma língua colonial por outra ao substituir o francês pelo inglês, ainda que o kinyarwanda seja também obrigatório. Professores que falassem o inglês e que estivessem residindo nas proximidades da região de Ruanda passaram a ser contratados pelas escolas via governo por meio de diversas formas de capacitação.

No ensino pré-escolar o governo ruandês também investiu com bastante entusiasmo, sobretudo, nas áreas rurais. Cabe ressaltar também que a igreja anglicana foi uma, mas não somente, das maiores investidoras na educação ruandesa para as crianças, na pré-escola. Segundo Crisaffali e Redmond (2017, pp.33-34) diversos documentos sobre Ruanda atestam que cerca de 179 pré-escolas foram criadas em apenas 2 anos. O sistema educacional em Ruanda também passou a priorizar o incentivo e o estímulo à produção acadêmica no ensino superior. Nesse sentido, o governo a partir de parcerias com governos e instituições internacionais incentivou os estudantes ruandeses a buscarem ingressar no ensino superior. As universidades estadunidenses, por meio do

Presidential Scholars, forneceram bolsas de estudos de até 4 anos para jovens que almejem capacitar-se nas áreas de ciência e matemática, sobretudo, no campo da tecnologia da informação e da comunicação.

Segundo o relatório confeccionado pela USAID entre 1995 e 1996, o UNICEF, em parceria com diversas ONGs (Save the Children, Médicos sem Fronteiras etc), construiu cerca de 150 centros de saúde que atuaram para a formação educacional, bem como para ajuda no âmbito da questão da saúde infantil, sobretudo, diante do alto índice de crianças que continham o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS). Além disso, criou-se uma política de vacinação e o estabelecimento de uma política sanitária a fim de evitar doenças como cólera, hepatite, tétano dentre outras. Não obstante, o UNICEF também colaborou, com a criação junto com outros representantes da comunidade internacional como o Banco Mundial e o FMI, no que concerne a criação de escolas primárias e secundárias. (USAID, 1996, p.46). O ACNUR, por sua vez, também ajudou com o UNICEF, sobretudo, a partir da instauração de múltiplas iniciativas e programas, a fim de repatriar os refugiados que durante décadas, desde 1951 deixaram o seu país diante dos geno(cídios). Diversos foram, portanto, os investimentos externos/internacionais não apenas na criação de escolas, mas também quanto a trazer e remunerar professores. Isto é, *‘By March 1995, UNICEF and UNESCO, with the assistance of various NGOs, had distributed 7,400 teacher emergency packages throughout the country and 1,300 kits in camps in Tanzania, Goma, and Bukavu. More than 600,000 Rwandan children have benefited from the packages, and 7,500 teachers have been trained’*. (USAID, 1996, p.46).

Outra instituição que permitiu a reconstrução de Ruanda foi à diplomacia, personalizada na figura de Paul Kagame, considerado como ditador benevolente ou visto como um déspota, que para alguns analistas de política internacional do Ocidente, tem conseguido emplacar um projeto de paz liberal (DONAIS, 2012, p.6). De acordo com Fisher (2015, pp.71-73) há, por parte dos meios de comunicação, práticas discursivas que utilizam a valorização das lideranças políticas locais (neste caso Chefes de Estado) e os doadores internacionais como forma de reiterar a importância do líder político e a promoção da paz híbrida. Segundo Gallagher (2011) e Fisher, (2015), a valorização da figura política de Paul Kagame ocorreu quando comparou uma Ruanda pós-genocídios enquanto símbolo do sucesso e prosperidade com os demais países africanos.

The Rwandan miracle, such as it is, is not without its critics: despite the prominence of its home-grown gacaca reconciliation process, questions remain about the extent to which the country’s ethnic conflict has been resolved rather than merely suppressed, while opinions remain divided as to whether Kagame himself is a benevolent dictator or an incurable despot (DONAIS, 2012, p.6 grifo meu).

Nesse sentido, cabe ressaltar que o enaltecimento feito pelo Ocidente durante a primeira década dos anos 2000, a partir da liderança dos governos de Paul Kagame (2009), não impediu que

após os governos Bush (2001-2009), o NYT e demais instituições criticassem os respectivos governos de Kagame (2000 - dias atuais), enquadrando-o como antidemocrático, corrupto e tirânico tendo em vista o não ‘respeito’ à alternância de poder. Como apontou recentemente o Editorial do NYT ‘*Rwanda’s Entrenched President*’¹⁸⁸, publicizado em 2016. Segundo o Editorial do NYT, ‘*Mr. Kagame seems intent on staying in power indefinitely. Since he took the reins of this small east African country after the Rwandan genocide in 1994, he has become increasingly authoritarian, cracking down on freedom of expression and making it impossible for political opponents to organize*’. O jornal estadunidense NYT (2016), novamente repete a fórmula da comparação entre Ruanda e demais países do Sul global, por meio da lógica da equivalência, ao fazer uso dos essencialismos e dos estereótipos típicos das análises estadunidenses liberais quando atesta que ‘*Rwanda’s situation is unique. American officials were not terribly optimistic that Mr. Kagame would cede power this year, not least because he faces the prospect of being prosecuted for war crimes at some point in the future. But they nonetheless have continued to criticize him for his authoritarian style*’.

Diante disso, cabem algumas problematizações: o que representa Ruanda na atualidade? Pelo fato dos governos de Paul Kagame, simplesmente ‘não aceitar’ as diretrizes advindas do Norte global, passando a resistir, de modo a tensionar as dinâmicas perpetradas pelo modelo de governança global, deve ser visto como um ser demonizado? Ou talvez, pelo fato do governo ter ‘encontrado ‘alternativas’ mediante a cooperação com ‘novos’ parceiros econômicos-políticos como a China por meio da ajuda externa/internacional, tornou-se um problema?

6.3

A cultura da (in)segurança(s) segundo os discursos dos *Gatekeepers*: em nome da ‘proteção’ da sociedade ruandesa – a reiteração da tutela via o ressoar do R2P

Dentre as diversas formas de atuação política, mobilizadas segundo a lógica do desenvolvimento e, principalmente, considerando a agenda da (in)segurança(s) (inter)nacional, uma atualização foi realizada na contemporaneidade durante a Era Bush (2001-2009), a partir do pós-11 de setembro de 2001, na chamada Guerra Contra o Terror, a partir da ‘Nova Estratégia de Segurança Nacional’. A ‘nova’ dinâmica perpetrada pelos Estados Unidos visava por um fim ao terrorismo em escala global. Para tanto, seria necessário no âmbito da política externa, desenvolver e cooperar com os diversos países do Sul global, onde há uma grande parcela dos grupos terroristas, como no Oriente Médio, segundo os discursos dos múltiplos *gatekeepers* que advém do Ocidente. Para tanto, o Ocidente precisava criar um sistema de normatização, em sociedades pós-conflitos como Ruanda,

188 Disponível em: <https://www.nytimes.com/2016/01/11/opinion/rwandas-entrenched-president.html> Acessado em 01/08/2022.

a fim de legitimar discursos que enalteçam a importância e a garantia do binômio liberdade-segurança, a partir da paz híbrida.

O binômio liberdade-segurança, compreendido por Foucault (2017a, p.95), atesta que *‘a liberdade é algo que se fabrica a cada instante. O liberalismo não é aquilo que aceitar liberdade. O liberalismo é aquilo que se propõe fabricá-la a cada instante, suscitá-la e produzi-la, certamente com [todo o conjunto] de limitações, de problemas de custo criados por estas fabricações’*. Ruanda, em meio à conjuntura da época e tendo em vista a influência da Nova Estratégia de Segurança Nacional, passou a ser construída como símbolo de prosperidade e sucesso quando os atores políticos estadunidenses enalteceram uma imagem positiva de Ruanda. Para tanto, era necessário (re)criar um imaginário à guisa de uma cultura da (in)segurança(s), que não poderia ser desvincilhada da agenda do desenvolvimento e do humanitarismo, haja vista o receio de um possível retorno do(s) geno(cídios), em países ditos ‘desgovernados’ como Ruanda, como ocorrido durante as décadas de 1950 e 1990. A situação ruandesa se não bem controlada, segundo o Ocidente, poderia se espalhar para os demais países africanos, representando mais uma vez, as falhas da comunidade internacional.

Por isso que a partir das condicionantes do R2P no século XXI, o discurso da cultura da (in)segurança(s) precisou ser mobilizado de modo a fazer com que formas de monitoramento, vigilância e controle fossem perpetradas pela P(p)olítica E(e)terna estadunidense, sobretudo, no que concerne à ajuda internacional/externa. Entendo por uma cultura da (in)segurança(s), processos discursivos que visam enfatizar a segurança, sem que para isso as inseguranças (representativa, simbólica, étnico-racial etc) deixem de ser evocadas. A forma com que os atores estadunidenses (re)produzem os sistemas de normas atestam como há uma cultura da (in)segurança(s), especialmente, quando o adversário e/ou inimigo precisava ser (re)criado e (re)imaginado, a fim de convencer a opinião pública acerca da intervenção (MILLIKEN, 2001).

A cultura da (in)segurança (inter)nacional proposta pela rede de atores estadunidenses, visava (re)criar as culturas do medo, do pânico, da sensação de terror que poderiam ser mobilizados por atores insurgentes. Segundo Weldes et al (1997), a cultura da (in)segurança(s) é compreendida a partir de um jogo de representações, mediante histórias calcadas em estereótipos (BHABHA, 2010). A ideia de cultura aqui é compreendida como um conceito que possibilita a contestação, a busca por uma emancipação, mediante uma série de códigos linguísticos, representações que buscam desafiar e de(s)colonizar a ordem hegemônica vigente no SI mobilizada por representantes da ‘comunidade internacional’. As resistências atuam também como uma forma de problematizar a forma como as concepções de segurança permanecem sendo abordadas, especialmente quando ainda promovem as (in)diferenças. Essas (in)diferenças devem ser vistas como mecanismos políticos e socioculturais que ratificam as hierarquias, desigualdades e práticas racistas.

À vista disso, para o Ocidente se tornou necessário estabelecer um sistema de governança global, que por meio da paz híbrida (re)crie constantemente, formas de segurança que garantam algum tipo de estabilidade para Ruanda e consequentemente para o resto do mundo. Isso significa dizer que a cultura da (in)segurança(as) precisa estar alinhada com as políticas da boa governança, a fim de que o *self* ruandês permaneça em sinergia com o *self* estadunidense. Portanto, mais do que dizer sobre Ruanda, é preciso enfatizar a política identitária estadunidense, na medida em que (re)escrever sobre as (in)segurança(s) estadunidenses, é reanalisar os horizontes, os caminhos, as fendas que perpassam os processos da P(p)olítica E(e)terna estadunidense (CAMPBELL, 1992).

Ruanda, ao aderir à normativa da paz híbrida, precisou se readequar aos ‘novos’ tempos, mediante a ‘Nova Estratégia de Segurança Nacional’, que reestruturou as diretrizes da política externa estadunidense. Dentre as diversas atuações da política externa estadunidense, analiso os documentos produzidos pelos atores políticos e midiáticos mediante sua ‘interação’ com os países africanos, especificamente, no que tange Somália e Ruanda. Estes tiveram suas políticas desenvolvidas em perspectiva comparada, pelos Estados Unidos que visavam ‘proteger’ os Direitos Humanos, garantir a liberdade econômica e política, a fim de promover um ‘futuro próspero’. Portanto, a ideia de ‘futuro próspero’ diz mais sobre as dinâmicas e os *modus operandi* dos Estados Unidos do que necessariamente sobre Ruanda e/ou quando se fala de Ruanda frente aos demais países africanos, visualiza-se como o Ocidente busca predeterminar os horizontes de um país de acordo com suas visões, reiterando os discursos orientalistas.

In the twenty-first century, only nations that share a commitment to protecting basic human rights and guaranteeing political and economic freedom will be able to unleash the potential of their people and assure their future prosperity. People everywhere want to be able to speak freely; choose who will govern them; worship as they please; educate their children—male and female; own property; and enjoy the benefits of their labor. (Grifo meu) These values of freedom are right and true for every person, in every society—and the duty of protecting these values against their enemies is the common calling of freedom-loving people across the globe and across the ages. (EUA, 2002, p.3).

Como já dito, Ruanda no século XXI, à luz do Ocidente, tem se tornado a exceção comparativamente aos demais países africanos, na medida em que se espelha nas narrativas oficiais estadunidenses ao aderir a paz híbrida. Isto é, as narrativas oficiais estadunidenses legitimam a construção histórica ocidental, que endossa a ideia de um excepcionalismo, mediante a imagem de progresso, estado/nação coesa, bem como o normatizar e o normalizar de imagens que enalteçam o discurso de que os Estados Unidos representam a maior democracia do mundo. Ruanda, no entanto, também tem se tornado a norma vis-à-vis o *modus operandi* do SI, já que o país endossa certas narrativas à luz das respectivas potências ocidentais através da paz híbrida, mas também diante da ratificação da política da alteridade. E, diante disso, os demais países africanos devem ser vistos como exceção, na medida em que não possuem ou não atendem as características necessárias que

estados/sociedades devem conter, como a ideia de centralidade de um soberano, que detém o monopólio legítimo da força como Ruanda possui.

Há uma tirania mobilizada por *experts* diante de suas expertises na medida em que mobilizam visões orientalistas e/ou africanismo ao ditarem o modo de decodificar as diferentes e complexas cosmologias que envolvem e pertencem às Áfricas. Principalmente, devido ao modo como traduzem as simbologias africanas carregadas por histórias socioculturais à luz do etnocentrismo (MUDIMBE, 1984; EASTERLY, 2014). A matéria jornalística produzida pelo então jornalista Stephen Kinzer, que tem como título '*After So Many Deaths, Too Many Births*'¹⁸⁹, publicada em fevereiro de 2007, pelo NYT, informava que por meio de um controle populacional, alguns programas de políticas públicas buscaram conter o nascimento de crianças ruandesas no pós-geno(cídios). A redução da taxa de natalidade esteve associada à manutenção e possível aumento dos investimentos internacionais nos programas de desenvolvimento. O aumento da taxa de natalidade (2007) esteve associado à cultura da (in)segurança(s), diante de possíveis perdas de investimento e cooperação externa/internacional, por meio da lógica do pós-desenvolvimento, bem como da agenda humanitária.

De acordo com a reportagem supracitada, o atual governo de Paul Kagame vem buscando por meio de ações políticas, formas de monitorar, controlar, vigiar a sociedade ruandesa, principalmente, cidades/regiões distantes da capital (Kigali) e das grandes cidades em Ruanda. A matéria foi realizada a partir da cidade de Mayange, considerada uma das mais pobres de Ruanda. A região foi também vista como um lugar onde a agricultura foi sendo desenvolvida com insumos advindos da interação Global-local. O monitoramento, controle e a vigilância, através da governamentalidade, ocorreram através de múltiplas iniciativas desde o controle da taxa de natalidade como também a partir da valorização de meios que incentivassem o desenvolvimento do estado ruandês como o cultivo de produtos agrícolas.

Portanto, o cultivo e a promoção de produtos agrícolas tiveram por objetivo, segundo o governo ruandês, a redução da desigualdade e da pobreza em Ruanda, principalmente, nas regiões mais afastadas de Kigali. As reduções da pobreza e das diversas desigualdades ruandesas estiveram ancoradas de acordo com as Metas do Milênio, como a garantia da segurança e estabilidade do SI, aprovadas após a Cúpula do Milênio das Nações Unidas em 2000, tendo em vista a adoção da Declaração do Milênio das Nações Unidas¹⁹⁰. A fala do Ministro da Agricultura e Pecuária ruandês, via o relatório produzido pela USAID '*Rwanda Bank of Kigali DCA Guarantee – Evaluation*' (2011b, p.16) traduz as afirmações acima.

189Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2007/02/11/weekinreview/11kinzer.html>>. Acessado em 16/11/2019.

190Disponível em: <<https://www.oas.org/dil/port/2000%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20do%20Milenio.pdf>>. Acessado em 16/11/2020.

“The coffee industry suffered from difficulty financing crucial investments. The low quantity low quality loop the coffee sector was trapped in was mainly due to the state of coffee plantations after the war, difficulty of financial access for long-term coffee investments, lack of renewal of old coffee trees, low yielding coffee varieties and a virtually inexistent local consumption. It was hence necessary to develop a supporting financial network to address these issues if the Rwandan coffee sector was to become competitive on international markets. Small credit lines at the grower level (e.g. group lending model – micro credit schemes), skills upgrading of financial lending institution staff, and easier access to long term capital for coffee investors were some of the identified priorities.” (USAID, 2011b, p. 16, Grifo meu).

A cultura da (in)segurança(s) i(inter)nacional, no âmbito da política externa estadunidense ocorreu quando o monitoramento foi mobilizado pelo governo ruandês mediante as visitas com frequência às cidades mais afastadas de Kigali. Por meio de seus especialistas, nas mais diversas áreas como saúde, educação, agricultura e pecuária, o governo ruandês fiscalizou como e o que estava sendo produzido e comercializado. Além disso, o governo ruandês determinou o que não deveria ser confeccionado, na medida em que não promoveria a cultura da transformação sociocultural necessária para a sociedade ruandesa prosperar. O controle foi evocado por meio de ajuda na melhoria da qualidade de vida, na promoção da igualdade, nos investimentos educacionais, sobretudo, quando o governo por meio da gestão, cria questionários avaliando e avalizando as possíveis resoluções e impasses que podem ser extraídos de determinados cenários extraídos do local analisado. Por sua vez, a vigilância deu-se a partir de múltiplos representantes governamentais, através dos especialistas das agências ruandesas, bem como da ONU e demais organismos internacionais, que atuaram como testemunhas oculares, presentes no local, como também a partir das entrevistas, reportagens, relatórios que acabavam por serem produzidos, através de dados, representados nas estatísticas coletadas e disseminadas.

O NYT (2007) afirmou em algumas das inúmeras reportagens produzidas sobre uma Ruanda pós-genocídios) que todas as mulheres ruandesas citadas na reportagem acima ‘*After So Many Deaths, Too Many Births*’, deverão ser submetidas a controles mensais, nas redes hospitalares espalhadas pelo território ruandês. Nos postos de saúde e nas mais diversas unidades hospitalares, as mulheres ruandesas deverão ser informadas junto com seus respectivos parceiros, sobre os problemas que envolvem uma gravidez e o aumento da taxa de natalidade, tendo em vista a falta de uma consciência populacional, além dos riscos de possíveis perdas de investimentos internacionais por parte da nação ruandesa. A elevada taxa de natalidade sem controle, monitoramento e vigilância devidas, prejudicarão as gerações futuras, o desenvolvimento ruandês, bem como podem reiterar a cultura da (in)segurança(s), caracterizada pela (re)produção de imagens/imaginários que retroalimentem a ideia de caos, medo e pânico.

Todavia, é preciso sublinhar que logo após o(s) geno(cídios) em Ruanda, a comunidade internacional, bem como o governo interino e suas sucessões presidenciais (Théodore Sindikubwabo e Pasteur Bizimungu), propuseram uma série de políticas públicas que buscavam o oposto, ou seja, o aumento da taxa de natalidade em razão da quantidade de mortes durante o(s)geno(cídios) e da quantidade de diversas prisões ocorridas com a instauração do Tribunal Penal Internacional em Ruanda (TPIR) em 8 de novembro de 1994. Além disso, o nascimento representava uma ‘nova’ era para Ruanda, na medida em que as crianças futuramente poderiam ajudar o país, tornando-se símbolo da ‘prosperidade’ e ‘sucesso’.

Convincing women in the deeply impoverished Rwandan countryside that they should have fewer children is a daunting task. “They say we’re not Christian,” said Jeannette Mukabalisa, a local health advocate, of the predominantly Catholic population. “They say, ‘You’re town people, we’re traditional.’ Children bring these families prestige. For them, children come from God. So it’s difficult, very difficult.” (NYT, 2007, grifo meu).

Paul Kagame, em uma das diversas entrevistas concedidas ao NYT em 2007 destacou que *‘was preparing a sweeping population control program, to be unveiled in the coming months, that would aim to cut Rwanda’s birth rate by at least half. “We recognize we are late on this’*. A partir dos sistemas de governança global, o governo ruandês no pós-genocídio nos anos 2000, influenciado pelas Metas do Milênio, diante do relatório de Responsabilidade de Proteger (R2P), e tendo em vista a Nova Estratégia de Segurança Nacional dos EUA, criou mecanismos de controle populacional, utilizando sistemas de vigilância e monitoramento no que se refere à taxa de natalidade. E, ao fazer isso, passou a sublinhar algumas diretrizes como:

After the genocide, officials were reluctant to promote population control because they feared it would offend the survivors, who believed they had a right to replenish what they had lost. “Because of the genocide, many people didn’t want to hear about birth control,” said Odette Nyiramilimo. Previous efforts had been opposed by officials who told Ms. Nyiramilimo that education, not population, was the problem. (NYT, 2007, grifo meu).

Além disso, o governo ruandês exerceu o direito soberano de intervir nas vidas dos ruandeses através das regras ‘socialmente compartilhadas’, atestando quem e o que deve morrer em nome do desenvolvimento, da segurança e da garantia do pós-humanitarismo. O objetivo era evitar a perda dos financiamentos internacionais que veriam como um problema a elevada taxa da natalidade. Da mesma forma que houve na Somália uma necro-biogeopolítica, em Ruanda se observa uma lógica semelhante, ainda que em contextos socioculturais diferentes. Segundo a legisladora ruandesa Odette Nyiramilimo (2007), não serão tolerados mais do que três crianças ruandesas por família, ou seja, o nascimento de crianças são bem-vindas em Ruanda, desde que não

ultrapasse o tolerado pelo governo e que, portanto, não implique em problemas para a sociedade em nome da ‘prosperidade’ e da ‘manutenção do sucesso’.

No que concerne à taxa de mortalidade, os discursos necrobio-geopolíticos estiveram presentes, sobretudo quando o governo ruandês em certa medida refletiu as normas provenientes dos EUA diante da Nova Doutrina de Estratégia Internacional¹⁹¹. Ou seja, quando o governo ruandês compreende que para manter a ajuda internacional, Ruanda precisava oferecer tratamentos para aqueles/as que sofrem com a HIV/AIDS, tuberculose, dentre outras enfermidades, já que, de acordo com a cartilha dos doadores, a existência de uma sociedade sadia seria um pré-requisito para a promoção do desenvolvimento e do comércio poderão ser avançadas. Novamente, o discurso que enalteceu a vida e a morte andaram lado a lado, já que ao mesmo tempo em que governo controlou a taxa de natalidade, semelhante mecanismo foi realizado, sobre a taxa de mortalidade, conforme passagem a seguir:

Promote the connection between trade and development. Trade policies can help developing countries strengthen property rights, competition, the rule of law, investment, the spread of knowledge, open societies, the efficient allocation of resources, and regional integration—all leading to growth, opportunity, and confidence in developing countries. (EUA, 2002, p.19 grifo meu).

Os discursos necro-biogeopolíticos podem também ser visualizados a partir da fotografia extraída abaixo da fotojornalista Laura Hoemeke, publicada pelo NYT em 2007. A legenda da foto ‘*Babies, not Ghosts*’ além de orientar a visão do leitor, como e de que modo deve decodificar a história de Ruanda. Em especial, quando a fotografia jornalística faz referência ao passado e ao possível futuro ruandês. A fotografia (2007), no entanto, e sua respectiva legenda ‘*a crowd at a health campaign rally in northern Rwanda. Population control has been controversial because survivors of the genocide have felt it was a familys right to replenish what was lost*’, contém uma ambivalência, na medida em que, por um lado enaltece a vida da sociedade ruandesa, mas isso não a impede de reafirmar a morte, através do controle da taxa de natalidade da população ruandesa que tem crescido, impedindo o desenvolvimento do país e o cessar das transferências de investimento externo no país como aponta gráfico (4).

191 Disponível em: <<https://www.globalsecurity.org/military/library/policy/national/nss-020920.pdf>> Acessado em 08/08/2019.

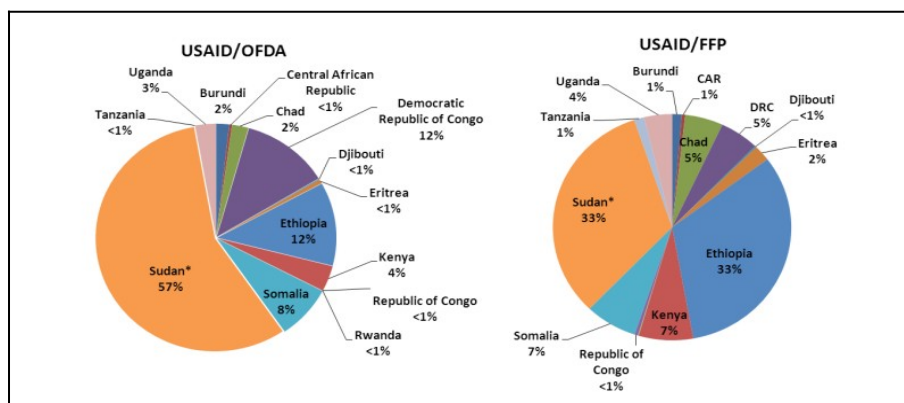


Gráfico (4): Assistência Humanitária pela USAID para os países do centro e do leste africano entre 2002-2011

Fonte: USAID (2012).

Neste caso, refletir sobre a imagem abaixo, construída a partir da técnica fotográfica em primeiro plano, permite observar que as diversas mulheres ruandesas segurando os seus filhos ou não, representam a dignidade, esperança e possibilidade de mudança. As multiplicidades de cores visualizadas nas roupas e acessórios, além do sol que perpassa seus rostos, transmitem a sensação de alegria, prosperidade e felicidade. Mas isso não impediu interpretar que a imagem abaixo (51), associada com o texto escrito na reportagem, mostrou algum tipo de indignação ou mesmo resistência destas mulheres que vivenciaram o(s) geno(cídios) e pós-conflito. Já que as mesmas foram responsáveis antes pela procriação - compreendida como solução mediante a visão ocidental no passado, tendo em vista a quantidade de mortos. Embora, atualmente as mulheres ruandesas representem um ‘problema’ (desvio) que precisa ser controlado pelo estado ruandês em parceria com as diversas instituições internacionais, a fim de que a conscientização seja estimulada, de modo que a cultura da (in)segurança(s) seja evitada.



Figura (51): Babes, not Ghosts.

Fonte: Laura Hoemeke/Twubakane Decentralization and Health Program apud NYT (2007).

Por isso que dentre os diversos significados atribuídos à palavra proteção, sublinho o *Tutore*, isto é, tutela. Entende-se por proteção como tutela alguma forma de ajuda que está presa no presente, mas que incide no futuro. Isso significa que formas de monitoramento, vigilância, controle

dos ‘protegidos’ em nome do amor devem ser mobilizados. O sujeito ‘protegido’ tem sua agência retirada na medida em que o tutor fala em seu nome, traduz seus anseios, vontades, dilemas e problemas. Portanto, o ‘protegido’ é infantilizado mediante a ação de ‘proteger’, ‘salvaguardar’, ‘regular e/ou ‘cuidar’. (BIGO, 2006, p.92). A ‘proteção’ enquanto um discurso orientalista, ao ser reiterada pelos representantes da ‘comunidade internacional’, mobilizou diversas práticas coloniais, por meio da tutela sobre as sociedades pós-coloniais como no caso de Ruanda. Compreendo que a tutela está para além dos efeitos físicos, já que incide no nível imagético, simbólico, cultural e psicológico.

Além disso, a proteção, enquanto discurso orientalista, que ratifica a tutela, deve ser compreendida a partir das reflexões produzidas por Didier Bigo (2006, pp. 90-93). O autor atesta que há quatro significados que minimamente podem ser extraídos da palavra proteção, que possui diversas etimologias (lugar sagrado, da defesa, do monitoramento e vigilância e do amor). O *expert* na área de Saúde Pública estadunidense, Sr. Josh Ruxin, reafirmou a lógica da proteção sob o prisma do discurso da tutela, quando atestou que se Ruanda busca crescer e manter seu desenvolvimento, precisa conter sua taxa de natalidade.

According to Josh Ruxin, an American public health administrator based in Rwanda, the rate of Rwandans living in extreme poverty declined from 60.4 percent to 56.6 percent from 2001 to 2006. Mr. Ruxin is helping to design the new population control project. “If Rwanda wants to be an Asian tiger,” he said, “this is where it all starts.” (NYT, 2007).

Como bem esclareceu Walker (1993, p.4), a história do SI, à luz da modernidade, promete aos demais países/sociedades saírem da condição do estado/condição primitiva para a condição de desenvolvido, da escuridão para a luz: *‘History, it can be said, is simply working out as it should. Development is evolutionary and progressive. The end of ideology is undeniably at hand. Modernity shall indeed be our salvation’* (WALKER, 1993, p.4). Essa narrativa teleológica é, por exemplo, ratificada pela fala do Sr. Josh Ruxin, que na reportagem supracitada, enquadrou Ruanda como uma espécie de Novo Tigre Asiático, necessitando controlar sua população para atrair investimentos e para conseguir se desenvolver e prosperar, além de garantir a segurança de sua população.

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
USAID	\$31.9 5	\$47.3 9	\$46.1 1	\$45.7 4	\$11.5	\$72.6 7	\$91.7 6	\$78.4 6	\$100. 9	\$109. 8
Departamento de Defesa	\$1.24	\$4.91	\$162	\$298	\$12.7 9	\$1.67	\$1.92	\$2.46	\$744	\$4.26
Departamento de Estado	\$1.7	\$350	\$794. 4	\$539	\$4.52	\$2.53	\$1.80	\$2.81	\$3.70	\$5.12

Tabela (12): Assistência Externa Estadunidense para Ruanda frente aos diferentes atores dos Estados Unidos

Fonte: USAID (2001-2009).

6.4

O trinômio humanitarismo-segurança-desenvolvimento: o modelo de paz híbrida no pós-genocídios) ruandês

A representação do trinômio humanitarismo-segurança-desenvolvimento performatizada no imaginário sociocultural ratifica a produção de um discurso caracterizado pela descontinuidade - leia-se 'mudança'. Isto é, na medida em que Ruanda adere ao trinômio, o país africano vem se transformando positivamente, rumo ao progresso e sucesso. Ao concordar, em meio às diversas resistências, com as perspectivas ocidentais, Ruanda adotou os valores do internacionalismo liberal, sem abrir mão de suas demandas e valores socioculturais.

As 'mudanças' em Ruanda, no entanto, devem ser compreendidas enquanto uma forma de manter de modo obtuso, implícito ou indireto os projetos coloniais, traduzidos sob a forma de discursos orientalistas promovidos pelo Ocidente. A reiteração da cultura da Americanização, visualizada por meio da (re)produção do *self*, representa a continuidade dos projetos pós-coloniais, sobretudo, quando mantém práticas racistas à luz da branquitude. Isto é, quando coloca as sociedades ruandesas seja na condição de estado falido/fracassado e/ou colapsado, bem como enquadram o país/sociedade como símbolo da prosperidade. Em ambos os cenários, os parâmetros estão de acordo com a representação estereotipada, segundo as visões multifacetadas das elites brancas internacionais em sinergia com as nacionais. Estas, embora não necessariamente sejam brancas, replicam a normativa por meio da cultura relacional colonizador-colonizado. Ainda que, não haja o pacto colonial, como ocorrido desde o século XVI, a dinâmica perpetrada pelo Norte sobre o Sul global ocorre de modo reestruturado e sofisticado, a fim de que a cultura da colonialidade se mantenha.

A partir das reflexões realizadas por Enghel e Noske-Turner (2018, p.2), o trinômio humanitarismo-segurança-desenvolvimento implementado em Ruanda, segundo a normativa da paz híbrida, permaneceu circunscrito em um discurso orientalista, que mobilizou uma economia política da moral, segundo a lógica do internacionalismo liberal. Ou seja, os discursos pró-desenvolvimento, reiterados pela lógica da (in)segurança(s) e endossados pelas perspectivas pós-humanitárias buscam

traduzir ao público a seguinte perspectiva: o fazer o bem (*good done*) e buscar o bem (*looking good*). Os países do Norte, enquanto doadores neste caso, buscam ajudar internacionalmente os países africanos pertencentes ao Sul global. Mas o que significa o ajudar? Compreendo que a ajuda externa teve como objetivo a reafirmação de discursos orientalistas, enquanto práticas coloniais. Mesmo quando a paz híbrida enaltece as agências do local, isso não impossibilita que Ruanda aderisse as visões liberais. E, ao fazer isso, Ruanda se aproxima do Ocidente tornando-a menos África, se distanciando da Somália que é vista pelos atores estadunidenses como mais África, ou seja, menos desenvolvida, mais violenta e menos próspera.

O trinômio humanitarismo-segurança-desenvolvimento enquanto parte do projeto ocidental construído pelas P(p)olíticas E(e)xternas do Norte global, em cooperação com as instituições internacionais, é representado através de três diferentes tipos de triângulos: equilátero (três lados iguais), isóscele (dois lados iguais e um diferente) ou escaleno (três lados diferentes). A inspiração para a elaboração do conceito trinômio humanitarismo-segurança-desenvolvimento apontado neste capítulo, advém das reflexões realizadas pelos estudos pós-estruturais e pós-coloniais no âmbito da ajuda internacional/externa que combinam as agendas humanitárias, os estudos críticos sobre segurança e estudos sobre o pós-desenvolvimento. Considero que estas dinâmicas são elásticas, portanto flexíveis e possuem a capacidade de readequação, reenquadramento e realinhamento dos atores, processos e agendas políticas e socioculturais.



Figura (52): Triângulo Equilátero: trinômio humanitarismo-segurança-desenvolvimento
Fonte: Elaboração Própria



Figura (53): riângulo Isóscele: trinômio humanitarismo-segurança-desenvolvimento
Fonte: Elaboração Própria

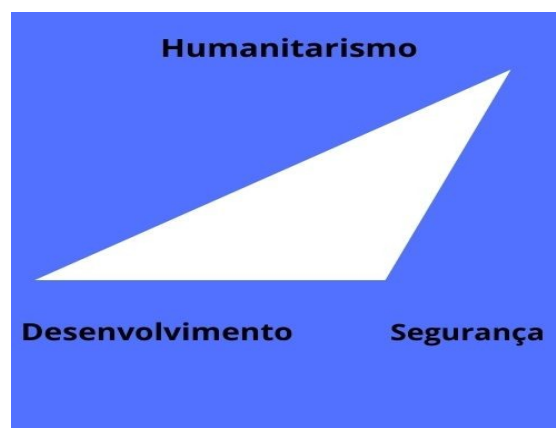


Figura (54): Triângulo Escaleno: trinômio humanitarismo-segurança-desenvolvimento
Fonte: Elaboração Própria

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1712520/CA

O triângulo equilátero exemplifica o modelo que consegue captar a horizontalidade do trinômio já que por definição o triângulo equilátero tem os três lados iguais, com ângulos internos congruentes segundo a geometria euclidiana. Já o triângulo isóscele exemplifica o modelo que consegue captar a verticalidade e ao mesmo tempo a horizontalidade do trinômio já que por definição o triângulo isóscele tem dois lados iguais e um diferente, com dois ângulos internos congruentes e um diferente. Por fim, o triângulo escaleno que demonstra a verticalidade haja vista que os seus três lados e respectivos ângulos são diferentes. Cada formato triangular, como possui a capacidade de transitar, oscilar e readequação, possibilita que os atores políticos e midiáticos os apliquem nas sociedades durante e no ‘pós-conflito’.

Cada triângulo representa a alternância, disputas e campos de força que existem entre os *experts* durante a mobilização de suas agendas de pesquisa e/ou agendas políticas. Nesse sentido, não há como necessariamente predeterminar qual será a temática que terá maior ou menor impacto sobre as demais, tampouco há como conceber se haverá um equilíbrio entre as agendas. O que

talvez se possa inferir são as mobilizações discursivas que são evocadas e traduzidas em formato de normas, ainda que não necessariamente, após a confecção de relatórios produzidos pelos *experts*.

O enquadramento imagético de Ruanda proposto pelo Ocidente parte de imagens positivas do país vis-à-vis os demais do continente africano, sobretudo, em relação à Somália, reduzida a palco do terrorismo(s) global e da consequente produção de uma cultura da insegurança no SI. Além disso, tal enquadramento torna países como Ruanda menos África, conectando-a com o Ocidente via a paz liberal/democrática ou híbrida, ao mesmo tempo em que faz com que Somália seja vista como mais África, ou seja, símbolo da inanição, subdesenvolvimento e da promoção da cultura do terror via o *Al-Shabaab*. Portanto, estes enquadramentos não nos falam apenas de Ruanda, mas sim dos Estados Unidos e de suas visões de mundo, tidas como melhores, superiores, mais desenvolvidas mediante a valorização dos direitos humanos, da democracia, e do respeito à liberdade individual.

CONCLUSÃO

‘A descoberta da África foi uma descoberta pelo papel. Se os grandes viajantes vitorianos não tivessem escrito nada, hoje também se diria que eles tinham ‘descoberto’ nada’. (MUDIMBE, 1984, p.32).

Esta tese **discutiu** a complexa e ambígua relação que envolve os atores políticos e midiáticos estadunidenses, no âmbito da política externa, via a diplomacia, mediante a perpetração dos discursos orientalistas, enquanto práticas coloniais. Ao serem estabelecidos pelos múltiplos atores estadunidenses, o Orientalismo reproduz múltiplas formas de mediação e/ou espectacularização, sobre os países africanos, tanto no que concerne a Somália quanto Ruanda, durante os períodos de 1990 vis-à-vis os anos 2000, pós-11 de setembro de 2001. E ao fazer isso, o Ocidente mobilizou uma determinada semiótica que envolve a concepção de soberania, advinda da modernidade, enquanto expoente modelo, a ser exportado para os demais países do Sul global. A semiótica da soberania confeccionada pelo etnocentrismo, calcada nos modelos weberianos e/ou hobbesiano, funcionou como uma forma de estabelecer a produção identitária, de modo a fazer com que um regime de saber/poder, fosse operacionalizado a fim de ratificar a política da violência, por meio da cultura da (in)diferença.

Para tanto, foi preciso produzir a co-constituição entre os atores ocidentais e não-ocidentais tendo como principal objetivo, a ratificação do discurso da soberania, seja por meio da intervenção ou de acordo com a retórica da não-intervenção. Ademais, argumento nesta tese que a soberania e a lógica da intervenção não atuaram de modo oposto ou dialético, mas sim de forma relacional, embora eu reconheça que determinadas formas de soberania sejam reconhecidas, enquanto que outras permanecem sendo negligenciadas e/ou silenciadas. De todo modo, a soberania emergiu como um conceito disciplinador, à luz dos valores ocidentais, ancorado no mito westfaliano (1648) que foi universalizado pelos atores políticos e midiáticos, segundo determinadas particularidades, em meio a recortes espaço-temporais. Especificamente, quando a temporalização da diferença produzida pela supremacia branca a partir de amnésias e manutenção de uma cultura racista, ditou sobre a opinião pública, os princípios que deverão ser seguidos e aqueles que necessitam ser vistos como a exceção, e, portanto, precisam ser descartados, mas do que somente o silenciamento.

Portanto, a norma e a exceção se tornaram os parâmetros que norteiam o SI, sobretudo, quando essas concepções permaneceram alinhadas com diretrizes ocidentais. Isso inviabiliza que alternativas e/ou outras concepções diferentes possam emergir, tanto no âmbito da forma como, e, principalmente, no conteúdo. Isso não impede, porém que diferentes de resistências possam ser estabelecidas, a fim de não aceitar as coordenadas e subordinações impostas pelo Ocidente. Diante disso, cabe ressaltar que nesta tese ao fazer uso das visões pós-estruturais e

pós-colônias/decoloniais, através da análise de discurso e semiótica, preocupe-me não apenas com as histórias sobre as tecnologias da comunicação e informação no SI, mas destaquei, sobretudo, as linguagens mobilizadas pelas narrativas orientalistas disseminadas pelos atores ocidentais, já que estes detêm a capacidade de direcionar os nossos olhares. E, ao fazer isso, (re)produzem uma miopia e/ou astigmatismo, atravancando que múltiplas outras visões sejam mobilizadas pelas sociedades do Sul global.

Principalmente, porque muitos dos conteúdos confeccionados pela política estadunidense têm como marcas, os valores das elites e do corpo jornalístico branco (solidariedade, Direitos Humanos, Democracia etc) embora não deva ser visto como monolítico, tampouco essencializante. Nesse sentido, a branquitude, formada por sua maioria de homens, embora não se restrinja a ao sexo biológico e/ou identidade gênero, pretendeu ao longo de décadas, (re)produzir discursos nacionalistas de modo que oras blinda e/ou apaga histórias que envolvam práticas racistas. Especialmente, quando por meio de um conjunto de valores e normas que necessitam ser compartilhados, enquanto uma construção social espelhada ou não no modelo puritano europeu. Por outro lado, a branquitude em nome do discurso nacionalista reiterou práticas racistas sobre os países do Sul global, à luz de sua identidade, sem que para isso, aponte suas mazelas, desigualdades, faturas e fricções que habitam as múltiplas histórias sobre os EUA. As histórias sobre os EUA com quais me refiro, são aquelas que estão nas margens, que foram e permanecem sendo sufocadas mediante a (re)produção de uma imagem de uma comunidade imaginada, excluindo qualquer possibilidade de retomada de uma narrativa étnica. A etnicidade é vista como primitiva e/ou inferior, e, portanto, não caberia na história estadunidense, caracterizada pela naturalização da ideia de excepcionalismo.

No âmbito do pós-estruturalismo e do pós-colonialismo/decoloniais, enquanto perspectivas ‘teóricas’, problematizo o logocentrismo dos atores estadunidenses, especialmente, quando a política da alteridade atua como catalisador das ações que foram mobilizadas, sobretudo, quando o Eu estadunidense é divorciado de uma visão estadocêntrica. Embora, o Eu estadunidense ainda que divorciado do Estado, retroalimenta em alguma medida o próprio estado, sobretudo, quando se utiliza de uma rede de atores que falam em nome da política externa, como as mídias, a fim de reafirmar sua respectiva identidade. No que concerne as mídias, elas detêm a capacidade de cooptar a opinião pública, por meio de conteúdos jornalísticos, através de uma política seleção de conteúdos via os *gatekeepers*, enquanto *experts*, que excluem-incluindo e incluem-excluindo informações por meio de acordos formais e informais extraídos do campo durante os conflitos e no pós-conflito. As informações retiradas, e por sua vez publicizadas de modo ban-panóptico, conseguem estabelecer uma rede calcada na vigilância que pretende determinar os *modus operandi* das sociedades/estados que permanecem sendo monitorados e controlados por meio da governamentalidade.

Nesse contexto, a empresa jornalística, o jornalista (correspondente internacional) e o jornalismo, embora sejam conceitos e estruturas diferentes podem atuar em sinergia, de modo a fazer com que determinadas micro-narrativas e macro-narrativas sejam mobilizadas sobre o Outro (LUZ, 2021) em cooperação ou não com a política externa diante da política do consenso e dissenso. Diante disso, a política externa, as elites e o jornalismo através de suas respectivas linguagens com ou sem concordância, semioticamente, (re)produzem conteúdos que ditam os regimes de verdade, poder e conhecimento sobre sociedades/estados à luz de sua autoimagem e percepção. E ao fazerem isso, trabalham com as ambiguidades, de modo que o texto ao ser confeccionado, ao mesmo tempo que enaltecem uma determinada ação sociocultural sobre um certo país africano, não impede que a mesma seja retratada na mesma matéria e/ou em outros conteúdos políticos e midiáticos de modo negativo.

Em ambas as situações acima descritas, os estereótipos são confeccionados, sobretudo, quando a leitura do SI, permanece circunscrita aos valores (neo)liberais (liberdade individual, democracia, direitos humanos etc) e, por sua vez, estão atrelados aos princípios das elites (puritanismo). Essa combinação possibilita o disciplinar dos corpos negros de outras regiões/países – neste caso as sociedades africanas da Somália e Ruanda, que se encontram e transitam, nas visões dos atores estadunidenses, em um estado primitivo e/ou barbárie a depender das composições imagéticas confeccionadas. O que também exponho nesta tese se deve a maneira com que esses corpos negros foram lidos pelo Ocidente diante de determinados discursos orientalistas, calcados em geografias imaginativas, que dizem mais sobre os atores estadunidense do que sobre as plurais e heterogêneas sociedades africanas em si, embora busquem homogeneizá-las, essencializá-las e tratá-las como monolíticas.

Ademais, é preciso salientar também, que a representação destes atores tanto no que se refere a agenda de segurança, humanitarismo e mesmo no desenvolvimento, foi realizada a partir de padrões e por meio da política do (re)enquadramento que pretendeu determinar sobre o público, visões ancoradas na modernidade. O colonialismo/colonialidade enquanto uma prática cultural necessita ter continuidade, haja vista as concepções de estado falido/fracassado e/ou anárquico que ditam os *modus operandi* com que a soberania perpetrada pelo Ocidente deve ser reiterada, e como ela deverá performar sobre as demais sociedades/estados do Sul global. Como já salientado, esta tese tem como **argumento central**, que os discursos calcados na política do *statecraft*, disseminados em perspectiva comparada, pelos atores políticos e midiáticos estadunidenses sobre Somália e Ruanda, durante as décadas de 1990 vis-à-vis aos anos 2000, foram caracterizados pelas **continuidades**, do que pelas **descontinuidades** dos discursos, tendo em vista as narrativas orientalistas traduzidas como práticas coloniais.

Especialmente, quando foram disseminadas e reiteradas ao longo de décadas sobre os países africanos, seja por meio das agências positivas e/ou negativas, ou seja, mais África e/ou menos África. As **continuidades** nestes períodos permaneceram estruturadas através das lógicas da assimilação e/ou aniquilação e/ou equivalência e/ou diferença, sobre Somália e Ruanda. E, portanto, mais do que somente refletir sobre as continuidades em meio as discontinuidades discursivas disseminadas pelos atores estadunidenses, esta tese pondera como e o quanto os atores Ocidentais ao disseminarem os discursos orientalistas, dizem mais sobre si, do que necessariamente sobre o Outro. A partir disso, sublinho que múltiplas formas de resistência são realizadas pelos atores não-ocidentais a fim de (re)desenhar o SI, por meio de sua inserção e atuação, ao questionarem a política da alteridade. É preciso romper essa visão imanente, a fim de refletir sobre os processos discursivos orientalistas, de modo a produzir um descentrar dos sujeitos e ações políticas, em busca de um caminhar para uma perspectiva transcendente e transdisciplinar.

Diante disso, esta tese **questiona** como as rearticulações discursivas por parte dos atores políticos e midiáticos estadunidenses sobre Somália e Ruanda no pós-11 de setembro de 2001 nos dizem sobre a produção de identidade dos Estados Unidos? Para tanto, credito nesta tese que as minhas reflexões foram respondidas na medida em que mobilizei uma pluralidade de fontes que me permitiram problematizar os atores e seus processos intervencionistas ao longo de décadas, de modo que durante a década de 1990, atesto que Somália e Ruanda foram equiparados pelos atores estadunidenses como países/sociedades símbolos do caos diante da guerra civil e do geno(cídios) tendo em vista a reproduzibilidade dos discursos orientalistas que tratavam os países como símbolos do fracasso, colapso e/ou falência estatal. Os discursos mobilizados pelos atores políticos e midiáticos estadunidenses em meio a diferentes dissensos e/ou consensos, exemplificam como a pobreza/fome e miséria social assolava estas nações, de modo que algum tipo de ajuda/provisão humanitária e militar deveria ser realizada.

Diferentemente do imaginário sociocultural, que atesta para a intervenção na Somália e a não-intervenção em Ruanda tendo em vista o fantasma que ronda o país, desconstruo esse mito, demonstrando que houve intervenção também em Ruanda, por meio da ajuda e provisão humanitária estadunidense, além da corroboração dos atores estadunidenses por meio de uma votação favorável no Conselho de Segurança da ONU, onde a França garantiu inclusive o direito jurídico de exercer a intervenção via as forças militares. O Ocidente, por meio da ‘comunidade internacional’, simbolizado pelos atores estadunidenses, enquanto o mito do herói, transfere para si, a ‘responsabilidade ético-moral’ via as operações de paz e/ou intervenção humanitária e/ou militar, como símbolos da prosperidade, coerência e sucesso, invertendo as concepções de anarquia e hierarquia disseminadas reiteradas pelo SI.

Diante desse cenário, gostaria de considerar também que a década de 1990, com o fim da Guerra Fria, a diplomacia ocidental, embora afirmasse e justificasse a favor da não-intervenção, sua prática foi favorável a política intervencionista sem que para isso, a soberania fosse desprestigiada. A tragédia liberal diplomaticamente reproduzida naquela conjuntura pela política externa estadunidense e ratificada pelos atores midiáticos, não impediu inclusive que o unilateralismo fosse realizado em prol de uma retórica multilateral. Não obstante, gostaria de salientar que mesmo diante da ampliação do conceito de humanidade, ainda que ampliado, não impossibilitou que outras formas de racismo fossem mobilizadas, via a política da vida e/ou da morte, principalmente, por meio do uso da força.

A chegada dos anos 2000, diante dos ‘atentados’ do 11 de setembro de 2001, em meio ao advento da Responsabilidade de Proteger (R2P), os atores políticos estadunidenses instauraram, uma ‘nova’ estratégia de (in)segurança (inter)nacional mediante a ‘Doutrina Bush’, onde o terrorismo em escala global deveria ser destruído. O T(t)errorismo que esteve associado a *Al-Qaeda* sub-representado via Osama Bin Laden (Afeganistão) e pelo ditador Saddam Hussein (Iraque) como assim foram traduzidos pelas mídias e atores políticos estadunidenses. Neste contexto de guerra contra o terror, Ruanda foi enaltecida, pelos *gatekeepers* estadunidenses e demais representantes dos organismos internacionais, enquanto um país símbolo do sucesso/prosperidade, reafirmado pela ‘comunidade internacional’ nos pós-geno(cídios), ao ser (re)enquadrado com uma nova Twain/Singapura.

No âmbito dos anos 2000, é importante apontar que a palavra T(t)errorismo(s) deve ser diferenciada, em letra maiúscula e minúscula, na medida em que entendo que certas ações terroristas permanecem associadas a dimensão estatal, enquanto que outras não são. Além disso, compreendo que há certas ações políticas perpetradas por atores estatais e não-estatais, que advém do Ocidente e (re)produzem terror, porém não são compreendidas desta forma. Portanto, existe uma política da seletividade quanto ao reconhecimento ou silenciamento de certas ações políticas tidas como terroristas ou não. Por fim, penso que também há múltiplos discursos orientalistas, que (re)produzem ações ‘terroristas’, e/ou palavras que sejam colocadas como sinônimo, sem que para isso se limite a uma única e/ou homogênea visão. O próprio uso da expressão terrorista é em si problemático quando instrumentalizado pelos atores e as comunidades epistêmicas, que ditam as taxonomias e expressões já que funcionam por vezes, como uma fronteira fixa e imutável, ao passo que outros acontecimentos tão importantes tanto quanto, todavia são desprestigiados e/ou emudecidos.

A palavra ‘atentado’ referente ao 11 de setembro de 2001, portanto, foi coloca entre aspas tendo em vista que houve assim manteve uma arbitrariedade tanto no que se refere a forma, mas também quanto ao conteúdo disseminado sobre uma ação política, que os atores estadunidenses

normatizaram e naturalizaram no imaginário sociocultural no circuito da política mundial. Principalmente, quando os EUA e sua rede de atores associaram certas religiões a política da violência haja vista a americanidade que foi mobilizada por meio de uma política puritana. Da mesma forma com que o holocausto se tornou o ditame, diante dos outros geno(cídios) ocorridos no mundo que precedem ao ocorrido com os judeus, homossexuais etc. Algo semelhante ocorreu com o 11 de setembro de 2001 na medida em que apagou e/ou silenciou outros fatos históricos anteriores, que o Ocidente perpetrou sobre os diversos países do Sul global. Estes não necessitam ser enquadrados como ações terroristas, ganham qualquer outro significado, justamente, a fim de legitimar os discursos enquanto um regime de saber/poder.

É preciso criar algum tipo de senso comum na sociedade, os estereótipos nesse sentido, funcionam como catalisadores a fim de que os regimes de saber/poder exerçam ação política no imaginário social tanto do Ocidente, quanto dos países do Sul global. Principalmente, quando a americanidade e o puritanismo, enquanto base do discurso político estadunidense, atuam como uma representação, a partir da ideia de uma comunidade de imaginada, embora seja fraturada. Ao ser exportada e, posteriormente, internalizada pelas elites e burguesias das sociedades/estados africanos, o etnocentrismo pretende disciplinar as sociedades do Sul global, à luz de sua soberania.

Dito isto, a Somália, no entanto **persiste** em ser compreendida enquanto símbolo do caos, na medida em que não aceitou os ditames da ‘comunidade internacional’, sobretudo, quando os atores estadunidenses associam o acoplamento imagético entre o grupo terrorista *Al-Shabaab* vis-à-vis a *Al-Qaeda*. A associação política e midiática entre a *Al-Shabaab* e a *Al-Qaeda* ocorreu diante do contexto de guerra contra o terror em escala global onde os atores políticos e midiáticos estadunidenses, passaram a reiterar a vigilância, o controle e os processos de exclusão, a partir da ratificação de práticas coloniais. As práticas coloniais aqui operaram, quando as expressões como selvagem e/ou bárbaro foram evocadas, via a representação simbólico imagética, por sua vez, entendidas como perigosos já que promovem terror e (in)seguranças e risco diante de sua projeção e disseminação sobre o *Self* estadunidense.

No século XXI, as operações de paz como a AMISOM, passaram por múltiplas transformações já que visaram a promoção da cultura da estabilização, por intermédio da pacificação, bem como a reconstrução de Estados e Nações, tendo em vista o impacto da Doutrina Capstone e o Relatório Brahimi e as influências a invasão ao Afeganistão e a Guerra do Iraque. Para tanto, tornou-se preciso que o Ocidente fizesse uso das ‘novas’ políticas intervencionistas militares e/ou humanitárias, a fim de que houvesse uma reafirmação da política da (in)diferença, já que os atores políticos e midiáticos anglo-eurocêtricos ratificaram a fórmula da ‘solução de problemas’, ao endossar o discurso teleológico que visou promover a imagem que estimulava o crescimento e o desenvolvimento, embora de modo desigual. As desigualdades inerentes no Sul global, ao serem

mobilizadas pelo Norte global, disseminam processos que promoveram a perpetuação de hierarquias e sistemas de classificação ao endossarem a representação dos Estados falido, fracassados e/ou colapsados.

O logocentrismo presente nos discursos ocidentais traduziram no pós-11 de setembro de 2001, um conjunto de mitos e/ou ficções sobre a Somália, ainda que suas ações políticas falem sobre a Europa e os Estados Unidos. Dentre os discursos normativos evocados pela diplomacia estadunidense, a socialização tornou-se a forma mobilizada pelo Ocidente visto que a cultura eurocêntrica e estadunidense, legitimou a política da violência, sobretudo, quando utilizou da matriz racial tanto através da representação islamofóbica, bem como diante do discurso da etnicidade. O logocentrismo fez-se presente nos discursos normativos da AMISOM, quando a gramática ministrada de modo pedagógico, ratificou a cultura da subalternidade, especialmente quando a imagem da proteção tornou-se mais um recurso econômico-político etnocêntrico.

O guarda-chuva da proteção implicou em discursos paternalistas que por um lado disseminavam a ideia de um pai cuidadoso, piedoso e benevolente – disponível para ajudar, no entanto por outro lado, esse pai é também aquele que promoveu cotidianamente a política da violência, ao ratificar a cultura da exclusão e criminalização quando os somalis desobedeceram ou insistiram em políticas insurgentes, frente as dinâmicas políticas perpetradas pela diplomacia e rede de atores (inter)nacionais. Elas através de suas expertises promoveram o regime de tutela ainda que de modo informal, já que sua formalidade não são somente é mais aceita, já que atualmente é vista enquanto um problema, quando os países do Norte promovem as políticas intervencionistas no Sul global. Nesse sentido, uma das principais formas estratégicas da atuação política do Ocidente na Somália (AMISOM) ocorreu por intermédio da governamentalidade pós-colonial, na medida em que se manteve atuante ao promover uma política do monitoramento, vigilância e da criminalização na sociedade somali associados a grupos terroristas.

Por fim, a AMISOM, através do guarda-chuva da proteção, disseminou o discurso normativo da responsabilidade, como uma forma usual da política sem princípios da diplomacia estadunidense, quando realizadas sobre os países do Sul global. Principalmente, quando a responsabilidade enalteceu a agência política pós-colonial somali, visto como um importante mecanismo de promoção do diálogo e mediação haja vista a promoção da ética, entre o Local e o Global. No entanto, isso não impediu que a gramática da responsabilidade ao ser manuseada, em defesa da estabilização, reiterasse a imagem do Orientalismo militarizado, ao transformar os países em uma região perigosa, promotora do risco e insegurança ao SI, simbolizado pela luta clânica, terrorista e a barbárie que representa a pirataria.

Mediante os cenários apontados acima, cabe evidenciar que os discursos dos atores estadunidenses, por meio de sua rede de atores transnacionais e internacionais, de acordo com um

modo liberal de (re)produzir a guerra e a paz, legitimaram em suas ações a política da vida e/ou da morte tendo no humanismo um escudo e/ou uma espada que protege, mas que ao mesmo tempo, ratifica os ataques por meio da política da violência. E ao fazer isso, instrumentaliza narrativas fundamentadas em uma política sem princípios na medida em que, o único valor ético-moral é tão somente o interesse nacional. Porém, isso não impede que uma política da desumanização seja (des)mobilizada a depender da maneira com que a relação entre o Eu/Nós e o Eles/Outro seja reafirmada já que como apontou Campbell (1993, pp.169-170) *‘not only are our lives all ineluctably social and inextricably political, there is also always the Other than can never be folded into the self’*.

Não obstante, como também destacou o autor, ao fazer referência a Emmanuel Levinas, *‘while morality can be understood as the rules relating to social behaviour (rules often invoked by those seeking to answer ‘why’), these ‘rule’ – which are always more contingent than they appear – are never separated from our ethical responsibility other’*. Nesse sentido, tanto Somália quanto Ruanda foram impactadas pelos discursos dos atores estadunidenses, a partir da ratificação de práticas coloniais, no pós-11 de setembro de 2001, vis-à-vis a década de 1990. **Justifico** que Ruanda, contrariamente a Somália, foi apontada pelos atores políticos e midiáticos estadunidenses, como um país que representa o sucesso na medida em que assimilou as normas promovidas pelo Ocidente a partir da modernidade, tendo em vista a assimilação sociocultural advindos da interação Global-Local– via a paz híbrida. O Ocidente representado pelos atores estadunidenses, através da alteridade, se torna o espelho para Ruanda, permitindo a sociedade/país deixar a categoria de estado falido/fracassado/colapsado e fazendo com que o país, adentre no modelo de ‘sucesso’ proposto pelo Ocidente, já que aderiu ao trinômio segurança-desenvolvimento-humanitarismo.

Os conteúdos destacados pelos organismos internacionais e as agências estadunidenses, enaltecem por um lado a agricultura de subsistência e as *plantations*, ao mesmo tempo em que se valoriza o incentivo da Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC). Estes atuam enquanto símbolos, de um país que conseguiu se reinventar, à luz dos processos de reconciliação e na constituição de sua nação, tendo na imagem da soberania estadunidense, enquanto um valor primordial a ser seguido, sem necessariamente abrir ‘mão de sua cultura’ via o hibridismo – união e ao mesmo tempo separação entre os mundos. Embora, na prática tenha observado a continuidade dos discursos orientalistas, a partir de readequações e reenquadramentos à luz de um possível ‘enaltecimento’ das agências políticas dos ruandeses.

A manutenção das práticas coloniais em Ruanda, ocorreu por meio da incorporação da paz híbrida, as ressonâncias do R2P e da nova doutrina de segurança (inter)nacional – reprodução do *Self* estadunidense – que no âmbito da ONU no século XXI foi traduzido como nexos humanitarismo-desenvolvimento-paz. As incorporações das normativas na sociedade ruandesa,

destacam-se pelo reconhecimento da valorização da agência e autonomia humana, porém na prática mecanismos de subordinação, exploração e alienação são mantidos. Principalmente, diante dos grupos subalternos, portanto, isso significa dizer, que há uma circularidade discursiva mobilizada pelo Ocidente, que busca determinar parâmetros sociais a fim de que uma certa direção seja sinalizada e, sobretudo, efetivada.

Por fim, informo que ambos os países Ruanda e Somália foram tratados seja durante a década de 1990, bem como nos anos 2000, permanecem sendo vistos pelos atores estadunidenses, como sociedades oras inferiores entre si e vis-à-vis aos EUA e posteriormente tratadas como desiguais entre si, Ruanda vinculada como símbolo da prosperidade e Somália vista como reduto do terrorismo. Em ambos os casos, a modernidade e o colonialismo continuam sendo operacionalizados tendo em vista que ambos não conseguem se aproximar do Ocidente. Há sempre uma lacuna, falha ou problema que impede que os atores do Sul global, consigam chegar nos horizontes pré-determinado pelo etnocentrismo.

E, nesse sentido, portanto, que torna-se preciso **de(s)colonizar** os discursos teleológicos promovidos pelo Ocidente e que permeia os atores africanos, diante da exaustiva disseminação de conteúdos orientalistas, inviabiliza agendas e processos e demandas dos países africanos, sobretudo porque os atores estadunidenses regulam as sociedades/estados das Áfricas, à luz de suas autorreferências. Portanto, a ideia de descontinuidade é travestida de contínuos discursos orientalistas, vistos enquanto práticas coloniais, que ao serem disseminado sobre os países africanos, principalmente, quando realizado em perspectiva comparada. E ao fazer isso, o Ocidente aprisionou os países africanos, segundo as estruturas econômicas-políticas mediante o modelo do liberalismo internacional, a partir de múltiplas dinâmicas capitalistas, perpetradas pelo Ocidente.

No que tange às lógicas da assimilação e/ou aniquilação, os países e instituições ocidentais estabeleceram um modelo de bola de bilhar, como se todos os atores envolvidos detivessem as mesmas condições de temperatura e pressão, a partir da disseminação de um princípio de igualdade e/ou equidade. Além disso, o Ocidente visou impedir quaisquer outras perspectivas sociopolíticas que desestabilizassem, desconstruíssem e descolonizassem os discursos orientalistas e as práticas coloniais perpetuados diante das desigualdades, hierarquias e classificações socializadas, ainda que impostas rotineiramente. Contrariamente, a lógica da diferença possibilita a heterogeneidade dos casos, ou seja, reconhece a pluralidade das ações ao ser desenvolvida em estudos circunscritos a política comparada. A política do internacional liberal inserida nestas dinâmicas, ao fazerem uso de modelos comparativos, trata determinados grupos minoritários como inferiores e/ou irracionais, de modo que a semiótica do perigo, ameaça, medo dentre outros, precisam ser disseminadas a guisa de cooptar os públicos.

Como apontado ao longo dos capítulos desta tese, informo que ela permanece circunscrita às análises pós-estruturais e pós-coloniais a partir dos estudos da política externa, mídias e elites estadunidenses, estabelecendo, portanto, uma conexão entre os campos das Relações Internacionais e da Comunicação Social. Principalmente, quando observo que diante dos consensos e/ou dissensos os atores estabeleceram múltiplas formas de enaltecer o discurso da soberania, embora não apontem para outras possibilidades de narrativas que divergem desta concepção rígida sobre o conceito, reduzindo-a tão somente a uma perspectiva eurocêntrica. Inviabilizando, portanto, que outras perspectivas, percepções e reimaginações ontopológicas possam ser refletidas mesmo porque, as cartografias permanecem presas a visões ocidentais, que pretendem legitimar certas narrativas a partir de um processo de tradução que cria, subverte, domina as sociedades africanas. Os discursos de etnicidade que foram disseminados sobre Ruanda e Somália exemplificam por um lado a relação que se estabeleceu entre território e identidade, de modo que toda e qualquer anomalia necessite ser ceifada visto que a norma precisa preponderar.

Não obstante, por fim esta tese trouxe uma importante contribuição entre os campos das Relações Internacionais e Comunicação Social, sobretudo, quando realizo segundo uma combinação entre as lentes pós-estruturais e pós-coloniais, as perspectivas identitárias da política externa estadunidense sobre os países africanos. Especialmente, quando releio e repenso os discursos orientalistas mobilizados pelos atores ocidentais no âmbito do SI, que reproduzem as dinâmicas e os *modus operandi* do Ocidente sobre o resto, ao perpetrar por décadas formas vigilância, onde a organização societal dos povos africanos devem seguir as estruturas etnocêntrica. Diante disso, destaco que a minha pesquisa possui um destaque no Brasil, onde as comunidades epistêmicas de ambos os lados, sobretudo as RI's.

Estas ainda persistem em negligenciar e silenciar pesquisas que tratam sobre esta temática, principalmente, na agenda de a política externa em cooperação com as agendas de segurança, humanitarismo e desenvolvimento, sobretudo, no âmbito das operações de paz à luz dos atores midiáticos. Além disso, realizo por fim, um desorientar dos discursos orientalistas mobilizados pelo Ocidente, a partir do conceito de soberania, como sublinhou Oliveira (2020b, p. 55), ao fazer referência ao escritor marroquino Abdelkebir Khatibi's, já que a política das narrativas e/ou narrativas da política desempenharam hegemônicos domínios onto-epistemológicos que ditam o modo como vejo as Áfricas, mas, e, principalmente como observo os atores estadunidenses.

Portanto, ao desorientar os múltiplos conjuntos de narrativas orientalistas confeccionadas pelo Ocidente, torna-se possível um repensar das imagens/imaginações normatizadas, normalizadas e naturalizadas perpetradas pelo *Self* ocidental, sobre as sociedades africanas, à luz da modernidade. (OLIVEIRA, 2020a; 2020b; COSTA LIMA, 2021). Principalmente, quando acesso os pensamentos de fronteira e/ou quando busco emancipar como

assim destacaram Mignolo (2008) e Fernandez (2021) os pensamentos que semioticamente ditam valores e/ou normas sobre as regiões, caracterizado por processos de construção, mas também calcado na desconstrução e tendo como objetivo, a reconstrução e transformação destas representações. E mediante essa compreensão, entendo que o Ocidente não consegue capturar o imaginário popular porque há *‘a domestic space populated by individuals with their own emotions, aspirations, delusions, and contradictions’* (OLIVEIRA, 2020a, p.184). No que se refere a maneira com que as Áfricas são tratadas pelo Ocidente, demonstram as múltiplas ignorâncias, desrespeitos, hostilidades, e sensacionalismos diante das riquezas oriundas das ancestralidades, vivências e experiências dos grupos que lá habitam, haja vista a ausência e silenciamento da captura do imaginário popular africano.

E, ao, não capturar o imaginário popular porque não é o objetivo ou premissa do Ocidente, o etnocentrismo (re)produz a política da violência que atua como uma forma de manter os regimes de saber/poder, a fim de que a hegemonia ou governamentalidade permaneçam sobre Somália e Ruanda. Principalmente, quando a política da violência visa manter a lógica *mainstream* à luz da perspectiva comparada, onde reafirma as disfuncionalidades, hierarquias via os sistemas de classificação e/ou tipologias. E, nesse sentido, as diversas desigualdades (gênero, raça, etnia etc) são ressaltadas não apenas sobre os países africanos, mas, para os demais países do Sul global. E, por fim, ao promover a política da violência, os atores estadunidenses reafirmam rotineiramente sua identidade, ao mesmo tempo em que promovem a política da (in)diferença.

A identidade estadunidense tem o ‘Eu’ semioticamente hipermasculinizado (HOBSON; SAJED, 2017; FERNANDEZ, 2021), com alto poder de ação política, que lembra os *cowboys* do velho oeste e/ou os militares vinculados às forças armadas estadunidenses (HARDT; NEGRI, 2000; SHAPIRO, 1997; 2005). Estes atuam com suas virilidades, a fim de promover a ‘proteção’ e/ou ‘salvação’ das sociedades ‘feminilizadas’ e/ou ‘infantilizadas’ do Sul global que ‘necessitam’ de um adulto masculinizado e/ou feminilizado protetor advindo do Ocidente, diante de seu ‘desgoverno’. Especialmente, quando a diplomacia faz uso de diversos aparatos e instituições estatais e não-estatais a fim de *cooperation and conflict, diplomacy and governance and the negotiation and negation of life* (CONSTANTINOU; OPONDO, 2016, p.4; MBEMBE, 2014), embora eu considere que não apenas a vida, mas também a negociação e negação da morte, não somente física, mas, e, sobretudo, simbólica seja mediada e/ou espetacularizada. A diplomacia, portanto, é *integrated global governance and integrated diplomacies as a way of managing and fostering life* e da morte aqui acrescento. (CONSTANTINOU; OPONDO, 2016, p.4; MBEMBE, 2014).

Portanto, no que tange as mídias, o Estado e suas elites estadunidenses, atreladas ao Ocidente ignoram outras produções e formas de comunicação e cultura que constituem a formação e dinâmica societal que diplomaticamente os países africanos como a oralidade, estéticas, teatralidade

etc (OLIVEIRA, 2020b). E ao fazer isso, os atores estadunidenses, sobretudo, os políticos já que possuem círculos formados por *experts*, que de modo cooperativo, realizam com muita frequência *extravagant statements, which are instantly picked up and further dramatized by the media* (SAID, 1997, p.13). Especialmente, porque as mídias estadunidenses, bem como os tomadores de decisão, assim como as elites ao fazer uso da diplomacia, por décadas tem ofendido, desprezado e (re)produzido a cultura do racismo sobre o resto do mundo. Ao fazer uso de estereótipos, os atores anglo-eurocentricos buscam tornar as Áfricas homogênea, monolítica e essencializante, onde alguns países pertencentes ao continente, são vistos como mais Áfricas, enquanto que outros são tratados como menos África.

Diante de tudo isso, afirmo que esta tese a partir dos (des)encontros observados entre os estudos de Cultura, Mídias e Relações Internacionais, pretendeu ocupar, resistir e reexistir enquanto uma importante agenda de pesquisa, tendo em vista os silêncios, exclusões e despolitizações rotineiramente perpetuadas pela P(p)olítica E(e)terna estadunidense sobre os países africanos. Somália e Ruanda são alguns exemplos das diversas formas de promoção da política da violência, executadas à luz da política comprada, tendo em vistas as lógicas da assimilação e/ou aniquilação, bem como diante da disseminação da equivalência e/ou diferença. As lógicas ao serem disseminadas pela diplomacia e redes de atores (inter)nacionais mantiveram as políticas racistas, não apenas na linha global da cor, mas atreladas as diversas formas de discriminação do Outro, frente ao Eu estadunidense. As racializações promovidas pelas elites puritanas brancas operacionalizadas através dos discursos orientalistas, que enquanto normativas disciplinaram, vigiaram, controlaram, subordinaram e exploraram os países africanos ratificando as práticas coloniais.

Dentre as múltiplas maneiras de promoção da exclusão realizada sobre os países africanos, ainda que a política da inclusão também tenha sido também perpetuada pelos Estados Unidos, o logocentrismo esteve entre aqueles que mais se destacou, através da política da tradução, confeccionada pelas mediações e/ou espetacularizações simbólicos-imagéticas. Ademais, sublinha-se que por intermédio das intervenções humanitárias e/ou militares perpetradas pelo Ocidente ao longo de décadas, uma certa concepção de soberania foi disseminada entre aqueles caracterizados pela ausência e/ou falha de um Estado isomorfo, marcado pela burocracia, monopólio da violência e calcado em um contrato social/racial.

Nesse sentido, uma semiótica da colonialidade e modernidade tornou-se presente nos discursos e (micro e macro) narrativas na medida em que a agência do Outro, mediante as lentes do Ocidente, foram anuladas, romantizadas e essencializadas, após as operações de paz liberais, democráticas ou híbridas que pretenderam ‘dialogar’ com o local. A hegemonia das múltiplas normativas discursivas disseminadas pelo etnocentrismo reiteraram mitos e/ou ficções, a fim de que

binários e maniqueístas representações fossem reafirmadas à guisa de um herói puritano, branco e estadunidense enquanto protetor. A proteção se tornou o guarda-chuva ocidental posto que traduziu as máscaras e peles brancas e pretas que revestiram a histórica única das narrativas orientalistas, ainda que ela seja multifacetada, diante das diversas relações sociopolíticas desenvolvidas pelas redes de atores locais e globais.

Por isso, afirmo que as combinações ‘teóricas-metodológicas’, por intermédio das perspectivas pós-estruturais, pós-coloniais e decoloniais, tornaram-se fundamentais já que desestabilizaram, desconstruíram e de(s)colonizaram as imagens e/ou imaginários dos múltiplos mundos que circunscrevem as Áfricas. Embora, elas ainda tenham permanecido (re)pasteurizadas pelo Ocidente, de modo homogêneo e estereotipado, onde a carne negra torna-se a mais barata do mercado, haja vista a objetificação dos sujeitos e agências políticas dos somalis e ruandeses. Elas têm sido cotidianamente destruídas pelos *gatekeepers* políticos e midiáticos, especialmente, quando visam transformar os países do Sul global, enquanto atores que estão mais próximos da África, tornando-os mais pretos. Porém, por outro lado, o Norte global promoveu discursos que visaram distanciar certos países africanos da África, buscando embranquecê-los já que também buscaram associá-los a uma imagem de um Ocidente heteronormativo e masculinizado. Diante disso, múltiplas foram as contestações, enquanto formas de resistência, que permaneceram atuantes pelo Sul global, já que buscaram sobreviver tendo em vista as condições deploráveis que se encontram ao habitarem o submundo.

Referências Bibliográficas

ABRAHAMSEN, Rita. The Power of Partnerships in Global Governance. **Third World Quarterly**, Vol. 25, No. 8, pp. 1453-1467, 2004.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção: Homo Sacer I e II**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

AGNEW, John. **Geopolitics: Re-visioning World Politics**. US and London: Routledge, 2006.

AGUIAR, Pedro. O Império das Agências: territórios, cartel e circulação da informação internacional (1859-1934). **Revista Eptic**, Vol. 18, 18-38, 2015.

AIO, CHIYUKI; CONING, Cedric de; KARLSRUD, John. **UN Peacekeeping Doctrine in a New Era Adapting to Stabilisation, Protection and New Threats**. US and London: Routledge, 2017.

AL-BULUSHI, Samar. Race, space, and ‘terror’: Notes from East Africa. **Security Dialogue**, Vol. 52(S) 115–123, 2021.

ALLAHSAN, Amin. Communication and the Postcolonial Nation-State: A New Political Economic Research Agenda In. SEMATI, Mehdi; ALLAHSAN, Amin. **New Frontiers in International Communication Theory**. Rowman & Littlefield Publishers, 2004.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.

ALPHIN; Caroline; DEBRIX, Francois. **Necrogeopolitics: On Death and Death-Making in International Relations**. London and US: Routledge, 2019.

ALVES, Ana Cristina Araújo. **Contos sobre Ruanda: uma análise crítica das narrativas sobre o genocídio ruandês de 1994**. Dissertação de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio, 2005a.

ALVES, Ana Cristina Araújo. Além do Ocidente, além do Estado e muito além da Moral: Por uma Política Eticamente Responsável em Relação à Diferença – O Caso Ruandês. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 27, no 2, julho/dezembro, pp. 411-463, 2005b.

ALVES, Fernanda Barreto. **Do corpo político à política do corpo: a violência sexual como prática de exclusão da diferença no genocídio ruandês de 1994**. Dissertação de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio, 2011.

AMIN, Samir. **Unequal Development: An Essay on the Social Formations of Peripheral Capitalism: An Essay on the Social Formations of Peripheral Communities**. US: Monthly Review Pr, 1974.

- ANDERSEN, Rune; VUORI, Jusha; MUTLU, Can. *Visuality*. In ARADAU, Claudia; HUYSMANS, Jef; NEAL, Andrew; VOELKNER, Nadine. **Critical Security Methods: New frameworks for analysis**. London and New York: Routledge, 2015.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: Reflexões Sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo**. Edições 70, 2012.
- ANGUS, Ian. **Primal Scenes of Communication: Communication, Consumerism, and Social Movements**. State University of New York Press, 2000.
- ANDRÉ, Charles. Frenologia e o Genocídio de Ruanda. **Arquivo Neuropsiquiatria**, 76(4):277-282, 2018.
- ANIEVAS, Alexander; MANCHANDA, Nivi; SHILLIAM, Robbie. **Race and Racism in International Relations: Confronting the global colour line**. US: Routledge, 2015.
- ASHLEY, Richard K. Foreign Policy as Political Performance. **International Studies Notes**, 13: 51–54, 1987.
- ASHLEY, Richard. Untying the Sovereign State: A Double Reading of the Anarchy Problematique . **Millennium - Journal of International Studies**, 7: 227, 1988.
- ASHLEY, Richard K.; WALKER, R. B. J. Speaking the Language of Exile: Dissident Thought in International Studies. **International Studies Quarterly**, Vol. 34, No. 3, 1990a.
- ASHLEY, Richard K.; WALKER, R. B. J. Conclusion: Reading Dissidence/Writing the Discipline: Crisis and the Question of Sovereignty in International Studies. **International Studies Quarterly**, Vol. 34, No. 3, 1990b.
- ASSIS, Caroline Chagas de; RIBEIRO, Renata Albuquerque; GARCIA, Ana Saggiaro. Integração Regional Africana: Panorama, Avanços e Desafios. **Boletim de Economia e Política Internacional, BEPI**, n. 32, Jan./Abr. 2022.
- AZAR, Edward E. **The management of protracted social conflict: theory and cases**. Aldershot: Dartmouth, 1990.
- BAHADUR, B. **The CNN Effect in Action: How the News Media Pushed the West Toward War in Kosovo**. Palgrave Macmillan, 2007.
- BAHADUR, Jay. **The Pirates of Somalia: Inside Their Hidden World**. New York: Pantheon Books, 2011.
- BALIBAR, Étienne. Racism Revisited: Sources, Relevance, and Aporias of a Modern Concept. **PMLA**, Vol. 123, No. 5, Special Topic: Comparative Racialization, 2008.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o Giro Decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política. Brasília**, 2013.
- BALZACQ, Thierry. **Securitization Theory**. London and US: Routledge, 2011.

- BARNETT, Michael. **Eyewitness to a genocide: The United Nations and Rwanda**. Cornell University Press, 2002.
- BARNETT, Michael; FINNEMORE, Martha. **Rules for the World: International Organizations in Global Politics**. US: Cornell University Press, 2004.
- BARKAWI, Tarak; LAFFEY, Mark. The postcolonial moment in security studies. *Review of International Studies, British International Studies Association*, 32, 329–352, 2006.
- BARKAWI, Tarak. Decolonizing war. *European Journal of International Security*, v. 1, n. 2, pp. 199–214, 2016.
- BARRETO, José- Manuel (Org). **Human Rights from a Third World Perspective: Critique, History and International Law**. Cabridge University Press, 2013.
- BARRETO, José- Manuel. A Universal History of Infamy: Human Rights, Eurocentrism, and Modernity as Crisis. In SINGH, Prabhakar; MAYER, Benoît. (Org) **Critical International Law: Postrealism, Postcolonialism, and Transnationalism**. Oxford University Press, 2014.
- BARTELSON, Jens. **Visions of World Community**. London: Cambridge University Press, 2010.
- BARTHES, Roland. **Lo Obvio y Lo Obtuso: Imágenes, Gestos, Voces**. Ed. Barcelona: Paidós, 1986.
- BARTHES, Roland. **Elementos de Semiologia**. Brasil: Editora Cultrix, 2010.
- BARTHES, Roland. **Mitologia**. São Paulo: Betrand Brasil, 2011.
- BAUDRILLARD, Jen. **Simulação e Simulacro**. São Paulo: Relógio D'Água, 1981.
- BAUMAN, Zygmunt; LYON, David. **Vigilância líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- BEHNKE, Andreas. “Eternal Peace” as the Graveyard of the Political: A Critique of Kant’s Zum Ewigen Frieden. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 36, n. 3, 2008.
- BENNETT, W. L. Toward a Theory of Press-State Relations in the United States. *Journal of Communication*, 40(2), Spring, 1990.
- BEN-GHIAT, Ruth; FULLER, Mia. **Italian Colonialism**. Palgrave Macmilliam, 2007.
- BENTO, Berenice. “Necrobiopoder: quem pode habitar of Estado-nação?,” *Cadernos Pagu*, 53. 2018,
- BERCOVITCH, Jacob (ed.). **Studies in International Mediation**. New York: Palgrave Macmillan, 2002.
- BERCOVITCH, Jacob; KREMENYUK, Victor; ZARTMAN, William. **The SAGE Handbook of Conflict Resolution**. SAGE Publications: London and US, 2012.
- BERGER, Meyer. **The Story of the New York Times, 1851-1951**. Simon and Schuster, 19521.
- BERMAN, J. The ‘Vital Core’: from Bare Life to Biopolitics of Human Security. In SHANI, Giorgio; SATO, MAKOTO; PASHA, Mustapha Kamal. **Protecting Human Security in a Post 9/11 World: Critical Global Insights**. Palgrave Macmillan, 2007.

- BERNACONI, Robert. Kant as an Unfamiliar Source of Racism. In: WARD, J. K.; LOTT, T. **Philosophers on Race: Critical Essays**. Oxford: Blackwell Publishers, 2002.
- BESTEMAN, Catherine. **Unraveling Somalia: Race, Class, and the Legacy of Slavery**. University of Pennsylvania Press, 1999.
- BESTEMAN, Catherine. **Making Refuge: Somali Bantu Refugees and Lewiston, Maine**. Duke University Press, 2016.
- BESTEMAN, Catherine. Experiencing in Somalia: The new security empire. **Antropological Theory**, Vol.17, Issue 3, 2017.
- BHABHA, Homi. **Nación y narración: Entre la ilusión de una identidad y las diferencias culturales**. CLACSO, 2010.
- BHABHA, Homi. **O local da Cultura**. Editora UFMG: 2018.
- BHUTA, N. Against state-building. **Constellations** 15(4): 517–542, 2008.
- BIGO, Didier. Protection: security, territory and population. In: HUYSMANS, Jef; DOBSON, Andrew; PROKHOVNIK, Raia. **The Politics of Protection: Sites of Insecurity and Political Agency**. US: Routledge, 2006a.
- BIGO, Didier. Security, exception, ban and surveillance,” In: LYON, David (ed.), **Theorizing Surveillance: the panopticon and beyond**. London and New York: Routledge, 2006b.
- BIGO, Didier; TSOUKALA, Anastassia. **Terror, Insecurity and Liberty: Illiberal Practices of Liberal Regimes after 9/11**. London: Routledge, 2008.
- BILGIN, Pinar. **The International in Security, Security in the International**. London: Routledge, 2016.
- BILGIN, Pinar. On the ‘Does Theory Travel?’ Question: Traveling with Edward Said. In CAPAN; Zeynep Gulsah; REIS, Filipe; GRASTEN, Maj. **The Politics of Translation in International Relations**. London and US: Routledge, 2021.
- BLACK, Jeremy. **Insurgency and Counterinsurgency: A Global History**. US: Rowman & Littlefield Publishers, 2016.
- BLAISE, Pascal. **Pensées: The Provincial Letters**, trans. W.F. Trotter. New York: Random House, 1941.
- BLASE, Mario. Political Ontology: Cultural Studies without ‘culture’?. **Cultural Studies**, Vol. 23, pp.873-896, 2009.
- BLEIKER, Roland. ‘Discourse and Human Agency,” **Contemporary Political Theory**, 2003.
- BLEIKER, Roland. KAY; Amy. Representing HIV/AIDS in Africa: Pluralist Photography and Local Empowerment. **International Studies Quarterly**, Volume 51, Issue 1, Pages 139–163, March, 2007.

- BLEIKER, Roland. **Aesthetics and World Politics: Rethinking Peace and Conflict**. UK: Palgrave Macmillan, 2009.
- BLEIKER, Roland. **Visual Global Politics**. London and US: Routledge, 2018a.
- BLEIKER, Roland. Visual security. In Vuouri, Juha A.; Andersen, Rune Sauggmann. **Visual Security Studies: Sights and Spectacles of Insecurity and War**. London and US: Routledge, 2018b.
- BOEHMER; Elleke; MORTON, Stephen. **Terror and the Postcolonial: A Concise Companion**. London: Wiley-Blackwell, 2007.
- BOLTANSKI, Luc. **Distant Suffering: Morality, Media and Politics**. Cambridge University Press, 1999.
- BONACKER, Thorsten. Reporting Security: Postcolonial Governmentality in the United Nations' Trusteeship System. **International Political Sociology**, 2021.
- BOOTH, Ken. **Strategy and Ethnocentrism**. London and US: Routledge, 2014.
- BOYD-BARRET, Oliver. **International News Agencies**. Sage Pubns, 1980.
- BREED, Amanda. JAMAR, Astrid. Competing Narratives and Performances in Rwanda's Gcaca Courts. In GRAYSON, Hanna; HITCHCOTT, Nicki. **Rwanda since 1994: Stories of Change**. Liverpool University Press, 2019.
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: De Gutemberg à internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BULL, Hedley. **A sociedade Anárquica**. Brasília: Editora UNB.
- BULL, Hedley; WATSON, Adam. **The Expansion of International Society**. Oxford University Press, 1984.
- BUNCE, Mel. In ENGHEL, Florencia; NOSKE- TURNER, Jessica. **Communication in International Development: Doing Good or Looking Good?**. London and US: Routledge, 2018.
- BUNCE, Mel. The international news coverage of Africa: beyond the "single story". BUNCE, Mel; FRANKS, Suzzane; PATERSON, Chris. **Africa's Media Image in the 21st Century: From the "Heart of Darkness" to "Africa Rising"**. London and US: Routledge, 2019.
- BUNCE, Mel; FRANKS, Suzzane; PATERSON, Chris. **Africa's Media Image in the 21st Century: From the "Heart of Darkness" to "Africa Rising"**. London and US: Routledge, 2019.
- BURKE, Anthony. **Beyond Security, Ethics and Violence: War Against the Other**. London and US: Routledge, 2007.
- BUTLER, Judith. **Precarious Life: The Powers of Mourning and Violence**. Verso, 2004.
- BUTLER, Judith. **Frames of War: When Is Life Grievable?**. Verso, 2014.
- BUZAN, Barry; WEAVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: A New Framework for Analysis**. USA: Lynne Rienner Publishers, 1998.

- BUZAN, Barry. HANSEN, Lene. **A evolução dos estudos de segurança internacional**. São Paulo: UNESP, 2009.
- CACHO, Lisa M. **Social Death**: racialized rightlessness and the criminalization of the unprotected. New York and London: New York University Press, 2012.
- CAMARGO, Julia Faria. **Mídia e Relações Internacionais**: Lições da Invasão do Iraque em 2003. Editora Juruá, 2012.
- CAMPBELL, David. **Politics Without Principle**: Sovereignty, Ethics and the Narratives of the Gulf War. Boulder: Lynne Rienner, 1991.
- CAMPBELL, David. **Writing Security**: United States Foreign Policy and The Politics of Identity. University of Minnesota Press, 1992.
- CAMPBELL, David; REID, Julian. **The Political Subject of Violence**. UK: Manchester University Press, 1993.
- CAMPBELL, David. Violent Performances: Identity, Sovereignty, Responsibility. In LAPID, Yosef; KRATOCHWIL, Friedrich. **The Return of Culture and Identity in IR Theory**. US: Boulder: Lynne Rienner, 1996.
- CAMPBELL, David. **National Deconstruction**: Violence, Identity, and Justice in Bosnia. University of Minnesota Press, 1998.
- CAMPBELL, D. Why Fight: Humanitarianism, Principles, and Post-structuralism. In Seckinelgin, Hakan; Shinoda, Hideaki. **Ethics and International Relations**. UK and US: Palgrave Macmillan, 2002.
- CAMPBELL, David. Salgado and the Sahel- Documentary Photography and the Imaging of Famine In DEBRIX, Francois; WEBER, Cynthia. **Rituals of mediation**: international politics and social meaning. USA: University of Minnesota Press, 2003.
- CAMPBELL, David; BLEIKER, Roland. Poststructuralism. In DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve. **International Relations Theories**: Discipline and Diversity (3ª Ed). Oxford University Press, 2013.
- CAMPBELL, Joseph. **O Herói de Mil Faces**. Editora Ágora, 2014.
- CARANT, Jane Briant. Unheard voices: a critical discourse analysis of the Millennium Development Goals' evolution into the Sustainable Development Goals. **Third World Quarterly**, Vol. 38, Issue 1, 2017.
- CASTELL, Manuel. **Sociedade em Rede (Vol 1)**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2009.
- CERTAU, Michel de. **Invenção do cotidiano Vol. 1**: Artes de fazer: Volume 1. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.
- CESAIRE, Aime. **Discurso do Colonialismo**. Rio de Janeiro: Veneta, 2008.

- CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference**. Princeton University Press, 2010.
- CHANAIWA, David; KODJO, Edem; “Pan-africanismo e libertação.” In: MAZRUI, Ali. **História geral da África – VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, p.897-924, 2010.
- CHANDLER, David. **Empire in Denial: The Politics of State-Building**. US: Pluto Press 2006.
- CHANDLER, David. **International Statebuilding: The Rise of Post-Liberal Governance**. USA and London: Routledge, 2010.
- CHATTERJEE, Partha. **The Nation and Its Fragments: Colonial and Postcolonial Histories**. Princeton University Press, 1993.
- CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward. **Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media**. Pantheon Books, 1988.
- CHOMSKY, Noam. **Mídia: propaganda política e manipulação**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2006.
- CHOULIARAKI, Lillie. **The Spectatorship of Suffering**. Sage Publications, 2006.
- CHOULIARAKI, Lillie. **The Ironic Spectator: Solidarity in the Age of Post-Humanitarianism**. Polity Press, 2013.
- CHRIS, Paterson. **War Reporters Under Threat: The United States and Media Freedom**. Pluto Press, 2014.
- COMAROFF, Jean; COMAROFF, John. Theory from the South: Or, how Euro-America is Evolving Toward Africa. **Antropological Forum**, Vol 22, N2, 2012.
- CONING, Cedric de. Is stabilization the new normal? Implications of stabilization mandates for the use of force in UN peacekeeping operations. In NADIN, Peter. **The Use of Force in UN Peacekeeping**. London: Routledge, 2018.
- CONNELL, Raewyn. **Southern Theory: The global dynamics of knowledge in social science**. London and US: Routledge, 2020.
- CONNOLLY, William. Identity and Difference in Global Politics. In DER DERIAN, James; SHAPIRO, Michael. **International/Intertextual Relations: Postmodern Reading of World Politics**. New York: Lexington Book, 1991.
- CONSTANTINOU, C; DER DERIAN, James. **Sustainable Diplomacies**. London and US: Palgrave Macmillan, 2010.
- CONSTANTINOU, C. M; OPONDO, S, O. Engaging the 'Ungoverned': The Merging of Diplomacy. **Defence and Development, Cooperation and Conflict**, Vol. 51(3) 307–324, 2016.
- CORNELISSEN, Scarlett; CHERU, Fantu; SHAW, Timothy, **Africa and International Relations in the 21st Century**. London and US: Palgrave Macmillian, 2012.

- COSTA LIMA, Marcos. O Humanismo crítico de Edward Said. In TOLEDO, Aureo (Org). **Perspectivas pós-coloniais e decoloniais em Relações Internacionais**. Salvador: EDUFBA, 2021.
- COX, Robert W. 'Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory', KEOHANE, Robert (ed.). **Neorealism and Its Critics**. New York: Columbia University Press, 1986.
- CRISAFULLI, Patricia; REDMOND, Andrea. **RWANDA, INC. How a devastated Nation became an economic model for the developing world**, London and US: St. Martin's Griffin: 2012.
- DAILLAIRE, Romeo. **Shake Hands with the Devil: The Failure of Humanity in Rwanda**. US: Da Capo Press, 2004.
- DAILLAIRE, Romeo. The Media Dichotomy. In THOMPSON, Allan. **The media and the Rwanda genocide**. London: Pluto Press, 2008.
- DARBY, Philip; PAOLLINI, J. A. Bridging International Relations and Postcolonialism. **Alternatives: Global, Local, Political**, Vol. 19, No. 3, 1994.
- DHAWAN, Nikita; FINK, Elisabeth; LEINIUS, Johanna; MAGEZA-BARTHEL, Rirhandu (Org). **Negotiating Normativity: Postcolonial Appropriations, Contestations, and Transformations**. London and US: Springer, 2016.
- DAUPHINEE, Elisabeth. **The Politics of Exile**. US: Routledge, 2013.
- DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1997.
- DEBRIX, Francois. **Re-Envisioning Peacekeeping: The United Nations and the Mobilization of Ideology**. US: University of Minnesota Press, 1999.
- DEBRIX, Francois; WEBER, Cynthia. **Rituals of mediation: international politics and social meaning**. US: University of Minnesota Press, 2003.
- DEBRIX, Francois. **Tabloid Terror: War, Culture, and Geopolitics**. US: Routledge, 2007.
- DEBRIX, Francois; LACY, Mark J. **The Geopolitics of American Insecurity: Terror, Power and Foreign Policy**. London and US: Routledge: 2009.
- DE DONNO, Fabrizio. La Razza Ario-Mediterranea. Ideas of Race and Citizenship in Colonial and Fascist Italy, 1885-19941. **Interventions: International Journal of Postcolonial Studies**. v. 8, n. 3, 2006.
- DE DONNO, Fabrizio; SRIVASTAVA, Neelam. Colonial and Postcolonial Italy. **Interventions: International Journal of Postcolonial Studies**, v. 8, n. 3, 2006.
- DER DERIAN, James. **On Diplomacy: A Genealogy of Western Estrangement**. Blackwell Pub, 1989.
- DER DERIAN, James; SHAPIRO, Michael. **International/Intertextual Relations: Postmodern Reading of World Politics**. New York: Lexington Book, 1991.

- DER DERIAN, James. **Virtuous War: Mapping the Military-Industrial-Media-Entertainment-Network**. London and US: Routledge, 2001.
- DEIBERT, Ronald. **Parchment, Printing, and Hypermedia: Communication and World Order Transformation**. Columbia University Press, 1997.
- DEZALAY, Yves; GARTH, Bryant G. Hegemonic Battles, Professional Rivalries, and the International Division of Labor in the Market for the Import and Export of State-Governing Expertise. **International Political Sociology**, 276–293, 2011.
- DIAMOND, Edwing. **Behind the Times: Inside the New New York Times**. Chicago University Press, 1995.
- DILLON, Michael; REID, Julian. **The Liberal Way of War: Killing to make life live**. US: Routledge, 2009.
- DIXON, Wheeler Winston. **Film and Television After 9/11**. Southern Illinois University Press, 2004.
- DONAIS, Thimoth. **Peacebuilding and Local Ownership: Post-conflict consensus-building**. London and US: Routledge, 2012.
- DORFMAN; Ariel; MATELLARD, Armand. **Para Ler O Pato Donald**. Comunicação de Massa e Colonialismo. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010.
- DOTY, Roxanne Lynn. **Imperial Encounters: The Politics of Representation in North-South Relations**. University of Minnesota Press, 1996.
- DOUCET, Marc G. Global Assemblages of Security Governance. **Journal of Intervention and Statebuilding**, 10 (1): 116–132, 2016.
- DOUCET, Marc G. **Reforming 21st Century Peacekeeping Operations: Governmentalities of Security, Protection, and Police**. London and US: Routledge, 2017.
- DOUZINAS, Costas. The Many Faces of Humanitarianism. **Parrhesia**. No. 2, pp. 1-28, 2007.
- DOYLE, Michael. **Liberal Peace: Selected Essays**. London and US: Routledge, 2012.
- DRZEWIECKA, Jolanta A; WONG, Kathleen. The dinamic construction of white ethnicity in the context of transnational cultural formations. In NAKAYAMA, Thomas K; MARTIN, Judith N. (Ed). **Whiteness the communication of social identity**. US: Sage Publications, 1995.
- DUFFIELD, Mark. **Development, Security and Unending War: Governing the World of Peoples**. Polity, 2007.
- DUFFIELD, Mark. **Global Governance and the New Wars: The Merging of Development and Security**. Zen Books, 2014.
- DZINESA, Gwinyayi Albert. **Disarmament, Demobilization and Reintegration in Southern Africa Swords into Ploughshares?**. London: Palgrave Macmillian, 2017.

- EASTERLY, William. **The Tyranny of Experts: Economists, Dictators, and the Forgotten Rights of the Poor.** US: Basic Books, 2014.
- EDKINS, Jenny. **Whose a Hunger: concepts of famine practices of aid.** Minnesota University Press, 2000.
- EPSTEIN, Charlotte. **Against International Relations Norms: Postcolonial Perspective.** UK and US: Routledge, 2017.
- ESCOBAR, Arturo. **Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World.** Princeton University Press, 2012.
- EWANS, Martin. Belgium and the Colonial Experience. **Journal of Contemporary European Studies**, Vol. 11, No. 2, 2003.
- FASSIN, Didier; PANDOLFI, Mariela. **Contemporary States of Emergency: The Politics of Military and Humanitarian Interventions.** US: Zen Books, 2010.
- FASSIN, Didier. **Humanitarian Reason: A Moral History of the Present.** University of California Press, 2012.
- FEHREBACH, Heide; RADIOGNO, Davide. **Humanitarian Photography: A history.** New York: Cambridge University Press, 2015.
- FERNANDEZ, María. Postcolonial Media Theory. **Art Journal**, Vol. 58, No. 3, 1999.
- FERNANDEZ, Marta. O Cosmopolitismo Kantiano: Universalizando o Iluminismo. **Contexto Internacional**, Vol.36, N°2, 2014.
- FERNANDEZ, Marta. As Relações Internacionais e seus Epistemicídios. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 8, p. 458- 485, 2019.
- FERNANDEZ, Marta. Descolonizando a Teoria Crítica: Para quem e para que propósito? In. PUREZA, José Manuel; FERREIRA, Marco Farias. **Emancipar o Mundo - Teoria Crítica e Relações Internacionais.** Portugal: Almedina, 2021.
- FERNANDEZ, Marta; GUERRA, Lucas. Peacebuilding and Postcolonial Subject. In. RICHMOND; Oliver; VISOKA, G (eds). **The Palgrave Encyclopedia of Peace and Conflict Studies.** London: Palgrave Macmillan, 2020.
- FINNEMORE, Marta; SIKKINK, Kathryn. International Norm Dynamics and Political Change. **International Organizations**, Vol.52, N°4, 1998.
- FINNEMORE, Marta. Constructing Norms of Humanitarian Intervention In Peter, **The Culture of National Security: norms and identity in world politics.** Columbia University Press, 1996.
- FINNEMORE, Marta. **The Purpose of Intervention: Changing Beliefs about the Use of Force.** Cornell University Press, 2003.
- FISHER, Jonathan. Writing about Rwanda since the Genocide: Knowledge, Power and ‘Truth’. **Journal of Intervention and Statebuilding**, Volume 9, - Issue 1, 2015.

- FISHER, Jenifer. 'Image management' in east Africa: Uganda, Rwanda, Kenya and their donors. In GALLAGHER, Julia. **Images of Africa: Creation, negotiation and subversion**. Manchester University Press, 2015.
- FLAVIN, William; AOI, Chiyuki. US military doctrine and the challenges of peace operations. In CONING, Cedric de; AOI, Chiyuki; KARLSRUD, John. **UN Peacekeeping Doctrine in a New Era Adapting to Stabilisation, Protection and New Threats**. London: Routledge, 2017.
- FONTES, Pablo; MACEDO, Ana Carolina. Human Security, Protection of Civilians, Responsibility to Protect: circularity and complementary in UN 'protection' discourses. Working in Progress, **International Study Association (ISA)**, 2021.
- FOUCAULT, M. The Subject and Power. **Critical Inquiry**, Vol. 8, No. 4, pp. 777-795, 1982.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Editora Loyola, 2014, 2014.
- FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2016.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica**. Portugal: Editora 70, 2017a.
- FOUCAULT, M (2017b). Verdade e Poder. In **Microfísica do Poder**. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- FOUCAULT, M (2018). **Vigiar e Punir: Nascimento das Prisões**. Petrópolis: Editora Vozes.
- FOUNTAIN, Jane E. **Building the Virtual State: Information Technology and Institutional Change**. Brookings Institution Press, 2001.
- FREDERICK, Howard H. **Communication & International Relations**. US: Cengage Learning, 1992.
- FULLER, Mia. **Moderns Abroad. Archicture, cities and Italian imperialism**. UK and US: Routledge, 2007.
- GALLAGHER, Julia. **Britain and Africa Under Blair: In Pursuit of the Good State**. Manchester University Press, 2003.
- GALLAGHER, Julia. **Images of Africa: Creation, negotiation and subversion**. Manchester University Press, 2017.
- GARDE, Rafaella. **Preserving the Colonial Other: A postcolonial discourse analysis of the Millennium and Sustainable Development Goals**. Upssalla University: Final Projetc, 2016.
- GENTILE, Emilio. **Struggle for Modernity: Nationalism, Futurism, and Fascism**, Westport. Connecticut: Praeger Publishers 2003
- GILBOA, E. Media and Conflict Resolution: A Framework for Analysis. **Marquette Law Review**, Vol. 93, 2009.
- GILBOA, E. Diplomacy in the media age: Three models of uses and effects. **Diplomacy and Statecraft**, 12:2, 1-28, 2001.

- GILBOA, E. Global Communication and Foreign Policy. **Journal of Communication**, 52(4):731 – 748, 2002.
- GILDER, Alexander. **Stabilization and Human Security in UN Peace Operations**. London: Routledge, 2022.
- GILPIN, Robert. **War and Change in World Politics**. Cambridge University Press, 1983.
- GILROY, Paul. **O atlântico negro**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2012.
- GOLDSTEIN, Joel K. The Contemporary Presidency: Cheney, Vice Presidential Power, and the War on Terror. **Presidential Studies Quarterly**, Vol. 40, N1, Ethics and the Presidency, pp. 102-139, 2010.
- GRAYSON, Hanna; HITCHCOTT, Nicki. **Rwanda since 1994: Stories of Change**. Liverpool University Press, 2019.
- GRIFFITHS, Andrew. **The New Journalism, the New Imperialism and the Fiction of Empire. 1870-1900**. Palgrave MacMillan, 2014.
- GROS, Jean-Germain. Toward a Taxonomy of Failed States in the New World Order: Decaying Somalia, Liberia Rwanda and Haiti. **Third World Quarterly**. Vol. 17, Nº 03, pp. 455-471, 2003.
- GROVOGUI, Siba. **Sovereigns, Quasi-Sovereigns, and Africans: Race and Self- Determination in International Law**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.
- GROVOGUI, Siba. Come to Africa: A Hermeneutics of Race in International Theory. **Alternatives: Global, Local, Political**, Vol. 26, Nº4, 2001.
- GROVOGUI, Siba. Regimes of Sovereignty: International Morality and the African Condition. **European Journal of International Relations**, Vol. 8(3): 315–338, 2002.
- GROVOGUI, Siba. **Beyond Eurocentrism and Anarchy: Memories of International Order and Institutions**. Palgrave MacMillan, 2006.
- GROVOGUI, Siba. A Revolution Nonetheless: The Global South in International Relations. **The Global South**, Volume 5, Number 1, pp. 175-190, Spring 2011.
- GUERRA, Lucas. Security as white privilege: Racializing whiteness in critical security studies. **Security Dialogue**, Vol 15, issue 1, 2021.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural na Esfera Pública**. São Paulo: UNESP, 2008.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In HALL, Stuart; SILVA, Tomaz Tadeu da; WOODWARD, Kathryn. (Org) **Identidade e Diferença: as perspectivas dos estudos culturais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.
- HALL, Stuart. O espetáculo do Outro. In HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Petrópolis e Rio de Janeiro: Editora Vozes e PUC-RIO, 2016.
- HALL, Stuart. Quando foi o pós-colonial?- Pensando no Limite. In HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidade e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

- HALL, Stuart. The Whites of their eyes: racist ideologies and the media. In GIROY, Paul; GILMORE, Wilson. **Selected Writings on Race and Difference in Stuart Hall**. US: Duke University Press, 2021.
- HALLIN, Daniel. **The Uncensored War: The Media and Vietnam**. University of California Press, 1989.
- HALLIN, Daniel; MANCINI, Paolo. **Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics**. London: Cambridge University Press, 2002.
- HANSEN, Lene. **Security as Practice: Discourse Analysis and the Bosnian War**. US: Routledge, 2006.
- HANSEN, Lene. The Little Mermaid's Silent Security Dilemma and the Absence of Gender in the Copenhagen School. **Millennium - Journal of International Studies**, 29: 285, 2000.
- HANSEN, Lene. The politics of securitization and the Muhammad cartoon crisis: A post-structuralist perspective. **Security Dialogue**, Vol 42, Issue4-5, 2011.
- HANSEN, Lene. Are 'core' feminist critiques of securitization theory racist? A reply to Alison Howell and Melanie Richter-Montpetit. **Security Dialogue**, 1-8, 2020.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. São Paulo: Editora Record, 2000.
- HARPER, Mary. **Getting Somalia Wrong? Faith, War and Hope in a Shattered State**. London: Zed Books, 2012.
- HARRIS, Joseph; ZEGHIDOUR, Slimane. A África e a diáspora negra. In: MAZRUI, Ali A; WONDJI, C. (Org). **História Geral da África, vol VIII – África desde 1935**. Brasília: UNESCO/MEC, pp. 849 – 871, 2010.
- HAWK, Beverly G (Ed). **Africa's Media Image**. US: Praeger, 1992.
- HERRING, Eric; ROBISON, Piers (2003). Too polemical or too critical? Chomsky on the study of the news media and US foreign policy. **Review of International Studies**, Volume 29, Issue 4, October, pp. 553-568, 2003.
- HERZ, Monica FONTES, Pablo Et Al. (In)Security and terrorism: a comparative study between the online media BBC and Dabiq Magazine from the attacks in Paris. Intercom – **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 42, n. 2, p.89-119, maio/ago. 2019
- HERZ, Monica. HOFFMAN, Andrea; TABAK, Jana. **Organizações Internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
- HERZ, Monica; SIMAN, Maira; DRUMOND, Paula (Org). **Mediação Internacional**. Rio de Janeiro: Editora PUC-RIO e Editora Vozes, 2016.
- HESS, Stephen; KALB, Marvin. **The Media and the War on Terrorism**. US: Brookings Institution Press, 2003.

- HESS, Stephen. **Through Their Eyes: Foreign Correspondents in the United States**. US: Brookings Institution Press, 2005.
- HINDAWAVI, Coralie Pison. Decolonizing the Responsibility to Protect: On pervasive Eurocentrism, Southern agency and struggles over universals. **Security Dialogue**, Vol. 2, 2021.
- HILL, Jonathan. Beyond the Other? A Postcolonial Critique of the Failed State Thesis. **African Identities**, Volume 3, Issue 2, 2005.
- HOBSON, John M. **The Eastern Origins of Western Civilisation**. London: Cambridge University Press, 2004.
- HOBSON, John M. Is critical theory always for the white West and for Western imperialism? Beyond Westphalian towards a post-racist critical IR. **Review of International Studies**, 33, 91–116, 2007.
- HOBSON, John M. **The eurocentric conception of world politics: Western International Theory, 1760–2010** London: Cambridge University Press, 2010.
- HOBSON, J. M., SAJED, A. Navigating Beyond the Eurofetishist Frontier of Critical IR Theory: Exploring the Complex Landscapes of Non-Western Agency. **International Studies Review**, 19(4), 547–572, 2017.
- HOCHSCHILD, Adam. **O Fantasma do Rei Leopoldo**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998.
- HOFFMANN, Stanley. An American Social Science: International Relations. **Deadlus**, Vol. 106, No. 3, Discoveries and Interpretations: Studies in Contemporary Scholarship, Volume I, 1977.
- HÖNKE, Jana Freie; MÜLLER, Markus-Michael. Governing (in)security in a postcolonial world: Transnational entanglements and the worldliness of ‘local’ practice. **Security Dialogue**, 43(5) 383–401, 2012.
- HOWELL, Alisson; RITCHER-MONTPETIT, Melanie. Is securitization theory racist? Civilizationism, methodological whiteness, and antiblack thought in the Copenhagen School. **Security Dialogue**, Vol.15, Issue 1, 2020.
- HUNT, Charles. Analyzing the Co-Evolution of the Responsibility to Protect and the Protection of Civilians in UN Peace Operations. **International Peacekeeping**, Vol. 26, Issues 5, 2019.
- HUNTINGTON, Samuel. The Clash of Civilizations? **Foreign Affairs**, Vol 72, N°3, 1993.
- IKENBERRY, John. **After Victory: Institutions, Strategic Restraint, and the Rebuilding of Order after Major Wars**. Princeton University Press, 2002.
- INAYATULLAH, Naeem. Beyond the sovereignty dilemma: quasi-states as social construct In BIERSTEKER, Thomas; WEBER, Cynthia. **State Sovereignty as Social Construct**. Cambridge University Press, 1996.

- INAYATULLAH, Naeem; BLANEY, David. **International Relations and The Problem of Difference**. New York: Routledge, 2004.
- INAYATULLAH, Naeem. **Autobiographical International Relations: I, IR**. New York: Routledge, 2010.
- INAYTULLAH, Naeem; BLANEY, David. Constructivism and the normative: Dangerous liaisons?. In EPSTEIN, Charlotte. **Against International Relations Norms**. US: Routledge, 2017.
- INNIS, Harold. **The Bias of Communication**. Canada: University of Toronto Press, 2008.
- INNIS, Harold. **Empire and Communications**. US: Dundurn Press. 2007.
- JABRI, Vivienne. **Discourses on Violence: Conflict Analysis Reconsidered**. UK: Manchester University Press, 1996.
- JABRI, Vivienne. **War and the transformation of global politics**. London: Palgrave Macmillan, 2007.
- JABRI, Vivienne. **The Postcolonial Subject: Claiming Politics/Governing Others in Late Modernity**. London and US: Routledge, 2013a.
- JABRI, Vivienne. Peacebuilding, the local and the international: a colonial or a postcolonial rationality?. **Peacebuilding**, Vol. 1, No. 1, 3–16, 2013b.
- JABRI, Vivienne. Disarming norms: postcolonial agency and the constitution of the international. **International Theory**, Vol. 6, Issue 2, 2014.
- JABRI, Vivienne. Post-Colonialism: A Post-Colonial Perspective on Peacebuilding. In RICHMOND, Oliver; POGODA, Sandra; RAMOVIC, Jasmin. **The Palgrave Handbook of Disciplinary and Regional Approaches to Peace**. London: Palgrave Macmillan, 2016.
- JABRI, Vivienne. Colonial rationalities, *postcolonial* subjectivities, and the international In EPSTEIN, Charlotte. **Against International Relations Norms**. US: Routledge, 2017.
- JACKSON, Donna Rose. **US Foreign Policy in The Horn of Africa: From Colonialism to Terrorism**. USA: Routledge, 2018.
- JACKSON, Richard. **Writing the War on Terrorism: Language, Politics and Counter-terrorism**. US: Manchester University Press, 2004.
- JACKSON, Richard; SMYTH, Marie Breen; GUNNING, Jereoen. **Critical Terrorism Studies: A New Research Agenda**. US: Routledge, 2009.
- JACKSON, Robert. **Quasi-States: Sovereignty, International Relations and the Third World**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- JACKSON, Robert. **The Global Covenant: Human Conduct in a World of States**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- JAHN, Beate. IR and the state of nature: the cultural origins of a ruling ideology. **Review of International Studies**, 25, 411–434, 1999.

- JAHN, Beate. Barbarian thoughts: imperialism in the philosophy of John Stuart Mill. **Review of International Studies**, Volume 31, Issue 03, pp 599 - 618, 2005.
- JAHN, Beate. The Tragedy of Liberal Diplomacy: Democratization, Intervention, Statebuilding” (Part I), **Journal of Intervention and Peacebuilding**, volume 1, n. 1, march, 2007a.
- JAHN, Beate. The Tragedy of Liberal Diplomacy: Democratization, Intervention, Statebuilding” (Part II), **Journal of Intervention and Peacebuilding**, volume 1, n. 1, march, 2007b.
- JAHN, Beate. Rethinking democracy promotion. **Review of International Studies**, 38, pp.685-705, 2012a.
- JAHN, Beate. Humanitarian intervention – What’s in a name?. **International Politics**, Vol. 49, 1, 36–58, 2012b.
- JAHN, Beate. **Liberal Internationalism: Theory, History, Practice**. London: Palgrave Macmillian, 2013.
- JOSEPH, Dan; MARUF, Harun; **Inside Al-Shabaab: The Secret History of Al-Qaeda's Most Powerful Ally**. Indiana University Press, 2018.
- KAHN, Paul. **Sacred Violence: Torture, Terror, and Sovereignty**. US: University of Michigan Press, 2004.
- KALDOR, Mary. **New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era**. Stanford University Press, 2012.
- KALDOR, Mary. Human Security. In KALDOR, Mary; RANGELOV, Iavor. **The Handbook of Global Security Policy**. Oxford, John Wiley, 2013.
- KAPOOR, Ilan. **The Postcolonial Politics of Development**. New York: Routledge, 2008.
- KARLSRUD, John. **The UN at War: Peace Operations in a New Era**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2018.
- KECK, Margaret; SIKKING, Katheryn. **Activists beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics**. US: Cornell University Press, 1999.
- KEENE, Edward. **Beyond the Anarchical Society: Grotius, Colonialism and Order in World Politics**. Cambridge University Press, 2002.
- KENKEL, K. M. Five Generations of Peace Operations: from the thin blue line to painting a country blue. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 56, p. 122-143, 2013.
- KENKEL, K. M; TROTE, Marcelle Martins. Emerging Powers and the Notion of International Responsibility: moral duty or shifting goalpost?. **Brazilian Political Science Review**, Vol. 10, Nº1, 2016.
- KEOHANE, Robert. **After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy**. Princeton University Press, 1984.

- KEOHANE, Robert; KING, Gary; VERBA, Sidney. **Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research**. Princeton University Press, 1994.
- KHAN, Paul. **Putting liberalism in its place**. US: Princeton University Press, 2005.
- KINZER, Stephen. **A Thousand Hills: Rwanda's Rebirth and the Man Who Dreamed It**. Tantor Audio, 2008.
- KOMPRIDIS, Nikolas. **The Aesthetic Turn in Political Thought**. New York: Bloomsbury, 2014.
- KOSELLECK, Reinhart. **História dos Conceitos**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2007.
- KRISHNA, Sankaran. Race, Amnesia and Education of International Relations. **Alternatives**, Vol. 26, pp.401-424, 2001.
- KRISHNA, Sankaran. **Globalization and Postcolonialism: Hegemony and Resistance in the Twenty-first Century**. Rowman & Littlefield Publishers, 2008.
- KURASAWA, Fuyuki. How Does Humanitarian Visuality Work? A Conceptual Toolkit for a Sociology of Iconic Suffering. **Sociológica**. Fascículo 1, janeiro-abril, 2015.
- KUTLER, Stanley I. In the Shadow of Watergate: Legal, Political, and Cultural Implications. **Nova Law Review**. Volume 18, Issue 3, Article 5, 1994.
- LA CADENA, Marisol; BLASER, Mario (Ed). **A world of many worlds**. Duke University Press, 2018.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, CHANTAL. **Hegemony and Socialist Strategy Towards: a Radical Democratic Politics**. US and London: Verso, 1985.
- LAGE, Victor Coutinho. **O Atlântico Vermelho: modernidade e marcadores de discriminação**. Errante: o Internacional fora do lugar. Disponível em: <https://errante.blog/2021/08/12/o-atlantico-vermelho-modernidade-e-marcadores-de-discriminacao-por-victor-coutinho-lage/> . Acessado em 10/04/2022.
- LANCASTER, Carol. **George Bush's Foreign Aid: Transformation or Chaos?**. Center for Global Development, 2005.
- LANCASTER, Carol. **Foreign Aid: Diplomacy, Development, Domestic Politics**. US: University of Chicago Press, 2006.
- LAPID, Yosef. Culture's ship: Return and Departures in International Relations Theory. In LAPID, Yosef; KRATOCHWIL, Friedrich. **The Return of Culture and Identity in IR Theory**. US: Boulder: Lynne Rienner, 1996.
- LARRINAGA, Miguel De; DOUCET, Marc G. Sovereign Power and the Biopolitics of Human Security. **Security Dialogue**. Vol. 39(5): 517–537, 2008.
- LEDERACH, John Paul. **Building peace: sustainable reconciliation in divided societies**. United States Institute Peace Press, 2007.

- LEDERACH, John Paul. **Little Book of Conflict Transformation: Clear Articulation Of The Guiding Principles By A Pioneer In The Field.** Good Books, 2003.
- LEDWIDGE, Mark. **Race and US Foreign Policy: The African-American Foreign Affairs Network.** USA: Routledge, 2012.
- LEDWIDGE, Mark. Race, African-Americans and US foreign policy. In PARMAR, Inderjeet; MILLER, Linda. D; LEDWIDGE, Mark; **New Directions in US Foreign Policy.** USA: Routledge, 2009.
- LEMARCHAND, René. **Rwanda and Burundi.** Pall Mall, 1970.
- LEMARCHAND, René. **The Dynamics of Violence in Central Africa.** US: University of Pennsylvania Press, 2009.
- LEVINAS, Emmanuel. **Totality and infinity: an essay on exteriority.** Pittsburgh: Duquesne University Press, 2011.
- LEVINAS, Emmanuel. **Violência do Rosto.** São Paulo: Editora Loyola, 2017.
- LESSA, Mônica. Relações culturais internacionais. In MENEZES, Lená Medeiros de; ROLLEMBERG, Denise; FILHO, Oswaldo Munteal (Org.). **Olhares sobre o político: novos ângulos, novas perspectivas.** Rio de Janeiro: EDUERJ/FAPERJ, 2002.
- LESSA, Mônica; FONTES, Pablo Et Al. **A subalternidade cultural-midiática nas diretrizes curriculares dos estudos das Relações Internacionais no Brasil.** In: 4º Seminário de Relações Internacionais (ABRI), 2018, Foz do Iguaçu. 4º Seminário de Relações Internacionais. Foz do Iguaçu: ABRI, 2021.
- LEWIS, Ioan. **Understanding Somalia and Somaliland: Culture, History and Society.** Oxford University Press, 2011.
- LIDÉN, Kristoffer. Peace, Self-Governance and International Engagement: A Postcolonial Ethic of Liberal Peacebuilding. **Working Paper prepared for the ISA convention,** New York, 14-18 February, 2009.
- LINKLATER, Andrew. The good international citizen and the crisis in Kosovo. In. SCHNABEL, A; THAKUR, R. (eds) **Kosovo and the Challenge of Humanitarian Intervention: Selective Indignation, Collective Action, and International Citizenship.** New York: UN University Press, 2000.
- LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública.** Petrópolis: Editora Vozes, 2008.
- LISLE, Debbie. How do we find, out what's going on in the world? In EDKINS, Jenny; ZEHFUSS, Maya. **Global Politics: A New Introduction.** USA: Routledge, 2014.
- LIVINGSTON, Steve. Limited Vision: How Both the American Media and Government Failed Rwanda. In THOMPSON, Alan. **The media and the rwanda genocide.** London: Pluto Press, 2008.
- LOOMBA, Ania. **Colonialism/Postcolonialism.** New York: Routledge, 2005.

- MAC GINTY, Roger. **International Peacebuilding and Local Resistance: Hybrid Forms of Peace**. London: Palgrave, 2011.
- MAC GINTY, Roger. Routine peace: Technocracy and peacebuilding. **Cooperation and Conflict**, 47(3), 287–308, 2012.
- MACFALLS, L. Benevolent dictatorship: The formal logic of humanitarian government. In: FASSIN, D; PANDOLFI, M. (eds) **Contemporary State of Emergency: The politics of military and humanitarian interventions**. Zone Books, 2010.
- MACEDO, Ana Carolina. **Camps of Protection, Spaces of Exception: a reading of the United Nations Protection of Civilians Sites in South Sudan**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), 2019.
- MACFARLANE, S. Nei; Khong, Yuen Foong (2006). **Human Security and the UN A Critical History**. USA: Indiana University Press.
- MACMILLIAM, Alexander. **Toward a critical theory of the media international relations**. Research Project submitted in partial fulfillment of the requirements for the degree of master of arts, 2004.
- MCLUHAN, Marshall. **Os Meios de Comunicação Como Extensões do Homem**. São Paulo: Cultrix Editora, 1969.
- MAFESSOLI, Michel. **Saturação**. Rio de Janeiro: Itau Cultural, 2010.
- MAHDAVI, Mojtaba. A Postcolonial Critique of Responsibility to Protect in the Middle East. **Perceptions**, Springe, Vol. XX, Nº1, pp.7-36, 2015.
- MAIONE, Emerson. A Escola Inglesa de Relações Internacionais e o Direito Internacional. **Mural Internacional**, Ano IV, Nº1, 2013.
- MALLAVARAPU, Siddharth. Colonialism and the Responsibility to Protect. In THAKUR, Ramesh; MALEY, William (Org). **Theorising of Responsibility of Protect**. Cambridge University Press, 2015.
- MALMVIG, Heele. **State Sovereignty and Intervention: A Discourse Analysis of Interventionary and Non-Interventionary Practices in Kosovo and Algeria**. New York: Routledge, 2006.
- MALKKI, Liisa. **Purity and Exile: Violence, Memory, and National Cosmology among Hutu Refugees in Tanzania**. University of Chicago Press, 1995.
- MAMDANI, Mahmood. **Citizen and Subject: Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism**. US: Princeton University Press, 1998.
- MAMDANI, Mahmood. **When Victims Become Killers: Colonialism, Nativism, and the Genocide in Rwanda**. US: Princeton University Press, 2002.

- MANZO, Kate. Do colonialism and slavery the belong to the past?. In EDKINS, JENNY; ZEHFUSS, Maya. **Global Politics: A New Introduction**. USA: Routledge,
- MANZO, Kate. Critical Humanism: postcolonialism and postmodern ethics. In CAMPBELL, David; SHAPIRO, Michael. **Moral Space: Rethinking Ethics and World Politic**. University of Minnesota Press, 1999.
- MATTELARD, Armand. **Comunicação-Mundo: Historia Das Ideias E Das Estrategias**. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.
- MBEMBE, A. **Crítica a Razão Negra**. Editora N-1 Edições, 2014.
- MBEMBE, A. **Necropolítica: Biopoder, Soberania, Estado de Exceção, Política da Morte**. Editora N-1 Edições, 2018.
- MBEMBE, A. **Sair da grande noite: Ensaio sobre a África descolonizada**. São Pualo: Editora Vozes, 2019.
- MC COMBS, Maxwell. **Teoria da agenda: A mídia e a opinião pública**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.
- MCLNTOSH, Dawn Marie; MOON, Dreama G; NAKAYAMA, Thomas K. **Interrogating the Communicative Power of Whiteness**. US and London: Routldge, 2019.
- MÉGRET, Frederich. From 'savages' to 'unlawful combatants': A postcolonial look at international humanitarian law's 'other'. In. ORFORD, A. (Org) **International law and its Others**. Cambridge UK: Cambridge University Press, 2006.
- MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MERMIN, Jonhatan. **Debating war and peace: media coverage of U.S intervention in the post-Vietnam era**. US: Princeton University Press, 1999.
- MERTEN, Kai; KRÄMER, Lucia. (Eds). **Postcolonial Studies Meets Media Studies: A Critical Encounter**. US: Transcript Publishing, 2016.
- MIALL, Hugh. RAMSBOTHAM, Oliver. WOODHOUSE, Tom. **Contemporary conflict resolution**. 2ª. Ed. Cambridge: Polity Press, 2006.
- MIGNOLO, Walter. **The Darker Side of Western Modernity: Global Futures, Decolonial Options**. Duke University Press, 2005.
- MIGNOLO, Walter. Islamophobia/Hispanophobia: The (Re) Configuration of the Racial Imperial/Colonial Matrix. **Human Architecture: Journal of the Sociology of Self-Knowledge**, Vol. V, Issue I, 2006.
- MIGNOLO, Walter. The Geopolitics of Knowledge and the Colonial Difference. In MORAÑA, Mabel; DUSSEL, Enrique; JÁUREGUI, Carlos A. **Coloniality at Large – Latin America and the Postcolonial Debate**. Durham & London: Duke University Press, 2008.

- MIGNOLO, Walter. Aesthesis decolonial. **Calle14**, v. 14, n. 4, p. 10-25, 2010.
- MILLS, Charles. **Racial Contract**. US: Cornell University Press, 1999.
- MILLIKEN, Jennifer. The Study of Discourse in International Relations: A Critique of Research Methods. **European Journal International Relations**, Vol.5(2):225-254, 1999.
- MILLIKEN, Jennifer. **The Social Construction of the Korean War: Conflict and Its Possibilities**. UK: Manchester University Press, 2001.
- MITCHELL, Audra. **Lost in Transformation: Violent Peace and Peaceful Conflict in Northern Ireland**. London: Palgrave, 2011.
- MOHANTY, Chandra. Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. **Feminist Review**, Vol30, Issue 1, November, 1988.
- MOJO, Khanyisela. **Postcolonial Transitional Justice**. Zimbabwe and Beyond. US and London: Routledge, 2019.
- MORENO, Marta Fernandez. **Uma Leitura Pós-Colonial sobre as “Novas” Operações de Paz da ONU: o caso da Somália**. Tese de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio, 2009.
- MORENO, Marta Fernandez. Um (des)encontro de saberes: teorias da Modernização e teoria das Relações Internacionais. **Carta Internacional**, Vol. 7, n. 1, jan.-jun, 2012.
- MORENO, Marta Fernandez; BRAGA VIANA; Carlos Chagas; SIMAN GOMES, Máira. Trapped Between Many Worlds: A Post-colonial Perspective on the UN Mission in Haiti (MINUSTAH). **International Peacekeeping**, Vol.9, Nº3, 2012.
- MORENO, Marta Fernandez. Vinte anos depois: A Batalha de Mogadíscio Revisitada. **Revista Insight Inteligência**, Ano XVI, nº 62, 2013.
- MORENO, Marta Fernandez. Reversing Polarities: Anarchical (Failed) States versus International Progress. **Journal of Brazilian Political Science Review**, 2015.
- MORRIS, Rosalind C. “Images of Untranslatability in the US war on Terror,” **Interventions** 6: 401–23, 2004.
- MORTON, Adam; BILGIN, Pinar. From ‘Rogue’ to ‘Failed’ States? The Fallacy of Short-termism. **Politics**, Vol.24(3), 169–180, 2004.
- MOULIN, Carolina. Narratives. In AOILEANN, Ni Mhuschu; SHINDO, Reiko. (Org.). **Critical Imaginations in International Relations**. US: Routledge, 2016.
- MUGGAH, Robert. **Stabilization Operations, Security and Development States of Fragility**. US and London: Routledge, 2014.
- MUDIMBE, V. Y. **Invention of Africa: Gnosis, Philosophy, and the Order of Knowledge**. Indiana University Press, 1988.

- MUTHU, Sankar. Justice against Foreigners: Kant's Cosmopolitan Right. **Constellations**, v. 7, n. 1, 2000.
- MUTUA, Makau W. Savages, Victims, and Saviors: the Metaphor of Human Rights, **Harvard International Law Journal**, vol. 42 p. 201, 2001.
- NABERS, Dick. **A Poststructuralist Discourse a Theory of Global Politics**. US and London: Palgrave Macmillan, 2015.
- NAKAYAMA, Thomas K; MARTIN, Judith N. (Ed). **Whiteness the communication of social identity**. US: Sage Publications, 1995a.
- NAKAYAMA, Thomas K; KRIZEK, Robert L. Whiteness: a strategic rhetoric. **Quarterly Journal Speech**, Vol 81, pp291-309, 1995b.
- NAKAYAMA, Thomas K. Review and Criticism: Whiteness and Media. **Critical Studies in Media Communication**. Vol.17, Nº3, pp.364-381, 2000.
- NEUMAN, Iver B. **Uses Of The Other: "The East" in European Identity Formation**. US: Minnesota University Press, 2004.
- NILSEN, Sara D; TURNER, Sara E. **White Supremacy and the American Media**. US and London: Routledge, 2022.
- NKRUMAH, K. **Ghana: the Autobiography of Kwame Nkrumah**. Londres: Nelson, 1957.
- NORDENSTRENG, Karlee; SCHILLER, Hebert. **Beyond National Sovereignty: International Communications in the 1990s**. Ablex Publishing Corporation, 1993.
- NOVACK, George. O Sistema Colonial de Plantation. Primeira Edição: **New International**, Volume V, Number 12, December 1939, pp.343-345.
- NUSSENZVEIG, Herch Moises. **Curso de Física básica: fluidos, oscilações e ondas, calor**. Edgard Blucher, 2002.
- NYE, Joseph; KEOHANE, Robert. **Power and Interdependence**. US: Pearson, 1972.
- OCANDO, Jairo Lugo. **Foreign Aid and Journalism in the Global South: A Mouthpiece for Truth**. US and London: Lexington Books, 2020.
- OLIVER, Sophie. Dehumanization: Perceiving the Body as (In) Human In KAUFMANN, Paulus; KUCH, Hannes; NEUHÄUSER, Christian; WEBSTER, ELAINE. **Humiliation, Degradation, Dehumanization: Human Dignity Violated**. London: Springer, 2011.
- OLIVERA, Jessica da Silva de C. **Postcolonial Maghreb and the Limits of IR**. New York and London: Palgrave Macmillan, 2020a.
- OLIVERA, Jessica da Silva de C. Narrativas sobre política e a política das narrativas: reflexões sobre o uso de abordagens narrativas no estudo e no ensino de Relações Internacionais. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 55-78, 2020b.

- OLIVEIRA, Gilberto Carvalho de. O conceito de estabilização: implicações no campo das operações de paz contemporânea. **Carta Internacional**, Vol. 15, Nº 2, 2020.
- OPONDO, Sam. Decolonizing Diplomacy: Reflections on African Estrangement and Exclusion In CONSTANTINOU, Costas M; DER DERIAN, James. **Sustainable Diplomacies**. London: Palgrave Macmillan, 2010.
- OPONDO, Sam. Diplomatic dissensus: a report on humanitarianism, moral community and the space of death. In OPONDO, Sam.; SHAPIRO, Michael J. **The New Violent Cartography: Geo-analysis after the aesthetic turn**. US and London: Routledge, 2012.
- OPONDO, Sam. Diplomacy and the Colonial Encounter. In. CONSTANTINOU, C; KERR, Pauline; SHARP, Paul. **The SAGE Handbook of Diplomacy**. New York and London: SAGE, 2016.
- ORFORD, Anne. **Reading Humanitarian Intervention: Human Rights and the Use of Force in International Law**. Cambridge University Press, 2003.
- ORWELL, George. O abate do elefante. In ORWELL, George. **Matar a un elefante y otros escritos**. Spanish: Turner Publicaciones, 1936.
- PAFFENHOLZ, Thania. Unpacking the local turn in peacebuilding: a critical assessment towards an agenda for future research. **Third World Quarterly**, Vol.36, Nº5, pp.857-874, 2015.
- PALLISTER-WILKINS, Polly. Saving the souls of white folk: Humanitarianism as white supremacy. **Security Dialogue**, Vol 15, issue 1, 2021.
- PARIS, Roland. Saving liberal peacebuilding. **Review of International Studies**. Vol. 36, No. 2, pp. 337-365, 2010.
- PARIS, Roland. Critiques of Liberal Peace. In CAMPBELL, SUSANNA; CHANDLER, David; SABARATNAM, Meera. **A Liberal Peace?: The problems and Practices of Peacebuilding**. US: Zen Books, 2011.
- PASHA, Mustapha Kamal. Human Security and Exceptionalism(s): Securitization, Neo-liberalism and Islam In SHANI, Giorgio; SATO, Makato; PASHA, Mustapha Kamal. **Protecting Human Security in a Post 9/11 World: Critical Global Insights**. Palgrave Macmillan, 2007.
- PASHA, Mustapha Kamal. **Islam and International Relations: Fractured Worlds**. London and US: Routledge, 2017.
- PATMAN, Robert G. **Strategic Shortfall: The Somalia Syndrome and the March to 9/1**. US: Praeger, 2010.
- PAULA, Luiz Augusto Módolo de. **Genocídio e o Tribunal Penal Internacional para Ruanda**. Dissertação de Mestrado em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), 2011.
- PETERS, Michael. **Pós-Estruturalismo e a filosofia da diferença (uma introdução)**. São Paulo: Editora Autentica, 2000.

- PETTERSON, Spite V. Critical privilege studies: Making visible the reproduction of racism in the everyday and international relations. **Security Dialogue**, Vol 15, issue 1, 2021.
- PONTE, Stefano. 'The "Latte Revolution"? Regulation, Markets and Consumption in the Global Coffee Chain', **World Development**, N°30, Vol.7: 1099–1122, 2002.
- POSTIL, John. Digital Politics and Political Engajament. In HORST, Heather; MILLER, Daniel. **Digital Anthropology**. US: Bloomsburt, 2020.
- PORTER, Patrick. **Military Orientalism: Eastern War Through Western Eyes**. Columbia University Press, 2010.
- POWER, Samantha. **Genocídio: a retórica americana em questão**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004.
- PRESTON JR, William; HERMAN, Edward; SCHILLER, Hebert. **Hope and Folly: The United States and Unesco, 1945-1985**. University of Minnesota Press, 1989.
- PRUNIER, Gerard. **The Rwanda Crisis: History of a Genocide**. Columbia University Press, 1996.
- PRUNIER, Gerard. **Africa's World War: Congo, the Rwandan Genocide, and the Making of a Continental Catastrophe**. Oxford University Press, 2011.
- PUAR, J. K. **Terrorist assemblages: homonationalism in queer times**. Duke University Press, 2017.
- PUPAVAC, Vanessa. Between Compassion and Conservatism: A Genealogy of Humanitarian Sensibilities In: FASSIN, D; PANDOLFI, M. (eds) **Contemporary State of Emergency: The politics of military and humanitarian interventions**. Zone Books, 2010.
- QUIJANO, Anibal. El fantasma del desarrollo en América Latina. **Rev. Venez. de Econ. y Ciencias Sociales**, Vol. 6 N° 2 (mayo-agosto), pp. 73-90, 2000.
- RANCIERE, Jacques. **O mestre e o ignorante**. São Paulo: Autêntica, 2004.
- RANCIERE, Jacques. **A partilha do sensível: Estética e Política**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2009.
- RANCIERE, Jacques. **O espectador emancipado**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- RANCIERE, Jacques. **O desentendimento: Política e Filosofia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2018.
- RANGER, Terencer; HOBBSAWN, Eric J. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.
- RESENDE, Erica. **Americanidade, Puritanismo e Política Externa**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.
- RICHMOND, Oliver. UN peace operations and the dilemmas of the peacebuilding consensus. **Journal International Peacekeeping**, Vol. 11, Issue 1, 2004.
- RICHMOND, Oliver (Ed.). **Palgrave advances in peacebuilding: critical developments and approaches**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2010.

- RICHMOND, Oliver. MITCHELL, Aurea. Introduction. In. RICHMOND, Oliver. MITCHELL, Aurea. **Hybrid Forms of Peace: From Everyday Agency to Post-Liberalism**. London and US: Palgrave, 2012.
- RICHMOND, Oliver. **Failed Statebuilding Intervention and The dynamics of peace formation**. US and London: Yale University Press, 2014.
- RITCHER-MONTPETIT, Melanie. Beyond the erotics of Orientalism: lawfare, torture and the racial-sexual grammars of legitimate suffering. **Security Dialogue**, 45 (1). pp. 43-62, 2014.
- ROBINSON, Pier. Theorizing the Influence of Media on World Politics: Models of Media Influence on Foreign Policy. **European Journal of Communication**, 16(4):523-544, 2001.
- ROBINSON, Pier. World politics and media power: problems of research design. **Media, Culture & Society**, Vol.22, p.22-27, 2000.
- ROBINSON, Pier. **Effect CNN: The myth of news, foreign policy and intervention**. London and New York: Routledge, 2005.
- ROBINSON, Pier. The role of media and public opinion. In SMITH, Steve; HADFIELD, Amelia; DUNNE, Tim **Foreign Policy Theories, Actors, Cases**. London: Oxford University Press, 2015.
- ROSTOW, W. W. **The stages of economic growth [1960]**. Martino Fine Books, 2017.
- ROTBERG, Robert I; WEISS, Thomas G. **From Massacres to Genocide: The Media, Public Policy, and Humanitarian Crises**. Brookings Institution Press, 1996.
- ROTBERG, Robert I. Failed States, Collapsed States, Weak States: Causes and Indicators. In ROTBERG, Robert I. **State Failure and State Weakness in a Time of Terror**. Brookings Inst. Press, 2003.
- SAID, Edward. **Covering Islam: How the Media and the Experts Determine how We See the Rest of the World**. Pantheon Books, 1997.
- SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como uma invenção do Ocidente**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007.
- SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2011.
- SAKUE-COLLINS, Yimovie. (Un)doing development: a postcolonial enquiry of the agenda and agency of NGOs in Africa. **Third World Quarterly**, Volume 42, Issue 5, 2020.
- SALINAS, Raquel. **Agencias Transnacionales de Información y el Tercer Mundo**. Quito: The Quito Times, 1984.
- SANTOS, Camila dos; SIMAN, Maira; FERNANDEZ, Marta. 'Two Brazils': Renegotiating Subalternity Through South-South Cooperation in Angola". **Brazilian Political Science. Review**, 13 (1), 2019.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

- SABARATNAM, Meera. **Decolonising Intervention: International Statebuilding in Mozambique**. Rowman & Littlefield Publishers, 2017.
- SABARATNAM, Meera. Is IR Theory White? Racialised Subject-Positioning in Three Canonical Texts. **Millennium: Journal of International Studies**, 2020.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Editora Cultrix, 2010.
- SCHRAEDER, Peter J. **United States foreign policy toward Africa: Incrementalism, Crisis and Change**. Cambridge University Press, 1994.
- SCHILLER, Hebert. **Mass communications and American empire**. Westview Press, 1969.
- SCHRAMM'S, Wilbur. **Mass Media and National Development: The Role of Information in the Developing Countries**. Stanford: Stanford University Press, 1964.
- SCHUDSON, Michael. **Descobrindo a notícia: Uma história social dos jornais nos Estados Unidos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.
- SCOTT, M; BUNCE, M; WRIGHT, K. Doing Good and Looking Good in Global Humanitarian Reporting: Is Philanthrojournalism good news? In ENGHEL, F; NOSKE-TURNER, J. (Eds.). **Communication in International Development: Doing Good or Looking Good?**. London and US: Routledge, 2019.
- SEIB, Philip. **The Al Jazeera Effect: How the New Global Media Are Reshaping World Politics**. Potomac Books Inc, 2008.
- SHANI, Giorgio. Human Security as ontological security: a postcolonial approach. **Postcolonial Studies**, 2017.
- SHANI, Giorgio. Introduction: Protecting Human Security in a Post 9/11 World. In SHANI, Giorgio; SATO, Makato; PASHA, Mustapha Kamal. **Protecting Human Security in a Post 9/11 World: Critical Global Insights**. Palgrave Macmillan, 2007.
- SHAPIRO, Michael. **The Politics of Representation: Writing Practices in Biography, Photography, and Political Analysis**. University of Wisconsin, 1988.
- SHAPIRO, Michael J. **Violent Cartographies: Mapping Cultures of War**. University Minnesota Press, 1997.
- SHAPIRO, Michael J. **Cinematic Geopolitic**. New York: Routledge, 2005.
- SHAPIRO, Michael J. **Studies in Trans-disciplinary Method: After the Aesthetic Turn**. New York: Routledge, 2012.
- SHAPIRO, Michael. The Presence of War: “Here and Elsewhere”. **International Political Sociology**, 5, 109–125, 2011.
- SHARPE, Kenneth E. The Real Cause of Irangate. **Foreign Policy**, No. 68, 1987.
- SHAW, Martin. **What is Genocide?**. US: Polity, 2015.

- SHAY, Shaul. **Somalia in Trasition since 2006**. London: Transaction Publishers, New Brunswick, 2013.
- SHILLIAM, Robbie. Developmentism, human security, indiginous rights. In PASHA, Mustapha Kamal. **Globalization, Difference, and Human Security**. US and London: Routledge, 2015.
- SHILLIAM, Robbie. **The Black Pacific: Anti-Colonial Struggles and Oceanic Connections**. Bloomsbury Publishing PLC, 2015.
- SHOEMAKER, Pamela J; JOHNSON, Philip R; SEO, Hyunjin; WANG, Xiuli. Os Leitores como Gatekeepers das Notícias On-line: Brasil, China e Estados Unidos. **Brazilian Journalism Research** - Volume 6 - Número 1, 2010.
- SHOHAT, Ella; STAM, Robert. **Unthinking Eurocentrism: Multiculturalism and the Media**. London and US: Routledge, 2014.
- SHOME, Raka. When postcolonial studies meets media studies. **Critical Studies in Media Communication**, 2016.
- SIMAN GOMES, Maíra. A “**pacificação**” como prática de “**política externa**” de (re)produção do self estatal: rescrevendo o engajamento do Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). Rio de Janeiro: Tese de Doutorado – Departamento de Relações Internacionais, Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2014.
- SIMON, Jeanne; PARRA, Claudio González. Indigeneity and Difference. In PASHA, Mustapha Kamal. **Globalization, Difference, and Human Security**. US and London: Routledge, 2015.
- SIMON, Jon; LUCAITES, John Louis. **In/Visible War: The Culture of War in Twenty-First-Century America**. Rutgers University Press, 2017.
- SIQUEIRA, Isabel de. Measuring and managing ‘state fragility’: the production of statistics by the World Bank, Timor-Leste and the g7+. **Third World Quarterly**, Volume 35, 2014.
- SIQUEIRA, Isabel de. **Managing State Fragility: Conflict, Quantification and Power**. London and US: Routledge, 2017.
- SLATER, David. **Geopolitics and the Post-colonial: Rethinking North–South Relations**. London and New York: Routledge, 2004.
- SMITH, Anthony. **Geopolitics of Information: How Western Culture Dominates the World**. London: Oxford University Press, 1980.
- SMITH, Linda Tuhiwai. **Decolonizing Methodologies: research and indigenous peoples**. New York and London: Zen Books, 2012.
- SOLOMON, Ty. **The Politics of Subjectivity in American Foreign Policy Discourses**. US: University of Michigan, 2015.

- SOSALE, Sujatha. Toward a Critical Genealogy of Communication, Development, and Social Change. In SEMATI, Mehdi; ALLAHSAN, Amin. **New Frontiers in International Communication Theory**. Rowman & Littlefield Publishers, 2004.
- SOUDAN, François. **Kagame: conversations with the President of Rwanda**. Enigma Books, 2015.
- SOUSA SANTOS, Boaventura de. Para além de um pensamento abissal: das linhas globais a ecologia dos saberes. In SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Rio de Janeiro: Editora Cortez, 2010.
- SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2013.
- SHIVA, Vandana. **Staying Alive: Women, Ecology, and Survival in India**. Publisher: Kali for Women, India, 1995.
- SPEAR, Joanna; WILLIAMS, Paul D. **Security and Development in Global Politics**. Washington, Georgetown University Press, 2012.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: UFMG, 2017.
- SRIVASTAVA, Neelam. Anti-colonialism and the Italian Left. **Interventions: International Journal of Postcolonial Studies**, v. 8, n. 3, 2006.
- STAHL, Roger. Dispatches from the Militainment Empire. In BOYD-BARRETT, Oliver; MIRRLESS, Tanner. **Media Imperialism: Continuity and Change**. UK: Rowman & Littlefield, 2020.
- STAMPNITZKY, L. **Disciplining Terror**. Cambridge, Cambridge University, 2013.
- STIGLITZ, Joseph E. **Globalization and its discontents**. New York: Norton Company, 2002.
- STRAUSS, Levi. **Raça e História**. São Paulo: Papirus Editora, 1989.
- STUMP, J. L.; DIXIT, P. **Critical Terrorism Studies: an introduction to research methods**. New York: Routledge, 2013.
- SUMMA, R. **Everyday Boundaries, Borders and Post Conflict Societies**. London: Palgrave Macmillan, 2021.
- TEHRANIAN, Majid. **Global Communication and World Politics: Domination, Development and Discourse**. Lynne Rienner Publishers Inc, 1999.
- TEIXEIRA, Tatiana. **Think Tanks e a sua influência na Política Externa dos EUA**. Revan: UFF, 2007.
- TESÓN, F. The liberal case for humanitarian intervention. In. HOLZGREFE, J; KEOHANE, R. (eds.) **Humanitarian Intervention. Ethical, Legal, and Political Dilemmas**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- TIFFT, Susan; JONES, ALEX. S. **The Trust: The Private and Powerful Family Behind the New York Times**. US: Little Brown & Co, 1999.
- THOMPSON, Allan. **The media and the Rwanda genocide**. London: Pluto Press, 2008.

- THOMPSON, John. **A mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.
- THUSSU, Daya. **International Communication: A Reader**. US and London: Routledge, 2006.
- TOCQUEVILLE, Alexis. **A Democracia na América**. Rio de Janeiro: Vide Editorial, 2008.
- TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. WMF Martins Fontes, 2010.
- TODOROV, Tzvetan. **Medo dos bárbaros: Para além do choque das civilizações**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.
- TOLEDO, Aureo. “Estados Falidos” enquanto discurso colonial. **Monções: Revista de Relações Internacionais UFGD**, Vol.8, p. 165 - 192, 2019.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo (Volume 1): Porque as notícias são como são**. UFSC: Editora Insular, 2005.
- TRIPODI, Paolo. **The Colonial Legacy in Somalia: Rome and Mogadishu: From Colonial Administration to Operation Restore Hope**. London: Palgrave MacMillan, 1999.
- TUNSTALL, Jeremy; PALMER, Michael. **Media Moguls**. US and London: Routledge, 1991.
- TUNSTALL, Jeremy. The Trust: The private and powerful family behind the New York Times. **Media History**, Vol. 6, Issues 2, 2006.
- VERBEECK, Georgi. Legacies of an imperial past in a small nation. Patterns of postcolonialism in Belgium. **European Politics and Society**, 2019.
- VERWIMP, Philip. **Peasants in Power: The Political Economy of Development and Genocide in Rwanda**. Belgium: Springer, 2013.
- VITALIS, Robert. **White World Order, Black Power Politics: The Birth of American International Relations**. Cornell University Press, 2010.
- WALLERSTEIN, I. Larger unities: Pan-Africanism and regional federations. In: WALLERSTEIN, I. **Africa: the politics of independence and unity (Ed)**. New York: Vintage Books, 1967.
- WALLERSTEIN, Immanuel. The inter-state structure of the modern world-system. In SMITH, Steve. BOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia. **International Theory: positivism & beyond**. London: Cambridge University Press, 1996.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu: a retórica do poder**. Rio de Janeiro: Editora Bointempo, 2007.
- WALKER, R. B. J. **Inside/Outside: International Relations as Political Theory**. Cambridge University Press, 1993.
- WALL, Melissa. An Analysis of News Magazine Coverage of the Rwanda Crisis in the United States In THOMPSON, Allan. **The media and the Rwanda genocide**. London: Pluto Press, 2008.
- WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. US: Waveland Press, 1979.
- WALZER, Michael. **Guerras Justas e Injustas**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

- WA THIONG'O, Ngugi. **Decolonising the Mind: The Politics of Language in African Literature.** US: James Currey, 2011.
- WATSON, Adam. **The Evolution of International Society: A Comparative Historical Analysis** Reissue with a new introduction. London and US: Routledge, 1984.
- WATSON, Scott. The 'human' as referent object?: Humanitarianism as securitization. **Security Dialogue** N° 42, Vol.1, 2011.
- WEAVER, Ole. Aberystwyth, Paris, Copenhagen New 'Schools' in Security Theory and their Origins between Core and Periphery. **International Studies Association**, Montreal, March, p. 17-20, 2004.
- WEAVER, Ole; BUZAN, Barry. Racism and responsibility – The critical limits of deepfake methodology in security studies: A reply to Howell and Richter- Montpetit. **Security Dialogue**, 1-9, 2020.
- WEBER, Cynthia. **Simulating Sovereignty: Intervention, the State and Symbolic Exchange.** Cambridge University Press, 1995.
- WEBER, Cynthia. **I Am An American':** Filming the Fear of Difference. US: Intellect Ltd, 2011.
- WEISS, Thomas G. **Humanitarian Business.** US: Polity Press, 2013.
- WELDES, Jutta. **Constructing National Interests: The United States and the Cuban Missile Crisis.** Minnesota University Press, 1996.
- WELDES, J. et al (Ed.); **Culture of Insecurity: states, communities, and the production of the danger.** Minnesota of University, 1999.
- WELZ, M. **Integrating Africa: decolonization's legacies, sovereignty and African Union.** New York: Routledge, 2013.
- WESSELING, H. L. **Dividir Para Dominar: a Partilha da África.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- WHEELER, Nicholas. **Saving Strangers: Humanitarian Intervention in International Society.** Oxford University Press, 2002.
- WIERNER, Antje. **A Theory of Contestation.** New York and London: Springer, 2014.
- WIERZYNSKA, Aneta. Consolidating democracy through transitional justice: Rwanda's Gacaca Courts. **New York University Law Review**, Vol.79, 1964, 2004.
- WILCOX, Lauren. **Bodies of Violence: Theorizing Embodied Subjects in International Relations.** Oxford University Press, 2018.
- WILLIAMS, G. Responsibility as a virtue. **Ethical Theory and Moral Practice**, Vol. 11, N° 04, pp. 455-470, 2008.
- WILLIAMS, Paul D. **Fighting for Peace in Somalia: A History and Analysis of the African Union Mission (Amisom), 2007-2017.** Oxford University Press, 2017.

- WRONG, Michela. Media perspectives: in defence of Western journalists in Africa. In BUNCE, Mel; FRANKS, Suzanne; PATERSON, Chris. **Africa's Media Image in the 21st Century: From the "Heart of Darkness" to "Africa Rising"**. London and US: Routledge, 2019.
- WU, Tim. **Impérios da comunicação: Do telefone à internet, da AT&T ao Google**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2012.
- WOOD JR, Thomas. Fordismo, Toyotismo e Volvismo: os caminhos da indústria em busca do tempo perdido. **Revista de Administração de Empresa**, Vol.32 (4), 1992.
- ZANOTTI, L. Governmentalizing the post-Cold War international regime: The UN debate on democratization and good governance. **Alternatives: Global, Local, Political**. Vol. 30 (1), p. 461–487, 2005.
- ZANOTTI, L. Governmentality, Ontology, Methodology: Re-thinking Political Agency in the Global. **Alternatives: Global, Local, Political**. Vol. X(xx), p. 1-14, 2013.
- ZARKIN, Kimberly; ZARKIN, Michel. **The Federal Communications Commission: Front Line in the Culture and Regulation Wars**. Greenwood, 2006.
- ZARTMAN, William. **Negotiation and Conflict Management: Essays on Theory and Practice**. New York: Routledge, 2007.
- ZARTMAN, William. **Collapsed States: The Disintegration and Restoration of Legitimate Authority**. Lynne Rienner Publishers, 1995.
- ZEHFUSS, Maja. Remembering to Forget/Forgetting to Remember. In ZEHFUSS, Maja; BELL, D. S. A. (ed.) **Memory, Trauma and World Politics: Reflections on the Relationship between Past and Present**. Palgrave Macmillan, 2006.
- ZEHFUSS, Maja. **War and the Politics of Ethics**. US and London: Oxford University Press, 2018.
- ZUBOFF, Shoshana. **The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power**. US: PublicAffairs, 2020.
- ZVOBGO, Kelebogile; LOKEN, Meredith. Why Race Matters in International Relations: Western dominance and white privilege permeate the field. It's time to change that. **Foreign Policy**, 2020. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2020/06/19/why-race-matters-international-relations-ir/>. Acessado em 12/09/2021.
- ZYCK, STEVEN A; BARAKAT, SULTAN; DEELY, SEÁN. The Evolution of Stabilization Concepts and Praxis. In MUGGAH, Robert. **Stabilization Operations, Security and Development States of Fragility**. US and London: Routledge, 2014.
- YOUNG, Robert. **Postcolonialism: A Very Short Introduction**. London: Oxford University Press, 2000.

A/1997/1000. **Declaración de El Cairo sobre Somalia.** The undersigned political leaders of the Republic of Somalia, in an effort to achieve peace and reconciliation within our beloved country. The United Nations, 1997. Disponível em:

https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/SO_971222_CairoDeclaration.pdf

A/1294. **Draft trusteeship agreement for the territory of Somaliland' under Italian administration special report of the trusteeship council.** General assembly official records: fifth session supplement no. 10 (a/1294) Lake Success, New-York 1950.

A/47/277. **An Agenda for Peace: Preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping.** In Boutros-Ghali, Boutros: The United Nations. Disponível em: <http://www.un-documents.net/a47-277.htm>

Office on Genocide Prevention and the Responsibility to Protect. The Responsibility to Protect: Report of the International Commission on Intervention and State Sovereignty. Canada, 2001. Disponível em: <https://www.globalr2p.org/resources/the-responsibility-to-protect-report-of-the-international-commission-on-intervention-and-state-sovereignty-2001/>

S/26351, 24 August 1993, Executive summary of the report prepared by professor Tom Farer of American University, Washington, D.C., on the 5 June 1993 attack on United Nations forces in Somalia, In: Boutros-Ghali, Boutros: **The United Nations and Somalia: 1992-1996**, Department of Public Informations, United Nations, New York, 1996.

S/23693, 11 March 1992, Report of the Secretary-General on the situation in Somalia, proposing to dispatch a technical team to prepare an operational plan for the monitoring of the cease-fire in Mogadishu and to explore ways to ensuring the unimpeded delivery of humanitarian assistance, In: Boutros-Ghali, Boutros: **The United Nations and Somalia: 1992-1996**, Department of Public Informations, United Nations, New York, 1996.

S/23829, 21 April 1992, Report of the Secretary-General on the situation in Somalia recommending the establishment of the United Nations Operation in Somalia (UNOSOM), In: Boutros-Ghali, Boutros: **The United Nations and Somalia: 1992-1996**, Department of Public Informations, United Nations, New York, 1996.

S/24343, 22 July 1992, Report of the Secretary-General on the situation in Somalia, proposing the expansion of UNOSOM and the creation of four operational zones, In: Boutros-Ghali, Boutros: **The United Nations and Somalia: 1992-1996**, Department of Public Informations, United Nations, New York, 1996.

S/24859, 27 November 1992, Letter dated 24 November 1992 from the Secretary- General to the President of the Security Council informing the Council of a series of disturbing developments in Somalia and stating that it might become necessary to review the basic premises and principles of

the United Nations effort in Somalia, In: Boutros-Ghali, Boutros: **The United Nations and Somalia: 1992-1996**, Department of Public Informations, United Nations, New York, 1996

S/24868, 30 November 1992, Letter dated 29 November 1992 from the Secretary - General to the President of the Security Council presenting five options for the Security Council's considerations, In: Boutros-Ghali, Boutros: **The United Nations and Somalia: 1992-1996**, Department of Public Informations, United Nations, New York, 1996.

S/RES/687 (1991), 3 April 1991, Security Council resolution Establishment the terms and conditions for a formal cease-fire between Iraq and the coalition of Member States cooperating with Kuwait. **United Nations, New York, 1991.**

S/RES/794 (1992), 3 December 1992, Security Council resolution authorizing the Secretary-General and Member States, under Chapter VII of the Charter of the United Nations, to use all necessary means to establish soon as possible a secure environment for humanitarian relief operations in Somalia, In: Boutros-Ghali, Boutros: **The United Nations and Somalia: 1992-1996**, Department of Public Informations, United Nations, New York, 1996.

S/RES/846 (1992), 22 June 1993, **Security Council resolution authorizing the Secretary-General and Member States, requests the Secretary-geral to conclude with the Governement of Uganda, before the deploymend of UNOMUR.** United Nations, New York, 1993.

S/RES/912 (1994), 21 April 1994, **Security Council resolution adjustment of the mandate of the UN Assistance Mission for Rwanda due to the current situation in Rwanda and settlement of the Rwandan conflict.** United Nations, New York, 1994.

S/RES/918 (1994), 17 May 1994, **Security Council resolution The expansion of the mandate of the UN Assistance Mission for Rwanda and imposition of an arms embargo on Rwanda.** United Nations, New York, 1994.

S/RES/925 (1994), 8 June 1994, **Security Council resolution Extension of the mandate and deployment of the 2 additional battalions of the UN Assistance Mission for Rwanda and settlement of the conflict in Rwanda.** United Nations, New York, 1994.

S/RES/929 (1994), 22 June 1994, **Security Council resolution Establishment of a temporary multinational operation for humanitarian purposes in Rwanda until the deployment of the expanded UN Assistance Mission for Rwanda.** United Nations, New York, 1994.

S/RES/91441 (2002), 22 June 1994, **Security Council resolution Decides to afford Iraq, by this resolution, a final opportunity to comply with its disarmament obligations under relevant resolutions of the Council.** United Nations, New York, 2002.

S/RES/91441 (2007), 20 August 2007, Security Council resolution on authorization to Member States of the African Union to maintain the African Union Mission in Somalia for a further period of 6 months. United Nations, New York, 2007.

United Nations Development Programme. Human Development Report. Oxford University Press, 1994. Disponível em:

http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/255/hdr_1994_en_complete_nostats.pdf

United Nations High Commissioner for Refugees. The State of The World's Refugees 2000: Fifty Years of Humanitarian Action - The Rwandan genocide and its aftermath, 2000. Disponível em: <https://www.unhcr.org/3ebf9bb60.pdf>.

UN. **United Nations Peacekeeping Operations Principles and Guidelines**. Nova Iorque: United Nations, 2008.

UN. **Report of the High-Level Independent Panel on Peace Operations (HIPPO Report)**. Nova Iorque: United Nations, 2015.

UN. **Improving Security of United Nations Peacekeepers: We need to change the way we are doing business**. Nova Iorque: United Nations, 2017.

Documentos dos Estados Unidos

Country reports on human rights practices: report submitted to the Committee on Foreign Affairs, US:1961. Disponível em: <https://archive.org/details/countryreportson1990unit/mode/2up>

Directives Department of Defense (2005). Military Support for Stability, Security, Transition, and Reconstruction (SSTR) Operations. Disponível em:

[https://policy.defense.gov/portals/11/Documents/solic/DoDD%203000.05%20SSTR%20\(SIGNED\)%2028NOV05.pdf](https://policy.defense.gov/portals/11/Documents/solic/DoDD%203000.05%20SSTR%20(SIGNED)%2028NOV05.pdf)

Office of Foreign Disaster Assistance. Somalia: Copies of all situation Reports published by the Office of U.S. US, 1993. Disponível em: <https://www.refworld.org/docid/3ae6abac24.html>

National Strategy for Homeland Security. Office Homeland Security. US, 2002. Disponível em: <https://www.dhs.gov/sites/default/files/publications/nat-strat-hls-2002.pdf>

National Security Council. Presidential Directives Decision. (1994) U.S. Policy on Reforming Multilateral Peace Operations. US: The White House Washington, 1994. Disponível em: <https://fas.org/irp/offdocs/pdd25.htm>

United States Agency for International Development. Somalia USAID Humanitarian Assistance in Review, US: 1991. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/somalia/somalia-usaid-humanitarian-assistance-review-1991-present>

United States Department of Defense. Peace Operations. Cost of DOD Operations in Somalia. US, 1994. Disponível em: <https://www.gao.gov/assets/nsiad-94-88.pdf>

United States Agency for International Development. Bureau for Humanitarian Response (BHR). Office of U.S Foreign Disaster Assistance (OFDA) Rwanda, 1994. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/rwanda/usaiddofda-situation-report-2-fiscal-year-fy-1996>

United States Agency for International Development. Bureau for Humanitarian Response (BHR). Office of U.S Foreign Disaster Assistance (OFDA) Rwanda, 1995. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/rwanda/usaidthofda-situation-report-2-fiscal-year-fy-1996>

United States Agency for International Development. Bureau for Humanitarian Response (BHR). Office of U.S Foreign Disaster Assistance (OFDA) Rwanda, 1996. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/rwanda/usaidthofda-situation-report-2-fiscal-year-fy-1996>

United States Agency for International Development. DCA Loan Guarantee Rwanda (2004-2009). US, 2009. Disponível em: https://www.usaid.gov/sites/default/files/documents/2151/DCA_Rwanda_Impact_Brief_4_1_10.pdf

United States Agency for International Development. Humanitarian Assistance in Review, FY 2002 – 2011. East and Central Africa. Disponível em: [https://www.usaid.gov/sites/default/files/documents/1866/](https://www.usaid.gov/sites/default/files/documents/1866/East_and_Central_Africa_Humanitarian_Assistance_in_Review_-_FY_2002-2011.pdf)

United States Agency for International Development. Agency for International Development. Humanitarian Assistance in Review Somalia, FY 2002 – 2011. Disponível em: <https://www.usaid.gov/humanitarian-assistance/somalia/somalia-archive>

US. Directive DoDD 3000.05. Washington, D.C.: Department of Defense, 2005.

US. Preserving Stability Operations Capabilities to Meet Future Challenges — Biennial Assessment of Stability Operations Capabilities. Washington, D.C.: Office of the Under Secretary of Defense for Policy, 2012.

US. Joint Publication 3-07: Stability. Washington, D.C.: Joint Chiefs of Staff, 2016.

Documentos Televisivos

BUSH, George H. W. Discurso do Presidente George H. W Bush no Miller Center of Public Affairs University of Virginia. White House, 1992.

BUSH, George W. President George W. Bush addresses a Joint Congress about the War on Terror. Associated Press, 2001.

CLINTON, Bill. President Clinton on U.S. Military Mission in Somalia. White House, 1993.

CLINTON, Bill. Statement on Rwanda. White House, 1994.

LAKE, Anthony. Statement on Rwanda. White House, 1994.

SHALIKASHVILI, John. Statement on Rwanda. White House, 1994.

WILLIAMS, Paul D. The Future of AMISON. Center for Strategic and International Studies (CSIS). US, 2008.

Documentos Cinematográficos

Ghost of Abu Ghraib; Diretor: KENEDY, Rory. Produtor: KENEDY, Rory; YOUNGELSON, Jack Et Al. US: HBO, 2007.

The War You Don't See; Diretor: PILGER, John; Produtor: LOWERY, Alan. London: SBS, 2010.

Vice. Diretor: MCKAY, Adam. Produtor: PITT, Brad; GARDNER, Dede Et Al. US: HBO, 2018.

Documentos do NYT

BONNER, Raymnd. In Once-Peaceful Village, Roots of Rwanda Violence. **The New York Times**. 11 de Julho de 1994. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1994/07/11/world/in-once-peaceful-village-roots-of-rwanda-violence.html>

FRASER, Laura. Coffee, and Hope, Grow in Rwanda. **The New York Times**. 06 de Agosto de 2006a. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2006/08/06/business/yourmoney/06coffee.html>

FRASER, Laura. Coffee is giving Rwandans a 'new source of life' - Business - International Herald Tribune. **he New York Times**. 06 de Agosto de 2006b. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2006/08/06/business/worldbusiness/06iht-coffee.2400036.html>

GETTLEMAN, Jefferey. Ethiopian soldiers accused of war crimes in Somalia. **The New York Times**. 05 de Junho de 2008. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2008/05/06/world/africa/06iht-somalia.1.12610349.html>

GORDON, Michael G. Mission To Somalia; U.S. Is Sending Large Force As Warning to Somali Clans. **The New York Times**. 05 de Dezembro de 1992. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1992/12/05/world/mission-to-somalia-us-is-sending-large-force-as-warning-to-somali-clans.html>

HANSON, Stephenanie. Backgrounder: Al-Shabaab. 2 de Março de 2009. Disponível em: https://archive.nytimes.com/www.nytimes.com/cfr/world/slot2_20090227.html?_r=0.

KINZER, Stephen. After So Many Deaths, Too Many Births. **The New York Times**. 11 de Fevereiro de 2007. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2007/02/11/weekinreview/11kinzer.html>

KLEINFELD, N.R. U.S. attacked: Hijacked jets destroy twin towers and hit pentagon in day of Terror'. **The New York Times**. 12 de Setembro de 2001. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2001/09/12/us/us-attacked-hijacked-jets-destroy-twin-towers-and-hit-pentagon-in-day-of-terror.html>

LACEY, Marc. **The New York Times**. 9 de Abril de 2004a. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2004/04/09/world/a-decade-after-massacres-rwanda-outlaws-ethnicity.html>

LACEY, Marc. A Decade After Massacres, Rwanda Outlaws Ethnicity. **The New York Times**. 9 de Abril de 2004b. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2004/04/09/world/a-decade-after-massacres-rwanda-outlaws-ethnicity.html>

LEWIS, Neil A. **The New York Times**. 11 de Abril de 2021. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2004/11/30/politics/red-cross-finds-detainee-abuse-in-guantanamo.html>.

NIXON, Ron. Just When Africa's Luck Was Chaging. **The New York Times**. 02 de Agosto de 2009. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2009/08/02/business/02africa.html>

PERLEZ, Jane. Barrier to Somali Unity: Clan Rivalry. **The New York Times**. 30 de Agosto de 1993. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1992/08/30/world/barrier-to-somali-unity-clan-rivalry.html>

SCHMITT, Erick. U.S. Mission in Somalia: Seeking a Clear Rationale. **The New York Times**. 27 de Agosto de 1993. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1993/08/27/world/us-mission-in-somalia-seeking-a-clear-rationale.html>

SCHMITT, Erick; GETTLEMAN, Jefferey. Qaeda Leader Reported Killed in Somalia. **The New York Times**. 2 de Maio de 2008. Disponível em:

<https://www.nytimes.com/2008/05/02/world/africa/02somalia.html>

SCHMITT, Erick; MAZZETTI, Mark. Secret Order Lets U.S. Raid Al Qaeda. **The New York Times**. 9 de Novembro de 2008. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2008/11/10/washington/10military.html>

SCIOLINO, Elaine. For West, Rwanda Is Not Worth the Political Candle. **The New York Times**. 11 de Abril de 1994. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1994/04/15/world/for-west-rwanda-is-not-worth-the-political-candle.html>